

ENTIDADES NACIONAIS DA PSICOLOGIA BRASILEIRA: O FENPB E SUAS HISTÓRIAS



Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira

ENTIDADES NACIONAIS DA PSICOLOGIA BRASILEIRA: O FENPB E SUAS HISTÓRIAS

Organizadores

Filipe Degani-Carneiro - SBHP
Thatiana Helena de Lima - ABECIPSI
Sérgio S. Fukusima - IBNEC
Antônio Virgílio Bittencourt Bastos - CFP

Brasília, 2022
1ª edição

© 2022 Conselho Federal de Psicologia
É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.
Disponível também em: www.cfp.org.br
Projeto Gráfico: Tatianny Fonseca
Diagramação: Ivan Júnior
Revisão e normalização: MC&G Design Editorial

**Referências bibliográficas conforme a American Psychological Association
APA American Psychological Association 7ª edição**

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2, Bloco B,
Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília/DF
(61) 2109-0107 /Correio eletrônico: ascom@cfp.org.br/ www.cfp.org.br
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C755 Conselho Federal de Psicologia (Brasil) .
Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira : o FENPB e
suas histórias / Conselho Federal de Psicologia. — 1. ed.— Brasília : CFP , 2022.

412 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-89369-28-8

1. Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira.
2. Psicologia – Instituições – História – Brasil. I. Título.

CDD23: 155.424

Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

ENTIDADES DO FENPB

ABECIPSI - Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia
ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
ABP+ - Associação Brasileira de Psicologia Positiva
ABPD - Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento
ABPJ - Associação Brasileira de Psicologia Jurídica
ABPP - Associação Brasileira de Psicologia Política
ABPSA - Associação Brasileira de Psicologia da Saúde
ABRANEP - Associação Brasileira de Neuropsicologia
ABRAOPC - Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira
ABRAP - Associação Brasileira de Psicoterapia
ABRAPAV - Associação Brasileira de Psicologia da Aviação
ABRAPEE - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
ABRAPESP - Associação Brasileira de Psicologia do Esporte
ABRAP SIT - Associação Brasileira de Psicologia do Tráfego
ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social
ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
ASBRo - Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos
CFP - Conselho Federal de Psicologia
CONEP - Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia
FENAPSI - Federação Nacional de Psicólogos
FLAAB – Federação Latino Americana de Análise Bioenergética
IBAP - Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica
IBNeC - Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento
SBHP - Sociedade Brasileira de História da Psicologia
SBPH - Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar
SBPOT - Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho
SOBRAPA - Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura

APRESENTAÇÃO

Como parte das comemorações dos 60 anos da regulamentação da profissão de psicóloga pela Lei nº 4.119/1962, completados este ano, o presente livro vem apenas celebrar a trajetória histórica da Psicologia como profissão – que, sublinhe-se, antecede estas seis décadas – ou rememorar atores pessoais e institucionais de destaque, mas sobretudo testemunhar da diversidade, pluralidade e unidade da Psicologia brasileira, expressa na reunião de entidades científicas, acadêmicas, profissionais e estudantis que compõem o FENPB.

É imprescindível destacar que a Psicologia celebra seu sexagésimo aniversário de regulamentação em tempos de enormes dificuldades para as ciências humanas, para as profissões da área da saúde, para a sociedade que se vê enredada em narrativas que colocam o conhecimento científico, a ética e os valores da dignidade humana em descompasso com os Direitos Humanos e sociais. Nossa realidade, já tão dura, intensificada pela pandemia da Covid-19, é um contexto que desafia profissionais, pesquisadores, governo e a própria sociedade, exigindo atuação conjunta e coordenada para minimizar os impactos negativos do isolamento social, dos sofrimentos físico e mental, das desigualdades sociais, da crise econômica e de outros efeitos impostos inesperadamente à nossa realidade.

Neste sentido, o FENPB tem realizado nos últimos anos um importante trabalho, no esforço de tornar a Psicologia cada vez mais uma ciência e profissão comprometida com a ética, com a Democracia e principalmente com a garantia dos direitos humanos em nosso país. Deste modo, este livro teve como finalidade apresentar os princípios e valores do FENPB na função de coletivo institucional que representa a pluralidade da Psicologia, como também as respostas coletivas que este Fórum tem construído para as lutas e desafios contemporâneos no exercício profissional, na formação e na pesquisa em Psicologia no Brasil.

Os capítulos desta obra estão organizados de modo a apresentar um resgate histórico do Fórum desde a sua criação e dos desafios enfrentados para consolidar e manter seu funcionamento, bem como os relatos produzidos por 22 das 27 entidades do FENPB acerca da trajetória histórica de sua entidade e – mais ainda – da trajetória de emergência, institucionalização e desenvolvimento de seu próprio campo, área ou especialidade, além dos desafios contemporâneos e perspectivas futuras de nossas entidades. A ordem destes capítulos não segue nenhuma lógica vertical – dada a horizontalidade que rege as relações institucionais no cotidiano do FENPB – senão um critério longitudinal: a data

de fundação. Desde a *quase-quarentona* Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), de 1983, até a *caçula* Associação Brasileira de Psicologia do Tráfego (ABRAPSIT), de 2015, apresentamos narrativas plurifacetadas que são expressão significativa do caleidoscópio institucional da Psicologia brasileira.

Conclui ainda este livro um outro capítulo produzido pela Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP) – nossa coirmã dedicada à história e à memória de nossa ciência e profissão – que apresenta uma visão analítica sobre o contexto histórico da institucionalização científico-profissional da Psicologia brasileira, ressaltando – sobretudo – o papel central que distintas instituições (do passado e do presente) tiveram (e têm) para a mobilização e articulação coletiva de nossa categoria para o desenvolvimento do nosso campo e para aproximá-lo das demandas concretas da sociedade e população brasileiras.

A partir do trabalho prestado à sociedade pelas entidades que o compõem, o FENPB busca destacar a importância da nossa profissão em distintos lugares onde a vida acontece e exige de nós um olhar que supere problemas, que construa a possibilidade de atuação institucional e coletiva e que promova desenvolvimento, saúde mental e social, autonomia e potencial transformador.

É por tudo isso que desejamos ao nosso FENPB vida longa nesse esforço ético-político coletivo!

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega
Presidenta do XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

SUMÁRIO

1 – FENPB

FENPB: um dispositivo coletivo para afirmar a diversidade, pluralidade e unidade na Psicologia brasileira..... 10

Antônio Virgílio Bittencourt Bastos e Rogério Giannini

2 – FENPB

Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira: um registro de seus passos iniciais..... 23

Ana Mercês Bahia Bock e Marcos Ribeiro Ferreira

3 – ANPEPP

Contribuições da ANPEPP para a Pós-Graduação em Psicologia 35

Marco Aurélio Máximo Prado, Gardênia da Silva Abbad, Patrícia Izar, Jáder Ferreira Leite e Mary Sandra Carlotto

4 – ABRAPEE

60 Anos da Profissão de Psicólogas(os) no Brasil e a participação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)..... 52

Alexandra Ayach Anache, Fauston Negreiros, Marilda Gonçalves Dias Facci, Marilene Proença Rebello de Souza, Roseli Fernandes Lins Caldas, Sílvia Maria Cintra da Silva e Tatiana Platzer do Amaral

5 – ASBRo

Trajatória e perspectivas do Método de Rorschach e da ASBRo nos 60 anos de Psicologia Brasileira..... 76

Thaís Cristina Marques dos Reis, Latife Yazigi, Sonia Regina Pasian, Ana Cristina Resende, Sonia Liane Reichert Rovinski, Lucila Moraes Cardoso, Erika Tiemi Kato Okino, Flávia de Lima Osório, Fernanda Aguiar Pizeta e Silvana Alba Scortegagna

6 – ABRAOPC

Orientação profissional e de carreira no Brasil: atuação e novos rumos..... 90

Daniela Boucinha, Manoela Ziebell de Oliveira, Leonardo de Oliveira Barros, Fabíola Rodrigues Matos, Lucilene Tofoli e Gustavo Henrique Martins

7 – ABPJ

Psicologia Jurídica: ABPJ, sua história e atualidade 106

João Carlos Alchieri e Cândida Helena Lopes Alves

8 – IBAP

O papel do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (Ibap) na construção histórica da psicologia brasileira 116

Daniela Sacramento Zanini, Cristiane Faiad, Makilim Nunes Baptista, Katya Oliveira, Karina Oliveira, Fabián Javier Rueda, Hugo Ferrari e Marcelo Henklain

9 – ABPD

Psicologia do Desenvolvimento no Brasil: Desafios e Perspectivas..... 128

Ana Cristina Garcia Dias

10 – ABEP

Formação em Psicologia: a ABEP, sua história, contribuições e desafios atuais..... 142

Antônio Alexandre Lório Ferreira, ngela Soligo e Irani Tomiatto de Oliveira

11 – ABPP

Psicologia política: um campo interdisciplinar das ciências humanas e sociais..... 149

Frederico Alves Costa e Candida Maria Bezerra Dantas

12 – SBPOT

História da Psicologia Organizacional e do Trabalho 163

Daiane Rose Cunha Bentivi, Sonia Maria Guedes Gondim, Fabiana Queiroga, Elisa Maria B. Amorim-Ribeiro e Sabrina Barros

13 – ABRANEP

O surgimento e a regulamentação da Neuropsicologia Clínica no Brasil181

Kátia Osternack-Pinto

14 – FLAAB

Federação Latino-americana de Análise Bioenergética: do Pioneirismo da Psicologia Corporal ao Compromisso Social 196

Ana Lúcia Faria, Ana Silvia Paula, Cristina Piauhy, Edna Ferreira Lopes, Fernanda Andrade Lima e Lorene Gonçalves Soares

15 – CONEP

Movimento estudantil e a efervescência da Psicologia: A construção e história da Coordenação Nacional de Estudantes De Psicologia (CONEP).....211

Jonas Marssaro

16 – ABRAP

Associação Brasileira de Psicoterapia: aspectos históricos e conceituais..... 230

Mathilde Neder, Emília Afrange e Christina Neder

17 – ABECiPsi

ABECiPsi: uma entidade em prol das revistas e editores de Psicologia.....237

Thatiana Helena de Lima, Maria Imaculada Cardoso Sampaio,
Acácia Aparecida Angeli dos Santos e Nelson Hauck Filho

18 – ABRAPESP

Um campo diverso como é o fenômeno esportivo: marcas

da Psicologia do Esporte brasileira 249

Katia Rubio e Cristiano Roque Barreira

19 – ABPSA

Psicologia da Saúde: História e Desafios 264

Maria Geralda Viana Heleno, Ricardo Silva dos Santos Durães,
Manuel Morgado Rezende e Miria Benincasa

20 – IBNeC

Neuropsicologia no Brasil: Retrospectiva e Prospecção..... 281

Izabel Hazin, Sérgio Fukusima e Jesus Landeira-Fernaández

21 – ABP+

Psicologia Positiva Brasileira: movimento científico em prol da saúde

psicológica e do bem-estar.....295

Caroline Tozzi Reppold, Cyntia Mendes de Oliveira e Claudia Hofheinz Giacomoni

22 – ABRAPAV

A Contribuição da Psicologia no Contexto da Aviação 305

Márcia Regina Molinari Barreto e Selma Leal de Oliveira Ribeiro

23 – SBHP

Historiografia da Psicologia no Brasil323

Regina Helena de Freitas Campos, Ana Maria Jacó-Vilela e Marina Massimi

24 – ABRAPSIT

**Contribuições da Associação Brasileira de Psicologia
de Tráfego (ABRAPSIT) na construção da psicologia brasileira 347**

Juliana de Barros Guimarães, Renan Soares Junior, Fábio de Cristo e Andrea dos Santos Nascimento

25 – SBHP

**Notas para uma história da institucionalização científico-profissional
da Psicologia no Brasil 375**

Filipe Degani-Carneiro, Rodrigo Lopes Miranda, Rodolfo Luís Leite Batista,
Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos, Jaqueline de Andrade Torres
e Fernando Tavares Saraiva

Sobre os Autores 396

FENPB: um dispositivo coletivo para afirmar a diversidade, pluralidade e unidade na Psicologia brasileira

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
Rogério Giannini

A diversidade é, como sempre foi, uma marca constituinte da Psicologia enquanto ciência e profissão. Mesmo quando olhamos retrospectivamente e nos damos conta de quão mais limitadas eram as ações profissionais no momento em que nos constituímos como profissão, vamos encontrar lá uma diversidade de contextos e de perspectivas de intervenção que muitos insistem em não ressaltar, como se tivéssemos uma Psicologia única, orientada para um único objetivo e única forma de lidar com as demandas sociais que justificaram o seu reconhecimento enquanto profissão. Essa pluralidade é, contudo, muito mais evidente, quando, na mesma perspectiva histórica, olhamos a Psicologia enquanto campo científico. Esse sim, desde suas origens, foi marcado pela diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas que constituem esse rico mosaico de entendimentos sobre o que é o nosso objeto de estudo e intervenção e sobre as diferentes formas com que podemos melhor apreendê-lo.

Esse binômio ciência e profissão é indissociável para quaisquer análises que façamos sobre o que nos configura como um campo específico e sobre o que nos diferencia de demais campos científicos e profissionais. Evidentemente, diga-se de passagem, que tal identidade e singularidade se constituem no interior de múltiplas relações ou interações com outros campos científicos e profissionais. Nenhum campo está isolado e nem deixa de ser influenciado e influenciar seus campos mais próximos. Verifica-se, portanto, que os limites entre campos científicos estão a cada dia menos nítidos e as interfaces e trânsitos entre disciplinas estão se tornando o padrão mais comum. No campo profissional, esse mesmo movimento se verifica na prática, embora, em muitos casos, legislações específicas fixem de forma mais visível

os limites de atuação profissional. Mesmo com tais limites definidos legalmente, é evidente o crescimento, não de agora, de uma perspectiva multiprofissional como base para atuação que se dá, crescentemente, em equipes diversas quanto à formação e habilitação para solucionar problemas sempre complexos e que demandam múltiplos olhares.

Se, até aqui estamos tratando da Psicologia como um campo científico e profissional, nos cabe assinalar que, como quaisquer outros campos, ele também se revela múltiplo e diverso no seu interior. Assim como falamos de fronteiras disciplinares e de interações interdisciplinares, seria pertinente falarmos de fronteiras e interações intradisciplinares. Essa diversidade interna da Psicologia se explicita em propostas distintas de organizar seus campos científicos e suas áreas de atuação profissional, inexistindo uma taxonomia que descreva áreas e subáreas consensuais em todos os países. Aqui mesmo no Brasil a divisão da Psicologia como área se diferencia entre as duas principais agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação (CNPq e CAPES).

O fato é que toda a dinâmica de crescimento, desenvolvimento ou mudança no nosso campo se dá na articulação entre o que ocorre no campo da ciência (produção de novos conhecimentos, de novas tecnologias ou formas de atuação, de novos instrumentos, com implicações imediatas sobre a formação dos alunos e futuros profissionais) e no campo da profissão *stricto sensu* (na forma como vai lidando com as demandas sociais e como tais demandas mudam em função de fatores estruturais e conjunturais da sociedade). Muito tem contribuído para essa perspectiva as diversas políticas públicas, particularmente o SUS e SUAS, que acabam exigindo no cotidiano práticas que desafiam pressupostos teóricos preestabelecidos. No entanto, essa dinâmica se torna ainda mais complexa porque ocorre, também, no nível dos diversos subcampos ou subáreas que nos constituem enquanto ciência e profissão.

O processo de institucionalização de uma disciplina ou de uma profissão envolve o surgimento de entidades que se tornam responsáveis por organizar seu domínio e fomentar o trabalho coletivo para o seu desenvolvimento. No caso de profissões reconhecidas legalmente, surgem os Conselhos Profissionais cujas atribuições de orientação e fiscalização do exercício profissional são fixadas em Lei aprovada pelo Congresso Nacional. No caso das áreas científicas surgem entidades, associações de caráter privado voltadas para fomentar os avanços daquela área. E processo similar ocorre com o campo da formação, no campo das representações sindicais e assim por diante.

O importante nesse momento é assinalar que tais entidades se tornam atores críticos em todos os processos pelos quais passam os campos científicos e profissionais.

Tais entidades passam a ser responsáveis por iniciativas que fortaleçam ou aprimorem as contribuições de cada campo para a sociedade. Como as áreas têm desenvolvimentos e níveis de maturidade distintos, suas entidades também se diferenciam em termos de estrutura, história e suporte da comunidade para as suas atividades.

Temos, portanto, uma rede de atores – entidades – também diversa ou plural em termos de seus objetivos específicos, assim como em termos de capacidade, capilaridade e força para tornar suas comunidades específicas mais visíveis em termos das suas contribuições para a ciência e a prática profissional.

A compreensão dessa diversidade e a visão de que, apesar dela, a Psicologia como um todo, enfrenta desafios e demandas que se colocam para todos está na base de criação do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB). Entidades de diferentes portes, com diferentes histórias e cuidando de partes desse complexo mosaico que nos constitui como ciência e profissão se reúnem para juntas construírem ações que fortaleçam a rede como um todo. A rede é uma metáfora bastante útil para compreender como as interações recorrentes entre as entidades são capazes de potencializar o fortalecimento do conjunto e de cada nó em particular.

Essa rede de entidades que constitui o FENPB atua pautada em um conjunto de valores ou princípios que poderiam ser assim enunciados:

- a. O reconhecimento da legitimidade de cada entidade em termos da representação do coletivo de atores (profissionais, estudantes, docentes, pesquisadores) que constitui a sua comunidade de interessados; tal legitimidade surge dos processos construídos no interior da própria comunidade que representa e que culmina com a escolha dos seus dirigentes. Esse princípio tem uma implicação fundamental sobre as relações no interior do Fórum – apesar das diferenças de porte, tamanho da comunidade que representa, poder econômico ou mesmo da natureza jurídica de cada entidade, todas elas têm o mesmo peso e o mesmo poder de moldar as decisões do Fórum; ou seja, busca-se estabelecer relações horizontais e democráticas em parcerias que caracterizam uma atuação em rede sem hierarquia.
- b. O reconhecimento formal e normativo da igualdade e não hierarquização é também garantido pelo princípio da equidade, que permite reconhecer as potências e limites de cada entidade, superando a isonomia formal em busca de decisões mais justas, que considerem e equilibrem essas diferenças.
- c. O reconhecimento do Fórum como um espaço que potencializa a ação coletiva da área, o que também permite o fortalecimento da atuação de cada entidade participante. Para tanto é necessário construir incessantemente consensos sobre quais os grandes desafios e quais as grandes exigências que se colocam para a

Psicologia enquanto ciência e profissão. Nesse sentido, o Fórum caracteriza-se como esse dispositivo de construção de entendimentos coletivos sobre para onde a nossa ciência e a nossa profissão devem caminhar. Esses entendimentos compartilhados nos asseguram posicionamentos mais fortes e com maior impacto frente aos desafios e ameaças – a toda a Psicologia ou a algum dos seus segmentos.

- d. A atenção contínua ao entorno ou ao contexto social, econômico e político que nos constitui enquanto um país periférico na ordem econômica mundial e com uma trágica herança de desigualdade que se encontra entranhada na nossa estrutura social e nos padrões de relações entre pessoas, grupos e instituições. Essa atenção à nossa realidade naquilo que ela mais demanda para se transformar em um contexto potencializador de bem-estar e qualidade de vida para todas e todos os brasileiros é uma exigência do compromisso ético que assumimos ao nos tornarmos psicólogas e psicólogos. O FENPB, com isso, termina também se constituindo em um espaço de afirmação do compromisso ético e social que se espera de toda a nossa área. Sendo assim, termina se constituindo numa voz da Psicologia para fora da nossa área, uma voz para a sociedade que ganha o peso de não ser a voz isolada de um dos seus segmentos, mas sim do conjunto de entidades da Psicologia.

Os princípios acima apresentados, na prática se traduzem em processos decisórios que procuram maximizar a força do coletivo e, simultaneamente, respeitar as decisões de cada entidade em particular. Assim, as decisões do FENPB são tomadas sempre que possível, por unanimidade, buscando-se o consenso progressivo. Quando se torna necessária votação, a maioria absoluta é considerada e deve ser acatada por todas as entidades quando se trata de assunto interno do Fórum. São questões relativas à programação de atividades, calendário de reuniões, composição de grupos de trabalho etc. No entanto, ao se tratar de manifestações de caráter público ou interinstitucional, quando a unanimidade não é conseguida, tal manifestação é assinada apenas pelas entidades que a apoiam. Assim, o posicionamento é divulgado apenas com a assinatura do conjunto de entidades que votou favoravelmente, sem o nome do FENPB. Outro aspecto importante desse processo decisório é que aquelas decisões mais complexas ou que têm um impacto mais visível sempre demandam processos de consulta interna de cada entidade, não estando os seus representantes no Fórum instados a se posicionarem sem o tempo necessário para tal consulta. Com tais procedimentos, tem-se conseguido conduzir os trabalhos do FENPB de forma bastante harmônica apesar de toda a diversidade que esse espaço incorpora. Tudo isso acaba

contribuindo para o fortalecimento de uma cultura política não hegemônica e profundamente democrática que fortalece laços de confiança mútua. De certo modo, o FENPB é o exercício formal e cotidiano da unidade de uma ampla frente constituída por uma psicologia socialmente relevante, técnica e cientificamente embasada e eticamente posicionada pelo marco da defesa dos Direitos Humanos.

FENPB: os desafios do presente

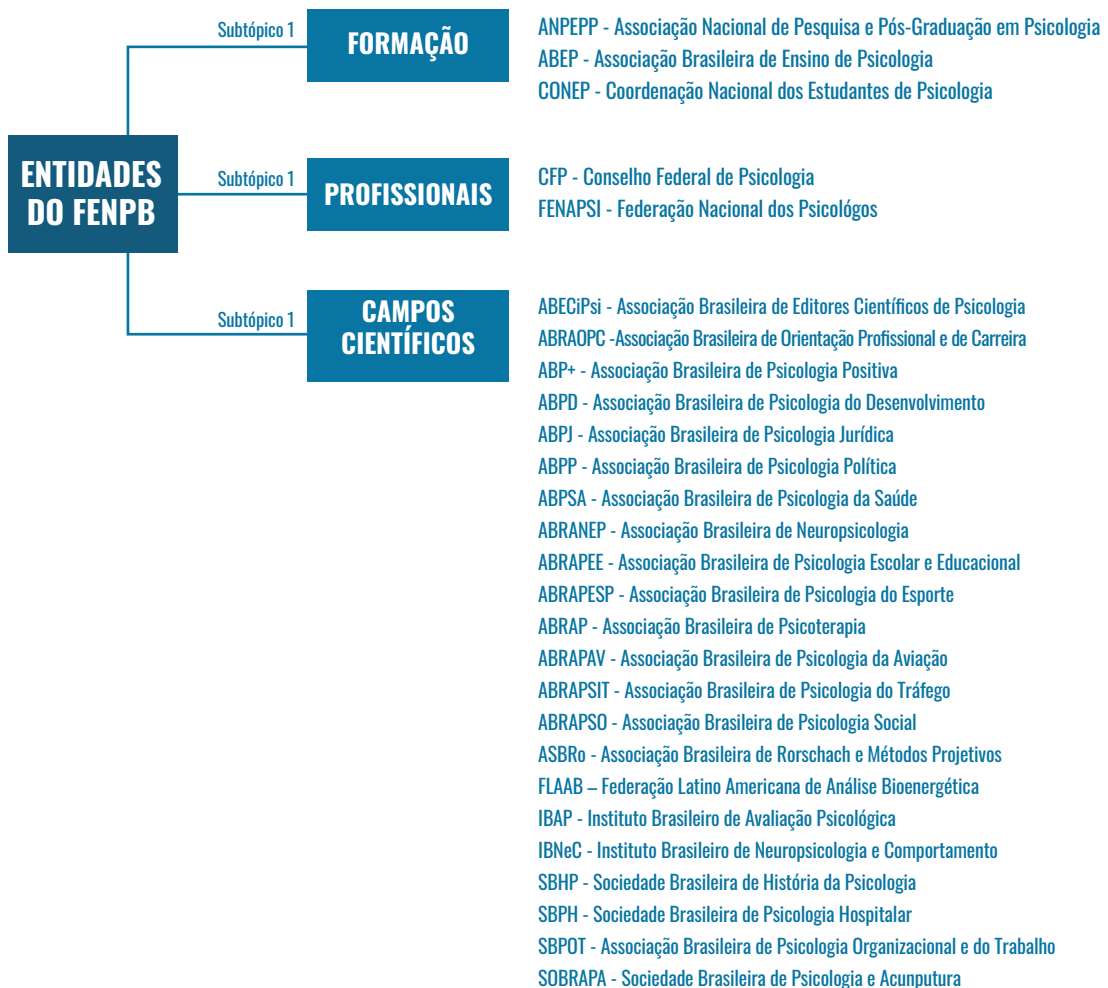
Hoje o FENPB é integrado por 27 entidades. Sua composição está apresentada na Figura 1 em três principais grupos. O maior contingente é de entidades (associações, sociedades) que representam campos científicos, áreas ou subáreas da psicologia, todas com interfaces com a atuação profissional, em maior ou menor grau. Há entidades do campo da Formação e entidades profissionais e de caráter geral, como é o caso do Conselho Federal de Psicologia (uma autarquia federal) e a FENAPSI (uma federação de sindicatos de psicólogas(os)).

A partir de 2017, as entidades do FENPB passaram a se reunir com periodicidade definida a cada ano, sempre com o apoio do Conselho Federal de Psicologia, exercendo o princípio da equidade, o que assegurou uma dinâmica própria ao Fórum cuja irregularidade da participação das entidades se devia às condições de financiamento. No período da pandemia, as reuniões passaram a ser virtuais e, no momento atual, com a retomada dos trabalhos presenciais, as reuniões passaram a ser híbridas.

O presente da atuação do FENPB é profundamente marcado pelo momento político que vive a sociedade brasileira. Nos últimos anos, o país vem atravessando um período de extrema turbulência política, certamente o mais tenso desde o processo de redemocratização e aprovação da constituição de 1988. Essa tensão envolve a disputa de dois projetos de sociedade e país que, de forma talvez simplificada, poderíamos nomear da disputa por uma sociedade inclusiva em busca da superação da sua profunda desigualdade social (como preconizado na nossa Constituição) versus a permanência de modelo econômico neoliberal, com redução do papel do Estado, excessivo protagonismo das forças de mercado que constituem a elite econômica e política responsável, ao longo da história, pelos problemas que nos afligem como sociedade. Esse embate se agudiza com a ruptura democrática implicada em um impeachment sem respaldo constitucional e assume o seu ápice em uma eleição democrática em que forças de extrema direita assumem o poder e impõem profundos retrocessos em todas as políticas públicas que, de forma ainda que tímida,

caminhavam para estabelecer um estado de bem-estar social preconizado em nossa constituição.

O momento ainda hoje vivido caracteriza-se adicionalmente, por imensos retrocessos em pautas sociais que foram e continuam sendo centrais para a psicologia. Sem sermos exaustivos, podemos citar: a convivência com as mais diversas formas de expressão de racismo, de discriminação quanto a gênero que deixaram de contar com o peso de políticas públicas que asseguravam o seu efetivo combate. Temos retrocessos nos direitos das mulheres o que se associa ao crescimento espantoso dos casos de violência contra as mulheres e feminicídios, também com a redução do peso do Estado no combate a esses crimes. Na verdade, vemos a captura do Estado, principalmente do Poder Executivo, mas também importantes parcelas do Poder



Legislativo e Judiciário, por forças autoritárias que têm imposto pautas anticivilizatórias e protofascistas, muito além de concepções e práticas conservadoras, o que põe em risco a própria democracia organizada nos moldes da Constituição de 1988.

Nesse cenário de graves retrocessos e ameaças, a Psicologia respondeu com a ampliação da sua unidade interna. Essa unidade tem se expressado na participação vigorosa da categoria nos Congressos Regionais e Congresso Nacional da Psicologia (COREP e CNP) que definem pautas de resistência e avanços, como também se apresenta nos processos de escolha da direção de diversas entidades do Fórum, com destaque para o CFP. Podemos dizer que se os COREPs e o CNP são usinas de produção de teses e posicionamentos, o FENPB é uma oficina permanente de produção de unidade na ação diante de ameaças de retrocessos inaceitáveis e frente aos quais a Psicologia não poderia se calar. Nesses últimos 8 anos, o FENPB tem sido porta voz de denúncias e tem sido protagonista de lutas importantes para a sociedade brasileira e para a Psicologia em particular.

Esse protagonismo, é importante registrar, se deve fortemente ao compromisso assumido pelo sistema Conselhos, exercendo o princípio da equidade, de apoiar a existência e funcionamento do FENPB. Esse compromisso se concretiza em decisões do Congresso Nacional da Psicologia, com a aprovação de tese que reconhece o papel que esse Fórum desempenha na área e assegura que recursos do sistema Conselho sejam usados para viabilizar o seu funcionamento. Sem essa decisão política possivelmente teríamos um quadro de grande fragilidade, que já caracterizou o FENPB em momentos passados, pela discrepância dos diversos modelos organizacionais das entidades.

Sem sermos exaustivos, alguns exemplos ilustram bem a sintonia do conjunto das entidades da Psicologia com os graves problemas vividos nos últimos anos pela Psicologia e pelo Brasil. No enfrentamento da pandemia, nos posicionamos criticamente quanto à estratégia negacionista do governo federal, defendendo as medidas de isolamento como preventivas e a vacinação em larga escala como meio de minimizar seus perversos efeitos sobre pessoas, famílias e organizações. Manifestamos solidariedade a todas e todos que perderam familiares e amigos, assim como apoiamos todos os movimentos feitos pelas(os) psicólogas(os) de prestarem apoio psicológico diante de tantas perdas e de um processo de luto coletivo ou social.

Para isso, contribuiu fortemente a Resolução 11/2018 que disciplinou o atendimento psicológico on-line que foi revisada e adaptada pela Resolução 04/2020, ampliando as possibilidades do atendimento remoto frente às imposições geradas pela pandemia. Ainda na pandemia trabalhamos fortemente para pensar e orientar

as instituições formadoras a como assegurar a continuidade dos processos formativos sem ampliar os riscos de contaminação evitados pela suspensão do ensino presencial. No caso da Psicologia essa abrupta transição requereu grande esforço para se identificar, nas diferentes áreas ou domínios e nos diferentes momentos da formação, o que poderia e o que não poderia ser feito.

Ainda no campo da formação, engajamo-nos em duas grandes batalhas fundamentais para assegurar a melhoria da qualidade com que nossa categoria é formada. Trabalhamos na construção das novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Psicologia que já foram aprovadas pelo CNE e aguarda a homologação do Ministério da Educação. Essa nova versão das DCNs traz inovações importantes, como um novo e complexo modelo de competências além de novas propostas de ênfases curriculares, ampliando a nossa convicção de que os processos de trabalho são uma dimensão fundamental para pensarmos o exercício profissional e a formação para tal. Em um primeiro momento conseguimos assegurar no texto das DCNs a obrigatória necessidade de que a formação em Psicologia fosse presencial. Na versão finalmente aprovada, depois de um recuo do CNE, perdemos essa batalha. No entanto, estamos em várias outras frentes de luta para reafirmar que nossa formação não pode se dar na sua integralidade com o ensino à distância. A luta continua e torcemos para que no novo cenário nacional essa questão seja retomada de forma a nos assegurar uma vitória contra essa forma de precarização da formação que está sendo imposta por força de interesses mercadológicos.

Outro eixo permanente de ação e posicionamento tem sido o desmonte da área de ciência e tecnologia no atual momento. Essa área vive uma crise de financiamento sem precedentes, revelando o quanto o desenvolvimento científico e tecnológico, fator fundamental para o desenvolvimento das nações, é algo absolutamente sem importância no atual governo. Esse desmonte apareceu ao longo do tempo em vários episódios envolvendo a CAPES e o CNPq e frente a eles nos posicionamos pela defesa da pós-graduação, especialmente na crise vivida no recente processo de avaliação quadrienal.

Estivemos também presentes e colaborando na construção da nova resolução sobre a Psicoterapia, atividade tão central no exercício profissional da grande maioria de psicólogas e psicólogos. Trata-se de um campo que enfrenta dificuldades pela forma alargada com que profissionais sem formação adequada terminam ocupando espaços da Psicologia, com consequências não mensuradas sobre as pessoas, famílias, casais, grupos. Defender esse espaço tão central na constituição da nossa identidade

de profissional é, certamente, algo que não se esgota no que foi feito e novas ações continuam sendo pensadas e planejadas.

O FENPB também atuou fortemente na luta que resultou na Lei 13.935/2019 que insere psicólogos(os) e assistentes sociais na Educação Básica. Abre-se, agora, a necessidade de atuação nos níveis de Estados e Municípios de modo a que a Lei seja de fato implantada e isso requer que nesses níveis leis específicas sejam aprovadas e que os poderes executivos assegurem esse direito tão fundamental para a melhoria da qualidade da formação básica de nossas crianças e adolescentes.

Vale registrar também o forte engajamento do FENPB na luta pela preservação da avaliação psicológica como espaço privativo de atuação da(o) psicóloga(o), diante das ameaças crescentes à integridade dos nossos instrumentos de avaliação. Liderada pelas entidades específicas do campo da avaliação psicológica, o FENPB atuou fortemente na luta contra a ADI 3481, buscando assegurar que o conteúdo dos nossos instrumentos de avaliação e, especialmente os seus crivos de avaliação, não se tornassem de domínio público, como assegurou a decisão do Supremo Tribunal Federal. Trata-se de um processo que ainda se encontra em andamento. Para além dessa questão mais geral, também outras frentes de luta mais específicas foram travadas no campo da avaliação para o tráfego e para o porte de armas.

Ainda a título de exemplo, temos que destacar a forma como o FENPB acompanha todos os projetos de lei que tramitam no Legislativo e que afetam a nossa profissão. Em conjunto com o CFP, esses projetos são monitorados em todos os seus passos e mobilizações de profissionais são periodicamente realizadas para que possamos pressionar os parlamentares, quer presencialmente quer através de documentos onde os fundamentos científicos e técnicos são disponibilizados. Só para citar um exemplo, temos o caso do projeto de lei que buscava regulamentar a profissão do Constelador Familiar.

FENPB: o que se desenha para o seu futuro

Diante do contexto contemporâneo e as demandas atuais para a psicologia, o coletivo de entidades que compõe o Fórum se debruçou na construção do Planejamento Estratégico (PE). A partir da compreensão de que o FENPB pode e deve atuar como espaço de fortalecimento da psicologia, o PE teve por objetivo a construção coletiva de ações articuladas das entidades nacionais da psicologia brasileira, que visem ao desenvolvimento de estratégias para a promoção de práticas profissionais comprometidas com os princípios da psicologia brasileira declarados em seu código de

ética e o enfrentamento aos aspectos do contexto político e social que demandem um posicionamento da psicologia como ciência e profissão.

O processo de construção do PE resultou em avanços importantes para o coletivo. O mais óbvio é o cumprimento do objetivo proposto ao início do PE. Como produto, estruturou-se um documento contendo 4 grandes eixos, com os respectivos objetivos, que se desmembram em ações a serem desenvolvidas pelas entidades da psicologia nos próximos anos, conforme apresentados na tabela abaixo.

Tabela 1: Planejamento estratégico do FENPB – 2021.

Eixo	Objetivo Estratégico	Exemplo de Resultado estratégico	Exemplo de Ação estratégica
Eixo 1: Exercício da profissão	Atuar em conexão e rede entre as entidades de psicologia para promover um exercício da profissão fundamentado no conhecimento científico e baseado nos princípios éticos da profissão.	Ter uma plataforma online de capacitação dos profissionais nas diferentes áreas de atuação.	Promover seminários online com a participação integrada de duas ou mais entidades do FENPB.
Eixo 2: Processo de formação e pesquisa	Atuar para que as entidades da psicologia brasileira contribuam para a formação, a construção e a disseminação do conhecimento científico, respeitando o caráter histórico da defesa e promoção dos Direitos Humanos.	Aproximação entre pesquisa e formação.	Fomentar eventos temáticos e debates online sobre temáticas específicas das entidades do FENPB.
Eixo 3: Políticas públicas	Atuar como ciência e profissão na formulação e defesa de políticas públicas a partir da articulação junto a diferentes setores organizados na sociedade.	FENPB reconhecido pelo poder público, movimentos sociais e sociedade civil por articular a interlocução das entidades que o compõe, com estes segmentos.	Construir junto as entidades do FENPB, um mapa de sua atuação em políticas públicas, produzindo informação para a articulação entre as entidades de áreas afins.
Eixo 4: Organização e articulação do FENPB	Promover ações articuladas entre as entidades do FENPB e do FENPB com outras organizações da sociedade.	Ampliar a participação/ representação de entidades da Psicologia Brasileira no FENPB e a sua visibilidade social.	Mapear o conjunto de entidades nacionais da Psicologia, avaliando o nível de representatividade atual do FENPB.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante dos eixos e ações acima apresentados, fica explícito o perfil e o campo de interesse das entidades que compõem o Fórum: a articulação entre campo científico e prática profissional; além do ponto de interseção entre esses dois polos, que é a formação. Apesar dos inúmeros avanços na profissão, tanto no campo científico quanto profissional, ainda se observam descompassos entre esses dois estatutos da psicologia. Uma das críticas nesse sentido se dá, por um lado, na dificuldade da academia em transpor o conhecimento científico produzido nos muros das universidades em produtos que podem ser aplicados para resolução de problemas reais. Por outro lado, há o desafio dos profissionais em superar o papel de meros reprodutores de técnicas simplistas e atualizarem constantemente suas práticas profissionais. De acordo com Francisco & Bastos (1992), o psicólogo deve se apresentar como um agente de mudanças e não como repetidor do conhecimento científico e técnico de forma acrítica. Para tanto, é vital que se supere o paradigma positivista da ciência produzida e que se restabeleça o caráter de “expert” do profissional da psicologia. No mundo atual, torna-se imperativo que psicólogos apresentem, além das competências ligadas à intervenção no campo psicológico, competências relacionadas ao processo de investigação (Cruz, 2016).

Para além do PE em si, o processo de articulação teve ainda dois resultados indiretos significativos. O primeiro diz respeito à democratização dos debates e ações do Fórum. A dinâmica democrática construída durante o processo proporcionou a participação ativa e o protagonismo de todas as entidades da psicologia brasileira, independente de seu tamanho, tempo de criação, de participação no Fórum ou recursos. Tal dinâmica resultou na segunda conquista indireta, que foi a articulação contínua entre as mais diversas entidades do Fórum, para além de interlocuções pontuais, como ocorria anteriormente, na discussão de pautas para além das especialidades de cada entidade.

Em suma, pode-se dizer que o panorama atual do FENPB é de consolidação, crescimento e estreitamento da integração entre as 27 entidades que o compõem. Tal evolução reflete a diversidade e multiplicidade de concepções teóricas, metodológicas e temáticas da psicologia brasileira.

Reflexões finais

Como todo projeto coletivo, o FENPB lida no seu cotidiano com diferenças históricas que muitas vezes se traduziram em tensões e disputas internas na própria Psicologia. Afinal, temos que reconhecer a existência e mesmo a permanência de forças que apostam na divisão, na disputa por espaços de poder e decisão. Não poderia ser diferente do que acontece em todos os coletivos sociais. No entanto, a própria existência, continuidade e fortalecimento do FENPB é uma evidência significativa de que, pautado nos princípios antes enunciados, é possível transformar as diferenças em forças, em potência de ação.

Essa capacidade de ser um ator presente nos momentos em que a Psicologia precisa ser defendida assim como nos momentos em que um projeto de país soberano, democrático e socialmente justo está ameaçado, faz com que divergências menores fiquem em segundo plano e que as ações colaborativas assegurada pelo funcionamento em rede se sobreponham a potenciais dificuldades. Nesse sentido, é importante frisar, que todas as decisões só são assumidas pelo FENPB quando há a concordância de todas as suas entidades. Quando isso não ocorre, as entidades que discordam de algum encaminhamento não são pressionadas a se posicionarem com a maioria, respeitando-se a sua autonomia. Importante frisar que a unidade do fórum se dá apesar e por causa das diferenças de cada uma das entidades. A força e a legitimidade de cada entidade, pelo impulso da articulação de pautas e interesses, potencializam a força e a legitimidade do coletivo, o que seguramente acaba por beneficiar cada uma das entidades do FENPB.

Um grande desafio do momento atual consiste na ampliação e engajamento de mais entidades nacionais. Uma “voz” que poderia estar presente no Fórum é a das instituições que atuam na formação profissional das psicólogas e psicólogos, particularmente nos cursos de especialização. Até o momento, temos sido pouco proativos na busca de agregar novas entidades. O crescimento tem ocorrido sempre por iniciativas de entidades que submetem o pedido para se integrar. Há, como mostrado no planejamento estratégico, o objetivo de ampliar essa rede cuja capacidade de ação tem se mostrado um diferencial da Psicologia em relação a outros campos científicos e profissionais.

Referências

Cruz, R. M. (2016). Formação científica e profissional em psicologia. *Psicologia: ciência e Profissão*, 36, 3-5. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003512016>.

Francisco, A. L., Bastos, A. V. B., & Conselho Federal de Psicologia. (1992). Conhecimento, formação e prática: o necessário caminho da integração. *Conselho Federal de Psicologia, Psicólogo brasileiro: Construção de novos espaços*, 211-227.

Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira: um Registro de seus Passos Iniciais

Ana Mercês Bahia Bock
Marcos Ribeiro Ferreira

Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia. Foi assim que o Fórum foi batizado em sua inauguração em 1997 em uma pequena sala oferecida pelo Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região (MG) ao grupo de dirigentes de cinco entidades. As entidades eram: o Conselho Federal de Psicologia (CFP), ali representado pelos autores deste texto (Ana Bock e Marcos Ferreira); a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), representada por Cláudio Hutz; a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), representada por Maria Ângela Feitosa; a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) e a entidade estudantil CONEP. O epíteto “brasileira” foi incluído no nome do Fórum no momento em que cresceu a interação com entidades de outros países, chegando ao nome que ficou resumido na sigla FENPB.

Em comum, aquele coletivo tinha a disposição de reunir a Psicologia em um espaço que permitisse debater as questões necessárias ao seu desenvolvimento e amadurecimento como ciência e profissão. Sabia-se que aquelas entidades e muitas outras iniciativas de organização no campo da psicologia se tornavam cada vez mais necessárias para que se pudesse superar a lógica feudal que marcava o campo. Eram guetos que se empenhavam para resolver problemas específicos (ou comuns, como o caso da formação) da psicologia, mas andavam nestes percursos de forma dispersa. Isto tinha como consequência não haver uma voz legítima para falar pela psicologia. As ações das entidades baseavam-se em suas relações, na maioria das vezes pessoais, com governantes ou políticos influentes e na intimidade com a elite dominante no país.

Constituição de legitimidade na representação da Psicologia em todos os âmbitos e assuntos! Este foi um foco imediatamente assumido como fundamental por aquele coletivo, nos primeiros momentos de existência do FENPB. O texto do cartaz que anunciou a criação do novo Fórum merece atenção (era um cartaz enorme e bonito, impossível de não ser percebido por qualquer pessoa que passasse perto dele). Ele

trazia uma avaliação sobre o longo período em que fomos representados de forma de forma assistemática, apontava as possibilidades futuras de desenvolvimento do FENPB e apontava como foco do Fórum o compromisso com a maioria do povo brasileiro.

Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira

1. Somos mais de duzentas mil pessoas envolvidas com a Psicologia no Brasil, considerando os psicólogos, professores, pesquisadores e estudantes de Psicologia no país.
2. Entretanto, não contávamos com suficientes canais de expressão para a problematização, criatividade e solução dos problemas que vivemos. Por escassez de canais institucionais, em muitas oportunidades a representação da Psicologia chegou a ocorrer de forma ilegítima e desconectada de nossas aspirações.
3. O Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia foi instituído com fim de suprir essa lacuna na organização da Psicologia Brasileira.
4. Com a reunião de forças que o Fórum proporciona, será possível definir políticas e projetos voltados à melhoria da qualificação profissional dos psicólogos, ao fortalecimento da pesquisa no Brasil, à democratização das entidades representativas de todo o setor, à consolidação da relação entre a pesquisa e a prática cotidiana dos psicólogos, e ao aperfeiçoamento do instrumental técnico dos psicólogos. E, tudo isso, sempre tendo em vista o fortalecimento do compromisso da Psicologia com o povo brasileiro.
5. Conclamamos todos os psicólogos, professores, pesquisadores e estudantes de Psicologia a participarem e incentivarem suas entidades a colaborarem com este esforço de organização e fortalecimento da Psicologia Brasileira.

Além da constituição de legitimidade, outros focos foram estabelecidos como fundantes:

1. o reconhecimento de que tudo que dissesse respeito à Psicologia seria considerado de interesse do FENPB;

2. definição de que o Fórum definiria em conjunto os encaminhamentos cuja execução seria assumida pela organização que tivesse maior facilidade ou definição legal para lidar com ela;
3. disposição para a criação de organizações para dar conta de temas considerados descobertos pela atenção das entidades existentes;
4. construção de canais de expressão das vozes e forças organizadas no âmbito da Psicologia;
5. democratização dos espaços decisórios sobre temas relacionados à ciência e à profissão;
6. envolvimento de um máximo de atores regionais ou parcelares como base social do FENPB;
7. definição de uma política coletiva e legitimada de relações internacionais.

Vários exemplos da materialização das dimensões fundantes serão apresentados com mais detalhes a seguir, mas antes vale a pena destacar (seguindo a itemização do parágrafo anterior):

1. campanha de defesa da Psicologia diante da tentativa de captura de espaços por outras profissões;
2. debate sobre ética na pesquisa, que foi formalizado em resolução do CFP;
3. criação da ABEP;
4. realização da Primeira Mostra Nacional de Práticas em Psicologia: Psicologia e Compromisso Social e do primeiro Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão;
5. inclusão de novas organizações nacionais no FENPB (já eram oito na virada do século e chegaram a quinze em 2002);
6. realização de plenárias nacionais de entidades convocadas pelo FENPB, durante a Primeira Mostra e Congressos Norte-Nordeste;
7. criação e realização do primeiro Congresso da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI).

De fato, a história da Psicologia no Brasil não é diferente da história de muitas outras profissões. Conquistava avanços pelos laços que a uniam ao poder no Brasil sem conseguir reunir os esforços e produzir a voz que lhe daria respaldo e legitimidade por conter o conjunto de pessoas ligadas à área. Um conjunto amplo e diversificado de profissionais da ciência e da profissão que a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 se apresentavam no mercado de trabalho como psicólogas e psicólogos desejosos de atuar na profissão, mas sem encontrar o espaço necessário.

Esses e muitos outros problemas e temas da psicologia sofriam atenção intermitente, ficando, muitas vezes, descobertos. A formação, o mercado, as novas áreas de atuação, as dificuldades para o desenvolvimento da pesquisa e, principalmente, para a circulação do conhecimento que se acumulava eram alguns destes problemas que, tratados de forma isolada e/ou intermitente (pois dependia das gestões que ocupavam as entidades e suas relações), não encontravam solução.

Mas sabemos que os anos 1990 trouxeram muitas esperanças e conquistas, após a promulgação da nova carta constitucional que representou a vitória contra a ditadura que abafou e silenciou o Brasil por vinte anos. Em todos os espaços da ciência e da profissão, a Psicologia viveu desafios que apontavam novas possibilidades, por exemplo, na sua presença na construção do SUS. Ganhou impulso o desejo e necessidade de criação de uma abrangente comunidade nacional que congregasse de forma democrática e respeitosa os diferentes atores e esforços de organização presentes na área.

Em 1989, o Conselho Federal de Psicologia sob a presidência da psicóloga e professora Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, em um projeto coordenado pelo conselheiro Marcus Vinicius de Oliveira Silva, apresentou um chamado à Federação Nacional (que reunia os sindicatos da Psicologia) para uma ação conjunta. Realizou-se o Congresso Nacional Unificado. O germe do FENPB estava ali: unir as entidades para qualificar os esforços e as conquistas. A FENAPSI, o conjunto dos Sindicatos de Psicólogos no Brasil, o CFP e o conjunto dos Conselhos Regionais se reuniram em Brasília na primeira grande iniciativa de reunir entidades para enfrentar os problemas da psicologia brasileira e colocá-la em dia com os novos tempos que surgiam.

O processo de construção dessa grande comunidade não foi algo fácil. O Congresso Unificado se materializou em poucos resultados naquele momento. A principal decisão tomada pelo coletivo foi o de combater o corporativismo que marcava as entidades de Psicologia.

O CFP levou muito a sério as decisões do Congresso Unificado de 1989 e em 1993 convocou o Congresso Constituinte da autarquia da Psicologia, agora já sob a gestão da psicóloga Ana Lucia Francisco. Os Conselhos Regionais apresentaram-se com suas

delegações e, ousada e corajosamente, a autarquia começou a debater sua estrutura e organização, avançando para se tornar a entidade profissional mais democrática do Brasil. A Lei nº 5.766/1971 foi posta sobre a mesa e todos os seus trechos foram debatidos. Um novo Conselho de Psicologia surgiu daquele esforço. Um conjunto de acordos políticos foi estabelecido para que o processo de democratização fosse implantado, mesmo que a lei de criação da profissão não pudesse ainda ser alterada.

O processo de democratização da Autarquia logo ganhou materialidade: eleições diretas para o Conselho Federal, com chapas e plataforma eleitoral, instalação da Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF) – que depois se tornaria Assembleia de Políticas, Administração e Finanças – e o Congresso Nacional da Psicologia (CNP) foram instituídos pelo Congresso Constituinte e logo começaram a ser vividos na prática por profissionais de todo o país. Claro, restava regulamentar todas estas ideias e iniciativas, ao menos no âmbito da arquitetura administrativa interna à autarquia, o que foi feito em anos seguintes (1997 e 1998) sob a orientação do conselheiro José Carlos Tourinho.

Nessa perspectiva democratizante, uma decisão do Congresso Constituinte (que passou a ser considerado o primeiro Congresso Nacional da Psicologia) merece destaque: foi aprovado que a autarquia trabalharia para a criação de um espaço de articulação das entidades da psicologia, por meio de um Fórum de Entidades. Naquele momento, foram apontadas cinco organizações que deveriam ser convidadas a compor esse espaço. As decisões estavam, inequivocamente, guiadas por um compromisso com um processo de democratização que devia transbordar para envolver todas as entidades de Psicologia.

É importante esse relato para percebermos que a criação do FENPB foi assumida, tanto pelos atores que decidiram quanto pelos atores que se incumbiram da sua implementação, como iniciativa indispensável decorrente da vontade democratizadora presente no pensamento e nas estratégias que marcaram aqueles anos 1990.

Em 1997, o Conselho Federal de Psicologia, logo nos primeiros meses da sua primeira gestão eleita nos moldes estabelecidos pelo processo Constituinte da Psicologia, já sob a presidência de Ana Bock, tomou a iniciativa de convidar para aquela pequena sala em Belo Horizonte as cinco entidades nacionais que representavam um coletivo significativo em seus campos da profissão, da ciência, do trabalho e dos estudantes de Psicologia.

Em 2000 o FENPB fez a sua inauguração pública realizando a I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia: Psicologia e Compromisso Social. É emblemática esta primeira iniciativa. Ela carregava consigo o potencial de ampliar a profissão para

além daquelas antigas e reconhecidas áreas (Clínica, Educacional e Organizacional/Trabalho). A I Mostra, assim como a ideia do compromisso social da psicologia que intitidou a I Mostra, segundo Mitsuko Antunes (2011), marcaram uma nova etapa na história da psicologia brasileira; a etapa da ampliação “(...) considerando as transformações da psicologia como ciência e profissão nos últimos anos, pode-se dizer que o momento atual constitui-se num novo período histórico, que se caracteriza pela amplitude de suas ações e pelo compromisso social” (Antunes, 2011, p. 13). A psicologia não só se ampliou em número de profissionais e áreas como também se apresentou comprometida com a transformação das condições de vida de populações excluídas que viviam em condições precárias e indignas de vida. Era o projeto do Compromisso Social da Psicologia que se estabelecia em um evento que aglutinou milhares de pessoas, milhares de autores e trabalhos em três dias em São Paulo, no Palácio do Anhembi.

A Psicologia não era mais a mesma. Reconhecia-se, agora, grande, bonita e diversificada. Novas práticas trouxeram para o campo da profissão e da ciência as urgências da sociedade brasileira. Envolvida, também, com as lutas por uma sociedade democrática, a psicologia se apresentou à sociedade brasileira pelas mãos do FENPB como ciência e profissão carregada de seu rigor ético e com um projeto profissional aliado a um projeto civilizatório humanizador.

O seguinte trecho do discurso de abertura da Primeira Mostra, proferido por Ana Bock, coordenadora do FENPB naquele momento, carrega as significações que estavam ganhando corpo: “de agora em diante, quando profissionais da Psicologia se encontrarem já não irão mais se perguntar em que linha ou abordagem eles atuam, mas sim, a que problema social eles dão combate”.

O projeto do Compromisso Social da Psicologia, que teria e tem vida longa para seu desenvolvimento e configuração, anunciado pelo FENPB, naquela oportunidade, se impôs como uma alternativa importante para a profissão. Luane Santos (2017), ao estudar o “compromisso social” como um projeto profissional, conclui pela sua existência e importância na virada da psicologia no que diz respeito a sua relação com a sociedade brasileira. Santos (2017) aponta nove campos de expressão do projeto¹

1 Os nove campos indicados por Santos (2017) são: inserção e qualificação do trabalho das psicólogas nas políticas públicas; a condição autônoma e a produção do trabalho coletivo e interdisciplinar; a defesa dos direitos humanos: enfrentando a dominação em suas diversas expressões; ampliação e fortalecimento das relações e instituições democráticas; combate ao colonialismo cultural; defesa e organização da psicologia latino-americana; (re)invenção dos saberes e práticas; e a centralidade do exercício crítico.

e um deles é exatamente a “ampliação e fortalecimento das relações e instituições democráticas” (Santos, 2017, p. 178). A autora nos diz:

Gonçalves (2011) avalia que o projeto do compromisso social vem sendo amplamente debatido no âmbito das entidades da psicologia, sobretudo aquelas pertencentes ao FENPB. O Fórum tem por objetivo fortalecer as entidades da área e o relacionamento entre estas com vistas à construção coletiva da psicologia brasileira como ciência e profissão. Dentre suas finalidades destacam-se os esforços para democratizar as entidades representativas em todo o setor. (Santos, 2017, p. 183)

Outro momento importante da história do FENPB foi a instalação do que foi carinhosamente chamado “Congressão”, em setembro de 2002. O Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão já estava nas mãos de quinze entidades de psicologia que compunham o FENPB. Milhares de trabalhos inscritos, milhares de autores e participantes atestavam que a proposta do FENPB de reunir a psicologia era correta e esperada.

Na organização do programa do Congressão, materializou-se toda a racionalidade subjacente à construção do FENPB. A tese de manter a unidade respeitando a diversidade ficou plasmada no conjunto de atividades, que foi estabelecido após exaustivo debate entre as quinze entidades (sete já participantes do Fórum e outras oito que se agregaram naquele momento) que assumiram a responsabilidade por ele. A imagem utilizada era um sinal positivo (ou de mais). A linha vertical seria composta por um conjunto de atividades que era assumido pelo conjunto das organizações, notadamente aquelas voltadas ao debate sobre a relação com a sociedade. A linha horizontal seria composta por atividades específicas de cada uma das entidades. Resultado: a cada hora do Congressão, aconteciam atividades equivalentes a um congresso inteiro daqueles tradicionalmente realizados na Psicologia.

E mais, como se tratava do grande encontro da grande comunidade da Psicologia de todo o país, na abertura foi inserido um momento de rememoração e pesar pela perda de colegas que já não se encontravam entre nós. Foi sempre impressionante a reação das milhares de pessoas que faziam questão de participar da abertura (normalmente lotadas) a esse momento de luto. No primeiro Congressão, houve um número maior de referências, mas com o estabelecimento dessa tradição a cada quatro anos o número de referências ficou mais administrável.

O FENPB foi reconhecido como o interlocutor legítimo da psicologia brasileira, deixando para trás práticas isoladas e, muitas vezes, até competitivas ou superpostas.

O FENPB criava, definitivamente, a articulação desejada e necessária entre as entidades da psicologia brasileira.

A partir da instalação do FENPB, houve pacificação nas relações entre as organizações representativas, independentemente dos temas a que se dedicam ou dos grupamentos que representam. Agora, a psicologia possuía uma voz que, democraticamente produzida e legitimada, dialogava, então, com a sociedade brasileira e com gestores, políticos e governantes responsáveis pela orquestração social. E assim vamos nos encontrar nos anos atuais como profissionais realizando trabalhos importantes no SUS, SUAS, Educação, Justiça, Defesa Civil, Esportes, Comunicação, Trabalho e Saúde do trabalhador, enfim, em muitos e diversificados campos que abarcam a vida em nosso país.

Teses pouco representadas na ciência e na profissão rapidamente ganharam notoriedade e passaram a ser consideradas marcas inescapáveis da Psicologia. A ênfase na defesa dos Direitos Humanos, o destaque para as políticas públicas, o debate aberto sobre as relações da Psicologia com democracia e o estado de direito e, inclusive, o envolvimento com a luta antimanicomial, isto é, coisas que poderiam ser consideradas arrojadas para uma categoria profissional considerada por alguns como conservadora, ganharam amplo espaço devido à disposição do FENPB de enfrentar o debate e implementação conjunta de iniciativas. Não importava de quem partisse as propostas, tudo o que apontasse para o crescimento da Psicologia era bem recebido.

Além de realizar atividades e lutas conjuntas, o FENPB esteve atento a possíveis lacunas no processo de institucionalização e atuação da Psicologia na sociedade. Foi assim que algumas entidades se dedicaram à criação da União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI); foi assim com o debate e as ações em relação à ética na pesquisa; foi assim com a criação da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP). Proposta, estruturada e organizada pelo FENPB, a ABEP tornou-se o espaço do debate legítimo sobre a formação, reunindo as entidades que, sempre, estiveram atentas à questão da formação.

Mais de sessenta entidades e coletivos nacionais e regionais, convidados pelo FENPB se apresentaram para construir a ABEP. Ocorre que logo ficou reconhecido que o tema da formação de profissionais não recebia a atenção devida e merecida. Assim, o FENPB deliberou por propor à comunidade da Psicologia a criação de um ator com foco específico nesse tema.

O desenho da ABEP precisa ser considerado algo ousado. Sua base incluiria praticamente todas as pessoas representadas pelas organizações que compunham o FENPB. Para suas deliberações, ela contava com seis diferentes setores: coordenadores

de curso, professores, estudantes, entidades, profissionais de Psicologia e profissionais de outras áreas. As entidades do FENPB deveriam ter um papel de “stake holders” da nova organização. O crescimento da ABEP foi vertiginoso, chegando a realizar eventos que reuniram cerca de dez mil pessoas em todo o país, no debate sobre a presença da Psicologia no SUS.

A criação do FENPB permitiu iniciativas impensáveis poucos anos antes. Ao constatar a insuficiência da profissão e a necessidade de fortalecer o campo do enfrentamento de desastres, sob a coordenação do CFP, aconteceu uma operação de porte nacional para inserção da Psicologia nesse tema. Foram realizados eventos nacionais, oficinas em diferentes estados do país, missões técnicas, o que culminou com a participação efetiva de profissionais da Psicologia na construção e realização da Conferência Nacional de Defesa Civil. Alguns colegas, como Marcus Vinícius de Oliveira Silva e Cristina Silva, foram agraciados com a comenda da Defesa Civil, pela qualidade da sua colaboração.

Para além da riqueza das proposições que foram estabelecidas coletivamente, algumas iniciativas não chegaram a prosperar, como: a criação de uma organização específica para tratar desse tema, e a decisão de que fosse produzido um plano de contingências envolvendo as entidades da Psicologia, para os momentos de desastre. O plano de contingência teria a finalidade de organizar esforços coordenados e resolutivos da profissão na ocorrência de eventos adversos.

Da mesma forma foi impactante a decisão de tomar nas mãos a questão das relações raciais, um problema fundamental e fundador do Brasil. O FENPB assumiu a tarefa de apoiar a construção de uma entidade que tivesse esse foco e reunisse as psicólogas e psicólogos negros. Hoje contamos com a Associação Nacional de Psicólogos Negros e Pesquisadores (ANPSINEP) organizada em todo o país.

O papel do FENPB de fortalecer as entidades foi dirigido também ao CFP. O apoio do Fórum para a criação do Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI) foi da maior importância. Apesar de se tratar de um ferramental privativo de profissionais da Psicologia, como diz a Lei nº 4.119/1962, esse assunto estava inteiramente abandonado, do ponto de vista da garantia de sua qualidade e adequação a normas mínimas de uso. Ficava à mercê das editoras, que não eram cobradas a atualizarem os testes. O Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) se apresentou para colaborar na correção de rumos que culminou com a criação do SATEPSI.

No primeiro momento do resgate da dignidade dos testes, com o apoio do estimado colega Luiz Pasquali, foi possível compreender que quase nenhum teste em uso no país naquele momento atendia a normas mínimas estabelecidas para esse tipo de

instrumento. Sempre apoiado pelo FENPB, o CFP deu um prazo para que os testes fossem tratados até que estivessem atendendo às normas já estabelecidas na literatura. Depois dessa data, eles não poderiam mais ser comercializados. Com o advento do SATEPSI e contando com apoio do FENPB, esse tipo de cuidado passou a ter fluxo contínuo.

O FENPB promoveu, também, um esforço de valorização dos periódicos científicos, por meio de campanha que incentivava profissionais a fazerem assinatura e utilizar essa produção nacional. Esse é um outro exemplo de como as urgências da área de conhecimento e do campo de atuação eram percebidas com mais nitidez e enfrentadas de forma coletiva. Também a área das editoras de psicologia foi atingida por esse esforço, como será descrito a seguir.

É importante, ainda, referir a mais estruturada e impactante iniciativa do FENPB: a criação da BVS-PSI. A Biblioteca Virtual da Psicologia foi uma iniciativa do CFP, mas ela só pôde ser implementada porque o FENPB assumiu o papel de conselho editorial, o que era uma exigência para que ela pudesse ser implementada. Também graças ao Fórum, a velocidade de implementação da Biblioteca foi impressionante. Abel Packer, então diretor da BIREME, foi enfático em afirmar que a Psicologia conseguira fazer em meses uma construção que em outras áreas levaria anos. Aliás, ele contava sempre que, ao fazer conferências sobre bibliotecas virtuais, ele utilizava como exemplo a nossa BVS-PSI. Com o advento da ULAPSI e graças ao apoio da Universidade de São Paulo, notadamente na persistente atuação de Maria Imaculada Sampaio, bibliotecária do Instituto de Psicologia, outros países latino-americanos utilizaram nosso modelo para fazer suas bibliotecas virtuais.

Esse modelo tinha uma arquitetura que contava com o FENPB como definidor de o que devia e podia ser feito, mas a BVS só foi possível graças a um sistema cooperativo que reuniu mais de uma centena de instituições de todo o país, na Rede de Bibliotecas da Área da Psicologia, criada no processo de construção da BVS. Como a BIREME também tem um recorte latino-americano, todas as ferramentas cibernéticas que foram postas à disposição da nossa biblioteca virtual foram estendidas aos demais participantes da ULAPSI.

Para além do enfrentamento do pensamento colonizado no âmbito da Psicologia, a biblioteca virtual teve importância no próprio reconhecimento da grandeza da produção da Psicologia no Brasil e na adequação com que essa produção foi catalogada. O Thesaurus da BVS era, à época, cerca de uma quarta parte maior do que o Thesaurus da American Psychological Association (APA); naquela época, a maioria dos países se limitava a traduzir o Thesaurus estadunidense. Isto significou, por exemplo, que

nossos pesquisadores que produziam documentos sobre meninos de rua deixaram de ser catalogados somente no descritor “infância”.

As bases de dados da BVS focaram dimensões diversificadas. Havia desde aquelas de recorte mais acadêmico ou científico, como a base de dados bibliográficos, que cobria desde o primeiro artigo científico de Psicologia publicado no Brasil e a base de teses e dissertações que incluía desde textos integrais os quais, à época, não eram fáceis de serem acessados, até bases com materiais produzidos por profissionais, especialistas e estudantes de graduação em Psicologia.

Segundo especialistas, a BVS-PSI chegou a figurar entre as maiores fontes de informação em Psicologia do planeta. Ela apresentava, à época, um nível de organização pouco conhecido em países centrais do mundo ocidental. A velocidade de atualização de seus registros, em decorrência do trabalho da REBAP e do apoio financeiro ininterrupto do CFP, impressionava profissionais das ciências da informação.

O FENPB adquiriu, com tudo isso, uma enorme legitimidade, demonstrando que as entidades que o compunham eram representativas da psicologia brasileira. Com galhardia, a Psicologia, como ciência e profissão, havia realizado a virada do século.

O FENPB hoje, com 25 anos de existência, agrega 27 entidades de âmbito nacional do campo da Psicologia, resultado do esforço coletivo que apoiou o desenvolvimento e a criação de entidades nos espaços em que se faziam necessárias. São entidades científicas, estudantis, sindicais, profissionais, de abordagem ou campo de atuação e pesquisa na psicologia que, reunidas, buscam produzir qualidade para a ciência e para a profissão. Hoje, não temos mais a dispersão que caracterizou o desenvolvimento das entidades da psicologia brasileira. O FENPB tornou-se o lugar da Psicologia com toda a sua diversidade, adquiriu reconhecimento em toda a América Latina e atua, a partir de seu compromisso com a sociedade brasileira, para a inserção e ampliação das contribuições da psicologia para a construção de uma sociedade democrática e justa.

Referências

Antunes, M. A. M. (2011). Psicologia e educação no Brasil: Uma análise histórica. Em R. Azzi, & M. T. Gianfaldoni (Orgs.), *Psicologia e Educação*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Santos, L. N. (2017). *O compromisso social da psicologia: Um estudo sobre o desenvolvimento de um projeto crítico* (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil). Recuperado de <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/20760>

Contribuições da ANPEPP para a Pós-Graduação em Psicologia

Marco Aurélio Máximo Prado

Gardênia da Silva Abbad

Patrícia Izar

Jáder Ferreira Leite

Mary Sandra Carlotto

Introdução

A pós-graduação no Brasil tem se consolidado a partir da interação de múltiplos atores institucionais entre o Estado e a Sociedade brasileira. As políticas de fomento, regulação e avaliação das atividades pós-graduadas por parte de agência do estado, a CAPES, expressam, neste sentido, os resultados de um plano nacional constituído da interlocução de inúmeros agentes institucionais que não só representam os interesses do Estado, mas também da própria Sociedade em toda a sua complexidade, particularmente dos agentes acadêmicos e científicos.

É por óbvio considerar que essas interações não têm sido marcadas pela simetria, nem pela ausência de conflitos. No entanto, é exatamente dessa interação que tem sido produzida uma das experiências de qualificação de recursos humanos para as ciências e da própria produção científica e tecnológica de maior sucesso na história do país.

Neste sentido, vislumbrar uma perspectiva de amplo olhar para a construção da Psicologia como ciência no Brasil exige-nos uma análise do papel e lugar da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) na contribuição da ciência psicológica, de sua institucionalização e consolidação como um campo interdisciplinar nas ciências humanas e sociais, bem como aplicadas e básicas, dadas as suas características fronteiriças com vários outros campos do conhecimento científico.

A ANPEPP surge exatamente de um esforço concentrado de pesquisadoras, até então localizadas nos cursos de graduação em Psicologia, que nos anos de 1980, particularmente em 1983, durante um encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), pautam a importância de criação de uma entidade especificamente

para pós-graduação em Psicologia. Talvez antes de adentrarmos em aspectos e elementos internalistas do próprio campo, vale a pena ressaltar o contexto sociopolítico daquele momento que, sem dúvida, foi determinante no enquadramento de um desejo político de concertar vozes em torno de uma entidade de tonalidade própria para o debate e reflexão acerca da pós-graduação da Psicologia brasileira.

Dois aspectos contextuais merecem destaque no âmbito deste capítulo: a) a efervescente saída do regime ditatorial daquele momento, portanto um desejo pela democratização da sociedade e de suas instâncias reguladoras marcam fortemente iniciativas da sociedade brasileira na criação de canais de participação coletiva, a ANPEPP é mais um desses veículos que emerge no seio deste desejo coletivo; e b) a abertura para relações entre ciência e política, que muito embora sempre esteja sendo traçada, naquele momento há um ímpeto coletivo de que a ciência seja considerada parte da autonomização da sociedade, do desenvolvimento do país e da emancipação dos grupos e indivíduos. A psicologia, todavia, embora encerrada em suas atividades privativas, comparece como uma ciência de relevância nacional na constituição da então sociedade em processo de democratização.

A ANPEPP foi criada em reunião da SBPC do dia 9 de julho 1983, Belém (Pará), na qual foram indicadas para dirigir provisoriamente a entidade as professoras Maria Amélia Matos (USP) – presidente –, Thereza Mettel (UnB) e Analucia Dias Schliemann (UFPE). No ano seguinte, em 9 de julho de 1984, foi realizada a primeira eleição de dirigentes da entidade, em reunião realizada na PUC-Rio com a participação de representantes de 25 Programas de Pós-graduação em Psicologia. Foram eleitos(as) para a direção da entidade os(as) professoras Carolina Bori, Aroldo Rodrigues, Terezinha Féres Carneiro e Álvaro Pacheco Duran. Havia grande necessidade e desejo de congregar esforços para a consolidação e ampliação das oportunidades de formação de mais pesquisadores e pesquisadoras da área no país.

A entidade foi criada com o objetivo de congregar Programas de Pós-graduação em Psicologia vinculados a instituições de ensino superior para fomentar e estimular a formação de profissionais para pesquisa e pós-graduação em Psicologia bem como para estimular a configuração de trocas e experiências em rede da produção científica em um território de características continentais. Têm-se como propostas: a) promover e defender medidas de apoio e incentivo aos programas afiliados consoantes aos interesses da pesquisa e da pós-graduação; b) promover o intercâmbio e cooperação entre os centros de pesquisa e seus pesquisadores; c) defender o interesse e a promoção do aperfeiçoamento de programas de pós-graduação; d) incentivar o desenvolvimento da pesquisa em Psicologia; e) incentivar a formação de pesquisado-

res em Psicologia; f) promover a divulgação dos trabalhos científicos em Psicologia produzidos no país, por meio da realização de congressos, seminários e reuniões de interesse da pesquisa e da pós-graduação em Psicologia; g) colaborar com outras sociedades científicas na defesa dos interesses nacionais, especialmente com relação à pesquisa e à pós-graduação em Psicologia; h) colaborar com outras entidades representativas da Psicologia, com vistas ao desenvolvimento e ao fortalecimento da ciência e da profissão de psicólogo(a).

Esses objetivos e propostas têm sido alcançados a partir de diversas atividades promovidas pela entidade, como os simpósios, a configuração dos Grupos de Trabalho (GTs), os Fóruns permanentes de discussão, o seminário Novos Horizontes e a participação ativa em discussões com outras organizações como o Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira (FENPB), o Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (FCHSSALLA), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) na parceria de representação com a International Union of Psychological Science (IUPsyS). A ANPEPP também participa de grupos de trabalho de entidades nacionais que atuam na interlocução com agentes públicos que elaboram e implementam as políticas científicas, em especial as que se referem à Psicologia e suas interfaces com áreas afins.

A entidade iniciou a sua trajetória com a participação de pesquisadores(as) de 25 Programas de Pós-graduação em Psicologia de diversos estados, embora já estivessem bastante concentrados na região sudeste e sul do país. Atualmente a entidade tem representantes de 101 Programas de Pós-graduação em Psicologia vinculados a instituições de ensino sediadas em todas as regiões do país.

Contribuições da ANPEPP

Uma das contribuições da ANPEPP para a Pós-graduação em Psicologia no Brasil tem sido a realização de Simpósios e o fortalecimento de redes de trabalho e interlocuções na avaliação do sistema de Pós-Graduação. O principal objetivo dos Simpósios da ANPEPP é discutir pesquisas, a política científica e a formação de mestres e doutores pelos Programas de Pós-graduação em Psicologia no Brasil. No corrente ano será realizado o XIX simpósio da ANPEPP, em Gramado (RS), com o tema: Psicologia em tempos de desdemocratização: estado, políticas científicas e desigualdades.

O evento inicial, ocorrido em 1988 em Caruaru (PE), foi o primeiro a reunir professores de diversos Programas de Pós-graduação em Psicologia para discutir pesquisas científicas. No segundo simpósio, realizado em 1989 em Gramado (RS),

foram criados os Grupos de Trabalho (GTs) da ANPEPP, um grande marco na história da Psicologia brasileira. Os GTs, nos anos seguintes, viabilizaram a criação e a ampliação de intercâmbios entre pesquisadores(as) de diferentes programas de pós-graduação, a constituição de novas parcerias interinstitucionais de pesquisa, assim como a produção e a divulgação conjuntas de conhecimentos em diversos temas de grande relevância social e acadêmica. Em 1990, a partir do III Simpósio, realizado em Águas de São Pedro (SP), o evento passou a ser bienal e ter os GTs como uma das suas atividades principais.

O I Simpósio contou com a participação de 48 pesquisadores. Nos últimos eventos, em 2018 e 2020, este número cresceu vertiginosamente, alcançando 1.000 e 1.300 participantes, respectivamente. Os 10 Grupos de Trabalho do II Simpósio passaram para 93 no XVIII Simpósio de 2020, totalmente realizado na modalidade virtual, em função das medidas de distanciamento social de combate à pandemia de COVID-19, passaram para 86 GTs inscritos no XIX Simpósio, que ocorrerá em 2022 em modo híbrido.

Os GTs que integram a ANPEPP congregam pesquisadores(as) de distintos Programas de Pós-graduação do país no exame de temáticas e questões relativas a diversas áreas de interesse da Psicologia, com alcance internacional, na medida em que também deles participam docentes de vários países que estabelecem redes de pesquisa multicêntrica.

Os GTs contribuem, sobremaneira, na atualização teórico-metodológica de subáreas da psicologia, por meio do estabelecimento contínuo e colaborativo de agendas de pesquisa que se voltam para temas e questões sensíveis ao contexto sociocultural e político do país. Assim, os esforços empreendidos na produção de conhecimento têm possibilitado avanços que dinamizam a operacionalização dos GTs que podem, mediante os debates e campos de interesse, formar novos grupos de trabalho que passam a se dedicar a temas mais especializados ou, por outro lado, explorar dimensões interdisciplinares desses temas. É importante ainda salientar que os GTs também foram se constituindo em espaços de formação e qualificação, uma vez que deles participam pesquisadores e pesquisadoras com diferentes experiências acadêmicas inclusive estudantes de doutorado. Nesse sentido, desde o surgimento da ANPEPP e do funcionamento dos GTs, saltamos de 10 GTs em 1989 para 86 GTs, que confirmaram participação no próximo Simpósio da ANPEPP em 2022.

Das parcerias de trabalho, resultam inúmeros produtos na forma de artigos científicos, livros e capítulos de livro, relatórios de pesquisa, bem como eventos de distintas naturezas e portes que visam a publicizar e prestar contas à sociedade do

esforço empreendido na geração de um conhecimento socialmente implicado com vistas a contribuir com a transformação da sociedade. Os materiais de divulgação científica produzidos pelos grupos nas últimas décadas têm contribuído também para aprimorar a formação de novos(as) pesquisadores(as), estudantes de mestrado e doutorado, e para oferecer oportunidades de atualização profissional a profissionais de psicologia, a partir da construção e divulgação de saberes relevantes e aplicáveis às realidades locais, regionais, nacionais e internacionais.

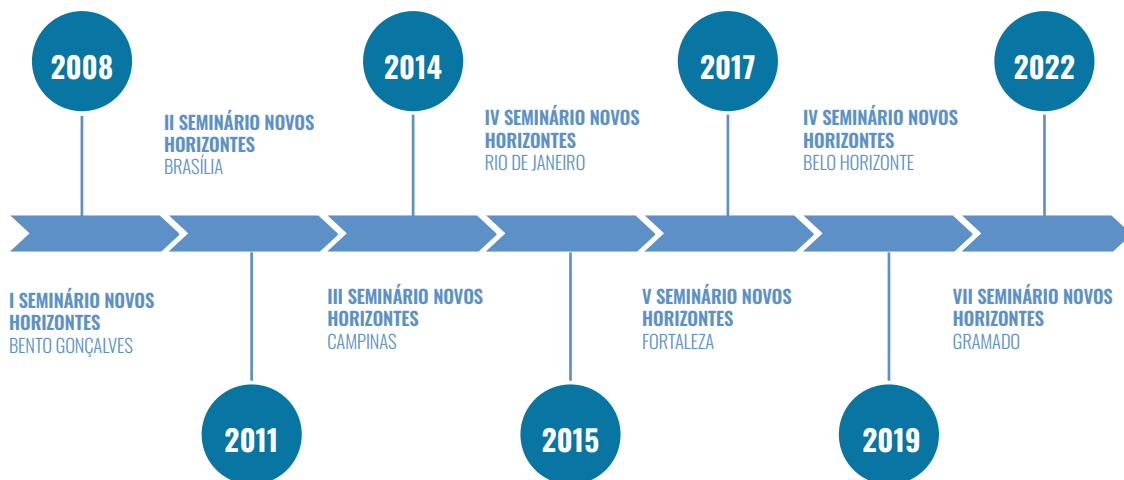
Seminários Novos Horizontes (SNH)

Os Seminários são eventos promovidos pela ANPEPP em parceria com representantes de área da Psicologia na Capes para discutir temas relativos às políticas de Pós-Graduação em Psicologia no Brasil com a participação de representantes e coordenadores de Programas de Pós-graduação, representantes discentes na ANPEPP, membros do CA Psicologia do CNPq, docentes e entidades científicas de áreas afins.

A primeira edição do Seminário Novos Horizontes, realizada em 2008, em Bento Gonçalves (RS), foi promovida em conjunto pela ANPEPP e pelas representantes de área da Psicologia na CAPES e teve como objetivo principal examinar e discutir temas relacionados à Pós-graduação em Psicologia no Brasil: lacunas, metas e condições para a expansão; políticas e práticas das avaliações dos cursos pela CAPES; e a internacionalização da divulgação da pesquisa produzida no Brasil.

Desde então foram realizadas seis edições deste evento. Em 2022, será realizada a sétima edição do Seminário, em Gramado (RS). O SNH vem se consolidando como um importante fórum de discussão sobre os desafios e perspectivas da pós-graduação brasileira em Psicologia. Os eventos contam com a participação de representantes de todos os programas de pós-graduação filiados à ANPEPP. A Figura 1 representa a linha do tempo indicando os seis Seminários Novos Horizontes já realizados, e o sétimo evento, que está por vir, em 2022, em Gramado (RS).

Figura 1. Seminários Novos Horizontes promovidos pela ANPEPP em parceria com representantes da área da Psicologia na CAPES



Os temas debatidos no I SNH estavam relacionados a quatro eixos: lacunas, metas e condições para a expansão da Pós-Graduação em Psicologia no país; perfil e metas de qualificação, internacionalização e produção intelectual dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia. Esse seminário foi um marco importante na história da pós-graduação em Psicologia e teve os resultados dos principais debates publicados sob a forma de artigos em um número especial da Revista: Psicologia Reflexão e Crítica em 2010.

O II SNH foi realizado na Universidade de Brasília em dezembro de 2011. Participaram do evento 186 pesquisadores. Todos os participantes compuseram Grupos de Trabalhos sobre três temas: (1) produção científica, (2) solidariedade e (3) formação. Os debates relativos ao tema 1 giraram em torno da produção científica em Psicologia, analisando-se os meios pelos quais a inovação tecnológica podia ser inserida na produção científica dos Programas de Pós-graduação e discutindo-se formas de imbricação de atividades de extensão na produção dos Programas de Pós-Graduação da área. No Tema 2, Solidariedade, foram analisadas experiências de trabalho em rede entre pesquisadores(as) de diferentes Programas e discutidas diretrizes para o desenvolvimento de ações desse tipo. No que diz respeito ao tema 3, Formação na Pós-graduação em Psicologia, debateu-se a formação em Psicologia e áreas afins e avaliou-se possibilidade de criação de Mestrados Profissionais em Psicologia.

O III SNH, realizado em Campinas (SP), nos dias 22 a 24 de setembro de 2014, debateu assuntos relativos a políticas de pós-graduação, ao desenvolvimento de

parcerias internacionais e a diferenças entre bioética e ética nas ciências humanas e sociais. Os debates sobre ética em pesquisa deram continuidade aos que foram travados anteriormente no fórum de ética, durante o XV Simpósio da ANPEPP.

O IV SNH ocorreu no RJ, em 2015. Nesse evento foram apresentados os critérios adotados pela Comissão Qualis da CAPES para avaliar os periódicos científicos da área de Psicologia e os critérios adotados pelo Qualis livros para a avaliação das obras publicadas por pesquisadores ligados aos Programas de Pós-graduação em Psicologia nos anos de 2013-2014. O evento contou com a participação de 122 pessoas e a presença de 62 dos 74 programas de Pós-Graduação e Psicologia associados à ANPEPP.

O V SNH foi realizado nos dias 16 e 17 de novembro de 2017, em Fortaleza/CE, e teve como tema “Horizontes possíveis: A política científica e tecnológica atual e seus efeitos para os avanços da Pesquisa e da Pós-Graduação em Psicologia no Brasil”. O evento reuniu coordenadores e representantes de 78 dos 93 Programas de Pós-Graduação do Brasil associados à ANPEPP, totalizando 160 participantes. Também participaram do Seminário os representantes da área de Psicologia da CAPES, do CNPq e de outras entidades científicas como o FCHSSALA.

Entre os objetivos do evento estava: refletir sobre as possibilidades de aperfeiçoamento do sistema nacional de Pós-Graduação em Psicologia; discutir estratégias de promoção de melhorias das pesquisas em âmbito nacional e internacional; e analisar a possibilidade de aumentar o alinhamento de indicadores de implementação de políticas científicas às características e contribuições Psicologia e das Ciências Humanas e Sociais. Foram discutidos: os avanços da pós-graduação no quadriênio; os desafios do CA Psicologia na avaliação de pedidos de bolsas e auxílios submetidos ao CNPq; o ambiente público de formação de pesquisadores e a investigação científica no Brasil; e as implicações das políticas de pós-graduação para a área de Psicologia.

O VI SNH, realizado em Belo Horizonte, em 2019, reuniu coordenadores e representantes de Programas de Pós-Graduação do Brasil associados à ANPEPP. Entre os participantes, estiveram os representantes da área de Psicologia da CAPES, do CNPq e de outras entidades científicas como o FCHSSALA. Neste evento, um marco importante foi a apresentação do diagnóstico das Ciências Humanas produzido pelo CGEe e pelo FCHSSALLA, do qual a psicologia teve importante expressão. Além disso, foi a primeira vez que em uma atividade da ANPEPP se produziu uma oficina com técnicos de sistema da Capes para qualificação e debate sobre a produção de dados dos PPGs por meio do Sucupira.

O evento também proporcionou o encontro dos(as) representantes de área da CAPES com os coordenadores dos programas; analisou o Qualis como política da pro-

dução intelectual; debateu questões ligadas a políticas nacionais e diagnósticos sobre a situação das políticas científicas nas áreas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas no Brasil; refletiu sobre a avaliação da Pós-graduação em Psicologia em contexto de mudança; analisou criticamente indicadores de internacionalização na área de Psicologia, atualidades e perspectivas relacionadas ao Sistema Nacional de Pós-graduação no Brasil; avaliou as mudanças que estavam em curso no processo de avaliação, bem como o panorama e os caminhos futuros dos mestrados profissionais em Psicologia.

A próxima edição do evento, o VII SNH, ocorrerá em Gramado (RS), na modalidade presencial, em 2022, e terá como alguns dos seus desafios analisar e debater os efeitos da judicialização da avaliação quadrienal, da ausência de PNPG para os próximos 20 anos, dos cortes de recursos para a pesquisa e para a Pós-Graduação, bem como discutir as perspectivas de mudança no cenário da Pós-graduação em Psicologia e do Sistema Nacional de pós-graduação como um todo nos próximos anos.

Os Fóruns Temáticos do Simpósio da ANPEPP

Os Fóruns de Políticas Científicas, Internacionalização, Publicações e Ética em Pesquisa são realizados desde 2004, quando ocorreu o X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio da ANPEPP, em Aracruz (ES). Já tivemos, portanto, nove edições desses fóruns.

O Fórum de Políticas Científicas

O Fórum de Políticas Científicas tem sido organizado desde 2004 e se configura como espaço fundamental para os objetivos da ANPEPP no que concerne ao delineamento de proposições para o futuro da Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia. Os Fóruns são organizados por comitês de políticas científicas constituídos a cada biênio para sistematizar os temas levados para discussão nos Simpósios e produzir, então, um relatório com as proposições para guiar as ações futuras da ANPEPP.

O primeiro Fórum ocorreu em 2004 e contou com a participação de 58 docentes, de 27 instituições de ensino superior de 13 estados do país. As discussões geraram 12 recomendações para política científica da ANPEPP, que podem ser sintetizadas como a necessidade de uma pressão da comunidade acadêmica por mais verbas de fomento e por políticas de distribuição dos recursos de forma mais equilibrada entre pesquisa de e entre programas, sem travas por nota ou nível de bolsa de produtividade.

Reconheceu-se também a importância da ampliação de atividades de cooperação nacional e internacional e da recomposição de quadros docentes nas universidades públicas. Por fim, o fórum indicou maior diversificação dos critérios de avaliação dos Programas de Pós-graduação pela CAPES.

No simpósio seguinte, ocorreu discussão importante sobre composição do Comitê Assessor da área no CNPq. Foram feitas recomendações para aumentar a representatividade do CA em termos de subáreas da Psicologia, ampliar o número de sociedades científicas consultadas sobre a composição do CA, permitir a participação de pesquisadores 2 e também melhorar a atuação de pareceristas, exigindo-se pareceres mais bem justificados. Foram também retomadas as recomendações do Fórum de 2004 no que se referia a maior diversificação dos critérios de avaliação de produção pela CAPES e de manutenção de Programas de Cooperação Acadêmica, entre instituições nacionais e delas com instituições estrangeiras.

Uma revisão histórica das primeiras seis edições dos Fóruns de políticas científicas da ANPEPP ao longo dos dez primeiros anos após sua criação, enfatizando a segunda metade a partir do estabelecimento do VI Plano Nacional da Pós-Graduação para 2010 a 2020 revisão feita pelo CPC do Simpósio de 2014, foi publicada na revista *Ciência e Profissão* (Guzzo et al., 2015). Essa revisão mostra recomendações que procuram levar em conta os seus impactos nos PPGs e na produção da pesquisa em Psicologia. As recomendações atentaram para os objetivos do PNPG.

Quanto à Inovação, que se refere a novas metodologias, novas soluções para problemas existentes ou novas relações entre campos de conhecimento, apontou-se a importância de pesquisadoras(es) para identificar possibilidades de inovação em seus campos de pesquisa e de pareceristas para garantir a qualidade das propostas. Quanto à Internacionalização, recomendava-se incremento nas missões de treinamento em outros países e criar formas de incentivar e aumentar a publicação e visibilidade em periódicos internacionais. Quanto à Redução de Assimetrias Regionais, apontou-se o estímulo e incremento da formação de redes de colaboração entre centros de pesquisa consolidados e PPGs em formação. Quanto à Interdisciplinaridade, identificava-se grande potencial para intercâmbio com outras áreas com temas de pesquisa semelhantes, recomendava-se pressão para maior valorização e financiamento da ciência básica psicológica para quebrar fronteiras entre essas áreas afins. Finalmente, recomendava-se a consolidação da participação da comunidade acadêmica no desenho, desenvolvimento e avaliação das políticas científicas nacionais.

O exame dos documentos produzidos pelos Fóruns de Políticas científicas da ANPEPP permite identificar uma marcada mudança de rumo nas recomendações dos

Fóruns de políticas científicas, acompanhando as mudanças nas políticas de governo, a partir de 2014, e que se conformaram nos anos mais recentes como mudanças nas políticas de Estado para Ciência e Educação. O Fórum ocorrido no XVI Simpósio da ANPEPP, em Maceió, em 2016, já se deu após a dissolução do ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação pelo governo Temer (fundido com o Ministério das Comunicações) e num cenário de muita preocupação na comunidade acadêmica, pois grande parte percebeu o processo de impeachment como real ameaça à democracia. Diante desse cenário, uma importante recomendação feita pelo Fórum foi a atuação da ANPEPP para incrementar as ações de divulgação científica em psicologia, tanto em instâncias públicas como no setor privado, de forma a tornar a Psicologia uma área prioritária.

Essa percepção foi se consolidando nas duas edições seguintes do fórum. Temos assistido a um desmonte sistemático das políticas de educação e de Ciência e Tecnologia no país, entre outras áreas. Esse desmonte tem sido entendido como política de Estado de fato e tem como uma das principais estratégias de implementação o corte orçamentário.

Na última edição do Fórum, ocorrida em 2020, o comitê de políticas científicas discutiu as ameaças à ciência brasileira e ao SNPG, que não se restringem aos cortes orçamentários. Emmanuel Tourinho salientou as ações que ameaçam a autonomia universitária, perda de protagonismo da comunidade científica na definição das políticas e na gestão das agências de regulação e fomento; além disso, as mudanças no SPG fragilizam toda a estrutura de pesquisa com risco de colapso, isso nos leva a um afastamento da fronteira do conhecimento e a uma perda significativa de cientistas, porque toda capacidade de trabalho criada nos últimos anos está ociosa pela falta de financiamento e perda de soberania.

O foco que tem sido dado em inovação e tecnologia como política científica cria uma falsa impressão de que a ciência nacional é responsável pelos problemas na área industrial e não há reconhecimento da necessidade de investimento na ciência básica para atender a essa demanda. Maria de Fátima de Souza Santos e Luciana Mourão mostraram o acirramento das desigualdades regionais em ciência. Souza Santos discutiu a adoção de parcerias entre as Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais e a iniciativa privada para financiamento dos PPGs, num sistema de contrapartida para distribuição dos recursos, o que potencialmente gerará incremento das desigualdades entre estados e regiões, já que os orçamentos das FAPs são muito desiguais. Luciana Mourão salientou a política de cortes de bolsas recente da CAPES, com ênfase na região norte e atingindo programas mais antigos e consolidados.

As recomendações feitas para a ANPEPP foram insistir na retomada do protagonismo da comunidade científica na formulação das políticas científicas, enfrentar o debate investimento em pesquisa básica versus inovação, trazer o tema para o debate eleitoral e proteger o SNGP; incremento do diálogo com a sociedade, não somente na forma de divulgação via redes sociais, o que já estamos vendo, mas como política, envolvimento da rede de pesquisadora/res, como movimento político, em divulgar a importância do conhecimento que geramos, envolver congressistas e governantes na discussão, ocupação dos espaços para mostrar a relevância da Psicologia.

Em suma, os caminhos de resistência apontados são conquistar aliada/os na sociedade, em todos os setores, por meio da divulgação do conhecimento produzido e, ao mesmo tempo, mostrando que, mesmo para o desenvolvimento tecnológico, o conhecimento produzido pelas ciências humanas e pela Psicologia em especial têm um papel de alta relevância: compensar o déficit de cidadania. O crescimento a que assistimos anteriormente ao desmonte das políticas públicas só aconteceu com a democratização dos processos decisórios e a participação da comunidade acadêmica na sua formulação.

Fórum de Ética

A questão da ética na pesquisa, sobretudo na grande área das humanidades, tem sido um dos eixos de preocupação do Fórum de Ética nos Simpósios da ANPEPP. Embora o tema da ética na pesquisa apareça em quase todos os Simpósios da ANPEPP desde o primeiro, em mesas-redondas, conferências etc., foi apenas no ano de 2000, durante o VIII Simpósio da ANPEPP, em Serra Negra, que a ética na pesquisa adentra os eventos da ANPEPP oscilando entre a organização de um Fórum ou como Conferências de Abertura e mesas-redondas. A partir de 2004, no X Simpósio da ANPEPP, em Aracruz, a ética na pesquisa passa a ser um dos Fóruns permanentes da ANPEPP. Nos próximos eventos, o Fórum de Ética, embora permanente, atuou em formatos distintos. No ano de 2006, durante o XI Simpósio da ANPEPP, em Florianópolis, o Fórum de Ética coordenado por Zeidi Araujo Andrade e Heloisa Szymanski apresentou um debate a partir de pesquisa-consulta feita com pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação acerca do uso e manejo da Resolução nº 196/1996, da CONEP, e da Resolução do CFP nº 16/2000 (Zeidi, & Szymanski). Esta consulta visava a compreender os principais desafios, obstáculos e problemas enfrentados por pesquisadores da Psicologia a partir das resoluções éticas (Trindade, & Szymanski, 2006).

A partir desta consulta é que nasce a Comissão de Ética da ANPEPP, que desenha seus trabalhos no sentido de aprimorar as reflexões críticas acerca das Resoluções Éticas e de produzir recomendações importantes para a comunidade de pesquisa da ANPEPP. Foi a partir deste trabalho minucioso de colegas, como Selma Leitão e outras que a ANPEPP passa a indicar aos(as) editores(as) de periódicos científicos da área que não deveriam mais solicitar documentação prévia de comprovação de submissão das pesquisas ao COEP, uma vez que a responsabilidade ética deveria ser da autoria dos artigos. O que embora na prática não tenha permanecido durante o tempo foi naquele momento uma decisão política acerca das dificuldades com as Resoluções bastante importantes (Leitão, & Falcão, 2008).

Em 2010, a ANPEPP com a ABRASCO já articularia uma moção instando a SBPC a realizar um Grupo de Trabalho sobre o tema da Ética da Pesquisa em Ciências Humanas durante o Encontro Nacional desta entidade (Duarte, 2015). Seguindo as reclamações anteriores da Associação Brasileira de Antropologia e de outras associações sobre o tema, a ANPEPP em 2011 enviou uma carta documento ao Ministro da Saúde apontando os perigos do caráter homogeneizador da Resolução nº 196/1996 e os problemas para as pesquisas da área. Em 2013, é criado em uma reunião da SBPC o Fórum de Ciências Humanas, FCHSSALLA (posteriormente, Fórum de Ciências Humanas, Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes), com o intuito de fazer frente às necessárias mudanças na regulação ética e dele participa representando a ANPEPP a profa. Selma Leitão.

De lá para cá, os Fóruns de Ética da ANPEPP têm refletido os últimos acontecimentos legislativos acerca da regulação ética da pesquisa, os embates nacionais, mas o mais importante é a articulação que a ANPEPP tem participado com o FCHSSALLA e todas outras áreas das humanidades buscando pautar uma forma menos engessada e burocrática da regulamentação ética em nosso campo.

No próximo Simpósio da ANPEPP, o Fórum de Ética vem sendo pensado em duas frentes, tanto na necessidade de atualizarmos sobre os novos conflitos e demandas legislativas e avanços impetrados pelo FCHSSALLA no que diz respeito à interlocução com a CONEP, mas também buscará apresentar uma outra frente que diz respeito a dilemas éticos com pesquisas não convencionais.

Fórum de Internacionalização

A primeira edição desse Fórum ocorreu em 2006, durante o XI Simpósio da ANPEPP, em Florianópolis (SC). O Fórum abordou interfaces da Psicologia com outras áreas do conhecimento, em especial as Ciências da Saúde, as Ciências Exatas e as Ciências Sociais. Entre os debates travados durante o evento, foram discutidos o papel da Psicologia brasileira para o estabelecimento de políticas públicas em Educação e Saúde nas esferas federal, estadual e municipal.

O Fórum de Internacionalização discutiu os resultados de uma pesquisa respondida por 33 Coordenadores dos PPGs filiados à ANPEPP sobre a questão de como os Programas estavam vivenciando a Internacionalização. Os resultados do levantamento foram apresentados pela comissão de internacionalização no XVI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, em Maceió, no dia 9 de junho de 2016. A discussão mostrou que havia consenso quanto à importância da internacionalização dos Programas, porém havia dúvidas e opiniões divergentes sobre as métricas de avaliação, os níveis de análise e as medidas necessárias para promover a internacionalização dos Programas de Pós-graduação em Psicologia. O Fórum, que contou com a participação de aproximadamente 100 pesquisadores, formulou propostas e analisou desafios e dificuldades relacionadas à variabilidade de condições de suporte institucional a atividades de internacionalização dos programas.

O Fórum de internacionalização, realizado durante o XVII Simpósio da ANPEPP, em Brasília, em julho de 2018, analisou criticamente e debateu as formas de internacionalização no eixo sul-sul e norte-sul, os fluxos e pressões do mercado acadêmico internacional. Esses debates foram embasados em abordagens epistemológicas das ciências humanas.

Esses Fóruns têm levantado questões e apresentado caminhos para a internacionalização dos Programas de Pós-graduação em Psicologia no Brasil, respeitando as especificidades das áreas e de suas interfaces com outros saberes, promovendo debates sobre políticas que: favoreçam os fluxos bidirecionais de migração acadêmica de docentes e estudantes de pós-graduação no eixo sul-sul, sul-norte, norte-sul; e estimulem a ampliação de parcerias internacionais de pesquisa e ensino, bem como o aumento da visibilidade e do impacto da produção intelectual de pesquisadores brasileiros vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Psicologia. Uma das discussões mais presentes neste Fórum é a crítica ao modelo de internacionalização acadêmica preconizada pela Capes e a consolidação de uma variação de ações de internacionalização na perspectiva de crítica colonial ao conhecimento, pensando, portanto, uma posição pós-colonial sobre a política transnacional do conhecimento científico.

Fórum de Publicações Científicas

O primeiro Fórum de Publicações Científicas ocorreu em 2016, em Maceió, no XVI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, Pesquisa em Psicologia: Dimensões éticas e produção científica. Sua criação teve como proposta ampliar o debate sobre um dos temas transversais das discussões levadas a cabo nos fóruns de debates em diversas edições dos Simpósios da ANPEPP. Ocupando lugar de centralidade na avaliação de Programas de Pós-Graduação e adquirindo importante patamar de qualificação, as publicações científicas têm merecido relevantes e intensas reflexões e instauradas em ações no âmbito nacional. Os temas apresentados e desenvolvidos no Fórum foram a análise do cenário (atual) da produção científica, a internacionalização das produções, o processo de editoração científica e o relato de uma pesquisa sobre esses temas realizada com os Programas de Pós-graduação. Embora um Fórum específico ao tema tenha nascido em 2016, muitos outros anteriores já pautavam tal temática das publicações científicas, do Qualis e das formas de regulação, avaliação e fomento aos periódicos científicos no Brasil e no mundo.

Em 2018, no XVII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, Ciência, Cotidiano e Democracia – Desafios para a Produção do Conhecimento e Pós-graduação em Psicologia, o Fórum de Publicações Científicas, em sua segunda edição, pretendeu criar um espaço para promover a reflexão coletiva em torno de desafios enfrentados por periódicos em Psicologia. A apresentação e debate foi organizada em três eixos: 1) mapeamento e caracterização das revistas ligadas aos Programas de Pós-Graduação e associações da área; 2) desafios da gestão e da editoração científica; 3) a internacionalização da produção científica na área. O terceiro Fórum, realizado em 2020, no XVIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico Online foram debatidos temas como o processo editorial a partir de pesquisa realizada com Programas de Pós-Graduação, questões relacionadas ao novo Qualis e a internacionalização da produção do conhecimento e Open Science. No quarto Fórum de publicações científicas, em 2022, estão previstas discussões sobre a importância do portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC) para as revistas nacionais e relevância social da defesa do acesso aberto à sociedade à produção de conhecimentos em Psicologia no Brasil.

Síntese das Contribuições da ANPEPP

A ANPEPP tem cumprido o seu papel de: congregar programas; apoiar a criação de redes de relacionamento entre pesquisadores de diferentes instituições nacionais e internacionais; promover discussões sobre temas transversais relevantes como políticas científicas, internacionalização, ética e publicações científicas; promover o diálogo de coordenadores e representantes de Programas de Pós-graduação com representantes de área da CAPES e CNPq; e participar ativamente das discussões nacionais sobre os rumos das políticas científicas, em especial as que afetam mais diretamente as áreas afins das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, a defesa de ações afirmativas, da democratização do acesso à Pós-graduação e do acesso aberto às publicações científicas.

A entidade tem debatido os efeitos negativos: do desmonte das políticas científicas; da falta de um Plano Nacional de Pós-graduação; da enorme redução de recursos públicos para a pesquisa e a Pós-graduação; da falta de transparência dos agentes governamentais; e do descaso do governo com ações de democratização do acesso, ações afirmativas e inovações no campo da inclusão e permanência nos programas de Pós-graduação. Todas as questões e práticas que comprometem o futuro do Sistema Nacional de Pós-graduação no Brasil.

Além disso, a entidade tem se articulado por meio de outros Fóruns mais gerais como FENPB e FCHSSALLA para ações de incidência política e profissionais neste contexto de desagravo democrático e de desregulamentação governamental da política científica. A participação da ANPEPP no FENPB, colaborando na organização do Congresso Brasileiro de Psicologia, nos debates sobre o PEPSIC, como também na articulação política de outras entidades, tem sido fundamental para uma presença importante no campo da Psicologia. No âmbito do FCHSSALLA, a ANPEPP participou nos últimos dois anos (2020/2022) como uma das entidades da comissão gestora do Fórum, assumindo responsabilidades com as entidades das áreas de Letras, Geografia, Comunicação Social e História no gerenciamento político e institucional do FCHSSALLA. Atualmente é notória a participação da ANPEPP fora da Psicologia também, no diálogo e articulação com áreas das Humanidades que somam forças e estratégias fundamentais de enfrentamento do desmonte da política científica que temos vivido.

É importante ainda sublinhar que a ANPEPP tem pelo terceiro ano consecutivo aportado verba para colaborar com os periódicos científicos da área. Pelo terceiro ano, a ANPEPP lança o edital de periódicos que busca selecionar propostas e aportar

em média R\$ 100.000,00 para ajudar as revistas de psicologia vinculadas a PPGs a sobreviver neste cenário de desagravo. Este Edital tem sido importante para igualmente visibilizar questões sobre os periódicos científicos que precisam ser mais bem tratadas por nós como comunidade acadêmico-científica. Neste sentido, este ano a ANPEPP inaugura o I Fórum Permanente de Editores Científicos da Psicologia com o intuito de fortalecer o estudo, a atualização, a crítica e novas ações em torno das revistas científicas da área.

Além disso, a ANPEPP criou nos últimos dois anos duas comissões para refletir e sistematizar dados e informações acerca de temas centrais em nossa entidade. Um deles é acerca das ações afirmativas desenvolvidas nos PPGs e o outro sobre a configuração e localização institucional dos GTs no âmbito da ANPEPP.

Referências

Duarte, L. F. D. (2015). Ética em pesquisa nas ciências humanas e o imperialismo bioético no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, 3(5), pp. 29-52.

Guzzo, R. S. L., Linhares, M. B. M., Teodoro, M. L. M., & Koller, S. H. (2015). Perspectives and challenges regarding brazilian policies for research and postgraduate studies in psychology. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 28(S), pp. 34-9. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.2015284006>

Leitão, S., & Falcão, J. (2008). **Documento-síntese de intervenções, pontos de destaque e propostas geradas no encontro. ÉTICA na pesquisa com seres humanos: avaliação e propostas em relação à resolução CNS no. 196/96 60^a. Reunião Anual da SBPC.** São Paulo: UNICAMP.

Sobral, F. (2020). Retrospectiva histórica da regulamentação ética das humanidades. Recuperado de https://www.simposio2020.anpepp.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=468

Trindade, Z. A., & Szymanski, H. (2006). Relatório do Fórum sobre Ética em Pesquisa. **XI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico.** Florianópolis, SC, Brasil.

60 Anos da Profissão de Psicólogas(os) no Brasil e a Participação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)

Alexandra Ayach Anache

Fauston Negreiros

Marilda Gonçalves Dias Facci

Marilene Proença Rebello de Souza

Roseli Fernandes Lins Caldas

Silvia Maria Cintra da Silva

Tatiana Platzer do Amaral

1. Breve História do Percurso da ABRAPEE

A Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) foi fundada por um conjunto de profissionais e acadêmicos com o propósito de fortalecer e consolidar a área, como especialidade, bem como na função ramo do saber que fundamentava a compreensão das dimensões psicológicas do ser humano, uma vez que é por meio da Educação que ele se constitui e se humaniza.

O processo de criação desta entidade, em 1990, vai sendo gestado em meio às críticas tecidas sobre os cursos de formação em Psicologia, com Base no Currículo Mínimo em Psicologia, cuja estrutura priorizava disciplinas da área clínica, em que a Psicologia Escolar é representada por uma única disciplina, “Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem”, a qual se tornava pouco atrativa para as(os) estudantes da época (Witter, 1996).

Nesse período, destaca-se o trabalho da Professora Dra. Solange Múglia Wechsler que, após ter realizado o seu mestrado e doutorado no período de 1976 a 1981, pas-

sou a se interessar pela área da educação, entendendo que a(o) psicóloga(o) poderia contribuir para a transformação da realidade das escolas brasileiras. As suas interlocuções com o Dr. Thomas Oakland, professor da Universidade do Texas, em ocasião da sua visita ao Brasil, ampliou sua compreensão sobre a atuação profissional, considerando as experiências de colegas de vários países, as quais serviram de base para a construção do estatuto de uma Associação científica na área de Psicologia Escolar e Educacional (Witter, 1996).

Assim, vários debates foram ocorrendo, com vistas à construção de uma identidade para este profissional, considerando que a Psicologia Escolar poderia se constituir tanto em área de atuação quanto em campo de saberes que oferecia subsídios para (as)os docentes, coordenadoras(es), gestoras(es), psicólogas(os), entre outros.

As propostas de organização da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional foram amplamente debatidas e nas Reuniões Anuais da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, em 1987 e 1988, foi tomada a decisão de que seria importante sua criação, considerando duas dimensões: organização e ampliação da produção científica da área; e contribuição para a qualificação da atuação profissional. Neste sentido, incluíram-se as(os) professoras(es) como membros elegíveis para integrarem a Associação que então se formava, inclusive com a possibilidade de ser composta por uma diretoria nacional e de representações regionais, assemelhando-se à organização do Sistema Conselhos de Psicologia (Witter, 1996).

Em 1988, Wechsler, com o seu grupo de profissionais da área em que atuavam na rede pública de Brasília, criaram a seção ABRAPEE-DF. Em seguida, em maio de 1989, a Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo e outros profissionais fundaram a seção ABRAPEE-SP e, na sequência, outras seções foram sendo organizadas, com destaque para Minas Gerais, liderada pela Dra. Eulalia Maimoni; no Pará, capitaneada pela Dra. Raquel Bechara; e no Rio de Janeiro com a Dra. Vera Gomes. Em 1991, foi realizado o I Congresso Nacional de Psicologia Escolar, sediado em Valinhos (SP), quando se decidiu criar a Entidade nacional, então fortalecida pela participação das seções representativas dos estados, agregando profissionais de outros lugares do Brasil que não estavam vinculados a nenhuma representação desta natureza. Assim, foi criada a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, decorrente das iniciativas de Solange Wechsler, Geraldina Porto Witter, Raquel Souza Lobo Guzzo, Samuel Pfromm Neto e Vera Gomes (Witter, 1996; Barbosa, 2011).

Desta data em diante, outras Representações Estaduais da ABRAPEE foram criadas, a saber: Paraná (2004), Rondônia (2005), Goiás (2006), Minas Gerais (2006), São Paulo (2010), Piauí (2017) e Rio Grande do Sul (2020).

Os Congressos desta Associação, somados aos esforços de seus integrantes nos diversos estados do Brasil e fortalecidos pelas publicações de sua Revista, possibilitam novas configurações à entidade que, paulatinamente, se alinhou com as perspectivas críticas do campo para o enfrentamento do processo de escolarização, de medicalização das questões escolares, dos diferentes modos de violências e outras práticas excludentes.

A ABRAPEE sempre primou pelas interlocuções com as diversas áreas das ciências humanas e pelo rigor das produções científicas como forma de sustentar as práticas profissionais e ampliar a compreensão sobre os fenômenos que atravessam o campo da educação e impactam o processo de aprendizagem dos estudantes e de seus professores.

2. A Socialização de Práticas e Pesquisas pela ABRAPEE

A ABRAPEE, desde a sua constituição como entidade, estimula a realização e a divulgação de estudos científicos e práticas no campo da Psicologia Escolar e Educacional. A socialização do que é produzido na área ocorre, principalmente, por meio da Revista Psicologia Escolar e Educacional e da realização do Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (CONPE), que acontece a cada dois anos, bem como por meio das redes sociais que passaram a ser importantes veículos de debate e de divulgação das principais lutas e ações da entidade. A seguir, discorreremos sobre estas formas de socialização dos conhecimentos, com destaque para a Revista Psicologia Escolar e Educacional e para os Congressos Nacionais de Psicologia Escolar e Educacional.

A Revista Psicologia Escolar e Educacional

Em 1996 a ABRAPEE criou a Revista Psicologia Escolar e Educacional, o primeiro periódico a veicular conteúdos específicos na referida área. Conforme Barbosa (2011), nota-se, desde a sua criação, que se trata de um periódico com uma grande pluralidade no que se refere aos tipos de trabalhos publicados, com distintas abordagens teóricas. Segundo a autora, a Revista foi organizada em um momento em que se buscava criar formas de atuação em uma perspectiva crítica na Psicologia, notadamente na interface com a Educação. Na década de 1980, Maria Helena Souza Patto publicou a obra “Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar” (1984), que

provocou várias reflexões na área, criticando um modelo de intervenção pautado em uma Psicologia estigmatizante e comprometida com a ideologia dominante.

A Revista foi idealizada, segundo entrevista feita por Barbosa (2011), com uma das fundadoras e presidente da ABRAPEE, Profa. Dra. Geraldina Porto Witter, desde a constituição da associação, com o apoio da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que imprimiu os volumes iniciais. No Editorial do primeiro número da Revista, editado em 1996, Guzzo (1996) ressalta a importância da proposição de um periódico que garantisse um espaço de divulgação de temáticas da área da Psicologia Escolar como ciência e profissão.

A Revista tem passado por várias reformulações, acompanhando as transformações e atualizações na editoração de artigos científicos. Neste sentido, destacamos que o seu compromisso, conforme consta em seu site (<https://www.scielo.br/journal/pee>), é publicar artigos que seguem

os princípios democráticos e ético-políticos da ciência e da profissão em Psicologia, de forma a incentivar a melhoria da qualificação e serviços das/os psicólogas/os escolares e educacionais e a estimular a realização e a divulgação de estudos científicos na interface entre Psicologia e Educação

A sua história soma, até março de 2022, 25 volumes e 53 números já publicados e um volume em andamento, além de dois números especiais. Até o ano de 2013, a Revista tinha uma periodicidade semestral; a partir dessa data passou a ser quadrimestral e desde 2019 apresenta um volume de fluxo contínuo, possibilitando que os artigos sejam veiculados com mais celeridade. Foi em 2019 que se iniciou a publicação dos artigos também na língua inglesa, contribuindo com a sua internacionalização. Avaliada pela CAPES como Qualis – A1, é indexada em diversas bases de divulgação de pesquisas, ampliando o raio de abrangência dos conteúdos teóricos e práticos expostos nos artigos.

A Revista Psicologia Escolar e Educacional publica textos nas modalidades de Estudos Teóricos/Ensaio, Relatos de Pesquisa, História e Memória e Relatos de Práticas Profissionais. No entanto, já publicou Resenhas e Sugestões Práticas. A seguir apresentamos um quadro das publicações desde 1996.

Quadro 1 – Trabalhos publicados de 1996 a 2021

Modalidade dos textos	Total
Estudos Teóricos/Ensaio e relatos de pesquisa	784
História e memória	76
Relato de Práticas profissionais	42
Resenha	83
Sugestões práticas	30

Fonte: Elaboração própria (2022)

São 977 produções envolvendo autoras/es de várias regiões do Brasil e do exterior, que demonstram o quanto a Revista tem colaborado para o fortalecimento da Psicologia Escolar e Educacional. Consultando os sumários dos 25 volumes, constatamos a variedade de temas expostos nestes 26 anos de existência do periódico. Os assuntos tratados pelas/os pesquisadoras/es marcam o compromisso ético da ABRAPEE em defender uma escola democrática, preocupada com a socialização dos conhecimentos para todas/os, calcada na defesa dos direitos humanos e em uma educação que promova o desenvolvimento humano, conforme propõem Vigotski (2000) e Saviani (2003).

Nos editoriais elaborados pelas diferentes editoras que fizeram e fazem parte da história da Revista, percebemos uma preocupação que amplia a discussão do espaço escolar e caminha em direção à compreensão do cotidiano das instituições educativas amparada pela noção de totalidade, contextualizando temas presentes no processo ensino-aprendizagem e tomando como referência o contexto histórico-social. Concordamos com Facci et al. (2021), na apresentação do livro “Por que a Psicologia na Educação? Em defesa da emancipação humana no processo de escolarização”, que a luta “[...] em defesa da escola pública, promotora de desenvolvimento, em uma sociedade desigual, não é uma tarefa fácil” (Facci et al., p. 12). No entanto, a diretoria da ABRAPEE, com editoras, editoras/es de seção, comissão editorial e pareceristas, de forma geral, estão empreendendo esforços para divulgar os conhecimentos nesta direção de contribuir para a emancipação humana. Consideramos que aquilo que é produzido em termos teóricos e práticos precisa ser divulgado, precisa chegar a todos os lugares, para que possamos, com

os conhecimentos da Psicologia, trabalhar em prol da valorização da educação no desenvolvimento do psiquismo, no processo de humanização.

Os Congressos Nacionais de Psicologia Escolar e Educacional (Conpes)

Como uma das estratégias utilizadas pela ABRAPEE para atingir seus objetivos de divulgação de pesquisas e práticas, consolidaram-se, desde 1991, os Congressos Nacionais de Psicologia Escolar e Educacional (CONPEs), bianuais. A cada edição dos eventos verifica-se a ampliação do interesse por parte da comunidade científica, o que pode ser constatado pelo número de trabalhos submetidos para apresentação e pela quantidade expressiva de participantes.

No Quadro 2 estão organizadas informações sobre locais, datas e temas dos congressos anteriores. É importante ressaltar que tem havido a preocupação de que os vários CONPEs ocorram em locais diferentes para possibilitar que profissionais, pesquisadoras/es e estudantes de diversas regiões possam participar.

Quadro 2 – Lista de congressos organizados pela ABRAPEE nos últimos anos e respectivos temas:

Eventos	Locais	Ano	Tema
I CONPE	Valinhos – SP	1991	
II CONPE, & 14TH ISPA CONFERENCE	Campinas/SP, PUCCAMP	1994	O desafio da Psicologia Escolar: o futuro da criança na escola, família e sociedade
III CONPE	Rio de Janeiro/ RJ	1996	Prevenção e Saúde Mental na Educação
IV CONPE	João Pessoa/PB, UNIPÊ	1998	Psicologia na Educação: construindo o amanhã
V CONPE	Itajaí/SC, UNIVALE	2000	Psicologia escolar e Educacional: Tendências para o século XXI
VI CONPE	Salvador/BA, URB	2003	Educar, mudar e desenvolver: perspectivas da Psicologia Escolar e Educacional
VII CONPE	Curitiba/PR, Universidade Tuiuti do Paraná	2005	Psicologia Escolar e Educacional: da teoria à prática escolar
VIII CONPE	São João del Rey/ MG, UFSJ	2007	Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas
IX CONPE	São Paulo/SP UPM	2009	Psicologia Escolar e Educacional: Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos
X CONPE	Maringá/PR, UEM	2011	Psicologia Escolar e Educacional: Caminhos trilhados, caminhos a percorrer
XI CONPE	Uberlândia/MG, UFU	2013	Psicologia Escolar e Educacional: Compromisso Ético-Político com a Educação
XII CONPE, & 37TH ISPA CONFERENCE	São Paulo/SP, UPM	2015	Escolas para todos: políticas públicas e práticas dos psicólogos
XIII CONPE	Salvador/BA, UFBA	2017	Pela democratização da Educação
XIV CONPE	Campo Grande/MS UFMS	2019	Educação, Inclusão e Direitos Humanos: Interloquções com a Psicologia Escolar e Educacional
XV CONPE	Belo Horizonte/MG UNA Aimorés	2022	Psicologia Escolar e Educacional e Lei n. 13935/2019: compromisso com a educação democrática

Fonte: Elaboração própria (2022)

No decorrer de suas 15 edições, os trabalhos contemplaram várias temáticas, tais como:

- Atuação em Psicologia Escolar e Educacional;
- Avaliação e Medidas no Contexto Escolar;
- Educação e Direitos Humanos;
- Educação Especial e Inclusão;

- Educação Infantil;
- Educação Informal;
- Ensino de Psicologia;
- Ensino Fundamental;
- Ensino Médio;
- Ensino Superior;
- Família e processos educativos;
- Formação de Professores;
- Formação do Psicólogo Escolar e Educacional;
- Fracasso Escolar e Exclusão;
- História da Psicologia Escolar e Educacional;
- Escolarização, Leitura e Escrita;
- Medicalização da Sociedade e da Educação;
- Pesquisa em Psicologia Escolar e Educacional;
- Políticas Públicas e Educação;
- Processos de Aprendizagem e Desenvolvimento Humano;
- Educação Indígena;
- Educação para as relações étnico raciais;
- Ações educativas com imigrantes e refugiados; e
- Ações educativas dos pantaneiros e ribeirinhos.

As últimas edições reuniram cerca de 1.000 participantes, com cerca de 500 trabalhos apresentados. Para se ter uma ideia da grandiosidade deste evento, em 2019 foram apresentados: 59 Minicursos, 54 Simpósios, 29 Mesas-Redondas, 154 Pôsteres, 218 Relatos de Experiências, totalizando 514 atividades científicas. Foram realizadas também: Exposições, Lançamento de Livros, Cine Debate, Fórum de Debates, Reuniões Científicas e de Organização da Abrapee com Entidades da Psicologia Brasileira e Latinoamericana, reunião do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, Assembleia Geral da ABRAPEE e atividades culturais.

O Congresso, de caráter internacional, também configura-se uma ação política da ABRAPEE, preocupada em lidar tanto com aspectos do cotidiano da escola, como

com as políticas educacionais, o que fica evidente nos eixos temáticos e nos temas que guiaram cada edição do CONPE. Os diversos trabalhos apresentados instrumentalizam profissionais, estudantes e pesquisadoras/es da Psicologia Escolar e Educacional e de áreas afins, para os enfrentamentos necessários pela busca da socialização/apropriação dos conhecimentos e pensar, coletivamente, em alternativas para a superação das mazelas presentes no processo de escolarização, em uma sociedade tão desigual.

São muitas/os as/os parceiras/os que contribuem para o sucesso do evento em todos estes anos. Além de espaço de divulgação de estudos teóricos e práticos, o CONPE tem se consolidado como um espaço de encontro, de entrelaçamentos, de proposições, fortalecimento e criação de grupos de pesquisa. A comunidade acadêmica e profissionais da área beneficiam-se com o evento, seja na categoria de ouvintes ou de expositoras/es. Além disso, os trabalhos publicados nos Anais dos eventos têm possibilitado novas pesquisas e estudos de temáticas amplas que envolvem o espaço educativo e a relação com a Psicologia. Em função da pandemia de Covid-19, o evento que ocorreria em 2021 foi adiado para 2022 e ocorrerá em julho, em Belo Horizonte, MG.

Tendo em conta estas duas formas de divulgação das pesquisas realizadas na interface entre Psicologia e Educação, tais como a Revista Psicologia Escolar e Educacional e os CONPEs, entendemos que ocorre a demarcação uma ação importante da ABRAPEE, coerente com um de seus objetivos, desde a sua constituição, ou seja, fortalecer a atuação de psicólogas/os nas instituições do ensino, assim como divulgar sua produção.

3. A Organização Política dos Psicólogos Escolares e Educacionais

As associações científicas, levando em conta a diversidade de entendimentos que lhe podem ser atribuídas, traduzem “um ímpeto pela ligação e pela partilha” (Oliveira, 2017, p. 234), tendo ao centro, por vezes, a ação de trabalhar sua rede de contatos profissionais, trocando informações relevantes com base na colaboração e ajuda mútua. Não obstante, as associações científicas podem despontar “em decorrência da necessidade de ampliar o contacto e o conhecimento entre cientistas e como forma de se obter o aceite dos pares” (Witter, 2007, p. 2). Assim, é imprescindível ter em vista a tarefa pública que essa entidade tem diante da sociedade, considerando sua função organizativa, intelectual, política e, sobretudo, de interpretação dos

fenômenos sociais que compõem sua matéria, causa, diante dos profissionais e do público-alvo de suas articulações (Bracht et al., 2014).

A ABRAPEE, na função de sociedade civil, “tem por finalidade incentivar o crescimento da ciência e da profissão do psicólogo escolar e educacional, como um meio de promover o bem-estar e o desenvolvimento humano, enfocando para isto o processo educacional em seu sentido mais amplo” (p. 1, Nota Técnica sobre Atribuições da(o) Psicóloga(o) Escolar e Educacional, 2021). Na função de associação científica, tem ocupado um lugar expressivo na organização dos psicólogos escolares e educacionais na sociedade brasileira, em especial nas esferas intelectual, política e da prática social, com capacidade de engendrar processos/estratégias com vistas à alteração de estruturas rígidas e conservadoras no campo científico, alaistradas no campo das práticas humanas em contextos socioeducacionais.

A organização dos profissionais da Psicologia escolar e Educacional propiciada pela ABRAPEE oportuniza subsídios para uma participação social mais crítica e robusta de coletivo, à medida que implica entender as múltiplas ações que diferentes forças sociais presentes na consolidação de espaços educativos. E, sobretudo, que tais ações estejam a serviço da construção de contextos educacionais includentes, democráticos, socialmente referenciados e que funcionem de maneira cooperativa, como fruto de diálogo entre todos os sujeitos da comunidade escolar.

A ABRAPEE tem desenvolvido articulações diversas na organização das(os) psicólogas(os) escolares em sua participação social, com o propósito também de participar, contribuir e influenciar a formação, execução, fiscalização e avaliação de políticas públicas na área educacional e intersetorial, que podem ser expressos em alguns de seus objetivos na função de entidade científica, expostos nas alíneas a seguir: a) congregar psicólogos e entidades afins nas áreas da Psicologia Escolar e Educacional promovendo encontros, congressos estaduais, nacionais e internacionais e outros similares; b) incentivar o intercâmbio entre psicólogas(os) escolares e educacionais; c) atualizar psicólogas(os) escolares e educacionais promovendo seminários, encontros, conferências e palestras; d) fomentar a criação de um banco de dados sobre estudos referentes às áreas de atuação do psicólogo escolar; e) organizar um registro nacional sobre as(os) psicólogas(os) escolares e educacionais brasileiros; f) publicar informativos, revistas e/ou periódicos sobre tópicos de interesse das(os) psicólogas(os) escolares e educacionais; g) estimular e apoiar a criação de grupos de estudo sempre que houver psicólogas(os) escolares que possam se agrupar com este fim (p. 1-2, Nota Técnica sobre Atribuições da(o) Psicóloga(o) Escolar e Educacional, 2021).

Como fruto da organização dos psicólogos escolares e educacionais, é possível elencar alguns desdobramentos representados por lutas sociais produzidas nos últimos anos:

BNCC e Novo Ensino Médio

Participação da ABRAPEE na audiência pública em julho de 2018, na cidade de Fortaleza – Ceará, convocada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobre a Reforma do Ensino Médio

A representante da ABRAPEE foi Deborah Rosária Barbosa, docente da UFMG, colaboradora ativa e membro da diretoria da ABRAPEE (gestão 2016-2018). Ela defendeu a importância da manutenção das disciplinas no currículo do Ensino Médio, a volta da disciplina “Psicologia” e criticou a diluição de áreas de conhecimento, bem como a obrigatoriedade apenas de Português e Matemática. Sobre a disciplina Psicologia, ressaltou a contribuição para a formação humana, compreensão dos Direitos Humanos, debate sobre violência, preconceitos, saúde mental, adolescência, inclusão, sexualidade, gênero, combate a toda forma de discriminações, homofobia e qualquer preconceito com a comunidade LGBTQI+.

Escola sem Partido

Em novembro de 2018, a convite do Deputado Estadual por São Paulo, Carlos Giannazi, a ABRAPEE, representada pela Presidente Anterior, Marilene Proença, Gestão 2018-2020, esteve presente na Audiência Pública contra o “Escola Sem Partido”, que ocorreu no Auditório Franco Montoro, na Assembleia Legislativa de São Paulo. Na oportunidade foram reforçados os princípios e valores da entidade, na defesa por uma educação digna e de qualidade, foi lido o Manifesto da ABRAPEE pela Democracia, elaborado durante o período eleitoral de 2018.

Future-Se

A ABRAPEE, reunida em Assembleia no dia 30 de agosto de 2019, durante o XIV Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional – CONPE, manifestou seu veemente repúdio ao Projeto “Future-se”, que representa indisfarçável ataque à autarquia das Universidades e Institutos Federais brasileiros e o sequestro do amplo direito de acesso à universidade pública, bem inalienável da nação.

Política Nacional de Educação Inclusiva e Decreto nº 10.502/2020

Durante o XIV Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (CONPE), foi elaborada a Carta de Apoio à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008, afirmando como fundamental o princípio constitucional da educação inclusiva.

Foi assinalado que as propostas governamentais relatadas pelo Conselho Nacional de Educação apresentam-se contrárias ao defendido nos documentos que regulam a política vigente, à Convenção dos direitos da pessoa com deficiência – acolhida no Brasil com status de emenda constitucional – à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Posteriormente, o Decreto Presidencial nº 10.502/2020 institui uma nova política, como aventada no CONPE, que se apresenta contrária às políticas educacionais que asseguram a diversidade social e a igualdade de oportunidade no ambiente escolar; pois, ao estabelecer a educação especializada como uma modalidade escolar, fragiliza os direitos das pessoas com deficiência e consolida a discriminação com o retorno de espaços segregados de educação.

Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia

Uma das grandes preocupações da ABRAPEE relaciona-se à questão da formação de psicólogas(os) para atuar no campo da educação. Nesse sentido, participou ativamente das discussões para a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Psicologia, em suas diversas versões de 2004; 2011; 2019. Um dos editoriais da Revista Psicologia Escolar e Educacional dedicou-se a este tema, exclusivamente (Souza et al., 2018).

Outra dimensão importante da formação refere-se à participação da ABRAPEE na Comissão de Área em Psicologia do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior do Ministério da Educação, representando a área de Psicologia Escolar e Educacional na equipe do ENADE (Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante) em Psicologia, nos anos de 2006 a 2012. Essa comissão foi responsável pelas diretrizes dos exames de avaliação de estudantes em todo o país, inaugurando uma nova política nacional de avaliação do Ensino Superior na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade

A problemática presente na educação brasileira centrada na utilização de drogas psicoativas para crianças e adolescentes com supostos transtornos de aprendizagem e de comportamento tem mobilizado a ABRAPEE a participar de diversas articulações nacionais e internacionais, para esclarecer o tema, com destaque para a constituição do Fórum Nacional sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. O tema passou a ser central nos Congressos da ABRAPEE e nas atividades desenvolvidas sobre o tema em diversos congressos nacionais e internacionais, nas lutas no legislativo contra projetos de lei medicalizantes e na proposta de ações da psicologia na educação na consonância com a Lei n. 13.935/2019.

Leis nº 13.935/2019 e 14.113/2020

A ABRAPEE, conjuntamente com outras entidades da Psicologia e do Serviço Social, participou ativamente no decorrer de 20 anos de luta pela aprovação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica – matéria a ser debatida de forma mais detalhada em seção posterior do presente capítulo. Destaca-se também a aprovação da Lei nº 14.113/2020, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com a inserção de Psicólogos e Assistentes Sociais entre os profissionais de educação.

Dessa maneira, em meio à diversidade de possibilidades de organização das(os) psicólogas(os) escolares e no desenvolvimento do movimento crítico da área, a ABRAPEE tem sido uma entidade científica fundamental, considerando que tem exercido o papel de construtora e articuladora de espaços de discussão, luta social e política, e em especial difusora de interpretações críticas do fenômeno educativo. Destarte, seu público tem sido historicamente composto por psicólogas(os) escolares e educacionais e professoras(es) do Ensino Superior e da Educação Básica, que, por sua vez, têm localizado espaço na associação para a manifestação de diferentes interpretações acerca do fenômeno educativo. Assim, esse território é gerado e ocupado para diferentes públicos, fundamentado em um entendimento processual na perspectiva do debate e da organização ampla dos pares.

4. Articulação com Entidades Nacionais e Internacionais da Área da Educação

A ABRAPEE mantém articulações com várias entidades nacionais e internacionais, fortalecendo a atuação na área de Psicologia Escolar e Educacional na América Latina e nos demais continentes, conforme veremos a seguir.

Vinculação com Entidades Internacionais

1. **ULAPSI: União Latino-Americana de Entidades de Psicologia.** A ULAPSI é um espaço de organização da Psicologia na América Latina. Foi criada em 23 de novembro de 2002 na Cidade de Puebla, México, reúne várias entidades de Psicologia da América Latina e visa ao desenvolvimento da Psicologia, como ciência e profissão, para que esta se constitua como um instrumento de transformação das condições de vida nesses países. A ABRAPEE colaborou na fundação da ULAPSI e vários membros da diretoria têm coordenado o Grupo de Trabalho intitulado *Psicologia Educacional na América Latina*. A diretoria atual da ABRAPEE participa deste GT e a ABRAPEE representa o Brasil no Conselho Deliberativo da ULAPSI.
2. **ISPA: International School Psychology Association.** Fundada em 1982, a ISPA é uma Associação reconhecida pela ONU como uma importante ONG no campo educativo voltada às crianças, jovens e suas famílias. ABRAPEE e ISPA realizaram os II e o XII CONPE, em parceria com grande repercussão internacional.

Vinculação com Entidades Nacionais:

1. **ANPEPP: Associação Nacional de Pós-Graduação em Psicologia.** Uma vinculação que promove o intercâmbio é a referente à ANPEPP. A participação de membros da diretoria e associados da ABRAPEE ocorre, na atualidade, principalmente no GT de Psicologia e Políticas Educacionais, que teve sua composição em 2014, com a participação de docentes de várias instituições de ensino superior no país. A articulação entre os participantes desse GT refere-se ao âmbito político de ações conjuntas vinculadas à Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE. O grupo de participantes do GT desenvolveu um projeto de pesquisa intitulado “Psicologia e políticas educacionais: o estado da

arte nos Programas de Pós-Graduação no Brasil”. A pesquisa foi finalizada em 2019 e os resultados apresentados em coletânea (Campos et al., 2021).

2. **ABEC: Associação Brasileira de Editores Científicos.** A Revista Psicologia Escolar e Educacional é membro desta associação. As editoras da revista têm participado dos eventos e Fóruns de Discussão organizados pela ABEC, cujo objetivo tem sido levantar as dificuldades dos periódicos nacionais frente à crescente internacionalização das revistas brasileiras, discutir os critérios adotados pelo Qualis Periódicos das diversas áreas, assim como discorrer sobre assuntos pertinentes ao processo de editoração e socialização das revistas. Com isso, buscamos por ações conjuntas para a melhoria dos critérios de avaliação da revista da ABRAPEE.
3. **FENPB: Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira.** A ABRAPEE se integrou ao FENPB, participando da organização dos diversos Congressos Brasileiros Psicologia: Ciência e Profissão, promovidos pelo Fórum. Tem atuado com as demais entidades nas principais pautas nacionais de luta da Psicologia Brasileira. Com a ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia), CFP (Conselho Federal de Psicologia) e FENAPSI (Federação Nacional dos Psicólogos), tem trabalhado de modo profícuo para a aprovação e implementação da Lei n. 13.935/2019, que dispõe sobre serviços de Psicologia e Serviço Social na rede pública do país. Uma das ações importantes dessa atuação foi a realização da pesquisa nacional intitulada “Violência e Preconceito na Escola: contribuições da Psicologia”, que apresenta um panorama nacional da situação da educação básica e seus principais desafios (UFMT, & FENPB, 2018).
4. **SPBC: (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).** Com vistas a ampliar a participação nas lutas com a comunidade científica do país, a filiação da ABRAPEE à SBPC tem levado nacionalmente as pautas da educação e participado de fóruns nacionais de debates dos pesquisadores brasileiros.

5. A Aprovação da Lei nº 13.935/2019 e sua Importância para a Política Pública de Educação

Uma conquista feita a muitas mãos, com muito empenho, por muitos anos... A trajetória da Lei n. 13.935/2019 teve seu início em 2000, com o Projeto de Lei na Câmara dos Deputados nº 3.688, de autoria do Dep. José Carlos Elias, que “dispõe

sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica”. Aprovado na Câmara, segue para o Senado Federal, onde recebe um novo texto substitutivo, em 2007. A proposta apresentada foi uma importante contribuição do Conselho Federal de Psicologia, ABRAPEE e Associação Brasileira de Ensino de Psicologia.

Nesse substitutivo, o centro da Lei passa a ser o trabalho na rede pública de educação básica, por meio de equipes multiprofissionais centradas nas questões da aprendizagem, do desenvolvimento e de ações na comunidade escolar. Aprovado no Senado, retornou à Câmara dos Deputados em 2010. Neste processo legislativo, são realizadas audiências públicas, requerimentos solicitando inclusão para votação em Plenário, reuniões com líderes dos partidos, mobilizações e diálogos com parlamentares e, finalmente, em 12 de setembro de 2019 o Projeto foi aprovado no Plenário da Câmara e enviado à sanção presidencial.

Durante todo este processo, as entidades de Psicologia e Serviço Social exerceram forte pressão para que o Executivo sancionasse o PL. A luta e união das diversas entidades resultou na instalação de uma Coordenação Nacional para a aprovação da LEI, com a presença do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS), Federação Nacional de Psicologia (FENAPSI), Conselhos Regionais de Psicologia (CRs) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESSs).

Entretanto, ao chegar às mãos do presidente Jair Bolsonaro, o PL foi vetado com justificativa pouco consistente. A pressão por solicitações de apoio continuou com grande mobilização para a derrubada do veto, entre cancelamentos e adiamentos constantes de sessões, falta de quórum e insistência permanente das entidades, em 27 de novembro de 2019, com a presença maciça das(os) psicólogas(os) e assistentes sociais, a vitória foi conquistada: o Veto da presidência da República foi derrubado, com 384 votos. Em 12 de dezembro de 2019, a Lei n. 13.935 foi promulgada, a contragosto, pela presidência da República. Este foi somente o início de um árduo trabalho para a regulamentação da lei. Seguiram-se discussões sobre ações estratégicas, identificação de possibilidades de fontes de custeio, mapeamento de entidades para diálogo, reuniões com as diversas associações municipais, estaduais e federais, com secretários de educação e tantas outras instâncias de autoridades em busca de apoio.

Em março de 2020, inicia-se um novo processo, era preciso lutar para que as(os) profissionais reconhecidas(os) na lei fossem incluídas(os) no FUNDEB. O Brasil e o

mundo são surpreendidos pela Pandemia da COVID-19, impedindo assim encontros e reuniões presenciais. Entretanto, o distanciamento físico não impediu a aproximação virtual por meio de lives e encontros remotos. Assim, mais audiências públicas, mais reuniões e mobilizações, mais diálogos com parlamentares, ofícios, notas e outros recursos para pressionar os parlamentares, resultaram na aprovação da Emenda da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, cujo art. 26 regulamenta que:

[...] 70% dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinado ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

II – profissionais da educação básica: aqueles definidos nos termos do art. 61 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como aqueles profissionais referidos no art. 1º da Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019, em efetivo exercício nas redes escolares de educação básica.

Desde então, outros desafios têm se apresentado, a necessidade de criação de cargos e funções para as(os) profissionais indicadas(os) na Lei em instâncias municipais têm sido um deles. Entretanto, muitas vitórias têm se efetivado, pois várias cidades de distintos estados brasileiros têm regulamentado a lei. Apresentamos, a seguir, o texto da Lei n. 13.935/2019:

Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 2019; 198º ano da Independência e 131º ano da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Publicado no D.O.U., de 12.12.2019.

Orientações, Minutas e Subsídios

Com o objetivo de nortear parlamentares e profissionais, foram elaborados documentos que pudessem esclarecer as atribuições de psicólogas(os) e assistentes sociais, como assessorar prefeitos e governadores diante dos trâmites para a regulamentação da lei. Fruto do trabalho das entidades parceiras e das duas autarquias, Conselhos Federal de Psicologia e de Serviço Social, foi desenvolvido um documento nacional intitulado Psicólogas(os) e Assistentes Sociais na Educação Básica: Orientações para a Regulamentação da Lei de 2019, (CFP, 2019), que reúne informações e orientações para subsidiar as atividades a serem exercidas pelas(os) profissionais mencionados na lei, bem como referências legais necessárias.

O Documento reúne Marcos Legais que sustentam a psicologia e serviço social na Educação, Orientações, Subsídios, Minuta para a Regulamentação da lei, Modelos de Ofícios, Atribuições de Psicólogos e Assistentes Sociais na Educação, entre outros aspectos. Neste documento, as perguntas norteadoras são as seguintes: Psicologia e Serviço social na educação com que finalidade? Quais as contribuições? Quais os desafios?

Cabe destacar que a Psicologia Escolar indicada na construção da lei parte de uma concepção que considera a rede de elementos presentes nos processos educacionais, distanciando-se da atuação clínica, cujo lócus é o espaço da saúde. Uma Psicologia Escolar que pressupõe o questionamento diante da naturalização dos processos educacionais, de modo a compreender que os fenômenos educacionais são constituídos por elementos sociais e políticos. Assim, políticas públicas educacionais, contextos escolares, relações que se estabelecem entre educadores, educandos e comunidade escolar, concepção de ensino e aprendizagem, e tantas outras referências são cruciais

para a análise e intervenção dos e das profissionais de Psicologia na Educação. Sua atuação deve contribuir para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, contemplando estudantes, educadoras(es) e famílias, levando em consideração as condições histórico-culturais em que estes processos educacionais se dão.

Entre as atribuições que podem ser desenvolvidas por estas(es) profissionais, podemos destacar: subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias a partir de conhecimentos da Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação; contribuir para a promoção dos processos de aprendizagem, buscando, com as equipes pedagógicas, garantir o direito a inclusão de todas as crianças e adolescentes; orientar nos casos de dificuldades nos processos de escolarização; realizar avaliação psicológica diante de necessidades específicas identificadas no processo ensino-aprendizado; auxiliar equipes da rede pública de educação básica na integração comunitária entre a escola, o estudante e a família; contribuir na formação continuada de profissionais da educação; colaborar com ações de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola; promover ações voltadas à escolarização do público da educação especial (CFP, 2021).

Nossa responsabilidade é imensa diante dos tantos desafios que vêm se pondo sobre a Educação no Brasil. A Psicologia Escolar tem muito a contribuir em parceria com o Serviço Social, em busca de condições concretas para o desenvolvimento de uma educação de qualidade para todas as pessoas em nosso país.

6. Desafios para a Psicologia Escolar e Educacional Enquanto Ciência e Profissão

Ainda que a área da Psicologia Escolar e Educacional tenha construído um percurso histórico muito importante na Psicologia Brasileira, em busca da implementação de concepções, ações e propostas em uma perspectiva crítica, para o avanço de políticas públicas educacionais é preciso reconhecer os principais desafios que movimentam a área.

Nesse sentido, a ABRAPEE tornou-se uma importante protagonista, expressando os questionamentos e possibilidades de enfrentamento na direção das lutas por uma educação emancipatória, para todos/todas, questionando as formas que restringem direitos sociais e humanos, lutando pela inclusão e pela humanização e ampliando os espaços de divulgação e de promoção de conhecimento da Psicologia Escolar e Educacional. Sabemos que esta luta não é somente da nossa área de atuação e de for-

mação, mas de toda a Psicologia e da sociedade brasileira e latino-americana, é uma luta coletiva. Construir espaços de discussão, análise de pesquisas, troca de experiências e produção de conhecimento científico em uma perspectiva transformadora e emancipatória são instrumentos imprescindíveis para as disputas em uma sociedade de classes, pautada em concepções neoliberais e que visam ao lucro a qualquer custo.

A área da educação é uma das mais importantes na formação humana e, por consequência, uma das áreas mais disputadas no cenário das políticas públicas. E é neste campo de tensões que constituímos uma proposta ousada de construir nacionalmente Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica (CFP, 2013; 2019), em parceria com o Conselho Federal de Psicologia, por meio do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Trata-se de documento que apresenta diretrizes para a atuação de psicólogas(os) escolares e educacionais, e é fundamental para que se possa expressar: os contextos sociais e históricos em que as lutas pela educação estão inseridas; as dificuldades e possibilidades da escolarização; as alternativas de trabalho de psicólogas(os) e os desafios a serem enfrentados nesse campo.

Destaca-se que este é um dos desafios presentes: o de ampliar o esclarecimento a respeito do papel da Psicologia na educação, contribuir para a melhoria das relações escolares; constituir espaços coletivos em que subjetividades, afetos e diversidades sejam acolhidos, compreendidos e respeitados, rompendo com os processos de patologização, medicalização e judicialização das práticas sociais.

Outro ponto de desafio importante da inserção da Psicologia na educação refere-se às ações relativas às pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, a Psicologia Escolar e Educacional por meio das universidades, dos movimentos sociais e da ABRAPEE têm trabalhado ativamente para a política de inclusão da pessoa com deficiência, reconhecendo a necessidade de promoção do desenvolvimento e da aprendizagem, em uma perspectiva histórico-crítica que venha a considerar as dimensões sociais, afetivas e cognitivas que compõem as necessidades da escolarização.

Nesses 60 anos de profissão, é fundamental reconhecer uma conquista importante da Psicologia no campo da Educação, em conjunto com o Serviço Social. A ABRAPEE com o Sistema Conselhos de Psicologia, a Fenapsi, a ABEP, o Conselho Federal de Serviço Social e a Associação Brasileira de Pesquisa e Estudos em Serviço Social trabalharam arduamente, por mais de 20 anos, para a aprovação da Lei Federal nº 13.935/2019 (BRASIL, 2019) que “dispõe sobre serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica”. A promulgação desta lei possibilita a implementação de uma política pública que consideramos de grande contribuição para a prática docente, para a relação com a comunidade, para a vida

diária escolar e para a melhoria da qualidade das ações pedagógicas, com vistas à garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Ao propor a inserção de equipes multiprofissionais para atuar nas redes de educação básica, a Lei Federal nº 13.935/2019 instala, oficialmente, o reconhecimento da intersetorialidade como uma necessidade para a melhoria das condições de trabalho e de enfrentamento de questões que se encontram no campo social, tais como: preconceito, intolerância, racismo, discriminação, violência doméstica, homofobia, diagnósticos indevidos, entre outros aspectos.

A presença de profissionais de Psicologia e Serviço Social se faz em um momento político e econômico de grande crise no Brasil, em que se exacerbam as ações do centradas em políticas neoliberais que retiram, cada vez mais, os direitos sociais e trabalhistas, reduzindo aportes financeiros para as áreas de educação, cultura e saúde. Sabemos da importância do financiamento para o avanço das políticas sociais e educacionais. Portanto, nossa luta, de profissionais da Psicologia e do Serviço Social, é junto com as(os) educadoras(es), com as(os) profissionais de educação responsáveis pelos recursos do Estado brasileiro! Essa luta coletiva interfere intensamente na melhoria da qualidade da escola, na erradicação do analfabetismo, na implementação das metas do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, depois de amplos debates nacionais promovidos a partir da I Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2010, com participação ativa e comprometida das entidades da Psicologia Brasileira (CFP, 2010).

Outro desafio importante a ser destacado refere-se à formação de psicólogas(os) para atuar no campo da educação, principalmente em relação ao acesso e apropriação das contribuições do conhecimento científico da área sobre questões fundamentais das políticas educacionais brasileiras, o contexto institucional das escolas, as demandas que se fazem presentes e as possibilidades de atuação e de contribuição do conhecimento e da prática das(os) próprias(os) profissionais da Psicologia no campo da educação.

Em um processo contínuo, são sistematizadas proposições, notas técnicas, manifestos, documentos orientadores entre outros, acerca de questões pertinentes à área, que frequentemente são disponibilizadas nos meios de comunicação digitais da ABRAPEE e parceiros importantes constituídos ao longo de sua trajetória, na função de entidade. O desafio de garantir o acesso às informações e ao conhecimento produzidos, na interface entre Psicologia e Educação, tem outro espaço significativo: os encontros científicos e de práticas. Como escrevemos, a ABRAPEE realiza bianualmente o Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (CONPE) e assume o desafio, diante de docentes, estudantes e profissionais, da Psicologia e áreas

correlatas, das diferentes regiões do Brasil, de articulação, visibilidade e capilarização de lutas e conquistas por uma educação humanizadora e libertária.

Considerações Finais

A constituição da ABRAPEE como associação de psicólogas(os) e estudantes de Graduação e Pós-Graduação em Psicologia, bem como de profissionais de áreas afins ao campo da educação, tornou-se um importante instrumento social para ações acadêmicas, políticas e sociais na busca da constituição de uma Psicologia Escolar cujo compromisso ético-político centra-se na educação inclusiva, da escola democrática e na participação popular. A entidade não deixa de se fazer presente nas principais lutas sociais do país e de construir e aperfeiçoar veículos de divulgação do conhecimento em Psicologia Escolar e Educacional, em problematizar a atuação profissional na educação e em propor alternativas para as políticas públicas educacionais (Souza, 2010). Nesse sentido, como ABRAPEE consideramos, como Freire, em *Pedagogia da Autonomia* (1996; 2002, p. 3) que “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Assim, estamos em constante processo de criação, de transformação, buscando superar os desafios postos em uma sociedade de classes, desigual, racista e preconceituosa como a brasileira.

Referências

Barbosa, D. R. (2011). **Estudos para uma história da psicologia educacional e escolar no Brasil** (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil).

Bracht, V., Gomes, I., & Almeida, F. Q. (2014). Por uma sociologia (ainda) crítica do esporte nas Américas: o papel dos intelectuais e das associações científicas. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, 20(esp), pp. 31-42.

Brasil. (2019). **Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Secretaria Geral da Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm

Brasil. (2020). **Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.113-de-25-de-dezembro-de-2020-296390151>

Brasil. (2000). **Projeto de Lei n. 3.388, de 2000**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Recuperado de https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1359998&filename=Avulso+

Campos, H. R., Facci, M. G. D., & Souza, M. P. R. (Orgs.). (2021). **As políticas educacionais na pós-graduação brasileira de psicologia**. CRV. doi: 10.24824/978655868314.8.

Conselho Federal de Psicologia. (2010). **Contribuições da psicologia para a CONAE. Conselho Federal de Psicologia**. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/03/cartilha-CONAE-web_x2x.pdf

Conselho Federal de Psicologia. (2019). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf

Conselho Federal de Psicologia. (2021). **Manual para a regulamentação da Lei n. 13.935**. Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/psicologas-os-e-assistentes-sociais-na-rede-publica-de-educacao-basica.pdf>

Facci, M. G. D., Anache, A. A., & Caldas, R. F. L. (2021). Apresentação. Em M. G. D. Facci, A. A. Anache, & R. F. L., Caldas. (Orgs.), **Por que a psicologia na educação? Em defesa da emancipação humana no processo de escolarização.** (Vol. 2, pp. 11-3). CRV. doi: 10.24824/9786525106977

Freire, P. (1996, 2002). **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa** (25. ed.). Paz e Terra.

Guzzo, R. (1996). Editorial. **Psicologia Escolar e Educacional**, 1(1). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-85571996000100001>

Oliveira, M. (2017). Associações científicas: da ideia de rede ao ideal de comunidade. Em M. L. Martins (Org.), **A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas: O caso das Ciências da Comunicação** (pp. 231-46). Humus.

Patto, M. H. S. (Org.). (1984). **Psicologia e ideologia: Uma introdução crítica à Psicologia Escolar.** T.A. Queiroz.

Saviani, D. (2003). **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações.** 8. ed. Autores Associados.

Souza, M. P. R. (2010). Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: Desafios contemporâneos. **Em Aberto**, (23), pp. 129-49. Recuperado de <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.23i83.2255>

Souza, M. P. R., Facci, M. G. D., & Silva, S. M. C. (2018). Editorial 22.1: Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. **Psicologia Escolar e Educacional**, 22(1), 13-6. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/2175-3539201801001>

Universidade Federal do Mato Grosso, & Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. (Orgs.). (2018). **Violência e preconceitos na escola: Contribuição da psicologia.** Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/07/violencia-e-preconceitos-na-escola.pdf>

Vigotski, L. S. (Org.). (2000). **A construção do pensamento e da linguagem.** Martins Fontes.

Witter, G. P. (1996). Entrevista com a fundadora da ABRAPEE Prof. Dra. Solange Múglia Wechsler. **Psicologia Escolar e Educacional**, 1(1), pp. 83-6. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-85571996000100014>

Witter, G. P. (2007). Importância das sociedades/associações científicas: Desenvolvimento da ciência e formação do profissional – pesquisador. **Boletim de Psicologia**, 57(126), pp. 1-14. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432007000100002&lng=pt&tlng=pt.

Trajetória e Perspectivas do Método de Rorschach e da ASBRO nos 60 anos de Psicologia Brasileira

Thaís Cristina Marques dos Reis

Latife Yazigi

Sonia Regina Pasian

Ana Cristina Resende

Sonia Liane Reichert Rovinski

Lucila Moraes Cardoso

Erika Tiemi Kato Okino

Flávia de Lima Osório

Fernanda Aguiar Pizeta

Silvana Alba Scortegagna

Apresentação

A Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo) é uma associação científica que integra o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia (FENPB) desde 2002. Deste modo, participa, com as demais entidades que compõem o FENPB, dos processos reflexivos que norteiam decisões sobre importantes temas da Psicologia no Brasil, em seus diversos campos de atuação.

A decisão do FENPB de organizar esse livro para relatos sobre o campo central da Psicologia de cada entidade científica, ofertando marcos históricos e tendências para o futuro, configura reconhecimento das suas contribuições para a Psicologia na função de Ciência e Profissão. Neste capítulo, objetiva-se fazer um resgate histórico sobre um dos ícones instrumentais da ASBRo, o Método de Rorschach. Procurar-se-á apontar elementos históricos relativos à sua introdução e desenvolvimentos técnico-científicos no Brasil, ilustrando a relevância dos métodos projetivos para a

área de avaliação psicológica. Posteriormente, pretende-se destacar o importante papel realizado pela ASBRo, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), no sentido de oferecer à Psicologia e à população do Brasil recursos cientificamente embasados para a prática profissional no campo da avaliação psicológica, com foco especial nos métodos projetivos.

História do Rorschach no Brasil

Há 60 anos, no dia 27 de agosto de 1962, quando a Psicologia foi regulamentada como profissão no Brasil, por meio da Lei n. 4.119 (Brasil, 1962), a história dos testes psicológicos já havia sido iniciada. Há que se mencionar, por exemplo, que a história do Rorschach no Brasil começou na década de 1920. Antes mesmo da Psicologia se sedimentar no país, já havia grande propagação deste instrumento, sobretudo nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, com a apresentação de diversos trabalhos em congressos e cursos, conforme anunciados por jornais e revistas científicas da época.

A primeira menção sobre o teste de Rorschach no Brasil pertence ao grupo da Liga Brasileira de Hygiene Mental. Na edição de 1932, o psiquiatra Ernani Lopes publicou uma resenha de um artigo de 1930 da psicóloga, filósofa, pedagoga e estudiosa de artes Marguerite Loosli-Usteri¹, do Instituto Jean Jacques Rousseau de Genebra. Ernani Lopes também anunciou que na edição seguinte seria publicado o trabalho de Leme Lopes, o primeiro trabalho brasileiro com o Método de Rorschach. No entanto, a publicação deste trabalho de Leme Lopes, intitulado “O teste de Rorschach na caracterização da personalidade”, só ocorreu em 1935 (Leme Lopes, 1935). O trabalho, além de apresentar o resultado de 50 brasileiros, fez uma revisão da literatura da época, apresentando as pesquisas de algumas variáveis, em especial a importância do tipo de vivência, característica avaliada a partir das respostas de cor e de movimento humano.

Antônio Miguel Leão Bruno, bacharel em ciências jurídicas e sociais e doutor em medicina pela Universidade de São Paulo, publicou um artigo em maio de 1944 na *Separata dos Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia* intitulado “O movimento Rorschach no Brasil”, reunindo trabalhos realizados no contexto do Brasil a partir

1 Marguerite Loosli-Usteri, posteriormente, foi a primeira pessoa a sistematizar um conjunto de instruções técnicas para codificação e interpretação do teste de Rorschach e a primeira presidente da International Rorschach Society (IRS).

do Método de Rorschach (Leão Bruno, 1944). Ele confirmou a informação de que Leme Lopes havia sido um dos primeiros a trabalhar com o Rorschach no Brasil, a partir de 1932. No entanto, mencionou outros três² estudos publicados e mais antigos, a saber: Tavares Bastos em Minas Gerais sobre casos clínicos em endocrinologia; Roberto Veit, sobre o valor diagnóstico do Método de Rorschach, publicado em São Paulo; e os cinco trabalhos de Edmur Aguiar Whitaker entre os anos de 1934 e 1935. Esta linha histórica também é citada por Manuel Bergstrom Lourenço Filho em um artigo de 1971.

Roberto Mange, em um artigo de 1956 intitulado “Evolução da Psicotécnica em São Paulo” (publicado como resumo da palestra por ele proferida na ocasião da abertura do I Seminário Latino-Americano de Psicotécnica em abril de 1955), diz que:

no período de 1931 a 1935 tiveram início múltiplas aplicações da psicotécnica, destacando-se o Serviço de Ensino e Seleção da Estrada de Ferro Sorocabana, criado na época e, posteriormente, o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, notável instituição que congregava várias estradas de ferro e que tinha como objetivo oferecer cursos profissionais para futuros artífices das ferrovias, incluindo nesse programa provas psicotécnicas de seleção e pesquisas de natureza psicológica, durante o curso para fins de orientação profissional dos alunos. Seleção para outras funções foram então introduzidas, tais como a de motoristas e despachadores. Empregou-se pela primeira vez, nesse tipo de trabalho, o teste de Rorschach. (Mange, 1956, p. 6)

Roberto Mange era engenheiro, professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e, segundo Salvadori (2003), fez parceria com o Instituto de Higiene Mental de São Paulo em uma vertente psicotécnica para fins de seleção e formação profissional. Mange fez parte do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), com o primeiro vice-presidente do IDORT: o psiquiatra Antonio Carlos Pacheco e Silva. O IDORT foi criado em 1931 e tinha por objetivo “difundir a ideia de racionalização, promover eficiência e aumentar a produtividade na produção e em outros setores de atividades. Trata-se de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, vinculada ao movimento internacional de difusão do taylorismo” (Correia, & Almeida, 2013, p. 36).

Em continuidade a esse breve relato sobre o processo histórico do uso do Método de Rorschach no Brasil, na edição francesa da obra de H. Rorschach (Presses

2 Esses trabalhos não foram encontrados na íntegra.

Universitaires, Paris) da década de 1960, no apêndice desta obra consta uma listagem de 13 títulos de trabalhos de pesquisa realizados no Brasil (Lourenço Filho, 1971, p. 137).

Em 1968, a Sociedade de Rorschach de São Paulo, fundada no ano de 1952, organizou o Primeiro Encontro do Psicodiagnóstico de Rorschach, coordenado por Luiz Dias Andrade, Fernando Villemor Amaral e Lúcia S. Coelho. Nessa ocasião foi fundada a Associação Latino-Americana de Rorschach (ALAR), com participantes também da Argentina, Uruguai e Peru (Fazzani, 1993).

O Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, foi também um importante núcleo de ensino e uso do Método de Rorschach no Brasil. Na década de 1960, já divulgava cursos sobre o método de Rorschach e desenvolvia processos de seleção de pessoal para empresas utilizando este instrumento. No ISOP, trabalharam pessoas importantes para o desenvolvimento do Rorschach no Brasil, como André Ombredane, Isabel Adrados e Monique Augras.

Monique Augras destacou que o problema mais grave do uso do Método de Rorschach, nessa época, era a ausência de dados normativos brasileiros para a interpretação do teste. De acordo com a autora, utilizavam-se no Brasil normas alemãs, francesas, suíças e norte-americanas, mas brasileiras ainda não estavam disponíveis por ausência de pesquisas nessa direção (Augras, 1967). Cabe mencionar que nesse período ocorria, em larga escala, a tradução e a comercialização dos instrumentos de testagem psicológica produzidos em outros países. Esses materiais eram utilizados, em muitas vezes, sem adaptações para a realidade brasileira e com fundamentação científica incipiente para embasar os resultados, inexistindo adequada fiscalização da qualidade do material traduzido (Castro et al., 2018; Hogan, 2019). Ou seja, os problemas de reprodução de instrumentos de avaliação psicológica sem adaptação sociocultural e sem dados científicos específicos para o Brasil também ocorriam com o Método de Rorschach.

Este tipo de ações profissionais acabou por promover prejuízos ao uso dos testes psicológicos no Brasil, propiciando a sua desmoralização. Emergiram conseqüentes críticas aos instrumentos de avaliação psicológica, vivenciando uma era “antitestes” na Psicologia Brasileira (Custódio, 2007; Pasquali, 2020; Wechsler et al., 2019).

Nota-se, nesse breve histórico, que diversos profissionais faziam uso do Método de Rorschach, tais como: médicos, bacharéis em ciências jurídicas e sociais e engenheiros. No entanto, a partir de 1962, quando a Psicologia foi reconhecida como profissão, o uso deste instrumento de avaliação psicológica passou a ser considerada uma prática exclusiva dessa profissão, conforme consta no art. 13º da Lei n. 4.119 (Brasil, 1962).

Em 1967, Augras destacou o aspecto deontológico: “a quem se deve ensinar o Rorschach? Apenas aos psicólogos, pensamos. Diariamente porém nos defrontamos com anúncios de ‘Cursos de Rorschach’, abertos a médicos, assistentes sociais, orientadores educacionais etc. É a velha questão do controle da aplicação e interpretação do Rorschach. Acreditamos que não há, evidentemente, necessidade de ensinar a técnica aos que, por lei, não poderão utilizá-la” (Augras, 1967, p. 108).

Na década de 1970, constituído o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e diversos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), bem como os primeiros cursos de Psicologia do Brasil, foi oficializado o currículo mínimo à formação em Psicologia. Contudo, nessa mesma década, houve a reestruturação das universidades e o incentivo à privatização do ensino, o que provocou aumento significativo do número de cursos de Psicologia. Os psicólogos ocupavam agora um bom espaço na área clínica, diferentemente da década anterior, em que a área organizacional e do trabalho, e depois o contexto escolar, empregava a maior parte dos profissionais (Chaves, 1992).

Entre as décadas de 1970 a 1990, eram escassos os estudos que buscavam aferir as qualidades psicométricas dos testes psicológicos nacionais e os instrumentos internacionais eram usados sem os devidos estudos de adaptação à realidade brasileira (Hogan, 2019; Primi, 2010). Esse contexto de desvalorização mobilizou pesquisadores e profissionais da área a se organizarem com o objetivo de estruturar mudanças nesse cenário. Inicialmente, por meio de grupos de trabalho e reuniões científicas, posteriormente com a consolidação de entidades científicas e, por fim, com a articulação com o Sistema Conselho (Cardoso, & Zanini, 2021).

Como resultado profícuo da articulação entre professores e pesquisadores, em 22 de junho de 1993, foi fundada a Sociedade Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (SBRo) pelo Prof. Dr. André Jacquemin, com os professores Latife Yazigi, Sonia Regina Loureiro, Cícero Emidio Vaz, Sonia Regina Pasian e Anna Elisa de Villemor Amaral. Filiada à International Society of Rorschach (ISR), sediada em Bern (Suíça), a entidade sempre teve o compromisso de acompanhar os avanços técnico-científicos nacionais e internacionais na área de métodos projetivos de avaliação psicológica.

A SBRo foi criada como uma associação científica civil, sem fins lucrativos e sem vinculações públicas, ideológicas ou religiosas. Por vários anos, ficou sediada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, conseguindo sede própria na cidade de Ribeirão Preto (SP) em anos posteriores. Em outubro de 2004, para acompanhar a legislação brasileira, sua denominação foi alterada para Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos, com a sigla

ASBRo. Em 2023, a ASBRo completará 30 anos de existência e de representatividade científica na história da Psicologia brasileira.

Na década de 1980, várias instituições de ensino superior, tais como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e do Rio Grande do Sul (PUC-RS), a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade de São Paulo (USP) começaram a ofertar cursos de pós-graduação na área de avaliação psicológica para qualificar os profissionais. É deste período o registro histórico do trabalho apresentado na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), em 1988: “A prova de Rorschach, a epilepsia temporal e a especialização hemisférica”, pela professora Latife Yazigi.

Além da consolidação das entidades científicas, a década de 1990 foi marcada pela organização de uma série de eventos na área de avaliação psicológica, promovidos por algumas instituições de ensino superior. Fruto desse processo também foi a criação do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) em 1997. No empenho de fortalecer a qualidade do trabalho realizado no campo da avaliação psicológica no Brasil, merecem ser lembradas as atividades científicas desenvolvidas pela Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Nessa década foram consolidados e criados laboratórios de pesquisa e estudos sistemáticos de construção e adaptação de testes psicológicos para o país, que atendessem aos critérios psicométricos de validade, precisão e normas para a população.

Um pouco mais tarde teve início a Revista Avaliação Psicológica vinculada ao IBAP. Trata-se de importante periódico científico nacional bem qualificado e que oferece aos profissionais e aos pesquisadores conhecimentos e frutos de pesquisas relevantes da área.

Outro aspecto que se destacou foi a criação do primeiro grupo de trabalho (GT) em avaliação psicológica na ANPEPP. O grupo intitulado “Perspectivas em Avaliação e Diagnóstico em Psicologia” foi criado em 1989 e permaneceu com este nome até 2008, quando o grupo foi desmembrado em novos GTs (Wechsler et al., 2019), sendo um deles o GT Métodos Projetivos nos Contextos da Avaliação Psicológica.

Tudo isso culminou no I Fórum Nacional de Avaliação Psicológica em 2000, que desenvolveu uma proposta de ações políticas com vistas o aperfeiçoamento da Avaliação Psicológica no âmbito de sua dimensão técnica, social e ética, que foi encaminhada ao CFP. Em seguida, o CFP organizou uma comissão de especialistas

denominada Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP), composta por psicólogos pesquisadores e profissionais da área de reconhecido saber em testes psicológicos, que são renovados a cada gestão do CFP, cuja função é discutir e propor diretrizes, normas e resoluções no âmbito da avaliação psicológica. A CCAP/CFP, por meio das Resoluções CFP nº 025/2001, 002/2003 e 009/2018, regulamenta o Sistema de Avaliação Psicológica (Satepsi) e estabelece exigências de critérios mínimos de cientificidade dos testes psicológicos, possibilitando a melhoria na qualidade dos testes psicológicos e, conseqüentemente, de processos de avaliação psicológica realizados pelos psicólogos. Por conseguinte, na década de 2000, ampliaram significativamente as publicações brasileiras a respeito dos testes psicológicos, equiparadas ao aprimoramento na sua qualidade (Faiad, & Alves, 2018).

A partir desse momento, os sistemas técnico-científicos do Método de Rorschach a serem utilizados no Brasil em processos de avaliação psicológica passaram por avaliações conforme diretrizes do SATEPSI. Alcançaram parecer favorável para uso profissional do psicólogo brasileiro as seguintes vertentes: Sistema Klopfer (Vaz, 1997; Vaz, 2006), Sistema Aníbal Silveira (Coelho, 2000), Sistema Compreensivo (Nascimento, 2010), Sistema de Avaliação por Performance (Meyer et al., 2017) e Escola Francesa (Pasian, 2000). A preocupação com as pesquisas psicométricas embasadoras do Método de Rorschach no Brasil favorece a investigação com os diferentes sistemas nas mais variadas faixas etárias, prevalecendo seu uso profissional em adolescentes e adultos a partir dos 16 anos. Nota-se que o Método de Rorschach contou com seguidores proficientes; e seu sistema avaliativo, com adeptos fecundos que o mantém atual para uso na realidade mundial, e não apenas no Brasil.

Entende-se que as possibilidades técnicas para o desenvolvimento de adequadas investigações com Rorschach existem e estão disponíveis, mas dependem muito dos profissionais e dos pesquisadores do método, na medida em que exigem liderança, solicitação de recursos a agências de fomento e sustentação no esforço de colaboração e parceria em estudos científicos (Pasian, & Loureiro, 2010). O Método de Rorschach é um instrumento de aplicação individual, que exige disponibilidade e adequado tempo para sua correta utilização profissional, bem como intenso treinamento para sua aplicação, correção e interpretação cientificamente embasadas. Todos esses aspectos podem tornar onerosas as pesquisas científicas com esse método de avaliação de personalidade, porém a riqueza de seus achados o sustenta numa perspectiva mundial há mais de um século.

Contribuições Científicas da ASBRo

Desde a sua fundação em 1993 até os dias de hoje, a ASBRo mantém o compromisso de promover o estudo, a pesquisa e o desenvolvimento dos métodos projetivos de avaliação psicológica em território nacional, em especial o Psicodiagnóstico de Rorschach, em suas diferentes concepções teóricas e âmbitos de aplicação. Além disso, tem como objetivo o aprimoramento técnico-científico dos psicólogos brasileiros para uso dos métodos projetivos, promovendo cursos de formação e de aprimoramento profissional, com ênfase no Método de Rorschach, buscando integrar a diversidade metodológica e a produção científica nacional a respeito deste tema. Propõe-se também a favorecer o intercâmbio científico entre especialistas em métodos projetivos tanto no Brasil como no mundo.

A história de eventos científicos organizados pela ASBRo nos permite afirmar que eles reúnem grande e expressivo número de pesquisadores da área da avaliação psicológica, em especial as técnicas projetivas e, no decorrer desta trajetória, tem recebido apoios de importantes agências financiadoras como: FAPESP, CAPES e CNPq, fato este que confere crédito a esta associação científica.

Até o presente momento, a ASBRo já realizou cinco encontros científicos nos anos de 1995, 1996, 1998 e 2008, ocorridos em Ribeirão Preto (SP) e o de 2001 em Itatiba (SP). Realizou também dez Congressos Nacionais, o primeiro foi realizado em conjunto com o I Congrès Internationale de Psychopathologie Phénoméno-Structurale, em 1997, em Ribeirão Preto (SP); os dois seguintes, em 2000 e 2004, realizados em Porto Alegre (RS), 2006, Brasília (DF). Em 2009, o V Congresso da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos projetivos (ASBRo) foi realizado em conjunto com o IV Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) e a XIV Conferência Internacional de Avaliação Psicológica, em Campinas (SP). Em 2012, o congresso voltou a ocorrer em Brasília. Em 2014, o evento ocorreu na cidade de Ribeirão Preto (SP), depois em Florianópolis (SC) no ano de 2016. Em 2018 teve lugar o IX Congresso ASBRo em Goiânia (GO), fechando o ciclo em 2022 com o X Congresso ASBRo, realizado por meio de recursos remotos, o que trouxe inovações para a área. Usualmente, o congresso da ASBRo ocorre bianualmente, intercalando-se com o congresso organizado pelo IBAP, à exceção do ano de 2020, cujo congresso precisou ser cancelado em função do contexto causado pela pandemia de Covid-19.

Os trabalhos científicos apresentados nestes eventos foram registrados, bibliograficamente, por meio das publicações de Livro de Anais, Livro de Programa e Resumos e publicações científicas especializadas, na forma de Livros com ISBN.

Esses materiais têm sido utilizados como estímulos à formação e à atualização profissional, recorrentemente consultados nos cursos de graduação em Psicologia, compartilhando conhecimento qualificado produzido na área e de acesso público (<https://www.asbro.org.br/publicacoes>).

O compromisso da ASBRo com o desenvolvimento da área de Avaliação Psicológica também é marcado pela representação na Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica (CCAP), tendo indicado representantes da entidade todas as vezes que o CFP demandou essa indicação. Essa parceria entre CFP, IBAP e ASBRo na composição da CCAP constituiu-se num diferencial importante ao longo dos anos, pois possibilitou às entidades da área uma contribuição robusta e ativa na construção da profissão no que tange à área de Avaliação Psicológica.

A título de exemplo, pode-se citar as ações do IBAP e da ASBRo e, posteriormente das demais entidades que compõem o FENPB, na elaboração de argumentos e notas técnicas que foram acrescidas aos memoriais entregues pelo CFP no gabinete dos ministros do Supremo Tribunal Federal, relativamente ao processo de embargos de declaração da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.481, sobre testes psicológicos. Durante todo o processo, a ASBRo se posicionou preocupada com a irrestrita comercialização dos testes psicológicos, expondo os argumentos técnicos e científicos, em especial no que se refere ao risco de falseamento de respostas caso os testes psicológicos fossem de livre acesso (Cardoso, & Zanini, 2021).

Em 2020, impulsionada pelo desenvolvimento de tecnologias digitais de informação e da comunicação (TIDCs), a diretoria da ASBRo passou a ofertar Webinars com temas relevantes à área. No período entre dezembro de 2020 e março de 2022, foram realizados oito webinars com temas relacionados ao: status científico do Método de Rorschach e os critérios neurobiológicos ou psicofisiológicos; discussão de caso clínico; análise dos indicadores do Rorschach sob a perspectiva de dois sistemas avaliativos; processos de orientação profissional; análise da conjuntura sobre o impacto da decisão do Superior Tribunal Federal (STF) sobre os testes psicológicos; uso dos testes projetivos no contexto forense e na Avaliação Terapêutica; ensino, pesquisa e prática com Métodos Projetivos em tempos pandêmicos; e Histórico do Rorschach no Brasil (em comemoração ao centenário do Método de Rorschach, completado em 2021).

Ainda em cenário nacional, há que se mencionar a ação contínua, por mais de 10 anos da ASBRo em parceria com o IBAP, no pleito para que fosse criado o Título Profissional de Especialista em Avaliação Psicológica emitido pelo CFP. A incorporação dessa especialidade entre os títulos regulamentados pelo CFP foi consolidada em 16 de dezembro de 2018. A aprovação representou um marco histórico para a

área, uma vez que a obtenção do título possibilitou o reconhecimento da atuação da psicóloga ou do psicólogo na área de Avaliação Psicológica, contribuindo à qualificação da formação do profissional.

Passando para o contexto internacional, destaca-se que a ASBRo, desde sua criação é filiada à International Society of Rorschach (ISR), acompanhando e produzindo reflexões importantes que envolvem o método de Rorschach e outros métodos projetivos no mundo. Em diferentes momentos tivemos a profa. Dra. Latife Yazigi, membro fundador da ASBRo e, atualmente, membro de seu Conselho Consultivo, como vice-presidente da Sociedade Internacional de Rorschach em diferentes gestões (1987-1990; 2005-2008; 2008-2011).

No sentido do fortalecimento desta parceria, em 1987 realizou-se na cidade do Guarujá (SP) o XII Congresso Internacional de Rorschach e Outras Técnicas Projetivas, promovido pelo Departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica da Escola Paulista de Medicina e a ISR. Pela primeira vez em um país da América Latina, este encontro reuniu renomados especialistas que utilizavam em suas investigações os métodos projetivos de exame psicológico. O comitê organizador contou com a presidência da Profa. Dra. Latife Yazigi, que na ocasião tomou posse como membro da diretoria da ISR, que ficou assim constituída: Dra. Nina Rausch de Trautenberg (presidente), Dr. John E. Exner (primeiro vice-presidente), Dra. Latife Yazigi (segunda vice-presidente), Ingrid Rouselle (secretária).

Neste ano de 2022, ocorre o XXIII Congresso Internacional da ISR, com o tema “100 anos promovendo a compreensão humana”. A Profa. Dra. Anna Elisa de Villemor-Amaral, uma das fundadoras da ASBRo, compõe o Conselho Executivo da ISR e é responsável pela Comissão Científica do Congresso do Centenário do Rorschach. Em parceria com a Profa. Dra. Ana Cristina Resende, ex-presidente da ASBRo, estão à frente de três importantes projetos que serão apresentados em julho neste evento internacional, partindo de propostas advindas da ASBRo, a saber: a) Projeto Cartoon, que desvela como é o imaginário popular em torno do Rorschach e a avaliação da personalidade; b) Projeto Artístico, com vídeo de obras de artistas de destaque que se inspiraram nas Manchas de Tinta de Rorschach; c) Projeto de Respostas Culturais do Rorschach, que reúne a pluralidade de respostas colhidas em diferentes países, retratando realidades socioculturais, organizado em vídeos animados que serão divulgados presencialmente durante todo o Congresso.

Considerações Finais

As possibilidades de uso do Método de Rorschach são inúmeras e os campos de sua aplicação são crescentes. À medida que novas demandas são apresentadas para esta área, o desenvolvimento de profissionais competentes, de bons pesquisadores e de investigações cientificamente robustas se mostram necessários e prementes; pois, apesar dos avanços científicos e tecnológicos, muitos desafios ainda se apresentam. Nesse sentido, para o devido e contínuo reconhecimento das contribuições científicas do Método de Rorschach nos diferentes campos da prática profissional do psicólogo, a trajetória e os objetivos da ASBRo se consolidam pela importância e contribuição desta associação científica para a manutenção da cientificidade da avaliação psicológica, em especial, dos métodos projetivos.

Referências

- Associação Brasileira de Rorschach. (2022). Histórico [Postagem]. Recuperado de <https://www.asbro.org.br>
- Augras, M. (1967). Problemas metodológicos do teste de Rorschach no meio brasileiro. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 19(1), 105-10.
- Brasil. Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília, DF: Congresso Nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14119.htm
- Cardoso, L. M., Zanini, D. S. (2021). O que aprender com a decisão do STF sobre os testes psicológicos? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, (n. esp), e253067. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1982-3703003253067>
- Castro, A. C., Castro, A. G., Josephson, S. C., & Jaco-Vilela, A. M. (2018). Medir, classificar e diferenciar. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Org.), *História da psicologia: Rumos e percurso* (pp. 265-90). Nau Editora.
- Chaves, A. M. (1992). 30 anos de regulamentação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 12(2), 4-9.
- Coelho, L. (Org.). (2000). *Rorschach clínico: Manual básico*. Terceira Margem.
- Conselho Federal de Psicologia. (2001). *Resolução CFP n° 025/2001. Define teste psicológico como método de avaliação privativo do psicólogo e regulamenta sua elaboração, comercialização e uso*. Brasília, DF: CFP. Recuperado de <https://www.cfps.org.br/upload/legislacao/legislacao46.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia (2003b). *Resolução CFP n. 002/2003. Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP n. 025/2001*. Brasília, DF: CFP. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/03/resolucao2003_02_Anexo.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2018). *Resolução CFP n° 009/2018. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI e revoga as Resoluções n. 002/2003, n. 006/2004 e n. 005/2012 e Notas Técnicas n. 01/2017 e 02/2017*. Brasília, DF: CFP. Recuperado de <https://satepsi.cfp.org.br/docs/ResolucaoCFP009-18.pdf>

Correia, T. B., & Almeida, C. C. O. (2013). Habitação econômica no Brasil: O IDORT e sua revista (1932-1960). *Risco*, 17(1), 35-49. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i17p62-74>

Custódio, E. M. (2007). Avaliação psicológica: Ensino e pesquisa na década de sessenta. *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*, 27, 49-66. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2007000200008&lng=pt_tlng=pt

Faiad, C., & Alves, I. C. B. (2018). Contribuições do Satepsi para avaliações psicológicas compulsórias (trânsito, porte de arma e concursos públicos). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 50-9. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208851>

Fazzani Neto, R. (1993). Breve História da Sociedade Rorschach de São Paulo. Documento original da Sociedade Rorschach de São Paulo.

Hogan, T. P. (2019). *Psychological testing: A practical introduction*. John Wiley, & Sons.

Hogan, T., De Stefano, M., Gilby, C., Kosman, D., & Peri, J. (2021). Reviewing the test reviews: Quality judgments and reviewer agreements in the mental measurements yearbook. *Applied Measurement in Education*, 34(2), 75-84.

Leão Bruno, A. M. (1944). O movimento Rorschach no Brasil. *Arquivos da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo*, 15(1-3), 6-34.

Leme Lopes, J. (1935). O teste de Rorschach na caracterização da personalidade. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, 8(1, 2, 3), 51-67. Recuperado de <http://www.gema.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/arquivos-brasileiros-de-higiene-mental>

Lourenço Filho, M. B. (1971). A psicologia no Brasil. *Arquivos brasileiros de Psicologia Aplicada*, 23(3), 113-42. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/view/16750>

Mange, R. (1956). Evolução da psicotécnica em São Paulo. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 8(1), 5-7. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13723>

Meyer, G. J., Viglione, D. J., Mihura, J. L., Erard, R. E., & Erdberg, P. (Orgs.). (2017). *R-PAS: Sistema de avaliação por performance no Rorschach*. Hogrefe.

Nascimento, R. S. G. F. (2010). (Org.). *Sistema compreensivo do Rorschach: Teoria, pesquisa e normas para a população brasileira*. Casa do Psicólogo.

Pasian, S. R. (Org.). (2000). **O psicodiagnóstico de Rorschach em adultos: Atlas, normas e reflexões**. Casa do Psicólogo.

Pasian, S. R., & Loureiro, S. R. (2010). Reflexões sobre princípios e padrões normativos do Rorschach. Em S. R. Pasian, *Avanços do Rorschach no Brasil* (pp. 30-54). Casa do Psicólogo.

Pasquali, L. (Org.). (2020). *TEP: Técnicas de exame psicológico: Os fundamentos*. Vetor Editora.

Primi, R. (2010). Avaliação psicológica no Brasil: Fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 25-35. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500003>

Salvadori, M. A. B. (2003). **Educação, trabalho e juventude: Os Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional e o perfil do jovem ferroviário**. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao11/materia02/texto02.pdf>

Vaz, C. E. (Org.). (1997). **O Rorschach: Teoria e desempenho** (3. ed.). Manole.

Vaz, C. E. (2006). **O Rorschach: Teoria e desempenho II**. Casa do Psicólogo.

Wechsler, S. M., Hutz, C. S., & Primi, R. (2019). O desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil: Avanços históricos e desafios. *Avaliação Psicológica*, 18(2), 121-8. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2019.1802.15466.02>

Whitaker, E. A. (1936). Sobre um caso de melancolia de involução, com idéias de perseguição secundária, que se instala em um psychopath de tipo cyclothymic. Conducta terapêutica. *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria*, 19(1), 23-4. Recuperado de <http://memoria.bn.br/DocReader/064645/4179>.

Orientação profissional e de Carreira no Brasil: Atuação e Novos Rumos

Daniela Boucinha
Manoela Ziebell de Oliveira
Leonardo de Oliveira Barros
Fabiola Rodrigues Matos
Lucilene Tofoli
Gustavo Henrique Martins

Introdução

Ao longo dos anos, a literatura científica vem definindo a carreira de diferentes formas. Alguns exemplos são:

- Uma carreira é um processo de desenvolvimento de um trabalhador ao longo de uma trajetória de experiência e funções em uma ou mais organizações (Baruch, & Rosenstein, 1992).
- O padrão de experiências relacionadas ao trabalho que abrange o curso da vida de uma pessoa (Greenhaus et al., 2000).
- “Trajetórias de vida” nas quais os indivíduos progressivamente projetam e constroem suas próprias vidas, incluindo suas carreiras profissionais (Savickas et al., 2009).

Sem muito esforço é possível afirmar que, apesar das diferenças, essas definições remetem a um fenômeno familiar a todos os seres humanos. Ainda assim, curiosamente, a principal área responsável por investigá-lo e documentá-lo, conhecida internacionalmente como psicologia vocacional, ainda é pouco difundida em nosso país.

Neste capítulo, buscaremos apresentar a área da Psicologia Vocacional, ou, como é mais conhecida no Brasil, da Orientação Profissional e de Carreira (OPC). Abordaremos alguns marcos históricos, os referenciais teóricos mais reconhecidos entre profissionais e estudiosos da área, os objetivos e formas de atuação no campo.

Traremos informações relevantes sobre como a área se desenvolveu no Brasil e sobre a atuação da Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira (ABRAOPC). Por fim, discutiremos alguns dos desafios presentes e futuros da área em nosso país.

O surgimento da área de OPC e seu desenvolvimento estão muito associados à história do trabalho e às mudanças nas relações que se estabeleceram entre trabalhadores e empregadores ao longo do tempo. De forma muito resumida, podemos afirmar que há três abordagens que caracterizam a história da área, as quais serão descritas a seguir.

Enquanto as organizações podiam ser as principais responsáveis pelo desenvolvimento da carreira dos indivíduos (pois o contexto era previsível, a força de trabalho e as oportunidades abundantes, e as transições menos frequentes), o objetivo dos profissionais da área de OPC era encontrar a melhor combinação entre as características dos indivíduos e os trabalhos disponíveis. Tal atuação era fundamentada pelas teorias de traço-e-fator e tinha como principal foco o resultado do processo de orientação vocacional.

Com o passar dos anos e o aumento da instabilidade política e econômica ao redor do mundo, foi possível compreender que, mesmo diante de esforços por parte das organizações e dos indivíduos, as transições de carreira seriam mais recorrentes e desafiadoras. O entendimento de que as transições são normativas fez com que os profissionais da área compreendessem que os indivíduos precisavam desenvolver recursos para lidar com elas e que diferentes domínios de suas vidas impactariam e seriam impactados por elas. Como consequência, o foco do trabalho da OPC passou a ser de ajudar os indivíduos a fazerem escolhas de carreira capazes de refletir como se percebiam e o que se interessavam por fazer de suas vidas. Tal atuação era fundamentada pelas teorias desenvolvimentistas e tinha como foco principal o próprio processo de orientação profissional.

O ingresso no século XXI, marcado pela volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade, por negócios emergentes e novas formas de vínculo com o trabalho, fez com que as jornadas dos trabalhadores nas organizações se tornassem menos lineares, duradouras e previsíveis. Novos padrões de construção de carreira foram observados nos ambientes corporativos e fora deles. E os profissionais e estudiosos da área de OPC vêm sendo convidados a ajudar os indivíduos a: compreender e dar sentido às suas experiências de trabalho e de vida a fim de obter trabalhos decentes, bem como identificar e superar potenciais obstáculos para construir trajetórias coerentes, significativas e satisfatórias. Diferentes teorias dão suporte a essa atuação, que tem como foco tanto processo quanto resultado do trabalho de OPC para o próprio indivíduo e para os diferentes contextos em que está inserido.

Considerando o histórico da área e o conhecimento teórico e técnico produzido ao longo dos anos, pode-se observar diferentes modalidades de atuação, as quais atendem a diferentes interesses que os clientes de OPC podem apresentar. As três principais serão descritas em maior detalhe a seguir.

Intervenções de informação em Orientação Profissional: apresentam informações sobre diferentes possibilidades de trabalho, emprego e formação com o objetivo fundamental de ajudar as pessoas a construírem uma ideia mais precisa sobre esses temas. As intervenções desse nível são basicamente de natureza pedagógica e, por isso, não exigem que as pessoas se comprometam a fazer reflexões aprofundadas sobre si e suas experiências, mesmo que estejam dispostas a fazê-lo (Guichard, 2012). Exemplos de tipos de atendimento a esse nível são: apoio na tomada de decisão e transições ao longo de toda a vida.

Intervenções psicopedagógicas em Orientação Profissional: têm como objetivo ajudar as pessoas a identificarem as competências necessárias no exercício de qualquer função profissional; a forma como as pessoas construíram essas competências; as competências já desenvolvidas (em experiências escolares, de formação, atividades de lazer, prática esportiva, vida em família etc.) e, enfim, as competências que possam formar adiante, bem como a natureza das experiências que lhes serão possíveis. Essas intervenções de orientação têm como desafio auxiliar os participantes a construírem novas relações consigo e com suas experiências nas atividades profissionais que queiram realizar. Elas podem trabalhar com as estratégias (“knowing how”) e com as redes de relacionamentos (“knowing whom”) para o desenvolvimento de competências e planejamento, mas só abordam marginalmente a questão do sentido ou do propósito de uma dada escolha para as vidas dos indivíduos (“knowing why”) (Guichard, 2012). A orientação profissional visa a combinar o cliente com um trabalho que se assemelhe a suas características e habilidades objetivas. Nessa abordagem, o orientador de carreira atua como um especialista em avaliação e em informações sobre o mundo do trabalho (Savickas, 2011). Exemplos de tipos de atendimento nesse nível são: planejamento de carreira; e oficinas de capacitação para o desenvolvimento de competências.

Aconselhamento para a construção do si: as intervenções desta categoria propõem-se a auxiliar os participantes a enfrentarem a demanda social de serem “empreendedores de suas vidas”. Para isso, propõem o distanciamento daquilo que é assumido como óbvio na experiência e na rotina, permitindo percebê-las e simbolizá-las de formas alternativas. Consequentemente, ajuda-os a envolverem-se em novas experiências e a construírem futuras rotinas. O **aconselhamento** da construção da carreira explora e elabora este significado para esclarecer as escolhas e reforçar

a habilidade de decidir. O **aconselhamento** sintetiza intuição e razão por que tal **suporte** ocorre em um contexto pouco estruturado e temas importantes e que não se relacionem ao enredo ocupacional do cliente podem ser necessários se a **orientação** se amplia para discutir relacionamentos íntimos ou outros domínios da vida (Savickas, 2011). O principal exemplo de atendimento nesse nível é o **aconselhamento** de carreira com ênfase na construção de vida.

Desenvolvimento da Orientação Profissional e de Carreira no Brasil e cenário atual

A Orientação Profissional e de Carreira (OPC) apresenta expansão nacional e internacional no que se refere à atuação profissional, pesquisas científicas e desenvolvimento de instrumentos. Atualmente, seu foco abrange mais que apenas direcionar a atuação para os desafios da transição da educação básica para o ensino superior (Aguiar & Conceição, 2012). As pesquisas se difundem a conteúdos diversos, como aposentadoria, projeto de vida, transição de populações em desvantagem socioeconômica, entre outros. A respeito de sua eficácia, há evidências de que intervenções em orientação profissional e de carreira produzem efeitos positivos nas competências para escolha de carreira (Whiston et al., 2017). Dessa forma, há aumento significativo do interesse de pesquisadores e profissionais da área para os diversos públicos e contextos que a OPC possa estar presente.

Concernente a isso, observa-se um desenvolvimento exponencial das teorias que buscam estudar o desenvolvimento de carreira das pessoas. Nesse sentido, a seguir, na Tabela 1, apresentamos as principais teorias de carreira utilizadas no contexto brasileiro. Também são apresentados na Tabela 1 os principais construtos ou características de cada teoria e duas referências, uma mais introdutória e a referência original.

Tabela 1 – Principais teorias de carreira

Teoria	Principais construtos / características	Referências
Frank Parsons: Choosing a Vocation	Considerado o pioneiro da OPC, sistematizou as primeiras ações teórico-práticas da área	Introdutória: Ribeiro e Uvaldo (2007) Original: Parsons (1909)
Teoria da Personalidade Vocacional e Ambientes de Trabalho	Interesses profissionais e ambientes de trabalho classificados no modelo RIASEC	Introdutória: Lamas (2017) Original: Holland (1997)
Teoria Life Span, Life Space	Maturidade vocacional	Introdutória: Oliveira et al. (2012) Original: Super (1980)
Teoria Social Cognitiva de Carreira	Autoeficácia para tomada de decisão de carreira	Introdutória: Ambiel e Noronha (2012) Original: Lent et al. (1994)
Teoria de Construção de Carreira	Adaptabilidade de carreira	Introdutória: Ambiel (2014) Original: Savickas (2005)
Teoria da Aprendizagem por Acaso	Experiência durante ou após a intervenção em OPC	Introdutória: Vieira et al. (2020) Original: Krumboltz (2009)
Teoria do Caos das Carreiras	Comportamento da carreira	Introdutória: Faria e Loureiro (2012) Original: Pryor e Bright (2003)
Teoria da Psicologia do Trabalho	Trabalho decente	Introdutória: Pires et al. (2020) Original: Duffy et al. (2016)

No que se refere ao contexto brasileiro, a OPC foi construída, a partir da segunda metade do século XX, em uma perspectiva psicométrica direcionada à elaboração e aperfeiçoamento de técnicas e instrumentos psicológicos (Melo-Silva et al., 2004; Sparta, 2003). Na década de 1950 e 1960, pesquisas mencionam o uso de instrumentos de OPC em empresas ou em cursos profissionalizantes (Barioni, & Jorge, 1952; Santos, 1967), e reflexões sobre o uso adequado de técnicas para readaptação e reeducação profissional de pessoas idosas (Mignolet, 1960). Na década de 1980, pesquisas envolvendo o uso de testes objetivos de rendimento escolar simultaneamente a testes de aptidões para implantação em cursos profissionalizantes são relatadas (Larqué, 1980), bem como relações entre aptidões e variáveis relacionadas a aspirações e expectativas profissionais (Angelini, & Agatti, 1984).

A partir da década de 1990, ocorreu um aumento da produção de estudos da área de OPC, cujo principal público-alvo foram os adolescentes, professores, orientadores e pais (Aguiar, & Conceição, 2012). Estudos apontam que a ampliação dos trabalhos na área neste período coincide com a criação da então Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP), em 1993 (Lassance & Sparta, 2003; Noronha et al.,

2006), atualmente denominada - desde 2022 - Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira (ABRAOPC).

De forma geral, revisões da produção científica nacional indicam que o desenvolvimento da OPC está em constante crescimento (Aguiar, & Conceição, 2012; Ambiel et al., 2017; Noronha, & Ambiel, 2006). Observa-se que o público-alvo de interesse das pesquisas envolveu principalmente os estudantes de ensino médio e universitários, bem como um aumento do foco em estudos que buscavam construir e validar testes (Ambiel et al., 2017). Além da produção científica da área, ressaltamos também as ações conjuntas de pesquisadores para o constante crescimento e atualização da OPC no Brasil.

Desde 2016, há na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) um Grupo de Trabalho (GT) denominado de “Carreiras: informação, orientação e aconselhamento”, que visa a discutir assuntos científicos oriundos da área de OPC. Atualmente, esse GT é formado por 27 pesquisadores de diversas regiões do Brasil e de Portugal que têm como objetivo comum: 1) identificar, apresentar, intercambiar e organizar a produção científica e a formação em nível de Mestrado e Doutorado no campo de estudos da construção de carreira e orientação profissional, cujos resultados esperados foram o aumento das pesquisas multicêntricas, bem como a consolidação de núcleos e grupos de pesquisa interinstitucionais criados anteriormente; 2) continuar o processo de consolidação de uma agenda de pesquisa e produção científica conjunta, nacional e internacionalmente, no campo de estudos da construção de carreira e orientação profissional.

As produções e participações conjuntas dos membros do GT Carreiras foi intensa e variada no biênio 2020-2021, destacando-se: 1) 24 artigos, três livros e 25 capítulos de livro publicados; 2) 32 participações em bancas; 3) 15 atividades no XV Congresso Brasileiro de Orientação Profissional e de Carreira, sendo seis mesas redondas e nove apresentações orais; 4) dois membros do GT participaram da Comissão Organizadora do XV Congresso Brasileiro de Orientação Profissional e de Carreira e sete da Comissão Científica; 5) neste período o editor chefe, dois dos quatro editoras(es) associadas(os) e cinco dos oito integrantes do conselho editorial da Revista Brasileira de Orientação Profissional eram membros do GT. Essa grande quantidade de produções e participações demonstra o forte trabalho conjunto dos membros do GT para o avanço da área científica em OPC no Brasil.

Para atingir os objetivos propostos para o próximo biênio (2022 e 2023) o GT Carreiras atuará em duas frentes: a) ação formativa com a criação e realização de espaços coletivos de formação, e ação de produção e disseminação científica com a divisão do GT em quatro subgrupos (1 – adaptabilidade de carreira, 2 – intervenção e avaliação, 3 – trabalho decente e justiça social, e 4 – educação básica, juventude

e projeto de vida), e b) planejamento e realização de tarefas conjuntas (pesquisas, publicações e eventos oriundos destes subgrupos). Assim, as atividades realizadas no biênio anterior em cada frente serão avaliadas e, a partir disso, serão propostas tarefas para o próximo biênio.

O Papel da Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira (ABRAOPC) no Desenvolvimento da OPC no Brasil

A então ABOP foi criada em 1993, durante a realização do I Simpósio Brasileiro de Orientação Vocacional & Ocupacional, realizado em Porto Alegre/RS, com o objetivo de unir esforços e experiências de orientadores profissionais para o desenvolvimento da área no Brasil. A partir de então, a atual ABRAOPC passou a ter como missão desenvolver, integrar e valorizar a Orientação Profissional no Brasil, buscando ser referência nacional para profissionais de orientação profissional na sua construção de identidade e desenvolvimento profissional.

Para isso, a criação da Revista Brasileira de Orientação Profissional (RBOP) foi uma das principais ações para a divulgação da ciência e de boas práticas em OPC. A RBOP publica trabalhos originais na área de Orientação Profissional e de Carreira nos contextos da Educação, Trabalho e Saúde e nas interfaces com outras áreas do conhecimento, sendo estes estudos relatos de pesquisas, estudos teóricos, revisões críticas da literatura, relatos de experiência profissional, resenhas e notícias. Os trabalhos publicados são em idiomas português, espanhol ou inglês. E a RBOP é um periódico aberto, on-line e gratuito. A partir da análise feita por três revisões bibliográficas realizadas para o mapeamento da literatura científica sobre OPC, entre 1950 e 2015 (Aguiar & Conceição, 2012; Ambiel et al., 2017; Noronha, & Ambiel, 2006), é possível perceber um crescimento das produções na área desde 2000 e que a RBOP concentra cerca de 25% de todas as publicações sobre OPC.

Ainda, como forma de estimular o desenvolvimento e divulgação da pesquisa e produção científica em OPC, a ABRAOPC realiza a cada dois anos um Congresso Brasileiro de Orientação Profissional. Tal evento, considerado o maior da área no país, reúne diversos estudiosos e pesquisadores, nacionais e internacionais, bem como profissionais da prática e interessados no tema. A partir dos trabalhos apresentados entre conferências, mesas-redondas, minicursos, pôsteres e sessões de comunicação de práticas (como eu faço), a ABRAOPC também vem se dedicando à publicação dos

livros que resultam do compilado de capítulos desses trabalhos. Todos os livros são também gratuitos, on-line e de livre acesso para download no site. No último congresso, em 2021, o tema abordado foi (Des)Empregabilidade, Construção de Carreira e Justiça Social, com uma intenção de proporcionar o debate sobre temas relacionados ao trabalho decente (ILO, 1999; 2017), tido como desafio proposto pela Organização Internacional do Trabalho), e a Teoria de Construção de Carreira (Savickas, 2005), com a participação do renomado pesquisador e psicólogo Mark Savickas, fundador dessa teoria e um dos principais nomes da área no mundo atualmente.

Ao longo dos últimos anos, principalmente, a ABRAOPC tem promovido diversas ações no intuito de aproximar profissionais e pesquisadores que atuam com diferentes populações e regiões do Brasil. Os webinars mensais contribuem para a formação dos orientadores profissionais à medida que abordam temas pertinentes e atuais para a área e, mais recentemente, o Diálogos com a ABRAOPC possibilita a troca entre associados e profissionais sobre a prática e intervenções na OPC.

A associação está ativamente envolvida nas diferentes formas de estimular o desenvolvimento e reconhecimento da área. Desde a participação em programas de rádio, tv e matérias de jornais, presença nas mídias digitais, até a contribuição em congressos de entidades parceiras. A ABRAOPC participa ativamente do Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia Brasileira (FENPB) e do Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão.

Tais ações estão mencionadas e descritas como uma forma de mostrar, de forma sucinta, importantes contribuições e avanços que a associação tem proporcionado para a área de OPC. O interesse por parte de estudantes e profissionais da psicologia vem aumentando, o que reflete no número de associados da ABRAOPC a cada ano. O mundo do trabalho vem sofrendo importantes transformações e o papel da ABRAOPC tem sido o de ser ponte para que os profissionais e pesquisadores possam acompanhar e se atentar a tais mudanças e aos impactos que refletem no trabalho da orientação profissional e de carreira. Assim, como associação, busca-se cada vez mais a aproximação da comunidade que atua, estuda, pesquisa e se interessa pela área, bem como a ampliação, reconhecimento e valorização da OPC no Brasil.

Tendências para o Futuro da Orientação Profissional e de Carreira no Brasil

Refletir sobre o futuro da Orientação Profissional e de Carreira no Brasil leva-nos à (re)pensar diretamente as transformações do mundo do trabalho e seus impactos no

desenvolvimento de carreira dos indivíduos. Se até o século XX a carreira era construída a partir de perspectiva relativamente linear, com maior grau de previsão e estabilidade, no século XXI passou a ser desenvolvida dentro de um cenário de instabilidade, flexibilização, perda de direitos e adoecimento (Savickas, 2012). Tais alterações resultaram na necessidade de revisão das bases teóricas do campo, dos instrumentos, técnicas e até mesmo da redefinição dos objetivos da área (Duarte, 2013). Assim, se antes as intervenções de carreira visavam a ajudar as pessoas a encontrar e negociar um emprego assalariado, no atual contexto passa a ter como foco o auxílio para as pessoas desenvolverem competências para lidar com a flexibilidade (Savickas, 2015).

O impacto das transformações no mundo do trabalho acaba por ser maior em países subdesenvolvidos ou emergentes, grupo no qual o Brasil está inserido. O país que chegou a ser a 6^a maior economia do mundo, foi caindo de posições no ranking, ocupando a 13^a posição no ano de 2021. O reflexo das condições econômicas do país passa a ser visto nos dados oficiais do trabalho. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), no início de 2022, o Brasil somava 12 milhões de trabalhadores em situação de desemprego, dos quais 4,8 milhões se afirmavam desalentados (pessoas em situação de desemprego que desistiram de procurar um novo posto de trabalho). É importante destacar que, entre as pessoas ocupadas, 48,7% atuam em situação de informalidade, sem qualquer vínculo ou em situações precárias.

A exclusão de uma posição de trabalho também reforça a desigualdade sentida na renda da população, fato que, aliado à ausência de políticas públicas efetivas, levou 27 milhões de pessoas a viver abaixo da linha da pobreza – renda de até R\$ 247,00 por mês (Fundação Getúlio Vargas, 2021). No Brasil, outra variável importante para maior acesso à renda é a escolaridade, de maneira que quanto maior o nível escolar maior a chance de uma renda mais alta (IBGE, 2019). Assim, outra problemática a ser enfrentada refere-se aos altos índices de evasão escolar, acentuados em função da pandemia da COVID-19. No ano de 2020, 1,38 milhão de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos estavam fora da escola (UNICEF, 2021). No ensino superior, os números são ainda mais altos, pois apenas no setor privado 608 mil estudantes evadiram do sistema (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, 2020).

Neste cenário de desigualdade social e instabilidade econômica, algumas questões podem ser postas: como o campo da OPC pode contribuir para a melhoria desta realidade? Como ajudar as pessoas a construírem suas carreiras quando as necessidades básicas não estão sendo supridas? Como desenvolver práticas que democratizem o acesso aos serviços? Quem de fato tem opção de escolha sobre sua carreira? A

complexidade do cenário no qual o Brasil encontra-se parece não permitir respostas prontas para essas questões. Todavia, algumas possibilidades estão sendo levantadas pela área e podem ajudar na construção de possíveis direcionamentos. Por exemplo, atuações com foco excessivo no indivíduo ou na sua adaptação (agência pessoal), desconsiderando o contexto e seu papel na construção das opressões, podem deixar as pessoas ainda solitárias, desamparadas ou entregues a si (Cardoso et al., 2016).

Nesse sentido, torna-se necessária uma abordagem em OPC que contribua para a promoção da igualdade e da justiça social (Blustein, 2013; Cardoso et al., 2016; Pires et al., 2020). O presente e futuro da OPC precisa contemplar públicos para além daqueles historicamente mais abordados nas intervenções e pesquisas (e.g., estudantes de ensino médio, de escolas privadas e de classes econômicas mais altas) (Barros et al., 2019). De tal maneira, estudos e práticas realistas no campo da OPC necessitam abordar, questionar e agir a partir de determinantes e interseccionalidades como gênero, raça, etnia, classe, deficiência, renda, entre outros (Pires et al., 2020). Considerar a interseccionalidade como eixo definidor de métodos de trabalho pode ser um caminho para lidar com os desafios impostos à OPC que demandam cada vez mais de um olhar psicossocial para o desenvolvimento de carreira (Ribeiro et al., 2020).

Uma outra tendência para o futuro da OPC refere-se à formação dos profissionais que atuam na área. A discussão sobre as competências técnicas, práticas e éticas de orientadoras(es) profissionais tem sido feita há algumas décadas (Barros et al., 2019; Lassance et al., 2007). Considerando que a área, embora predominantemente composta por psicólogas(os), também agrega profissionais com outras formações, torna-se importante a definição de parâmetros formativos no intuito de qualificar os serviços ofertados aos diferentes públicos e contextos. Alia-se a isso a demanda por atualização profissional para haja condições de atuação adequada no cenário previamente exposto. Vale destacar que esta tem sido uma preocupação da ABRAOPC nos últimos anos e que atualmente um estudo nacional está sendo conduzido para auxiliar na atualização e definição das competências necessárias para as(os) orientadoras(es) profissionais.

Por fim, cabe destacar que há uma perspectiva positiva de crescimento do campo da OPC nos próximos anos. A aprovação da Lei n. 13+935/2019, que determina a prestação de serviços de psicologia nas escolas públicas, com o chamado “Novo Ensino Médio” e com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em todos os níveis, pode favorecer também a oferta de serviços voltados ao desenvolvimento de carreira. A BNCC em vigor tem como princípios o desenvolvimento de competências dos estudantes e, entre estas, encontra-se o projeto de vida. Assim, as(os) orientadoras(es) poderão contribuir para que os alunos exercitem a competência

em questão, cujo foco é permitir que reflitam sobre conhecimentos e experiências relativos ao mundo do trabalho, no intuito de realizarem escolhas com liberdade, consciência crítica e responsabilidade.

Considerações Finais

A Orientação Profissional e de Carreira tem apresentado, no decorrer dos anos, referenciais teóricos, pesquisas científicas e práticas na atuação profissional que auxiliam no suporte às mudanças ocorridas no mundo do trabalho. No âmbito nacional, a OPC encontra-se em constante crescimento, tanto em produção científica como em ações conjuntas de pesquisadores para atualização da área. Ressalta-se que este desenvolvimento é também apoiado pela Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira, que se destaca por aproximar os orientadores profissionais e de carreira e os estudos sobre os impactos do mercado de trabalho, além de colaborar para a ampliação, reconhecimento e valorização da OPC no Brasil.

Referências

- Aguiar, F. H. R., & Conceição, M. I. G. (2012). Análise da produção científica em orientação profissional: Tendências e velhos problemas. *Psico-USF*, 17(1), pp. 97-107. doi: 10.1590/S1413-82712012000100011
- Ambiel, R. A. (2014). Adaptabilidade de carreira: Uma abordagem histórica de conceitos, modelos e teorias. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 15(1), pp. 15-24. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203035764004.pdf>
- Ambiel, R. A., & Noronha, A. P. P. (2012). Autoeficácia para escolha profissional: teoria, pesquisas e avaliação. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 6(2). Recuperado de <http://dx.doi.org/10.5327/Z1982-12472012000200010>
- Ambiel, R. A., Campos, M. I. D., & Campos, P. P. T. (2017). Análise da produção científica brasileira em orientação profissional: um convite a novos rumos. *Psico-USF*, 22(1), pp. 133-45. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pusf/a/Yv8dyWx5zkK8rH5fsCSNnHn/?format=html&lang=pt>
- Angelini, A. L., & Agatti, A. P. R. (1984). Interesses profissionais e aptidão intelectual. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 36(1), pp. 80-8. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/18970/17710>
- Barioni, W., & Jorge, B. H. (1952). A orientação profissional no Departamento Regional de S. Paulo do Senac. *Boletim de Psicologia*, 3(4), p. 11.
- Barros, L. O., Ambiel, R. A. M., & Noronha, A. P. P. (2019). Indicadores de formação teórica e prática de orientadores profissionais e de carreira. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 20(2), pp. 107-18. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.26707/1984-7270/2019v20n2p107>
- Baruch, Y., & Rosenstein, E. (1992). Human resource management in Israeli firms: Planning and managing careers in high technology organizations. *International Journal of Human Resource Management*, 3(3), 477-95. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/09585199200000161>
- Blustein, D. L. (2013). The Psychology of Working: A new perspective for a new era. In B. L. Blustein, *The Oxford handbook of the psychology of working* (pp. 1-27). Oxford University Press.

Cardoso, P., Duarte, M. E., & Sousa, A. (2016). Desenvolvimento vocacional e aconselhamento de carreira: Contributos para a justiça social. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 17(2), pp. 257-66. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203051246013.pdf>

Duarte, M. E. (2013). A vida da orientação na vida do século XXI: constrangimentos e desafios. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 14(2), pp. 155-64. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203030931002.pdf>

Duffy, R. D., Blustein, D. L., Diemer, M. A., & Autin, K. L. (2016). The Psychology of Working Theory. **Journal of Counseling Psychology**, 63(2), pp. 127-48. Recuperado de <https://doi.org/10.1037/cou0000140>

Faria, L., & Loureiro, N. (2012). Teoria do caos e aconselhamento de carreira: Implicações para a prática. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 13(2), 235-44. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v13n2/10.pdf>

Fundação Getúlio Vargas (FGV). (2021). Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia [web page]. Recuperado de <https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>

Fundo das Ações Unidas para a Infância (UNICEF). (2021). **Cenário da exclusão escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. Unicef: CENPEC Educação.

Greenhaus, J. H., Callanan, G.A., & Godshalk, V. M. (2000). **Career Management** (3. ed.). Dryden Press.

Guichard, J. (2012). Quais os desafios para o aconselhamento em orientação no início do século 21?. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 13(2), pp. 139-52. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203024746002.pdf>

Holland, J. L. (1997). **Making vocational choices: A theory of vocational personalities and work environments** (3. ed.). Psychological Assessment Resources.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil. [Web page]. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Desemprego [Web page]. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

Internacional Labour Organization [ILO]. (1999). Report on Decent Work. Recovered from <http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm>

Internacional Labour Organization [ILO]. (2017). **World employment social outlook: Trends 2017**. Geneva, SWI: International Labour Organization.

Krumboltz, J. (2009). The happenstance learning theory. **Journal of Career Assessment**, 17(2), 135-54. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1069072708328861>

Lamas, K. C. A. (2017). Conceito e relevância dos interesses profissionais no desenvolvimento de carreira: Estudo teórico. **Temas em Psicologia**, 25(2), pp. 703-17. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.9788/TP2017.2-16Pt>

Larqué, M. L. (1980). Testes de rendimento na sondagem de aptidões e orientação educacional do aluno. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 32(1), pp. 239-49. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/18283>

Lassance, M. C., & Sparta, M. (2003). A orientação profissional e as transformações no mundo do trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 4(1/2), pp. 13-9. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100003

Lassance, M. P., & Melo-Silva, L. L., & Bardagi, M. P., & Paradiso, Â. (2007). Competências do orientador profissional: Uma proposta brasileira com vistas à formação e certificação. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 8(1), pp. 87-94. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203016904007.pdf>

Lent, R. W., Brown, S. D., & Hackett, G. (1994). Towards a unifying social cognitive theory of career and academic interests, choice and performance. **Journal of Vocational Behavior**, 45(1), pp. 79-122. Retrieved from <https://doi.org/10.1006/jvbe.1994.1027>

Melo-Silva, L. L., Lassance, M. C. P., & Soares, D. H. P. (2004). A orientação profissional no contexto da educação e trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 5(2), 31-52. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902004000200005

Mignolet, L. (1960). O problema da senilidade e a orientação profissional. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, 12(4), pp. 107-14. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/download/14333/13201>

Noronha, A. P. P., & Ambiel, R. A. M. (2006). Orientação profissional e vocacional: Análise da produção científica. **Psico-USF**, 11(1), pp. 75-84. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pusf/a/QTCpGTVMrnP77CPC6FXFgzK/?format=pdf&lang=pt>

Noronha, A. P. P., Andrade, R. G., Miguel, F. K., Nascimento, M. M., Nunes, M. F. O., Pacanaro, S. V., Ferruzzi, A. H., Sartori, F. A., Takahashi, L. T., & Cozza, H. F. P. (2006). Análise de teses e dissertações em orientação profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 7(2), pp. 1-10. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203016895002.pdf>

Oliveira, M. C., Melo-Silva, L. L., & Coleta, M. F. D. (2012). Pressupostos teóricos de Super: Datados ou aplicáveis à Psicologia Vocacional contemporânea?. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 13(2), 223-34. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203024746009.pdf>

Parsons, F. (1909). **Choosing a vocation**. Brousson Press.

Pires, F. M., Ribeiro, M. A., & Andrade, A. L. (2020). Teoria da psicologia do trabalho: Uma perspectiva inclusiva para orientação de carreira. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 21(2), pp. 203-14. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.26707/1984-7270/2020v21n207>

Pryor, R. G., & Bright, J. (2003). The chaos theory of careers. **Australian Journal of Career Development**, 12(3), 12-20. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/103841620301200304>

Ribeiro, M. A., & Uvaldo, M. D. C. C. (2007). Frank Parsons: Trajetória do pioneiro da orientação vocacional, profissional e de carreira. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 8(1), pp. 19-31. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902007000100003

Ribeiro, M. A., Figueiredo, P. A., Almeida, M. C. C. G. (2020). Desafios contemporâneos da orientação profissional e de carreira (OPC): A interseccionalidade como estratégia compreensiva. **Psicologia Argumento**, 39(103), pp. 98-122. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.39.103.AO05>

Santos, O. B. (1967). Psicologia aplicada aos problemas de colocação profissional de cegos no SENAI. **Boletim de Psicologia**, 18(51).

Savickas, M. L. (2005). The theory and practice of career construction. In S. D. Brown, & R. W. Lent (Eds.), **Career development and counseling: Putting theory and research to work** (pp. 42-70). Wiley

Savickas, M. L. (2011). **Career counseling**. APA.

Savickas, M. L. (2012). Life Design: A Paradigm for Career Intervention in the 21st Century. **Journal of Counseling & Development**, 90, pp. 13-19. Retrieved from <https://doi.org/10.1111/j.1556-6676.2012.00002.x>

Savickas, M. L. (2015). **Life-design counseling manual**. Vocopher.

Savickas, M. L., Nota, L., Rossier, J., Dauwalder, J. P., Duarte, M. E., Guichard, J., Soresi, S., Esbroeck, R. V., & van Vianen, A. E. (2009). Life designing: A paradigm for career construction in the 21st century. **Journal of Vocational Behavior**, 75(3), pp. 239-250. Retrieved from <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2009.04.004>

Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo. (2020). Mapa do Ensino Superior. Disponível em <https://www.semesp.org.br/mapa/>

Sparta, M. (2003). O desenvolvimento da orientação profissional no Brasil. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 4(1-2), pp. 1-11. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100002

Super, D. E. (1980). A life-span, life-space approach to career development. **Journal of Vocational Behavior**, 16(3), pp. 282-98. Retrieved from [https://doi.org/10.1016/0001-8791\(80\)90056-1](https://doi.org/10.1016/0001-8791(80)90056-1)

Vieira, A. F., Nunes, M. F. O., & Teixeira, M. A. P. (2020). Happenstance learning theory: Avaliação de uma intervenção de carreira com universitários finalistas. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 21(2), 137-49. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.26707/1984-7270/2020v21n202>

Whiston, S. C., Li, Y., Goodrich Mitts, N., & Wright, L. (2017). Effectiveness of career choice interventions: A meta-analytic replication and extension. **Journal of Vocational Behavior**, 100, pp. 175-84. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2017.03.010>

Psicologia Jurídica: ABPJ, sua história e atualidade

João Carlos Alchieri
Cândida Helena Lopes Alves

Contexto Histórico de Desenvolvimento da ABPJ

A Psicologia Jurídica, como campo de conhecimento e de pesquisa, igualmente a qualquer outra especificidade técnica na psicologia, era praticada no Brasil antes mesmo da regulamentação da profissão de Psicólogo. Este aspecto pode ser entendido como um dos marcos que possibilitou a inserção oficial dos profissionais nas instituições jurídicas. Entretanto é possível identificar, apenas na década de 1990, evidências de movimento profissional, no sentido de organização técnico científica dos psicólogos, em uma associação de âmbito nacional. Diante do *Zeitgeist* na América Latina, evidenciava-se a necessidade crescente de organização institucional, de empoderamento social; e a criação da Associação Ibero-Americana de Psicologia Jurídica (AIPJ) na Argentina pode ter sido um determinante para a mobilização em nosso país de um movimento semelhante.

As condições propícias de organização da ABPJ são identificadas em 1992, quando um grupo de psicólogos do Sistema Penitenciário de São Paulo organizou-se com o CRP 6 por meio de discussões temáticas, de forma a integrar profissionais que trabalhavam nas Varas de Família e da Infância e Juventude. Estes colegas que atuavam na área da Psicologia Jurídica propuseram participação na IV Conferência Europeia de Psicologia e Lei (Barcelona, 1994) e voltaram trazendo informações de como este campo estava organizado na Europa. No ano seguinte, o número de interessados era maior e a possibilidade de participar no I Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica (Chile, 1995) congregou esforços.

Constam nos registros históricos os nomes de Fátima França e Rosalice Lopes, representantes da Secretaria de Administração Penitenciária, bem como Dayse César Franco Bernardi, do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo. A participação delas no Chile carregou a intenção de sediar um similar Congresso no Brasil, Fátima França foi

eleita representante do Brasil na AIPJ. Quando retornou ao Brasil, a colega organizou a Comissão para preparar o III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica, com Margarida Calligaris Mamede, Cláudia Anaf, Dayse César Franco Bernardi, Rosalice Lopes, Fátima França, Fernanda Lou Sans Magano e Magda Melão, com o apoio do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo. Com esta configuração inicial, passaram a ocorrer diversos eventos no Brasil e em 1996 e 1997 foram realizados encontros nacionais nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia.

A organização ampliou-se com representações regionais até que se definiu uma Comissão Organizadora do Congresso, e mais de 15 psicólogos brasileiros participaram do II Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica em Cuba, onde Dayse César Franco Bernardi foi eleita representante da AIPJ, garantindo a possibilidade de vinda do seguinte congresso para o Brasil. Coube ao professor e psicólogo baiano Domingos Barreto a proposição de criação da ABPJ – oficializada por meio de ata de fundação em 15 de março de 1997. Após a fundação da ABPJ, foram convidados psicólogos com interesse e dedicação no contexto jurídico, e que se destacavam na área para comporem cargos na diretoria da entidade, como Dayse César Franco Bernardi, Anna Christina Motta Pacheco Cardoso de Mello, Sônia Liane R. Rovinski, Leila Maria Torraca de Brito, Helena Ribeiro e Maria Teresa Claro Gonzaga.

Em 1998, a ABPJ ingressou no Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira e, no ano seguinte, a ABPJ realizou em conjunto com a Universidade Presbiteriana Mackenzie o III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica, indicando Tânia Vaisberg, do IPUSP, representante do Brasil na AIPJ. O evento contou com decisivo apoio do Conselho Federal de Psicologia, da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, da Universidade Estadual de Maringá, entre outras organizações. O evento ocorreu em 1999 e reuniu centenas de profissionais da área da Psicologia Jurídica do Brasil e de outros países, principalmente da América Latina, o primeiro livro de Anais da entidade foi publicado em 2000.

No início do novo milênio, a ABPJ não conseguiu retomar sua organização administrativa por meio de novas gestões, tendo sido representada frente ao Fórum de Entidade pela psicóloga Fátima França, que também manteve o compromisso de sua representação em eventos nacionais. Buscando manter a chama acesa, foi criada uma lista de discussão na internet em que psicólogos interessados mantiveram-se em comunicação. Contando mais uma vez com o suporte e apoio do Conselho Federal de Psicologia, criou-se em 2008 o Grupo Gestor Intermediário para mobilizar a categoria em torno da Psicologia Jurídica e a reorganização da ABPJ com psicólogos

Álvaro Junior, Fátima França, Luis Fernando Galvão, Odilza Lines, Rodrigo Oliveira, Rosalice Lopes, Sonia Liane R. Rovinski e Valdirene Daufemback.

Em abril de 2009, realizou-se em Porto Alegre o I Simpósio Sul brasileiro de Psicologia Jurídica e a posse de uma nova diretoria para reorganizar administrativamente, fomentar laços institucionais com o Sistema Conselhos, com o Conselho Federal de Psicologia e o Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia do Brasil (FENPB), reconquistando um espaço de representatividade institucional dos psicólogos jurídicos do Brasil. Finalizando a gestão de 2009 a 2011, realizou-se o I Congresso Brasileiro de Psicologia Jurídica (2011), com 600 participantes, em que foram desenvolvidas atividades em temáticas diversas como sistema prisional, mediação, adoção, violência doméstica, disputa de guarda, escuta de crianças, elaboração de documentos e ética que permitiram discussões científicas relevantes e enriquecedoras para a pesquisa e formação profissional em Psicologia Jurídica.

A diretoria para o biênio 2013-2015 realizou manutenção das condições administrativas, fiscais e a realização do I Congresso Internacional de Psicologia de Jurídica em João Pessoa (2015), seguidas pelas gestões de 2015-2017 com a organização de eventos como I Congresso Internacional do Nordeste de Psicologia Jurídica em Salvador (2016) e II Congresso Internacional de Psicologia Jurídica (2017) em Belém.

A gestão de 2017-2019 adaptou administrativamente site, prestação de contas, balanço fiscal. Com vistas à configuração e a atualização institucional da entidade, retificou-se o domínio e a página na internet, compatibilizando a constituição da personalidade jurídica, além de nova marca da instituição congruente com os preceitos organizativos de uma entidade não comercial. Estreitaram-se as relações institucionais de caráter técnico com a *Red Iberoamericana de Asociaciones Nacionales de Psicología Jurídica y Forense*, além de colaborar com grupo internacional da *American Psychological Association* (APA) sobre terrorismo com Sociedade Brasileira de Psicologia ao Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira FENPB do Conselho Federal de Psicologia. Realizou-se o I Encontro Maranhense de Psicologia Jurídica e Direitos Humanos e instituiu-se uma coletânea seriada de livros eletrônicos: Cadernos de Psicologia Jurídica.

As gestões de 2019 a 2023 fundamentaram ainda mais as relações interinstitucionais nacionais e internacionais, a publicação de mais seis volumes dos “Cadernos de Psicologia Jurídica, de Dicionário de Termos Psicológicos para Processos Periciais”, participação em eventos nacionais e internacionais, representações em instituições como Observatório de Psicologia da América Latina, *Asociación latino-americana de*

Psicologia Juridica y Forense, Instituto IBERCRIMA, e a participação de diversos eventos internos e externos de alta qualidade na área.

Definições e Ações da ABPJ

As instituições têm um ciclo de atuação relacionado não somente com o macrocontexto, mas em distintos âmbitos que a sociedade faculta ou mesmo solicita na execução de atividades técnicas profissionais. Neste sentido, a ABPJ pode ao longo destes 25 anos experienciar fases consonantes com a sociedade brasileira, as renovações legais e as práticas profissionais. É possível caracterizar estas fases com as temáticas dos eventos realizados, uma vez que nas antigas gestões a documentação escassa não permite outros dados de acesso.

Ao longo dos primeiros eventos, cuja presença foi passiva, institucionalmente falando, como em Cuba e Barcelona, constituir-se representante formalizaria o reconhecimento aos demais participantes e facultarem e aceitarem as atividades e ações, como parte de um processo em desenvolvimento no Brasil. Por diversos eventos, a temática dirigia-se à constituição de uma identidade do psicólogo jurídico discutindo os aspectos normativos, técnicos, de condições profissionais, legais e até mesmo de representação social. À medida que o processo de constituição institucional ganhava força e representatividade profissional, os pontos de atenção nos eventos constituíam-se na atividade do profissional psicólogo jurídico e as possíveis limitações de sua e de outras profissões no âmbito jurídico. Alguns eventos gravitaram neste ponto e figuras nacionais e internacionais amparam os fundamentos teóricos da ação profissional. Isso competia a quem no contexto jurídico era a tônica que consolidava um dos aspectos identitários do profissional.

Os desafios da sociedade brasileira agiram como fortes atratores a temática de eventos e, por vezes, evidenciaram-se discussões polarizadas. Em outros momentos, o desenvolvimento e renovações legais providenciaram emblemáticos debates como, por exemplo, depoimento sem danos.

Observou-se que, a partir de ações legais, como o depoimento especial, a temática discursiva saiu de uma retórica expressão para relacionar a prática profissional ao amparo de evidências científicas que transcenderam pontos situacionais do fazer do psicólogo. Logo, a constância dos eventos propiciou que temáticas relacionadas à competência, expertise, bases teóricas e técnicas de atividades do profissional fossem pontos quase unânimes de debates. Um escopo maior que as anteriores discussões,

amparado não mais em comparar o que foi ou se foi aprendido na formação acadêmica, mas sim o que pode ser aprendido e como, na função de profissional.

Paralelamente, a cooperação e o desenvolvimento técnico-científico associado ao contexto interinstitucional com entidades científicas como a Sociedade Brasileira de Psicologia, Sociedade Brasileira de Neuropsicologia, *Asociacion Latinoamericana de Psicología Jurídica y Forense*, *American Psychological Association*, *Instituto Iberoamericano de Criminología Aplicada* e *Observatorio de la Psicología en América Latina*, ampliaram fortemente a necessidade de discutir aspectos de desenvolvimento da expertise dos profissionais. Este é o ponto que atualmente caracteriza a atualidade dos esforços da nossa gestão para o desenvolvimento de processo qualificador da competência profissional e cuja repercussão da pandemia covid tem seu precipitador no atual momento.

O desenvolvimento de uma política de qualificação técnico científica teve início com a constituição da publicação seriada “Cadernos de Psicologia Jurídica em 2017, ao possibilitar a elaboração, difusão e discussões de atividades realizadas pelos associados em diversos contextos. Longe de constituir em uma publicação acadêmica, os Cadernos criam espaço de apresentação de práticas e ações realizadas de psicólogos a psicólogos, do Brasil ou exterior, que possam fundamentar outras atividades, ao mesmo tempo sem custo ou ônus.

Acompanhando o cenário institucional internacional de valorização da qualificação profissional, a ABPJ busca agora implementar ações de qualificação de competências por meio de proposta de certificação de competência profissional, a fim de caracterizar com denodo e critérios técnicos científicos a qualificação de seus membros. Caracteriza-se, assim, ao mesmo tempo em que apresenta elementos que subsidiam o processo de desenvolvimento e qualificação técnico-profissional, a importância dos aspectos teóricos, metodológicos e de cenário internacional, com vistas à integração com demais instituições.

Na sequência da exposição, apresentar-se-ão pontos de atenção relativos à temática, caracterizando aspectos institucionais, normativos institucionais e diretrizes de atuação profissional por diversas associações técnico-científicas. Igualmente aborda-se a necessidade de atualização de normativas e políticas de processo técnico-científico como a certificação profissional, e seus desdobramentos e desafios, para os profissionais. Tais temas verificam-se atuais e relevantes na área em diversos países e instituições latino-americanas, mantendo assim a base de integração e representação interinstitucional internacional e que foram objeto de debate em mesa redonda internacional durante a 51ª Reunião da Sociedade Brasileira de Psicologia, em 2021.

A Psicologia Jurídica em seu papel de intervenção, assim como a Avaliação Psicológica Forense, em suas distintas áreas de expressão na administração da justiça, e considerando o contingenciamento laboral e social da pandemia, deparou-se com um desafio emergente de desenvolver processos metodológicos que pudessem atender à necessidade social, cumprindo as normas técnico-científicas de ciência e as diretrizes legais. O exercício profissional fundamenta-se e é orientado, a partir dos princípios da ética, da ciência e da justiça e embasado em processos de intervenção, em diferentes áreas e contextos da psicologia jurídica, atividades até então essencialmente presenciais.

Evidências internacionais vêm demonstrando a necessidade de uma constante exigência técnico científica como fundamento ao exercício das atividades do profissional psicólogo, a contínua atualização científica e de base legal. Por sua vez, as entidades técnicas discutem há décadas a possibilidade de identificação das competências e habilidades no exercício profissional. Especificamente no contexto internacional ibero-americano, algumas instituições estão atentas às necessidades constantes de atualização de profissionais, sem perder foco nas dificuldades de implementar processos certificadores para este objetivo. Na Ibero América a *Asociación Latino-americana de Psicología Jurídica y Forense*, a *Red Ibero-americana de Entidades de Psicología Jurídica* e a Associação Brasileira de Psicologia Jurídica estão somando esforços em cooperações técnicas voltadas ao aperfeiçoamento profissional e à qualificação do trabalho do psicólogo na área jurídica.

A principal ênfase que se destaca aqui é a identificação dos elementos de caracterização da certificação técnico-científica e os obstáculos administrativos e legais a ela relacionados. Busca-se desta forma identificar, descrever e caracterizar elementos que subsidiam o processo de certificação técnico-profissional quanto aos aspectos teóricos, metodológicos e do cenário nacional, com vistas à integração com demais instituições da área, tanto no Brasil como no exterior.

No contexto jurídico, especificamente operado por critérios da ciência psicológica e dos pressupostos legais, o problema não se refere apenas ao uso ou escolha de uma técnica ou instrumento que atenda a determinadas normativas, mas também ao conjunto de operações e análises realizadas ao longo do processo pericial. Implicitamente ao fazer psicológico em um processo pericial encontram-se representados aspectos como aceitação das tarefas, planejamento, desenvolvimento e análise dos dados obtidos, registro em relatórios, a defesa oral, bem como a salvaguarda do material coletado, são aspectos a serem atualizados, frente às necessidades que a emergência sanitária apresenta hoje de forma a salvaguardar os direitos dos participantes.

Entidades científicas, técnicas e profissionais voltam-se para revisão de procedimentos e processos de atividades técnico-científicas em seu trabalho para desenvolver ações com o mesmo rigor científico e qualidade, a fim de garantir o exercício profissional.

As atividades do profissional no âmbito jurídico diante da pandemia evidenciam consequências nos vínculos, ações cotidianas e do impacto na prática de diversas ações profissionais (Alchieri, 2021). Estima-se que a pandemia de COVID-19 poderá acelerar um processo já intenso de modificações no mundo do trabalho, mudanças que já vinham sendo observadas e determinam-se com base na conformação do padrão de produção, como a Indústria 4.0. Este padrão se manifesta em alterações profundas na forma de produzir e no uso do ambiente de trabalho.

Segundo o *World Economic Forum* (WEF) de 2018, até 2022 as habilidades necessárias para executar a maioria das atividades profissionais terá mudado significativamente, estimando-se que até 54% de todos os funcionários necessitarão de reavaliação e renovação de suas competências. Tanto nas demandas decorrentes de ações cada vez mais qualificadas como no trabalho tradicional, a mobilização dos novos conhecimentos adquire caráter estratégico para as organizações, seus respectivos países e, também, aos próprios trabalhadores. A Psicologia Jurídica como campo de conhecimento e de pesquisa, também tem sofrido consequências diretas e indiretas em suas atividades devido à pandemia.

O exercício profissional no âmbito jurídico e forense é fundamentado por critérios científicos e de pressupostos legais, que traduzem as adversidades do contexto laboral, não apenas ao uso ou escolha de uma técnica ou instrumento que atenda a normas, mas no conjunto de operações e análises realizadas ao longo do processo pericial. Verifica-se que as entidades profissionais observam os pontos de revisão de procedimentos, processos técnico-científicos para desenvolver ações profissionais com o mesmo rigor científico e qualidade, a fim de garantir um pleno exercício profissional (American Psychological Association [APA], 2020; Organización Internacional del Trabajo, 2020; Organización Mundial de la Salud, 2019).

Desde a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2020 sobre a pandemia Coronavírus SARS-CoV2 (COVID-19), medidas urgentes e eficientes foram tomadas para proteger os direitos humanos em todos os momentos, tais quais a Resolução nº 1/2020, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 2020). A mesma questão não é diferente do trabalho da Psicologia Jurídica e no mundo, e especialmente no contexto da América Latina.

A Psicologia Jurídica (em seu papel de intervenção, nas diferentes áreas da administração da justiça, e considerando o contingenciamento da pandemia) tem o desafio de desenvolver processos que atendam à necessidade atual, cumprindo as normas de ciência e as diretrizes legais de cada país. O exercício profissional, a partir dos princípios da ética, da ciência e da justiça, é embasado em diferentes áreas e contextos da psicologia jurídica, em atividades essencialmente presenciais. Com o contingenciamento social da pandemia, essa situação provocou mudanças caracterizando como imperativo o fornecimento de diretrizes e recomendações para a prática/avaliação de especialistas no campo da Psicologia Jurídica, especialmente ao exercício profissional de qualidade.

Diversas atividades foram caracterizadas por entidades como *American Psychological Association* (APA, 2020), *Asociacion Latinoamericana de Psicologia Juridica y Forense* (ALPJF, 2021), *International Test Commission* (ITC, 2014), Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ, 2021) e *Asociacion Argentina de Estudio e Investigacion em Psicodiagnostico* (ADEIP, 2015), sensíveis às contingências atuais, e desta forma foram preconizadas instruções técnicas quanto ao manejo de instrumentos psicológicos, procedimentos de atendimento em variados contextos (entrevistas, coleta de dados e intervenções).

Uma Visão do Futuro, a Certificação Profissional

A necessidade aqui expressa ampara-se no desenvolvimento técnico-científico sobre o tema relevante da prática psicológica, de forma a concentrar e fomentar discussões para orientar, informar e empoderar profissionais nos diversos âmbitos e temas do trabalho psicológico, além de elaborar material de subsídio técnico-científico de suporte aos profissionais. O desafio da área jurídica é operar com critérios científicos esse princípio de rigor, no conjunto de operações e análises realizadas ao longo do processo pericial. Nesse contexto, é essencial rever normas e requisitos de aplicabilidade a cenários, fenômenos ou contextos menos tradicionais, de modo que adaptações metodológicas em consonância com princípios técnicos, jurídicos e éticos relevantes possam ser antecipadas. Também para identificar linhas de investigações que possam contribuir para essas questões e que não possam ser respondidas a partir do estágio atual do conhecimento no atual momento.

A implementação de processo de certificação inicia-se por meio de ampla discussão entre os membros de entidades técnico-científicas, estabelecimento de indicadores e qualificadores profissionais, elementos impactantes e de restrição na

atividade profissional, elaboração de métricas de valores aos itens definidos e processos de acompanhamento e verificação de efetividade. Não somente os aspectos citados tornam-se importantes para elaboração, mas também a ideia de manutenção destes valorativa e necessária ao seguimento da atuação profissional, especialmente a possibilidade de elaboração de sistema de redefinição e qualificação profissional, de forma a incrementar e fomentar desenvolvimento profissional.

Identificaram-se competências, habilidades e desenvolveram-se indicadores, critérios para parametrizar um processo dinâmico de acompanhamento e qualificação técnico-científica. Seguem-se agora apropriação da temática pelos associados para a ideia, a fim de sensibilizar sua implementação no contexto institucional, ao mesmo tempo em que empodera o profissional quanto ao gerenciamento de um processo de autoqualificação.

A Associação Brasileira de Psicologia Jurídica, assim como as demais instituições científicas e profissionais, com psicólogos e profissionais na atuação no campo jurídico, tem como objetivo fundamental a promoção do desenvolvimento da área Jurídica, por meio do incentivo à pesquisa, da formação continuada, da comunicação de ações e da avaliação da qualidade dos serviços profissionais dos psicólogos no campo jurídico.

Referências

Alchieri, J. C. (2021). Desafios técnicos-científicos para Psicologia no contexto legal e forense frente as consequências da Pandemia SARS-CoV2 (COVID – 19). Em J. C. Alchieri, C. H. L. Alves, T. C. Branco (Org.), **Práticas e contextos em Psicologia Jurídica** (Cap. 1, pp. 2-7). São Luiz, MA: ABPJ. Recuperado de <https://bit.ly/abpjcaderno-5>

American Psychological Association. (2020). **Teleneuropsychology: New resources for your practice, guidance on CPT codes, technical requirements and more for successfully providing neuropsychology services via telehealth**. Washington: APA. Retrieved from <https://www.apaservices.org/practice/reimbursement/healthcodes/testing/teleneuropsychology-resources>

Asociacion Argentina de Estudio e Investigacion em Psicodiagnostico. (2015). **Consideraciones sobre el uso de los tests en el ámbito forense**. Rosario: ADEIP, 2015.

Asociación Internacional de Seguridad Social. (2020). **Coronavirus: Respostas de la Seguridad Social**. AISS. Recuperado de <https://ww1.issa.int/es/coronavirus>.

Comisión Interamericana de Derechos Humanos. (2020). **Pandemia e direitos humanos nas Américas: Resolução 1/2020**. Washington: CIDH. Recuperado de <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-1-20-pt.pdf>.

International Test Commission. (2014). **International guidelines on the security of tests, examinations, and other assessments**. Lincoln: ITC. Retrieved from https://www.intestcom.org/files/guideline_test_security_spanish.pdf.

Organización Internacional del Trabajo. (2020). Las normas de la OIT y el COVID-19. Preguntas frecuentes. **Disposiciones fundamentales de las normas internacionales del trabajo pertinentes en el contexto del brote de COVID-19**. Ginebra: OIT. Recuperado de https://www.ilo.org/global/standards/WCMS_739939/lang--es/index.htm.

Organización Mundial de la Salud. (2019). **Brote de enfermedad por Coronavirus (COVID-19): Orientaciones para el público, medidas de protección básicas contra el nuevo coronavirus**. Ginebra: WHO. Recuperado de <https://www.who.int/es/emergencies/diseases/novelcoronavirus%202019/advice-for-public>.

Organización para la Cooperación y Desarrollo Económicos. (2020). **Coronavirus: La economía mundial en riesgo**. Paris: OECD. Recuperado de <http://www.oecd.org/perspectivas-%20economicas/marzo-2020/>.

O papel do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) na Construção Histórica da Psicologia Brasileira

Daniela Sacramento Zanini

Cristiane Faiad

Makilim Nunes Baptista

Katya Luciane de Oliveira

Karina da Silva Oliveira

Fabián Javier Rueda

Hugo Ferrari Cardoso

Marcelo Henrique Oliveira Henklain

A preocupação com a avaliação dos processos psicológicos, tanto em sentido teórico como prático remonta ao período da Dinastia Han em 206 a.C., embora seu início tenha sido formalizado no século XIX, na França, com as testagens modernas (Hutz, 2015). Trata-se, portanto, de uma das áreas mais antigas da Psicologia (Noronha, & Santos, 2021).

A Avaliação Psicológica (AP) é uma atuação técnico-científica que parte de uma demanda e tem como objetivo compreender o funcionamento psicológico de uma pessoa ou de um conjunto de pessoas de tal modo a subsidiar a atuação do profissional em psicologia. Esse trabalho pode ser orientado por diferentes teorias, bem como pode envolver a coleta de informações a partir do emprego de diversas estratégias e métodos, tanto qualitativos, quanto quantitativos (Hutz, 2015).

Por esta razão, a AP é entendida como uma importante área de atuação em Psicologia, uma vez que favorece a integração de conhecimentos nos mais diversos campos de atuação da profissão (Noronha, & Santos, 2021). É compreendida como área de formação básica para o profissional em Psicologia (Nunes et al., 2012), possuindo características e competências técnicas próprias, tais como: procedimentos, objetos de estudo e regulamentações específicas (American Psychological Association, 2020; Reppold, Zanini, & Noronha, 2019).

O presente capítulo tem por objetivo apresentar um breve histórico da articulação do papel do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) na construção histórica da psicologia brasileira.

Desenvolvimento da Psicologia e Área de Avaliação Psicológica no Brasil

No Brasil, a história da psicologia está intimamente relacionada à área da AP. De fato, a criação de laboratórios de avaliação, as produções científicas e as atuações na área podem ser observadas desde 1907, antes mesmo da organização da formação e da regulamentação da profissão, que ocorreu a partir do sancionamento da Lei nº 4.119, tornando a Psicologia profissão, em 1962 (Hutz, 2015). Para ilustrar a presença e participação da AP na construção e nos primórdios da psicologia brasileira, pode-se citar que, em 1941, o Departamento Estadual de Trânsito do Rio de Janeiro (Detran/RJ) contratou profissionais para avaliar características psicológicas de possíveis motoristas, dando início no Brasil ao campo profissional conhecido como psicologia do trânsito. Vale ressaltar que, como a profissão de psicólogo ainda não era reconhecida em território nacional, estes profissionais ainda não eram denominados de Psicólogos.

Posteriormente, em 1947, Emilio Mira y Lopez fundou o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), também no Rio de Janeiro, abrindo os campos profissionais da psicologia organizacional e do trabalho e, ainda, da orientação profissional (Mancebo, 1999; Martins, 2014) em interface com a AP. O ISOP iniciou suas atividades realizando avaliações psicológicas para o ingresso de funcionários em cargos governamentais, tendo como foco a prevenção de acidentes de trânsito, avaliando motoristas e candidatos a motorista, principalmente no que se refere a características de personalidade e aptidão (nome dado à época para o construto atenção). Essa avaliação era realizada por meio de testes psicológicos e havia um peso muito grande para o momento da entrevista; pois, segundo Emilio Mira y Lopez, a entrevista é um aspecto muito importante no processo avaliativo. Esses fatos demonstram como a AP já se configurava como uma prática presente no Brasil antes mesmo da regulamentação da profissão de psicólogo.

Vale ressaltar que esta foi uma época de grandes desafios em que se enfrentavam diversas limitações teóricas e metodológicas características do desenvolvimento da ciência psicológica e de sua implementação como profissão no Brasil. Esses desafios perduraram por um tempo na atuação dos primeiros psicólogos brasileiros (a par-

tir de 1962) em sua estruturação como categoria profissional e estabelecimento da Psicologia como ciência e profissão e afetavam toda a psicologia assim como a AP.

Desta forma, a AP passou gradativamente, e de forma cada vez mais frequente, a colaborar com processos de operacionalização de conceitos, organização de modelos teóricos e aprofundamento de evidências para os fenômenos alvo da ciência psicológica (Primi, 2010) para além de importantes contribuições instrumentais no Brasil e no mundo (Reppold, Zanini, & Noronha, 2019).

A partir da década de 1970 até final da década de 1990, algumas questões foram significativas no desenvolvimento da psicologia e mais especificamente da avaliação psicológica e cabem destaque. A primeira diz respeito à expansão vivenciada pela AP, ou como por vezes era denominada testagem psicológica ou psicotécnico. Em parte, essa expansão se deveu a sua ampla utilização nos processos de seleção, seja de pessoal, de trânsito, ou em contexto escolar. Apesar das condições, nem sempre adequadas, sua expansão contribuiu para o estabelecimento e reconhecimento da psicologia como ciência e profissão.

Essa expansão dos processos avaliativos trouxe como consequência o segundo aspecto observado nesse período: o aumento significativo de testes psicológicos disponíveis no Brasil. Estes eram provenientes muitas vezes de importações realizadas por pessoas físicas ou mesmo editoras e contribuíram para a popularização da AP e, em última instância, da psicologia. Contudo, essa expansão também trouxe pontos adversos. Foi nesse período, principalmente no final da década de 1980, que os testes começaram a receber sérias críticas, principalmente sobre as propriedades psicométricas e normatização para o contexto nacional. Isso porque era comum a realização de avaliações baseadas em testes psicológicos importados e apenas traduzidos para o português, ou seja, sem a realização de estudos de adaptação ou evidências de validade. Esse tipo de procedimento aumentava as chances de os profissionais da psicologia tomarem decisões equivocadas em suas avaliações. Por exemplo, quando uma criança com dificuldades de aprendizagem era avaliada com um instrumento, sem estudos prévios de adaptação e evidências de validade, e como conclusão se chegava a um diagnóstico de transtorno de aprendizagem, sendo recomendada a sua inserção em uma classe especial (Noronha, 2002).

Essas críticas ganharam força no cenário nacional e mobilizaram a área nos anos subsequentes. De forma específica, levou os pesquisadores de AP a iniciarem a criação de laboratórios de pesquisas e aplicações práticas em Instituições de Ensino Superior (IES). Em meados da década de 1980, foi criado o Laboratório de Pesquisa em Avaliação Psicológica (LabPAM) da Universidade de Brasília (UnB), em 1987, e em

1988 o Laboratório de Mensuração (LAM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Com essas iniciativas, ainda incipientes, mas que denotavam em espaços bastantes robustos de produção de conhecimento científico da área, foi que o Brasil (com representação do professor Luiz Pasquali/LabPAM) começou sua participação em eventos internacionais promovidos pela International Test Commission (ITC). Notadamente, os psicólogos pesquisadores da área também iniciaram a criação de Laboratórios de pesquisa nas IES em diferentes estados brasileiros (ver catálogo de laboratórios em www.ibapnet.org.br) (Silva Filho, Martins, & Silva, 2021).

Também na década de 1980, ou mais especificamente em 1981, iniciaram-se os esforços para a organização de uma comissão de Avaliação Psicológica abrigada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Na sequência também foram promovidas reuniões organizadas pela Câmara Interinstitucional de Avaliação Psicológica sob o apoio do CFP. Contudo, apesar dos esforços da área naquele momento, não houve avanços significativos naquela década em relação à comissão em AP abrigada pelo CFP (ver histórico em www.ibapnet.org.br).

Apesar disso, a mobilização da área possibilitou a convergência de ações dos pesquisadores psicólogos que passaram a se reunir para discutir os rumos da avaliação psicológica no contexto nacional. Desse conjunto de reuniões e convergência de esforços, dois aspectos significativos para a área da AP e de forma geral para história da Psicologia brasileira cabem destaque. O primeiro foi a criação, em 1992/1993, do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) e a criação da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) pelo Conselho Federal de Psicologia (Cardoso, & Zanini, 2019). Essa medida foi significativa e está registrada em diferentes publicações da área como sendo determinante na qualificação da atuação profissional dos psicólogos em AP e no impulsionamento e desenvolvimento da área (ver, por exemplo, Reppold, & Noronha, 2018).

O segundo foi a identificação da necessidade de criação de um instituto nacional da área (ver histórico em: www.ibapnet.org.br) e assim surgiu o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), fundado em 1997 (Nakano, & Roama-Alves, 2019). Um ano mais tarde, um outro marco importante para o fortalecimento da área de AP foi a criação do Grupo de Trabalho (GT) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP): “Pesquisa em Avaliação Psicológica”, que se reuniu pela primeira vez em 1998. Esse grupo agregava os principais pesquisadores em AP na época e que foram responsáveis pela criação do IBAP. Atualmente conta-se com seis GTs com área de concentração em avaliação psicológica na ANPEPP,

demonstrando um aumento significativo do interesse na área e o crescimento do número de pesquisadores e desenvolvedores de testes psicológicos.

Um importante documento foi produzido por um grupo de pesquisadores da área de AP, em 2002, intitulado “Em defesa da avaliação psicológica” (Noronha et al., 2002). Momento esse que demarcou a construção de ações que evidenciaram a importância da AP para a formação em psicologia, bem como a necessidade de maiores investimentos para a melhoria da prática no Brasil.

O IBAP e suas Contribuições para a Construção Histórica da Avaliação Psicológica Brasileira.

O objetivo do IBAP desde o início de sua fundação é o de “promover o desenvolvimento da área e de representar a avaliação psicológica em órgãos e instituições de interesse do psicólogo” (www.ibapnet.org.br). Para cumprir esse compromisso, o instituto tem atuado na construção de ações que promovam o desenvolvimento científico, nos pilares da pesquisa, prática-técnica, formação, produção e divulgação dos conhecimentos oriundos da avaliação psicológica. Posto isto, o IBAP contempla contextos públicos e privados, tanto de atuação quanto do desenvolvimento de pesquisas que foquem a avaliação de indivíduos e programas, modelos teóricos de avaliação ou na construção de instrumentos de medida.

Trata-se de um instituto comprometido com a ciência psicológica, com vistas ao desenvolvimento da AP brasileira, respeitando o compromisso com a justiça social. Aliado ao seu compromisso com os direitos humanos, o IBAP considera que a AP não pode ser mais um fator que aumente o abismo social em um país tão marcado pelas diferenças de acessos aos bens econômicos e culturais, conforme aponta a literatura científica (Bicalho, & Vieira, 2018; Muniz, Oliveira, & Rueda, 2021).

O IBAP compõe o Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e da União Latino-Americana de Psicologia (ULAPSI). Também é associado do International Testing Commission e parceiro de entidades como a Associação Brasileira de Rorschach e outros métodos projetivos (ASBRo), a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), a Associação Brasileira de Psicologia Positiva (ABP+) e a Sociedade Brasileira de Neuropsicologia (SBNp).

O IBAP, neste ano de 2022, completa 25 anos de existência, portanto tem quase a metade do tempo da profissão de psicologia no Brasil. Assim, é uma das entidades mais antigas e que se mantém na psicologia brasileira. Desde a sua criação, tem

prezado pelo desenvolvimento da área, estando envolvido em discussões técnico/políticas no sentido de implementar mudanças expressivas na área da Avaliação Psicológica. Sempre com o intuito de desenvolver e representar a vocação da área no Brasil, o IBAP fomenta iniciativas relacionadas ao ensino, treinamento, divulgação e formação do profissional que trabalha ou se interessa pela AP.

Diversas iniciativas históricas foram realizadas e vêm sendo pensadas nesses 25 anos do instituto, no sentido de sempre contribuir com o desenvolvimento da Psicologia nacional, na América Latina e no exterior. Como exemplo, o Brasil possui um dos programas de acompanhamento de testes psicológicos mais respeitados do ponto de vista mundial, a saber: o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). Por meio dele, o IBAP pode contribuir no desenvolvimento e atualização de resoluções de grande importância no processo desta iniciativa, por exemplo, com contribuições expressivas na Resolução nº 9/2018, que estabelece as diretrizes para a realização da Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicologia e que regulamenta o SATEPSI (CFP, 2018).

Um breve histórico de outras iniciativas do IBAP pode ser encontrado a seguir, tendo em conta que o espaço de um capítulo não é suficiente para expressar todas as ações deste instituto, tampouco as suas contribuições para a Psicologia brasileira. Por exemplo, no aspecto de formação e divulgação de informações científicas, o IBAP vem organizando os Congressos Nacionais de Avaliação Psicológica, que atualmente se encontra em sua 11ª edição, promovendo a disseminação do conhecimento científico sobre AP para diversas regiões do Brasil, além de eventos menores com este mesmo intuito, tais como as jornadas de AP, cursos técnicos, lives e “webinars”. Nesses espaços, é possível fomentar tanto a formação e divulgação técnico/científica (ex.: pôsteres, apresentações orais de pesquisas), quanto discussões sobre a AP com autores nacionais e internacionais, bem como discussões de temáticas polêmicas da área (ex.: avaliações compulsórias).

Ainda em termos de divulgação, a linha de livros que auxiliam os profissionais em divulgação de conhecimento, bem como de técnicas e processos avaliativos, vem sendo bastante preconizada pelo IBAP. Como exemplo pode-se citar o primeiro Compêndio de Avaliação Psicológica publicado na América Latina, organizado por todos os presidentes do IBAP até a data do lançamento da obra (Baptista et al., 2019). Nesta mesma linha, o instituto desenvolveu o selo IBAP de qualidade em publicações técnico/científicas e já conta com mais de quatro obras publicadas, além de várias outras que estão sendo organizadas com a contribuição dos principais docentes, pesquisadores e psicometristas da área, sendo livros de referência para pesquisadores e

profissionais em formação na área de AP. Temáticas como formação e estratégias de ensino da avaliação (Oliveira et al., 2021), guias para a prática profissional (Oliveira, Schelini, & Barroso, 2021), avaliação em contextos de vida (Mansur-Alves et al., 2021), psicologia positiva e tutoriais em análise de dados (Faiad, Baptista, & Primi, 2021) são algumas das contribuições para a área.

Desde 2001, o IBAP publica a revista de Avaliação Psicológica, que periodicamente divulga materiais científicos e técnicos, além de ser reconhecida e indexada em bases de dados nacionais, da América latina e Caribe e internacionais (ex.: SCOPUS), tendo um dos impactos mais significativos da área em termos de citações científicas. Segundo o site Scopus, no período de 2015 a 2021, a revista acumulou mais de 240 artigos publicados (<https://bit.ly/3avE8dS>).

O IBAP também esteve presente na organização do ano temático da AP, que ocorreu em 2011, com diversas atividades e textos geradores de grande expressividade para a Psicologia brasileira, já que a avaliação psicológica permeia todos os contextos da psicologia, tais como a psicologia clínica, da saúde, organizacional/trabalho, educacional/escolar, jurídica, esporte, trânsito, entre outras.

O primeiro curso de especialização na área de AP no Brasil também foi proposto pelo IBAP, nos anos de 2007/2008, no intuito de ampliar o oferecimento de formação de qualidade para os profissionais da Psicologia. Também o IBAP esteve à frente do reconhecimento da especialização da Avaliação Psicológica pelo Conselho Federal de Psicologia, que se concretizou no ano de 2019, um outro marco para a área (CFP, 2019).

O IBAP também tem se comprometido com um plano de ação nacional para a área de avaliação psicológica, por meio da atuação da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica (CCAP) do CFP, na qual em sua composição (gestão 2017-2019 e 2020-2022) há membros representantes indicados pelo IBAP, considerando que o instituto faz parte FENPB. Por essa via, o IBAP tem se implicado com as regulações propostas pelas Resoluções nº 9/2018 e 6/2019 (ambas do CFP), inclusive propondo ações formativas oferecidas pelo instituto, nas quais instrumentalizou os profissionais na escrita de documentos psicológicos tal qual aconteceu nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Nos últimos três anos, o IBAP também teve papel fundamental na organização de diretrizes do ensino e formação, bem como na condução da AP durante a pandemia de Covid-19 (Zanini et al., 2020), momento em que várias práticas tiveram que ser revistas, bem como métodos de ensino da AP pelos docentes (Lima et al., 2021; Zanini et al., 2021). O instituto manteve, neste período, uma série de iniciativas no sentido de discutir e propor estratégias de ensino e avaliação nestes novos tempos,

assim como acompanhar as novas formas de atendimento e, conseqüentemente, avaliação que se associavam aos serviços on-line da Psicologia.

Atuou, ainda, na tentativa de converter a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que neste ano de 2022 julgou os embargos de declaração protocolados pelo Conselho Federal de Psicologia na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.481, proferindo decisão pela liberação da comercialização de testes favoráveis. Entre as ações investidas, o IBAP realizou eventos públicos como a Marcha em Defesa dos Testes Psicológicos, lives e palestras, dando visibilidade às conseqüências que essa decisão poderá trazer para a sociedade. Mais ainda, em conjunto com a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (Asbro) e GTs de avaliação psicológica da ANPEPP, formou um grupo que se reuniu para o enfrentamento da ADI nº 3.481 e levantando possibilidades para a área a luz das conseqüências desta decisão. Essa ação foi de fundamental importância em termos de reunir pesquisadores e desenvolvedores dos testes e proporcionar espaço profícuo de discussão e análise do futuro da área no Brasil.

Considerações Finais

O presente capítulo buscou apresentar um histórico da articulação do papel do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) na construção histórica da psicologia brasileira. Desta forma, apresentou, brevemente, o desenvolvimento e implementação da Psicologia como ciência e profissão e sua articulação com a área de Avaliação Psicológica no Brasil e mais especificamente o papel do IBAP nesse processo.

De acordo com o apresentado, pode-se afirmar que, se entidades como a American Psychological Association, a American Educational Research Association, o National Council on Measurement in Education, o International Association of Applied Psychology, o International Union of Psychological Science e a International Test Commission trazem parâmetros técnicos-científicos para a área de avaliação psicológica (Weschler, 2019), no Brasil, o IBAP tem apresentado uma história de produção exímia na defesa da área de AP, promovendo a produção de conhecimento e a sua divulgação (Oliveira, Muniz, & Inácio, 2021). Pela amplitude de suas contribuições à psicologia e, em especial, à área de AP, coube ao presente capítulo apresentar o papel do IBAP na construção e na consolidação da área de avaliação psicológica no Brasil.

A história da avaliação psicológica brasileira e a do IBAP se fundem em muitos momentos, como aqueles nos quais os fundadores do instituto participaram no IV Congresso Brasileiro de Psicologia, o que culminou com a publicação das Resoluções nº 25/2001 e 2/2003, marcos importantes para área de AP brasileira ou quanto à fun-

dação do primeiro grupo de trabalho da área de AP na ANPEPP. A história do IBAP não é estanque, afinal a AP consiste em uma área na qual o seu desenvolvimento e corpo são dinâmicos e a sua composição ainda está acontecendo.

Muito ainda há que ser pavimentado nesse futuro tão incerto para a avaliação psicológica. Um futuro que convocará a transposição das barreiras impostas por condições pandêmicas, um futuro no qual lidaremos com as realidades em multiversos, em que se deverá (re)aprender que avaliação psicológica também é um processo sensível no olhar e cuidado com o outro; um futuro no qual a ação consequencial de uma avaliação deve ser fundada no nosso compromisso com os direitos humanos e com a ética. Um futuro no qual certamente o IBAP continuará ajudando a construir.

Referências

- American Psychological Association. (2020). **APA guidelines for psychological assessment and evaluation**. APA. Retrieved from <https://www.apa.org/about/policy/guidelines-psychological-assessment-evaluation.pdf>.
- Baptista, M. N. et al. (2019). **Compêndio de avaliação psicológica**. Vozes
- Bicalho, P. P. G., & Vieira, E. S. (2018). Direitos humanos e avaliação psicológica: Indissociabilidade do compromisso ético-político profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, **38**(spe), 147-58.
- Cardoso, L. M., & Zanini, D. Z. (2019). O papel dos conselhos: Orientações normativas, resoluções e o Satepsi. Em M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold., C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Orgs.). **Compêndio de Avaliação Psicológica** (p. 133-9). Vozes.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2003). **Resolução CFP n. 002/2003. Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP n° 025/2001**. Brasília, DF: CFP. Recuperado de http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/03/resolucao2003_02_Anexo.pdf
- Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2018). **Resolução CFP n. 009/2018. Estabelece diretrizes para a realização de avaliação psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI e revoga as Resoluções n. 002/2003, n. 006/2004 e n. 005/2012 e Notas Técnicas n. 01/2017 e 02/2017**. Brasília, DF: CFP. Recuperado de <https://atosoficiais.com.br/lei/avaliacao-psicologica-cfp?origin=instituicao>.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2019). **Resolução CFP n. 018/2019. Reconhece a avaliação psicológica como especialidade da Psicologia e altera a Resolução CFP n. 13, de 14 de setembro de 2007, que institui a consolidação das resoluções relativas ao título profissional de especialista em Psicologia**. Brasília, DF: CFP. Recuperado de https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-18-2019-reconhece-a-avaliacao-psicologica-como-especialidade-da-psicologia-e-altera-a-resolucao-cfp-no-13-de-14-de-setembro-de-2007-que-institui-a-consolidacao-das-resolucoes-relativas-ao-titulo-profissional-de-especialista-em-psicologia?origin=instituicao&utm_source=nota.
- Faiad, C., Baptista, M. N., & Primi, R. (2021). **Tutoriais em análise de dados aplicados à psicometria**. Vozes.

Hutz, C. S. (2015). O que é avaliação psicológica: Métodos, técnicas e testes. Em C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Orgs.), **Psicometria** (p. 11-22). Artmed.

Lima, T. H., Cardoso, H. F., Schelini, P. W., & Zanini, D. (2021). Desafios do ensino da avaliação psicológica no Brasil: Adaptando ações. **Psico-USF**, **26**(spe). doi: 10.1590/1413-8271202126nesp02

Mancebo, D. (1999). Formação em psicologia: Gênese e primeiros desenvolvimentos. Em A. M. Jacó-Vilela, F. Jabur, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), **Clio-Psyché: Histórias da psicologia no Brasil** (pp. 93-120). UERJ.

Mansur-Alves, M., Muniz, M., Zanini, D. S., & Baptista, M. N. (2021). **Avaliação psicológica na infância e adolescência**. Vozes.

Martins, H. V. (2014). Uma história da psicologia em revista: Retomando Mira y López. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, **66**(3), 5-19.

Muniz, M., Oliveira, K. L., & Rueda, F. J. M. (2021). Ética e justiça em avaliação psicológica: Formação e prática. Em K. L. Oliveira, M. Muniz, T. L. Lima, D. Zanini, A. A. A. Santos (Org.), **Formação e estratégias de ensino em avaliação psicológica** (pp. 21-36). Vozes.

Nakano, T. C., & Roama-Alves, R. J. (2019). Avaliação psicológica no Brasil. Em M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Orgs.), **Compêndio de avaliação psicológica** (p. 123-32). Vozes.

Noronha, A. P. P. (2002). Os problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, **15**(1), 135-42.

Noronha, A. P. P., Ziviani, C., Hutz, C. S., Bandeira, D. R., Custódio, E. M., Alves, I. B., Alchieri, J. C., Borges, L. O., Pasquali, L., Primi, R., & Domingues, S. F. (2002). Em defesa da avaliação psicológica. **Avaliação Psicológica**, **1**(1), 173-4.

Noronha, A. P. P., & Santos, A. A. A. (2021). Histórico da formação em avaliação psicológica no Brasil. Em K. L. Oliveira, M. Muniz, T. H. Lima, D. S. Zanini, & A. A. A. Santos (Orgs.), **Formação e estratégias de ensino em Avaliação Psicológica** (p. 13-20). Vozes.

Nunes, M. F. O., Muniz, M., Reppold, C. T., Faiad, C., Bueno, J. M. H., & Noronha, A. P. P. (2012). Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica. **Avaliação Psicológica**, **11**(2), 309-16.

Oliveira, K. L., Muniz, M., & Inácio, A. M. (2021). O que ensinar na disciplina de avaliação psicológica I. Em K. L. Oliveira, M. Muniz, T. H. Lima, D. Zanini, A. A. Santos (Org.), **Formação e estratégias de ensino em avaliação psicológica** (pp. 85-108). Vozes.

Oliveira, K. L., Muniz, M., Lima, T. H., Zanini, D. S., & Santos, A. A. A. (2021). **Formação e estratégias de ensino em avaliação psicológica**. Vozes.

Oliveira, K. L., Schelini, P. W., & Barroso, S. M. (2021). **Avaliação psicológica: Guia para a prática profissional**. Vozes.

Primi, R. (2010). Avaliação psicológica no Brasil: Fundamentos, situação atual e direções para o futuro. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, **26**(N/E), 25-31.

Pasquali, L. (s.d.). Recordações sobre o IBAP [Postagem]. Recuperado de www.ibapnet.org.br.

Reppold, C. T., & Noronha, A. P. P. (2018). Impacto dos 15 anos do Satepsi na avaliação psicológica brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, **38**(N/E), 8-21.

Reppold, C. T., Zanini, D. S., & Noronha, A. P. P. (2019). O que é avaliação psicológica?. Em M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold, C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Orgs.), **Compêndio de Avaliação Psicológica** (p. 15-28). Vozes.

Silva Filho, J. H., Martins, H. A., & Silva, A. G. B. (2021). **Catálogo dos laboratórios de avaliação psicológica no Brasil**. São Paulo: Editora Nila Press.

Zanini, D. S.; Moura, C. F.; Cardoso, H. F.; Oliveira, K. L.; Baptista, M. N.; Mansur-Alves, M.; Muniz, M.; Lima, T. H. (2020). Avaliação psicológica no contexto da pandemia de Covid-19. Em A. C. S. Vazquez (Org.), **Protocolos em saúde mental na pandemia de Covid-19: Um guia com diretrizes práticas**. UFCSPA.

Zanini, D. S., Reppold, C. T., & Faiad, C. (2021). Do lápis e papel à modalidade remota: Considerações sobre a avaliação psicológica em tempos de pandemia. Em K. L. Oliveira, M. Muniz, T. H. Lima, D. S. Zanini, & A. A. A. Santos (Orgs.), **Formação e estratégias de ensino em avaliação psicológica**. Vetor.

Wechsler, S. M. (2019). Ética na avaliação psicológica: Uma perspectiva internacional. Em Baptista, M. N. et al. (Orgs.), **Compêndio de avaliação psicológica** (152-9). Vozes.

Psicologia do Desenvolvimento no Brasil: Desafios e Perspectivas

Ana Cristina Garcia Dias

O presente capítulo apresenta inicialmente a evolução do campo da Psicologia do Desenvolvimento, trazendo alguns aspectos históricos sobre a constituição da área e sua relação com a ciência do desenvolvimento humano, que é um paradigma mais abrangente que procura integrar diversos saberes relacionados ao modo como os seres humanos se desenvolvem ao longo da vida. Em seguida, o texto aborda brevemente como a Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento se constitui e como ela vem trabalhando com os psicólogos interessados na abordagem. Por fim, apresenta-se uma análise dos temas abordados na Psicologia do Desenvolvimento no Brasil atualmente, apontando desafios e perspectivas para a área.

Aspectos Históricos da Constituição da Psicologia do Desenvolvimento

A Psicologia do Desenvolvimento como uma disciplina específica tem seu marco inicial com a publicação do livro “A mente/alma da Criança” (*Die Seele des Kindes*), por Wilhelm Preye, um fisiologista alemão em 1882. Preye é considerado o fundador da Psicologia Infantil científica, sendo considerado um pioneiro no que se refere ao estudo do desenvolvimento humano baseado em observação empírica e experimentação (Cavanaugh, 1981). As preocupações com o desenvolvimento de crianças decorrem das transformações profundas e duradouras nas condições sociais e econômicas provocadas pela revolução industrial. Neste momento, crianças foram levadas a trabalhar em ambientes perigosos, exercendo longas jornadas de trabalho, em função da crescente necessidade de trabalhadores. Este fato, aliado às novas concepções sobre infância e família, fez com que a infância se tornasse foco e objeto de saberes especializados (Daum, & Manfredi, 2021; Hillesheim, & Guareschi, 2007).

A Psicologia do Desenvolvimento frequentemente é considerada por muitos como uma área que estuda apenas crianças e adolescentes (Mota, 2005), uma vez que alguns manuais sobre o tema abordam apenas ou predominantemente essas etapas do ciclo vital. Contudo, a American Psychological Association ([APA], 2014), uma das principais associações de Psicologia do mundo, define que o campo da Psicologia do Desenvolvimento tem como foco o crescimento humano e as mudanças ao longo do ciclo vital, incluindo o desenvolvimento físico, cognitivo, social, intelectual, perceptivo, emocional e da personalidade.

O objetivo da Psicologia do Desenvolvimento é compreender como os seres humanos aprendem, amadurecem e se adaptam no curso da vida. Nota-se, portanto, que o campo é muito abrangente, o que faz com que a definição de seu escopo seja uma tarefa complexa, uma vez que faz interface com outras áreas da Psicologia (Biaggio, 1978) e com outras áreas do conhecimento, como a própria ciência do desenvolvimento humano (Dessen, & Costa Júnior, 2006).

Biaggio (1978) considera que as fronteiras que delimitam o campo não são nítidas, podendo a definição desta área no campo da Psicologia ser uma divisão arbitrária à medida que várias subáreas da Psicologia estudam mudanças em comportamentos e processos, considerando a variável tempo. Para a autora, a Psicologia do desenvolvimento busca compreender tanto condições internas como externas ao indivíduo, considerando as mudanças em dado momento, contextualizadas ao longo do ciclo vital. Da mesma forma, é importante compreender que “tais mudanças podem ter muitos pontos de partida e muitos pontos de chegada, e podem levar a várias direções ao mesmo tempo (Biaggio, p. 22, 1978). Assim, o estudo do desenvolvimento humano deve levar em consideração fatores individuais, interpessoais, sociais e históricos, buscando reconhecer a diversidade humana.

A Psicologia do Desenvolvimento se constituiria em um campo próprio para alguns autores em função de seus objetos e métodos. Biaggio (1978) propôs que três critérios distinguem essa especialidade de outros campos da Psicologia: 1) interesse em mudanças de comportamento que ocorrem durante um longo período do desenvolvimento (atenção a estágios, sequências, ciclos); 2) o foco em comportamentos que ocorrem em períodos de transição rápida e instabilidades; e 3) o foco nas mudanças que ocorrem ao longo do ciclo vital. Observamos nessa definição que o principal critério para estudo do desenvolvimento são as mudanças que ocorrem ao longo do ciclo vital.

Já Newcombe (1999), por sua vez, chama a atenção para três aspectos considerados nos estudos da Psicologia do Desenvolvimento: 1) aqueles universais, compartilhadas por todos os seres humanos ao longo de seu desenvolvimento, 2) aqueles singulares

e específicos que caracterizam o desenvolvimento de cada indivíduo e 3) aqueles contextuais, ou seja, as influências ambientais que afetam, transformam, favorecem ou obstruem o desenvolvimento dos indivíduos. Essa abordagem complementa a anterior enfatizando a necessidade de consideração de variáveis contextuais para a compreensão dos aspectos universais e singulares do desenvolvimento humano.

Em síntese, a área não apresenta uma definição única que abarque os diferentes fatores envolvidos no Desenvolvimento Humano. Diferentes autores apontam que, em seus primórdios, a área privilegiou o uso de métodos experimentais e observacionais para o estudo do desenvolvimento humano. Esta metodologia, embora tenha possibilitado a testagem e construção de teorias com fortes evidências empíricas, muitas vezes negligenciou os aspectos contextuais do desenvolvimento ou as mudanças que ocorrem ao longo do tempo, sendo que estudos longitudinais trazem informações valiosas sobre questões específicas da área (APA, 2014; Biaggio, 1978; Dessen, & Costa Junior, 2005; Newcombe, 1999). Publicações recentes ainda destacam que a complexidade do objeto de estudo da Psicologia do Desenvolvimento implica a utilização de métodos qualitativos ou mistos, contextualizados historicamente e socialmente (Barros, & Coutinho, 2020; Pizzinato et al., 2021), uma vez que os processos humanos de desenvolvimento podem estar sendo cada vez mais afetados pelas transformações sociais e tecnológicas contemporâneas.

Parece ser um consenso também que a área de Psicologia do Desenvolvimento é um campo eminentemente acadêmico, com os psicólogos do desenvolvimento trabalhando em universidades e/ou centros de pesquisa, com foco principalmente nas atividades de pesquisa ou ensino (APA, 2014). Isso também é verdadeiro para o contexto brasileiro. Em análises realizadas por autores brasileiros (Barros, & Coutinho, 2020; Seidl-de-Moura, & Moncorvo, 2006), embasadas em dados de nosso sistema de Pós-graduação em Psicologia, observa-se que, apesar da inegável importância da produção de conhecimento na área, há dificuldades tanto de se estabelecer qual é (ou seria) o fazer do psicólogo do desenvolvimento quanto de definir o que constitui uma linha de pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento. Barros e Coutinho (2020), ao analisar o Estatuto Social da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento, descrevem escassas referências às práticas e ao mundo do trabalho do Psicólogo do Desenvolvimento.

Diferentes autores demonstram como os conhecimentos desse campo são importantes para a atuação de psicólogos de outros campos aplicados (por exemplo, psicologia da saúde, psicologia da educação, psicologia ambiental...) assim como para profissionais de outras áreas (como saúde, educação, assistência social, entre outros).

A área tem sido percebida como um conjunto de teorias que pode ser aplicada a diferentes contextos e especialidades (Barros, & Coutinho, 2020; Dessen, & Costa Júnior, 2005; Mota, 2005). No entanto, a incorporação e aplicação dos conhecimentos por ela produzida é isenta da proposição e legitimação de práticas excludentes (Hillesheim, & Guareschi, 2007; Pizzinato et al., 2021).

Por fim, nesta seção destaca-se que a Psicologia do Desenvolvimento Humano tem sido incluída como uma das subáreas que contribuem para a Ciência do Desenvolvimento Humano. Esse é um campo multidisciplinar que “focaliza a ontogênese dos processos evolutivos, destacando desde os eventos genéticos até os processos culturais, desde os processos bioquímicos e fisiológicos até as interações sociais, com os padrões de adaptação sendo entendidos mediante interações dos níveis internos e externos ao indivíduo” (Dessen, & Costa Júnior, 2005, p. 11).

Esse paradigma interdisciplinar e multimetodológico enfatiza o caráter complexo, contextual, histórico e sistêmico do desenvolvimento humano, realçando a necessidade de diálogo e integração de diferentes saberes nesta área. Ele busca superar a fragmentação que o estudo do desenvolvimento humano sofre em virtude de que cada disciplina foca em aspectos específicos relacionados ao desenvolvimento. Assim, essa conversa tanto teórica quanto metodológica entre diferentes áreas/disciplinas, além de permitir a integração de conhecimentos, facilita a proposição de estratégias de promoção do desenvolvimento e prevenção de problemas mais efetivas, na medida em que abarcam uma compreensão global do indivíduo e seu desenvolvimento.

A Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento

A atual Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD) foi criada no dia 22 de maio do ano de 1998, durante II Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, que ocorreu em Gramado/RS (Criação da Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento, 1998). Naquele momento, professores, psicólogos e pesquisadores da área de Psicologia do Desenvolvimento no Brasil, bem como outros profissionais identificados com ela reconheceram a importância de fundar uma Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento. Por questões jurídicas, a Sociedade veio a ser denominada, posteriormente, de Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento.

A fundação da sociedade surgiu do reconhecimento da importância da área para a formação de profissionais de diferentes campos de conhecimento, da necessidade de agregar pesquisadores interessados na produção de conhecimento nessa área de conhecimento e na intenção de visibilizar a produção nacional e fomentar maior intercâmbio tanto em âmbito nacional como internacional. Observa-se que tanto o primeiro congresso (realizado no Rio de Janeiro e promovido pela professora Maria Lúcia Seidl-de-Moura) no ano de 1996 quanto o segundo Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento (realizado em Gramado e promovido pelos professores Claudio Hutz e Silvia Koller no ano de 1998) estiveram associados aos simpósios promovidos pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Psicologia (ANPEPP) (Diretorias da ABPD, 2019). Isto revela o caráter fortemente acadêmico da ABPD, desde a sua fundação até os dias de hoje.

Algumas pesquisadoras atuaram como pioneiras da Psicologia do Desenvolvimento no Brasil, entre elas as presidentes eméritas da associação, a saber, as professoras Ângela Maria Brasil Biaggio, Maria Clotilde Rossetti Ferreira, Thereza Pontual Lemos Mattel e Vera Maria Lemos Vasconcellos. Outros sócios fundadores da associação e membros da diretoria que contribuíram e contribuem de forma ativa para o desenvolvimento da Psicologia do Desenvolvimento no país podem ser encontrados no site da ABPD (<https://www.abpd.psc.br>).

A ABPD tem como missão: promover a troca de informações sobre as pesquisas e questões de interesse comum que possam resultar no aprimoramento da Psicologia do Desenvolvimento; promover o aperfeiçoamento dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia, oferecendo subsídios e prestando esclarecimentos sobre os avanços da Psicologia do Desenvolvimento; cooperar com o ensino e a pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento, atuando como centro de referência, prestando informações sobre atualização científica, experiências educacionais, mercado de trabalho, aplicações do conhecimento da psicologia e outras informações que subsidiem a divulgação e o aprimoramento da Psicologia do Desenvolvimento; promover o intercâmbio com entidades governamentais e não governamentais (tais como: Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Entidades Científicas, Sindicatos de Psicólogos, Associações Profissionais de Psicologia, Associações de Estudantes de Psicologia, cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia e entidades que congreguem docentes ou discentes dos cursos de Psicologia e áreas afins, do país e do exterior); promover a colaboração com outras entidades interessadas no ensino e na pesquisa da Psicologia do Desenvolvimento, podendo filiar-se a entidades nacionais e internacionais que tenham objetivos simi-

lares; celebrar convênios, acordos, contratos ou ajustes com entidades públicas ou privadas, nacionais ou não, para a realização de seus objetivos; promover atividades periódicas no âmbito de interesse dos seus associados; e contribuir para o cumprimento de dispositivos legais relacionados a questões éticas da profissão e da pesquisa na Psicologia do Desenvolvimento (ABPD, 2007).

Desde seus momentos iniciais, os congressos têm sido os momentos marcantes da história da associação. Os congressos permitem reunir estudantes, profissionais, professores e pesquisadores que buscam se atualizar em termos de conhecimento e divulgar suas práticas e pesquisas. Eles favorecem reflexões sobre questões teóricas e metodológicas assim como acerca da relevância social do campo de estudo, promovendo a discussão sobre intervenções que visam a prevenir riscos e promover o desenvolvimento humano. Além disso, oferecem um espaço para trocas entre os participantes, o que permite o desenvolvimento de parcerias, intercâmbios e o desenvolvimento de projetos multicêntricos.

Destaca-se ainda que os temas dos congressos tanto podem oferecer um retrato da área no momento em que são realizados como podem indicar lacunas importantes nos conhecimentos produzidos por ela. Por exemplo, o tema do último evento “Compromisso ético e político com a promoção do desenvolvimento Humano” sinaliza que atualmente psicólogos que trabalham no contexto brasileiro devem assumir certos compromissos, ou ao menos considerar, certas desigualdades sociais e históricas que ocorrem e ocorreram no país em suas pesquisas e fazeres.

Os congressos têm sido realizados em diferentes cidades do país bianualmente (1996 – Rio de Janeiro; 1998 – Gramado; 2000 – Rio de Janeiro; 2003 – João Pessoa; 2005 – São Paulo; 2007 – Vitória; 2009 – Rio de Janeiro; 2011 – Brasília; 2013 – João Pessoa; 2015 – Belém; 2017 – Sergipe; 2019 – Florianópolis). A circulação do congresso por diferentes regiões está relacionada à composição das diretorias da Associação, que buscam ser compostas por pessoas de diferentes regiões do país. Essa diversidade possibilita a circulação de diferentes ideias e fazeres referentes à Psicologia do desenvolvimento humano, com vistas a uma constante renovação e atualização do conhecimento. Além disso, destaca-se que essa alternância de cidades e regiões busca facilitar que estudantes e profissionais de diferentes locais do país possam participar do evento.

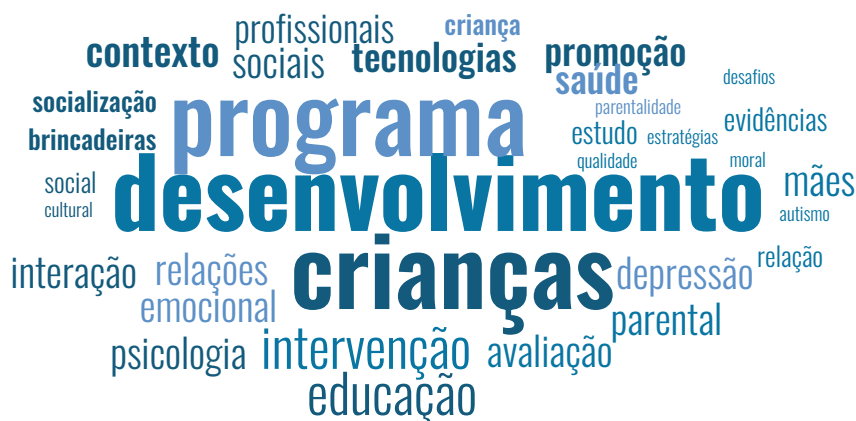
Cabe destacar que a pandemia de COVID-19 inviabilizou a realização do evento de forma presencial com a periodicidade prevista. Esse evento levou a atual diretoria da associação a refletir sobre outras formas possíveis de atuação que pudessem auxiliar no desenvolvimento e consolidação da área no Brasil. Nesse sentido, foram

promovidas ações que buscaram divulgar a produção desenvolvida por pesquisadores da área de Psicologia do Desenvolvimento. Algumas delas foram o edital para produção de e-books de disponibilização gratuita, o desenvolvimento de números especiais de revista voltados à Psicologia do Desenvolvimento Brasileira, a chamada e distribuição de materiais psicoeducativos e de divulgação da ciência produzidos por associados voltados a interessados na área. Além disso, como o que ocorreu na sociedade em geral, foram intensificadas as formas de comunicação virtual da associação, por meio do desenvolvimento de lives, seminários virtuais e a utilização de recursos como boletins e redes sociais. Na página da ABPD – <https://www.abpd.psc.br> –, podemos observar várias produções neste período, bem como materiais voltados à população e a profissionais relacionados à própria pandemia.

O que Vem Estudando a Psicologia do Desenvolvimento no Brasil Atualmente: Análise das Produções do XII Congresso Brasileiro de Psicologia

A fim de ilustrar algumas das temáticas mais recorrentes no campo da Psicologia do Desenvolvimento no Brasil, realizamos análises de nuvens de palavras com os títulos de trabalhos apresentados no XII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento e I Conferência Internacional de Psicologia do Desenvolvimento (ANAIS [do] XII CBPD e ICIPD, 2019). A análise de nuvens de palavras permite visualizar quais palavras são utilizadas com maior frequência dentro de um corpus textual, possibilitando identificar temas que tendem a ser mais centrais no conjunto analisado. Deve-se salientar, é claro, que o recorte feito a partir dos títulos dos trabalhos apresentados em um congresso da ABPD não pode ser tomado como uma amostra exaustiva ou mesmo suficientemente representativa de tudo o que é produzido ligado ao campo da Psicologia do Desenvolvimento no país. Porém, é um material que pode indicar algumas tendências da área. As figuras a seguir exibem nuvens de palavras dos títulos de trabalhos apresentados nas categorias simpósios e mesas-redondas (Figura 1), comunicações orais (Figura 2) e pôsteres (Figura 3).

Figura 1 – Nuvem de palavras de trabalhos apresentados em simpósios e mesas-redondas



Fonte: Elaboração Própria (2022)

Os temas presentes nos simpósios e mesas-redondas indicam assuntos que tendem a estar ligados a linhas de pesquisa mais consolidadas, por serem apresentados, em grande parte, por grupos de pesquisas vinculados à pós-graduação. Observa-se, na Figura 1, uma predominância dos termos crianças, programa, bebês, desenvolvimento, intervenção, infantil e educação. A imagem sugere, portanto, que os tópicos mais recorrentes de interesse entre os pesquisadores estão relacionados à primeira infância, especialmente bebês, e envolvendo intervenções. Alguns contextos parecem estar sendo privilegiados nesses estudos, como a família e a educação. Os termos programas, intervenção e avaliação sugerem ainda o desenvolvimento de estudos em situações aplicadas.

Já os trabalhos apresentados em comunicações orais abarcam uma gama mais ampla de tópicos, sendo que muitos estudos nesta modalidade não são necessariamente associados a grupos de pesquisa mais consolidados, também podendo ser desenvolvidos por profissionais do campo aplicado. Pode-se notar, na Figura 2, que as palavras mais recorrentes são desenvolvimento, crianças, adolescentes, experiência, infantil, violência, estudo, educação.

Figura 2 – Nuvem de palavras de trabalhos apresentados em comunicações orais



Fonte: Elaboração Própria (2022)

Destaca-se, nesta nuvem, em comparação à primeira, a presença dos termos adolescentes e violência. Isso sugere a existência de um conjunto de estudos que, possivelmente, têm relação com contextos de desenvolvimento de maior vulnerabilidade, em especial aqueles marcados por violência. A população estudada também se torna mais diversa, havendo maior frequência de estudos que mencionam adolescentes quando se compara à primeira nuvem de palavras. Ainda que predominem trabalhos relacionados a crianças e adolescentes, algumas palavras indicam maior atenção às questões de educação (escola/escolar) e aspectos contextuais referentes a populações em situação de vulnerabilidade (violência, institucional, acolhimento).

Por fim, os títulos dos trabalhos em pôsteres têm como palavras mais recorrentes crianças, revisão, desenvolvimento, experiência, relato, adolescentes, literatura e saúde. É compreensível a presença de palavras como revisão e literatura à medida que revisões de literatura são usualmente submetidas a congressos no formato de pôster e apresentadas por estudantes que estão ingressando no universo da pesquisa, assim como é o desenvolvimento de relatos de experiência. Por outro lado, crianças e adolescentes continuam sendo os períodos de desenvolvimento que parecem concentrar maior interesse. Palavras que receberam menor destaque, mas que ainda merecem ser mencionadas são: contexto, educação, violência e relação.

Figura 3 – Nuvem de palavras de trabalhos apresentados em pôsteres



Fonte: Elaboração Própria (2022)

Uma Análise da Psicologia do Desenvolvimento no Brasil: Desafios e Perspectivas

A Psicologia do Desenvolvimento Brasileira ainda trabalha predominantemente com populações tradicionalmente estudadas por esse campo (crianças e adolescentes), sendo conferida maior atenção neste último congresso à da primeira infância. A atenção está ainda voltada para o campo da educação estendendo-se ao da saúde, conforme proposto em outras análises atuais sobre o campo (Barros, & Coutinho, 2020). Contudo, apesar da necessidade do fortalecimento de estudos relacionados a outros períodos do ciclo vital, observamos alguns indicadores importantes que sinalizam avanços no desenvolvimento da área. Alguns termos indicam a preocupação dos pesquisadores do desenvolvimento com a aplicabilidade dos conhecimentos produzidos, considerando em seus estudos questões contextuais e históricas, como indicado por importantes teóricos do campo a nível internacional (Bronfenbrenner, & Morris, 2006; Rosa, & Tudge, 2013). Além disso, embora ainda de modo modesto, as produções nesta área vêm apresentando uma perspectiva mais crítica em relação

ao conhecimento produzido e suas possíveis aplicações, questionando práticas normatizadoras, universalizantes e excludentes.

Destaca-se ainda que, em termos teóricos, além da adoção de diferentes perspectivas teóricas de estudo, a atenção de aspectos culturais, sistêmicos e processuais estão sendo adotados em suas produções (XXII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento e I Conferência Internacional de Psicologia do Desenvolvimento, 2019, Pizzinato et al., 2022). Neste sentido, também há o reconhecimento da necessidade de adoção de metodologias mais complexas, criativas e integradoras para abordar os fenômenos e processos presentes no desenvolvimento humano. Isso possivelmente decorre da atenção e ressignificação que os pesquisadores estão reconhecendo no campo. Questionamentos éticos e políticos necessários à produção e aplicação dos conhecimentos produzidos têm sido foco de reflexão e debate.

Apesar dos avanços, alguns desafios históricos apontados por diferentes pesquisadores, desde a fundação da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento, ainda estão presentes e devem ser superados. O campo no Brasil ainda precisa voltar seu olhar para outras etapas do ciclo vital. Da mesma forma, populações vulneráveis e mais heterogêneas precisam ser pesquisadas, sem a adoção de perspectivas tradicionalmente utilizadas para referendar conhecimentos já produzidos e que muitas vezes contribuem para a manutenção de práticas normatizadoras e patologizantes. Assim o questionamento da produção de conhecimentos, pesquisas e práticas heteronormativas, eurocentricas e não racializadas, que não abordam questões culturais, políticas, históricas e contextuais devem ser abandonadas.

Os psicólogos do desenvolvimento ainda estão muito voltados ao ensino e à pesquisa. Os conhecimentos produzidos pela área são incorporados nas práticas de outras áreas da Psicologia, assim como por educadores, profissionais da saúde e da assistência. A Psicologia do Desenvolvimento, como aplicação, ainda precisa ser desenvolvida. Nem tanto, talvez, como uma especialidade prática em si mesma, mas como uma especialidade de conhecimento capaz de oferecer subsídios em diversos contextos de prática, tanto da Psicologia quanto de disciplinas afins.

Além disso, a área apresenta desafios tanto no campo da pesquisa quanto da divulgação do conhecimento. A produção de conhecimento ainda é desenvolvida, em grande parte, por grupos isolados no país, ou seja, os grupos de pesquisa são constituídos por um pesquisador e seus orientandos, com poucos intercâmbios com pesquisadores e grupos de outras instituições e centros de pesquisa, sejam brasileiras ou internacionais. Desta forma, mais intercâmbios nacionais e internacionais devem ser promovidos. Em termos de produção, é necessário conferir maior visibilidade

à produção nacional tanto dentro quanto fora do país. Observa-se que, no Brasil, não há um periódico de referência na área, apenas linhas editoriais em um número modesto de revistas que trabalham com a produção acadêmica da área.

Em termos de divulgação da ciência e dos conhecimentos produzidos pelo campo, alguns esforços iniciais estão sendo adotados. Essa atenção pode ter sido fruto da pandemia e da busca da ABPD por esse tipo de material. A divulgação das pesquisas é predominantemente realizada em revistas acadêmicas, adotando-se uma linguagem formal, que nem sempre é acessível a profissionais que atuam em contextos aplicados da Psicologia ou de disciplinas afins. Além disso, poucos estudos relatam realizar uma devolução para os participantes das pesquisas. Assim, considera-se que a área ainda precisa dar mais atenção à transformação e difusão de conhecimentos para profissionais e população geral, em linguagem acessível, com materiais atrativos. Dessa forma, a Psicologia do Desenvolvimento poderá ampliar seu impacto social e, ao mesmo tempo, ganhar mais reconhecimento e valorização tanto nos contextos de pesquisa e ensino quanto da sociedade em geral.

Referências

- American Psychological Association. (2014). Developmental psychology studies humans across the lifespan [Post]. Recovered from <https://www.apa.org/education-career/guide/subfields/developmental#:~:text=Developmental%20Psychology%20Studies%20Humans%20Across,perceptual%2C%20personality%20and%20emotional%20growth>
- Aspesi, C., Dessen, M., & Chagas, J. (2005). A ciência do desenvolvimento humano: Uma perspectiva interdisciplinar. Em M. Dessen, & A. Costa Jr. (Orgs.), **A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras** (19-36). Artmed.
- Barros, R. de A., & Coutinho, D. M. B. (2020). Psicologia do desenvolvimento: Uma subárea da Psicologia ou uma nova ciência? **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, 37. Recuperado de <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2020.12540>
- Biaggio, Â. (1978). **Psicologia do desenvolvimento**. Vozes.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The bioecological model of human development. In W. Damon (Series Ed.), & R. M. Lerner (Vol. Ed.), **Handbook of child psychology: Theoretical models of human development** (793-828). Wiley.
- Cavanaugh, J. C. (1981). Early developmental theories: A brief review of attempts to organize developmental data prior to 1925. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, 17(1), 38-47. doi: 10.1002/1520-6696(198101)17:1<38::aid-jhbs2300170106>3.0.co;2-n
- Criação da Sociedade brasileira de psicologia do desenvolvimento. (1998). Gramado, RS: UFRGS. Recuperado de https://www.abpd.psc.br/download/download?ID_DOWNLOAD=1
- Daum, M., & Manfredi, M. (2021). **The history of developmental psychology**. Zurich: University of Zurich. doi: 10.31234/osf.io/s2ckp
- Dessen, M. A., & Costa Júnior, A. L. (2006). A ciência do desenvolvimento humano: Desafios para pesquisa e para os programas de pós-graduação. Em D. Colinvax, L. B., Leite, & D. Dell'Aglio (Orgs.), **Psicologia do desenvolvimento: Reflexões e práticas atuais** (pp.133-58). Casa do Psicólogo.
- Estatuto Social da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento. (2007). Recuperado de https://www.abpd.psc.br/download/download?ID_DOWNLOAD=3

Hillesheim, B., & Guareschi, N. M. F. (2007). De que infância nos fala a psicologia do desenvolvimento? Algumas reflexões. **Psicologia da Educação**, (25), pp. 75-92. Recuperado de maio de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752007000200005&lng=pt&tlng=pt.

Histórico da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento. (2019). Recuperado de https://www.abpd.psc.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=380

Mota, M. E. (2005). Psicologia do desenvolvimento: Uma perspectiva histórica. **Temas em Psicologia**, 13(2), pp. 105-11. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2005000200003&lng=pt&tlng=pt.

Newcomb, N. (1999). **Desenvolvimento Infantil: Abordagem de Mussen**. 8ª ed. Artmed.

Pizzinato, A., Souza, L. L., & Vieira, M. (2021). Psicologia do desenvolvimento: Panorama de contribuições e desafios para a área no contexto brasileiro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 41(n.spe 3), e012020, pp. 1-7. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1982-3703003012020>

Rosa, E. M., & Tudge, J. (2013). Urie Bronfenbrenner's theory of human development: Its evolution from ecology to bioecology. **Journal of Family Theory, & Review**, 5(4), pp. 243-58. doi: 10.1111/jftr.12022

Seidl de Moura, M., & Moncorvo, M. (2006). A psicologia do desenvolvimento no Brasil: Tendências e perspectivas. Em D. Colinviaux, L. Leite, & D. Dell'Áglio (Orgs.), **Psicologia do Desenvolvimento: Reflexões e práticas atuais** (115-32). Casa do Psicólogo.

XXII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento e I Conferência Internacional de Psicologia do Desenvolvimento. (2020). Florianópolis, SE: UFSC. Recuperado de https://www.abpd.psc.br/download/download?ID_DOWNLOAD=25

Formação em Psicologia: a ABEP, sua História, Contribuições e Desafios Atuais

Antonio Alexandre Iorio Ferreira
Ângela Soligo
Irani Tomiatto de Oliveira

A ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) foi criada em 1999, por iniciativa do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), que alertava sobre a necessidade de termos uma entidade de abrangência nacional, que se dedicasse às questões da formação e do ensino da Psicologia e fizesse a mediação com os campos da profissão e da pesquisa e com as instituições formadoras.

Nasceu então a ABEP, registrada como sociedade civil sem fins lucrativos, como os objetivos de: atuar como entidade mediadora nos âmbitos da formação, profissão e da produção científica; fazer a interlocução com Universidades, Faculdades, professoras/es, estudantes e coordenadoras/es de cursos de Psicologia, sempre na perspectiva da garantia da formação ética e técnica de qualidade; realizar e promover diálogos com órgãos reguladores e de tomada de decisões relativas à formação (Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Educação, Ministério de Saúde, Ministério da Educação, Assembleias Legislativas e governos).

A ABEP é coordenada por uma diretoria eleita a cada dois anos, composta por presidência, vice-presidência, primeira e segunda secretaria, primeira e segunda tesouraria e mais seis diretoras/es. Atuam em colaboração com a ABEP outras/os profissionais, docentes e discentes que formam a gestão ampliada da entidade. Podem ser membros da diretoria e associados da ABEP: profissionais, coordenadores de curso, docentes e estudantes de Psicologia.

A ABEP também é composta pelos Núcleos Regionais, que são os braços da entidade nas distintas regiões do país, e têm a tarefa de realizar o diálogo mais direto e cotidiano com as Instituições formadoras de suas regiões, com docentes, coordenações e estudantes, a partir das propostas da direção nacional; cabe aos núcleos,

também, realizar ações de interesse regional e levar à direção nacional as demandas de seu território. Atualmente, contamos com 11 Núcleos Regionais, organizados por uma coordenação composta por 3 membros.

A entidade conta ainda com uma secretaria, responsável pelo trabalho administrativo e apoio às atividades desenvolvidas.

Para efetivação de seu trabalho, a ABEP tem produzido documentos e literatura especializada, elaborado ferramentas e implementado atividades ligadas à formação, a saber:

- Revista Psicologia e Formação – a publicação apresenta textos teóricos, resultados de pesquisa e relatos de experiência sobre formação em Psicologia e sobre temas de interesse para a formação.
- Boletins mensais – por meio dos Boletins, a ABEP mantém um regular canal de diálogo com a comunidade acadêmica, transmitindo notícias de interesse da formação, apresentando textos reflexivos sobre questões relevantes, manifestando posições da entidade sobre temáticas que afetam o país, a educação, a saúde e o ensino superior e informando sobre datas importantes e eventos. Os Boletins são também canais para comunicações dos Núcleos Regionais.
- Encontro Nacional – a cada dois anos, a ABEP realiza seu Encontro Nacional (12 até hoje), alternando o local do evento de modo a contemplar as diversas regiões deste país de proporções continentais. No Encontro Nacional, são apresentados conferências, mesas redondas, diálogos, rodas de conversa, minicursos, a partir de eixos definidos que refletem as demandas e princípios da formação, abarcando discussões teóricas, pesquisas e relatos de experiência. Também no Encontro acontecem os Fóruns ABEP – Fórum de Coordenadoras/es; Fórum de Orientadoras/es e Supervisoras/es de Estágio e Docentes, Fórum de Estudantes, Fórum de Núcleos e o recém organizado Fórum de Avaliadoras/es de Curso de Psicologia. O intuito, nesses momentos, é favorecer o diálogo, a conversação não formatada, a troca de experiências que permitam a reflexão coletiva e o estabelecimento de metas e tarefas para os anos seguintes, bem como o fortalecimento de vínculos entre os atores da formação.

Além do Encontro Nacional e como ação coordenada, são realizados os Encontro Regionais, de responsabilidade dos Núcleos ABEP. Os encontros têm caráter preparatório para o Encontro Nacional e configuram momentos de trocas e incentivo à participação na ABEP.

Outra iniciativa que se insere no contexto do Encontro Nacional é a outorga do Prêmio Sílvia Lane, destinado a Trabalhos de Conclusão de Curso e Relatórios de Estágio realizados por estudantes de Graduação, que se destacam pela relevância

e qualidade. O prêmio, que já está em sua 12ª. edição, é uma iniciativa que visa a incentivar, valorizar e divulgar os trabalhos realizados por estudantes. Periodicamente, são publicadas edições com os trabalhos premiados.

No contexto da Pandemia da Covid-19, foram organizados dois Seminários Virtuais, o primeiro para debater sobre as demandas decorrentes das atividades formativas remotas, o segundo para pensarmos coletivamente o futuro da formação. Os seminários tornaram-se um evento anual e regular da ABEP, a partir de 2022, em anos alternados com os do Encontro Nacional.

Também, a partir de 2021, a ABEP oferta um curso de atualização para coordenadoras/es e docentes de Psicologia, ministrado por membros da diretoria, que visa a oferecer informações sobre aspectos históricos da formação, instrumentos reguladores, processo de construção dos Projetos Pedagógicos de Curso, produção de documentos e conteúdos relativos à Licenciatura.

A ABEP mantém contato direto com coordenadoras/es do Curso de Psicologia para troca de informações e diálogos sobre questões da formação, principalmente as que surgem no cotidiano das IES e as referentes às políticas para o Ensino Superior e para os Cursos de Psicologia.

A Associação mantém também páginas e perfis na internet, Facebook, Instagram, Youtube, como mecanismos de comunicação, interação e transmissão de conteúdos produzidos pela entidade ou de interesse da formação. Tais ferramentas têm a potência de dialogar mais diretamente com estudantes de Psicologia.

Parcerias e Participações

As ações e iniciativas da ABEP não se configuram como ações isoladas, ao contrário, coerentes com a tarefa de mediação, são implementadas em parceria com outras entidades, entre as quais destacamos: O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Sistema Conselhos de Psicologia (CRPs); a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE); a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI).

Na perspectiva das ações coletivas, a ABEP compõe o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB); a Associação Latino-americana de Formação e Ensino de Psicologia (ALFEPSI); a União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI); a Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT), do Conselho Nacional de Saúde; o Grupo de Trabalho organizado pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em parceria com a Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM), a fim de constituir uma proposta

de “Doutorado Profissional em Rede em Educação em Saúde”; o Fórum Nacional Popular da Educação (FNPE) com CFP e ABRAPEE, em que participamos da Comissão Organizadora das comemorações do Centenário de Paulo Freire.

Junto ao Conselho Federal de Psicologia, compomos o Grupo de Trabalho Psicoterapia e Estágios, com vistas à produção de referências para atuação e formação de psicólogas/os. Como produção do GT Psicoterapia, foi recentemente publicada a Resolução CFP nº 13, de 15 de junho de 2022,¹ que dispõe sobre diretrizes e deveres para o exercício da psicoterapia por psicóloga e por psicólogo.

Ações Estratégicas

Desde sua criação, a ABEP tem trabalhado intensamente em favor da qualificação do ensino e dos estágios em Psicologia.

Em 2011 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia², em substituição às de 2004,³ com as quais guardam similitude, porém alteravam os regramentos sobre a Licenciatura, que passava a ser de oferta obrigatória para as Instituições de Ensino.

Foram muitos os momentos de debates, orientações a coordenações de curso, e realização de Seminário para discutir a Licenciatura e fazer a escuta das coordenações, suas dificuldades e os caminhos encontrados.

Na perspectiva da qualificação dos estágios em Psicologia, lançamos em 2013, em parceria com o Conselho Federal de Psicologia, a Carta de Serviços Sobre Estágios e Serviços-Escola⁴, que contém referências, orientações e parâmetros para a realização dos estágios obrigatórios e não obrigatórios, supervisão e orientação e o funcionamento do Serviço-Escola, tendo como referências a Lei de Estágios⁵ e as especificidades de nossa área.

1 Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-13-2022-dispoe-sobre-diretrizes-e-deveres-para-o-exercicio-da-psicoterapia-por-psicologa-e-por-psicologo?origin=instituicao>

2 Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN52011.pdf?query=Brasil

3 Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rces0804.pdf?query=Documento%20Curricular

4 Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/carta-de-servicos-sobre-estagios-e-servicos-escola12.09-2.pdf>

5 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm

Os anos seguintes, em especial a partir de 2016, trouxeram o avanço das políticas de EaD (Educação a Distância), com propostas do MEC para sua implantação nos cursos da área da Saúde, em que se insere a Psicologia. Foram muitas as iniciativas da CIRHRT/CNS para refrear as investidas do MEC, que resultaram na proposição de Diretrizes Curriculares para a formação na área de Saúde⁶, documento que teve intensa participação da representação da ABEP.

Também a partir de recomendação do CNS e considerando que já era momento de reavaliar as DCN de 2011, a ABEP, o CFP e a FENAPSI organizaram um amplo processo democrático e participativo para revisão das Diretrizes Curriculares de Psicologia, no ano de 2018. Foram ao todo 118 Reuniões Preparatórias realizadas em todas as regiões do país, com a presença de docentes, estudantes, profissionais de Psicologia, que resultaram em propostas que foram compiladas e analisadas nos Encontros Regionais. Desses Encontros, foram aprovadas propostas que, novamente compiladas, foram discutidas no Encontro Nacional, realizado em 5 de maio de 2018.⁷

Do Encontro Nacional, foram aprovadas as propostas que deram origem à Minuta de Diretrizes Curriculares que foi então colocada em consulta pública, tendo também recebido contribuições das entidades do FENPB.

Concluído o texto da Minuta, essa foi encaminhada ao Conselho Nacional de Saúde, obtendo total aprovação, e ao Conselho Nacional de Educação. No CNE, foi criado um GT para análise da Minuta e, de parte das Entidades da Psicologia, nomeada uma comissão que faria a mediação com o GT, composta pelas professoras Dra. Irani Tomiatto de Oliveira e a Dra. Raquel Guzzo e pelo professor Dr. Antônio Virgílio Bastos. Foi um intenso processo de negociação, que resultou no texto das Diretrizes Curriculares aprovadas pelo CNE em dezembro de 2019.⁸

As novas Diretrizes Curriculares, que aguardam aprovação do Ministério da Educação, guardam coerência com os princípios dos Direitos Humanos, democracia, inclusão e atenção à diversidade humana, assim como o compromisso com as políticas públicas garantidoras de direitos. Em seu artigo terceiro, estabelecem como princípio a formação presencial.

Recentemente, o estabelecimento da formação presencial foi retirado do texto das Diretrizes, por iniciativa unilateral do CNE, em obediência ao MEC, porém o parecer que propõe essa alteração ainda não foi homologado e se constitui hoje uma de nossas frentes de luta.

6 Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso569.pdf>

7 Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/ano-da-formacao-em-psicologia-2018>

8 Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECESN10712019.pdf

A pandemia da Covid 19 trouxe novas demandas e preocupações. A proximidade da morte, sua inexorabilidade, a perda de pessoas queridas e o luto tornaram-se presentes em nosso cotidiano. A inevitável quarentena e o longo período de afastamento social impuseram a transposição das atividades educativas presenciais, em todos os níveis, para meios remotos.

Não foi um processo tranquilo, ao contrário, demandou rápida absorção e aprendizagem do manejo de tecnologias antes distantes da prática pedagógica, em meio às dificuldades de acesso às tecnologias de grande contingente de estudantes, principalmente em regiões mais carentes do país.

Para a Psicologia, cuja identidade profissional exige presencialidade, interação, vivência da pluralidade de perspectivas teóricas e de vidas, o ensino remoto constituiu-se em grande desafio, principalmente para as atividades práticas e de estágio.

Foram meses de escuta dos problemas e dúvidas levantadas por docentes, estudantes, coordenações de curso, que nos deram a certeza da necessidade de retomar processos coletivos de diálogo. Em colaboração com o Conselho Federal de Psicologia, foram organizados Seminários com a comunidade acadêmica de todo o país, que resultaram na proposição do Documento de Recomendações para Estágios e Práticas Emergenciais⁹, apresentado em Seminário Nacional virtual e amplamente divulgado. Esse documento tem sido importante referência para coordenações e cursos de Psicologia.

Foi também muito importante, nesses últimos anos, nossa participação nas ações organizadas em parceria com o Conselho Federal de Psicologia, a Federação Nacional dos Psicólogos, a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, o Conselho Federal de Serviço Social, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, para aprovação e implementação da Lei nº 13.935,¹⁰ que institui os serviços de Psicologia e Serviço Social na educação básica pública. A lei traz a necessidade de pensarmos a formação inicial e continuada em Psicologia, na perspectiva de melhor qualificação para o trabalho no campo educativo.

Perspectivas e Desafios

O momento político que estamos vivendo desde 2016, e especialmente a partir de 2018, trouxe enormes desafios para a sociedade brasileira, que se vê novamente

9 Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Caderno-de-orientac%C3%A7%C3%B5es-formac%C3%A7%C3%B5es-e-esta%C3%81gios_FINAL2_com_ISBN_FC.pdf

10 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm

em movimento para garantia do processo democrático, dos direitos humanos, de justiça equânime para todas as pessoas, das políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

Na Educação, temos convivido com incessantes cortes de financiamento, desqualificação de docentes e da ciência, aceleração dos processos de precarização, entre eles as políticas voltadas ao mercado da EaD.

Universidades públicas enfraquecidas, desinvestimento em ciência, demissões em massa de docentes no ensino superior privado, têm marcado nossa realidade nacional.

Na formação em Psicologia, temos o desafio de manter viva a defesa do ensino presencial como princípio, associado aos princípios que temos historicamente defendido. A garantia de um ensino ético e cientificamente fundamentado é uma de nossas tarefas primordiais.

Por meio do diálogo com a comunidade acadêmica e com as entidades científicas e profissionais, esperamos contribuir para a construção de uma Psicologia cada vez mais sólida e socialmente relevante.

Psicologia política: um campo interdisciplinar das ciências humanas e sociais

Frederico Alves Costa
Candida Maria Bezerra Dantas

Introdução: Uma Possível Delimitação do Campo da Psicologia Política

A psicologia política é um campo interdisciplinar das ciências humanas e sociais constituído por uma pluralidade de perspectivas teóricas e metodológicas. Tal pluralidade limita uma delimitação precisa do campo, pois abarca concepções diversas de sujeito, de político, da relação entre os sujeitos e das práticas de sedimentação e de subversão da ordem

Costa (2018) debate esse campo na literatura nacional e internacional. Para tanto, discute produções científicas de dois autores e de uma autora que historicamente têm contribuído para a visibilidade da psicologia política na Europa e na América Latina: Alexandre Dorna (2007), José Manuel Sabucedo Cameselle (Sabucedo, & Rodriguez, 2000) e Maritza Montero (2009). Junto a isso, Costa (2018) analisa mensagens da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP) e dos Editoriais da Revista Psicologia Política (RPP) publicados nos 32 primeiros números desta revista (2001 a 2015). O autor sintetiza a delimitação da psicologia política em torno de três caminhos:

a) Compreensão da Psicologia Política como uma relação entre “Psicologia” e “Política” e, portanto, como uma relação entre dois campos que se articulam e que podem, assim, produzir tanto uma psicologia da política (aplicação de conceitos psicológicos à compreensão da política) como uma politização da psicologia (psicologia engajada politicamente). (Costa, 2018, p. 228)

Costa (2018) aponta que Sabucedo e Rodriguez (2000) e Montero (2009) realizam uma crítica à concepção da psicologia política como uma “psicologia da política”, definição tradicional e dominante nos Estados Unidos da América. Ademais, ressalta que na Revista Psicologia Política há também um questionamento a esta concepção, em razão de ela propiciar uma “transposição descontextualizada de conceitos psicológicos para a explicação de fenômenos políticos” (Costa, 2018, p. 228). No que diz respeito à compreensão da psicologia política como uma “politização da psicologia”, segundo o autor, ela se aproximaria da proposta de Montero (2009) referente à psicologia social da libertação, entendida como uma alternativa latino-americana à perspectiva anterior, que visa a fortalecer e facilitar a transformação social.

Os outros dois caminhos de delimitação da psicologia política apresentados por Costa (2018, p. 228) são:

b) Delimitação da psicologia política a partir da psicologia social. Caminho que se afasta da proposta de Dorna (2007) e se aproxima da concepção de Montero (2009) referente à consideração da psicologia social da libertação como psicologia política.

c) Afirmação da Psicologia Política como um modo de compreensão autônomo dos fenômenos políticos. Caminho que converge com a proposta de Dorna (2007) e de Sabucedo e Rodriguez (2000), bem como com a segunda perspectiva apresentada por Montero (2009).

Apesar dos diferentes caminhos tomados em busca da delimitação do campo, de uma maneira geral, podemos encontrar uma preocupação comum: analisar os fenômenos políticos considerando a dimensão simbólica na estruturação da ordem social e, assim, a agência e a construção da subjetividade. Tais fenômenos podem ser entendidos, de maneira ampla, como fenômenos que explicitam a disputa pela construção da ordem social em torno de práticas sociais que visam à reprodução do *status quo* ou a construção de outros modos de estabelecer as relações sociais. Dessa forma, uma possível delimitação do campo pode ser feita a partir da consideração dos fenômenos políticos, compreendidos sob uma visão psicopolítica, como objeto de estudo.

Em um outro estudo, Costa (2014) buscou analisar a dimensão do político em parte da produção da psicologia social brasileira sobre fenômenos políticos¹, publicada em periódicos científicos, entre os anos de 1986 e 2011. Mais especificamente, objetivou compreender como os autores concebiam a constituição do sujeito político (politização das relações sociais) e a construção de uma sociedade democrática (utopia de sociedade). A partir dessa análise, propôs quatro vertentes analíticas características desta produção que contribuem para visualizarmos algumas perspectivas que têm sido trabalhadas na psicologia política brasileira: fundamento último da realidade; sujeito racional; sujeito ético-político; e antagonismo.

No que diz respeito à vertente fundamento último da realidade, segundo o autor, as produções investigadas

indicam as relações de produção como um fundamento último da realidade na análise da dinâmica política. Assim, ainda que afirmem a construção histórico-social dos sujeitos e defendam uma expansão do proletariado como sujeito histórico em direção às forças populares, apontam para uma determinação, em última instância, da economia, sendo a constituição dos sujeitos políticos entendida em torno de duas estruturas hegemônicas afirmadas a priori – burguesia e forças populares. (Costa, 2014, p. 169)

A mudança social nesta vertente é compreendida a partir da noção de conscientização, a qual é predefinida em razão da localização dos indivíduos nas relações de produção (Costa, 2014; Costa, & Prado, 2016).

Os artigos localizados na segunda vertente, sujeito racional, também compreendem

1 Como veremos a seguir, no tópico referente à construção da Associação Brasileira de Psicologia Política, esta entidade foi fundada em 2000 e a Revista Psicologia Política passou a ser publicada apenas em 2001. Apesar disso, vinha-se desenvolvendo na psicologia social brasileira, desde ao menos a década de 1970, pesquisas preocupadas em investigar problemas políticos presentes no país e orientadas para a construção de mudanças sociais. Tratava-se de um momento conhecido na literatura como “crise da psicologia social” que, no caso do Brasil, coincida com o período de ditadura civil-militar. Pesquisadores que fundaram a ABPP e que estão vinculados à psicologia política no Brasil encontram-se historicamente ligados a uma associação científica fundada neste contexto, a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

a politização das relações sociais em torno da noção de consciência, mas não abordam, ao menos explicitamente, a ideia de um fundamento último da realidade. Têm por foco o processo do indivíduo tornar-se consciente das relações de subordinação (perceber as injustiças sociais), opondo seus interesses pessoais e grupais aos interesses de um outro grupo, pautado na reflexividade e/ou intencionalidade dos indivíduos (Costa, 2014, p. 169).

Esta vertente, no que diz respeito à análise das ações coletivas, pode ser entendida em torno de uma retomada de estudos psicossociológicos nos anos 1980 e 1990 que sustentavam uma concepção racionalista de sujeito (racionalidade instrumental), ao mesmo tempo em que ressaltavam categorias como identidade e consciência. Nesse sentido, a dinâmica política é pensada não apenas em torno de uma racionalidade instrumental mas também a partir do compartilhamento de crenças e valores proporcionada pela construção de relações de pertença relativas a determinados atributos como características étnico-raciais, condições socioeconômicas, região de origem, posições ocupacionais (Costa, 2014; Costa, & Prado, 2016). Como salientam Costa e Prado (2016), a luta política neste caso é mais próxima do campo da negociação entre interesses particulares dos indivíduos (maximização do bem-estar) e do grupo de pertença do que da “articulação entre diferentes grupos sociais subalternizados na construção de um imaginário social alternativo ao hegemônico” (p. 220).

A terceira vertente, sujeito ético-político, é caracterizada por “artigos que compreendem a politização das relações sociais a partir de uma junção entre ética e política, desarticulando o político do seu caráter de hostilidade/violência ao privilegiarem o aspecto da alteridade entre os indivíduos” (Costa, 2014, p. 170). Em razão disso, Costa (2014) e Costa e Prado (2017) ressaltam a dificuldade de se delimitar nesta vertente o elemento mediador de constituição do sujeito político e, assim, da própria organização da ordem social. Concebe-se a contingencialidade da realidade, fundamentada numa ontologia imanente; mas, ao não reconhecer a divisão entre “nós” e “eles” como constitutiva dos sujeitos, aponta-se para a compreensão do campo político como um campo da multiplicidade, no qual não se visibiliza explicitamente o elemento mediador que possibilita a problematização, a desestabilização e a ação dos sujeitos ao que se encontra instituído, como se fosse natural rebelar-se contra a dominação.

A última vertente contempla produções científicas nas quais a noção de antagonismo proposta nas obras de Ernesto Laclau e de Chantal Mouffe é utilizada para a compreensão do fenômeno político investigado. Ainda que se observe nessa vertente uma articulação entre aquele conceito e conceitos de outras perspectivas

teóricas, existindo particularidades nas análises empreendidas, ressaltamos aqui algumas contribuições da teoria discursiva elaborada por Laclau e por Mouffe para a psicologia política.

Prado (2001) salienta o afastamento por Laclau e por Mouffe de uma compreensão dos sujeitos políticos (“nós” e o “eles”) como anteriores ao conflito. Nesta medida, ressalta-se a importância de se pensar a construção das identidades a partir de uma relação de exterioridade, na qual o “nós” não se institui por compartilhar algum atributo em comum, mas pela diferenciação com um “eles” na disputa pela significação da realidade. Essa compreensão dos sujeitos políticos traz implicações importantes para a análise dos fenômenos políticos:

a) o caráter emancipatório das ações coletivas não é possível de ser definido previamente à construção do “nós”, uma vez que o projeto político a ser proposto depende “de como o processo de articulação de um NÓS irá localizar o elemento externo, os elementos identitários que homogeneizam o NÓS (...) Neste processo não há uma intencionalidade ética a priori, mas sim sendo traçada a partir da constituição deste NÓS e das práticas sociais desenvolvidas de reciprocidades [com o ELES]”. (Prado, 2001, p. 168)

b) na medida em que o “eles” é constitutivo do “nós”, pois este se institui somente na diferenciação com aquele, faz-se impossível conceber uma identidade plena, sendo ela puramente contingente e precária. O que indica a centralidade da compreensão do processo articulatório na análise dos fenômenos políticos e a compreensão do poder não como uma relação externa entre duas identidades previamente estabelecidas, mas sim como constitutiva das próprias identidades.

c) o campo de constituição do “nós” e do “eles” é o campo do político, da publicização das demandas sociais e da disputa pela significação da realidade.

Esta compreensão das identidades e do campo do político, segundo Prado (2001, p. 170), colabora para

configurar um campo de ação de uma Psicologia Política preocupada, não mais, com uma “psicologização” dos atores coletivos, nem somente com uma “politização” dos fatores psicológicos, mas destinada a compreender os processos articulatórios da criação de identidades coletivas a partir das ações coletivas; e para tal, seria necessário uma postura teórica atenta, tanto à continuidade histórica como à descontinuidade, no sentido de poder tanto apreender a expansão das ideologias, historicamente, como as mutações das formas de opressão e de organização social.

Costa (2012), ao debater a teoria discursiva de Laclau e de Mouffe, também salienta alguns pontos importantes para a compreensão do campo da psicologia política, ressaltando, como Prado (2001), a análise dos processos articulatórios de construção dos sujeitos e da ordem social:

a) compreensão do campo político e dos sujeitos como descentrados, afastando-se do privilégio a priori de uma luta política e de um sujeito político;

b) a relação entre universal e particular, na qual, ao mesmo tempo que se defende o reconhecimento da pluralidade de sujeitos políticos, não se abandona a construção de um universal, e sim o ressignifica como um universal sempre precário e contingente, nomeado a partir da articulação entre diversas demandas sociais na disputa hegemônica pela significação da realidade;

c) o entendimento que a democracia se caracteriza por esta relação entre universal e particular, pois sendo o universal contingente e precário, sem um conteúdo próprio, faz-se possível que “diferentes grupos busquem assumir a tarefa universal, mas como nunca a alcançam completamente, possam ser substituídos por grupos alternativos” (Costa, 2012, p. 588).

Ainda segundo Costa (2012), a proposta teórica de Laclau e de Mouffe permite reconfigurar noções importantes para o campo da psicologia política

como emancipação, direitos, sujeito, político, política. Assim, auxilia-nos na análise da construção de estratégias políticas no contexto histórico contemporâneo, não reproduzindo o hiato presente na análise das ações coletivas nas ciências humanas entre estrutura e agência, indivíduo e sociedade, condições objetivas e subjetivas (Sandoval, 1989; 1997), enfocando a proliferação de novos sujeitos políticos, a contingência das relações sociais e o papel dos sujeitos políticos na história (Costa, 2012, p. 588)

A Institucionalização da Psicologia Política no Brasil

Desde o início do século XX, há produções científicas no Brasil que utilizam o termo psicologia política (Silva, 2012). No entanto, a institucionalização da psicologia política no país é recente, remetendo-se aos anos 1980 com a construção do Grupo de Trabalho de Psicologia dos Movimentos Sociais (posteriormente, nomeado Grupo de Trabalho de Psicologia Política) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP).

O GT de Psicologia Política da ANPEPP é um dos mais antigos desta associação, datando do II Simpósio Nacional da ANPEPP, realizado em 1989, quando se estrutura a dinâmica de Grupos de Trabalho na programação do evento. O GT reunia pesquisadores e pesquisadoras que já estavam envolvidos em pesquisas sobre fenômenos políticos desde os anos 1970 e que atuavam na problematização de perspectivas teóricas e metodológicas desenvolvidas no campo da psicologia social no Brasil e do próprio contexto político do país à época, a ditadura civil-militar.

Neste sentido, é importante considerar, como apontam Costa e Machado (2020) e Prado e Sandoval (2001), a participação de membros do GT, por exemplo: a) no desenvolvimento da psicologia comunitária no Brasil, como se observou nos anos 1970 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde, mesmo ainda sob um governo autoritário, se construiu um curso de pós-graduação nesta área e se desenvolvia projetos de extensão com os setores populares; na construção e participação na Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO); c) nos encontros nacionais de pesquisa em comportamento político organizados pelo Laboratório de Comportamento Político da Universidade Federal de Santa Catarina.

Apesar da convergência entre pesquisadores/as que construíram o GT da ANPEPP em relação à crítica à psicologia social hegemônica no Brasil e à ditadura civil-militar, havia uma heterogeneidade teórico-metodológica no interior do GT, sendo a formação destas pessoas bastante diversa, como a dos primeiros coordenadores Leôncio Camino (UFPB) e Salvador Sandoval (PUC-SP). O primeiro com formação marxista, mas também com trajetória na psicologia social europeia, de caráter experimental e sócio-cognitiva. Já o segundo, com uma formação na história e na ciência política americana, inserindo-se na psicologia política a partir do interesse de estudo sobre movimento sociais. Assim, o campo da psicologia política se constitui, no país, desde o início, como marcado por uma importante diversidade teórica e metodológica, presente até hoje nas suas produções.

O GT da ANPEPP teve seu nome alterado ao longo dos anos em razão dos fenômenos políticos investigados pelos membros do GT, os quais se encontravam relacionados ao contexto histórico vivenciado no Brasil. Segundo Camino (2001), o primeiro nome do GT, “Psicologia dos Movimentos Sociais”, estava ligado ao surgimento de vários movimentos sociais no país naquele momento histórico, tendo eles se tornado o tema central de estudo em psicologia política. Segundo o autor, os membros do GT na época consideravam “a Psicologia Política como o estudo dos aspectos subjetivos dos fenômenos políticos” (Camino, 2001, p.05), procurando sintetizar duas perspectivas de compreensão deste campo.

A primeira reivindicava o comportamento político como um campo de estudo específico da psicologia, recorrendo a conceitos psicológicos, motivacionais, cognitivos para a sua explicação. Camino (2001), contudo, ressalta que os membros do GT eram críticos ao individualismo e ao reducionismo implícito nesta perspectiva, a qual, como já abordamos, poderia ser nomeada de “psicologia da política”. A segunda perspectiva propunha iniciar a análise pelo fenômeno político e não pelos aspectos psicológicos, ressaltando o caráter simbólico das relações de poder, entendendo que elas não apenas se desenvolvem no nível simbólico, também são constitutivas do meio simbólico no qual as relações sociais são construídas.

Posteriormente, ainda de acordo com Camino (2001), como os membros do GT focalizaram a investigação sobre como os cidadãos participavam do processo de transição democrática vivido no país e se apropriavam das diferentes concepções de política existentes na sociedade brasileira, o GT passou a ser nomeado como GT de Comportamento Político, instituindo um debate sobre socialização política em meados dos anos 1990.

Nos VII e VIII Simpósios da ANPEPP, 1998 e 2000, o GT retomou os temas de estudo em psicologia política no Brasil a fim de construir um estado da arte sobre o campo no país. Ademais, chegou-se à conclusão, segundo Camino (2001), de que o debate sobre a psicologia política não deveria se limitar ao GT e que, apesar da importância do campo, ele ainda era pouco difundido nos cursos de pós-graduação brasileiros. Deste modo, deliberou-se pela construção de um Fórum que ampliasse o intercâmbio científico em torno da psicologia política no Brasil, com a Sociedade Internacional de Psicologia Política (ISPP, fundada em 1978) e com psicólogos políticos de outros países da América Latina, bem como a expansão do ensino e da pesquisa em psicologia política no país.

Com o intuito de responder a esta deliberação, foi organizado o I Seminário Nacional de Psicologia Política, em São Paulo, em 2000, no qual se iniciou a construção de uma associação científica e de um periódico científico relativos ao campo da psicologia política (Silva, 2012). Nesse sentido, em 2000, funda-se a Sociedade Brasileira de Psicologia Política, a qual, em 2005, no momento de registro de seu Estatuto, foi nomeada Associação Brasileira de Psicologia Política. De acordo com o Estatuto da ABPP (Associação Brasileira de Psicologia Política, 2005):

Art. 1º- Associação Brasileira de Psicologia Política, também designada pela sigla ABPP, pessoa jurídica de direito privado, é uma associação, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede no município de Belo Horizonte/MG; na Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha e com foro no município de Belo Horizonte/MG.

Art. 2º- A ABPP tem por finalidades:

- I. promover e aprimorar o ensino e a pesquisa em Psicologia Política;
- II. promover o intercâmbio e a cooperação entre entidades científicas e centros de pesquisa voltados para a Psicologia Política ou áreas afins;
- III. obter apoio financeiro para o desenvolvimento de programas de ensino e a pesquisa em Psicologia Política;
- IV. criar dispositivos para a valorização de programas de ensino e pesquisa em Psicologia Política;
- V. qualificar docentes e pesquisadores filiados;
- VI. difundir os conhecimentos produzidos na área da psicologia política para todos os interessados e sobretudo para os profissionais ligados ao ensino e à pesquisa em Psicologia Política.

Logo após a criação da ABPP, presidida inicialmente por Leoncio Camino, foi publicado o primeiro número da Revista Psicologia Política, em 2001, tendo como editores outros dois membros do GT da ANPEPP: Salvador Sandoval e Marco Aurélio Máximo Prado. A ABPP e a RPP têm sido fundamentais para a construção e consolidação da psicologia política no Brasil, uma vez que têm proporcionado a ampliação deste campo para as diferentes regiões do país, a publicização de artigos científicos sobre pesquisas e debates teóricos sobre psicologia política e a realização periódica dos Simpósios Brasileiros de Psicologia Política.

Neste sentido, salienta-se que em 2022 já foram publicados 52 números da RPP e que neste ano realizaremos a 12ª edição do Simpósio Brasileiro de Psicologia Política. Uma avaliação importante construída na ABPP no decorrer da segunda década dos anos 2000 foi, em convergência com os objetivos de fundação da associação, construir uma política de descentralização das diretorias e dos eventos em relação ao eixo São Paulo–Minas Gerais, tendo até 2011 todos os eventos ocorridos nestes dois Estados.

O estabelecimento desta política foi fundamental para a vinculação de mais pesquisadores/as à ABPP e para ampliar a disseminação da psicologia política nos

cursos de graduação e pós-graduação das regiões sul, centro-oeste e nordeste. Em 2012 tivemos pela primeira vez a realização de um Simpósio fora do Sudeste. Em relação à gestão, depois de 12 anos, em 2015, tivemos novamente na presidência da ABPP um pesquisador vinculado a uma instituição diferente da PUC-SP e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Assim, é importante destacar o papel fundamental dos grupos de pesquisa da PUC-SP e da UFMG na construção institucional da psicologia política brasileira, ao mesmo tempo em que se deve ressaltar o acerto da política de descentralização, tendo possibilitado o aumento do número de associados/as de diversas regiões do país, com perspectivas teórico-metodológicas distintas, que investigam temáticas variadas e que pertencem a gerações diferentes no campo da psicologia política.

Atualmente, podemos afirmar que o campo da psicologia política está presente em diferentes universidades, nas cinco regiões do Brasil, e congrega pesquisadores/as que estiveram na fundação do GT da ANPEPP e da ABPP e também gerações mais novas, formadas por estes pesquisadores/as, mas também por outros e outras que, a partir de caminhos diversos, vincularam-se à psicologia política brasileira.

Considerações Finais: Desafios e Tendências para o Futuro

Da década de 1980 até a atualidade, podemos observar um crescimento institucional e científico significativo do campo da psicologia política brasileira. A consolidação da ABPP, da Revista de Psicologia Política (RPP) e a realização periódica dos Simpósios Brasileiros promovidos pela associação têm contribuído para a ampliação da formação em psicologia política e da produção e divulgação de conhecimento científico produzido nesse campo.

Neste processo, destaca-se: a) a articulação entre pesquisadores/as e estudantes de graduação e de pós-graduação, que tem permitido ampliar a disseminação da psicologia política em diferentes universidades do país; b) o diálogo entre acadêmicos, movimentos sociais e membros de outros segmentos da sociedade, salientando a indissociabilidade entre teoria e prática e ciência e política; c) a construção de redes de pesquisa nacionais e internacionais, fortalecendo a produção coletiva entre grupos de pesquisa vinculados ao campo da psicologia política.

Também é importante mencionar: a permanência do GT Psicologia Política na ANPEPP; a retomada do Grupo de Trabalho Psicologia Política na União Latino-

americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), em 2020, por meio do diálogo entre as diretorias da ABPP e da ULAPSI; a construção de aproximações institucionais entre a ABPP, a ISPP e a Associação Ibero-Latino-Americana de Psicologia Política (AILPP); a participação da ABPP no Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira (FENPB) e no Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (FCHSSALLA). Essa participação proporciona a atuação com entidades científicas, profissionais, sindicais e estudantis da psicologia e também com associações científicas de diferentes áreas do conhecimento, preservando e reforçando o caráter interdisciplinar da Psicologia Política.

Aliado ao crescimento institucional e científico da psicologia política, vivemos nos últimos 10 anos um importante processo de descentralização do campo em relação ao eixo São Paulo–Minas Gerais, regiões em que a psicologia política se fortaleceu inicialmente. Em 2022 realizaremos o Simpósio Brasileiro de Psicologia Política novamente na UFMG. Será um momento de avaliação daquela política de descentralização, considerando a consolidação do campo no Brasil e a importância de continuarmos a difundir a Psicologia Política nos cursos de graduação e de pós-graduação brasileiros.

Entretanto, a manutenção desse crescimento esbarra em dificuldades decorrentes do cenário político, econômico e social brasileiro de desmonte das políticas científicas, do sistema nacional de pós-graduação brasileiro e do ensino superior público. Tal cenário tem imposto dificuldades para a sustentabilidade financeira da ABPP e da RPP, por exemplo, em virtude da escassez crescente de investimento público para a sustentação dos periódicos científicos e para a realização de eventos acadêmicos. Ademais, o desinvestimento financeiro na pós-graduação e o ataque à universidade pública tem afetado, sobretudo, as ciências humanas e sociais, dificultando a dedicação exclusiva de estudantes à pesquisa e o fomento a investigações de temas políticos.

Em resposta, a ABPP tem atuado, em conjunto com outras entidades científicas, na defesa da ciência e da universidade pública, bem como da manutenção do caráter público do seu periódico em contraposição ao movimento de mercadorização dos canais de divulgação e acesso ao conhecimento científico.

Outra dificuldade para a continuidade do crescimento do campo é que, apesar do aumento do número de associados à ABPP e de participantes nos Simpósios, ainda notamos o desconhecimento sobre a psicologia política por docentes e estudantes de diferentes áreas do conhecimento e a escassez de disciplinas obrigatórias e eletivas de psicologia política nos cursos. Também observamos que grande parte dos/as autores/as dos artigos da RPP e das/os participantes dos Simpósios têm sua formação

em psicologia, indicando a necessidade de construirmos estratégias de difusão do campo também em outras áreas das ciências humanas e sociais importantes para a construção de análises psicopolíticas.

Vivemos no Brasil e em outros países do mundo a emergência da extrema-direita, a qual explicita a relevância da consideração das dimensões simbólicas e afetivas na análise da dinâmica política, seja para desconstruir e combater as posições conservadoras, neoliberais e autoritárias, seja para construirmos alternativas políticas democráticas. Assim, é cada vez mais pertinente afirmarmos o caráter interdisciplinar da psicologia política, a fim de ampliarmos as possibilidades de entendimento da complexidade do social, e é urgente compreender os fenômenos políticos por meio de análises psicopolíticas, que visem a compreender historicamente a construção da ordem social e as estratégias de resistência e de subversão considerando os processos simbólicos como constitutivos da realidade.

Considerando que a construção do futuro depende do que fazemos no presente, concebemos que pesquisadoras/es do campo da psicologia política brasileira tenderão: a) a ocupar cada vez mais espaço nos fóruns científicos, compartilhados por atores de diferentes áreas do conhecimento, uma vez que há um reconhecimento entre os pesquisadores/as desse campo da importância da interdisciplinaridade; b) a construir estratégias para proporcionar maior identificação de docentes e estudantes com a psicologia política, de modo a conquistar maior inserção deste campo nos cursos de graduação e de pós-graduação de distintas áreas do conhecimento; c) a ampliar a relação com pesquisadores/as de outros países, pois, diante da complexidade dos fenômenos políticos e de suas faces transnacionais, é importante produzirmos estratégias de internacionalização do conhecimento, sobretudo, a partir de alianças com grupos de pesquisa do sul global, da América Latina, que vivenciam dinâmicas políticas semelhantes, a fim de amplificar as pistas para a construção de estratégias democratizadoras; d) a sair dos muros da universidade, pois o enfrentamento à extrema-direita e às inúmeras relações de dominação exigem que nos aproximemos de todos os atores políticos que possam contribuir para a defesa da igualdade e da pluralidade de formas de vida.

A psicologia política que fazemos e que continuaremos a fazer sustenta-se na defesa da diversidade teórica-metodológica e da interdisciplinaridade e, ao mesmo tempo, na afirmação de um horizonte político que visa a compreender os fenômenos políticos não apenas para contemplá-los, e sim para contribuir para a construção de um imaginário democrático que nos permita problematizar e combater cada vez mais relações de dominação.

Referências

- Associação Brasileira de Psicologia Política (2005). **Estatuto da Associação Brasileira de Psicologia Política**. Recuperado de <https://abpsicologiapolitica.files.wordpress.com/2016/09/estatutodaabpp.pdf>
- Camino, L. (2001). Uma nova interlocutora no campo da Psicologia no Brasil: A Sociedade Brasileira de Psicologia Política. **Psicologia Política**, 1(1), pp. 4-6.
- Costa, F. A. (2012). A mudança social no contexto de uma pluralidade de sujeitos políticos: Contribuições teóricas de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Slavoj Zizek para a psicologia política. **Psicologia Política**, 12(25), pp. 571-90.
- Costa, F. A. (2014). **A dimensão do político na Psicologia Social no Brasil (1986-2011): Uma análise da produção científica a partir da teoria democrática radical e plural** (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil). Recuperado de <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9R2HM9>
- Costa, F. A. (2018). Desafios para a psicologia política brasileira: A inserção em Programas de pós-graduação e a delimitação como campo de conhecimento. **Revista Psicologia Política**, 18(42), pp. 220-35.
- Costa, F. A., & Machado, F. V. (2020). Engajamento político e reflexões críticas: Entrevista com Leoncio Francisco Camino. **Psicologia Política**, 20(47), pp. 218-51.
- Costa, F. A., & Prado, M. A. M. (2016). Crítica, política e psicologia social: A mudança social e o lugar da ação intelectual na luta política. **Estudos de Psicologia**, 21(2), pp. 216-27.
- Costa, F. A., & Prado, M. A. M. (2017). Ações coletivas e comportamento político: Produção científica da psicologia social brasileira (1986-2011). **Athenea Digital**, v. 17, pp. 205-30.
- Dorna, A. (2007). A reabilitação da psicologia política. Em A. Dorna, **A psicologia política, o líder carismático e a personalidade democrática** (pp. 25-56). Lisboa: Livros Horizonte.
- Montero, M. (2009). ¿Para que Psicología Política? **Revista Psicologia Política**, 9(18), pp. 199-213.
- Prado, M. A. M. (2001). Psicologia política e ação coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Psicologia Política**, 1(1), pp. 149-72.

Prado, M. A. M., & Sandoval, S. (2001). Editorial: Revista Psicologia Política. **Psicologia Política**, 1(1), pp. 9-11.

Sabucedo, J. M., & Rodriguez, M. (2000). La construccion social de la psicologia política. **Suma Psicológica**, 7(1), pp. 1-14.

Silva, A. S. (2012). A psicologia política no Brasil: Lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. **Psicologia Política**, 12(25), pp. 409-25.

História da Psicologia Organizacional e do Trabalho

Daiane Rose Cunha Bentivi

Sonia Maria Guedes Gondim

Fabiana Queiroga

Elisa Maria Barbosa Amorim-Ribeiro

Sabrina Cavalcanti Barros

Introdução

Quando nos deparamos com um campo científico e prático existente e consolidado, tendemos a imaginar as práticas profissionais orientadas por evidências de pesquisa e as pesquisas atentas às demandas advindas da sociedade em uma retroalimentação constante. Mas um campo de conhecimento emerge por processos pouco lineares e sua legitimidade e futuro depende da busca permanente por essa sintonia entre ciência e profissão. Contar essa história nos convoca a organizar uma narrativa que nos ajude a compreender a trajetória, o momento em que estamos e o que almejamos construir.

O desenvolvimento de uma ciência é fruto de um jogo de forças no qual concorrem pesquisadores e diversas escolas de pensamento no intuito de fazer avançar o conhecimento em níveis mais abstratos. Isso faz com que alguns modelos teórico-metodológicos exerçam maior hegemonia na forma de se produzir conhecimento. No âmbito da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), cuja origem remonta o início do século XX (Borges-Andrade et al., 2020), inúmeros desafios se fizeram notar para sua consolidação como campo de conhecimento no território nacional (Malvezzi, 2016).

Tendo seu berço nos Estados Unidos (EUA), como a maioria dos subcampos em Psicologia, a POT brasileira, desde seus primórdios, recebeu forte influência de modelos teóricos e metodológicos estrangeiros mais consolidados, porém pouco aderentes à realidade cultural, social, científica e econômica nacional. É preciso ter em conta ainda que a história da Psicologia nos EUA foi igualmente imbuída da tradição europeia. Além de Wundt, responsável por formar muitos psicólogos ame-

ricanos que construíram suas próprias escolas no país, outros alemães, como Kurt Lewin, migraram para os EUA na década de 1940, deixando mais evidente o aporte da Psicologia Social e dos Pequenos Grupos nos caminhos traçados por POT no território americano (Borges-Andrade et al., 2020; Schein, 2015). Isso não impediu que a POT seguisse viva e dinâmica abrigando correntes de pensamento múltiplas que tentavam galgar posições de maior legitimidade perante as demais.

A história da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) como ciência e profissão se confunde com a própria história da psicologia no Brasil, pois algumas de suas primeiras práticas no país foram impulsionadas por questões relacionadas ao trabalho. Como aponta Bastos e Galvão-Martins (1990), três vertentes marcam a origem da psicologia em nosso país: a primeira, a partir da interseção com a medicina, com ênfase na assistência psicológica a psicopatas em hospícios; a segunda, na interseção com a pedagogia, nas escolas normais, que passou a se dedicar à compreensão de fenômenos psicológicos ligados à aprendizagem; e a terceira, decorrente dos trabalhos do engenheiro Roberto Mange, que trouxe várias contribuições ao processo de seleção e orientação profissional de ferroviários.

Desenvolvida a partir do avanço da industrialização no Brasil, a Psicologia Organizacional e do Trabalho seguiu até os dias atuais buscando compreender e intervir no comportamento humano no trabalho, dentro e fora do contexto organizacional. O florescimento da POT no Brasil segue um percurso histórico dividido em quatro momentos. O primeiro deles, é o da pré-estruturação, inicia-se com as primeiras incursões profissionais em atividades de seleção, gradativamente ampliadas para outras ações de gestão de pessoas e saúde do trabalhador. Esse período coincide com a regulamentação da profissão nos anos 1960 e vai até o final da década de 1980.

O segundo momento, que denominamos de fase de estruturação da área, vai do ano 1980 a 2004. O surgimento dos Grupos de Trabalho (GTs) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) em 1980 e a introdução da ênfase em POT no currículo dos cursos de graduação na década de 1990 fincaram as raízes para o crescimento da área. Essa fase abrigou três importantes marcos: a criação da revista científica da área, a Revista de Psicologia Organizacional e do Trabalho (rPOT), da associação nacional de caráter científico-profissional, a Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT), e a realização do primeiro Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho (CBPOT).

O terceiro momento, o de consolidação da área, de 2005 a 2019, caracteriza-se pela consolidação da área no país. Seu marco foi a construção do Referencial de Competências da SBPOT. Esse documento estabelece parâmetros para a formação e atuação profissional de POT, em resposta a diagnósticos realizados em fases anteriores sobre a fragilidade identitária do psicólogo da área, o referencial circunscreve quem é esse profissional, que competências precisa desenvolver e oferece um leque abrangente de possibilidades de atuação. Associadas aos esforços de uma demarcação identitária de POT, nesse terceiro momento enfrentaram-se tensões entre fronteiras de áreas afins, como a Administração e Gestão de Pessoas, e a emergente difusão das práticas de coaching, ainda não regulamentadas profissionalmente.

O quarto e último momento, o atual, é marcado por grandes transformações resultantes da emergência pandêmica e pós-pandêmica da Covid-19, que se espalhou pelo mundo nos primeiros meses de 2020. Esse período, que está sendo escrito, é atravessado pela intensificação da preocupação com o futuro do trabalho e a garantia do trabalho decente e digno; com as novas formas de trabalho derivadas da incorporação de tecnologias de informação e comunicação; e com as ameaças ao regime democrático no contexto político.

Primeiro Momento: Pré-Estruturação da Pot (1920-1980)

Curiosamente, as primeiras práticas ligadas a POT no Brasil foram marcadas pelo protagonismo de estrangeiros, que atuavam no campo da psicotécnica. Nesse início, predominavam práticas de orientação e seleção profissional, a partir de uma visão taylorista – em voga à época – com vistas a adaptar o homem ao trabalho (Weil, 1972).

No início do século XX, a psicologia se debruçava na construção de testes psicológicos, voltados para escolas, fábricas, além da avaliação de condutores de trens e automóveis. Isso era impulsionado pelo processo de industrialização que ocorria em São Paulo que suscitou o interesse de formação de mão de obra operária especializada. Havia forte preocupação com investimentos em educação para a criação de uma elite intelectual nacional. Neste cenário, os primeiros atores com atuações voltadas para o mundo do trabalho foram os franceses Leon Walther e Henri Pieron, que estiveram no Brasil na década de 1920, para realizar cursos de psicotécnica. Anos depois, em 1948, Walther volta ao Brasil para lecionar no departamento de pedagogia e orientação profissional no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) do Rio de Janeiro.

Outro nome importante foi o do suíço Roberto Mange, responsável pelos cursos de psicotécnica no Liceu de Artes e Ofícios, que inaugurou o serviço de seleção

e orientação vocacional, para seleção de candidatos ao curso de mecânica. Mange também foi responsável por organizar o primeiro laboratório de psicotécnica para os funcionários da Estrada de Ferro Sorocabana, em São Paulo. Ele ressaltava a importância do processo seletivo – e do uso da psicotécnica – para prevenção de acidentes no sistema de transporte (Dadico & Siqueira, 2021; Weil, 1972). Em 1924, o italiano Ugo Pizzoli veio ao Brasil para instalar o Laboratório de Pedagogia Experimental e começou a aplicar testes no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

Em 1945, o cubano Mira y Lopes chega ao Brasil para lecionar o Curso Especial sobre Seleção, Orientação e Readaptação Profissional e Problemas Correlato, e em 1947 organiza a criação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), no Rio de Janeiro, pela Fundação Getúlio Vargas. A criação do ISOP foi um marco para a área, contribuindo para a formação e o aperfeiçoamento técnico de psicólogos industriais no país (Weil, 1972).

Outro francês que fez parte dessa história foi Pierre Weil, que chegou ao Brasil em 1948 para trabalhar no treinamento das equipes que organizariam os serviços de psicotécnicas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), também no Rio de Janeiro. Posteriormente ele se tornou chefe da Seção de Orientação e Seleção Profissional do Departamento Pessoal do Senac, entre 1948 e 1958 (Conselho Federal de Psicologia, 2005). Em 1958 foi convidado pelo então Banco da Lavoura de Minas Gerais para coordenar o Departamento de Orientação e Treinamento, conduzindo ali a construção do primeiro instrumento de avaliação psicológica genuinamente brasileiro, o INV (teste de inteligência não verbal), voltado para seleção de pessoal.

Para além do interesse na seleção de pessoal, entre as décadas de 1930 e 1950, surgia um movimento de busca por treinamento e aperfeiçoamento da mão de obra, principalmente no nível gerencial. Diante dessa demanda, foi criado o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) em 1931, cujo objetivo era a formação profissional de trabalhadores.

Em síntese, a migração de profissionais estrangeiros para o Brasil, alinhada aos interesses de empresários e do Estado no desenvolvimento industrial do país difundiu diversas práticas psicológicas. Avaliação psicológica, seleção, orientação profissional e qualificação de mão de obra, por meio de cursos de formação e fundação de institutos de psicologia aplicada tiveram seu escopo de atuação reconhecidos.

Inicialmente voltada para processos seletivos e treinamentos na indústria, a prática profissional nas décadas de 1960 e 1970 passou a abranger organizações de diferentes naturezas e ampliar ações no âmbito da gestão e do comportamento humano no trabalho – treinamento, saúde do trabalhador e gestão de pessoas (Coelho-Lima

et al., 2011). Além disso, as movimentações diante da redemocratização do país na década de 1980 fortaleceram as lutas sindicais e aqueceram temas ligados à psicologia do trabalho, como assédio moral e saúde do trabalhador.

Concomitante a esses eventos associados à prática profissional, no campo político, a psicologia brasileira vinha ganhando força, culminando na sua regulamentação, em 27 de agosto de 1962. A Lei nº 4.119 aponta em seu art. 13 que “constitui função privativa do Psicólogo e utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento”.

O reconhecimento legal da psicologia no ano de 1962 trouxe avanços no tocante à formação e atuação dos psicólogos. No campo acadêmico, os cursos de graduação em psicologia surgiram no Brasil no final da década de 1950 e tiveram duas expansões importantes, em termos de quantidade e regionalização, nas décadas de 1970 e 1990, com grande oferta de cursos e vagas para psicologia no país (Rudá et al., 2015).

Apesar do ensino em psicologia ter se difundido ao longo do país, as limitações na formação repercutiram em uma atuação profissional em POT igualmente limitada, centrada no indivíduo e com tentativas frustradas de transpor o modelo clínico para o contexto de trabalho. Os professores atuantes na área, vindos de semelhante formação, contribuíram para difundir uma imagem negativa e acrítica da POT como área que atende exclusivamente a interesses econômicos.

Essas dificuldades levaram a uma forte crise frente à disseminação de práticas pouco pautadas em teorias e evidências de pesquisas. Um outro grande empecilho para a adequada formação é que a maioria dessas atividades de ensino, mesmo dos estágios, foram efetivamente mais voltadas para a aquisição de conceitos do que para o desenvolvimento de competências para intervir e avaliar (SBPOT, 2020).

Segundo Momento: Estruturação da Área no País (1980-2004)

O segundo momento se caracteriza pelo aumento do volume de publicações sobre a POT. O campo científico se adensou a partir da década de 1980, impulsionado pelo surgimento de cursos de pós-graduação no Brasil. Até então, a prática era voltada à utilização de métodos e técnicas importados de países do norte. Como aponta Borges (2010, p. 277), “as publicações em tal período eram raras e, nos cursos

de graduação em todo o país, usavam-se repetidamente uns poucos livros, que eram traduções de publicações de autores de outros países”.

Para a estruturação de uma área de conhecimento, é necessário a criação e consolidação de uma cultura científica institucionalizada, que apoia-se em um tripé: a) a formação em nível de pós-graduação, para treinar novos pesquisadores; b) a fundação de associação científica para congregar pesquisadores e definir políticas para a área; e, por fim, c) a criação de veículos de divulgação científica especializada (e.g. Borges-Andrade et al., 2020). O primeiro eixo desse tripé coloca em relevo o papel da pós-graduação. É neste nível de ensino que se assegura a qualidade da formação de futuros pesquisadores e docentes (Gondim et al., 2018), abrindo novas perspectivas de expansão de objetos de estudo e abordagens teórico-metodológicas para o campo, incluindo a produção de instrumentos de medida para os fenômenos sob investigação.

No caso da POT, a organização do campo científico se deu pela via dos programas de pós-graduação surgidos na década de 1980, seguido pela ação dos Grupos de Trabalho (GTs) da ANPEPP. Esses grupos tiveram um papel fundamental no desenvolvimento da POT no Brasil, especialmente porque os integrantes dos GTs estavam vinculados ou em processo de formação de programas de pós-graduação em Psicologia. O primeiro GT da área de POT, intitulado “Estudos de Organização e Trabalho”, fez sua reunião inaugural em 1990, por ocasião do III Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP. Foi um marco histórico para o campo. Desde então, os GTs dedicados aos estudos do trabalho e das organizações se tornaram cada vez mais presentes.

Desde sua criação, a ANPEPP adota ações com vistas ao fortalecimento da pesquisa nos diversos campos da psicologia, e um de seus veículos são os Simpósios organizados pela entidade. Boa parte de sua programação dedica espaço para as reuniões dos GTs, cujas atividades encontram-se vinculadas a produtos quer de desenvolvimento de pesquisas conjuntas ou de produção científica sob a forma de livros ou artigos (<http://site.anpepp.org.br/index.php/grupos-de-trabalho>). Os GTs da ANPEPP tiveram também um papel decisivo na expansão de redes de pesquisadores no Brasil especialmente na área de POT, visto ser um dos critérios de composição a diversidade de filiações institucionais dos membros inscritos na proposta dos GTs (Neiva, & Corradi, 2010).

O crescente fortalecimento dos GTs da ANPEPP em Organizações e Trabalho reverberou tanto no desenvolvimento teórico e metodológico da área, como na formação profissional a partir da preocupação dos GTs em responder lacunas apontadas por pesquisas anteriores sobre o perfil e as práticas dos psicólogos do campo. Houve crescente preocupação em sistematizar o conhecimento que vinha sendo produzido no e sobre o contexto brasileiro, que culminou na elaboração de importantes livros

textos da área, como por exemplo o livro *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*, organizado por Antônio Virgílio Bittencourt-Bastos, Jairo Eduardo Borges-Andrade e José Carlos Zanelli, em 2004.

Partindo das discussões suscitadas nestes GTs, em 26 de maio de 2001 foi fundada a Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho, uma associação de propósitos científicos e educacionais com a finalidade de promover a produção e divulgar o conhecimento científico e tecnologias na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho – segundo eixo de sustentação do processo de institucionalização científica da POT. Na ocasião, sua denominação era Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT). A mudança para Associação, mantendo a sigla, ocorreu em 2005 e foi realizada por exigência de ajuste à legislação vigente.

Diversas ações da SBPOT contribuíram para o fortalecimento político e científico da área no contexto brasileiro, tendo em vista a transversalidade das ações envolvendo uma multiplicidade de pesquisadores dispersos geograficamente no território nacional e, principalmente, vinculados a instituições federais de ensino superior. Essa transversalidade de ações era marcada por uma cooperação interinstitucional. Um exemplo foi a cessão de direitos autorais para a SBPOT de diversos livros publicados sobre o campo, como por exemplo *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*, já citado anteriormente, pela editora Artmed. Esta publicação, que por muitos anos foi campeã de vendas, serviu de livro-texto para disciplinas de POT no nível da graduação e pós-graduação, e os recursos advindos dos livros são responsáveis pela manutenção da revista científica da área, Revista Psicologia: Organizações e Trabalho – rPOT, que se consolidou como um periódico nacional de referência na área.

A criação da rPOT, no mesmo ano de fundação da SBPOT, foi o terceiro eixo de sustentação no processo de institucionalização de uma cultura científica da área. De iniciativa pioneira de José Carlos Zanelli, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a rPOT teve um crescimento vertiginoso, contando com o apoio estratégico das diversas gestões da SBPOT. A partir de 2007, a rPOT passou a ser coeditada por três dos programas de pós-graduação em Psicologia, cujos membros pertenciam ao GT da ANPEPP: UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), UnB (Universidade de Brasília) e UFBA (Universidade Federal da Bahia) (Abbad, Gondim, & Macêdo, no prelo). A trajetória ascendente da rPOT se fez notar pela colaboração de seus inúmeros editores e coeditores que fizeram com que a revista alcançasse a classificação A2 no Qualis de Periódicos da CAPES, a partir de 2015 (Bendassolli et al., 2015). Este veículo de divulgação científica passa a responder por um volume significativo de produções da área, sendo considerado de referência no cenário nacional.

Ainda ligado à divulgação do conhecimento científico da área, houve a criação do Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho. O I CBPOT foi realizado em julho de 2004, no Hotel Othon, em Salvador. O evento foi um marco, contando com a presença de colegas pesquisadores espanhóis e mais 1.000 participantes de 23 estados da federação. A programação científica contemplou 183 atividades: minicursos, conferências, mesas redondas, simpósios, comunicações orais, relatos de experiência e pôsteres (Borges et al., no prelo).

A rPOT e o CBPOT abriram novas portas para fazer circular o conhecimento produzido em POT no Brasil entre pesquisadores, docentes, profissionais e estudantes de Psicologia e áreas afins. Sua organização foi também marcada pela colaboração com o movimento empresas juniores de Psicologia, na ocasião do I CBPOT, a Psicojunior da Universidade Federal da Bahia. Desde então, as empresas juniores passaram a ocupar um lugar de destaque nos CBPOTs.

Terceiro Momento: Consolidação da Área (2005-2019)

Para além da estruturação da POT no Brasil, a SBPOT assumiu o papel de defesa política do campo, papel este que foi se ampliando ao longo dos anos. Um marco do posicionamento político da SBPOT ocorreu em março de 2007, quando a entidade enviou uma carta ao Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia Brasileira (FENPB) posicionando-se contra a inserção da Psicologia apenas como subárea da saúde, deixando de fora parte da identidade social que caracteriza o psicólogo que atua no campo do trabalho e das organizações. Outro exemplo de posicionamento político com impactos para o campo foi a contratação de parecer jurídico de escritório especializado para oferecer insumos que orientassem as defesas de profissionais do campo de POT frente às restrições impostas pelos Conselhos profissionais de administradores que defendiam a exclusividade de atuação na área de gestão de pessoas.

A SBPOT também foi parceria importante na realização da pesquisa sobre o perfil do psicólogo brasileiro, financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) e apoiada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). O livro *O Trabalho do Psicólogo no Brasil* (organizado por Antônio Virgílio B. Bastos e Sônia Gondim), publicado em 2010, foi levado a cabo pelo GT vinculado à ANPEPP e intitulado *A ocupação do psicólogo: um exame à luz das categorias da psicologia organizacional e do trabalho*. Esta pesquisa atualizou a pesquisa realizada em 1988 e publicada com o título *Quem é o psicólogo brasileiro* pela Edicon, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (gestão 1985-1988). Embora o foco tenha sido na profissão de modo geral, de ambos os livros,

abordam as condições de trabalho e práticas de psicólogos, além de oferecer um panorama geral dos subcampos da Psicologia no Brasil, inclusive de POT.

Apesar da estruturação e consolidação da área ao longo dos anos, a POT ainda se deparava com grande fragmentação e ataque à sua prática, tanto de dentro da psicologia quanto de outras áreas e práticas. Esse estado de coisas trouxe ainda mais desafios para a POT em diversas de suas frentes de inserção como ciência e profissão.

A formação e atuação em POT tem sido alvo de muitas críticas, a princípio ligadas a um currículo centrado na perspectiva clínica e, após a inserção desta área como uma das ênfases curriculares, permaneceu tradição de ensino conteudista inábil em desenvolver competências de atuação. Os ataques internos relacionam-se, principalmente, à narrativa de cisão e dualidade entre o campo da Psicologia do Trabalho e da Psicologia das Organizações. Esse discurso sustenta-se na suposição de que, de um lado, está a Psicologia do Trabalho comprometida com a defesa dos interesses e do bem-estar dos trabalhadores; e, de outro, encontra-se a Psicologia das Organizações, voltada aos interesses do capital, tendo como alvo o lucro e atuando contra os anseios dos trabalhadores.

Essa narrativa de dualidade se amplia na divisão de concepções teórico-metodológicas, ligando a Psicologia do Trabalho a uma visão mais crítica, marxista e revolucionária; e a Psicologia Organizacional a uma visão acrítica, positivista, reacionária e individualizante. Com vistas a contrariar essa dicotomia, a SBPOT lançou em 2009 o “Manifesto Psicologia do trabalho e das organizações: não atuamos pela cisão” (SBPOT, 2009) e defendeu a concepção de que ambos os fenômenos seriam importantes, trazendo complementaridade para a compreensão do trabalho como fonte de identidade social e profissional.

Em relação aos ataques externos, podemos citar dois: a prática do coaching e as investidas pelo Conselho Federal de Administração para fechamento da área de recursos humanos. Nesse período, cresce de maneira avassaladora as práticas de coaching espalhando-se para os mais variados campos de conhecimento (incluindo medicina, direito, contabilidade) e assolando campos de atuação tipicamente ocupados pelo psicólogo. As práticas de coaching foram crescendo e se espalhando ao longo dos anos até ser seu ápice em espaço televisivo de grande alcance em 2018. Para proteger sua categoria, o CFP lança a primeira nota sobre o assunto em 2019 e procura marcar as fronteiras da atuação do psicólogo¹.

1 A nota completa por ser consultada em: <https://site.cfp.org.br/cfp-publica-nota-orientativa-sobre-coaching/>

Em meio a esse cenário, também volta a se acirrar a crise de reserva de mercado tensionada pela área da Administração, um dos campos de maior interface com a POT. Desde que foi regulamentada como profissão no Brasil, a Psicologia inclui no exercício profissional a utilização de métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de conduzir diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica e solução de problemas de ajustamento. Tais atividades podem e devem ser legitimamente exercidas nos mais diferentes espaços em que há relações psicossociais que exigem atuação profissional, incluindo as organizações de trabalho. Para o efetivo exercício da profissão, o psicólogo atua de maneira inter e multidisciplinar de forma a reconhecer a importância da formação de outras áreas do conhecimento.

Contudo, caminhando na contramão da atuação inter e multidisciplinar como forma de complementar conhecimentos e saberes para a boa prática profissional, o Conselho Federal de Administração (CFA), ao longo de mais de 20 anos, vem insistindo em retirar parte das atividades do psicólogo e reservá-las para atuação exclusiva do administrador. Várias negociações foram conduzidas ao longo do tempo, mas recorrentes tentativas de retirada do que está legitimamente regulamentado são realizadas. Como desdobramento dessas disputas, o primeiro artigo da resolução do CFP nº 8/1998 explicita “o psicólogo que está regularmente inscrito no Conselho Regional de Psicologia e que exerce as suas atribuições profissionais na área de Recursos Humanos não está obrigado a inscrever-se ou a contribuir para o Conselho Regional de Administração”². Todavia, a luta em defesa da POT nos espaços de gestão nunca cessou.

Em 2015, o Projeto de Lei Suplementar do Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) reativa essa disputa sobre o espaço de atuação no campo de Recursos Humanos. No PLS nº 439/2015 o senador Donizeti Nogueira novamente reivindica que as atividades de gestão sejam de atuação exclusiva por aqueles que sejam formados em Administração e que estejam regularmente cadastrados no Conselho de Administração.

Essa pauta voltou a ocupar espaço dentro da SBPOT que, unindo forças com Conselhos Regionais e com o CFP, seguiu em defesa da atuação profissional do Psicólogo Organizacional e do Trabalho. Após vários meses de discussão, o CFA e o CFP assinaram em 2017 uma nota conjunta em que as duas autarquias assumem o compromisso de trabalharem em parceria para atenuar as consequências do PLS nº 439/2015. Mas, apesar de toda publicidade que foi dada a esse importante momento de discussão e diálogo, as reivindicações nos Tribunais Regionais não cessaram e em 2019 a decisão da corte superior ratifica o veredito do Tribunal

2 A Resolução completa e os demais documentos relacionados a esse assunto podem ser acessados em: <https://www.sbpot.org.br/post-manifesto/dossie-pls-da-administracao/>

Regional Federal da 4ª Região (TRF4) sobre o exercício profissional na área de recursos humanos como privativo do administrador com registro no Conselho Regional de Administração.

A disputa entre os campos mostra a necessidade da Psicologia se fortalecer não apenas politicamente mas também tecnicamente. Assim, no anseio de atuar nessa lacuna há muito percebida, insere-se a decisão da SBPOT de construir, em um amplo processo de discussão e validação, um referencial para a formação e qualificação profissional no Brasil³, com base em competências esperadas em POT. Esse propósito permeou a Associação desde o seu nascimento e foram muitas as mesas em congressos em que esse debate esteve presente, assim como foram muitos os atores que capitanearam a discussão para diversos contextos acadêmicos e profissionais. Muito esforço foi empreendido até que, em 2016, com o apoio do Conselho Federal de Psicologia, um primeiro encontro com um grupo de especialistas para realizar a descrição das competências concretiza esse passo.

O processo iniciado em 2016 e findado em 2020, com a publicação do Referencial de Competência da área de POT, é celebrado em uma cerimônia virtual com os associados da entidade. O objetivo da SBPOT com o Referencial foi o de sinalizar, para a comunidade, uma diretriz que guiasse a formação profissional e a atuação ética (SBPOT, 2020). Além disso, o documento fornece elementos para a construção de uma identidade como profissional de POT. O Referencial fortalece os contornos que delimitam as múltiplas possibilidades de atuação profissional e sinaliza, aos agentes formadores, os conteúdos e competências a serem desenvolvidos em quem atuará no campo. Mas, ao se lançar como documento referencial, ele também sinaliza a quem usará os serviços em POT o que pode ser demandado e esperado. O modelo de competências adotado no Referencial aponta ainda na direção de um processo de certificação profissional pela Associação, voltado para o estabelecimento de patamares mínimos de qualidade e maior reconhecimento social do trabalho dessas pessoas que atuam em POT.

Para o desenvolvimento do documento disponibilizado pela SBPOT, foram adotados princípios guias para a construção do modelo de competências adotado, a saber:

- a. Promover a melhoria contínua dos serviços prestados, nos diversos âmbitos de atuação pelo psicólogo organizacional e do trabalho, dentro de padrões éticos e técnicos internacionalmente reconhecidos;

3 Essa descrição do Referencial de Competências para atuação em POT se baseou no documento oficial disponibilizado pela SBPOT. O documento completo pode ser acessado em: <https://www.sbpot.org.br/publicacao/e-book-competencias-para-a-atuacao-em-pot/>

- b. Contribuir para aprimorar a qualificação do profissional de psicologia que atua no campo das organizações e trabalho e o compromisso com o seu aperfeiçoamento contínuo;
- c. Disponibilizar para a sociedade um padrão de referência para o desempenho dos profissionais que atuam na área da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT);
- d. Disponibilizar para as instituições de ensino um padrão de referência que oriente a formação em diferentes níveis e a qualificação contínua de profissionais que atuam em POT; e
- e. Respeitar as diretrizes curriculares e as regulações já existentes sobre a profissão, conforme estabelecidas pelo Governo Federal e Conselho Federal de Psicologia.

O modelo de competências brasileiro é fruto da integração de modelos internacionais reconhecidos (modelo europeu e modelo britânico) e busca incorporar as particularidades nacionais. Além de orientar a prática dentro do campo da POT, esse importante documento confirma o caráter interdisciplinar do nosso campo de atuação e marca claramente a importância de agregar conhecimentos plurais.

Quarto Momento: Pandemia e Panorama Atual

No início do ano de 2020, o mundo se deparou com um acontecimento devastador: uma pandemia surgida na China, que se espalhou rapidamente. A Covid-19, doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, apresentou-se como uma infecção respiratória, com elevado grau de letalidade, totalizando mais de 6 milhões de mortes em todo o mundo.

Os efeitos do vírus não foram sentidos apenas nos pacientes acometidos pela Covid-19. A pandemia impactou todas as pessoas e instituições sociais do planeta, de forma e níveis distintos. Além das consequências imediatas para a saúde, foram sentidos impactos psicológicos, sociais e econômicos.

Por conta de seu alto grau de contaminação, as medidas de restrições para a não proliferação do vírus trouxeram ao mundo do trabalho um impacto profundo. No Brasil, segundo país com maior número de mortes por Covid-19 no mundo, os dados acerca do mercado de trabalho apontam para índices desoladores de desemprego e de diminuição da renda da população brasileira. Nos trimestres de julho a setembro de 2020 e de fevereiro a abril de 2021, o número de desempregados no país bateu recorde histórico, chegando a 14,9%.

Diante desse cenário, assim como outros campos da psicologia aplicada, a POT foi convocada a atuar e refletir sobre estratégias de enfrentamento da pandemia, tanto no campo profissional quanto no campo acadêmico. Muitos dos impactos já eram apontados como tendências no mundo do trabalho, mas com a pandemia se aceleraram e intensificaram.

Uma indicação sobre tais tendências pode ser encontrada na coletânea *O trabalho e as medidas de contenção da Covid-19: contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho*, publicada em 2020 pela SBPOT, a fim de orientar ações e reflexões individuais e coletivas que favoreçam a compreensão da realidade e um melhor preparo para seu enfrentamento. A partir desse material, identificamos dez temas relevantes de pesquisa e prática da POT que tiveram implicações por conta da pandemia, como apresentado no quadro a seguir.

Tabela 1. Temas de interesse da POT no contexto de pandemia

Tema	Referência
1. (Re)desenho do trabalho e processo de aprendizagem	<p>Borges-Andrade, J. E., & Sampaio, N. (2020). Desenho do trabalho e aprendizagem em contexto de pandemia. Em <i>O trabalho e as medidas de contenção da Covid-19: Orientações para o home office durante a pandemia da covid-19</i>. Porto Alegre, RS: Artmed.</p> <p>Abbad, G. D. S., & Legentil, J. (2020). Novas demandas de aprendizagem dos trabalhadores face à pandemia da Covid-19. Em <i>Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho</i>. Porto Alegre: Artmed, 45.</p>
2. Desempenho no trabalho	<p>Sandall, H., & Mourão, L. (2020). Desempenho no trabalho: Desafios para trabalhadores e gestores em teletrabalho compulsório. <i>O trabalho e as medidas de contenção da Covid-19</i>, 1, 21-30.</p>
3. Bem estar / Saúde ocupacional	<p>Pérez-Nebra, A. R., Carlotto, M. S., & Sticca, M. G. (2020). Bem-estar e estresse ocupacional em contexto de distanciamento social. <i>Orientações para o home office durante a pandemia da Covid-19</i> (1. ed., pp. 1-5). Porto Alegre, RS: Artmed.</p> <p>Ferreira, M. C., & Falcão, T. R. (2020). Trabalho em contexto de pandemia, saúde mental e qualidade de vida no trabalho: Diretrizes essenciais. Em <i>Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho</i>. Porto Alegre, RS: Artmed.</p>
4. Regulação emocional	<p>Gondim, S., & Borges, L. O. (2020). Significados e sentidos do trabalho do home-office: desafios para a regulação emocional. Em <i>Orientações técnicas para o trabalho de psicólogas e psicólogos no contexto da crise Covid-19</i>. Central de Conteúdo da Covid-19-SBPOT.</p>

5. Relação trabalho-família	Martins, L. B., Aguiar, C. V. N., Bastos, A. V. B., & Queiroga, F. (2020). Covid-19: Seus impactos nas relações trabalho-família. Orientações para o home office durante a pandemia da Covid-19, 49-58.
6. Ajuste e mudança organizacional	Porto, J. B., Palacios, K., & Neiva, E. R. (2020). Ajustes e mudanças organizacionais em tempos de pandemia da Covid-19. Em Orientações para o home office durante a pandemia da Covid-19. Porto Alegre, RS: Artmed, 59.
7. Vínculos com o trabalho	Rodrigues, A. D. A., Moscon, D. C. B., Queiroz, G. C., & Silva, J. D. (2020). Trabalhadores na pandemia: Múltiplas realidades, múltiplos vínculos. Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho, 1-14.
8. Trabalho precário / Informal	Bentivi, D. R. C., Carneiro, L. L., & Peixoto, A. D. L. A. (2020). Trabalhadores em Arranjos Alternativos de Trabalho diante da Covid-19. Em M. M. Moraes, O trabalho e as medidas de contenção da Covid-19: Contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho, 2, 15-22. Coelho-Lima, F., & Bendassolli, P. (2020). Trabalhadores e Trabalhadoras na Informalidade: Intervenções Possíveis. Em M. M. Moraes, O trabalho e as medidas de contenção da Covid-19: Contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho no contexto da pandemia, 35-44.
9. Criatividade	Bruno-Faria, M. de F., Nakano, T. de C., & Veiga, H. M. da S. (2020). Criando novas soluções para o trabalho e para os trabalhadores em resposta à pandemia. Em M. M. Moraes, O trabalho e as medidas de contenção da Covid-19: Contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho no contexto da pandemia: Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho. Porto Alegre, RS: Artmed.
10. Carreira	Seidl, J., Andrade, A. D., & De Fruyt, F. (2020). Os Impactos da Covid-19 nas Carreiras dos Trabalhadores. Em M. M. Moraes, O trabalho e as medidas de contenção da Covid-19: Contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho no contexto da pandemia: Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho. Porto Alegre, RS: Artmed.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Atravessados pela condição de quebra da barreira tempo-espço (trabalho em qualquer hora e em qualquer lugar) que possibilitaram o teletrabalho compulsório por meio do avanço do uso de tecnologias, esses dez temas permeiam as discussões sobre o mundo do trabalho atual. As mudanças impostas pelas medidas de contenção da Covid-19 (como, por exemplo, o confinamento e os cuidados sanitários) que apareceram de maneira impositiva para muitos trabalhadores faz com que o trabalho ultrapasse os limites das organizações e invada as casas dos trabalhadores, gerando a necessidade de (re)desenho do trabalho, de ajustes e mudanças organizacionais, de novos parâmetros para se

mensurar o desempenho no trabalho, além de tensões na relação trabalho-família. Essa nova dinâmica requer dos trabalhadores competências como resiliência e criatividade.

O risco iminente de contaminação aliado à tensão de viver em um contexto pandêmico ampliam os problemas de adoecimento mental no trabalho, trazendo importância a questões de bem-estar, saúde no trabalho e regulação emocional. Por fim, como já citamos, a crise econômica e o aumento do desemprego afluam a preocupação sobre precariedade de trabalhadores informais e das possibilidades de refletir sobre a carreira.

Essas reflexões apontam para os desafios que estão afetando o mundo do trabalho e que direcionam o olhar e o fazer do psicólogo organizacional e do trabalho no Brasil. Mostram a diversidade temática, teórica e epistemológica da POT e apontam para a grande relevância social de nossa área: em momentos de crise, a POT tem muito a contribuir, trazendo reflexões, sinalizando possibilidades de intervenções e apontando para caminhos possíveis para o futuro do trabalho.

Considerações Finais

Ao longo deste capítulo, apresentamos a história da Psicologia Organizacional e do Trabalho no Brasil como campo de conhecimento e de atuação profissional. Sua evolução ao longo dos anos – desde o início até os dias atuais – seguiu a própria evolução da psicologia, o desenvolvimento de suas práticas e o seu posicionamento político. Por outro lado, a POT procurou acompanhar as transformações no próprio mundo do trabalho e da sociedade brasileira, caracterizando-se assim como um campo do saber vivo e pulsante, que reflete e atua para a transformação da realidade nacional do trabalho, marcada pela precariedade, informalidade e grande desigualdade social.

Contar história é sempre uma tomada de perspectiva, pois são muitos os atores que deram um pouco de si – suas reflexões, suas práticas – para que a realidade se desenhasse desta ou daquela maneira, nem sempre todas essas visões podem ser mostradas. A história de um campo científico é uma narrativa que se baseia na tentativa de dar sentido a dados e fatos ocorridos no passado. Mas muitas são as possibilidades de contar, de interpretar, de fazer sentido.

Alguns autores (como por exemplo Sampaio, [1998]), apresentam que a evolução da POT se deu a partir da mudança de foco e incorporações de práticas. Porém, entendemos que o processo evolutivo da área, para além das mudanças históricas do contexto e de fazeres, deu-se a partir do processo de estruturação e consolidação da POT. Esse processo, iniciado a partir de práticas isoladas, foi se ampliando e se com-

plexificando, passando para a construção de um arcabouço teórico próprio advindo das pesquisas desenvolvidas no país, pelo fortalecimento coletivo de pesquisadores e profissionais para a estruturação do campo, e que se refletiram na maior qualificação profissional. Superamos ainda a dualidade trabalho versus organização e seguimos na luta pela defesa da ciência e da profissão da psicologia organizacional e do trabalho, a fim de responder aos anseios de trabalhadores que lidam diariamente com um mundo do trabalho cada vez mais complexo e desafiador.

Referências

- Abbad, G. S., Gondim, S. M. G., & Macêdo, K. B. (no prelo). Gestão SBPOT 2005-2007. Em M. N. Carvalho-Freitas (Org.), **SBPOT: 20 anos**.
- Bendassolli, P. F., Rodrigues, A. C. A., Martins, M. C. F., & Carlotto, M. S. (2015). Editorial. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 4(15), I-V. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2015.4.editorial>
- Bastos, A. V. B., & Galvão-Martins, A. H. C. (1990). O que pode fazer o psicólogo organizacional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 10(1), 10-8.
- BASTOS, A. V. B., Borges-Andrade, J. E., & Zanelli, J. C. (2004). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed.
- Borges, L. O. (2010). A psicologia do trabalho e das organizações no Brasil floresce? **Estudos de Psicologia**, 15(3), 277-9. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000300007>.
- Borges, L. O., Borges-Andrade, J. E., Tolfo, S. R., Pilati, R., & Ferreira, M. C. (no prelo). Gestão 2003-2005. Em M. N. Carvalho-Freitas (Org.), **SBPOT: 20 anos**.
- Borges-Andrade, J. E., Rentería-Perez, E., & Pablo-Toro, J. (2020). Organizational/Work Psychology in Latin America. In R. Ardila (Org.), **Psychology in Latin America: Current status, challenges, and perspectives** (pp. 105-58). Springer.
- Coelho-Lima, F., Costa, A. L. F., & Yamamoto, O. H. (2011). O exercício profissional do psicólogo do trabalho e das organizações: Uma revisão da produção científica. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 11(2), 21-35. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572011000200003&lng=pt&tlng=pt
- Conselho Federal de Psicologia (2005). Pierre Weil. **Psicologia Ciência e Profissão**, 25(4), 660. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021742013>
- Dadico, L., & Siqueira, R. M. (2021). Henri Piéron, Roberto Mange e a história da psicotécnica no Brasil: Representações em disputa. **História da Educação**, 25, e104764. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/2236-3459/104764>.
- Gondim, S. M. G., Borges-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. B. (2018). Desenvolvimento científico e desafios metodológicos da psicologia do trabalho e das organizações no Brasil. **Estudos em Psicologia**, 18(4), 1.087-105. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/42224/29295>

Malvezzi, S. (2016). Origin, consolidation, and perspectives of work and organizational psychology. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, *16*(4), 1-9. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.17652/rpot/2016.4.12650>

Neiva, E., & Corradi, A. (2010). A psicologia organizacional e do trabalho no Brasil: Uma análise a partir das redes sociais de pesquisadores da pós-graduação. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, *10*(2), 67-84. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572010000200006&lng=pt&tlng=pt.

Rudá, C., Coutinho, D., & Almeida Filho, N. (2015). Formação em psicologia no Brasil. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, *29*, 59-85. Recuperado de <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2015.6471>

Sampaio, J. R. (1998). Psicologia do trabalho em três faces. Em I. B. Goulart, & J. R. (Orgs.), **Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: Estudos contemporâneos** (pp. 19-40). Casa do Psicólogo.

SBPOT (Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho). (2009). **Manifesto da Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho**. Brasília, DF: SBPOT. Recuperado de <https://old.sbpot.org.br/download/49>

SBPOT (Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho). (2020). **Manifesto da Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho: Referencial de Competências para atuação em POT**. Brasília, DF: SBPOT. Recuperado de <https://www.sbpot.org.br/publicacao/e-book-competencias-para-a-atuacao-em-pot/>.

Schein, E. (2015). Organizational psychology then and now: Some observations. **Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior**, *2*, 1-19. Retrieved from <https://10.1146/annurev-orgpsych-032414-111449>

Weil, P. (1972). Evolução da psicologia industrial e organizacional no Brasil. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, *24*(3), 7-13.

Zanelli, J. C. (1995). Formação e atuação do psicólogo organizacional: Uma revisão da literatura. **Temas em Psicologia**, *3*(1), 95-107.

Zanelli, J. C. (no prelo). O nascimento e os cinco primeiros anos da Revista: Psicologia, Organizações e Trabalho. In M. N. Carvalho-Freitas (Org.), **SBPOT: 20 anos**.

O surgimento e a regulamentação da Neuropsicologia Clínica no Brasil

Kátia Osternack-Pinto

O Surgimento da Neuropsicologia Clínica no Brasil: Participação da Psicologia

Falar do surgimento da neuropsicologia no Brasil nos leva imediatamente à lembrança do nosso querido neurologista, Prof. Dr. Antonio Branco Lefèvre. Mas, neste capítulo, resolvemos falar de outra pessoa. Em um movimento atual de empoderamento das mulheres, e no ano em que se comemoram os 60 anos da regulamentação da Psicologia, vamos enfatizar o papel de uma pessoa que, por muitos, tem sido considerada apenas coadjuvante dos trabalhos de seu esposo. O que muitas pessoas não sabem é que a então Beatriz Helena Whitaker Ferreira (que chamaremos apenas de Beatriz, como ela gostava de ser chamada), quando conheceu o Prof. Antonio, já se dedicava ao aprendizado das funções superiores do cérebro e das técnicas de avaliação de crianças com diferentes disfunções cognitivas.

Vale lembrar que, naquela época, não havia internet e todo o material bibliográfico tinha que ser importado por livreiros especializados, com alto custo. Mas isto não impediu Beatriz de buscar, incansavelmente, meios para aprimorar sua formação e adquirir as habilidades necessárias para ajudar seus pacientes neurológicos.



Ela conseguiu obter bolsas de estudo como estagiária por meio de instituições governamentais e, de 1954 a 1966, tornou-se capacitada a realizar avaliação neuropsicológica mesmo antes de se ter conhecimento desta disciplina no Brasil. Citaremos alguns exemplos de sua trajetória neste período¹:

Em outubro de 1954, estagiou na Institution Publique D'education Surveillée de Brécourt; e, em junho de 1955, no serviço de neuropsiquiatria infantil no Hospital da Salpêtrière, em Paris. De janeiro a setembro de 1961, financiada pelo “Foreign Leader Program”, realizou diversos cursos no Institute of Physical Medicine and Rehabilitation (Nova Iorque, EUA). De abril a junho de 1964, foi bolsista do Conselho Britânico para estagiar em centros de paralisia cerebral e, de julho a setembro do mesmo ano, realizou avaliação de adolescentes com paralisia cerebral na Spastics Society. Em julho de 1966, participou do curso sobre desenvolvimento mental e testagem diagnóstica de crianças pequenas no Child Development Research Center com o Prof. Dr. Griffiths, em Londres.

Conforme comentou a Dra. Maria Joaquina Marques Dias em homenagem póstuma², Beatriz

...passou três anos na Europa, já na década de 60, particularmente em Paris, onde desenvolveu a especialização em Psicologia Clínica no Serviço Departamental de Proteção Materna e Infantil e Institut de Psychologie de l'Université de Paris em cursos com os professores Henri Wallon e René Zazzo e tendo como companheiras de trabalho e depois amigas de sempre as psicólogas Mira Stambak, Irene Lézine e Odette Brunet. De volta ao Brasil iniciou suas atividades clínicas na Clínica Neurológica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, onde conheceu o Prof. Antonio Branco Lefèvre, que a seguir se tornaria seu amado marido.

Depois de trabalhar na Sociedade Pestalozzi (1956), na APAE (1960), no Departamento de Educação do Estado de São Paulo (1961) e no Lar Escola São Francisco (1966), Beatriz ingressou no instituto Central do HCFMUSP (1968), lá permanecendo até se aposentar.

1 Após seu falecimento, em 2013, a família ficou com a guarda de toda a sua documentação, que sua irmã, Rosa Maria Whitaker Ferreira Sampaio, gentilmente permitiu fotografar e digitalizar. A documentação completa foi coletada e faz parte do acervo digital em sua memória que está sendo elaborado pela ABRANEP.

2 Comunicação oral proferida em sessão solene na IV Reunião do Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento – IBNeC, São Paulo, SP, 2013.

Figura 1 – Estágios na Institution Publique D'éducation Surveillée de Brécourt (1954) e no Hospital da Salpêtrière (1955)

MINISTÈRE DE LA JUSTICE

Brécourt, le _____

INSTITUTION PUBLIQUE
D'ÉDUCATION SURVEILLÉE DE BRÉCOURT

LABBEVILLE, par NESLES - la - VALLÉE
(Seine-et-Oise)

Téléphone : LABBEVILLE 13

Réf. à rappeler : _____

LA DIRECTRICE
de l'Institution Publique d'Éducation surveillée de Brécourt

à Mademoiselle Beatriz H.W. FERREIRA


11, Rue de la Chaise, 11

PARIS
(VIIème)

CERTIFICAT de STAGE

Je soussignée, Sous-Directrice de l'Institution Publique d'Éducation Surveillée de BRÉCOURT à LABBEVILLE (Seine et Oise) certifie que Mademoiselle Beatriz Hélina FERREIRA a affectué un stage à mon établissement, en qualité d'éducatrice, du 7 Octobre 1954 au 23 Octobre 1954.

P. la Directrice,
La Sous-Directrice,



727 289.808 1681
1955 Acurry/CAZIS

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE
Liberté - Égalité - Fraternité

1-51

Administration générale de l'Assistance Publique
HÔPITAL DE LA SALPÊTRÈRE
CONSULTATION
DE
M^r Le Professeur-HEUYER

Je soussigné,

Docteur Georges HEUYER, Professeur de Neuro-Psychiatrie Infantile, certifie que Mademoiselle FERREIRA, Beatriz Helena, née le 5-3-28, a fait un stage dans mon service pendant le mois de Mai 1955 (Assistance aux consultations, cours, présentations de malades, psychodrames)

Paris le 30 Juin 1955

Georges Heuyer
Professeur HEUYER

Figura 2 – Cursos realizados no Institute of Physical Medicine and Rehabilitation (1961)

COMMITTEE ON LEADERS AND SPECIALISTS
AMERICAN COUNCIL ON EDUCATION
1785 Massachusetts Avenue, N.W.
Washington 6, D.C.

January 61
February 61

BIOGRAPHICAL DATA: ON: Miss Beatriz Whitaker FERREIRA
Psychologist at the Crippled Children's Association
Sao Paulo, Brazil

Participant in the Foreign Specialists Program of the Bureau of Educational and Cultural Affairs, U.S. Department of State (FY 1961, PL 402)
Visiting the United States: February - June 1961

DATE AND PLACE OF BIRTH: March 5, 1928; Sao Paulo, Brazil

NATIONALITY: Brazilian

FAMILY: Single

HOME ADDRESS: Rua Navarro de Andrado, 72, Apt. 4, Sao Paulo, Brazil

ACADEMIC TRAINING: B.A., Faculty of Philosophy, Science and Letters "Sedes Sapientiae" (1952); Post-graduate in Clinical Psychology, (1956); further specialization in child psychology at Hospital de la Salpetriere, France, (1955)

POSITIONS HELD: Teacher of philosophy at various schools and colleges, Sao Paulo, (1952-1959); Psychologist, Juvenile Social Service, Sao Paulo, (1953-1954); Psychologist, Pestalozzi Society, (1956)

PRESENT POSITION: Psychologist, Crippled Children's Association, Sao Paulo; Training at Children's Psychological Clinic and the Institute of Rehabilitation of the Orthopedic Clinic, Univ. of Sao Paulo

ORGANIZATIONS: Associations of Psychologists, Sao Paulo

PUBLICATIONS: Research on functions of intelligence, Terman-Merrill test

TRAVELS ABROAD: Scholarship- Hospital de la Salpetriere, France; training at the "Institution Publique d'Education Surveillee de Breconr"

KNOWLEDGE OF ENGLISH: Adequate; fluent in Portuguese, Spanish, and French

ADDITIONAL INFORMATION: Miss Ferreira is a psychologist engaged in the rehabilitation of crippled children. She is particularly interested in intelligence and personality tests for crippled children, the psychological implications of cerebral palsy, polio and other crippling diseases, and psychological therapy. Equally important in her work is the orientation and counseling of the parents of crippled children. She is interested in programs for crippled children in specialized schools and in modern teaching aids and methods for victims of cerebral palsy. While in the U.S. she would like to observe the training and use of volunteers in children's rehabilitation programs and be placed in contact with organizations for rehabilitated children as well as associations and groups for the parents of these children.

B H FERREIRA
132 E 45TH ST
NEW YORK 17 N Y

MOS 172

TEACHERS COLLEGE - COLUMBIA UNIVERSITY				
A.S.	MAJOR	STUDENT NUMBER	STUDENT NAME	
73	TE	MOS 172	FERREIRA BEATRIZ HELENA	
SEM. YEAR				
7/61				
TO BE PRESENTED AT NEXT REGISTRATION; RETAIN THIS REPORT, IT WILL NOT BE DUPLICATED FOR FUTURE REGISTRATIONS.				
COURSE NO.	COURSE DESCRIPTION		GRADE	POINTS
TE34205	SUMMER TERM 1961 ED X CARE OF PHY HANDICAP		A-	2

Figura 3 – Bolsista do Conselho Britânico para estagiar na Spastics Society (1964)

THE SPASTICS SOCIETY 12 Park Crescent London W1
Museum 5020

President HRH THE DUKE OF EDINBURGH KG
Royal Patron HRH PRINCESS MARINA DUCHESS OF KENT
Chairman Dr D E Wheeler BSc, PhD, FRIC
Vice Chairmen J F G Emms and A Moira
Hon Treasurer W A Burn FCA
Director Dr C P Stevens MBE, MB, ChB

To Whom It May Concern

Miss B.H.W. Ferreira - Psychologist from Brazil

Under the auspices of the British Council an Itinerary was arranged for Miss Ferreira over a period of three months commencing on the 27th April, 1964, during which we arranged for her from the Spastics Society a tour of visits to both our National Schools & Centres, Local Centres and affiliated Schools & Centres.

During this period of time Miss Ferreira was given ample opportunity to observe all aspects of the work of the Society with special emphasis on the aspect of assessment, both of children, adolescents and adults.

At the end of her bursary with the British Council Miss Ferreira was offered an appointment with the Spastics Society during which time she worked with Mr. Fox, the Industrial Psychologist on statistics concerned with prevocational assessment, in the Careers and Employment Department at our Headquarters here in London.

It is with great pleasure that I am able to introduce Miss Ferreira and I am sure that any study and observation work which she may undertake during her visit to France will prove to be of the highest standard and will certainly be of great benefit to her on her return to Brazil.

Pamela E. Robinson

Pamela E. Robinson (Mrs)
Assistant Centres Secretary.

23.10.64.

PATRONS

The Lord Archbishop
of Canterbury
The Countess of Derby
Archbishop Lord Fisher
of Lambeth
Dr Somerville Hastings
MB, MS, FRCS

The Viscount Head
PC, CBE, MC
J Cleon Hubbard Esq
The Earl of Incheape
The Earl of Kilmauir
PC, GCVO

The Viscount Knollys
SCMG, MBE, DFC
P B Lucas Esq DSO, DFC
Professor J M Mackintosh
MA, MD, DPH
Christopher Mayhew Esq MP

Gwen, Lady Melchett
Sir Frederick Messer CBE, JP
The Moderator of the Free
Church Federal Council
The Lord Morrison
of Lambeth PC, CH

Wilfred Pickles Esq OBE
The Chief Rabbi
The Most Rev. The Archbishop
of Westminster
The Earl of Westmorland
The Countess of Westmorland
Sir Isaac Wolfson

Figura 4 – Curso sobre desenvolvimento mental e testagem diagnóstica de crianças pequenas no *Child Development Research Center* (1966)

Miss FERREIRA

Child Development Research Centre
47, Hollycroft Avenue, London, N.W.3

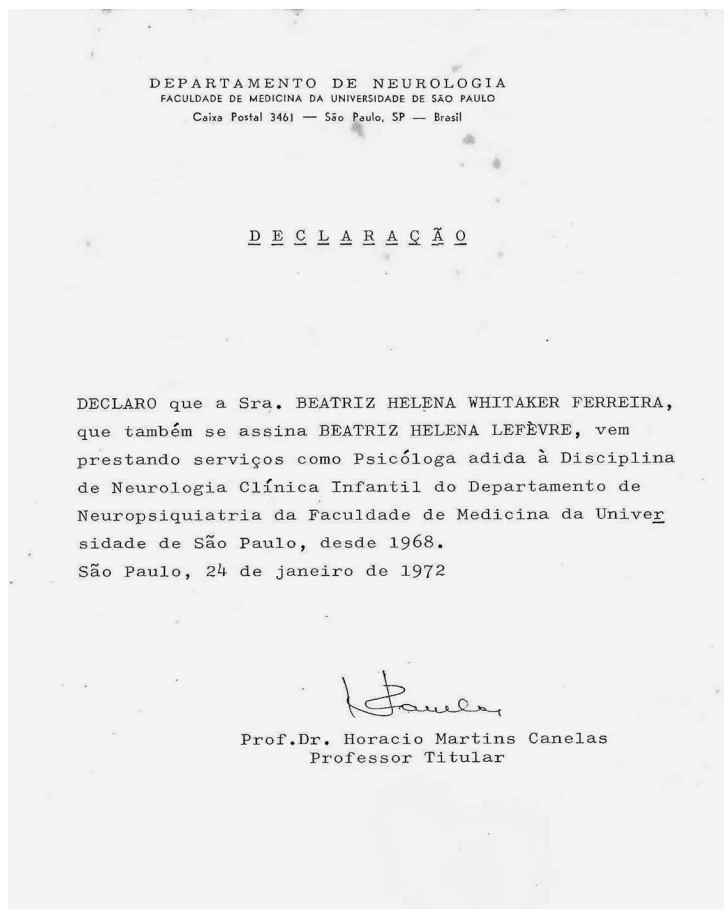
MENTAL DEVELOPMENT AND DIAGNOSTIC TESTING OF THE VERY YOUNG
Course XXX, July/August 1966

LIST OF MEMBERS

Psychological:

Mrs. M. ARONSON	Research Assistant, Institute of Psychology, University of GÖTHENBERG, SWEDEN.
Miss C. BRUGMAN	Psychologist, Audiology Unit, University Hospital, UTRECHT, HOLLAND.
Miss J. COOKSON	Lecturer & Director of Studies, Dept. of Psychology, University of EDINBURGH.
Miss B.H.W. FERREIRA	Educational Psychologist, SÃO PAULO, BRAZIL.
Drs. H.A.A. GRESNIGT	Psychologist, Institute for Mentally Retarded Children, OTTERSUM, HOLLAND.
Drs. W. GUFFENS	Psychologist, Psychiatric Department, Voorburg Hospital, VUGHT, HOLLAND.
Mr. N. JONES	Educational Psychologist, Child Guidance Clinic & Royal Hospital for Children, BRISTOL
Mr. C.J. REEVE	Educational Psychologist, HERTFORDSHIRE C.C.
Mrs. S. TUNNEY	Probationer Clinical Psychologist, National Health Service (ex-HARPERBURY HOSPITAL).
Miss H. URQUHART	Psychologist in charge of Mental Assessment of Physically Handicapped Children,

Figura 5 – Declaração de vínculo como adida do Departamento de Neurologia do FMUSP desde 1968



Em seu trabalho na Divisão de Clínica Neurológica do Hospital das Clínicas (HC), participou de inúmeras reuniões com médicos residentes e, nas discussões de casos, trazia sua contribuição acerca do funcionamento cognitivo dos pacientes. Como comenta nossa já citada Dra. Maria Joaquina Marques Dias: “Beatriz foi ainda a artífice de avaliações de inúmeras séries de doentes, de diferentes patologias, que serviram como teses de doutoramento de neurologistas”.

A contribuição de Beatriz para a expansão de conhecimentos sobre Neuropsicologia não se restringiu aos profissionais do HC ou apenas aos neurologistas. Só para se ter uma ideia, entre os anos de 1965 e 1969, ministrou palestras e conferências em eventos científicos nos campos da neurologia, psiquiatria, neuropsiquiatria e oftalmologia, aulas em escolas de ensino fundamental e em faculdades de odontologia, fonoau-

diologia e medicina. Demonstrou, assim, seu envolvimento com a divulgação dos conhecimentos que trazia do exterior e seu compromisso com a interdisciplinaridade.

No Hospital das Clínicas, sempre era rodeada de psicólogas contratadas ou aprimorandas em Psicologia Hospitalar, curiosas e interessadas em compreender o funcionamento cognitivo dos pacientes. Ela nunca se cansava de explicar as terminologias difíceis dos neurologistas e a complexidade do funcionamento cerebral.



A Expansão e Regulamentação da Neuropsicologia como Especialidade do Psicólogo no Brasil

A partir do pioneirismo de Beatriz Lefèvre, durante mais de 20 anos o Brasil ainda contava com poucos psicólogos que atuavam em Neuropsicologia Clínica. Não havia regulamentação nem instrumentos apropriados no Brasil. A literatura era, quase que exclusivamente, internacional.

Até final dos anos 1990, o Psicólogo que escolhia trabalhar em Neuropsicologia dependia de realizar cursos no exterior (que também eram raros) ou dos ensinamentos de alguém já com experiência, pois ainda não havia cursos de formação na área. A própria regulamentação da especialidade nos EUA só foi reconhecida pela APA (American Psychological Association) em 1996, ano em que a Divisão de Psicologia do Instituto Central do HCFMUSP já contava com três psicólogas atuando exclusivamente na Clínica Neurológica.

Era de suma importância investir na formação apropriada destes profissionais, em nome da qualidade e difusão da prática, já tão necessária não só nos ambientes hospitalares mas também nas diversas áreas de atuação da Neuropsicologia Clínica.

Ciente da importância de expandir a Neuropsicologia como especialidade do psicólogo, a Divisão de Psicologia, em uma força-tarefa que contou com a parceria da Clínica Neurológica e o Departamento de Neurologia da FMUSP, organizaram o primeiro Curso de Especialização em Neuropsicologia do Brasil, que teve início em 6 de agosto de 1999, formando sua primeira turma em 2001.

COORDENAÇÃO

Profª Beatriz H. Lefevre
Prof. Dr. Milberto Scaff
Drª Mara Cristina de Souza
COMISSÃO CIENTÍFICA

Profª Beatriz H. Lefevre
Claudia Sellitto Porto
Carla Cristina Adda
Katia Osternack Pinto
Drª Lucia I.Z. Mendonça
Dr. Luiz Henrique M. Castro
Drª Umbertina Conti Reed
Dr. Ricardo Nitri

CORPO EDITORIAL

Ana Rosa K. Sancovski
Dr. Luis dos Ramos Machado
Dirce M. Navas Perissinotti

INSCRIÇÃO

Até: 03/08/99

TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 50,00

DATA DA SELEÇÃO: 04/08/99

INÍCIO DO CURSO: 06/08/99

Teórica: Todas as 6ª feiras (semanal) - Horário: 9h às 13h

Prática: Quinzenalmente às 6ª feiras das 14:00 às 17:00 h

VAGAS LIMITADAS

Os profissionais poderão optar pelas seguintes modalidades de participação:

- **Eletivo:** 30 horas (1 módulo e 1 workshop) = R\$320,00.
- **Extensão:** 120 horas (4 módulos + 4 workshops)
R\$300,00 mensais, com duração de 1 semestre.
- **Aperfeiçoamento:** 240 horas (8 módulos + 8 workshops)
R\$300,00, com duração de 2 semestres.
- **Especialização:** 360 horas (8 módulos + 8 workshops +
módulo avançado e pesquisas clínicas) = R\$300,00
mensais, com duração de 4 semestres.

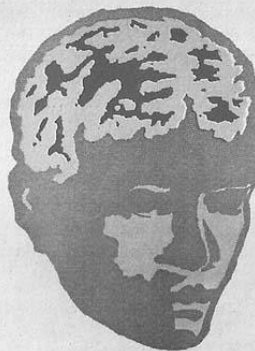
LOCAL DAS INSCRIÇÕES

Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital
das Clínicas da FMUSP - Prédio dos Ambulatórios
- 4º andar- Bloco 3 - Fone/FAX: 3069-6459

**HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE
MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

I CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA

Prof. Antonio Branco Lefèvre



APOIO:

*Diretoria Executiva do Instituto Central do Hospital das
Clínicas da FMUSP*

PATROCÍNIO



trb pharma

Ciência e Saúde como Princípio

No mesmo período em que o Curso de especialização foi lançado, tramitava no Conselho Federal de Psicologia o Grupo de Trabalho que culminou com o reconhecimento de 9 áreas de atuação como especialidades do psicólogo (Resolução CFP n. 14/2000), abrindo também a possibilidade de novas especialidades serem reconhecidas



Um grupo de profissionais do HC entrou então em contato com Dra. Ana Mercês Bahia Bock, então Conselheira-Presidente do CFP, para saber como encaminhar o pedido para inclusão da Neuropsicologia no rol de especialidades reconhecidas. Obtivemos a informação de que era necessário haver uma entidade nacional que fosse representativa da categoria para poder encaminhar a proposta.

Na época (2001) existia apenas a SBNp (Sociedade Brasileira de Neuropsicologia), de caráter multidisciplinar em sua constituição que, portanto, não atingia o critério de ser representativa da categoria. Foi então que, em 14 de abril de 2002, foi realizada na sede do CEPSIC a reunião para criação da ABRANEP (Associação Brasileira de Neuropsicologia), com 28 psicólogos presentes. Nesta reunião, foi aprovado o Estatuto e a primeira Diretoria, que integrou Beatriz Helena Whitaker Lefèvre como Presidente do Conselho Consultivo, Kátia Osternack-Pinto como Diretora-Presidente, Dirce Perissinotti como Diretora Administrativo-Financeira, Carla Cristina Adda como Diretora de Projetos Assistenciais, Mara Cristina Souza de Lucia como Diretora de Ensino e Julieta Quayle como Diretora de Pesquisa, convidando os demais membros da reunião para tornar-se membros e compor as Comissões de Colaboradores.

Após os trâmites iniciais de registro e regulamentação da entidade, a ABRANEP encaminhou o pedido ao CRP-SP para inclusão da Neuropsicologia como especialidade do psicólogo.

Foi assim que, em 20/05/2003, recebemos o e-mail informando que uma reunião entre os Conselhos, realizada em 16 de maio daquele ano, aprovou o início dos debates sobre a regulamentação do título de especialista em Neuropsicologia³.

Formou-se então um Grupo de Trabalho para elaborar o encaminhamento da proposta e, na reunião de 22/08/2003, presidida por Ana Bock, foi solicitado que a ABRANEP apresentasse a definição da especialidade, texto que foi rapidamente encaminhado (setembro de 2003).

Em 14/12/2003, a APAF decidiu pela regulamentação do processo e, em 18/02/2004, o plenário do Conselho vota sua aprovação e a Resolução CFP nº 002/2004, que reconheceu a Neuropsicologia como especialidade do psicólogo, é então publicada em 03/03/2004.

From: "Kátia" <katiadip@hcnet.usp.br>
To: <dipichc@hcnet.usp.br>
Cc: <katiadip@uol.com.br>; <jquayle@hcnet.usp.br>
Sent: quarta-feira, 14 de maio de 2003 17:31
Attach: Proposta.doc
Subject: Fw: Inclusão da Neuropsicologia como Especialidade

----- Original Message -----

From: Kátia
To: direcao@crpsp.org.br
Cc: direcao@crpsp.org.br
Sent: Wednesday, May 14, 2003 5:30 PM
Subject: Inclusão da Neuropsicologia como Especialidade

Estimada Dra. Ana Bock

A Associação Brasileira de Neuropsicologia vem, por meio desta, solicitar a V. Sa. a inclusão da Neuropsicologia como uma das áreas de especialidade em Psicologia, conforme proposto pela Resolução 007/01 do CFP. Tal solicitação se deve à importância e especificidade desta área de atuação no âmbito da psicologia, o que a caracteriza como especialidade de fato, congregando muitos profissionais psicólogos atuantes. Anexamos documento que caracteriza brevemente a Neuropsicologia como especialidade, bem como os critérios mínimos para que o psicólogo possa ser considerado neuropsicólogo. Além disso, anexamos, à guisa de esclarecimento, a atual estrutura do Curso de Especialização em Neuropsicologia "Prof. Antonio Branco Lefèvre" oferecido por esta Associação, em parceria com o CEPSIC - Centro de Estudos em Psicologia da Saúde e com a Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da FMUSP, e que está atualmente com a sua quarta turma em formação. Na expectativa de que esse Conselho leve adiante essa nossa solicitação, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos pelo tel (11)3069-6459 / 3085-5756, fax (11)3064-5843 ou e-mail supern@crpsp.org.br - falar com Kátia, Julieta ou Maria.

Grata

Kátia Osternack Pinto
Neuropsicóloga
Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Neuropsicologia
Psicóloga Supervisora da Divisão de Psicologia do Instituto Central do HC-FMUSP

3 Toda a documentação comprobatória dos e-mails trocados com o CRP, referente ao encaminhamento da proposta e participação do GT para sua elaboração (exceto as reuniões telefônicas), encontram-se arquivados na sede da ABRANEP e estão disponíveis para consulta.

From: "Direção" <direcao@crpsp.org.br>
To: "Kátia" <katiadip@hcnet.usp.br>
Cc: <dipichc@hcnet.usp.br>
Sent: terça-feira, 20 de maio de 2003 17:23
Subject: Re: Inclusão da Neuropsicologia como Especialidade

Prezada Kátia Osternack,

Na reunião dos Conselhos, ocorrida neste final de semana, foi aprovado o início dos debates sobre a regulamentação do título e registro de especialista em Neuropsicologia.

Há um grupo de trabalho para organizar essa discussão e apresentar proposta na reunião de dezembro. O CRP SP faz parte desse grupo e contamos com a colaboração da Associação Brasileira.

Atenciosamente,

Ana Bock
Presidente CRP SP

E-mails enviados ao CRP-SP solicitando a inclusão da Neuropsicologia como especialidade do psicólogo, bem como a resposta comunicando a aprovação pela reunião dos Conselhos e convidando a ABRANEP para compor o GT responsável pela elaboração da proposta.

From: "Direção" <direcao@crpsp.org.br>
To: "Kátia" <katiadip@hcnet.usp.br>
Cc: <dipichc@hcnet.usp.br>
Sent: quarta-feira, 13 de agosto de 2003 12:39
Subject: Reunião sobre a Neuropsicologia como Especialidade

Sra. Kátia Osternack Pinto,

Conforme contato telefônico, confirmamos, abaixo, a realização de reunião com nossa presidente, dra. Ana Bock, e representantes da Associação Brasileira de Neuropsicologia para tratativas pertinentes à Neuropsicologia enquanto Especialidade com a finalidade de contribuir para apresentação de proposta ao Grupo de Trabalho do Sistema Conselhos de Psicologia.

Data: 22 de agosto p.f. (sexta-feira)
Horário: 10h00
Local: Sala de Diretoria
Conselho Regional de Psicologia
Rua Arruda Alvim, 89 - Jardim América
Estacionamento conveniado: Rua Cardeal Arcoverde, 201 (Hotel Flat Riema)

Agradecemos antecipadamente a atenção e permanecemos à inteira disposição para qualquer dúvida ou informação adicional pelo telefone (11) 3061-5428 ou e-mail direcao@crpsp.org.br.

Atenciosamente,
Sandra
Secretária

From: "Kátia" <katiadip@hcnet.usp.br>
To: <direcao@crpsp.org.br>
Sent: quarta-feira, 10 de setembro de 2003 14:25
Attach: Especialista em neuropsicologia - CFP.doc
Subject: Registro de Especialista em Neuropsicologia

Cara Ana Bock

Conforme havíamos combinado, estou enviando a definição de especialista em neuropsicologia que elaboramos e colocamo-nos à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Praticamente toda a informação contida nesta definição foi baseada em textos publicados.

Inclusive, posso fornecer esse material caso interesse. Como exemplo, textos da APA sobre o reconhecimento da neuropsicologia como especialidade do psicólogo, artigo sobre avaliação neuropsicológica publicado na revista do CFP em 1996, o texto do DSM-IV que fala da neuropsicologia, vários artigos e capítulos de livros que definem neuropsicologia e o papel do especialista na área, entre outros.

Espero que tenha sido útil.

Um abraço

Kátia Osternack Pinto
Associação Brasileira de Neuropsicologia e
Divisão de Psicologia do ICHC-FMUSP.
Tel. 3069.6459

De: "Eventos CRP SP" <eventos@crpsp.org.br>
Para: "Julieta Quayle" <jquayle@uol.com.br>; <jquayle@hcnet.usp.br>
Enviada em: quarta-feira, 28 de abril de 2004 16:13
Assunto: Evento Neuropsicologia - 25 de maio de 2004

Prezada Julieta,

Conforme conversado com a nossa conselheira-presidente, Dra. Ana Bock, a Associação Brasileira de Neuropsicologia estará organizando a palestra da Sra. Janna Glosmann, no Brasil, no dia 25 de maio de 2004.

Estamos agendando uma reunião telefônica das entidades organizadoras deste evento. Gostaria de verificar a melhor data para agendarmos a reunião: 03, 10, 12 ou 13 de maio de 2004 na parte da manhã das 09h30 às 10h30 ou na parte da noite.

Aguardo seu retorno o mais breve possível.

Atenciosamente,

Marcia Machado

Supervisora de Eventos CRP SP

21 Maio 2004

E-mails demonstrando a participação da ABRANEP em todo o processo de elaboração da proposta para reconhecimento da Neuropsicologia como especialidade do psicólogo.

Neuropsicologia, nova especialidade

A APAF aprovou, em sua última reunião em dezembro, uma nova especialidade para fins de obtenção de título e registro de especialista: a Neuropsicologia. Os Conselhos contaram com o apoio da Associação Brasileira de Neuropsicologia e de profissionais especializados na área de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Os profissionais, que tiverem interesse em obter o registro, precisam comprovar cinco anos de experiência na área e terão até 30 de novembro para dar entrada na documentação junto ao CRP-SP.

A Neuropsicologia será tema, no dia 25 de maio, no auditório do CRP-SP, às 18 horas. O Instituto de Psicologia Aplicada, o Conselho Regional de Psicologia, a Associação Brasileira de Neuropsicologia e o Hospital das Clínicas promoverão a conferência “A Evolução das Teorias Neuropsicológicas de Lúria e Vigotsky”. A palestra, que terá tradução simultânea, será proferida pela russa Janna Glzmann, discípula de Alexander Romanovitch Lúria, um dos maiores neuropsicólogos do século passado.

Publicação no Mural do Psi – Jornal do CRP-SP, em 2004.

Considerações Finais

Neste capítulo, procurou-se registrar e documentar como a atuação clínica da Neuropsicologia teve seu início no Brasil, ressaltando a participação da Dra. Beatriz Lefèvre como pioneira. Procuramos também lembrar como se deu o processo de reconhecimento da Neuropsicologia como especialidade do psicólogo, ressaltando a iniciativa e participação da ABRANEP em todo o processo.

Muito mais teríamos para contar, muitas outras contribuições da ABRANEP para o desenvolvimento da Neuropsicologia poderíamos descrever, incluindo organização de eventos científicos, publicação de livros, parceria em cursos de diversos níveis, entre outras. E muitas outras coisas ainda precisam ser feitas, principalmente em relação a métodos e técnicas de investigação e intervenção neuropsicológica, estrutura dos cursos de especialização, relações com a multidisciplinaridade, só para citar algumas. E, finalmente, muitos outros desafios ainda nem cogitamos e que o futuro, certamente, nos apresentará.

Que a Neuropsicologia Clínica continue dando muitos frutos e ajudando muitas pessoas a terem uma vida melhor!

Federação Latino-Americana de Análise Bioenergética: do Pioneirismo da Psicologia Corporal ao Compromisso Social

Ana Lúcia Faria
Ana Silvia Paula
Cristina Piauhy
Edna Ferreira Lopes
Fernanda Andrade Lima
Lorene Gonçalves Soares

Introdução

A Federação Latino-americana de Análise Bioenergética, FLAAB, é uma entidade que agrega sociedades e institutos da mesma abordagem. A Análise Bioenergética está associada à psicologia corporal, desenvolvida a partir de um novo campo da psicologia integral, psicossomática, na qual corpo e mente, sociedade e espiritualidade compõem o sujeito em sua visão psicocorporal.

A FLAAB continua se desenvolvendo atualmente em toda a América Latina, sendo parte integrante do Instituto Internacional de Análise Bioenergética (*International Institute of Bionergetic Analysis – IIBA*), que reúne sociedades de todos os continentes em suas formações e concepção de saúde emocional com as relações sociais, políticas e culturais.

Atualmente a FLAAB é composta por seis entidades vinculadas: Instituto Argentino de Análise Bioenergética (IAAB); Instituto de Análise Bioenergética de São Paulo (IABSP); Sociedade de Análise Bioenergética do Rio de Janeiro (SABERJ); Sociedade Brasileira de Análise Bioenergética (SOBAB) – São Paulo; Sociedade Libertas (LIBERTAS) – Recife e Sociedade Vibrare (VIBRARE) – Brasília. Mantendo a missão de expansão e desenvolvimento contínuo da psicologia clínica e social,

a FLAAB reforça a visão de uma psicoterapia corporal por meio da e além da psicologia clínica, pedagógica e sócio-política, tendo como valores o fortalecimento democrático, o compromisso com a diminuição da desigualdade social, realizando uma psicologia a favor das minorias.

Faz-se necessário salientar a importância do surgimento da psicologia corporal por meio de Wilhelm Reich (1897-1957), que atuou desde 1927 como psicanalista. A maior contribuição de Reich foi entender o sujeito não apenas como aquele que elabora psiquicamente, mas aquele com necessidade de expressar suas emoções, ser participante de uma sociedade transformadora e reintegrar o seu corpo em toda sua potencialidade psicosssexual e orgástica. Um pensamento recorrente na obra do autor encontra-se sintetizado na seguinte frase: “O amor, o trabalho e o conhecimento são as fontes da nossa vida. Deveriam, portanto, governá-la”

É importante salientar que muitos dos alunos e clientes de Wilhelm Reich desenvolveram trabalhos, técnicas e abordagens baseadas nas suas práticas clínica, social, de pesquisa e em suas obras. Alexander Lowen, cliente e aluno de Reich, desenvolveu a abordagem psicoterapêutica da Análise Bioenergética em seu próprio corpo com o colega Jonh Pierrakos, então criaram a prática das intervenções corporais. Lowen e Pierrakos desenvolveram uma nova metodologia com base na psicanálise, teoria e prática da análise do caráter e função do orgasmo desenvolvida nas pesquisas clínicas e sociais reichianas no campo da Orgonomia; tal metodologia seria o embrião da Análise Bioenergética. (Piauhy & Lima, 2014).

Em 1956, Dr. Lowen, Dr. Pierrakos e Dr. William Walling, médicos, mantiveram o interesse de desenvolver uma metodologia que desse continuidade a Psicologia Corporal; criaram, então, o Institute Bionergetic Analysis na cidade de Nova York, sem ter ainda um caráter internacional. A Análise Bioenergética está se expandindo por todos os continentes e em diversos países. Todas as sociedades, nacionais e internacionais mantêm o vínculo com o instituto internacional, seguem seu regimento e as mesmas bases de formação e pesquisas articulam-se entre si com o IIBA.

Em 1981, foi fundada por Myriam de Campos, Eulina Ribeiro e Odila Weigand, brasileiras e trainers internacionais, a primeira sociedade de Análise Bioenergética em São Paulo, SP, Brasil, dando início às especializações. A partir daí, foram se desenvolvendo novas Sociedades e Institutos.

Em 1996, foi fundada a Federação Latino-americana de Análise Bioenergética idealizada por Oswaldo Guimarães, Eliana Isola, Grace Wanderley, Liane Zink e Jayme Panerai.

Análise Bioenergética: de Reich a Lowen, o Pioneirismo Clínico e a Diversidade

Wilhelm Reich é o precursor da psicologia corporal; era ainda psicanalista e ousava ampliar suas intervenções em três campos que começaram a divergir da técnica psicanalítica, quando, em 1934, é expulso da sociedade psicanalítica de Viena.

O primeiro dos três campos surgiu a partir da clínica; para Reich, o trabalho interpretativo e verbal ia além do campo transferencial; pois, por mais que o cliente tomasse conhecimento de suas neuroses, ele não conseguia atuar de maneira diferente. Sentiu, então, que era necessária uma proposta mais ativa. Reich iniciou a nova técnica sugerindo ao cliente que expressasse suas emoções a partir dos traumas relatados, e observava constantemente que havia uma cisão entre corpo e mente, ou seja, o que o cliente falava não tinha relação com sua dor ou prazer. Não havia conexão, muitas vezes no olhar, na voz, nos movimentos, ritmos, sensações e tônus emocional. Não havia espontaneidade no corpo e as resistências do paciente-cliente passaram a ser o seu foco. A esse fenômeno de resistência nomeou de “processo de encouraçamento”.

No tratamento analítico, essas forças apresentam-se como resistências à eliminação do recalque. Esta compreensão teórica dita uma regra básica posterior: tornar consciente o inconsciente não deve ser feito diretamente, e sim pela quebra de resistências. Isso significa que “o paciente precisa perceber primeiro que está resistindo, depois como o faz, e finalmente para o que.” (Reich, 1995).

Em suas obras “Análise do Caráter” (1933) e a “Função do Orgasmo” (1927), Reich descreve seus fundamentos básicos de uma nova postura como psicanalista. O divã não era mais um lugar só de falar, mas também um novo lugar de emoção e movimento, pois, para ele, as resistências formavam blocos de tensão em todo o organismo reforçando as resistências psíquicas. Nessa nova perspectiva clínica desenvolveu a vegetoterapia caracter-analítica, a Psicologia Corporal na qual o terapeuta se torna mais ativo e propõe a expressão emocional com movimentos e toques que possam também estimular a expressão emocional dos seus traumas.

Reich percebeu que as resistências diminuía com as intervenções corporais e a vitalidade genital sexual do sujeito progredia. Segundo ele, em seu livro “A Função do Orgasmo” (1994), a vida sexual não é só consequência dos traumas infantis esquecidos. Os traumas congelam as emoções que se tornam defesas e tensões corporais rígidas e ao longo do desenvolvimento passamos a ter um caráter defensivo contra as novas dores e amores.

O segundo campo em que Reich atuou foi o social. O psicanalista e teórico desenvolveu movimentos coletivos muito importantes, não só preocupado com a função clínica mas também com a função educacional. Em 1933, já em Berlim, criou um movimento denominado movimento político-sexual, o Sexpool. Dentro de um curto espaço de tempo, existiam 40.000 filiados ligados e empenhados com as reformulações sexuais que direcionavam o interesse de trabalhar com jovens e famílias da classe proletária para questionar a repressão sexual e a ordem social (Reich, 1988).

O terceiro campo reichiano é aquele que define toda sua prática e obra, a Orgonomia. Para Reich, orgone é uma energia celular ligada à natureza cósmica. Segundo Raknes (1988), a energia viva libidinal encontra-se em todas as dimensões. Se as condições de repressão pelo contexto vivido com um poder adestrador e de alienação são capazes de excluir algumas partes do organismo do livre metabolismo orgânico, ocorrerão bloqueios e sérios traumas também afetando toda sociedade e cada célula. Também afetarão cada organismo em suas dimensões de passado, presente e futuro. O resultado será algum tipo de biopatia, doença de viver, como uma neurose, uma psicose ou um câncer entre tantas consequências para a humanidade.

Vimos aqui um vasto campo de pesquisa de Wilhelm Reich, dos seus estudos, e práticas. Surgiram várias teorias e novas metodologias dentro do campo psicocorporal, entre elas a Análise Bioenergética, cujo fundador foi Alexander Lowen, que escreveu uma vasta obra (14 livros) para aprofundar e desenvolver a teoria e a prática desta abordagem.

O terapeuta de Análise Bioenergética aprende no corpo a corpo, nos atendimentos vividos e em suas histórias vivenciadas nas formações. Traumas familiares e sociais são trabalhados por meio dos seus relatos, emoções e desbloqueio das tensões. É importante citar aqui o pioneirismo de Alexander Lowen, que manteve as bases reichianas da análise do caráter, porém desenvolveu uma metodologia com diferentes intervenções na releitura do caráter reichiano.

A Bioenergética iniciou sua expansão no Brasil a partir da década de 1980. Segundo Piauhy (2014), a análise bioenergética no Brasil e em outros países da América Latina sofreu fortes impactos políticos da ditadura: silenciamento, tortura e assassinato de corpos falantes da resistência contra esse momento de terror. A autora afirma: “Enquanto corpos estão sendo mortos e torturados nesse segmento social há uma valorização do corpo como expressão, como lugar de vitalidade”.

Em 1970, tivemos vários movimentos no Brasil em convergência com a contracultura, a exemplo do movimento tropicalista e de artistas que expressavam sua resistência. Com a Psicologia Corporal inicia-se um movimento de workshops para

além do conhecimento e prática. Nós nos unimos na nossa potência vital contra qualquer iniciativa ditatorial repressiva e contra a liberdade de expressão. Na introdução do seu último livro, “Uma vida para o corpo, autobiografia de Alexander Lowen”, Lowen (2007) fala:

Se você está disposto a aceitar a realidade da vida, viverá mais tempo. Foi o que me permitiu chegar aos 96 anos de idade. Fui criado para dar valor à mente e ao intelecto, não ao corpo. Mas privilegiar a vida mental contrariava a minha natureza, assim, curar em mim a distância entre mente e corpo se tornou meu desafio de vida. E nos mais dos sessenta anos em que pratiquei a psicoterapia, aprendi que o caminho para a saúde emocional passa pelo corpo. Afinal, o propósito essencial da Análise Bioenergética sempre foi curar a cisão mente-corpo. (Lowen, 2007, p.15).

Nossas origens se mantiveram na busca do fortalecimento democrático e atualmente ampliam-se nos cursos, clínicas sociais, temas e práticas que apoiam a diversidade e as minorias invisibilizadas, silenciadas e que, ainda em 2022, sofrem violências de todos os tipos. A FLAAB organizou 3 Congressos Latino-americanos de Análise Bioenergética. E o IIBA organiza a cada dois anos um Congresso Internacional de Análise Bioenergética, fazendo um rodízio entre América do Norte, Europa e América do Sul.

Análise Bioenergética: das Bases Teóricas às Atualizações

A partir da consolidação de várias conquistas, a necessidade de investir em publicações que venham tratar das realidades latino-americanas se tornou cada vez mais urgente. É preciso cotejar todo o arcabouço teórico da Análise Bioenergética com reflexões de autoras e autores contemporâneos, assim como firmar pesquisas da Análise Bioenergética a partir dos temas emergentes na experiência viva da clínica corporal e manter as formações, na América Latina, e em especial no Brasil, persistindo no compromisso com histórias atuais e transgeracionais dos nossos povos, que permanecem inscritas no corpo aprofundando relatos e experiências para a construção de teorias enraizadas no nosso saber.

É crescente o número de publicações em todas as sociedades e institutos filiados, aqui daremos destaque a duas iniciativas nas quais a FLAAB tem participação ativa e direta: a *Revista Latino-americana de Psicologia Corporal* (2014), criada em parceria entre a Sociedade Libertas e a Federação Latino-americana de Análise Bioenergética (FLAAB), que desde 2014 tem como editores Alexandre Franca Barreto e Gislene Farias de Oliveira. O veículo tem como principal finalidade dar mais visibilidade aos trabalhos científicos na área da Psicologia Corporal, além de divulgar outros em áreas afins com a Psicologia. Em 2021, lançou-se uma edição especial da Revista (v. 8, n. 12, 2021) com o tema “Psicologia Corporal, pluralidade étnica/racial, gênero e sexualidade: colonialismos, interseccionalidade e ancestralidade”. Esta edição faz jus aos anseios desta publicação, que é abrir espaço para temáticas que venham refletir sobre nossa realidade como latino-americanos em nossas diversidades e as implicações que se refletem na psicologia corporal.

A União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI) se constitui como importante instituição que tem como um dos objetivos a construção de uma psicologia comprometida com as necessidades dos países da América Latina.

A FLAAB, na função de entidade integrante e participativa, tem contribuído nas diversas iniciativas, entre elas: a criação do grupo de trabalho “Psicologia Corporal, na América Latina” (GT18), que tem como tema central de estudo e pesquisa o corpo na perspectiva da Análise Bioenergética. O enfoque desses estudos se relaciona com sua formação histórica, atravessamentos e marcas étnicas, culturais e sociais, sendo atualmente coordenado por Ana Sílvia Paula e colaboradoras. Para a FLAAB, é de grande importância participar deste coletivo que pensa, fomenta conhecimentos, planeja ações e práticas que expressam o compromisso social da psicologia com a América Latina.

Pandemia e Reverberações na Comunidade da Análise Bioenergética: Bases Históricas para a Gestão Atual da FLAAB

Com a experiência da pandemia do Covid-19 de 2020 até os dias de hoje, embora de forma mais controlada a partir das vacinas produzidas, muitas certezas foram abaladas na humanidade. A urgência de vida e o tema da impermanência de alguma maneira parece ter feito emergir de forma potente e contundente temas antes mascarados por moralismos, preconceitos, entre outras modalidades de autoritarismos. Essas pautas foram trazidas à tona por todos e todas que (por direito de fala, solidariedade e/ou identificação) fizeram chegar suas vozes plurais às Sociedades e

Institutos formadores em Análise Bioenergética, desejando mudanças nos currículos e na busca de novas formas de se fazer conhecimento, incluindo realidades diversas.

Este movimento fez ressonância com as inquietações que formadoras e formadores em Análise Bioenergética nas instituições de ensino, falando aqui especificamente do Brasil, viviam. Embora eles sentissem e desejassem realizar mudanças, careciam de unir o conhecimento teórico e prático já existente às profundas demandas emocionais, corporais, éticas, culturais emergidas no confronto com as questões raciais, étnicas, diversidade de gênero, de classe entre tantas outras.

Esta efervescência fez surgir ações, debates e, sobretudo, a busca por meios que viabilizassem uma transformação efetiva na forma e no conteúdo de ensinar Análise Bioenergética, incluindo no corpo vivido e teorizado os saberes acerca da nossa realidade histórica, dos colonialismos, das repressões em relação às várias diversidades sexuais e muito mais.

A clínica social em Análise Bioenergética, no Brasil, foi pioneira em relação às sociedades internacionais pertencentes ao Instituto Internacional de Análise Bioenergética (IIBA), sendo parte integrante nas formações de todas as sociedades e institutos filiados à FLAAB. No entanto, o foco esteve quase sempre nas questões de classe, principalmente sob o viés econômico, sem associar de forma direta às questões raciais, de gênero que, neste momento histórico, se tornam parte indissociável. Este foi um dos avanços que a comunidade da Análise Bioenergética no Brasil foi capaz de conduzir de forma coerente e profunda.

Com a pandemia do Covid-19 se fez necessário repensar a psicoterapia corporal, revendo questões éticas, relações de vínculo, práticas corporais como também os processos de aprendizagem nos cursos, nas especializações, realizando adaptações criativas para um novo formato de trabalho on-line.

Citaremos algumas experiências que se apresentaram de profunda riqueza no sentido da expansão do conhecimento da Análise Bioenergética para além da comunidade de analistas em bioenergética, bem como atualizando processos históricos já esquecidos pelo tempo e, muitas vezes, não repassados para a geração atual de estudantes e analistas formados e formadas mais recentemente. E assim foram criadas as lives, que, no campo da Psicologia Corporal, foram representadas pelos analistas bioenergéticos Dante Moretti, Joviniانو Resende e Perisson Dantas com a realização de um trabalho maravilhoso de entrevistas on-line com profissionais fundadores da Análise Bioenergética no Brasil e no mundo.

Analistas de diversas gerações estão formando um acervo de conhecimento afetivo/teórico e histórico. A Sociedade Libertas lançou as “Narrativas Libertas”

com entrevistas a profissionais de diversas áreas do Brasil e da América Latina, abordando temas contemporâneos que dizem respeito à saúde integral, direitos humanos, entre tantos outros.

Outra experiência foi a formação do grupo “Pensar Bioenergética”, idealizado por trainers internacionais em Análise Bioenergética: Liane Zink, Grace Wanderley e Jayme Panerai, e composto ao todo por 13 analistas em bioenergética, incluindo trainers internacionais e locais que se encontram quinzenalmente no formato on-line desde o início da pandemia, em 2020. Esse grupo teve inicialmente como objetivo ser um espaço de reflexão sobre a Análise Bioenergética em tempos pandêmicos e para refletir sobre as inovações necessárias para acompanhar as necessidades emergentes na clínica e nas formações. Uma das ações foi a realização do curso de atualização para professores e formadores na clínica corporal com o tema “Corpos Diversos – negritude e branquitude na clínica”, realizado pelo Instituto de Análise Bioenergética de São Paulo (IABSP), Sociedade Brasileira de Análise Bioenergética (SOBAB) e Sociedade Libertas de Pernambuco, com coordenação de Benedito Roberto Manoel (Sabarã), Maria Cristina Francisco, Marilza de Souza Martins e Sheila Gomes.

Neste terreno, a gestão do início 2020 da Federação Latino-americana de Análise Bioenergética (FLAAB) tem a diretoria composta por: Edna Ferreira Lopes (presidente); Fernanda Andrade Lima (vice-presidente); Joia Lacerda (diretoria financeira); Lorene Gonçalves Soares (diretoria científica); Antônia Georgina Martins (diretoria administrativa) e Marina Ricco Pedroso (diretoria social).

Primeiramente, temos como princípio os fundamentos da democracia, os processos coletivos horizontais e uma visão política em que os direitos humanos são a base dos nossos projetos como instituição. Estamos comprometidas a dar suporte às iniciativas e ações em congruência com os objetivos da entidade de expandir e impulsionar a Análise Bioenergética, seguindo os princípios do respeito e valorização da vida. Buscamos também:

- Dar continuidade aos projetos desenvolvidos em gestões anteriores, que apresentam valor relevante à entidade, tais como: a presença ativa da entidade no Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), na União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), na Associação Latino-Americana para formação e ensino da Psicologia (ALFEPSI) e no Ministério da Saúde (SUS);
- Promover encontros entre as sociedades e institutos com o intuito de facilitar a integração, a cooperação e as práticas coletivas;

- Ter como foco as pautas sociais, étnicas/raciais e ser espaço de suporte para desenvolver ações coerentes com este propósito;
- Procurar formas de expandir os contatos e trocas com outros países da América Latina;
- Difundir a produção científica e as práticas profissionais em Análise Bioenergética nas sociedades e institutos filiados na América Latina. – Intercâmbio e produção de conhecimento que expressam o compromisso social da psicologia;
- Expandir a comunicação da FLAAB por meio das mídias promovendo conteúdos que divulguem essa área do conhecimento;
- Atualizar a organização documental da entidade;
- Divulgar e promover a “Revista Latino-americana de Psicologia Corporal” como fonte de publicação dos artigos e produções da comunidade da Análise bioenergética;
- Defender uma Análise Bioenergética plural, enraizada na diversidade de suas múltiplas culturas.

Narrativas sobre a Flaab

Conforme já citado, a Análise Bioenergética foi criada por Alexander Lowen em 1956, porém, somente em 1976, o autor transformou o Instituto numa organização internacional. Ao longo desse processo, foram criadas sociedades ao redor do mundo, e o Brasil passou a ter sociedades de Análise Bioenergética desde 1981, sendo a Sociedade Brasileira de Análise Bioenergética (SOBAB) a primeira delas na América Latina.

Na América Latina, algumas dessas novas sociedades, localizadas no Rio de Janeiro, em São Paulo, Salvador, Recife e Brasília, foram se organizando para poderem ser mais visíveis e potentes frente ao Instituto Internacional. Era necessário também ocupar um espaço político de mais autonomia e singularidade.

Na conferência internacional do IIBA, em Corfu (Grécia) em 1994, um grupo de analistas bioenergéticos do Brasil (Oswaldo Guimarães, Eliana Isola, Grace Wanderley, Jayme Panerai, Liane Zink, Eulina Ribeiro e Malu Millerman) desenharam a estrutura, que posteriormente se tornou a FLAAB. Em 1996, informalmente, surgiu a Federação

Latino-americana de Análise Bioenergética no Rio de Janeiro, cujo primeiro presidente foi Oswaldo Guimarães. Em 2002, formalmente, a Federação passou a ser em Salvador, cujo presidente foi Romero Magalhães. Durante a gestão deste último, aconteceu no Brasil a 17ª Conferência Internacional de Análise Bioenergética, em 2003, um feito importante, pois, até essa data, as conferências aconteciam apenas nos Estados Unidos e na Europa. Com essa conferência, o Brasil passou a fazer parte do revezamento determinado pelo Conselho Internacional de Análise Bioenergética do IIBA. A partir disso, tivemos a 20ª Conferência em Búzios (RJ), ocorrida em 2009. A 23ª Conferência foi realizada em Porto de Galinhas (PE), em 2015, e a 26ª, a mais recente, ocorreu em 2021, em modalidade totalmente virtual, mas com sede em São Paulo (SP).

Em 2005, a FLAAB voltou para o Rio de Janeiro tendo novamente Oswaldo Guimarães como presidente. Em 2010, Jayme Panerai assumiu a Presidência, durante seu mandato aconteceu a inclusão da FLAAB no Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), na Associação Latino-Americana para formação e ensino da Psicologia (ALFEPSI), e também na União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), lugares de destaque e importância para psicologia brasileira.

Em 2017, Cristina Piauhy assumiu a Presidência e durante sua gestão aconteceu a entrada da Análise Bioenergética nas PICS (Práticas Integrativas e Complementares em Saúde). Essa inclusão favoreceu uma iniciativa importante nas práticas integrativas sociais. A PICS, além de ser um programa que reconhece as diversas técnicas de cuidado que fazem parte da nossa cultura, amplificou o acesso da população brasileira a estes cuidados. Assim, a saúde passa a ser entendida para além da hegemonia biomédica, da patologização e da medicalização. Conquistamos então, ao fazermos parte do SUS, o maior sistema público universal do mundo, a possibilidade de irmos ao encontro da maioria da população de nosso país, que sabemos que tem poucos recursos e pouco acesso aos seus direitos básicos e essenciais.

A análise bioenergética, enquanto serviço disponível à população, está totalmente de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, que define a Atenção Integral como possibilidade de tratamento. Neste modo de atenção à saúde, ultrapassamos o campo da biomedicina no que foi possível. A instituição também participou com um capítulo: “Bioenergética como prática integrativa e complementar no SUS: aspectos históricos, teóricos e práticos”, do livro “Práticas Integrativas e Complementares no SUS”, organizado por Vera Lucia Freitas e Marcio Rossato Badke (2019).

Em 2020, Edna Lopes assumiu a Presidência da FLAAB. Durante seu mandato, estamos vivendo a pandemia do Coronavírus. A FLAAB foi, e está sendo, um polo aglutinador de suas entidades dando suporte, apoio e criando várias possibilidades

de estarmos juntas mesmo que virtualmente. A federação teve, inicialmente, uma reivindicação muito importante nesse período atual, que foi a redução de valores cobrados dos professores que vinham de outros continentes para darem aulas no Brasil. Esses valores foram equilibrados e unificados para todas as Instituições brasileiras e da América Latina que levavam os ensinamentos da Análise Bioenergética, socializando, assim, a possibilidade de oportunidades e democratizando a FLAAB. Também nesse momento, a instituição colabora para as sociedades continuarem a amadurecer e se desenvolver, criando maior consistência. Essa iniciativa fez com que as sociedades brasileiras tivessem visibilidade se articulando e se fortalecendo mais. Com a criação da Federação, as sociedades brasileiras ficaram mais presentes e participativas nas decisões do IIBA.

Nesse processo, a FLAAB foi se transformando e se estabelecendo como um centro científico e educacional internacional, com o objetivo de ampliação da psicoterapia corporal e da Análise Bioenergética. Além disso, também funciona como um espaço de acolhimento para as sociedades, hoje com um número maior de entidades, que trabalham no sentido da ampliação dos ensinamentos da Análise Bioenergética no Brasil e na América Latina.

Com a representatividade da FLAAB, com o Instituto Internacional da Análise Bioenergética, tivemos uma grande conquista: pela primeira vez assumiu a Presidência do Instituto mulheres brasileiras: em 2020, Cristina Piauhy; e em 2021, Léia Cardenuto, que permanece na gestão.

Como perspectiva futura, a FLAAB tem o compromisso de articular todas as abordagens da Psicoterapia Corporal para a criação da integração em diversos campos. Com o I Congresso Latino-Americano de Psicologia Corporal, em 2017, pelo Instituto Libertas – Recife, dá-se início a esse movimento. A FLAAB participa, desde 2014, da realização do “Congresso Brasileiro de Psicologia, Ciência e Profissão”, incentivando seus membros, e também membros das outras abordagens corporais, a participarem das modalidades deste congresso e principalmente da “sala do corpo”, espaço em que profissionais trabalham com práticas e diálogos interativos com o objetivo de promover experiências e informações sobre as abordagens corporais.

O Instituto Internacional de Análise Bioenergética (IIBA)

O IIBA é uma organização internacional sem fins lucrativos de psicoterapeutas dedicada ao desenvolvimento e prática da Análise Bioenergética. Em 1956, Lowen junto com Pierrakos e William Walling, como já citado, criaram o Institute of Bioenergetic Analysis na cidade de Nova York, ainda uma sociedade local, sem o caráter interna-

cional que viria a ter mais tarde. Alguns anos depois eles se separaram e Alexander Lowen seguiu à frente do IIBA.

A Análise Bioenergética se expandiu nos EUA. Lowen viajou pelo país para dar workshops tornando a prática da Análise Bioenergética uma nova referência na psicologia. Nos anos que se seguiram, Lowen deu vários workshops em Esalen, comunidade terapêutica na Califórnia, em que passou a ser conhecido não só no país como internacionalmente. Em 1976, foi criado o International Institute of Bioenergetic Analysis (IIBA), para poder atender à crescente demanda de terapeutas certificados em diversos países. Atualmente, temos mais de 1.400 membros ativos e cerca de 50 sociedades e institutos locais filiados, distribuídos em todo o mundo.

No IIBA, planejamos e executamos atividades que apoiam e incentivam o desenvolvimento de nossos membros como terapeutas bioenergéticos. Também apoiamos e aprimoramos o trabalho de nossas sociedades locais e grupos regionais, assim como promovemos o desenvolvimento e o crescimento da Análise Bioenergética moderna, como teoria e como movimento.

O IIBA atende seus membros concebendo, planejando e executando atividades que fornecem fóruns de compartilhamento e ensino inovador. Nossas sociedades locais funcionam de forma autônoma, entendendo as características únicas de suas situações nacionais e profissionais. Estas são responsáveis por realizar treinamentos, recrutar novos membros e oferecer programas ao público profissional e não profissional. Essas sociedades são, com nossos membros, o terreno de nossa organização global.

Nossa missão atual se estende para o futuro, continuando a apoiar e incentivar o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades na Análise Bioenergética moderna, bem como a síntese apropriada de conhecimento de outros campos e teorias articulados com saberes inter e transdisciplinares nas pautas sociais, na base de conhecimento disponível para seus membros.

O IIBA é constituído por:

1. Conselho de Curadores;
2. Conselho dos trainers internacionais / Faculty;
3. Comitê Executivo; e
4. Comitê de Pesquisa.

Objetivos do IIBA:

- Melhorar a expansão do método da Análise Bioenergética moderna com o objetivo de aliviar o sofrimento humano;
- Fornecer apoio aos nossos membros e aos vários grupos dentro de nossa comunidade, alunos professores e trainers (sociedades locais, institutos, associações e federações regionais);
- Trabalhar em estreita colaboração com todas as entidades regionais a fim de desenvolver as capacidades de nossos membros como terapeutas bioenergéticos, enquanto estão cientes das diferenças culturais;
- Incorporar a prática ética altamente competente da Análise Bioenergética, oferecendo workshops e treinamentos por nossos terapeutas bioenergéticos mais experientes;
- Ser reconhecida como uma comunidade global e atualizada. Comprometida com melhorias contínuas por meio de pesquisa e compartilhamento de conhecimento entre nossos membros e com outros grupos profissionais de forma inter e transdisciplinar; e
- Promover prêmios para os estudantes das sociedades, incentivando assim a produção científica da Análise Bioenergética.

Desde 1985, o IIBA publica a revista *The Clinical Journal of the International Institute for Bioenergetic Analysis*, que contém artigos de diferentes associados de todo o mundo. É uma publicação que congrega o pensamento da comunidade bioenergética, assim como divulga novos estudos e pesquisas realizados por trainers nacionais e internacionais da área, atualizando novos conhecimentos e práticas. Publica também pesquisas empíricas, textos teóricos e estudos de caso. O “*Journal*” é lançado anualmente, enviado a todos os associados do IIBA e também publicado no site do instituto, socializando assim as atualizações da Análise Bioenergética.

Considerações Finais

A época histórica, seja de um país, povo ou até mesmo de uma instituição, apresenta-se interligada ao conjunto de fatores que compõem a realidade daquele momento.

Em 1996, um grupo de pessoas já citadas neste artigo, em determinada fase da instituição IIBA, pensa a Federação Latino-americana de Análise Bioenergética (FLAAB) movida pelo desejo de que a América Latina tivesse uma voz mais atuante, presente e ativa frente a comunidade da Análise Bioenergética. Este movimento de volta às nossas raízes, de forma ainda incipiente, buscou firmar bases e encontrar

parcerias. Essa expansão adquire maior sedimentação na entrada da FLAAB no Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENBP), União Latino-americana de Psicologia (ULAPSI), Associação Latino-Americana para Formação e Ensino da Psicologia (ALFEPSI), reconhecida e atuante no SUS e PICS.

Enraizar-se junto às entidades de psicologia no Brasil e América Latina era se aquecer das questões e temas singulares da nossa realidade brasileira e ao mesmo tempo expandir o olhar para nosso contexto mais amplo como terceiro-mundista, latino-americano, miscigenado; isto constituiu um grande avanço.

A entrada da Análise Bioenergética no SUS consolida mais um degrau de aprofundamento nas nossas conquistas, pois com esse passo chegamos às primeiras raízes das quais necessitamos cuidar. Assim, chegamos ao hoje, atravessando crises econômicas, políticas, existenciais e, nestes últimos anos, a pandemia do Covid-19. E nos perguntamos, neste momento histórico, em quais demandas centrais a FLAAB deverá ancorar sua energia criativa e propulsora de transformações, presente ao longo da sua história, atuante e sendo suporte ao movimento vivo de mudanças, atualizações, expansão e fortalecimento das Sociedades e Institutos.

Como vimos, a Federação Latino-americana de Análise Bioenergética, entre outros pontos, se encontra envolvida em expandir o diálogo cooperativo entre os membros filiados. Acredita na potência afetiva como propulsora de realizações e também vem se mantendo comprometida com as pautas sociais, étnicas/raciais, de diversidade de gênero e tantas outras que buscam a valorização da vida.

Ressaltamos estes pontos como sendo a base de todos os projetos mencionados, fazendo jus ao aprendizado a partir das nossas bases teóricas em Wilhelm Reich e Alexander Lowen.

Com tantas histórias vividas, provavelmente alguns lapsos aconteceram em nossa narrativa. De toda forma, a essência do trabalho realizado pela Federação Latino-americana de Análise Bioenergética (FLAAB), ao longo da sua existência até então, se apresenta de forma concisa, porém com toda sua força, autenticidade e potência.

Evidenciamos a importância desta publicação pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), quando a psicologia comemora 60 anos de regulamentação no país e dando oportunidade de manter viva a memória, a importância de cada entidade vinculada e seus desafios e contribuições para uma psicologia comprometida com a democracia, direitos humanos e a “vida-viva”.

Referências

- Badke, M. R., & Freiras, V. L. (2019). **Práticas integrativas e complementares no SUS**. Porto Alegre, RS: Nova Práxis Editorial.
- Barreto, A. F., & de Oliveira, G. F. (Eds.). (2021). Edição especial “Corporal, pluralidade étnica/racial, gênero e sexualidade: Colonialismos, interseccionalidade e ancestralidade”. **Revista Latino-Americana de Psicologia Corporal**, 8(12).
- Boadella, D. (1985). **Nos caminhos de Reich** (1. ed.). Summus Editorial: São Paulo.
- Lowen, A. (2017). **Bioenergética** (12. ed.). Summus Editorial: São Paulo.
- Lowen, A. (2017). **Uma vida para o corpo** (1. ed.). Summus Editorial: São Paulo.
- Piauhy, C.; Lima, F. (Orgs.). (2014). **Análise bioenergética: Transformação pessoal e interpessoal**. Recife, PE: Libertas.
- Raknes, O. (1988). **Wilhelm Reich e a orgonomia: Novas busca em psicoterapia** (Vol. 33). Summus Editorial: São Paulo.
- Reich, W. (1985). **Análise do caráter** (2. ed.). Martins Fontes: São Paulo.
- Reich, W. (1988). **Psicologia de massas do fascismo** (2. ed.). Martins Fontes: São Paulo.
- Reich, W. (1994). **A função do orgasmo** (18. ed.). Brasiliense: São Paulo.
- Revista Latino-Americana de Psicologia Corporal (2014), v. 1. Recuperado de <https://psicorporal.emnuvens.com.br/rlapc/issue/archive>
- Stolkiner, J. (2008). **Abrindo-se aos mistérios do corpo** (1. ed.). Porto Alegre, RS: Alcance.

Movimento Estudantil e a Efervescência da Psicologia: a Construção e História da Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia (CONEP)

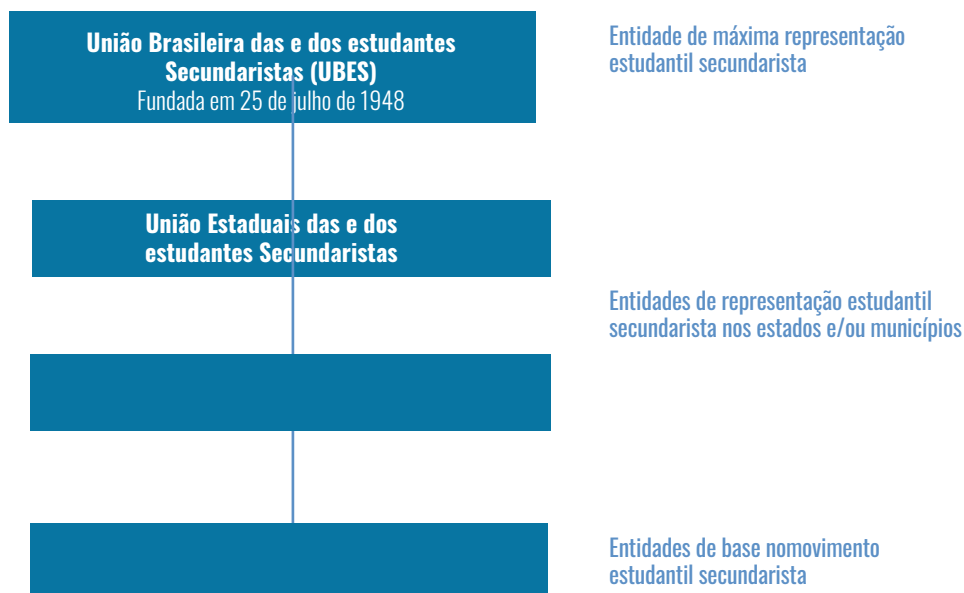
Jonas Marssaro

Capítulo dedicado a cada militante do movimento estudantil, a quem sonha por uma educação de qualidade e a memória de Aurora Maria Nascimento Furtado

O que é o Movimento Estudantil?

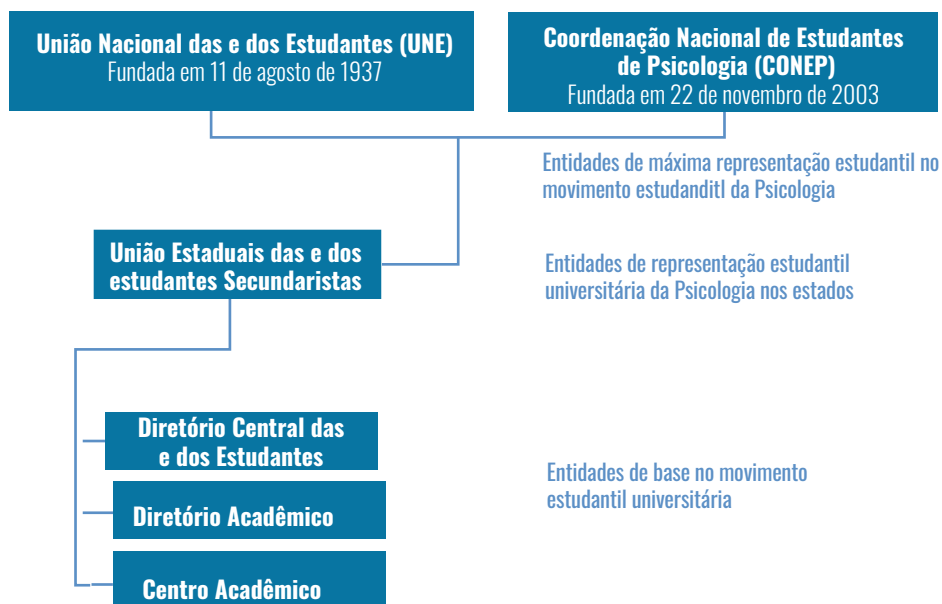
O movimento estudantil é um movimento plural e heterogêneo formado por estudantes no Brasil. Sua estrutura formal está dividida entre movimento estudantil secundarista, que abrange estudantes do ensino fundamental, médio, técnico e sistemas S; movimento estudantil universitário, que abrange estudantes universitários; e movimento estudantil de pós-graduandos, que abrange estudantes de MBA, especialização, mestrado, doutorado, PhD e pós-doutorado (Mesquita, 2003). A estrutura do movimento estudantil brasileiro é representada pelas Figuras 1, 2 e 3.

Figura 1 – Estrutura do movimento estudantil secundarista



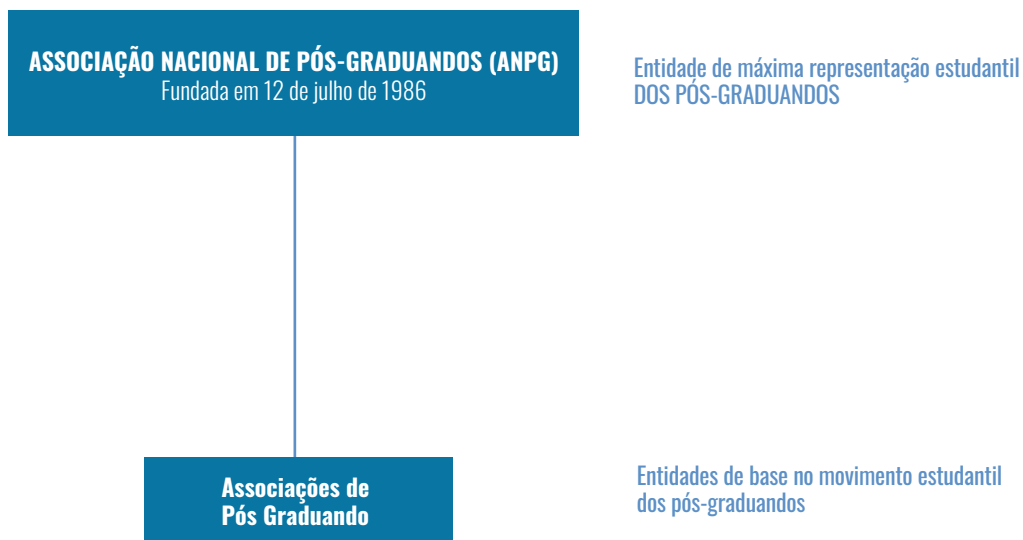
Fonte: União Brasileira das e dos Estudantes Secundaristas (UBES), 2022

Figura 2 – Estrutura do movimento estudantil universitário



Fonte: União Nacional das e dos Estudantes (UNE), 2002]; Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia (CONEP), 2022; Mesquita, 2003; Hur e Aragusuku, 2008; Fonte primária.

Figura 3 – Estrutura do movimento estudantil de pós-graduandos



Fonte: Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), 2022

É importante destacar que essa estrutura não é estática, mas dinâmica. Em torno das entidades do movimento estudantil, existem grupos políticos e coletivos que disputam e outros espaços de atuação estudantil, interseccionando o movimento estudantil com outros movimentos sociais como coletivos de culturas, coletivos feministas, LGBTI+, antirracistas etc. (Mesquita, 2003; Hur, & Aragusuku, 2018).

Início do Movimento Estudantil e a Criação da União Nacional das e dos Estudantes (Une)

O movimento estudantil nasce no Brasil com a vinda das primeiras universidades, por volta de 1809, quando o rei João VI chegou ao Brasil, fugido de Napoleão Bonaparte. No entanto, o movimento estudantil começa a ganhar a forma e o corpo atual a partir do século XX, principalmente com o primeiro Manifesto de Estudantes Universitários, no Rio de Janeiro, em 1929, por melhorias e reformas nas políticas estudantis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Abu-El-Haj, 2005; Trindade, 2011; UNE, 2022).

A década de 20 foi marcada por uma série de transformações no mundo e no Brasil, havendo a primeira greve geral no país, a Revolução Russa, a Semana de Arte Moderna e a política do Estado Novo. A UNE nasceu durante a era Vargas, que começou com o golpe de 1932 e foi até 1945. É importante destacar que nesse período houve um avanço significativo na industrialização brasileira, o que acarretou a ampliação da universidade, se comparada aos séculos anteriores, no entanto, a universidade ainda era muito distante da maioria da população brasileira (Abu-El-Haj, 2005; Trindade, 2011).

A principal bandeira da UNE nesse período foi a luta pela exploração do petróleo no Brasil. Essa bandeira foi conhecida como “O Petróleo é Nosso”, levando a criação da Petrobras e tornando o Brasil um país na disputa pelo centro energético mundial, além de atrair diversas empresas multinacionais, parte do plano de governo da Era Vargas (Abu-El-Haj, 2005; Trindade, 2011).

Durante os governos que vão de 1945 até 1964, a UNE se tornou uma das principais vozes da juventude, somando-se às lutas sindicais. Após a criação da Petrobras, a UNE passou a denunciar e combater a repressão policial contra os movimentos sociais, sobretudo contra os movimentos estudantis (Abu-El-Haj, 2005; Trindade, 2011; UNE, 2022).

O período de governo de Juscelino Kubitschek foi marcado pelo lema “50 anos em 5” e o seu período desenvolvimentista acabou levando o Brasil à profunda dívida externa. A eleição de JK foi feita a partir de uma coalizão de partidos políticos, assim como aconteceu com a eleição de Augusto Cunha Neto para a eleição da presidência na UNE, em 1954, em que coletivos de esquerda e direita uniram-se para eleger o estudante de Direito (Abu-El-Haj, 2005; Trindade, 2011; UNE, 2022).

Devido às políticas para modernizar o país e aos altos empréstimos do Banco Mundial, o governo JK se viu obrigado a lidar com a alta inflação, o que acarretou o aumento dos preços de diversos itens e serviços, um desses foi o aumento do preço da passagem do bonde. O presidente da UNE Carlos Velosos de Oliveira chegou a negociar pessoalmente a baixa das passagens de bonde do Rio de Janeiro, devido às manifestações estudantis que estavam acontecendo (Abu-El-Haj, 2005; Trindade, 2011; UNE, 2022).

Nesse momento, outra bandeira importante foi incorporada aos movimentos estudantis: a meia-entrada livre. A carteirinha estudantil passou a ser uma bandeira, para que estudantes tivessem a meia-entrada garantida em passagens de transporte, eventos e locais culturais, científicos, esportivos e artísticos (Abu-El-Haj, 2005; Trindade, 2011; UNE, 2022).

Desde a criação da UNE até a ditadura militar, o governo de João Goulart foi o mais aberto a dialogar sobre políticas estudantis. “Jango” ficou conhecido por defender

reformas de base no Brasil, ou seja, reformas necessárias para que o país pudesse ter um desenvolvimento mais acertado e sem a insegurança da inflação e do coronelismo, muito presente no país. A UNE passa a dialogar mais com o governo sobre políticas estudantis e culturais e sobre a necessidade de a juventude ocupar espaços de decisão na política brasileira (Abu-El-Haj, 2005; Trindade, 2011; UNE, 2022).

A década de 1960 também foi marcada pela estruturação do movimento estudantil na qual é conhecida hoje. Desse modo, a UNE ficou como entidade nacional e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) eram entidades estaduais, nos campus, como entidades de base do movimento estudantil ficariam os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), Diretórios Acadêmicos (DAs) e Centros Acadêmicos (CAs). A UNE, assim como diversas entidades do movimento estudantil, nesse período começou a brigar por mais acesso à universidade e pela criação de programas de educação que fossem mais universalizados, defendendo a autonomia da universidade pública e sua interiorização pelo Brasil (Abu-El-Haj, 2005; Trindade, 2011; UNE, 2022).

A UNE passou a ser protagonista de espaços importantes na luta estudantil, como a representação em colegiados das universidades do país e participar do governo de Jango, que foi interrompido pela ditadura militar. A UNE já denunciava, na época, as diversas tentativas de intervenção políticas, administrativas e econômicas que o Estados Unidos tinha com o Brasil, além de defender um Brasil mais desenvolvimentista, como eixo central no combate das desigualdades (Abu-El-Haj, 2005; Trindade, 2011; UNE, 2022).

O Movimento Estudantil da Psicologia e suas Primeiras Lutas

O movimento estudantil da Psicologia está atrelado à própria história da Psicologia e de seu ensino no Brasil. Instituída como ciência no século XIX, a Psicologia veio sendo lecionada como disciplina nas faculdades de Medicina, Pedagogia e Direito no Brasil durante o fim do século XIX e até o ano de 1962, do século XX; ano de publicação da Lei n. 4.119/1962, que institui a Psicologia como profissão no Brasil (Brasil, 1962; Vilela, 2012).

Ribeiro (2007) ainda conta que o movimento estudantil da Psicologia começa antes mesmo de ela ser considerada uma profissão, iniciando com os estudantes que tinham disciplina de Psicologia nas faculdades de Direito, Medicina e Pedagogia e que atuavam já no movimento estudantil, muito provavelmente ligados à UNE. Esses

estudantes compunham grupos de estudos, coletivos e entidades, onde discutiam a psicologia e difundiam ela como uma ciência própria.

As associações estudantis e profissionais da época pressionaram desde antes de 1957, mas com uma campanha mais estruturada nesse ano, a criação da Psicologia como profissão. Esse período do movimento estudantil, podemos chamar de 1ª fase do Movimento Estudantes da Psicologia (MEPsi) (Ribeiro, 2007).

O segundo período do MEPsi é constituído como a própria construção do estudante de Psicologia, iniciando em 1958 e terminando em 1964, estudantes e profissionais começaram a pressionar na sociedade a criação da profissão de Psicologia e a necessidade de essa profissão estar vinculada a um curso de graduação específico (a faculdade de Psicologia). Esse momento também é marcado pela estruturação do curso de Psicologia e suas principais disciplinas e abordagens lecionadas nas universidades, desse modo estudantes e professores participaram dessa construção, além da própria construção do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e do sistemas conselhos, estruturando a Psicologia como uma profissão distinta e separando os atributos e responsabilidades do profissional de psicologia das outras profissões (Hur, & Aragusuku, 2018; Ribeiro, 2007).

No interior do movimento estudantil da Psicologia, as ideias sobre visão de mundo e ideários políticos brotavam nos estudantes. Desse modo, estudantes ligados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista Brasileiro (PCdoB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) travavam políticas com estudantes que discutiam vertentes liberais de mundo, ligados à União Democrática Nacional (UDN), além de visões anarquistas sobre a política e a sociedade. Desse modo, o segundo período do MEPsi começa a se formar não apenas pela luta da Psicologia como curso de graduação e profissão, mas também sobre a própria visão política que a Psicologia e o movimento estudantil da Psicologia brasileira deveriam assumir (Ribeiro, 2007).

A Ditadura Militar

O terceiro momento da história do MEPsi se inicia num momento em que o movimento estudantil como um todo passa a ganhar destaque, ao mesmo tempo que é criminalizado. O golpe militar, em abril de 1964 passa a criminalizar a UNE e todas as pessoas que estivessem envolvidas com o movimento estudantil. Esse terceiro momento é marcado pelas tentativas de construir um Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (ENEP), em 1976 (Hur, & Aragusuku, 2018; Ribeiro, 2007).

O terceiro momento do movimento estudantil da Psicologia tem como principal símbolo a estudante de psicologia Aurora Maria Nascimento Furtado, que foi estudante de Psicologia na Universidade de São Paulo (USP) e colaborava com a imprensa da UNE. Era integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCdoB) e fez parte da dissidência estudantil do Partido Comunista Brasileiro (PCB/SP). A partir da publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), passou a integrar na luta armada dentro da Aliança Nacional Libertadora (ANL), passando a viver na clandestinidade (Comissão da Verdade do estado de São Paulo – Rubens Paiva [CVESP-RP], 2022; Memórias da Ditadura, 2022).

Aurora foi capturada pelo Departamento de Operações de Informação – Centro de Operação de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro, onde foi torturada já na sua captura, o instrumento mais utilizado foi a “coroa de Cristo”, uma fita de aço que vai apertando a cabeça da vítima, esmagando aos poucos o crânio e cérebro. Ela foi morta no dia 10 de novembro de 1972 e jogaram seu corpo na esquina da rua Adriano com a rua Magalhães Couto, no bairro Méier, no Rio de Janeiro, ela teve seu corpo atirado por várias armas de fogo, de vários calibres. As análises ainda destacaram que ela passou também por espancamentos, pau-de-arara, sessões de choque, queimaduras e afogamentos (CVESP-RP, 2022; Memórias da Ditadura, 2022).

O movimento estudantil reagiu à ditadura com guerrilhas armadas, greves e manifestações. A repressão, por sua vez, levou muitos estudantes como Honestino Guimarães, Aurora e Helenira Rezende de Souza Nazareth à tortura. A UNE tornou-se protagonista na luta contra a ditadura, assim como diversos movimentos como ANL e Guerrilha do Araguaia (Hur, & Aragusuku, 2018; Ribeiro, 2007; Trindade, 2011).

A sede da UNE foi incendiada e a entidade foi colocada na ilegalidade, logo no início da ditadura. Com a implementação do DOI-CODI, iniciou-se a perseguição mais ativa a militantes do movimento estudantil. Dentro do MEPsi, iniciaram-se as discussões sobre a necessidade de uma revolução socialista, além disso os estudantes buscavam disputar os espaços de estruturação do curso, exigindo visões mais críticas da Psicologia para com o que estava acontecendo (Hur, & Aragusuku, 2018; Ribeiro, 2007; Trindade, 2011).

No interior das universidades, as estratégias de articulação do movimento estudantil aconteciam ora pela organização de manifestações por melhorias do curso, ora pelos grupos de estudos (que era uma fachada para haver as reuniões do movimento estudantil), ora pela organização estudantil nas Semanas Acadêmicas de Psicologia – que passou a ser um espaço de organização e disputa de narrativa, integrando mais estudantes no movimento estudantil (Hur, & Aragusuku, 2018; Ribeiro, 2007; Trindade, 2011).

Diante dessas articulações, inicia-se um movimento de organizar o I Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (ENEP), sendo realizado entre os dias 27 e 30 de outubro de 1976, na VI Reunião Anual de Psicologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) no campus de Ribeirão Preto da USP. Esse encontro tinha sido tentado em 1965, mas acabou se desarticulando. Em 1970 houve um Encontro Nacional de Estudantes (ENE), que deliberou que o movimento estudantil precisava se organizar por áreas, para também ser mais fácil para articular o movimento estudantil em grupos de estudos, como tentativa de despistar a perseguição ao movimento estudantil (Hur, & Aragusuku, 2018; Ribeiro, 2007; Sociedade Brasileira de Psicologia [SBP], 1976).

A organização dos ENEPs forma o quarto período no movimento estudantil da Psicologia. Nesse momento, diversos grupos de esquerda começam a organizar e mobilizar os ENEPs. O I e II ENEP aconteceram durante as reuniões da SBP, na USP. O III ENEP foi formado pela Comissão Organizadora de Estudantes de Psicologia (COEP), formada por estudantes que levaram o ENEP para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nesse momento, o MEPSi está muito próximo à UNE, a COEP então passa a se chamar Secretaria de Psicologia da UNE (SEPUNE) e se torna uma secretaria da entidade, por conta dos grupos políticos que disputavam o ENEP e a SUPUNE, além da própria ditadura militar, o III ENEP ficou um pouco desorganizado, desmobilizando na construção do IV ENEP. No entanto, ele aconteceu em 1981, na Universidade Santa Úrsula (USU-RJ). O V ENEP foi marcado pelo distanciamento com a UNE, em 1982, desarticulando a SEPUNE (Hur, & Aragusuku, 2018; Ribeiro, 2007).

Do VI ao VIII ENEP iniciou-se um período sobre o questionamento de quem é o estudante de Psicologia e um distanciamento do MEPSi com a UNE, visto que a militância que articulava o ENEP entendia a UNE como uma entidade que agrupava partidos políticos para eles formarem seus quadros. O ENEP passa a ser questionado se era um encontro político ou acadêmico, portanto o questionamento passa também a ser sobre a participação, se deveria ou não abrir para profissionais, estudantes de outros cursos e comunidade em geral (Hur, & Aragusuku, 2018; Ribeiro, 2007).

Redemocratização e Formação da Conep

Com a extinção da SEPUNE, formou-se a Executiva Nacional de Estudantes de Psicologia, no ENEP, que tinha sua diretoria eleita na Plenária Final dos ENEPs. A redemocratização do Brasil provocou uma reviravolta no MEPSi, visto que a partir de

1983 estava se desvinculando dos grupos políticos; mas, a partir de 1985, no IX ENEP, em 1986, passam a ser disputados por grupos políticos, principalmente de esquerda como a União da Juventude Socialista (UJS), tendências do Partido dos Trabalhadores (PT), Juventude Socialista Brasileira (JSB) e Juventude Socialista do PDT (JSPDT) (Hur, & Aragusuku, 2018; Ribeiro, 2007).

No entanto, esses grupos passam a não ganhar todos os espaços e a perder as disputas nos ENEPs, desse modo o quinto período da história do MEPSi é formado pela redemocratização do Brasil e pelo próprio questionamento sobre a função da UNE para o MEPSi. A Executiva Nacional de Estudantes de Psicologia, que continha militantes de grupos organizados, passa a se reaproximar da UNE nesse período, mas tendo sua autonomia e não se reorganizando como SEPUNE (Hur, & Aragusuku, 2018; Ribeiro, 2007).

O sexto período do MEPSi é marcado por uma ruptura total com a UNE e uma reorganização do movimento estudantil, priorizando a formação de Encontros Regionais de Estudantes de Psicologia (EREPs), organizados pelos Conselhos Regionais de Estudantes de Psicologia (COREPs). Isso se dá em 1992, com a busca pela organização do EREP-Sul e do EREP-SP, organizados pela COREP-Sul e COREP-SP, respectivamente. Essas entidades, por sua vez, buscavam se filiar nos Conselhos Regionais de Psicologia também, organizando os estudantes de Psicologia em nível regional (Hur, & Aragusuku, 2018).

A partir desse período, que vai até 2003, os ENEPs e EREPs passam a contar com festas e eventos culturais, bem como discussões políticas, além disso se organizam paralelamente à UNE e às UEEs, estando distante dessas entidades. Com a aproximação do movimento feminista, antirracista e LGBT no movimento estudantil, os ENEPs passam a discutir pautas setoriais além do movimento estudantil e política institucional. O movimento estudantil como um todo, nessas épocas, era contra as privatizações que ocorreram nos governos Sarney, Collor e FHC; além de defenderem a ampliação da universidade pública e gratuita, bem como a popularização do ensino. No entanto, nota-se nesse período que o movimento anarquista passa a ganhar cada vez mais espaço no MEPSi, buscando estruturar esse movimento de uma forma diferenciada na estrutura da UNE e UEEs. Do mesmo modo, os CAs que estavam mais alinhados às COREPs e à Executiva Nacional de Estudantes de Psicologia seguiam linhas de pensamento mais autonomistas (Hur, & Aragusuku, 2018).

O Século XXI e a Popularização da Universidade

No governo de FHC, uma das principais críticas do MEPSi era em relação às diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação (MEC), ao Exame Nacional dos Cursos (apelidado de “Provão”) e às provas de especialistas propostas

pelo CFP. No fim da década de 1990 também houve a discussão da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que o CFP, a Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (ABEP) e outras entidades buscaram discutir; além de se manifestarem contra o Provão e as medidas do governo federal, exceto a SBP manifestou-se contra as medidas do governo federal. O Conselho Nacional de Estudantes de Psicologia (CONEP) organizou um grande boicote ao Provão, organizado com o CFP e as demais entidades da psicologia brasileira (Hur, & Aragusuku, 2018).

O XVIII ENEP, em 22 de novembro de 2003, foi crucial para a fundação da CONEP e a estruturar o MEPSi como conhecemos hoje. Ele foi realizado na Universidade Federal de Sergipe e teve grande participação de militantes do coletivo “Kizomba” na direção da entidade. Na Plenária Final desse ENEP, ficou apontado que o MEPSi se organizaria a partir da executiva, agora denominada de Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia (CONEP), que anualmente organizaria o Conselho Nacional de Psicologia (CONEPsi) e que bienalmente organizaria, com uma Comissão Organizadora (COMMORG-ENEP), o Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (ENEP), em que o ENEP é a instância máxima de deliberação do MEPSi (Hur, & Aragusuku, 2018). Essa é a principal característica do sétimo período do MEPSi.

Essa aproximação da CONEP com o governo Lula logo foi rompida em 2005, quando grande parte da direção da CONEP saiu do Kizomba e se juntou às tendências do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que era oposição ao governo Lula. A partir de 2004, uma série de eventos no movimento estudantil começam a mudar. A CONEP passa a ter uma visão crítica quanto às políticas do Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Financiamento Estudantil (FIES), enquanto a UNE era a favor, assim como grande parte do movimento estudantil brasileiro (Hur, & Aragusuku, 2018)

Em 2004, militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) organizam uma entidade paralela à UNE, chamada de Associação Nacional de Estudantes Livres (ANEL), assim como dentro da UNE se organiza um movimento forte de oposição de esquerda às políticas defendidas por setores majoritários da entidade como a UJS, tendências do PT, JSB e JSPDT. Desse modo, a União da Juventude Comunista (UJC), assim como juventudes que viriam a se organizar no PSOL e no Partido Comunista Revolucionário (PCR), formaram um bloco chamado de “Oposição de Esquerda”, visto que eram grupos de esquerda em oposição ao campo majoritário do movimento estudantil (Hur, & Aragusuku, 2018).

Esse campo majoritário passou a se intitular de “campo popular”, visto que defendiam medidas para sanar as desigualdades sociais de forma mais imediata, mesmo

alguns setores desse campo tendo críticas pontuais ao governo Lula. A partir de 2007, no XX ENEP, realizado em Curitiba (PR), setores do PSOL começaram a atuar com mais peso na CONEP, ainda que alguns militantes do Levante Popular da Juventude (LPJ) tenham sido eleitos na diretoria e tenham sido acusados de “governistas” por militantes do PSOL. Os coletivos que mais atuaram nesse período foram o Barricada e o Construção, vinculados ao PSOL (Hur, & Aragusuku, 2018).

Do XXV ao XXIX ENEP, há uma intensificação em debates ligados à raça, gênero e sexualidade dentro do MEPSi. As vivências culturais e os debates sobre a corrupção e sobre as crises nos governos petistas e o aumento do passe passaram a caracterizar o oitavo período do MEPSi (Hur, & Aragusuku, 2018).

A sociedade brasileira passou por intensas agitações em 2013, sobretudo ligadas às jornadas de julho, em que os estudantes tiveram intenso protagonismo. Esse é um período que a CONEP passa a ter mais atuação do movimento anarquista e setores do PSOL. A CONEP passa a discutir também a atuação mais descentralizada e a necessidade de uma psicologia latino-americana. Em 2015, grande parte da CONEP ainda não fazia a leitura de que um golpe se desenhava no Brasil, enquanto setores da UNE já vinham discutindo isso. A CONEP, por sua vez, passou a integrar as mobilizações contra o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), sendo essa uma das principais discussões em todo o movimento estudantil.

O Golpe de 2016 e o Movimento Estudantil (ME)

Eu, Jonas Marssaro, autor deste capítulo, atualmente diretor da CONEP e estudante de Psicologia, passo a integrar o movimento estudantil a partir de 2015-2016. Nesse período eu ainda estudava Arquitetura e Urbanismo na UNIasselvi/FAMEG em Guaramirim-SC e estava conhecendo o ME, participando de coletivos e formações acerca do que se desenhava no Brasil.

O golpe de 2016 é fruto de dois grandes movimentos: a insatisfação popular que tomou as ruas de 2013 e, que o próprio movimento social não conseguiu centralizar as pautas, abrindo brechas para que grupos específicos como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e Revoltados Online se apropriassem do “fervo social” para propor outras pautas, criando assim lideranças do próprio movimento e trazendo um discurso “antiPT”, “antiesquerda” e “patriota”, trazendo no imaginário popular que a esquerda não era patriota e não estava lutando pelo Brasil. Outro movimento acontece em 2014, com as eleições para Congresso Nacional, em que a maior bancada era composta pelo MDB e o partido começa a se organizar para

abocanhar a Presidência da República, afastando-se do plano de governo e da aliança petista, no qual é personificada pela figura de Michel Temer; mas quem coordena a articulação, além de Temer, era o ex-deputado Eduardo Cunha (MDB) e o senador Romero Jucá (MDB) (Costa, 2019).

Paralelo ao que estava acontecendo em 2016, na cúpula do governo federal em São Paulo, iniciaram as ocupações nas escolas, organizadas pelo movimento estudantil secundarista, visto que as reorganizações das escolas do estado possibilitariam o fechamento de escolas e agravariam os problemas enfrentados pela educação básica. Nesse momento, o movimento estudantil universitário se somava às lutas, seja fornecendo mantimentos, participando das atividades ou promovendo debates e culturais. O movimento estudantil brasileiro aprende uma arma de luta, inspirado no movimento estudantil chileno. Essa ocupação, que começa em 2014 e avança em 2015, é aprendida por estudantes no país todo, usados como arma de luta em 2016, com as ocupações das escolas, universidades e institutos federais na luta contra a Emenda Constitucional n° 95, que na Câmara dos Deputados era a PEC n° 241 e no Senado Federal era a PEC n° 55 (Capai, 2019).

O ano de 2016 foi cheio para o movimento estudantil como um todo. As reformas propostas pelo governo Temer levaram o movimento a se reorganizar e unificar-se em torno das pautas da defesa de uma educação pública, de qualidade e gratuita e defesa dos direitos já conquistados. A reforma trabalhista, aprovada pelo governo Temer tiraria milhares de jovens das escolas e universidades e a EC n° 95 permitiria que os cortes na educação fossem institucionalizados, a agenda do governo federal fez o movimento estudantil da Psicologia reorganizar-se e disputar os espaços de centros acadêmicos no país todo; além de mobilizarem-se em torno da defesa dos direitos já conquistados (Capai, 2019; Costa, 2019).

Paralelo à EC n° 95, a Reforma do Ensino Médio era uma outra problemática que era discutida no Movimento Estudantil Secundarista; as duas pastas foram importantes para as ocupações no Brasil inteiro, ao todo foram mais de 1.154 escolas, institutos e universidades federais ocupadas. Esse levante do movimento estudantil secundarista permitiu que os estudantes de Psicologia participassem dos atos, além de trazer esses estudantes mais mobilizados para o Movimento Estudantil Universitário (UBES, 2022).

A Primavera Secundarista, nome intitulado para as diversas mobilizações, permitiu que o MEPSi organizasse suas lutas e engajassem para o próximo ENEP, além de trazer posicionamentos como a defesa do ensino público e das universidades públicas pelo país. Além disso, a CONEP passa a atuar em uma agenda paralela ao movimento

estudantil como um todo na defesa dos direitos e na resistência ao governo Temer e ao bolsonarismo, que começava a ganhar forma, em 2017.

Compreender as reverberações e dificuldades encontradas pelo MEPSi acaba sendo a compreensão da política brasileira e a forma como ela se dá, seja no Congresso Nacional, no Executivo, nas universidades ou no sistema conselhos. É por isso que compreender o Brasil de 2016 permite compreender o MEPSi atualmente.

As Eleições de 2018, a Covid-19 e a Luta Estudantil das Áreas da Saúde

Em 2018, acontece o XXX ENEP, esse encontro marca o início da atual gestão, afirmando a necessidade da autogestão e a defesa da democracia como a única saída para uma organização do próprio MEPSi e defesa dos direitos. O momento de 2018 leva o crescimento do bolsonarismo como saída antagonista aos governos petistas; no sistema conselhos, um movimento de psicólogos bolsonaristas começa a ganhar forma, chamado de Movimento Psicólogos em Ação (MPA), buscando fomentar a categoria num movimento de oposição à gestão eleita em 2016: “A Psicologia na construção de novos possíveis”, e enquanto o MEPSi via a luta como saída para retomar o crescimento no Brasil, a categoria ainda estava dividida entre projetos de país democráticos e um projeto antidemocrático e anticientífico.

O XXX ENEP elege uma diretoria composta pelo movimento anarquista, pelo Juntos!, pelo Correnteza e pela União da Juventude Socialista (UJS); esse coletivo diretor que é amplo e com debates de ideias diferentes passa a organizar a entidade na luta contra o bolsonarismo e volta a participar do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FNEPB), pois não participava desde 2016.

A nova diretoria da CONEP buscou atuar de duas maneiras: uma por via institucional, mantendo diálogo com as entidades do FENPB e o sistema conselhos, uma entidade do FENPB com destaque nas parcerias de atividades da CONEP foi a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), que já agregava consigo pessoas que tinham participado de gestões anteriores da CONEP; outra via é a partir das relações do movimento estudantil, mantendo contato com estudantes e centros acadêmicos do Brasil inteiro.

Um problema para o MEPSi nesse período foi a desarticulação das Coordenações Regionais de Estudantes de Psicologia (COREP), que tinham uma importância para regionalizar e territorializar o MEPSi. A desarticulação das COREPs acontece por

diversos motivos, inclusive pelo fato das intensas mobilizações nas universidades que agora passam a sofrer constantes ameaças de cortes.

A UNE, com outras entidades do ME propõem uma agenda de mobilizações nas universidades e, junto com estudantes do país todo, propõem diversas ações como ocupações e atos nas universidades em todo o país. Na política institucional, o ex-presidente Lula estava preso, Bolsonaro subia nas pesquisas e víamos o fantasma do fascismo se apresentar e personificar em uma pessoa que já apresentava problemas com a democracia.

A CONEP se juntou às diversas mobilizações pelo #EleNão no país, pois para a entidade Bolsonaro nunca representou os interesses estudantis e não iria ter uma agenda de ampliação de direitos, pelo contrário, apresentaria um plano para sufocar os direitos já conquistados, em detrimentos de agendas políticas específicas.

Fomos milhões de estudantes de Psicologia nas ruas, gritando por mais democracia, mais direitos e mais liberdades. Nem todos os estudantes de Psicologia estavam convencidos de que Bolsonaro traria maiores problemas, mas grande parte dos estudantes estavam do lado certo da história, organizando-se em coletivos, centros acadêmicos, entidades, sindicatos e movimentos. O resultado da eleição, em 2018, mostrou para a CONEP a necessidade de intensificar as agendas de lutas e articulações.

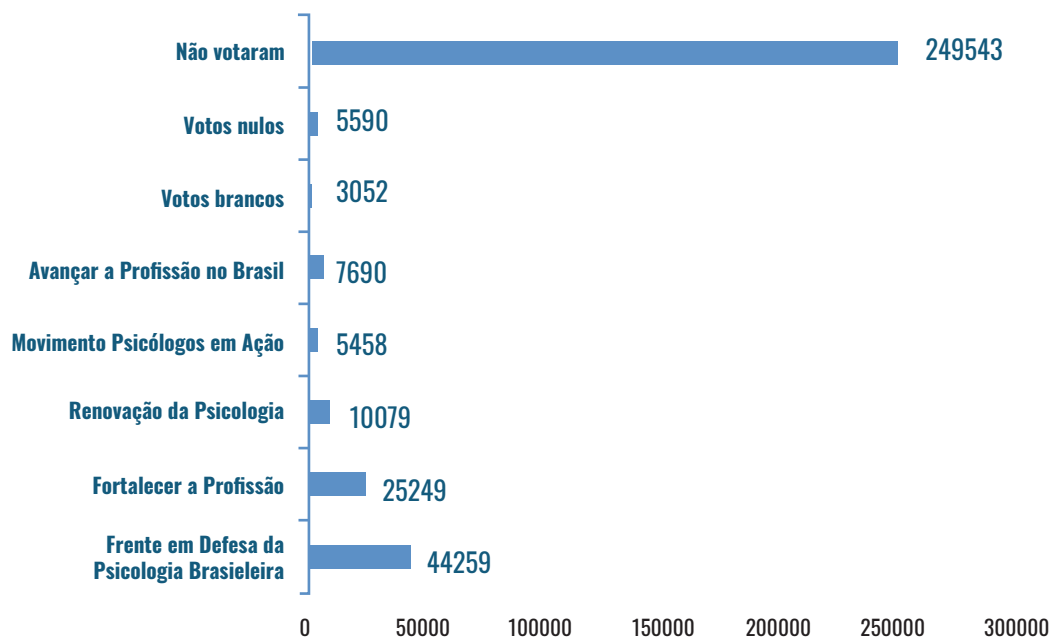
Em 2019, a CONEP esteve presente em diversas agendas, seja no Tsunami da Educação, no CNP, no 57º Congresso da UNE ou na 16ª Conferência Nacional de Saúde. No Tsunami da Educação, fomos às ruas com diversos estudantes universitários, quando o ex-ministro da educação Abraham Weintraub ameaçou cortar todas as bolsas de pesquisas e extensão das universidades, esse apagão na ciência mobilizou estudantes e pesquisadores, fazendo o próprio FENPB a se mobilizar nas lutas também.

Ocupamos as ruas e as redes, organizamos ocupações e fomentamos a participação estudantil, visto que o apagão em pesquisa iria atrasar demais o avanço da Psicologia no Brasil. O Tsunami da Educação é tema do 57º Congresso da UNE, em que a CONEP participa com seus coletivos organizados, reafirmando a importância de uma agenda nacional de mobilização e articulação com todo o MEpsi; esse Tsunami leva, no 57º Congresso da UNE, estudantes do Brasil inteiro à Esplanada dos Ministérios para cobrar mais investimento da educação e gritar pelo #ForaBolsonaro.

Esse Congresso da UNE tem um momento histórico, que é a volta do PSTU nas disputas da UNE, por meio da juventude Rebeldia; outro fato histórico é que a Oposição de Esquerda se unificou inteiramente, conseguindo eleger um nome para a Diretoria Executiva da entidade, além de eleger Mariana Dias presidenta da UNE.

No 10º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), as disputas acirravam-se em diversas chapas, a CONEP acompanhou o processo, acompanhando as 5 chapas, na qual a Frente em Defesa da Psicologia Brasileira ganhou pelo triênio entre 2019-2022. A CONEP também questionou a categoria, para as eleições do sistema Conselhos, a maioria dos profissionais de Psicologia não votou, a Figura 1 apresenta o resultado, conforme apresentado pelo CFP.

Figura 1 – Apuração dos votos para o Conselho Federal de Psicologia



Fonte: CFP, 2019

A CONEP fez o relatório de todos os CRPs, apontando a necessidade da categoria profissional em participar do processo eleitoral do sistema conselhos. Ainda em 2019, participamos da 16ª Conferência Nacional de Saúde, combatendo o bolsonarismo e apontando a saída pela democracia, em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e contra sua privatização.

Em 2020, a CONEP começa a se preparar para organizar o XXXI ENEP, organizado com o Centro Acadêmico de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. No entanto, nossos sonhos são interrompidos com a vinda da pandemia da Covid-19. A luta pelo isolamento social torna-se a principal bandeira dos estudantes da saúde, com a cobrança por medidas de assistência social, segurança alimentar e ensino de qualidade, mesmo que no remoto.

Estudantes e professores do país todo se reorganizam para lecionar e aprender de modo remoto. Os Centros Acadêmicos de Psicologia passam a se reunir de modo on-line, e também organizar suas pautas e democracia interna de modo remoto. O XXXI ENEP passa a não existir, visto que a Comissão Organizadora do ENEP (COMMORG) aponta a necessidade de manter um encontro presencial, por conta de toda a atmosfera e qualidade no debate que um encontro presencial proporciona.

Paralelamente a isso, o governo Bolsonaro pouco provê assistência digna para o povo, o preço dos itens de supermercado e da gasolina aumentam com o desemprego; a Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência começa a apresentar os problemas, não entregando as promessas que apontavam. Isso levou diversos estudantes a trancarem o curso e a abandonarem a universidade, mesmo que o MEPSi tentasse articular-se não conseguiria responder às contradições, pois estas eram do governo e do seu despreparo em gerir a pandemia.

Entre 2020 e 2021, o Movimento Estudantil Universitário gritou pelas ruas e ruas, exigindo “Vida, Pão, Vacina e Educação”; estudantes da saúde de todo o Brasil fomentavam a busca por apoio psicossocial e por vacina, convencendo as pessoas a pensarem suas condições de saúde e adotar as medidas preventivas contra a Covid-19.

Conforme, em 2021, a presencialidade voltava, a CONEP e o MEPSi voltavam para as ruas e universidades. O que se coloca em questão aqui não eram apenas os cortes e crimes de Bolsonaro e sua gestão mas também como seria o retorno, o híbrido, as condições sanitárias das universidades e como o movimento estudantil iria se reorganizar e responder às contradições de seu tempo.

Nas Ruas, nas Praças, Quem Disse que Sumiu?!

Chegamos a 2022, e os questionamentos não param; o MEPSi ainda se encontra vivo e organizado, na sua diversidade e pluralidade, conseguimos responder aos anseios de nosso tempo. Com 60 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil, conseguimos apontar que não há saída mais acertada se não a democracia, o acesso aos direitos e à equidade; palavras caras para a maioria dos militantes do movimento estudantil.

A Promessa do XXXI ENEP ressoa como um vento de esperança em uma América Latina que tem esperanças, seja nas eleições do Chile, da Argentina, do Peru e com as pesquisas que se desenham em 2022. Com isso, observa-se um movimento estudantil ainda articulado, combativo e potente, cheio de anseios e com vontade de revolucionar cada canto desse país.

Além disso, é importante notar nossas bandeiras e nosso gosto por continuar acreditando numa Psicologia cada vez mais próxima com o povo e com um caráter emancipacionista. Esse olhar para a Psicologia deixa a CONEP com a vontade de continuar com sua sede revolucionária e articulada com o movimento estudantil do Brasil inteiro.

Aqui no MEPsi, estamos nos reorganizando, marcando os 60 anos de regulamentação da Psicologia do jeito que sempre fomos: INCONFORMADES com uma Psicologia corporativista, neutra e descolada dos sonhos de nossa gente. O compromisso do MEPsi tem sido de promoção da saúde mental, ampliação de direitos, enegrecimento do saber, com um olhar anticapacitista, antirracista, antiLGBTfóbico e feminista e com o compromisso ético-político para com o povo brasileiro.

Esse capítulo se encerra gritando, com os pulmões cheios de ar e com os sonhos da nossa realidade:

NAS RUAS, NAS PRAÇAS

QUEM DISSE QUE SUMIU?!

AQUI ESTÁ PRESENTE O MOVIMENTO ESTUDANTIL!

Referências

Abu-El-Haj, J. (2005). Da “era Vargas” à FHC: Transições políticas e reformas administrativas. *Revista de Ciências Sociais*, **36**(1/2), 33-51. Recuperado de <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9012>.

Associação Nacional de Pós-Graduandos (s.d.). Apresentação e História [Postagem]. Recuperado de: <http://www.anpg.org.br/historia/>.

Capai, E. (2019). *Espero tua (re)volta* [Filme]. Globo Filmes.

Conselho Federal de Psicologia. (2019, Agosto 27). Confirma o resultado das eleições para o Sistema Conselhos de Psicologia. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/confira-o-resultado-das-eleicoes-para-o-sistema-conselhos-de-psicologia/>.

Costa, P. (2019). *Democracia em Vertigem* [Filme]. Netflix.

Hur, D. U., & Aragusuku, H. A. Políticas do movimento estudantil de psicologia no Brasil. (2018). *Memorandum*, **35**, 184-204. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6893>.

Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 (1962). Dispõe sobre os cursos de formação de psicologia e regulamenta a profissão do psicólogo. Brasília-DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14119.htm.

Mesquita, M. R. (2003). Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, **66**, 117-49. Recuperado de <https://journals.openedition.org/rccs/1151>.

Ribeiro, M. A. (2007). História do movimento estudantil na psicologia: Leituras e reflexões acerca do ENEP. *Memorandum*, **13**, 100-19. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6706>.

Trindade, H. (2011). A legalidade e o movimento estudantil brasileiro. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, (33), 129-64. Recuperado de <https://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/view/24413>.

União Brasileira das e dos Estudantes Secundaristas. *História da UBES* [Postagem]. Recuperado de <https://ubes.org.br/memoria/historia/>.

União Nacional das e dos Estudantes [UNE]. *História* [Postagem]. Recuperado de <https://www.une.org.br/memoria/historia/>.

União Nacional das e dos Estudantes [UNE]. Presidentes [Postagem]. Recuperado de <https://www.une.org.br/presidentes/>.

Vilela, A. M. J. (2012). História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia Ciência e Profissão*, **32**(spe.). 28-43. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pcp/a/9KqzhPLhtm58PQNGQB39GLq/?lang=pt&format=html>.

Associação Brasileira de Psicoterapia: Aspectos Históricos e Conceituais

Mathilde Neder
Emília Afrange
Christina Neder

Gênese

No ano de 2001, o Departamento de Psicodinâmica do Instituto Sedes Sapientiae¹, em São Paulo (SP), realizou Jornada intitulada “O que funciona na Prática Clínica da Psicoterapia”.

Este evento contou com o apoio de diversos membros dos vários departamentos e cursos do Instituto Sedes Sapientiae e outras ilustres entidades e associações, entre elas: o Departamento de Psicoterapia da Associação Brasileira de Psiquiatria; a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, o Departamento de Psicoterapia do Hospital das Clínicas de São Paulo; e a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

A Jornada suscitou em uma geração de psicólogos – éramos muitos – o desejo de sistematizar e revigorar um trabalho conjunto com instituições brasileiras e internacionais de Psicoterapia, algo já existente, mas até então realizado de forma casual.

Para tanto, pensamos em constituir uma associação para fortalecer a identidade do psicoterapeuta brasileiro, valorizar sua prática e facilitar o contato com trabalhos nacionais e internacionais, promovendo a atualização de saberes.

Nos anos seguintes, continuamos a tarefa de reunir personagens e instituições por meio de outras jornadas, congressos e grupos de trabalhos com o foco na Psicoterapia e, finalmente, em 29 de maio de 2004, nasceu a Associação Brasileira de Psicoterapia (Abrap), fruto do aporte financeiro e de articulação bastante profícua entre o Departamento de Psicoterapia da Associação Brasileira de Psiquiatria, do

1 O Departamento de Psicodinâmica é credenciado ao Departamento de Psicoterapia da Associação Brasileira de Psiquiatria desde 1993.

Conselho Federal de Psicologia e do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. A partir de então, vimos trabalhando pela construção de uma linguagem sobre a Psicoterapia: abrangência, competências, fronteiras, abordagens, acertos e desafios.

Nesses 18 anos de vivências, a Abrap esteve alicerçada em uma estrutura consistente e comprometida com a difusão da Psicoterapia como instrumento eficaz na promoção da saúde mental. Somos uma entidade de referência e credibilidade que trabalha em prol da instalação do campo teórico e prático da Psicoterapia, marcado pela diversidade. Congregamos e promovemos o intercâmbio entre psicólogos e psicoterapeutas das mais diversas tendências, em favor da validação do amplo espectro de linhas psicoterápicas, com uma multiplicidade de profissionais, que concordam em suspender suas diferenças em prol dos fatores que nos unem.

Para a Abrap, isto implica manter uma postura de mediação e de negociação, escutando, ponderando, reunindo e oferecendo conciliação; tudo isso calcado em argumentos demonstráveis e criteriosamente articulados. Igualmente, garantimos a presença da Psicoterapia nos processos de transformações sociais, alargando seu alcance a diversas áreas e públicos, sobretudo no continente latino-americano e Caribe.

Razão de Ser

O atendimento psicoterápico é uma necessidade cada vez mais crescente e premente. Não há saúde sem saúde mental.

O mundo, hoje globalizado e acelerado pelo desenvolvimento da tecnologia, se caracteriza por uma persistente tensão, numa sociedade competitiva, hedonista, que leva o indivíduo a um esforço mental devastador e acaba por corroer suas forças vitais até o esgotamento extremo.

Atualmente, acusamos em grande escala os sintomas de uma angústia existencial, com índices epidêmicos de estados depressivos a permear as sociedades de países ricos e países pobres.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que mais de trezentos milhões de pessoas, no mundo todo, sofrem de depressão.

Esta e outras patologias envolvendo a saúde mental recrudesceram desde que, em março de 2020, a OMS elevou à categoria de pandemia o estado da contaminação de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2).

Condições Adversas

Mesmo diante dessa realidade, a última edição do Atlas de Saúde Mental da OMS (WHO, 2021)² aponta descompasso mundial entre os serviços de saúde mental oferecidos à população de maneira geral e suas necessidades atuais.

O Atlas, publicado a cada três anos, é um compilado de dados de 171 países sobre políticas de saúde mental, legislação, financiamento, recursos humanos, disponibilidade e utilização de serviços e sistemas de coleta de dados.

Há uma indicação clara de que a maior atenção dada à saúde mental nos últimos anos ainda não resultou em aumento de escala de serviços mentais de qualidade que esteja alinhado com as demandas.

Desafios

A expansão do atendimento é uma necessidade urgente. O psicoterapeuta é um agente de saúde, de prevenção e de transformação. Ocupa lugar primordial no tratamento das diversas patologias da modernidade e o efeito social de sua prática mostra ser cada vez mais produtor.

Ao facilitar o resgate do indivíduo como singularidade consigo mesmo, no relacionamento com o outro e com os diferentes grupos que participam de seu cotidiano, a psicoterapia contribui para a reintegração do ser humano à própria existência, com uma atitude mais observadora, mais crítica e filtrada em relação ao mundo e, portanto, com maior poder de intervenção e de transformação da sociedade.

Reconhecemos que, por diferentes abordagens, podemos chegar ao fim desejado – no caso, o psicoterápico –, considerando não apenas a linha terapêutica envolvida e a tendência aproximativa do paciente. Cada terapeuta em sua posição, trabalhando segundo seus pressupostos teóricos, métodos e técnicas de seu domínio.

A Formação: Garantia de Capacitação

Desde a regulamentação da profissão de psicólogo em 1962, a prática da psicoterapia de qualidade passa pela necessidade destes elementos essenciais: a formação

2 World Health Organization (WHO). (2021). Mental Health Atlas. Recuperado de <https://www.who.int/publications/i/item/9789240036703/>

acadêmica consistente e multidisciplinar; a busca constante por conhecimento, ou seja, estudo contínuo, em que se faz necessária a escolha da abordagem que embasa a formação prática, treinamento profissional básico, práticas supervisionadas e estágios clínicos; além de clareza absoluta sobre a responsabilidade ética de sua práxis.

Isso significa que o psicoterapeuta necessita do conhecimento, do domínio do campo teórico-prático da linha escolhida, estar em constante atualização para sua melhor atuação, além de contar com a supervisão de um profissional experiente. Outro aspecto imprescindível é ter sua própria análise, visto que só levamos nosso cliente até onde fomos conosco em nosso próprio processo pessoal.

O Campo de Atuação da Abrap: a Psicoterapia

Freud foi o mestre inovador que estabeleceu os parâmetros fundantes da psicoterapia, a *talking cure*, diferentes da conversa leiga, por seus estritos parâmetros de sigilo, anonimato, a interpretação de conteúdos inconscientes e simbólicos, e o manejo da relação terapêutica, em suas identificações transferenciais, contratransferenciais e outras formas de resistência.

Mas, logo a seguir, a psicologia conheceu as técnicas humanistas e gestálticas por meio dos workshops, encontros de sensibilização, ampliação da consciência e autoconhecimento, que trouxeram tantos e bem-vindos desdobramentos em muitos campos de atuação, nas escolas, empresas e comunidades.

A psicoterapia, por sua vez, continuou em suas revisões, pesquisas e novas leituras. Hoje temos várias abordagens, de grupo ou individual, como as Psicoterapias Psicodinâmicas, a Psicoterapia Analítica, a Psicoterapia Comportamental, a Psicoterapia Cognitiva, a Bioenergética, a Psicoterapia Corporal, entre outras.

Muitas técnicas específicas foram desenvolvidas, sendo notáveis, por exemplo, os enfoques das Psicoterapias Breves, suportivas e de apoio. Outro desenvolvimento foi o das Terapias, como a Terapia de Família, a Terapia Transpessoal, as Terapias Integrativas, que dialogam com campos não exclusivos da psicologia e psiquiatria. Sendo assim existem diferentes tipos de psicoterapia com diferentes pressupostos teóricos, técnicas e recursos técnicos diferenciados, as quais podem ser adequadas em contextos de psicoterapias breves.

De acordo com Wolberg (1988), a psicoterapia se configura como uma forma de tratamento, por meios psicológicos, de problemas de natureza emocional, que se dá por meio de método decorrente de abordagem teórica. Esse tratamento ocorre por meio de longo processo de autoconhecimento, baseado no conhecimento

científico e mediado por profissional especializado e que irá se aprimorar por um longo período de tempo. Um dos seus objetivos é o autoconhecimento, outro é favorecer a capacidade de autogestão com autonomia e eficiência das dificuldades internas e dos desafios da vida.

Também já foi definida como um método de tratamento psicológico exercido por profissional especializado e que tem por objetivo ajudar na transformação interior do cliente, levando-o a condutas mais amorosas com suas dificuldades e dilemas (Roudinesco, & Plon, 1998).

Consoante a Resolução CFP nº 10/2000, trata-se de uma “técnica e conceitualmente, um processo científico de compreensão, análise e intervenção que se realiza por meio da aplicação sistematizada e controlada de métodos e técnicas psicológicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissional”.

Definir psicoterapias não é tarefa fácil, mas cheia de desafios, que vão desde suas características essenciais às suas funções. É um campo da psicologia em que a escuta clínica é uma de suas ferramentas mais importantes.

Para a abordagem gestáltica, por exemplo, a psicoterapia visa a restaurar os processos inerentes ao crescimento. Já para a abordagem psicanalítica, busca-se um ajustamento por meio da introvisão de conflitos inconscientes. Sob a perspectiva da abordagem cognitiva, por sua vez, a psicoterapia possibilita mudar os processos de pensamento irracional (Berni, 2010). Ou seja, o objeto de nossos esforços é constituído pelo ser humano que sofre e se encontra enfermo em termos anímicos e que precisa de atenção biológica, emocional e espiritual.

Esse processo se dá por meio de uma relação entre cliente e profissional da área médica ou psicológica, em sessões diárias ou semanais, por um período breve ou prolongado. Um processo sofrido, em que a pessoa terá que render-se a si mesmo, lidando com resistências, ambivalências, projeções e sentimentos antes não visitados, além de gestar as suas inquietações e sustentar a pressão para que algo emergja do inconsciente. Ele abrange, então, melhorar a capacidade da pessoa de pensar, conhecer, ser autêntico, livre de formas de dependência, podendo experimentar mais prazer e amorosidade com a própria vida.

Conclusão

As psicoterapias estão no campo das estratégias de autoconhecimento e mudança pessoal. Elas são processos complexos de mudança pessoal, que demandam a construção e manejo de fortes vínculos terapêuticos, para que o paciente acesse e de

conta dos vários aspectos de suas realidades psicológicas. Trata-se de um processo de ressignificação do self e da percepção do outro.

Como qualquer medida, ela possui limites, como possível insuficiente contato com a realidade, dificuldades em desvios sociais com defesas psicóticas e impulsividade grave, além de situações de fase aguda de periculosidade suicida. Nestes casos os psicoterapeutas atuam com as equipes de saúde, orientando familiares e redes de apoio.

Mas sua possibilidade de amplo alcance merece reconhecimento, sendo de se destacar que a psicoterapia promove um encontro único a favorecer a mudança pessoal e o aprendizado sobre como reagir de forma diferente frente a padrões repetitivos, na direção do autoconhecimento de melhor percepção do que seja uma vida com qualidade e do fortalecimento egóico e de estratégias de enfrentamento, promovendo relações humanas mais justas e generosas junto aos indivíduos, famílias e grupos.

Referências

Associação Brasileira de Psicoterapia. (2022). O que é ABRAP [Postagem]. Recuperado de <http://www.abrap.org/abrap.php>

Berni, L. E. V. (2010). Psicoterapia como clínica Psicológica: Um campo em permanente construção. LEVBERNI. Recuperado de http://www.crpsp.org.br/psicoterapia/pdfs/A_CLINICA_PSICOLOGICA_UM_CAMPO_EM_CONSTRUCAO.pdf

Cordioli, A. V. (Org.). (2008). **Psicoterapias: Abordagens atuais** (3. ed.). Artes Médicas.

Organização Pan-Americana da Saúde. (n.d.). Depressão [Postagem]. Recuperado de <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>

Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). **Dicionário de psicanálise**. Zahar.

Wolberg, L. P. (1998). **A técnica da Psicoterapia** (4. ed.). Martins Fontes.

World Health Organization (WHO). (2021). **Mental Health Atlas**. World Health Organization: Geneva. Retrieved from <https://www.who.int/publications/item/9789240036703/>

ABECiPsi: uma Entidade em Prol das Revistas e Editores de Psicologia

Thatiana Helena de Lima
Maria Imaculada Cardoso Sampaio
Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Nelson Hauck Filho

A Publicação Científica em Psicologia

Em 2018, os editores da revista Psico-USF (Ambiel, et al.) se propuseram a refletir, no editorial do número dois da revista, sobre a função da publicação científica. Apontam que, de acordo com alguns autores, como Guedes (2011), Trzesniak (2009) e Barata (2015), ela, a publicação científica, não deve estar em função do produtivismo, trata-se da finalização de uma pesquisa e que é a contribuição social do autor, contando o processo do estudo e dos resultados encontrados. Quando o autor escolhe o periódico em que pretende publicar seu trabalho, também conta um pouco desse processo, já que escolhe o público que utilizará os seus achados.

Segundo Abreu-Rodrigues (2009), o conhecimento científico envolve duas fases. A primeira se refere a todo processo em que o conhecimento é produzido, desde a elaboração do problema de pesquisa, passando pela escolha da metodologia mais pertinente, o processo de averiguação em si, a realização das análises, finalizando na interpretação dos resultados obtidos. A segunda diz respeito à difusão do conhecimento, podendo ser em comunicados, em congressos científicos, mas que só quando publicada em periódico especializado é que pode se considerar completamente concluída. Essa importância se dá pelo fato de o manuscrito ser avaliado por pares e só ser aprovado caso atenda a requisitos mínimos. No entanto, a publicação não pode ser considerada garantia da qualidade do conhecimento, é necessário que ele estimule outros que se interessem em questionar, provendo novos estudos que auxiliem o desenvolvimento da área. Espera-se que, nas duas fases, todos os envolvidos estejam comprometidos com normas éticas da publicação científica.

Por algum tempo, baseado no sistema de avaliação dos programas de pós-graduação assumido pela CAPES, a produtividade, ou seja, o número de publicações, era priorizado e, por isso, houve aumento no número de submissões, principalmente dos pesquisadores associado aos programas. Num tempo mais recente, diante de uma objeção da comunidade científica nacional a esse produtivismo, foi incorporado ao sistema de avaliação indicadores de qualidade do que é produzido. Um deles é o fator de impacto, que visa a mostrar o quanto um periódico colabora para a evolução da área, ele é medido pelo número de citações dos artigos publicados. Dessa forma, o maior número de citações implica maior relevância na área (Abreu-Rodrigues, 2009).

Diante do que foi explanado, pergunta-se qual é o papel do editor no processo de publicação. É importante elucidar que, embora o trabalho dos pareceristas seja primordial, uma das principais contribuições do editor é proporcionar subsídios para a decisão final. São diversas as atividades que são de responsabilidade do editor, isso por conta do compromisso com a inovação e originalidade do conhecimento (Abreu-Rodrigues, 2009). Numa série de editoriais sobre as responsabilidades éticas dos componentes responsáveis pelo artigo, desde o autor até o editor, Feitosa (1994) destaca que compete ao editor, entre outras tarefas: assumir normas de publicação; escolher pareceristas que contribuam com o processo de avaliação; empregar um processo de tramitação padronizado; assegurar a independência intelectual dos autores; contornar erros de publicação; garantir a atualidade do artigo a ser publicado.

De acordo com Lisboa (2013), a produção de conhecimento, não só ligado à Psicologia, está conectada com a produção de mudanças sociais e de concepções, assim como de comportamentos e atitudes. A autora mostra a importância da forma como o conhecimento científico é apresentado, tendo em vista que a escrita científica possui o propósito de alcançar um número elevado de leitores e, dependendo da forma como é, pode expressar as ideias como verdades absolutas. Sabendo que a Psicologia é uma ciência dinâmica e complexa, tal expressão pode proporcionar entendimentos equivocados. Assim, o cuidado ético implica levar os leitores à reflexão, tendo em vista que o trabalho, por mais profícuo que seja, não pode ser o fim e deve proporcionar novos estudos. Contudo, apesar de termos e sabermos as histórias dos nossos estudos, o desafio é ser capaz de contar aos outros. Foi pensando em tudo isso que um grupo de pessoas envolvidas com a publicação científica criou uma associação específica para a área de Psicologia, como veremos a seguir.

Breve Histórico e Realizações da Associação

A ABECiPsi (Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos e de duração indeterminada. Por meio de projetos orientados às necessidades específicas da área de Psicologia, tem como objetivo promover o aumento da qualidade e visibilidade da produção intelectual publicada em periódicos científicos (<http://www.abecipsi.org.br/site/node/6>).

A ABECiP, primeira sigla para a ABECiPsi, foi criada em 2004, durante o I Encontro de Editores de Revistas de Psicologia, no dia 30 de agosto. O objetivo era o de organizar os editores de revistas de Psicologia em torno de uma Associação que os ajudasse a melhorar a qualidade e visibilidade das revistas da área. Com muitas revistas sendo publicadas na área e a dispersão dessas, por falta de um órgão que reunisse e dessa voz aos editores da área, a criação de uma entidade com a finalidade de integrar os atores responsáveis pelas revistas surgiu como uma possibilidade de fazer o papel de mediador e orientador no processo de publicação de revistas científicas de Psicologia.

O momento demandava uma instituição que se responsabilizasse, também, pela capacitação dos editores e suas equipes, tanto no processo de gestão editorial como na entrega de informações atualizadas sobre as novidades dos novos modelos editoriais, com ênfase na publicação eletrônica e artigos digitais. Dois projetos foram apontados como urgentes naquele encontro: a criação de um Portal temático para publicação das revistas em acesso aberto, como complementar ao SCIELO; e a publicação de um manual que auxiliasse editores e autores na árdua tarefa de construir revistas e elaborar artigos científicos. A Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia (BVS-Psi) foi designada como responsável por iniciar os dois projetos.

Em 2005, durante a “I Reunião Técnica de Editores”, realizada no “I Congresso da União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)”, a ABECiPsi, em parceria com a BVS-Psi, apresentou a primeira versão do Portal de Revistas PePsi e o estatuto da Associação. Em 2006, no “II Encontro de Editores de Revistas de Psicologia” foram apresentados o estatuto revisto e a regulamentação da ABECiP, assim como eleita a primeira diretoria, com gestão até março de 2008, como será apontada a seguir.

Em 2007, a “I Reunião da Diretoria da ABECIP” discutiu sobre os encaminhamentos legais da ABECIP. No ano de 2008, com o apoio do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a ABECiP conseguiu seu CNPJ, o registro da marca no INPI e iniciou o processo de inscrições de sócios. O ano termina com 23 associados. É importante

ressaltar que o apoio do CFP, tanto com a designação de conselheiros para trabalhar na gestão da Associação quanto com o apoio financeiro, foram decisivos para que o processo de formalização da entidade fosse viável. Não podemos deixar de mencionar, também, o papel de protagonista da equipe da Biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), que foi decisivo para que a Associação nascesse e se organizasse com os editores.

No ano de 2010, a ABECiP inicia uma empreitada mais ofensiva para cumprir seus objetivos de apoio aos editores e autores e em busca de novos associados. Fabián Rueda assume a Diretoria, devido ao pedido de desligamento de Marilda Lipp, e tem início um novo modelo de gestão na Associação. A Associação já estava consolidada como entidade da Psicologia brasileira e obteve sua afiliação na FENBP, passando a ocupar um lugar legítimo entre as entidades de Psicologia.

Em 2011, o segundo projeto apontado no “I Encontro da ABECiP” é realizado e o livro “Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica” (<http://publicarempsicologia.blogspot.com/>) é entregue à comunidade, numa parceria entre a própria ABECiP, o CFP e a Casa do Psicólogo. Os editores e autores da área passaram a contar com um manual que os orientava em relação à gestão das revistas e na produção de revistas e artigos científicos.

Em 2011, a ABECiP oferece o primeiro curso para os associados e novos sócios. O Método Lógico para Redação Científica Internacional, ministrado por Gilson L. Volpato, entre 15 e 16 de setembro de 2011, recebe bastante adesão. O curso foi promovido nas dependências do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Neste ano também a ABECiP recebe notificação da Britânica Marcas e patentes por utilizar a mesma sigla que uma Associação Imobiliária, ABECiP. É feito um esclarecimento oficial e a sigla passa a ser ABECiPsi.

No ano de 2012, no “V Encontro da Associação”, por ocasião da eleição da nova Diretoria, um importante debate com Abel Packer (coordenador do SciELO), Denise Bandeira (editora da revista Psicologia: Reflexão e Crítica), Gilson Volpato (especialista em escrita científica), Ivan França Junior (editor associado da Revista de Saúde Pública) e Sueli Mara Ferreira (Diretora do Departamento Técnico do SIBi/USP) é promovido pela Associação. Outro curso com o Gilson Volpato é oferecido e a Associação conta com 35 associados individuais e 14 revistas associadas.

Em 2012, a ABECiPsi promoveu as seguintes atividades no III Congresso Psicologia: Ciência e Profissão; Como Preparar artigo científico, Ministrantes: Maria Imaculada Cardoso Sampaio e Aparecida Angélica Z. Paulovic Sabadini. Ética na Produção e na Comunicação do Conhecimento Científico em Psicologia, Ministrante:

Sebastião Rogério Goies Moreira. Formação em Psicologia e as Bases de Dados de Psicologia, Ministrante: Célia Regina de Oliveira Rosa. Simpósio: Formação em Psicologia e a Psicologia Baseada Evidências, Simposistas: Tamara Melnik, Gabriela Andrade da Silva e Maria Imaculada Cardoso Sampaio.

Ainda no ano de 2012, com recursos da própria Associação, foi possível construir um site e criar um banco de pareceristas que já tem diversos consultores cadastrados. No início de 2013, o banco entrou em operação com o envio de senhas para a divulgação entre as revistas associadas. Em 2012, foi iniciado um processo para inclusão do Digital Object Identifier (DOI) nos artigos das revistas PePSIC. O esperado era que, no ano de 2013, o processo se efetivasse e as revistas pudessem usufruir desse benefício que a Associação promoveria. Não foi possível fazer isso como associação, pois era necessário que cada revista obtivesse seu próprio DOI. A ABECiPsi, então, orientou os editores sobre os procedimentos para obter o importante número, que se configura como o identificador do artigo na Internet.

No ano de 2015, nos dias 26 e 27 de novembro, a ABECiPsi promoveu o “I Congresso da ABECiPsi”, chamado “INDICADORES CIENTOMÉTRICOS E PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DE PSICOLOGIA: DESAFIOS ATUAIS”. Além do simpósio, que contou com a participação de diversos representantes científicos nacionais e internacionais, foi oferecido pelo Dr. Wilson López-López (editor da *Universitas Psychologica*) o curso “O QUE OS EDITORES E REVISORES PRECISAM SABER PARA APROVAR ARTIGOS DE QUALIDADE”.

No ano de 2016, a sede da ABECiPsi, que desde o início fora na Biblioteca do Instituto de Psicologia da USP, passa a ser itinerante e acompanhar o presidente da Associação, o que marca uma nova era na gestão da entidade. Sem a participação direta dos bibliotecários na gestão da Associação, o gerenciamento das atividades da associação ficou mais disperso e dificultou a organização de eventos e captação de novos sócios, pois afastava dos editores das revistas do PePSIC o contato com os “publishers” ficou limitado.

O “II Congresso Brasileiro da ABECiPsi” aconteceu sob os auspícios da Universidade São Francisco (USF) e foi realizado no Campus de Campinas, trazendo o relevante tema: “A produção científica como resistência às políticas de desmonte”. As Conferências, com grandes nomes da produção científica nacional e internacional, assim como as palestras de autoridades na área, trouxeram conhecimentos de valor para os editores e autores participantes do congresso. A ABECiPsi avançou rumo ao cumprimento do seu objetivo de capacitar a comunidade para o desempenho com qualidade da escrita científica em Psicologia.

Nos dias 21 e 22 de outubro de 2021, foi realizado o “III Congresso da ABECiPsi”, que aconteceu no formato on-line, devido à Pandemia da Covid-19. Mesmo em situação adversa, e com extrema dificuldade para integrar as pessoas, a Associação manteve seu compromisso de trabalhar em prol dos editores e autores da área. Como o explicado no site da USF: “O III Congresso Brasileiro da ABECiPsi consiste no principal evento nacional de diálogo entre editores, revisores de periódicos, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação na área da Psicologia” ([https://www.usf.edu.br/eventos/eventos-exibir/181860402/iii+congresso+brasileiro+da+associacao+brasileira+de+editores+cientificos+de+psicologia.htm?pre=0#](https://www.usf.edu.br/eventos/eventos-exibir/181860402/iii+congresso+brasileiro+da+associacao+brasileira+de+editores+cientificos+de+psicologia.htm?pre=0#.Yo0cV6jMJPY)). Os eventos da ABECiPsi buscam proporcionar o compartilhamento de experiências exitosas de gestão de periódicos, além de desafios e potencialidades relacionadas às publicações científicas em Psicologia no Brasil. O evento do ano de 2021 tinha como tema “A ciência como uma vela no escuro” e abordou os desafios atuais da pesquisa na área, bem como os benefícios do desenvolvimento científico nos mais amplos domínios sociais.

O Portal de Revistas de Psicologia – PePsic: Mudança de Paradigma na Publicação das Revistas de Psicologia

O portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), projeto definido como essencial no “I Encontro da ABECiPsi”, é uma fonte da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (BVS-Psi ULAPSI) e fruto da parceria entre Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP) e do Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde – BIREME, que cedeu a metodologia – Scientific Electronic Library Online (SciELO) – modelo de publicação eletrônica de periódicos para países em desenvolvimento.

O objetivo do PePSIC é contribuir para a visibilidade do conhecimento psicológico e científico gerado nos países da América Latina, a partir da publicação de revistas científicas em acesso aberto.

Por acesso aberto, tal como a *Budapest Open Access Initiative*, entendemos:

a disposição livre e pública na internet, de forma a permitir a qualquer usuário a leitura, download, cópia, distribuição, impressão, busca ou o link com o conteúdo completo de artigos, bem como a indexação ou o uso para qualquer outro propósito legal, sem barreiras financeiras, legais e técnicas outras que não aquelas necessárias para a conexão da Internet. O único constrangimento para a reprodução, distribuição, bem como os direitos de cópia e seu domínio deve ser o controle do autor sobre a integridade de seu trabalho e o direito de sua propriedade intelectual e citação. (<http://pepsic.bvsalud.org/>)

Originalmente desenvolvido para publicar as revistas científicas de Psicologia do Brasil, o PePSIC foi lançado oficialmente em 2005 e expandido para os demais países da América Latina no ano 2006. Atualmente, o portal publica títulos de 11 países.

A Coordenação Técnico-Científico da BVS-Psi ULAPSI foi, até o ano de 2015, responsável pela política de inclusão de novos títulos e gestão do PePSIC. A partir desse ano, aconteceu uma mudança bastante importante na gestão do Portal que passou a dificultar o avanço da fonte de informação. A falta de recursos financeiros dificultou a atualização da metodologia SciELO para publicação das revistas e o PePSIC segue com uma plataforma desatualizada e distante do planejado para uma fonte de informação com a relevância que o portal obteve na comunidade. É esperado para este ano de 2022 que o CFP e a SciELO consigam fechar o contrato que possibilitará a renovação do Portal e que o colocará, novamente, no lugar de destaque que ocupou outrora. Os editores esperam ansiosos que isso aconteça e que as revistas sejam publicadas novamente na velocidade que o nosso tempo exige. Outros títulos também esperam para serem avaliados e incluídos no Portal, ampliando o acesso aberto ao conhecimento científico publicado nesses veículos.

Os problemas que o PePSic enfrenta atualmente já refletem na sua relevância na comunidade. No ano de 2014, a fonte de informação ocupava a 33ª posição no ranking mundial “Top Portal” da Webometrics. O portal havia subido cinco posições desde a última divulgação do ranking, em 2013, que apresenta indicadores sobre repositórios científicos de todo o mundo (<https://www5.usp.br/noticias/institucional/portal-de-periodicos-gerenciado-pelo-ip-sobe-cinco-posicoes-em-ranking-mundial/>). Na 13ª Edição, do ano de 2022, o PePSic caiu 17 posições no ranking e aparece em 50º lugar, deixando a comunidade de editores, autores e demais atores envolvidos com as publicações científicas bastante preocupados. Não podemos deixar de falar do esforço de muitos e investimentos das entidades da Psicologia para que o portal se tornasse uma realidade.

Acreditamos que esses problemas em breve serão resolvidos, uma vez que estamos falando de uma fonte de informação que auxiliou fortemente a mudança do panorama das revistas científicas de Psicologia e que não pode ser descontinuada de forma alguma. O risco de ver o portal deixar de ser publicado significa um retrocesso para a área, que durante muitos anos esteve como exemplo como área temática, tanto na gestão do PePSIC, como da BVS-Psi.

Diretorias

A seguir, as diretorias que orientaram a gestão e crescimento da ABECiPsi são apresentadas.

Diretoria 2006-2008

- **Presidente:** Sebastião Rogério Gois Moreira. **Presidente futuro:** Fermino Fernandes Sisto. **Presidente passado:** Aidyl Macedo de Queiroz Pérez-Ramos.
- **1ª Secretária:** Maria Inês Gandolfo Conceição. **2ª Secretária:** Maria Imaculada Cardoso Sampaio.
- **1º Tesoureiro:** Lisiane Bizarro Araújo. **2º Tesoureiro:** Piotr Trzesniak.
- **Conselho fiscal:** Ana Maria Jacó Vilela, Fuad Kyrillos Neto, Rozilda das Neves Alves, Fabián Javier Marín Rueda. **Suplentes:** Alexandre Dittrich, Zélia Maria Mendes Biasoli Alves.

Diretoria 2008-2010

- **Presidente:** Fermino Fernandes Sisto. **Presidente futuro:** Marilda Emmanuel Novaes Lipp. **Presidente passado:** Sebastião Rogério Góes Moreira.
- **1º Secretário:** Fuad Kyrillos Neto. **2º Secretário:** Sérgio Dias Cirino.
- **1ª Tesoureira:** Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini. **2º Tesoureiro:** Alessandro Soares da Silva.
- **Conselho Fiscal:** Aidyl Macedo de Queiroz, Pérez-Ramos, Alexandre Dittrich, Ana Maria Jacó-Vilela, Fabián Javier Marín Rueda, Henrique Figueiredo Carneiro, Rozilda das Neves Alves.

Diretoria 2010-2012

- **Presidente:** Marilda Emmanuel Novaes Lipp. **Presidente Futuro:** Fabián Javier Marín Rueda. **Presidente Passado:** Fermino Fernandes Sisto.
- **1ª Secretária:** Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira. **2ª Secretária:** Maria Imaculada Cardoso Sampaio.
- **1ª Tesoureira:** Aidyl Macedo de Queiroz Pérez-Ramos. **2ª Tesoureira:** Lucy Leal Melo-Silva.
- **Conselho Fiscal:** Aparecida Angélica Z. Paulovic Sabadini, José Tolentino Rosa, Sebastião Rogério Gois Moreira. **Suplentes:** Dora Selma Fix Ventura, Eduardo Leal Cunha.

Diretoria 2012-2014

- **Presidente:** Fabián Javier Marín Rueda. **Presidente Futura:** Maria Cristina Trigueiro Veloz Teixeira. **Presidente Passado:** Marilda Lipp.
- **1º Secretário:** Manoel Antonio dos Santos. **2ª Secretária:** Fernanda Leite Guzman.
- **1ª Tesoureira:** Maria Imaculada Cardoso Sampaio. **2ª Tesoureira:** Mary Sandra Carlotto.
- **Conselho Fiscal:** José Tolentino Rosa, Aidyl Macedo de Queiroz Pérez-Ramos, Danilo Suassuna. **Suplentes:** Dora Selma Fix Ventura, Eduardo Leal Cunha.

Diretoria 2014-2016

- **Presidente:** Maria Cristina Trigueiro Veloz Teixeira. **Presidente Futura:** Alessandra Gotuzo Seabra. **Presidente Passado:** Fabián Javier Marín Rueda.
- **1ª Secretária:** Acácia Aparecida Angeli dos Santos. **2º Secretário:** Bruno Damásio.
- **1ª Tesoureira:** Aparecida Angélica Paulovic Z. Sabadini. **2º Tesoureiro:** Gustavo Martineli Massola.
- **Conselho Fiscal:** José Tolentino Rosa, Aidyl Macedo de Queiroz Pérez-Ramos, Danilo Suassuna. **Suplentes:** Dora Selma Fix Ventura, Eduardo Leal Cunha.

Diretoria 2016-2018

- **Presidente:** Alessandra Gotuzo Seabra. **Presidente futura:** Ana Paula Porto Noronha. **Presidente passado:** Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira.
- **1º Secretário:** Nelson Hauck Filho. **2ª Secretária:** Rochele Paz Fonseca.
- **1ª Tesoureira:** Bruna Toniatti Trevisan. **2º Tesoureiro:** Gustavo Martineli Massola.
- **Conselho Fiscal:** Danilo Suassuna, Acácia Aparecida Angeli dos Santos, Luiz Renato. **Suplentes:** Rodrigues Carreiro, Thatiana Helena de Lima.

Diretoria 2018-2020

- **Presidente:** Ana Paula Porto Noronha. **Presidente futuro:** Nelson Hauck Filho. **Presidente passado:** Alessandra Gotuzo Seabra.
- **1º Secretário:** Gustavo Martineli Massola. **2ª Secretária:** Mary Sandra Carlotto.
- **1ª Tesoureira:** Thatiana Helena de Lima. **2ª Tesoureira:** Máira Bonafé Sei.
- **Conselho Fiscal:** Danilo Suassuna. Acácia Aparecida Angeli dos Santos. **Suplente:** Luiz Renato Rodrigues Carreiro.

Diretoria 2020-2022

- **Presidente:** Nelson Hauck Filho. **Presidente futuro:** Thatiana Helena de Lima. **Presidente passado:** Ana Paula Porto Noronha.
- **1º Secretário:** Jean von Hohendorff. **2ª Secretária:** Ariela Raissa Lima Costa.
- **1º Tesoureiro:** Felipe Valentini. **2º Tesoureiro:** Evandro Peixoto.
- **Conselho Fiscal:** Acácia Aparecida Angeli dos Santos. **Suplente:** Luiz Renato Rodrigues Carreiro.

Propostas da ABECiPsi para os Editores e Revistas da Área

A seguir estão listadas algumas propostas que foram pensadas para a área de editores científicos em Psicologia pela diretoria atual da ABECiPsi.

Ações Urgentes com as Entidades de Psicologia em Prol da Recuperação do PePsic;

- Webinars/lives mensais: convidar estudantes de mestrado e doutorado de Programas de Pós-Graduação, falando sobre temas como ciência, redação científica, projetos e pesquisa, bolsas e financiamentos, doutorado sanduíche, coletas em populações especiais etc.;
- Aprimorar Cadastro de Sócios;
- Levantamento de interesses/ideias para congresso e eventos;
- Participação em eventos da ABEC;
- Lançamento de livro ou edição especial em alguma revista, tendo como possibilidade de temas a história, editoração, escrita e avaliação de manuscritos e projetos;
- Oferecer benefícios para outras sociedades serem sócias, como por exemplo, cursos de atualização, jornadas sem custo, congressos com desconto, livros e materiais didáticos, webinars; e
- Colocar no site uma lista com informações sobre os periódicos de Psicologia.

Vantagens de ser ABECIPSI:

- Desconto em eventos de outras entidades, como as que estão no FENPB, por exemplo;
- Desconto em materiais produzidos pela ABECIPSI; e
- Além de outros que serão propostos pelas gestões futuras da diretoria.

Referências

- Abreu-Rodrigues, J. (2009). A qualidade da publicação científica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000100001>
- Ambiel, R. A. M., Noronha, A. P. P., & Carvalho, L. F. (2018). Qual a finalidade de uma publicação científica? *Psico-USF*, 23 (2). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230200>
- Barata, G. (2015). Em revisão: O impacto da produção científica brasileira para o Brasil. *Ciência e Cultura*, 67(4), 6-8.
- Feitosa, M. A. G. (1994). A responsabilidade ética do editor de um periódico científico [Editorial]. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 70(2), iv-viii.
- Guedes, M. C. (2011). Equívocos na publicação científica: Algumas considerações. *Psicologia USP*, 22(2), 387-98.
- Lisboa, C. (2013). Notas sobre redação científica em psicologia. *Psico*, 44(3), 308-9. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/15804>
- Trzesniak, P. (2009). A estrutura editorial de um periódico científico. Em A. A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio, & S. H. Koller (Orgs.), *Publicar em psicologia: Um enfoque para a revista científica* (87-102). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia; Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Um campo diverso como é o fenômeno esportivo: marcas da psicologia do esporte brasileira

Katia Rubio
Cristiano Roque Barreira

Introdução

A relação da Psicologia com o Esporte tem uma história de mais de um século e está pautada tanto no desenvolvimento da psicologia como ciência, quanto no esporte como fenômeno social. Entre ambos, ciência e fenômeno social, enreda-se a atuação profissional em Psicologia do Esporte, assim como é para outros campos e especialidades da Psicologia. É aí que o conhecimento científico subsidia as diferentes práticas socioprofissionais em variados ambientes e, muitas vezes, de onde provêm alguns dos principais problemas a serem abordados cientificamente.

Longe desse processo de enredamento histórico ser um modo contínuo que garantidamente avance, embora ininterrupto e nunca acabado, ele está sempre sujeito a retrocessos e inércias. No Brasil, o comprometimento ético com o avanço da Psicologia do Esporte na qualidade de ciência e profissão traduziram-se na constituição da entidade da área que veio a representá-la junto ao Conselho Federal de Psicologia (CFP), responsável pela regulação da profissão, a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP). Nessa condição, por sua vez, a ABRAPESP integra, desde sua fundação, o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), espaço em que a diversidade científico-profissional da área, estendendo-se às suas representações sindical e estudantil, se reúne, norteando-se pelo mesmo comprometimento ético e seus desafios.

A Psicologia do Esporte pode ser descrita como o estudo do comportamento humano no contexto do esporte e da atividade física, ou como os fundamentos psico-

lógicos, processos e consequências da regulação psicológica de atividades relacionadas com o movimento do corpo humano, seja na busca de resultados esportivos, no desenvolvimento de habilidades motoras, na reabilitação ou ainda no desenvolvimento de relações no ambiente de atividades físicas de uma ou várias pessoas atuando como sujeito da atividade (Rubio, 2007). Sua definição compreende, de modo sucinto, o estudo científico de pessoas e comportamentos em situação de atividade física e esportiva, bem como a aplicação desse conhecimento (Weinberg, & Gould, 1995). Sua inserção acadêmico-científica tem uma dupla abrangência, podendo ser situada tanto como uma especialidade da Psicologia como uma subárea das Ciências do Esporte.

Boa parte dos avanços da Psicologia do Esporte reside nessa interseção, posto que a produção de seus conhecimentos informa o ensino e a aplicação desses na atuação de profissionais da Psicologia e da Educação Física. Essa abrangência dupla se repete em outros campos da Psicologia, como o da Educação e o da Saúde, havendo um claro resguardo entre profissões informadas pela ciência psicológica – caso da Pedagogia e da Medicina, que precisam da Psicologia para ampararem suas ações – e a intervenção profissional em Psicologia propriamente dita. Quanto a isso, no Brasil, a Psicologia do Esporte tem vicissitudes que, embora não sejam o tema central do presente capítulo, orbitam tópicos pertinentes ao comprometimento ético-profissional abraçado pela ABRAPESP.

Desenvolvida a princípio na antiga União Soviética e nos Estados Unidos da América, a Psicologia do Esporte alcançou desenvolvimento em alguns países europeus e depois foi trazida para o Brasil nos anos 1950, como um conjunto de técnicas de estratégias de intervenção que visavam ao treinamento de habilidades mentais de atletas. Nos anos que se seguiram a esse processo, pouco avanço foi observado tanto no desenvolvimento da Psicologia do Esporte quanto na especialidade da psicologia, como o respeito social por esse fazer profissional, seja por parte de técnicos, seja do lado de atletas e mesmo da categoria profissional.

Diante da importância que o esporte adquiriu como fenômeno social, a Psicologia do Esporte tem vivido nos últimos anos uma grande expansão como campo de intervenção e área de conhecimento, demandando esforços crescentes na formação acadêmica e na produção de conhecimento específico. O pragmatismo que caracterizou o surgimento e o desenvolvimento da Psicologia do Esporte no passado ainda deixa marcas que influenciam a produção e intervenção em Psicologia do Esporte, com estudos e trabalhos enfocando, basicamente, a psicometria para a determinação de perfis psicológicos ou ainda tipos de intervenção cujo objetivo é maximizar e potencializar o rendimento, tendo a finalidade clara da busca da vitória. Atualmente

esse quadro vem sofrendo transformações, indicando a construção de uma Psicologia Social do Esporte na qual o atleta e as pessoas que realizam atividades físicas e esportivas são considerados no contexto de sua história de vida pessoal, bem como de seu meio social e do momento histórico em que vivem. Essa postura altera radicalmente o pouco reconhecimento experimentado pela área no passado.

Com efeito, a intervenção psicológica no alto rendimento jamais perde de vista a otimização do desempenho, ou a busca da vitória, à qual se dedicam o atleta, a instituição e toda a equipe implicada. Todavia, as transformações ocasionadas pela construção desta Psicologia Social do Esporte passam pela crítica de pressupostos epistemológicos naturalizados em um psicologismo técnico instrumental. Neste, a subjetividade é demitida em favor da normatização de um funcionamento cognitivo presumido como objetivamente ótimo. Reside nesse tecnicismo, por exemplo, o apelo a um dever moral de excluir do âmbito esportivo problemas de ordem pessoal, o que parece compatível com a ideia de evitar a perda de foco, evocada pelos chamados pensamentos intrusivos. O que uma Psicologia Social do Esporte problematiza, no que se refere a esse exemplo, não é a lógica correta de que pensamentos intrusivos podem ocasionar perda de foco e devem preferencialmente não ocorrer, mas tanto aquilo que vem a ser designado, caso a caso, como “problemas de ordem pessoal”, o que pode ocultar questões pertinentes à rotina esportiva institucional, quanto a redução a um dever moral, portanto da ordem da vontade, de um acontecimento psíquico que sempre envolve historicidades singulares e outros recursos subjetivos particulares (e irredutíveis à volição).

Deve-se sublinhar, entretanto, que o contexto esportivo tem exigências que requerem do psicólogo uma lida competente com tópicos sensíveis ao desempenho atlético. Na ausência dessa competência, encontram-se dois tipos de conduta, ambas lastimáveis. De um lado, estão os mal afamados episódios de psicólogos que, por atuarem com recursos clínicos, mas sem a especificidade esportiva, a começar pela consideração pelo ethos esportivo (os valores e a ética de trabalho), deflagram tamanho mal-estar que, no limite, induzem à rejeição institucional pela intervenção psicológica. Por outro lado, descartado o profissional da área, o conhecimento psicológico existente é desprovido do horizonte de suas iniciativas e perspectivas, ou seja, de uma epistemologia adequada acerca dos processos psicológicos, aplicando-se sob uma lógica tecnicista rudimentar que segmenta a pessoa e compartimentaliza a subjetividade, no mais das vezes recorrendo ao dever moral como fonte exclusiva de recurso psíquico para o enfrentamento de desafios esportivos e não esportivos.

No primeiro caso, demite-se o fenômeno esportivo como locus sócio-histórico dos valores e práticas em que se instala e transita a subjetividade atlética. No segundo, é a subjetividade que vem excluída para se atribuir à adequação de um sujeito supostamente apenas moral o dever e a responsabilidade individual de se adequar às normas psicossociais dadas como funcionais para o bom desempenho. Assim, a intervenção psicológica no esporte, mesmo quando orientada por relevantes conhecimentos da área, envolve um saber profissional especializado que não se reduz à instrumentalidade técnica nem se contenta com a generalidade da formação em Psicologia, sendo fruto de uma conexão consequente de ambos.

Marcos da Psicologia do Esporte Brasileira

O esporte no Brasil não é recente, tampouco a Educação Física. Além da prática clubística do primeiro remontar ao final do século XIX, a segunda já havia se tornado obrigatória nas escolas como ginástica em 1851. A Educação Física teve uma presença significativa no contexto militar, sendo em seu seio que se funda em 1910 a escola da Polícia Militar em São Paulo e em 1922 uma escola para formação de profissionais da área no Exército no Rio de Janeiro.

Rubio (2018) aponta que a educação física começou a ser lecionada nas escolas públicas e privadas, a partir do Decreto nº 6.440, de 1934, tendo como pano de fundo os movimentos higienistas e eugenistas daquele momento. Os corpos dos cidadãos precisavam ser cuidados e desenvolvidos para atenderem aos interesses de uma pátria que desejava estar mais identificada com a Europa do que com a África. Embora fosse componente escolar curricular, a educação física foi confundida com o esporte como um fenômeno único por quase um século. Na escola, ela já gozou de consideração e prestígio. Disciplina obrigatória foi a porta de entrada de muitas crianças para o universo do movimento elaborado, fosse em forma de esporte, dança ou ginástica. Acompanhou proximamente os interesses do poder público sobre o controle dos corpos, até perder espaço para disciplinas consideradas fundamentais para outras intenções, principalmente o vestibular.

E assim, como peça decorativa do currículo do ensino básico, fundamental e médio a EF deixou de ser obrigatória e, em muitos casos, passou a ser terceirizada. Aqueles que demonstravam alguma habilidade acima da média eram incentivados a buscar clubes para sonhar com a carreira de atleta. Os menos habilidosos, pouco incentivados a buscar a atividade física por lazer e prazer, precocemente se distancia-

ram daquilo que pode ser uma maneira saudável de lidar com a existência e passaram a engrossar as fileiras de sedentários e avessos às práticas de movimento (CFP, 2019).

Embora haja evidências de que as questões psicológicas estivessem no raio de atenção da educação física e esporte no Brasil desde o princípio do século XX (Carvalho, 2016), a atuação e estudos de João Carvalhaes – um profissional com grande experiência em psicometria, no São Paulo Futebol Clube e na comissão técnica da seleção brasileira que foi à Copa do Mundo de Futebol de 1958 e conquistou o primeiro título mundial para o país na Suécia (Rubio, 2000a) – são um marco fundamental para o campo da Psicologia do Esporte em território nacional. É curioso ressaltar que esse trabalho se deu antes mesmo da regulamentação da profissão de psicólogo em 1962. Sua intervenção na seleção brasileira de futebol foi amplamente reconhecida no exterior durante os anos 1960, ganhando destaque no meio acadêmico com a divulgação de seu trabalho em distintos locais.

As regras que marcavam o esporte chamado olímpico na década de 1950, tanto em âmbito nacional como internacional, caminhavam na direção do amadorismo, ditado pela Carta Olímpica. O futebol constituía-se uma exceção nesse universo visto que já se profissionalizara no Brasil e em outros países desde a década de 1920. Talvez por isso ele tenha se tornado um fenômeno distinto das demais modalidades esportivas tanto naquilo que se refere à constituição dos times e clubes – com atletas recebendo vultosas remunerações para os padrões da época e comissões técnicas compostas por profissionais de várias áreas –, como pela organização de seus eventos – campeonatos nacionais e mundiais – em que as Federações da modalidade têm a autonomia para organizá-los e gerenciá-los conforme elas assim o desejarem (Carrano, 2000; Costa, 1999).

Essas eram as expectativas e a realidade do futebol com que se deparava João Carvalhaes em 1958. Essas eram as condições da Psicologia e do Esporte no Brasil de então. E assim estava marcado o início da Psicologia do Esporte brasileira. Nos anos que se seguiram, acumulou-se muita informação sobre indivíduos (atletas) e grupos (times) que praticavam esporte ou atividade física, sem que isso ainda representasse a constituição de um arcabouço teórico consistente (Rodrigues, 2006).

A criação da Comissão de Esporte do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo em 1998 trouxe para dentro do Sistema Conselhos a discussão sobre esse campo de saber e a especificidade de uma atuação profissional. Desde então passou-se a construir conhecimento teórico e o entendimento dos limites profissionais até então pouco problematizados. Essa organização levou não apenas à criação da especialidade como também contribuiu para a definição das áreas de atuação.

Vale ressaltar que o termo esporte, apesar de se referir a uma prática competitiva de alto rendimento e profissionalizada ou ao espetáculo esportivo, contempla também a atividade física de uma forma mais ampla e abrangente como as práticas de tempo livre e as atividades não regulamentadas e institucionalizadas. Isso significa um deslocamento tanto da produção do conhecimento como da atuação profissional do psicólogo do esporte. Se na perspectiva do esporte competitivo a intervenção visa ao melhor resultado, nas práticas de tempo livre, na iniciação esportiva, no esporte social e na reabilitação, o que norteia o trabalho do psicólogo é a motivação e a adesão, o bem-estar psicológico e o manejo de pensamentos e sentimentos que levam à busca da atividade física e esportiva em diversos contextos sociais em cada uma dessas populações.

Ao longo de décadas, o esporte de nível olímpico foi cuidado por entidades como a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). A década de 1990 e o início do novo século foi um período de intensa mobilização na área jurídica, que estabeleceu regras e leis para a formatação do que hoje se chama de Sistema Nacional do Esporte. Em 1993, a Lei Zico (Lei nº 8.672/1993) pôs fim à tutela do Estado ao esporte. As alterações pautavam-se na autonomia das entidades esportivas, fortalecendo a possibilidade de clubes esportivos se tornarem empresas e na livre iniciativa. A lógica do mercado continuou a predominar, só que agora regrado pela lei.

Segundo Angelo (2014) a conhecida Lei Pelé (Lei nº 9.615/1998) corroborou com o destaque para o futebol e suas prerrogativas, deixando a discussão sobre a estrutura esportiva relegada a um segundo plano. Com a aprovação em 2001 da Lei n. 10.264, chamada de Lei Agnelo-Piva, houve alteração significativa no manejo dos recursos para o esporte. A partir de então 2% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares passaram a ser destinados aos Comitês Olímpico e Paralímpico Brasileiros. Destes recursos, 85% são destinados ao COB e 15% ao CPB. Contudo, deste total repassado para as duas entidades, 10% deveriam ser investidos no desporto escolar e 5% no desporto universitário.

Embora o esporte profissional não seja a única manifestação esportiva conhecida, ele causa profundos impactos na organização do sistema esportivo como um todo, incluindo os profissionais que atuam na preparação e organização de atletas e entidades esportivas. Psicólogas e psicólogos pertencem a esse grupo. A diversidade sugerida pelo amplo espectro de settings, de populações e de expectativas sugere um suporte teórico também variado que descreva e lide com os diversos fenômenos estudados (Rubio, 2007). Daí uma ligação estreita com a Psicologia Clínica e a Psicologia Social. Se no esporte de alto rendimento o esforço dos vá-

rios profissionais que compõem a equipe técnica está voltado para a produção da vitória, nos demais contextos esportivos a vitória pode estar identificada com a formação de um grupo para a atividade, com a permanência na prática ou com a compreensão do significado do processo que desencadeou ou culminou uma necessidade física. Essa ação específica faz com que a Psicologia do Esporte se diferencie da Psicologia no esporte.

O esporte chamado de alto rendimento é um tipo de prática que pode se relacionar ao esporte espetáculo, protagonizado pelo atleta profissional, ou ainda a um tipo de atividade esportiva que não é necessariamente remunerada, mas que exige do praticante dedicação e rendimento que superam uma atividade de tempo livre ou amadora. É no primeiro caso que a Psicologia do Esporte tem se apresentado com maior visibilidade, levando-a a ser confundida tão somente com essa perspectiva (Rubio, 2004). Isso porque, em busca do rendimento máximo de um atleta individualmente ou de uma equipe esportiva, são procuradas as variáveis que podem interferir na performance, permitindo que o objetivo maior dessa atividade, ou seja, a vitória, seja alcançada.

Cagigal (1996) entendia que a Psicologia do Esporte deveria estudar o esporte como um feito humano, ou seja, mais do que se preocupar com rendimento esportivo ela deveria promover o desenvolvimento do ser humano por meio do esporte. E aqui o esporte seria um instrumento, um meio para a descoberta e desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades. Na mesma linha, o conhecimento daquilo que na própria prática esportiva ameaça o desenvolvimento humano e a saúde psíquica, como a violência (Barreira et al., 2019), em particular nas tênues fronteiras que podem se impor entre essa e as artes marciais e modalidades esportivas de combate (Barreira, 2017, 2019; Barreira et al., 2019; Coelho, & Barreira, 2020; Rodrigues et al., 2021; Telles et al., 2022), é decisivo para escolhas afinadas com a ética esportiva.

O mesmo vale de modo geral no alto rendimento, em que os indicadores de ansiedade e depressão são alarmantes (Rice et al., 2016) e no contexto de isolamento social vivido no decorrer da pandemia de COVID-19 iniciada no ano de 2020 (Barreira et al., 2020).

Notadamente, quando o lema é rendimento, os esforços são direcionados para a exploração máxima das capacidades individuais e coletivas, para a supressão dos pontos frágeis ou negativos e maximização daqueles considerados positivos e desejáveis. Nessa situação não existe qualquer referência à função pedagógica da derrota (Rubio, 2004).

Para tanto são estudadas condutas dos praticantes em suas modalidades específicas, buscando-se investigar as relações entre as situações antecedentes e a conduta resultante no âmbito dessa atividade (Balaguer, 1994; Llave et al., 1999). E para conseguir essa finalidade a Psicologia busca investigar, com a ajuda de procedimentos objetivos, o funcionamento do comportamento individual e social, a fim de superar as condutas inconscientes, substituindo-as pela observação e a experimentação (Feltz, 1992).

Enquanto autores do norte global compreendiam a Psicologia do Esporte como uma técnica para conquistar resultados, Feijó (1992) caminhava na direção de outra epistemologia. Afirma o autor que os objetivos do preparo psicológico devem coincidir com os objetivos pessoais do atleta, uma vez que existem interesses políticos e econômicos investidos no atleta, com objetivos competitivos que visam a garantir vitórias, além de expectativas dos vários profissionais que compõem a comissão técnica. Sugere o autor que o preparo psicológico deveria estar voltado para o equacionamento de todos os interesses em jogo. Muitas vezes esses interesses convergem para pontos em comum como o desejo de vitória e de aperfeiçoamento. Entretanto, certas metas são discordantes como os limites do corpo, prêmios ou a relação treinamento/lazer. E, nesse universo tão repleto de intenções, o psicólogo acaba por desempenhar o papel de mediador da comunicação dos distintos desejos.

A amplitude do conhecimento produzido e ensinado pela Psicologia do Esporte mostra-se como determinante para a boa atuação dos profissionais de Educação Física e dos profissionais de Psicologia. Entretanto, deve-se sempre alertar que o domínio dos mesmos conteúdos temáticos da área não os faz profissionais equivalentes, antes qualifica a atuação dos primeiros e possibilita a especificidade da atenção e escuta interventiva dos segundos. No horizonte de formação superior destes profissionais, residem e se destinam as abissais diferenças entre suas futuras atuações, cuja ponte principal é nomeada Psicologia do Esporte. A grade curricular de Psicologia é atravessada pela problematização da subjetividade, estando aí o pano de fundo em que emerge o fenômeno esportivo e a intervenção no campo. Sem qualquer dúvida, o conhecimento psicológico informa uma prática profissional em Educação Física sensível aos correlatos psicológicos das diferentes atividades físicas e à singularidade de pessoas e grupos, podendo aperfeiçoar enormemente seu trabalho. Esse potencial de aperfeiçoamento oriundo da Psicologia não autoriza psicólogos a prescreverem e a conduzirem treinamentos esportivos, como não autoriza profissionais de Educação Física a fazerem intervenções psicológicas.

As entidades, instituições/associações, têm uma grande importância para os nossos trabalhos, visto que possuem o foco principal de agregar os profissionais

e os conhecimentos dentro da referida temática. Daí a importância de se recorrer às instituições, ou colegas, de outras “especialidades” para ajudar/orientar em uma atuação. Às vezes existem situações que atravessam todos os saberes e práticas da psicologia, daí a importância de se ter a união de entidades para a aproximação e o alinhamento desses saberes. No caso desta união, em 1998, foi constituído o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, o FENPB, o espaço que agrega as entidades de diversas áreas da psicologia. Neste Fórum, cada entidade contribui com o respectivo saber para a construção conjunta de políticas, projetos e posicionamentos, com a sociedade e com o Sistema Conselhos de Psicologia, com vistas à melhoria da qualificação profissional e o fomento da pesquisa e da prática cotidiana (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2019).

Atualmente, a única entidade a representar a Psicologia do Esporte, no FENPB, é a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP), criada a partir do esforço de um grupo de psicólogos preocupados em discutir e promover os estudos e práticas profissionais da Psicologia do Esporte no Brasil. Esse grupo começou por se reunir no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, denominado então de Comissão de Esporte do CRP-SP, no ano de 1999, entendendo ser aquele um momento importante e privilegiado para discussão de uma área que despontava como emergente na Psicologia Brasileira e que não contava com formas de organização efetiva. Esse grupo foi responsável pela produção de várias publicações, documentos e eventos e contribuiu significativamente para a discussão do processo de criação das especialidades pelo Conselho Federal de Psicologia, que culminou na criação da especialidade em Psicologia do Esporte pela resolução CFP n° 14/2000.

Desde aquele momento até o presente, os diversos componentes do grupo original ocuparam espaços em instituições que compõem o campo da Psicologia do Esporte e que abrangem o esporte de alto rendimento, a iniciação esportiva, o esporte escolar, os projetos sociais, a reabilitação e as práticas de tempo livre. Esse movimento contou com a participação de psicólogos de diversos estados brasileiros, o que certificou a disposição dessa entidade em congregar profissionais em todo o território nacional.

No ano de 2007, durante o seu primeiro Congresso, a ABRAPESP deu um passo importante para o desenvolvimento e o fomento da área ao lançar a Revista Brasileira de Psicologia do Esporte; hoje, a única revista brasileira referência da área no país. Para se ter acesso a todas as edições da revista, basta acessar o portal de revistas da Universidade Católica de Brasília.

Perspectivas Futuras

É possível afirmar que a Psicologia do Esporte brasileira segue no presente os passos, avanços e recuos tanto da Psicologia como do Esporte. Isso representa por um lado o compromisso com a construção rigorosa de teorias que fundamentam uma prática em desenvolvimento, com focos distintos e não necessariamente complementares. O desafio é hercúleo. Por outro, as instituições esportivas provam com constância pouco desejada que o rigor da profissionalização é um desejo que nem sempre se materializa, uma vez que ainda se convive com o amadorismo no gerenciamento dos clubes e grande parte da Federações e Confederações esportivas.

É possível afirmar que um dos grandes desafios futuros da Psicologia do Esporte é associá-la a outras formas de praticar o esporte e a atividade física que não seja apenas a competição. Pouco a pouco se consolida o reconhecimento, o espaço e a força da PE em outros contextos como os projetos sociais, o fitness, a reabilitação, a iniciação esportiva, os programas de qualidade de vida e a medicina preventiva, provando-se assim tão ampla quanto é o movimento humano.

A diversidade sugerida pelo amplo espectro de settings, de populações e de expectativas sugere a necessidade de um suporte teórico também múltiplo capaz de fundamentar os diversos fenômenos estudados. Daí uma ligação estreita com a Psicologia Clínica, a Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Social, a Psicologia Hospitalar e mesmo a Psicologia do Trabalho. Se o foco da intervenção no esporte competitivo está voltado para a conquista da vitória, nos demais contextos esportivos a representação da vitória pode estar na estruturação de um grupo para a atividade, na aderência à prática ou na compreensão do significado do processo que desencadeou ou culminou uma necessidade física. Essa ação específica faz com que a Psicologia do Esporte se diferencie da Psicologia no Esporte.

Se no passado a Psicologia do Esporte brasileira seguiu proximamente as teorias e práticas de intervenção à semelhança do que se fazia nos países em que foram desenvolvidos, a formação de uma geração de psicólogas e psicólogos a partir do referencial da psicologia brasileira se transformou. A especificidade do esporte e da realidade brasileiros exigiu um olhar e uma prática profissional adequados e adaptados tanto às condições das instituições esportivas como às variações culturais presentes na vida dos atletas e cidadãos brasileiros.

O resultado dessa busca pela alteridade pode ser observado na diversidade de formas de atuação. Partindo da psicanálise, do cognitivismo, do behaviorismo radical, do psicodrama, da psicologia social, da psicologia analítica ou da gestalt como referencial

teórico, um grupo crescente de psicólogos tem se dedicado a desenvolver a Psicologia do Esporte brasileira, considerando as particularidades das modalidades no país e dos atletas que convivem com uma realidade específica.

Apesar do crescimento incontestável vivido pela área principalmente na última década, muito ainda está para ser feito tanto no que se refere à formação específica do psicólogo do esporte, como em relação ao reconhecimento da importância e necessidade desse profissional nas diversas frentes em que ele pode atuar.

A extinção do Ministério do Esporte, dos benefícios criados para favorecer uma base sólida de atletas jovens e de uma estrutura que entendia o esporte como uma prática acessível parece negar o esporte como direito constitucional. O esporte já esteve aos cuidados do Ministério da Educação, da Educação e Cultura, já foi secretaria especial e mesmo assim sobreviveu, não como direito mas como necessidade. Uma necessidade tão latente que chegava a ser anunciada como vício que demandava o ópio.

Infelizes os ignorantes que pouco ou nada sabem sobre o esporte e o tratam apenas como um vício ou espetáculo (Rubio, 2019). Aos que o tratam como vício, falta o conhecimento sobre uma experiência que se inicia muito cedo na existência dos seres humanos, ainda de forma lúdica, e que pode vir a ser um meio de distinção, não apenas social, mas, acima de tudo, humano. Porque essa prática proporciona em quem a experimenta o poder da transcendência e do limite da humanidade, seja na conquista de uma marca nunca antes atingida, seja na realização de um gesto perfeito, divino. Banalizam a existência de um fenômeno de massa, porque, ainda que manipulável em algumas ocasiões, ele não o será para sempre. Qualificam-no como ópio do povo por desconhecerem sua potência educativa que, no limite, também transforma a sociedade. Espetáculos são produzidos e manipulados conforme convém ao produtor. O esporte obedece à regra da excelência e da superação. Por isso escapa à compreensão de burocratas. Nenhum espetáculo é mais humano do que a inclassificável emoção da derrota, essa sim demasiadamente humana.

O que resta é acreditar na condição cíclica do tempo. Um dia tudo isso aconteceu, por determinação de uns, insistência de outros e a crença cega na importância disso para si, mas principalmente para as gerações futuras, atletas e modalidades esportivas sobreviveram à escassez de recursos e à falta de respeito por parte de políticos e dirigentes. A ação desses abnegados, assim como a esperança na caixa de Pandora, segue registrada, menos na história dita oficial e muito mais nas narrativas de atletas que guardam em suas memórias o reco-

nhecimento pelo esforço em manter viva a chama de um fenômeno educativo e social chamado esporte.

O esporte é sim para todos e também para alguns mais habilidosos, por isso ele é democrático. E como direito ele deve permanecer na pauta política do país, reclamando por verbas e políticas.

Referências

- Angelo, L. F. (2014). **Gestão de carreira esportiva: Uma história a ser contada no futebol** (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil). Recuperado de <https://doi.org/10.11606/T.39.2014.tde-20022015-084402>
- Balaguer, I. (1994). **Entrenamiento psicológico en el deporte**. Albatros.
- Barreira, C. R. A. (2017). A norma sensível à prova da violência: O corpo a corpo em disputa sob a ótica fenomenológica em psicologia do esporte. *Revista da Abordagem Gestáltica*, **23**(3), pp. 278-92. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-68672017000300003
- Barreira, C. R. A. (2019). Da violência no combate: O que dizem os lutadores de MMA. *Psicologia, & Sociedade*, **31**, pp. 1-15. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31218158>
- Barreira, C. R. A., Angelo, L. F., & Telles, T. C. B. (2019). O fenômeno do MMA na contemporaneidade: Um ensaio sobre a relação entre sua veiculação e o público infanto-juvenil. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, **9**(1), pp. 64-83. Recuperado de <https://doi.org/10.31501/rbpe.v9i1.10390>
- Barreira, C. R. A., Conde, E. (2016). A psicologia do esporte na ANPEPP: Um inédito grupo de trabalho inaugura sua participação. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, **6**, pp. 2-13.
- Barreira, C. R. A., Telles, T. C. B., & Filgueiras, A. (2020). Perspectivas em psicologia do esporte e saúde mental sob a pandemia de Covid-19. *Psicologia: Ciência e Profissão*, **40**, 1-14. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1982-3703003243726>
- Cagigal, J. M. (1996). **Obras selectas**. Comité Olímpico Español.
- Carrano, P. C. R. (2000). **Futebol: Paixão e política**. DP&A.
- Carvalho, C. A. (2016). Psicologia do esporte: Construindo sua história a partir da educação física. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, **6**(1), pp. 70-88. Recuperado de <https://doi.org/10.31501/rbpe.v6i1.6729>
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2019). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de álcool e outras drogas**. Brasília, DF: CFP. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/AlcooleOutrasDrogas_web-FINAL.pdf

Coelho, L. F., & Barreira, C. R. A. (2020). Transições combativas entre luta, briga e brincadeira: Fronteiras fenomenológicas na luta greco-romana. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, 10(2), pp. 127-49. Recuperado de <https://doi.org/10.31501/rbpe.v10i2.11367>

Conselho Federal de Psicologia. (2019). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) em políticas públicas de esporte**. Brasília, DF: CFP. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Esporte_24_setembro_FINAL_WEB.pdf

Costa, M. R. (1999). **Futebol: Espetáculo do século**. Musa.

Feijó, O. G. (1992). **Corpo e movimento: Uma psicologia para o esporte**. Shape.

Feltz, D. L. (1992). The nature of sport psychology. In T. S. Horn (Ed.), **Advances in sport psychology** (pp. 3-11). Human Kinetics.

Llave, A. L., Pérez-Llantada, M. C., & Buceta, J. M. (1999). **Investigaciones breves en psicología del deporte**. Dykinson.

Rice, S. M., Purcell, R., De Silva, S., Mawren, D., McGorry, P. D., & Parker, A. G. (2016). The mental health of elite athletes: A narrative systematic review. **Sports Medicine**, 46, pp. 1.333-53. Retrieved from <https://doi.org/10.1007/s40279-016-0492-2>

Rodrigues, M. C. P. (2006). **Psicologia do esporte: Discussões sobre o cenário brasileiro** (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil). Biblioteca Digital Unicamp. Recuperado de <http://citrus.uspnet.usp.br/lapse/?p=580>

Rodrigues, L. S., Cursiol, J. A., & Barreira, C. R. A. (2021). Subjective boundaries between fight and violence in the experience of professional MMA fighters. **Revista de Artes Marciales Asiaticas**, 16(1), pp. 33-46. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.18002/rama.v16i1.6488>

Rubio, K. (2019, Janeiro 9). Esporte: Um direito do cidadão ou o ópio do povo? **Jornal da USP**. Recuperado de <https://jornal.usp.br/?p=218799>

Rubio, K. (2018, Novembro 22). Qual o lugar do esporte no Brasil? **Jornal da USP**. Recuperado de <https://jornal.usp.br/?p=210450>

Rubio, K. (2007). Da psicologia do esporte que temos à psicologia do esporte que queremos. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, 1(1), 4-14. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-91452007000100007

Rubio, K. (2006). O imaginário da derrota no esporte contemporâneo. **Psicologia, & Sociedade**, 18(1), pp. 86-91. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100012>

Rubio, K. (2004). Rendimento esportivo ou rendimento humano? O que busca a Psicologia do esporte. **Psicologia para América Latina**, (1). Recuperado de <https://psicolatina.org/01/rendimiento.html>

Rubio, K. (2000a). O trajeto da Psicologia do Esporte e a formação de um campo profissional. In K. Rubio (Org.), **Psicologia do esporte: Interfaces, pesquisa e intervenção** (pp. 15-28). Casa do Psicólogo.

Rubio, K. (2000b). Quem sou? De onde vim? Para onde vou? Rumos e necessidades da Psicologia do Esporte no Brasil. In K. Rubio (Org.), **Encontros e desencontros: Descobrimos a psicologia do esporte** (pp. 123-32). Casa do Psicólogo.

Telles, T. C. B; Camilo, J. A. O. & Barreira, C. R. A. (2022). **Psicologia do Esporte nas Lutas, Artes Marciais e Esportes de Combate**. Curitiba: CRV.

Weinberg, R. S., & Gould, D. (1995). **Foundations of sport and exercise psychology**. Human Kinetics.

Psicologia da Saúde: história e desafios

Maria Geralda Viana Heleno
Ricardo Silva dos Santos Durães
Manuel Morgado Rezende
Miria Benincasa

O presente capítulo tem como objetivo descrever a história, a evolução e os desafios da Psicologia da Saúde. Ela surge na década de 1970 com os objetivos de considerar a saúde como dimensão diferente das doenças e as doenças físicas como campo diferente das doenças mentais (Ribeiro, 2011).

No ano de 1973 a American Psychological Association (APA) apresenta os objetivos para o desenvolvimento da psicologia da saúde: compreender e avaliar a interação existente entre o estado de bem-estar físico; e os diferentes fatores biológicos, psicológicos e sociais. Teixeira (2004), por sua vez, apresenta a finalidade principal da Psicologia da Saúde: compreender como as teorias e os métodos de pesquisa psicológica podem ser aplicados para potencializar a promoção da saúde e o tratamento da doença.

A definição da Psicologia da Saúde é apresentada por Matarazzo (1982) como uma área de contribuições profissionais, científicas e educacionais da Psicologia para a promoção e a manutenção da saúde. Assim, essa definição visa à prevenção e ao tratamento do processo saúde-doença e à identificação dos fatores relacionados ao desenvolvimento de enfermidades, além de buscar contribuir para a análise e a melhoria do sistema dos serviços de saúde e para a elaboração de uma política sanitária.

A definição descrita demonstra a complexidade da Psicologia da Saúde, que vem desde as contribuições dos diversos setores públicos e privados, de instituições de saúde e educação e o desenvolvimento das ciências.

O campo da Psicologia da Saúde, ainda na década de 1970, apresentou alterações que se referiam ao aprimoramento dos conceitos, teorias e técnicas. Dois marcos são importantes por apresentar novos paradigmas sociais no que se refere aos cuidados de saúde. A primeira foi a apresentação do Relatório Lalonde (1974), sobre a saúde dos Canadianos; e a segunda foi a reunião Alma-Ata de 1978 (Giovannella et al., 2019) na Conferência Internacional Sobre Cuidados Primários de Saúde. Esses dois even-

tos produziram um novo paradigma social nos cuidados de saúde, pois o enfoque foi alterado das intervenções na saúde e nas doenças para os cuidados primários de saúde (Ribeiro, 2011). E a proposta de promoção de saúde foi concebida como produção social que não cabe apenas na área de saúde e, portanto, precisa se articular com vários setores da gestão de um município, estado ou país (Coelho, 2001).

Além dos resultados apontados na Conferência de Alma-Ata de 1978, foi feita a proposta de Saúde Para Todos no ano 2000 e a estratégia de Atenção Primária de Saúde, que alcançou destaque especial na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde (1986), com a promulgação da Carta de Ottawa (Ferreira, 1998).

Refletindo sobre as considerações de Coelho (2001) e Ferreira (1998) do que foi apresentado nas conferências, nota-se que deve haver um sistema interligado para a realização de programas de promoção de saúde e de prevenção de doenças para se alcançar um patamar de eficiência para a saúde e bem-estar das pessoas. A Psicologia da Saúde é uma área da psicologia que se incluiu nesse sistema, que é composto de várias instituições em serviços públicos e privados.

A história da Psicologia da Saúde, no seu início, utilizou os conhecimentos da psicologia clínica e essa, por sua vez, havia utilizado o modelo médico que se vinculava à demanda do sujeito, e não necessariamente a uma patologia (Guerra, 2002). Com o decorrer do tempo, a psicologia clínica avança, principalmente com Freud, no que se refere à escuta terapêutica, à resistência e à forma de tratar os pacientes, considerando a evolução da doença e, mais ainda, o paciente não ser tratado como um mero objeto (Moreira et al., 2007)

No período da Segunda Guerra, principalmente na Europa, o psicólogo clínico cuidava primordialmente dos indivíduos com doenças mentais, e a aproximação de um outro grupo denominado Psicologia da Saúde visava essencialmente a tratar as doenças físicas. Mas houve uma interação entre esses dois grupos, de modo a não haver distinção entre uma e outra. Isso ocorreu em função da emergência e urgência da Psicologia da Saúde (Ribeiro, 2011). Essa associação foi defendida por Millon (1982), sugerindo que psicologia clínica e Psicologia da Saúde fossem apenas uma e Fox (1982), da mesma forma, defendia que ambas deveriam se preocupar em incluir as doenças crônicas, estilos de vida não saudáveis, entre outros.

Essa ideia trouxe outras reflexões sobre os limites do campo de atuação do/a psicólogo/a que atua na clínica, a qual pode ser uma prática individual de consultório ou, em contraposição, uma clínica social ampliada. Além disso, cabe considerar que o local não determina a clínica, e sim a postura e os objetivos do/a profissional psicólogo/a (Guerra, 2002). Assim, alguns conhecimentos da clínica foram agregados

à Psicologia da Saúde, mas com o cuidado de não perder a definição desta última. Portanto, foi necessário delimitar o campo da Psicologia da Saúde.

Cabe lembrar que, na década de 1970, houve rejeições quanto à definição de Psicologia da Saúde. Para alguns, a Psicologia Clínica continuava sendo feita no âmbito da saúde mental enquanto a Psicologia da Saúde era realizada na prática com as doenças físicas, ou seja, a continuação da adoção do dualismo estrito mente/corpo. Mas, na década supracitada, o papel da Psicologia da Saúde ultrapassa para além do que, tradicionalmente, tendia a ser denominado Psicologia Clínica (WHO, 1985).

Desde o início, a Psicologia da Saúde não se limitou aos serviços e sistemas de saúde, mas se envolveu em todos os aspectos dos dispositivos e produções sociais que, de algum modo, se relacionam com a saúde. Corroborando tal afirmação, Matarazzo (1982) define a Psicologia da Saúde como:

o domínio da psicologia que recorre aos conhecimentos provenientes das diversas áreas da psicologia, com vista à promoção e manutenção da saúde, à prevenção e tratamento das doenças, à identificação da etiologia e diagnóstico relacionados com a saúde, com as doenças e com disfunções a elas associadas, à análise e melhoria do sistema de cuidados de saúde e ao aperfeiçoamento da política de saúde. (Matarazzo, 1982, p. 4)

Observa-se, no decorrer do tempo, uma grande evolução na Psicologia da Saúde, pelas definições teóricas e campo de atuação que foram sendo apresentadas. Mas ainda existe certa confusão, principalmente considerando a área da Psicologia Clínica. É interessante lembrar que isso ocorre desde o início da Psicologia da Saúde como ciência e profissão. No entanto, a definição de Matarazzo (1982) não deixa dúvidas sobre as diferenças entre Psicologia Clínica e Psicologia da Saúde.

Atualmente, a Psicologia da Saúde estuda o comportamento humano no contexto da saúde e da doença para compreender o papel das variáveis psicológicas que garantem a manutenção da saúde, que impedem o desenvolvimento das doenças e comportamentos associados. Essa amplitude da área de atuação da psicologia da saúde aumentou o número de profissionais com interesse nessa área (Ribeiro, 2011).

Almeida e Malagris (2011) consideram que o tema psicologia da saúde é polêmico e sua atuação abrangente, bem como as funções dos/as profissionais dessa área crescem com a expansão do campo de trabalho. A maioria dos/as psicólogos/as da saúde trabalham em hospitais, clínicas e universidades. O trabalho pode ser

acadêmico ou na atuação clínica, nesse último caso com pacientes que apresentam dificuldades para se adaptarem ao tratamento, entre outros.

Sebastiani e Maia (2005) trazem uma importante referência sobre o trabalho do/a psicólogo/a da saúde na atenção ao paciente cirúrgico. Eles utilizam como pressuposto as propostas de intervenção interdisciplinar em saúde dentro do paradigma biopsicossocial, que são relacionados aos processos desde o diagnóstico, internação, cirurgia até a fase de reabilitação do paciente. No período da reabilitação do paciente, é de fundamental importância a presença do/a psicólogo/a. Pois, caso o paciente apresente episódios de medo e depressão, entre outros, o trabalho do/a psicólogo/a ajudará no processo de resolução dos problemas e na reintegração à vida. Outro fator importante é que o/a psicólogo/a precisa estar instrumentalizado adequadamente para conquistar, pelo seu conhecimento, pelo valor do seu trabalho e pela sua dedicação, seu espaço dentro das equipes cirúrgicas.

O trabalho e as estratégias utilizadas pelos profissionais da Psicologia da Saúde são diferentes entre países e, inclusive, existem diferenças dentro de um mesmo país. As estratégias podem ser denominadas: “Psicologia Clínica da Saúde” – intervenções no sistema de cuidados de saúde e inspira-se no modelo biopsicossocial semelhante ao da Psicologia Clínica; “Psicologia da saúde pública” – atividade multidisciplinar que envolve estudos epidemiológicos, avaliação e intervenção psicológica na promoção da saúde e na educação para a saúde; “Psicologia da saúde comunitária” – foca a investigação comunitária e social; “Psicologia da saúde crítica analítica” – processos macrosociais e econômicos que influenciam a saúde e os cuidados de saúde (Marks, 2002).

Cabe considerar que essa diversidade pode ser um amplo caminho que leve os profissionais da área da Psicologia da Saúde ao aprimoramento científico e profissional. Nos anos 2000, alguns países europeus usaram o termo psicólogo/a profissional da saúde ou psicólogo/a da saúde, pois para exercer essa função deve ter competência na área e formação em uma pós-graduação em Psicologia da Saúde. Esse profissional devidamente capacitado pode trabalhar como professor/a no sistema de ensino superior e em serviços de saúde. As atividades desse profissional podem ser no ensino e pesquisa e nas intervenções para reduzir doenças e promover saúde (Ogden, 2007).

Retomando a trajetória da Psicologia da Saúde, a partir da década de 1980, como já citado, cresce muito o interesse pela área da Psicologia da Saúde. Belar et al. (1987) consideram que os motivos foram: a) fracasso do modelo biomédico na explicação das doenças e da saúde; b) crescimento da preocupação com a qualidade de vida e com a prevenção das doenças; c) mudança da atenção dos profissionais de saúde das doenças infecciosas para as doenças crônicas, com o reconhecimento do papel

fundamental do estilo de vida; d) maturidade da investigação nas ciências comportamentais; e) aumento dos custos dos cuidados de saúde e procura de alternativas aos cuidados de saúde tradicionais.

Seguindo essa evolução, no Brasil, os estudos e programas de psicologia da saúde iniciaram-se na década de 1980 com o Programa de Residência Hospitalar que utilizou os conhecimentos advindos da Psicologia da Saúde. Conforme descreve Gorayeb (2010), desse programa com mais de centenas de residentes, destacaram-se vários psicólogos/as que gradativamente foram construindo um arcabouço teórico e prático. O autor cita as Profas. Dras. Maria Aparecida Crepaldi e Maria Beatriz Martins Linhares, assim como outros, a ter um papel muito importante no campo da Psicologia da Saúde no Brasil. Nessa época, a Psicologia da Saúde se funde com a psicologia hospitalar.

Outra iniciativa que deve ser considerada como um marco importante na história da Psicologia da Saúde no Brasil, ocorre em 1982, quando é inaugurado o primeiro Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde na Universidade Metodista de São Paulo (Custódio, 2003; Grecchi, & Rezende, 2016).

Outro importante acontecimento ocorre no ano de 2006, quando é criada a Associação Brasileira de Psicologia da Saúde (ABPSA), que tem como objetivos: a) desenvolver o status científico da área por meio do estímulo à pesquisa, à comunicação e publicação de resultados de investigações, bem como da melhoria dos métodos e condições de pesquisa; b) contribuir para o aprimoramento da prática profissional da área por meio de palestras, congressos, entre outros; e c) manter intercâmbio e parcerias com outras associações e entidades nacionais e internacionais científicas e profissionais.

No Brasil, como citado, há uma especialidade profissional reconhecida, designada Psicologia Hospitalar, a qual se iniciou com o intuito de agrupar os/as psicólogos/as que trabalhavam em hospitais e, por iniciativa do Conselho Federal de Psicologia (CFP), constitui-se o título de especialista em Psicologia Hospitalar, sendo uma profissão que se define pelo contexto em que se pratica. No entanto, tem em sua definição a integração da saúde e da doença, do físico e mental, ficando mais próximo do que se faz em Portugal, quando comparado ao que se faz nos países anglo-saxônicos.

Cabe lembrar que Portugal tornou-se grande referência para os estudos de psicologia da saúde no Brasil e por meio da ABPSA e da Universidade Metodista de São Paulo foram feitos vários congressos de psicologia da saúde em parceria com as Universidades do Porto e Algarve – Portugal. Vale lembrar que o primeiro congresso aconteceu no ano de 2007: “I Congresso Brasileiro de Psicologia da Saúde”, organizado pela ABPSA e realizado na cidade de São Bernardo do Campo, na Universidade Metodista de São Paulo.

Para a realização deste primeiro congresso, no ano de 2007 (o último que aconteceu no ano de 2021, os congressos são realizados a cada quatro [4] anos), além dos convidados brasileiros, que abrilhantaram os congressos, houve também grande adesão dos profissionais da área de Psicologia da Saúde de Portugal. Cabe lembrar as presenças no Brasil da Dra. Isabel Leal, do Dr. José Luiz Paes Ribeiro e do Dr. Saul Neves de Jesus. A participação deles nos congressos brasileiros resultou numa parceria muito produtiva, e os últimos congressos foram nominados de “Congresso Brasileiro e Luso-Brasileiro de Psicologia da Saúde”.

Retomando a questão da complexidade e as dificuldades para a compreensão e diferenciação, além da questão entre Psicologia da Saúde e Clínica, entre outras, há uma nova questão em função da Psicologia Hospitalar. Há confusão entre essas duas últimas, tanto no campo teórico quanto prático. Assim, nesse campo confuso se misturam e se cruzam no que se refere, principalmente, no contexto da prática (Miyazaki et al., 2002).

Vale ressaltar que a psicologia clínica, no Brasil, é muito valorizada, disseminada e praticada, a Psicologia em Saúde é ainda uma ciência em crescimento. Mas a Psicologia Hospitalar é a mais disseminada no Brasil, e não é sinônimo de Psicologia da Saúde, apesar de fazer parte desta. Portanto, há que se considerar a importância de se produzir conhecimento acerca da Psicologia em Saúde, tanto para consolidar cada vez mais esta ciência em âmbito nacional e internacional, quanto para tornar viável e possível a disseminação dessas produções aos/às psicólogos/as que atuam diretamente no sistema de saúde (Gorayeb, 2010).

Há que se considerar as dificuldades tanto práticas quanto científicas nas diversas denominações, por isso Lalonde (1974) denomina Campo da Saúde. Esse conceito introduziu uma distinção que não era utilizada na linguagem da saúde e da doença. Distinguiu as expressões “Cuidados de Saúde” (health care) e “Campo da Saúde” (health field) para salientar que a primeira se referia, essencialmente, ao que se fazia nos hospitais e em outros contextos de saúde tradicionais mais relacionados com o tratamento. Enquanto a segunda expressava tudo o que dizia respeito à saúde: o campo da saúde integra os cuidados de saúde.

É importante notar que há, apesar das dificuldades na intersecção das psicologias, uma evolução no que se refere à tentativa de definição no campo da Psicologia da Saúde tanto na prática como na teoria. Em 1983, realizou-se a conferência de Arden House, com o objetivo de recomendar a formação na área da Psicologia da Saúde. Olbrisch et al. (1985) concluíram que o estado atual da Psicologia da Saúde é um campo genérico da psicologia, com seu próprio corpo de teoria e prática, e diferenciado de outros dentro da psicologia. A Psicologia da Saúde tem vasto conhecimento que

se funda na interdisciplinaridade para promoção da pesquisa e prática profissionais. Desta forma está claro que se trata de uma especialidade profissional em evolução.

Retomando a década de 1970, cabe lembrar a evolução da especialidade profissional que agrega a interface da Psicologia Clínica e da Saúde na atenção básica, atenção primária, secundária, terciária e redução de danos. Fato que trouxe uma mudança radical no modo dos políticos e dos cientistas pensarem sobre a saúde (Michael, 1982; Richmond, 1979). Este período é importante pelo fato de o objetivo estar centrado na inserção da Psicologia no campo da saúde como um todo, para além do campo exclusivo da saúde mental. Esta revolução teve três características essenciais: centrar-se sobre a saúde ao invés de sobre a doença; reconhecer nos países desenvolvidos que o comportamento humano era a principal causa de morbidade e mortalidade e finalmente preconizar o retorno a uma perspectiva ecológica.

Cabe considerar que, na década de 1970, a primeira revolução da saúde se centrou na prevenção das doenças; e a segunda, na área da saúde. Havia uma ideia de que com a primeira revolução da saúde os problemas das doenças estariam resolvidos. No entanto, a partir de meados do século XX, surge uma nova epidemia: a epidemia comportamental. Essas são as doenças que mais contribuíram para a mortalidade e são doenças com etiologia comportamental. Assim, houve uma mudança extrema na maneira de os políticos e cientistas pensarem sobre a saúde. A perspectiva muda e os principais fatores de risco, responsáveis pela maioria das doenças e mortes prematuras nos Estados Unidos da América, são os comportamentais (Michael, 1982; Richmond, 1979).

Com base nestas evidências, a segunda revolução da saúde centrou-se em novas concepções e em definir novos princípios. Assim, a segunda revolução da saúde foi consequência das investigações que, de modo crescente, alertavam para as novas epidemias e cujos estudos epidemiológicos somente começaram a ser conclusivos e a ganhar notoriedade na década de 1970 (Lalonde, 1974; Michael, 1982; Richmond, 1979). Começa-se a pensar em saúde para além dos espaços hospitalares, mas como política pública. Esse é um grande passo para a promoção da saúde que se trata de antecipar e evitar doenças.

É muito importante lembrar, segundo McKeown, Brown, e Record (1972), que a sociedade não utilizava de forma competente os investimentos financeiros e que havia erros das ciências médicas. Para o autor, essas ciências estavam equivocadas, pois partiam de premissas erradas. Assumiram que o corpo humano podia ser visto como uma máquina, cuja proteção das doenças e dos seus efeitos dependia, em

primeiro lugar, das intervenções internas. Ignoravam as influências externas e no comportamento humano estariam os determinantes primordiais da saúde.

Por outro lado, contrapondo-se a McKeown, Brown, e Record (1972), há que se considerar que nem sempre há recursos suficientes para que os programas de atenção à saúde sejam realizados. A reportagem realizada por Antunes (2022) mostrou que no Brasil, no ano de 2016, foi aprovada a proibição de aumentos de gastos por um período de 20 anos, o que significou uma perda de 22,5 bilhões para o orçamento da saúde. Mesmo com o aumento da arrecadação, considerando a regra anterior, haveria crescimento do recurso que seria destinado ao SUS. Segundo Moretti (2022), em entrevista a Antunes, considera que: “a questão mais impactante é que há recursos, mas as regras atuais criam limites artificiais para a alocação de recursos na saúde” (Antunes, 2022).

Há falhas e limitações no sistema de saúde do Brasil. Por exemplo, Saldiva e Veras (2018), a partir da observação por meio de autópsia e de estudos das causas ambientais, garantem que, apesar dos marcantes avanços no sistema de saúde pública (SUS), há ainda um grande caminho a percorrer para prover as condições de preservar a saúde da população de nosso país. Entretanto, o mais importante nesse estudo foi a análise detalhada desse complexo cenário. Nem sempre países com alto valor para investimentos na área da saúde e principalmente encaminhados ao estilo de vida conseguem ter resultados positivos. Os autores citam que, mesmo países com as expressivas proporções de dispêndio em saúde, não seria temerário afirmar que nenhum deles tem equidade de acesso à saúde comparável às do Canadá e do Reino Unido, os quais gastam muito menos para o mesmo fim.

Os países mais pobres e com alto dispêndio financeiro apresentam problemas de saúde tão graves que fazem que os recursos alocados sejam insuficientes, ao passo que os Estados Unidos, por optarem por um sistema predominantemente mercantilista, excluem dos recursos alocados aqueles menos favorecidos.

A conclusão apresentada por Saldiva e Veras (2018) é que o conjunto de informações apontou que a solução adequada para o funcionamento do sistema de saúde de um país depende de dois fatores: financiamento suficiente e gestão adequada dos recursos obtidos. Para os autores, o Brasil precisa melhorar nesses dois quesitos.

Este panorama em anos anteriores foi, também, reconhecido nos relatórios de Lalonde, pois os orçamentos para a saúde, nos Estados Unidos e Canadá, atribuíam menos de 5% ao pilar do estilo de vida (Abelin, 1991; Pelletier, 1988). As mudanças que ocorreram, nas últimas décadas, na política, na economia, nos movimentos sociais e nas ciências médicas, entre outros, impuseram uma nova revolução, a Terceira revolução da saúde.

Nessa revolução, observa-se a emergência da Psicologia da Saúde, pois há uma importante questão: a redução de custos na área da saúde (Matarazzo, 1982). Esta afirmação reflete uma preocupação que já acompanhou o desenvolvimento da segunda revolução da saúde e que se tornou, dez anos depois, um elemento central. Além das mudanças na etiologia da morbidade e mortalidade, outros fatores contribuíram para a emergência da terceira revolução da saúde. Podem ser citados o envelhecimento populacional; as melhorias nos sistemas de saúde e, conseqüentemente, aumento dos custos; prestação de serviços comunitários e, à medida que as pessoas começam a ter conhecimentos, exigem das autoridades melhores condições na área da saúde (Ramos, 1988).

Ao passo que ocorre o desenvolvimento e definição dos programas de atenção à saúde, observa-se a evolução tanto da teoria como da prática e das questões financeiras necessárias para a execução dos programas. Dessa forma ocorre um processo que deixa de forma clara todas as definições de cada setor participante do processo. Os processos anteriores que eram confusos passam a ter uma clareza capaz de ser mais bem compreendida.

A adequada abordagem dos problemas no nível primário, Atenção Primária à Saúde (APS), poderia descongestionar os serviços de saúde nos níveis especializados. Nestes casos, dedicar-se-ia mais tempo para solucionar problemas mais complexos, que necessitam maior atenção, já que muitos dos problemas seriam solucionados primariamente. A promoção de saúde é uma intervenção anterior à prevenção de doenças. A intervenção primária do/a psicólogo/a na equipe de saúde, ainda que desempenhe um papel específico, deverá ser realizada numa perspectiva interdisciplinar e multiprofissional. Portanto, todo o trabalho necessita ser compreendido, planejado e executado em equipes multiprofissionais. Mas não só isso. Além de trabalhar em equipe multiprofissional, a(o) psicólogo(a) deve amparar sua intervenção em um modelo de saúde-enfermidade-cuidado-vida-morte compreendido como um processo construído coletivamente, ainda que se revele nas pessoas individualmente (CFP, 2010).

Por isso, a(o) psicólogo(a), para trabalhar neste nível de atenção à saúde, necessita ter conhecimentos psicológicos e, além desses, somar outros como: epidemiologia, políticas sociais, antropologia da saúde, sociologia da saúde, educação para saúde, entre outros. As intervenções da(o) psicólogo(a) na APS deverão priorizar a saúde geral, não apenas a mental. Sabendo-se que a APS é a porta de entrada para todos os episódios relacionados à saúde-doença, o psicólogo terá de cumprir o seu papel acolhendo todas as pessoas que ali chegam. Entretanto, terá de ter clareza quanto

ao que fazer na APS. Os casos pertinentes à saúde mental devem ser encaminhados aos níveis especializados de atenção à saúde, quer seja o especializado ou o de alta complexidade (Alves, 2011).

Por se tratar de uma área complexa e com dificuldade de inserção da(o) psicóloga(o) da saúde, o CFP e o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), em 2019, desenvolveram uma cartilha com o objetivo de apresentar as práticas das(os) Psicólogas(os) no Campo da Atenção Básica (ABS). Na descrição destas práticas, os/as participantes referiram a realização de diversas ações dirigidas, principalmente, às(aos) usuários/as e a seus familiares no contexto dos serviços da ABS. A avaliação do Crepop mostrou que o trabalho era desenvolvido em diferentes contextos, que são: Unidades Básicas de Saúde (UBS); NASF; Ambulatórios de hospitais; Escolas; Serviços públicos ligados a outras secretarias; Órgãos ligados ao poder judiciário e na comunidade.

Observou-se que a Política Nacional de Atenção Básica no Brasil, apesar de ter uma organização das ações de saúde, ainda é muito diferente nas diversas regiões do país. Nesse contexto, a inserção de profissionais da Psicologia é determinada pela gestão local da Atenção Básica à Saúde. Também notou-se que o processo de implementação das políticas públicas relacionadas ao campo da ABS ainda não está concluído. Faz-se necessária, assim, a releitura das necessidades e demandas de modo a alcançar o objetivo da ABS considerando as necessidades dos usuários e os objetivos da Psicologia da Saúde (CFP, 2019).

Um dos problemas mais difíceis para os profissionais da Psicologia da Saúde é a falta de seguimento ou a não adesão às prescrições de saúde (Epstein & Cluss, 1982). Os tratamentos de longa duração apresentam menor adesão comparados aos tratamentos de curta duração. Quanto mais complexas são as demandas, mais difícil é seu cumprimento. Como é o caso de pacientes com diabetes e outras doenças crônicas (Peck & King, 1982).

A atividade psicológica em prevenção é, para os psicólogos, um desafio; pois, nas equipes de saúde, muitas vezes o/a psicólogo/a é inserido em situações nas quais a equipe não conseguiu que o paciente tivesse adesão ao tratamento. Assim, a intervenção do psicólogo é um último recurso, que deve ser negativamente criticado, porque indica que o psicólogo não participou na elaboração do programa proposto ao paciente, desde o início de seu tratamento (Peck & King, 1985).

Uma outra questão importante para a Psicologia da Saúde é o conhecimento advindo da epidemiologia. Andrasik et al. (1999) consideram que essa disciplina é fundamental em qualquer projeto de pesquisa em Psicologia da Saúde. São projetos

que devem ter como objetivo a análise dos riscos aos quais uma população está exposta. Por meio da epidemiologia é possível examinar os aspectos comportamentais, cognitivos, sociais, econômicos, evolutivos e fisiológicos que tenham alguma relação com a saúde/doença. Esses são importantes fatores para a promoção da saúde e prevenção das doenças. A possibilidade de identificar a prevalência e a incidência das doenças “permite ao pesquisador efetuar comparações entre diversos grupos de indivíduos. Ademais, a quantificação do risco constitui um elemento fundamental na formulação de políticas sanitárias” (Andrasik et al., 1999, p. 261).

À medida que se avança nas questões fundamentais do processo de saúde e doença, conclui-se que o trabalho do psicólogo da saúde deveria ser composto por uma equipe interdisciplinar. Essa teria a função de compartilhar e discutir conhecimentos que podem de fato construir um processo efetivo na promoção de saúde, no tratamento das doenças e na diminuição de gastos públicos. Fato bastante discutido na promoção da saúde e na prevenção das doenças é considerar a importante relação entre hábitos e condutas e saúde e enfermidade. Antón e Méndez (1999) consideram a recente preocupação dos estudiosos em submeter à investigação científica a natureza de tais relações, cuja base é saber que

certos estados de enfermidade são causados por uma confluência de fatores biológicos, comportamentais, ambientais e sociais; e constatar-se que uns relativamente poucos fatores de risco, baseados no estilo de vida, são potencialmente responsáveis pela maior parte das principais causas de doença e morte precoce. (Antón & Méndez, 1999, p. 217)

Considerando o exposto neste texto, observa-se a complexidade do campo da Psicologia da Saúde. Primeiro pelo fato de ser um campo muito recente e de muita complexidade, e segundo por ter grande inserção na saúde pública, que no Brasil teve também início recente e ainda está em processo de construção (Sobrosa et al., 2014).

Os programas para formação do Psicólogo da Saúde em todos os níveis, tanto *lato sensu* como *stricto sensu* precisam estar alinhados para atender à demanda que será exigida no campo de atuação. A importância dos conhecimentos sobre a Psicologia da Saúde, da teoria e prática, será de fundamental importância para a eficácia dos procedimentos.

A formação das(os) psicólogas(os) ainda é hegemônica, fato que os leva ao atendimento de um público muito restrito. Além disso, muitas(os) psicólogas(os) não conseguem atuar no campo da psicologia da saúde e, mesmo estando na saúde

pública, restringem suas atividades ao atendimento individual que corresponde à psicologia clínica (Sobrosa et al., 2014).

Finalmente, faz-se necessário reconhecer que a Psicologia da Saúde deverá ter grande desenvolvimento, considerando que ela ainda é recente. Cabe, também, lembrar que novas práticas, a partir do desenvolvimento da teoria, serão construídas e provocará mudanças. As novas práticas cumprirão os objetivos da psicologia da saúde: descrever, compreender, prever e mudar comportamentos. Esse processo significa o alcance da promoção e proteção da saúde, prevenção e tratamento das doenças.

Referências

- Abalo, J. A. G., & Meléndez, E. H. (2005). Psicología de la salud: Aspectos históricos e conceptuales. En E. Hernández, & J. Grau (Comps), **Psicología de la salud: Fundamentos y aplicaciones** (pp. 33-84). Guadalajara: Centro Universitario en Ciencias de la Salud.
- Abelin, T. (1991). Health promotion. In W. Holand, R. Detels, G. Knox. (Eds.), **Oxford textbook of public health** (2nd ed., pp. 557-89). Oxford University Press: Albee.
- Almeida, R. A., & Malagris, L. E. M. (2011). A prática da Psicologia da Saúde. **Revista da SBPH**, 14(2), pp. 183-202. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v14n2/v14n2a12.pdf>
- Alves, R. F. (2011). **Psicologia da saúde: Teoria, intervenção e pesquisa**. Campina Grande: EDUEPB.
- Alves, R., Santos, G., Ferreira, P., Costa, A., & Costa, E. (2017). Current affairs of health psychology and the Brazilian context. **Psicologia, Saúde, & Doenças**, 18(2), pp. 545-55. doi: 10.15309/17psd180221
- American Psychological Association. (1997). **Archival description of clinical health psychology as a specialty in professional psychology. Minutes of the Council of Representatives Meeting, August 1997**. Washington, DC.
- Andrasik, F., Otis, J., Turner, B., Simón, M. A. (1999). Estrategias de investigación en psicología de la salud. En M. A. Simón (Org.), **Manual de psicología de la salud: Fundamentos, metodología y aplicaciones** (pp. 259-306). Madrid: Editorial biblioteca Nueva.
- Antón, D. M., & Méndez, F. X. (1999). Líneas actuales de investigación en psicología de la salud. En M. A. Simón (Org.), **Manual de psicología de la salud: Fundamentos, metodología y aplicaciones** (pp. 217-56). Madrid: Editorial biblioteca Nueva.
- Antunes, A. (2022, Setembro). **Orçamento da saúde pode ter redução de mais de R\$ 40 bilhões em 2022**. EPSJV/Fiocruz. Recuperado de <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/orcamento-da-saude-pode-ter-reducao-de-mais-de-r-40-bilhoes-em-2022>
- APA Task Force on Health Research. (1976). Contributions of psychology to health research: Patterns, problems, and potentials. **American Psychologist**, 31(4), pp. 263-74. Retrieved from <https://doi.org/10.1037/0003-066X.31.4.263>

Belar, C. D., Deardorff, W. W., & Kelly, K. E. (1987). **The practice of clinical health psychology**. New York: Pergamon Press.

Cintra, M. S., & Bernardo, M. H. (2017). Atuação do Psicólogo na Atenção Básica do SUS e a Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, *37*(4), 883-96. doi: 10.1590/1982-3703000832017

Coelho, I. B. (2001, Fevereiro). **Resultados da conferência de Ottawa**. Secretaria de Políticas de Saúde. Recuperado de https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracoesecarta_portugues.pdf

Conselho Federal de Psicologia (CFP), Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop). (2010). **Práticas profissionais de psicólogos e psicólogas a atenção básica à saúde**. (2010). Brasília, DF: CFP. Recuperado de http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2011/02/Praticas_ABS.pdf

Conselho Federal de Psicologia. (2019). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na atenção básica à saúde**. Brasília, DF: CFP. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/CFP_atencaoBasica-2.pdf

Custódio, M. E. (2003). A história da pós-graduação em psicologia da saúde da UEMESP. Em V. B. Oliveira, & K. Yamamoto (Eds.), **Psicologia da saúde: Temas de reflexão e prática** (pp. 9-20). São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo.

Epstein, L. H., & Cluss, P. A. (1982). A behavioral medicine perspective on adherence to long-term medical regimens. **Journal of consulting and clinical psychology**, *50*(6), pp. 950-71. doi: 10.1037//0022-006x.50.6.950

Ferreira, J. R. (1998). A promoção da saúde na Nova Política Mundial de Saúde da OMS. Em P. M. Buss et al., **Promoção da saúde e a saúde pública**. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.

Fox, R. (1982). The need for a reorientation of clinical psychology. **American Psychologist**, *37*(9), pp. 1.051-7.

Giovanella, L., Mendonça, M. H. M., Buss, P. M., Fleury, S., Gadelha, C. A. G., Galvão, L. A. C., Santos, R. F. (2019). De Alma-Ata a Astana. Atenção primária à saúde e sistemas universais de saúde: compromisso indissociável e direito humano fundamental. **Cadernos de Saúde Pública**, *35*(3), e00012219. doi: 10.1590/0102-311X00012219.

Gorayeb, R. (2010). Psicologia da Saúde no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, *26*, pp. 115-122. doi: 10.1590/S0102-37722010000500010

Grecchi, D., & Rezende, M. M. (2016). Estudos e programas de promoção de saúde em universidades brasileiras. Em M. M. Rezende, & M. G. V. Heleno (Orgs.), **Psicologia e promoção de Saúde: Em cenários contemporâneos** (2. ed., pp. 51-65). São Paulo: Vetor.

Guerra, A. M. C. (2002). O social na clínica e a clínica do social: Sutilezas de uma prática. In B. D. Gonçalves, A. M. C. Guerra, & J. de O. Moreira (Orgs.), **Clínica e inclusão social: Novos arranjos subjetivos e novas formas de intervenção** (pp. 29-48). Belo Horizonte, MG: Edições do Campo Social.

Lalonde, M. A. (1974). **New perspective on the health of Canadians**. Ottawa: Minister of National Health and Welfare.

Marks, D. F. (2002). **The health psychology reader**. London: Sage.

Matarazzo, J. D. (1982). Behavioral health's challenge to academic, scientific, and professional psychology. **American Psychologist**, *37*(1), pp. 1-14. doi: 10.1037/0003-066X.37.1.1

McKeown, T., Brown, R. G., & Record, R. G. (1972). An interpretation of the modern rise of population in Europe. **Population studies**, *26*(3), pp. 345-82.

Michael, J. M. (1982). The second revolution in health: Health promotion and its environmental base. **American Psychologist**, *37*(8), pp. 936-41. doi: 10.1037/0003-066X.37.8.936

Millon, T. (1982). On the nature of clinical health psychology. In T. Millon, C. Green, R. Meagher (Eds.), **Handbook of clinical health psychology** (pp. 1-27). New York: Plenum Press.

Miyazaki, M. C. O. S., Domingos, N. A. M., Valerio, N. I., Santos, A. R. R., & Rosa, L. T. B. (2002). Psicologia da saúde: Extensão de serviços à comunidade, ensino e pesquisa. **Psicologia USP**, *13*(1). doi: 10.1590/S0103-65642002000100003

Moreira, J. O., Romagnoli, R. C., & Neves, E. O. (2007). O surgimento da clínica psicológica: Da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. **Psicologia, Ciência e Profissão**, *27*(4), pp. 608-21. doi: 10.1590/S1414-98932007000400004

Ogden, J. (2007). An introduction to health psychology. In J. Ogden, **Health psychology: A textbook** (4. ed., pp. 1-12). New York: Open University Press.

Olbrisch, M. E., Weiss, S. M., Stone, G. C., & Schwartz, G. E. (1985). Report of the National Working Conference on education and training in health psychology. **American Psychologist**, *40*(9), 1.038-41. doi: 10.1037/0003-066X.40.9.1038

Peck, C. L., & King, N. J. (1982). Increasing patient compliance with prescriptions. **JAMA**, *248*(21), pp. 2.874-7. doi: 10.1001/jama.1982.03330210056035

Pelletier K. R. (1988). Cost-effective data: Searching for the unicorn continues. *American Journal of Health Promotion: AJHP*, **3**(1), pp. 57-9. doi: 10.4278/0890-1171-3.1.57

Ramos, V. (1988). Prever a medicina das próximas décadas: Que implicações para o planeamento da educação médica? *Acta Médica Portuguesa*, **2**, pp. 171-9.

Ribeiro, J. L. P. (2011). A Psicologia da Saúde. Em R. F. Alves. (Org.), **Psicologia da saúde: Teoria, intervenção e pesquisa** (pp. 23-64). Campina Grande: EDUEPB. doi: 10.7476/9788578791926

Richmond, J. (1979). **Healthy people: The surgeon general's report on health promotion and disease prevention**. Washington: U.S. Department of Health, Education, and Welfare.

Saldiva, P. H., & Veras, M. (2018). Política e dinheiro. *Estudos Avançados*, **32**(92), pp. 47-61. doi: 10.5935/0103-4014.20180005

Scliar, M. (2007). História do conceito de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, **17**(1), pp. 29-41. doi: 10.1590/S0103-73312007000100003

Sebastiani, R. W., & Maia, E. M. C. (2005). Contribuições da psicologia da saúde-hospitalar na atenção ao paciente cirúrgico. *Acta Cirúrgica Brasileira*, **20**(1), pp. 50-55. doi: 10.1590/S0102-86502005000700010

Sobrosa, G. M. R., Zappe, J. Z., Patias, N. D., Fiorin, P. C., & Dias, A. C. G. O. (2014). Desenvolvimento da psicologia da saúde a partir da construção da saúde pública no Brasil. *Revista de Psicologia da IMED*, **6**(1), 4-9. doi: 10.18256/2175-5027/psico-i-med.v6nlp4-9

Teixeira, J. A. C. (2004). Psicologia da saúde. *Análise Psicológica*, **3**(XXII), 441-8. doi: 10.14417/ap.214

World Health Organization. (1948). **Officials Records of the World Health Organization** 2. ed.). New York: International Health Conference. Retrieved from https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/85573/Official_record2_eng.pdf

World Health Organization. (1980). **International classification of impairments disability and handicaps**. Geneva: WHO.

World Health Organization. (1985). **Contribution of psychology to programme development in the WHO**. Regional office for Europe. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.

World Health Organization. (2001). **International classification of functioning, disability and health**. Geneva: WHO.

Yamamoto, O. H., & Cunha, I. M. F. F. O. (1998). O psicólogo em hospitais de Natal: Uma caracterização preliminar. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, **11**, pp. 345-62. doi: 10.1590/S0102-79721998000200012

Yamamoto, O. H., Trindade, L. C. B. O., & Oliveira, I. F. (2002). O psicólogo em hospitais no Rio Grande do Norte. **Psicologia USP**, **13**, pp. 217-46. doi: 10.1590/S0103-65642002000100011

Neuropsicologia no Brasil: retrospectiva e prospecção

Izabel Hazin
Sérgio Fukusima
Jesus Landeira-Fernandez

Neuropsicologia: Especialidade da Psicologia?

A neuropsicologia é um domínio teórico, clínico e de pesquisa que tem como objeto de estudo e intervenção as relações entre: de um lado, a estrutura e o funcionamento do sistema nervoso; do outro, as funções psicológicas e o comportamento. Trata-se, portanto, de uma disciplina resultante da confluência de outras disciplinas básicas e aplicadas, tais como neurologia e psicologia, neuroanatomia e neurofisiologia, neuroquímica e neurofarmacologia, psicometria e psicopatologia (Benton, 2000).

É interessante notar que, se partirmos do problema filosófico das relações entre mente-corpo, podemos afirmar que a neuropsicologia possui um longo passado (Mograbi, Mograbi, & Landeira-Fernandez, 2014). Porém, recebe o status de disciplina científica apenas no final do século XIX, a partir da chamada abordagem clínica clássica, caracterizada pela observação e realização de estudos clínicos de pacientes com lesões neurológicas e alterações cognitivas (Hazin et al., 2018; Kristensen, Almeida, & Gomes, 2001).

A neuropsicologia possui objetivos diversos e integrados. Gil (2002) descreve objetivos diagnósticos, terapêuticos e cognitivos que configuram, os domínios da Neuropsicologia Experimental e da Neuropsicologia Clínica. Enquanto a primeira tem como objeto de investigação as relações entre o cérebro e os processos psicológicos superiores, o objetivo maior da Neuropsicologia Clínica consiste no estabelecimento de perfis neuropsicológicos, constituídos a partir da identificação de funções psicológicas deficitárias e preservadas, em contextos diversos de lesões e disfunções neurológicas, ou mesmo no desenvolvimento típico (Manning, 2005).

Diante de objetivos diversos, a prática profissional nesses dois domínios adota distintos procedimentos e níveis de atuação. Por exemplo, a Neuropsicologia

Experimental comporta metodologias que englobam modelos animais e inteligência artificial, enquanto a Neuropsicologia Clínica apoia-se em estratégias clínicas de observação e intervenção em diversos grupos. A intervenção neuropsicológica contempla dois processos interligados, a saber, a avaliação e a intervenção/reabilitação neuropsicológicas. Convém destacar que, para a American Psychological Association (APA), a Neuropsicologia Clínica é um campo de especialidade dentro da psicologia clínica, dedicado a compreender as relações entre o cérebro e o comportamento (Hokkanen et al., 2020), embora este não seja um ponto pacífico.

Possivelmente o debate em torno da pertinência de considerar a neuropsicologia como área de especialidade da psicologia origina-se na complexidade inerente ao seu objeto de estudo que, como discutido, implica necessariamente a convergência de diferentes disciplinas que, reunidas, contribuem para a fundamentação teórico-metodológica que embasa a prática e a pesquisa neuropsicológicas (Hazin et al., 2018).

A intensificação das relações entre a psicologia e a neuropsicologia pode ser identificada na própria história da neuropsicologia, caracterizada por períodos distintos, reflexos do movimento pendular das proposições da teoria psicológica acerca da cognição humana, ora caracterizada pela prevalência da neurologia, ora pela própria psicologia (Cubelli, 2005; Luria, 1996). Para os historiadores, um desses períodos é caracterizado pela aproximação da Neuropsicologia com a Psicologia Cognitiva, resultante da Revolução Cognitiva, constituindo um novo campo de estudo denominado Neuropsicologia Cognitiva. Esta etapa é caracterizada pela proposição de modelos teóricos de processamento da informação baseados em dados obtidos em laboratório com indivíduos saudáveis. Este movimento ocorreu paralelamente no Reino Unido, Estados Unidos e Canadá. Na União Soviética, Alexander Luria desenvolveu um marco conceitual para a interpretação dos dados neuropsicológicos, constituindo a Neuropsicologia Histórico-Cultural, em consonância com a fisiologia e a neurologia, mas sem negligenciar a perspectiva humanista na compreensão das doenças envolvendo disfunções cognitivas (Kristensen et al., 2001).

Dois movimentos interdisciplinares são considerados pelos historiadores como sendo os precursores da revolução cognitiva: o Simpósio Hixon, que aconteceu em 1948 e que teve como meta central questionar os postulados behavioristas, em especial o posicionamento desta escola em relação à mente; e as dez conferências, conhecidas como Conferências Macy. Estas últimas aconteceram entre 1946 e 1953, elas foram marcadas pelo debate entre matemáticos, lógicos, engenheiros, fisiologistas e neurologistas, psicólogos, antropólogos e economistas, que constituíram a cibernética, com o propósito de edificação de uma ciência geral do funcionamento

da mente. Posteriormente o rótulo cibernético foi substituído pelo de ciências cognitivas (Teixeira, 2004; Gardner, 1996; Dupuy, 1994).

Há um consenso entre os historiadores no que diz respeito à data de nascimento das ciências cognitivas: 11 de setembro de 1956. Esta data refere-se ao segundo dia de palestras do Simpósio sobre a Teoria da Informação que aconteceu no MIT (Massachusetts Institute of Technology), e que foi marcado pelas contribuições de Noam Chomsky, que palestrou acerca de três modelos da linguagem e a apresentação de Newell e Simon sobre a máquina de teoria lógica. O universo das Ciências Cognitivas foi constituído a partir da contribuição de cinco disciplinas: a Inteligência Artificial, as Neurociências, a Linguística, a Filosofia da Mente e a Psicologia Cognitiva. Em algumas ocasiões, a Antropologia Cognitiva e Interpretativa também é indicada como disciplina integrante deste domínio. É interessante notar que nas diferentes disciplinas que constituem tal domínio existiram debates entre antigas e novas perspectivas. Na psicologia, o behaviorismo de Skinner foi diretamente confrontado com o cognitivismo de Miller, que ressalta as semelhanças entre os computadores e o funcionamento da mente humana.

Fragmentos da História da Neuropsicologia no Brasil

Compreender a inserção da neuropsicologia no Brasil exige a consideração de elementos que configuram a história das relações entre a psicologia e dois outros domínios: a neurologia e a psiquiatria. Isso porque a neuropsicologia chega ao Brasil por meio das práticas da neurologia.

Em São Paulo, o médico pediatra Antonio Branco Lefèvre, considerado patrono e fundador da Neuropsicologia brasileira, defendeu em 1950 a tese intitulada “Contribuição para a psicopatologia da afasia em crianças”, inaugurando um campo de produção científica e de práticas que paulatinamente vem se adensando no país. Lefèvre problematizava o quanto a neurologia, isoladamente, não seria suficiente para sustentar, de forma teórica e prática, uma especialidade complexa que lidava com o desenvolvimento do sistema nervoso. Para tanto, defendeu a necessidade da aproximação entre a neurologia e a psicologia (Wajman, 2021).

No ano de 1975, Lefèvre criou, na Clínica Neurológica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), o Setor de Atividade Nervosa Superior, marcado pela interdisciplinaridade e pela aproximação com a psicologia, notadamente por meio de Beatriz Helena Lefèvre, que, nos anos 1980, publicou o livro *Neuropsicologia Infantil*. Nessa mesma época, a psicóloga Cândida Helena Pires de Camargo introduziu

a Neuropsicologia no Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP. Em parceria com o Professor Raul Marino Junior, implementou a avaliação neuropsicológica de pacientes com epilepsia e outros transtornos neurológicos (Haase et al., 2012; Mendonça, Azambuja, & Schiecht, 2008).

A neurologista paulistana Irene Abromovich escreveu o primeiro trabalho sobre apraxias bucofaciais. A fonoaudióloga gaúcha Maria Alice de Mattos Pimenta Parente publicou em 1974 um estudo com pacientes afásicos da Escola Paulista de Medicina, ampliando as inter-relações entre a Neuropsicologia e a fonoaudiologia, sendo essa outra característica central da Neuropsicologia brasileira (Haase et al., 2012).

O I Congresso Brasileiro de Neuropsicologia foi realizado em 1991, na cidade de São Paulo, conjuntamente com o II Congresso Latino-americano de Neuropsicologia. Nesse evento compareceram representantes de outros países da América Latina e da Europa, membros da Sociedade Latino Americana de Neuropsicologia (SLAN): Juan Azcoaga (Universidade de Buenos Aires da Argentina), Fernando Dalmás e Dr. Luis E. Fontan (Departamento de Neuropsicologia do Instituto de Neurologia do Hospital das Clínicas de Montevideo – Uruguai), Alfredo Ardila (Instituto Neurológico da Colômbia), Jean-Luc Nespoulous (Departamento de Linguística e Filosofia da Universidade de Montreal), Yves Joannette (Laboratório Th. Alajouanine, C.H. Cote-des-Neiges de Montreal), André Roch Lecours (Centro de Pesquisa do Centro Hospitalar Cote-des-Neige de Montreal), Anna Basso (Instituto de Clínica Neurológica da Universidade de Milão), Jordi Peña-Casanova (Hospital Del Mar de Barcelona-Espanha), G. Deloche (Inserm, Divisão Clérambault, La Salpêtrière, de Paris-França) e Xavier Seron (Universidade de Louvain, Unitê de Revalidation Neuropsychologique de Cliniques Universitaires de Bruxelas- Bélgica).

Institucionalização da Neuropsicologia no Brasil

Entre os eventos históricos que caracterizam o processo de institucionalização da neuropsicologia mundial, localizados em sua maioria na segunda metade do século passado, destaca-se a fundação em 1967 da International Neuropsychological Society (INS), cuja missão é contribuir para a ampliação da comunicação entre as disciplinas científicas que se dedicam a compreender as relações entre o cérebro e o comportamento. A INS possui atualmente mais de 4.700 filiados, realiza dois encontros anuais: um em fevereiro, sempre na América do Norte; e outro em julho, em diferentes localidades do mundo. A INS também é responsável pela publicação do periódico Journal of the International Neuropsychological Society (JINS).

Na América Latina, muitos países estruturaram as Sociedades Nacionais de Neuropsicologia, tais como México, Argentina, Bolívia e Brasil (Ardila, 2009). Foram fundadas duas sociedades internacionais: Asociación Latinoamericana de Neuropsicología (ALAN) e a Sociedad Latinoamericana de Neuropsicología (SLAN), as quais realizam congressos bianuais (Ardila, 2014). O Brasil participou ativamente da proposição da SLAN, em especial por meio da pesquisadora Maria Alice de Mattos Pimenta Parente. Atualmente o Brasil ocupa a vice-presidência na Diretoria da Sociedade com Izabel Hazin (UFRN) e integra a Editoria Geral da Revista Neuropsicologia Latinoamericana, fundada em 2008, com Nara Côrtes Andrade (UFJF).

A neuropsicologia brasileira é representada por três Sociedades: a Sociedade Brasileira de Neuropsicologia (SBNp), a Associação Brasileira de Neuropsicologia (ABRANEP), e o Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento (IBNeC). A primeira foi fundada em setembro de 1988, por meio dos esforços dos neurologistas e professores Norberto Rodrigues e Jayme Antunes Maciel Jr. A fundação foi consolidada na Assembleia Geral da Academia Brasileira de Neurologia, durante o XIII Congresso Brasileiro de Neurologia, em São Paulo. Foi considerado que a denominação “Sociedade Brasileira de Neuropsicologia” era a que melhor se enquadrava aos propósitos da associação na arregimentação multidisciplinar e interdisciplinar dos profissionais que desenvolvem atividades clínicas e de pesquisa na área das ciências cognitivas. Até o momento, a SBNp já realizou 20 congressos nacionais e seis internacionais, além de simpósios, jornadas, cursos nacionais e internacionais, publicou mais de 15 livros na área e mantém parceria com outras sociedades internacionais. Em 2019, a SBNp realizou, com seu evento anual, a 89th INS Meeting (International Neuropsychological Society) no Rio de Janeiro.

Por sua vez, em 14 de abril de 2002, foi realizada a Reunião para Criação da ABRANEP por iniciativa de Kátia Osternack. Esta associação tem por missão zelar pela qualidade teórica e técnica da especialidade, promover conhecimento científico na área e expandir a prática da neuropsicologia em todo o território nacional.

O IBNeC foi fundado em 22 de outubro de 2009 com o objetivo de fomentar as relações entre a psicologia e as neurociências, tanto na pesquisa básica quanto na área clínica. Sua primeira gestão foi formada por J. Landeira-Fernandez (PUC-Rio), Izabel Hazin (UFRN), Dora Ventura (USP) e Alcyr Alves de Oliveira (UFCSA). Trata-se de uma associação científica que congrega pesquisadores, profissionais e estudantes de psicologia e áreas afins de todas as regiões do país com interesse nas diferentes áreas da neurociência e suas intersecções com a psicologia.

Com esse enfoque, o IBNeC tem um periódico oficial, o *Psychology, & Neuroscience*, que está organizado em cinco sessões temáticas, uma delas é direcionada à neuropsicologia clínica e experimental. O periódico foi fundado em 2008 por J. Landeira-Fernandez (PUC-Rio), Dora Ventura (USP) e Antônio Pedro de Mello Cruz (UnB). Atualmente, Daniel Mograbi (PUC-Rio) é o editor-chefe deste periódico, o primeiro periódico na área da psicologia no Brasil a ser publicado totalmente em inglês. Desde 2015, o periódico *Psychology, & Neuroscience* vem sendo publicado pela APA.

O IBNeC já realizou onze Reuniões Anuais em diferentes regiões do território brasileiro. Desde sua primeira Reunião Anual, o IBNeC já homenageou 15 grandes personalidades brasileiras que contribuíram para o progresso da Neuropsicologia. Em 2012, o IBNeC deu início a uma pequena olimpíada em neuropsicologia e neurociência comportamental conhecida como NeuroBright, olimpíada essa que vem sendo realizada em suas Reuniões Anuais desde então. A iniciativa busca promover o diálogo entre diferentes grupos de pesquisa, estimulando o aperfeiçoamento da formação dos alunos e premiando as equipes vencedoras. Em 2017 o IBNeC realizou, em conjunto com a sua VII Reunião Anual, o XV Congresso da Sociedade Latino-Americana de Neuropsicologia (SLAN), na cidade de Natal.

No ano de 2012, o IBNeC fundou o IBNequinho, por uma iniciativa liderada por Orlando Bueno (UNIFESP). Seu objetivo maior é congregar conhecimentos científicos entre pesquisadores, profissionais e estudantes com interesse comum nos processos de desenvolvimento e aprendizagem na infância e adolescência. O IBNequinho realiza encontros bienais e desde a sua fundação já realizou quatro grandes encontros.

Ainda nesse domínio, destacam-se as constituições de dois grupos de trabalho destinados à problematização teórica e prática da neuropsicologia. Um desses grupos, o Grupo de Trabalho (GT) de Neuropsicologia, foi criado no ano de 2016 durante a realização do XVI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia) em Maceió. Esse GT se originou no interior do GT de Psicobiologia, Neurociências e Comportamento, consequência direta do crescimento desta área no interior desse último grupo. Atualmente o grupo é composto por 26 pesquisadoras e pesquisadores, de 4 regiões, 9 estados e 18 instituições brasileiras de ensino. No ano de 2021, foi criado no âmbito do Conselho Federal de Psicologia (CFP) o GT de Neuropsicologia, constituído por representantes das três entidades que representam a neuropsicologia no país, o GT de Neuropsicologia da ANPEPP e a Comissão Consultiva em Avaliação Neuropsicológica do CFP. O objetivo do grupo é a produção de materiais de divulgação e orientação à prática da neuropsicologia.

A Pesquisa e a Formação em Neuropsicologia no Brasil

A aquisição de competências e habilidades para o exercício profissional no âmbito de uma especialidade requer anos de formação e qualquer tentativa de abreviar o processo pode comprometer as condições necessárias para a oferta de um serviço de qualidade. No que tange à neuropsicologia, identifica-se diferença nas exigências dos diversos países em termos do nível de formação científica necessária para obter a especialidade em neuropsicologia clínica.

Nos EUA, a condição para a obtenção do título de especialista em neuropsicologia clínica é ter um doutorado em pesquisa (PhD) na área de psicologia ou um doutorado em psicologia clínica (PsyD). No Reino Unido, o processo envolve a realização de um bacharelado em psicologia (3-4 anos), depois doutorado em psicologia clínica (3 anos), este combina prática clínica, educação e pesquisa. Uma vez qualificado em clínica psicológica, educação especializada adicional e realizado prática clínica supervisionada ao longo de dois anos, pode-se obter o Registro de Especialista em Neuropsicologia Clínica.

No restante da Europa e na Austrália, o doutorado não é requisito para a especialidade em neuropsicologia clínica. Nesses países, o modelo de formação é mais semelhante ao modelo de formação médica, consistindo principalmente de três elementos: educação universitária básica em psicologia (5-6 anos), prática neuropsicológica supervisionada em cuidados de saúde especializados por dois a cinco anos, e cursos abrangentes de neuropsicologia clínica. No total, os candidatos despendem em torno de sete a onze anos em diferentes níveis de educação e treinamento em psicologia e neuropsicologia antes de obter o título e autorização para trabalhar de forma independente dentro da neuropsicologia (Hessen et al., 2018).

De forma geral, as competências consideradas essenciais para a formação em neuropsicologia clínica são semelhantes em todos os países: (a) Conhecimento profundo de psicologia geral, incluindo psicologia clínica (nível de pós-graduação), padrões éticos e legais. (b) Conhecimento especializado sobre relações cérebro-comportamento clinicamente relevantes. (c) Conhecimento abrangente e habilidades em disciplinas clínicas relacionadas. (d) Conhecimento aprofundado e habilidades em avaliação neuropsicológica, incluindo tomada de decisão e competência diagnóstica de acordo com a classificação atual de doenças. (e) Competências na área da diversidade e cultura em relação à neuropsicologia clínica. (f) Competência de comunicação de achados neuropsicológicos e resultados de testes para públicos relevantes e diversifi-

cados. (g) Conhecimento e habilidades em intervenção psicológica e neuropsicológica, incluindo tratamento e reabilitação (Hessen et al., 2020).

No Brasil, a formação e a atuação da(o) profissional psicóloga(o) em neuropsicologia ganham impulso adicional a partir do ano de 2004, quando por solicitação da ABRANEP o CFP, por meio da Resolução nº 2/2004 reconhece a neuropsicologia como especialidade em psicologia para finalidade de concessão e registro de título de Especialista (http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2004_2.pdf).

De acordo com a referida Resolução, o neuropsicólogo é o profissional que:

atua no diagnóstico, no acompanhamento, no tratamento e na pesquisa da cognição, das emoções, da personalidade e do comportamento sob o enfoque da relação entre estes aspectos e o funcionamento cerebral. Utiliza-se para isso de conhecimentos teóricos angariados pelas neurociências e pela prática clínica, com metodologia estabelecida experimental ou clinicamente. Utiliza instrumentos especificamente padronizados para avaliação das funções neuropsicológicas envolvendo principalmente habilidades de atenção, percepção, linguagem, raciocínio, abstração, memória, aprendizagem, habilidades acadêmicas, processamento da informação, visuoconstrução, afeto, funções motoras e executivas.

Em 2022, o CFP publicou uma nova Resolução (nº 3/2022 – <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-3-de-16-de-marco-de-2022-386760566>) que institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas e reconhece as treze especialidades da psicologia, entre elas: a neuropsicologia. O título será concedido à psicóloga ou ao psicólogo que comprovar efetivo exercício profissional, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução e que tenham realizado curso de especialização reconhecido pelo MEC ou obtido aprovação em prova de especialista promovida pelo CFP.

No texto, a neuropsicologia é descrita como área de atuação profissional da psicologia referente à relação entre funções do sistema nervoso e o comportamento humano. A psicóloga ou psicólogo especialista em Neuropsicologia:

- a. emprega conhecimentos e construtos teóricos relacionados a neurociências, avaliação psicológica, psicologia do desenvolvimento em seu exercício profissional;
- b. avalia, diagnostica e intervém em aspectos cognitivos, comportamentais e emocionais frente à organização e funcionamento do sistema nervoso em condições típicas, lesionadas ou de disfunção cerebral;

- c. usa métodos clínicos e instrumentos padronizados para avaliação das funções neuropsicológicas de atenção, percepção, linguagem, raciocínio, afeto, comportamento, abstração, memória, aprendizagem, habilidade acadêmica, processamento da informação, visuoconstrução, praxias, funções motoras e executivas e personalidades;
- d. realiza avaliações neuropsicológicas em contextos clínicos, jurídicos e periciais, elabora laudos psicológicos e complementa diagnósticos nas áreas de neurologia, psiquiatria e educação;
- e. identifica perfis neuropsicológicos para subsidiar o desenvolvimento, habilitação ou reabilitação de indivíduos com padrões qualitativos diferenciados de neurodesenvolvimento;
- f. propõe intervenções de reabilitação para melhoria, compensação ou adaptação de dificuldades neuropsicológicas;
- g. auxilia a compreensão e a coparticipação de familiares ou responsáveis em processos de reabilitação neuropsicológica;
- h. promove inserção e reinserção de pessoas atendidas na comunidade conforme possibilidades neurológicas, capacidade adaptativa individual e familiar, e durabilidade e prognóstico clínico;
- i. contribui para proposição de políticas públicas, estratégias de aprendizagem, modelos de reabilitação, desenvolvimento de instrumentos de avaliação e intervenção neuropsicológicas;
- j. investiga hipóteses sobre interação entre funções cerebrais e comportamento, funcionamento típico ou patológico cognitivo, consoante áreas de neurociências, medicina e saúde.

No cenário brasileiro atual, a formação em neuropsicologia clínica ocorre basicamente por intermédio de cursos de pós-graduação lato sensu, ou seja, por meio de especializações reconhecidas pelo Ministério da Educação, com carga horária mínima de 360 horas. Adicionalmente, linhas de orientação surgem em cursos de pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado e doutorado, adensando a pesquisa e a produção científica em neuropsicologia no país.

No entanto, estes programas de capacitação profissional no Brasil ainda não incorporaram de modo efetivo em seus currículos dois aspectos essenciais da formação clínica do profissional de Neuropsicologia: a experiência da prática supervisionada e a formação interdisciplinar nos moldes recomendados pela Organização Mundial de Saúde (World Health Organization, 2010). A formação de profissionais capacitados para

trabalharem no contexto clínico de equipe interdisciplinar deve ser propiciada durante a prática supervisionada, que viabiliza que as estratégias de avaliação e intervenção sejam desenvolvidas por meio dos diferentes olhares da equipe, sendo a qualidade da intervenção associada à qualidade da interação interdisciplinar. Em geral, a ênfase desses currículos permanece na formação teórica e de pesquisa (Hazin et al., 2018).

No que se refere à pesquisa neuropsicológica, em consulta ao Diretório do Grupos de Pesquisa no Brasil em abril de 2022, disponível na plataforma do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, foram identificados 93 grupos de pesquisa que têm o termo Neuropsicologia como palavra-chave que os define. Destes, 52 estão inscritos na área da psicologia, 17 na área de medicina, 8 em educação, 5 em saúde coletiva e em fonoaudiologia e 1 nas áreas de genética, comunicação, fisiologia, morfologia, engenharia elétrica, ciência da computação, serviço social e educação física.

A distribuição desses grupos nas diferentes regiões do país não é diferente daquela referente ao quantitativo e qualitativo dos programas de pós-graduação em psicologia, ou mesmo do número de bolsistas de produtividade em pesquisa. Da totalidade dos grupos identificados, mais de 70% estão concentrados nas regiões sul e sudeste. Foram identificados 151 bolsistas de produtividade em pesquisa, cuja produção está diretamente relacionada à Neuropsicologia.

Desafios Futuros para a Neuropsicologia no Brasil

O crescimento da neuropsicologia nas últimas décadas tem sido identificado em diferentes países do mundo. Esse desenvolvimento veio no bojo de uma maior conscientização acerca dos impactos cognitivos, comportamentais e emocionais associados às diferentes condições de saúde que afetam a organização e o funcionamento do cérebro.

Porém, tal desenvolvimento não assume um caráter homogêneo se considerados os diferentes continentes. Identifica-se um acelerado progresso desta disciplina em regiões de renda mais alta, com sistemas de saúde mais desenvolvidos e maiores expectativas de vida, tais como: Europa, Austrália e América do Norte. Tal disparidade pode ser constatada por meio do número de publicações científicas produzidas pelos países que compõem estas regiões, assim como pelo tamanho que tem a Sociedade de Neuropsicologia Clínica (Divisão de Neuropsicologia Clínica), na atualidade, a maior das 55 divisões da APA. Como consequência da desigualdade supracitada, cons-

tata-se a limitação no acesso, de grande parcela da população mundial, aos serviços neuropsicológicos (Hessen et al., 2018).

Recentemente, artigos têm sido produzidos refletindo acerca dos obstáculos envolvidos no crescimento da neuropsicologia no mundo, de forma geral, e na América Latina. Na perspectiva de Ponsford (2017), avaliando os últimos 25 anos da neuropsicologia em diferentes continentes (Ásia, África, América Central, América do Sul e Nova Zelândia), os maiores obstáculos à expansão da neuropsicologia incluem: restrições econômicas à prestação de serviços de saúde, limitação da disponibilidade de métodos adequados de avaliação e tratamento, a diversidade linguística e o analfabetismo, o estigma e/ou falta de conhecimento acerca das alterações neurológicas, a ausência de formação especializada nos cursos de graduação e supervisão, ausência de credenciamento nos planos de saúde de neuropsicólogos, os baixos salários e a reduzida visibilidade do campo na maioria dos países (Hazin et al., 2018; Ponsford, 2017).

No que se refere de forma mais específica à América Latina, o estudo realizado por Arango-Lasprilla, Stevens, Paredes, Ardila e Rivera (2016) incluiu 880 profissionais da neuropsicologia de 17 países da América Latina e teve como principal objetivo compreender a formação, a situação laboral atual, procedimentos de avaliação e diagnóstico utilizados, técnicas de reabilitação selecionadas, população clínica atendida, atividades de ensino e pesquisa. Os autores concluem que as principais barreiras para o campo neuropsicológico apontadas pelos profissionais são: a falta de programas de treinamento acadêmico, a falta de oportunidades de treinamento clínico, a pouca disponibilidade de profissionais de outras áreas para trabalho conjunto e a falta de acesso a instrumentos neuropsicológicos. Refletem, por fim, que é urgente a necessidade de aumentar a regulamentação da profissão, melhorar os currículos de pós-graduação, desenvolver programas de certificação profissional, validar testes neuropsicológicos existentes e criar novos instrumentos culturalmente relevantes (Hazin et al., 2018; Arango-Lasprilla et al., 2016).

Um dos maiores desafios da área está no estabelecimento de relações significativas entre a neuropsicologia, as neurociências, a moderna psicométrica e a tecnologia, notadamente após a pandemia de Covid-19, que redefiniu o lugar da tecnologia para os processos de avaliação e intervenção. Porém, a neuropsicologia parece estar ainda dependente de métodos ultrapassados, ocasionando um processo avaliativo lento, demorado e caro, fornecendo estimativas relativamente empobrecidas no que tange ao comportamento humano.

Destaca-se ainda que a neuropsicologia brasileira tem um outro importante desafio a enfrentar: a necessidade de constituir uma neuropsicologia própria do

nosso país, sintonizada com os desafios e urgências de um país rico em diversidade. A denominada neurociência sociocultural é uma subdisciplina emergente nas neurociências, embora as questões que envolvam as relações entre organização cerebral e contextos socioculturais não tenham integrado fortemente a agenda de pesquisa da neuropsicologia brasileira. Nesse sentido, o conhecimento acerca do papel de aspectos históricos e culturais para o desenvolvimento de funções mentais necessariamente se coloca como um dos grandes desafios deste século.

Referências

- Arango-Lasprilla, J., Stevens, L., Paredes, A., Ardila, A., & Rivera, D. (2016). Profession of neuropsychology in Latin America. *Applied Neuropsychology: Adult*, *24*(4), 318-30.
- Ardila, A. (2009). La Neuropsicología en Hispanoamérica: Presentación. *Revista Neuro*, *9*(2), 1.
- Ardila, A. (2014). El futuro de la neuropsicología en Latinoamérica. *Revista Mexicana de Comunicación, Audiología, Otoneurología y Foniatría*, *3*(3), 93-4.
- Benton, A. (2000). *Exploring the history of neuropsychology*. New York: Oxford University Press.
- Cubelli, R. (2005). The 40th anniversary: The history of neuropsychology according to Norman Geschwind: Continuity and discontinuity in the development of science. *Cortex*, *41*, 271-4.
- Dupuy, G. (1994). *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo: Edusp.
- Gardner, H. (1996). *A nova ciência da mente*. São Paulo: Edusp.
- Gil, R. (2002). *Neuropsicologia*. São Paulo: Livraria Santos Editora.
- Haase, V., Salles, J. F., Miranda, M. C., Malloy-Diniz, L., Abreu, N., Parente, M. A. M., ... Bueno, O. (2012). Neuropsicologia como ciência interdisciplinar: Consenso da comunidade brasileira de pesquisadores/clínicos em Neuropsicologia. *Revista Neuropsicologia Latinoamericana*, *4*(4), 1-8.
- Hazin, I., Oliveira, I., Gomes, E., & Garcia, D. (2018). Neuropsicologia no Brasil: Passado, presente e futuro. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *18*(4), 1-15.
- Hessen E., Hokkanen L., Ponsford J., van Zandvoort M., Watts A., Evans J., & Haaland, K. (2018). Core competencies in clinical neuropsychology training across the world. *Clinical Neuropsychology*, *32*(4), 642-56.
- Hokkanen, L., Barbosa, F., Ponchel, A., Constantinou, M., Kosmidis, M. H., Varako, N. ... Hessen, E. (2020). Clinical neuropsychology as a specialist profession in European health care: Developing a benchmark for training standards and competencies using the EuroPsy model? *Frontiers in Psychology*, *11*, 1-11.

Kristensen, C., Almeida, R., & Gomes, W. (2001). Desenvolvimento histórico e fundamentos metodológicos da neuropsicologia cognitiva. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, **14**(2), 259-74.

Luria, A. R. (1996). **Human brain and psychological processes**. New York: Harper and Row.

Manning, L. (2005). **A neuropsicología clínica**. Lisboa: Instituto Piaget.

Mendonça, L. I. A., Azambuja, D. A., & Schlecht, B. B. G. (2008). Neuropsicologia no Brasil. Em D. Fuentes, L. F. Malloy-Diniz, C. H. P. Camargo, & R. M. Cosenza, **Neuropsicologia: Teoria e prática** (pp. 411-24). Porto Alegre, RS: Artmed.

Mograbi, D. C.; Mograbi, G. J. C., & Landeira-Fernandez, J. (2014). Aspectos históricos da neuropsicologia e o problema mente-cérebro. Em Fuentes, D., Malloy-Diniz, L. F., Camargo, C. H. P., Cosenza, R. M. **Neuropsicologia: Teoria e prática** (2. ed., p. 19-27). Porto Alegre, RS: Artmed.

Ponsford, J. (2017). International growth of neuropsychology. **Neuropsychology**, **31**(8), 921-33.

Teixeira, J. (2004). **Filosofia e ciência cognitiva**. Petrópolis, RJ: Vozes.

Wajman, J. (2021). Neuropsicologia clínica: Notas históricas, fundamentos teórico-metodológicos e diretrizes para formação profissional. **Psicologia: Teoria, & Pesquisa**, **37**, 1-11.

World Health Organization (2010). **Framework for action on interprofessional education and collaborative practice**. Geneva: WHO press.

Psicologia Positiva Brasileira: Movimento Científico em prol da Saúde Psicológica e do Bem-Estar

Caroline Tozzi Reppold
Cyntia Mendes de Oliveira
Claudia Hofheinz Giacconi

Introdução

A Psicologia Positiva pode ser definida como um movimento científico que propunha que os estudos no campo da Psicologia valorizassem as potencialidades e os talentos humanos, aumentando as chances de que todos tenham uma vida mais engajada, feliz e com sentido. A referência que demarca o início da Psicologia Positiva como um movimento científico mundial foi a publicação, em 2000, do artigo intitulado *Positive Psychology: An Introduction*, de autoria de Martin Seligman e Mihaly Csikszentmihalyi.

O desígnio para o início desse movimento foi o fato de Seligman ter assumido, em 1998, a presidência da *American Psychology Association*, tornando-se, assim, editor do periódico *American Psychologist*. Como editor, Seligman observara que a maior parte dos artigos submetidos à publicação neste periódico, como em outros, tratavam de temas relacionados ao tratamento de transtornos mentais e à remissão do sofrimento humano, e que isso ocorria desde o final da II Guerra (Seligman, 2019).

Desse modo, Seligman e Csikszentmihalyi propuseram uma nova agenda à Psicologia, a fim de resgatar valores e interesses que levassem a ciência psicológica a promover melhores condições de vida a todos, por meio da valorização de forças pessoais e atributos positivos. Segundo ele, a Psicologia deveria voltar seus estudos a responder questões como “o que faz as pessoas serem mais felizes?” ou “como ajudar as pessoas a se engajarem em atividades que aflorem valores positivos e aumentem a

oportunidade de todos terem uma vida prazerosa, engajada e com propósito?”. Além disso, também se tornaram foco as características positivas de personalidade, bem como as instituições, organizações e comunidades que promovem o desenvolvimento de seus membros.

O interesse por essa agenda rapidamente ganhou espaço em diferentes países, inclusive no Brasil. No país, nessa mesma época, pesquisadores da área da Psicologia já voltavam seu interesse para temas que são tipicamente característicos da Psicologia Positiva, como o bem-estar, a autoestima, a resiliência e a criatividade (Reppold et al., 2019). Assim, não demorou para que a Psicologia brasileira se identificasse com essa agenda e iniciasse esforços para reunir pesquisadores com trabalhos afins. Esses pesquisadores eram oriundos, sobretudo, de grupos de trabalhos da área da avaliação psicológica.

Assim, em 2013, nasceu a Associação Brasileira de Psicologia Positiva (ABP+), formalizada durante o VI Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica, em Maceió/AL, por meio de uma assembleia de fundação da entidade, presidida pelo professor Claudio Simon Hutz e pela professora Solange Weschler. Desde então, a entidade já foi gerida por quatro diferentes diretorias. A primeira delas presidida pelo Prof. Dr. Claudio Hutz, e a segunda e a terceira pela Profa. Dra. Ana Claudia Vazquez. A atual gestão é presidida pela Profa. Claudia Giacomoni, cujo vice-presidente é o Prof. Dr. Claudio Hutz; primeira secretária: Profa. Dra. Cyntia Mendes de Oliveira; segunda secretária: Profa. Dra. Carolina Campos; primeiro tesoureiro: Prof. Dr. Cristian Zanon; e segunda tesoureira: Profa. Dra. Claudia Bandeira. O atual conselho deliberativo é constituído pela presidenta da entidade, seu vice-presidente e pelas Profas. Dras. Caroline Tozzi Reppold e Letícia Lovato Dellazzana-Zanon.

Ao longo de nove anos de existência, a associação fora constituída, principalmente, por pesquisadores que participavam do GT de Avaliação de Crianças e Adolescentes ou do GT de pesquisa em Avaliação Psicológica da ANPEPP/2012 e que, em 2014, ano seguinte à criação da ABP+, já formavam um GT específico nos Simpósios Científicos da ANPEPP, intitulado GT Psicologia Positiva e Criatividade (Nascimento, & Vasconcelos, 2016). Este GT está em funcionamento na ANPEPP desde então (2014, 2016, 2018, 2020 e 2022).

No primeiro ano de funcionamento, o GT foi constituído por 12 pesquisadores e uma doutoranda, vindos de três regiões diferentes do país (4 estados) e vinculados a seis instituições de ensino superior distintas. No segundo ano, participaram do GT 17 pesquisadores e 5 doutorandos, oriundos de três regiões geográficas e 6 instituições de ensino superior. No terceiro ano, foram 11 os pesquisadores participantes do GT. Em 2020, os integrantes foram 12 pesquisadores, 1 pós-doutorando

e 1 doutorando, de 4 regiões geográficas brasileiras (6 estados) e 8 instituições de ensino superior. Em 2022, 25 pesquisadores e 1 pós-doutoranda integram o GT, o que evidencia o crescimento da área da Psicologia Positiva como campo de pesquisa e formação na ciência brasileira.

Essas parcerias entre os pesquisadores vinculados à ABP+ viabilizam diversos trabalhos colaborativos, como realização de pesquisas conjuntas, publicação de livros e artigos científicos e participações em bancas de pós-graduação, que engrandecem a área e ampliam a representatividade científica da PP em diferentes regiões do Brasil. O trabalho conjunto dos pesquisadores da área viabiliza também a parceria da entidade na organização de eventos científicos de destaque à formação continuada dos psicólogos brasileiros (como o Congresso Brasileiro da Associação Brasileira de Psicologia Positiva, Congresso do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica, o Congresso da Associação Brasileira de Criatividade e Inovação, e o Congresso Psicologia: Ciência e Profissão).

Neste caminho de avanço científico, ressalta-se que os estudos da Psicologia Positiva, no Brasil, como em outras partes do mundo, passaram por três momentos distintos. O primeiro centrado na proposição de uma agenda que tinha como foco ressaltar as potencialidades humanas, os fatores de proteção à saúde e bem-estar e elaborar modelos teóricos que fossem ética e epistemologicamente coerentes com a visão de mundo que se apresentava. O segundo momento era caracterizado pelo interesse dos pesquisadores em criar instrumentos que pudessem operacionalizar os modelos teóricos propostos, bem como eventualmente reformular hipóteses e pressupostos que não se sustentavam por meio de evidências empíricas obtidas por meio de avaliações envolvendo tais instrumentos. Por fim, o terceiro momento, no qual ainda estamos, é marcado pelo interesse dos pesquisadores em propor intervenções que apresentem melhorias à qualidade de vida e ao bem-estar dos indivíduos, a partir de estudos empíricos que avaliem a efetividade dos protocolos elaborados e o impacto que diferentes construtos têm na predição de desfechos positivos em diferentes campos de atuação (como clínica, escola, trabalho, hospital, esporte etc.)

Nesse sentido, destaca-se que o avanço da área da PP no Brasil ocorreu de forma quase simultânea ao avanço em outros países, e isso possivelmente ocorreu porque a maior parte dos pesquisadores da PP brasileira eram vinculados a estudos do campo da avaliação psicológica e da Psicometria originalmente. Desta feita, rapidamente já se dispunha no país, ao longo da primeira década dos anos 2000, instrumentos com boas evidências de validade e estimativas de precisão que conferiam qualidade aos estudos empíricos realizados.

Cite-se que um dos primeiros estudos publicados no país sobre construtos próprios da PP foi realizado por Hutz et al. (1996) e tinha como foco a resiliência. Tratava-se de uma pesquisa que investigava crianças em situação de risco e discutia fatores de proteção característicos desta população na década de 1990 e medidas de avaliação. A resiliência infantil foi também tema do primeiro artigo científico em que o campo da Psicologia Positiva era apresentado em um periódico científico brasileiro. Este artigo, publicado por Yunes (2003), foi derivado da tese por ela desenvolvida ao investigar a resiliência em famílias de baixa renda.

Em termos do desenvolvimento e adaptação de medidas, o Laboratório de Mensuração do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi precursor na proposição e adaptação de instrumentos para mensurar diferentes construtos da PP. Os primeiros instrumentos desenvolvidos e/ou adaptados no Laboratório foram na área do bem-estar (Giacomoni, 1998; Giacomoni, 2002), ainda na década de 1990, sendo Giacomoni uma das pioneiras em estudos sobre bem-estar subjetivo no Brasil (Giacomoni, & Hutz, 1996; Giacomoni, & Hutz, 1997; Giacomoni, & Hutz, 2000; Giacomoni, & Hutz, 2006; Giacomoni, & Hutz, 2008).

Assim, ao longo de mais de duas décadas, o crescimento da área no Brasil foi exponencial no campo científico, principalmente quanto ao volume de pesquisadores, à oferta de instrumentos com evidências de validade para viabilizarem o desenho de novas pesquisas, à diversidade dos construtos cobertos pelos estudos e ao aumento da produção científica (Paludo, & Koller, 2007; Reppold, & Almeida, 2019; Reppold et al., 2018a; Reppold et al., 2018b; Reppold et al., 2019; Scorsolini-Comin, & Santos, 2010).

Desse modo, pesquisadores brasileiros atualmente dispõem de instrumentos com evidências de validade e estimativas de precisão para avaliar os principais construtos da Psicologia Positiva no Brasil, como: satisfação com a vida, afetos positivos e negativos, otimismo, esperança, autoestima, autoeficácia, engajamento no trabalho, qualidade de vida, resiliência, criatividade, inteligência emocional, forças pessoais, compaixão, autocompaixão, regulação emocional, apoio social percebido, *mindfulness*, espiritualidade, gratidão, perdão, entre vários outros tantos (Hutz, 2014; Hutz, 2016; Oliveira et al., 2019; Mendes de Oliveira et al., 2021; Reppold, & Almeida, 2019; Reppold et al., 2015). Apesar dos diversos construtos, ao analisar a produção científica brasileira, um estudo de revisão recente identificou que, em geral, os construtos mais trabalhados são bem-estar subjetivo e resiliência (Fernandes et al., 2021).

No momento atual, muitos dos esforços científicos envidados no campo da Psicologia Positiva brasileira direcionam-se para a proposição de intervenções que promovam desfechos positivos em diferentes contextos. Destacam-se neste sentido

publicações que reúnem textos apresentando protocolos e resultados empíricos de pesquisas aplicadas de PP no campo escolar (Nakano, 2018; Oliveira, 2021; Reppold et al., 2018a; Reppold, & Hutz, 2021; Schiavon et al., 2020), da saúde (Hutz, & Reppold, 2018; Silva, & Giacomoni, 2021), do esporte (Nakano, & Peixoto, 2020) ou do trabalho (Vazquez, & Hutz, 2018; Vazquez, & Hutz, 2021), por exemplo. Além desses, podem-se destacar publicações voltadas para orientar profissionais da saúde e o público leigo sobre técnicas baseadas em preceitos da Psicologia Positiva que podem ajudar no enfrentamento das adversidades decorrentes da pandemia e no desenvolvimento de habilidades emocionais que contribuem vida afora na promoção de saúde mental e do bem-estar individual e coletivo (Emuno et al., 2020; Reppold et al., 2022; Zanon et al., 2020).

Contudo, deve-se frisar que, embora a Psicologia Positiva abarque a investigação de construtos que outrora eram distantes das discussões acadêmicas, pelas dificuldades de operacionalizá-los e mensurá-los (como, por exemplo, espiritualidade, amor ou compaixão), a PP é um campo de estudo que prima pela busca de evidências empíricas. Assim, discussões na área enfatizam a necessidade de um olhar crítico sobre as aplicações dos construtos, visto que práticas por leigos consideradas inócuas podem ter consequências nefastas sobre a saúde e o bem-estar.

Nessa perspectiva, Reppold et al. (2019) chamam atenção para a necessidade de “validade consequencial” dos estudos na área e problematizam, em termos éticos e sociais, o uso de construtos positivos em práticas não acadêmicas, apresentando resultados empíricos que demonstram que intervenções envolvendo construtos positivos podem ter efeitos desfavoráveis em situações específicas. É o caso, por exemplo, de intervenções relacionadas à gratidão, que quando aplicadas a vítimas de violência doméstica ou assédio moral podem perpetuar a condição de abuso. Outro ponto a ser considerado é a necessidade de discussões sobre “a incorporação dos preceitos da PP pela mídia e sobre as consequências mercadológicas de uma concepção de felicidade autocentrada e utilitarista, alheia às demandas coletivas” (Reppold et al., 2019, p. 333). Nesse sentido, deve-se dizer que a Psicologia Positiva, mesmo sendo recente, já modificou sua perspectiva mais de uma vez, marcadas em três ondas.

Os autores explicam que a ideia da metáfora das ondas do mar é utilizada para representar como a PP está progredindo ao longo de três décadas. Esse progresso tem sido visto como ondas sobrepostas, as quais informam e se complementam mutuamente, porém distintas em termos de escopo e metodologias (Lomas et al., 2021). A primeira onda caracteriza-se pela formulação do campo da PP, com foco em fenômenos positivos – paradigma alternativo às narrativas de disfunção. A se-

gunda onda propõe sair de uma classificação binária do fenômeno, na qual se valoriza o positivo e condena-se o negativo, para uma apreciação das complexidades do bem-estar, incluindo também as emoções negativas (Lomas, 2016). A terceira onda amplia o foco sobre os grupos minoritários e as instituições (Lomas, 2021). Além disso, caracteriza-se pela expansão do escopo (contextual, cultural e ético) e métodos (qualitativo, implícito e computacional) (Lomas et al., 2020).

Papel da Entidade na Própria Constituição do Campo

Os membros da ABP+ têm se engajado com o objetivo de realizar a divulgação científica da área. Esse trabalho tem sido feito por meio de publicações de livros, artigos e organização de congressos.

Em 2014, no ano em que o GT se formou, aconteceu o “I Congresso Brasileiro de Psicologia Positiva”, em Porto Alegre-RS, que teve como foco os estudos da Psicologia Positiva na área da saúde e das organizações. A segunda e terceira edição do congresso aconteceram, respectivamente, em 2016 e 2018, na cidade de São Paulo, com participantes e convidados nacionais e internacionais. No “III Congresso” tivemos a participação por videoconferência do Martin Seligman com uma fala sobre Educação Positiva. Contamos com mais de 640 participantes. Está prevista para o ano de 2022 a realização da quarta edição do evento que acontecerá no mês de setembro em Porto Alegre na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Considerações Finais

Conforme apontado, a maioria dos pesquisadores que iniciaram os estudos em torno da temática da Psicologia Positiva realizam pesquisas no campo da Avaliação Psicológica. A contribuição dessa área foi e continua sendo importante para o desenvolvimento da Psicologia Positiva, pois a construção e adaptação de instrumentos de avaliação de construtos positivos constitui um dos pilares do movimento da PP. Os estudos atuais destacam, contudo, maior interseccionalidade entre a Psicologia Positiva e diversas outras áreas da Psicologia e de outras ciências, sejam elas do campo das humanidades, das ciências sociais ou da saúde. Nos tempos atuais, seguir estudos no foco da Psicologia Positiva tendo em vista a promoção de uma cultura de paz e de valores que busquem o bem-estar coletivo é um desafio muito promissor, que depende da articulação de diferentes áreas do saber.

Referências

- Emuno, S. R. F., Weide, J. N., Vicentini, E. C. C., Araújo, M. F., & Machado, W. L. (2020). Enfrentando o estresse em tempos de pandemia: Proposição de uma Cartilha. *Estudos de Psicologia*, **37**, e200065. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200065>
- Fernandes, S., Ferro-Pereira, A., Félix-da-Silva, A., Bittencourt, I., Freires, L., & Hutz, C. S. (2021). Psicologia positiva no Brasil: Cenário atual e indicações futuras. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, **17**(2), 125-134.
- Fleury, L. F. D. O., Gomes, A. M. T., Rocha, J. C. C. C. D., Formiga, N. S., Tavares e Souza, M. D. M., Marques, S. C., & Bernardes, M. M. R. (2018). Religiosidade, estratégias de coping e satisfação com a vida: Verificação de um modelo de influência em estudantes universitários. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, (20), pp. 51-57.
- Giacomoni, C. H. (1998). **Desempenho acadêmico, controle percebido e eventos de vida como preditores de bem-estar subjetivo em crianças** (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Giacomoni, C. H. (2002). Bem-estar subjetivo infantil: Conceito de felicidade e construção de instrumentos para avaliação. (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil). Recuperado de: <http://www.biblioteca-digital.ufrgs.br/da.php?nrb=000333187&loc=2002&l=34c136f86f348733>
- Giacomoni, C. H. (2004). Bem-estar subjetivo: Em busca da qualidade de vida. *Temas em Psicologia*, **12**(1), pp. 43-50. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000100005&lng=pt&tlng=pt
- Giacomoni, C. H., & Hutz, C. S. (1996). A mensuração do afeto positivo e negativo na avaliação do bem-estar subjetivo. Em Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), **Anais do XXVI Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia** (pp. 195), Ribeirão Preto, SP, Brasil. Recuperado de: <https://www.sbponline.org.br/arquivos/1996.PDF>
- Giacomoni, C. H., & Hutz, C. S. (1997). A mensuração do bem-estar subjetivo: Escala de afeto positivo e negativo e escala de satisfação de vida. Em Sociedade Interamericana de Psicologia. **Anais do XXVI Congresso Interamericano de Psicologia** (p. 313). São Paulo, SP, Brasil.
- Giacomoni, C. H., & Hutz, C. S. (2006). Escala de afeto positivo e negativo para crianças: Estudos de construção e validação. *Psicologia Escolar e Educacional*, **10**(2), pp. 235-45. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572006000200007&lng=pt&tlng=pt

Giacomoni, C. H., & Hutz, C. S. (2008). Escala multidimensional de satisfação de vida para crianças: Estudos de construção e validação. *Estudos de Psicologia (PUCCAMP)*, 25, 25-35. doi: 10.1590/S0103-166X2008000100003

Hutz, C. S. (Org.). (2014). *Avaliação em psicologia positiva*. ArtMed.

Hutz, C. S. (Org.). (2016). *Avaliação em psicologia positiva: Técnicas e medidas*. Hogrefe.

Hutz, C. S., & Reppold, C. T. (Orgs.). (2018). *Intervenções em psicologia positiva na área da saúde*. Leader.

Hutz, C., Koller, S. H., & Bandeira, D. R. (1996). Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. *Coletâneas da ANPEPP*, 1(12), pp. 79-86.

Lomas, T. (2016). Positive psychology—the second wave. *The Psychologist*, 29, 536-539. Recuperado de <https://repository.uel.ac.uk/item/850v0>

Lomas, T., Waters, L., Williams, P., Oades, L. G., & Kern, M. L. (2021). Third wave positive psychology: Broadening towards complexity. *The Journal of Positive Psychology*, 16(5), pp. 660-74. DOI: 10.1080/17439760.2020.1805501

Machado, F. A., Gurgel, L. G., & Reppold, C. T. (2017). Intervenções em Psicologia Positiva na reabilitação de adultos e idosos: Revisão da literatura. *Estudos de Psicologia*, 34(1), pp. 119-30. doi: 10.1590/1982-02752017000100012

Mattos, L. B., Mattos, M. B., Barbosa, A. P., Bauer, M. S., Strack, M., Rosário, P., ... Magalhães, C. R. (2018). Promoting self-regulation in health among vulnerable Brazilian children: Protocol study. *Frontiers in Psychology*, 9, p. 651. doi:10.3389/fpsyg.2018.00651

Mendes de Oliveira, C., Zanon, C., Moraes Bandeira, C. de, Heath, P. J., & Hofheinz Giacomoni, C. (2021). Evaluating optimism in children and adolescents: Adaptation, factor structure, convergent validity, and invariance of the Brazilian version of the Youth Life Orientation Test (YLOT). *Psychological Assessment*, 34(1), e1-e14. Recuperado de <https://doi.org/10.1037/pas0001090>

Nakano, T. (Org.). (2018). *Psicologia Positiva aplicada à educação*. Vetor Editora.

Nakano, T., & Peixoto, E. (Orgs.). (2020). *Psicologia Positiva aplicada ao esporte e ao exercício físico*. Vetor Editora.

Nascimento, E., & Vasconcelos, A. G. (2016). O percurso da avaliação psicológica nos Simpósios da ANPEPP. *Avaliação Psicológica*, 15(1), pp. 125-8.

Oliveira, C. M. D. (2021). Educação positiva: Desenvolvimento, implementação e avaliação de um programa de formação e intervenção online para professores (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil). Recuperado de: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/229858>

Oliveira, C. M., Mendonça, E. J., Marasca, A. R., Bandeira, D. R., & Giacomoni, C. H. (2019). Escala multidimensional de satisfação de vida para crianças: Revisão e normas. *Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment*, 18(1), pp. 31-40. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2019.1801.15492.04>

Paludo, S. S., & Koller, S. H. (2007). Psicologia Positiva: Uma nova abordagem para antigas questões. *Paidéia*, 17(36), 9-20. doi:10.1590/S0103-863X2007000100002

Pureza, J. R., Kuhn, C. H. C., Castro, E. K., & Lisboa, C. S. M. (2012). Psicologia Positiva no Brasil: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 8(2), pp. 109-17. doi: 10.5935/1808-5687.20120016

Reppold, C. T., & Almeida, L. (Orgs.). (2019). *Psicologia Positiva: Educação, saúde e trabalho*. CERPSI.

Reppold, C. T., & Hutz, C. S. (Orgs.). (2021). *Intervenções em Psicologia Positiva no contexto escolar e educacional*. Vetor.

Reppold, C. T., D'Azevedo, L. S., Tocchetto, B. S., Diaz, G. B., Kato, S. K., & Hutz, C. S. (2019). Avances de la Psicología Positiva en Brasil. *Psicologia para América Latina*, (32), 133-41. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2019000200005&lng=pt&tlng=pt

Reppold, C. T., Gurgel, L. G., & Schiavon, C. (2015). Research in Positive Psychology: A systematic literature review. *Psico-USF*, 20(2), pp. 275-85. doi: 10.1590/1413-82712015200208

Reppold, C. T., Gurgel, L. V., & Almeida, L. S. (2018a). Intervenções de Psicologia Positiva no contexto da Psicologia Escolar. Em T. Nakano. (Org.), *Psicologia Positiva aplicada à educação* (pp. 7-18). Vetor Editora.

Reppold, C. T., Kaiser, V., D'Azevedo, L., & Almeida, L. (2018b). Intervenções em Psicologia Positiva na área da saúde: O que os ensaios clínicos informam sobre a efetividade dessas intervenções?. Em C. Hutz, & C. T. Reppold (Org.), *Intervenções em Psicologia Positiva aplicadas à Saúde* (pp. 11-42). Leader.

Reppold, C. T., Serafini, A. J., & Tocchetto, B. (Orgs.). (2022). **Habilidades para a vida: Práticas da psicologia positiva para promoção de bem-estar e prevenção em saúde mental para além da pandemia**. Porto Alegre, RS: Editora da UFCSPA.

Reppold, C. T., Zanini, D. S., Campos, D. C., Faria, M. R. G. V., & Tocchetto, B. S. (2019). Felicidade como produto: Um olhar crítico sobre a ciência da Psicologia Positiva. *Avaliação Psicológica*, *18*(4), pp. 333-42. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.15689/ap.2019.1804.18777.01>

Schiavon, C. C. et al. (2020). Positive education: Innovation in educational interventions based on Positive Psychology. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *36*, e3632.

Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2010). Psicologia Positiva e os instrumentos de avaliação no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *23*(3), pp. 440-8. doi: 10.1590/S0102-79722010000300004

Seligman, M. E. P. (2019). Positive Psychology: A personal history. *Annual Review of Clinical Psychology*, *15*, pp. 1-23. doi: 10.1146/annurev-clinpsy-050718-095653

Seligman, M. E. P., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: An introduction. *American Psychologist*, *55*(1), pp. 5-14.

Silva, D. G., & Giacomoni, C. (Orgs.). (2021). **Em frente: Intervenção em psicologia positiva para psicologia da saúde e hospitalar**. Hogrefe.

Vazquez, A. C. S., & Hutz, C. (Orgs.). (2021). **Psicologia positiva organizacional e do trabalho na prática**. Hogrefe.

Vazquez, A. C., & Hutz, C. S. (Orgs.). (2018). **Aplicações da Psicologia Positiva: Trabalho e organizações**. Hogrefe.

Vazquez, A.C.S. (Org.). (2020). **Protocolos em saúde mental na pandemia da covid-19: Um guia com diretrizes práticas**. Editora da UFCSPA.

Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, *8*(spe), pp. 75-84. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300010>.

Zanon, C., Dellazzana-Zanon, L. L., Wechsler, S. M., Fabretti, R. R., & Rocha, K. N. (2020). COVID-19: Implicações e aplicações da Psicologia Positiva em tempos de pandemia. *Estudos de Psicologia*, *37*, e200072. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200072>.

A Contribuição da Psicologia no Contexto da Aviação

Márcia Regina Molinari Barreto
Selma Leal de Oliveira Ribeiro

Introdução

Embora não tenha nascido com habilidades para voar, o ser humano sempre observou os pássaros e almejou estar junto deles. E foi assim que muitos se dedicaram a tornar esse sonho um dia possível. Entre eles, Alberto Santos Dumont, um brasileiro que, em outubro de 1906, realizou a proeza de pilotar o primeiro mais pesado que o ar, o “14 Bis”, em Paris.

Desde então, diferentes áreas do conhecimento humano contribuíram para o desenvolvimento e progresso desse setor. Essas contribuições, primeiramente focadas em melhorias nas questões tecnológicas, tinham como principal meta tornar o avião um artefato com características aeronavegáveis e seguras. Porém, sem deixar de lado a compreensão e a sua adequação às limitações e capacidades humanas para sua efetiva utilização frente ao ambiente adverso no qual a atividade aérea acontece.

A participação da Psicologia, neste sentido, mostra-se de fundamental importância para o crescimento da aviação, tendo como principal objetivo a promoção incondicional da segurança, eficiência e conforto de trabalhadores e passageiros (Martinussen, & Hunter, 2018, p. 2).

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é apresentar a evolução da participação da Psicologia para este campo da atividade humana, suas principais conquistas e as perspectivas de sua aplicação para o crescente desenvolvimento da aviação.

A Contribuição da Psicologia no Contexto da Aviação

Com o início da Primeira Guerra Mundial, Santos Dumont viu seu sonho, a utilização do avião como forma de facilitar o relacionamento entre países, ser utilizado para fins bélicos.

O psicólogo Jefferson M. Koonce (1984), em um artigo que trata da história da Psicologia do período pré-guerra até os anos 1980, destaca que o início da participação da Psicologia na aviação ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, quando o foco era a seleção e o treinamento daqueles que iriam conduzir as máquinas voadoras.

O primeiro centro de testagem psicológica surgiu em 1915, na Alemanha, e foi utilizado durante a guerra principalmente para a seleção de pilotos, operadores de detectores de som e artilheiros antiaéreos (Fitts, 1947, p. 151 citado por Koonce, 1984, p. 499). Posteriormente, com a necessidade de fornecer melhores informações para os pilotos, o foco dos conhecimentos da psicologia incluiu a própria aeronave, com ênfase especial no desenvolvimento de controles e dispositivos de informação que auxiliassem o operador em suas tarefas. Verificou-se também o incremento de estudos sobre os efeitos dos estressores ambientais como altitude, forças G, ruído e temperatura no operador (Koonce, 1984, p. 500).

O cenário da Segunda Guerra Mundial foi marcado pela superioridade aérea, o que exigiu a seleção e treinamento de grande quantidade de pilotos para operar aeronaves tecnologicamente mais complexas.

O sucesso das missões dependia das habilidades das tripulações em desempenhar suas tarefas em um ambiente de extrema hostilidade, assim, também durante esse período, a atuação das(os) psicólogas(os) enfatizou melhorar a seleção desses profissionais e reduzir falhas no treinamento (Martinussen, & Hunter, 2018, p. 3).

Neste período, observou-se, também, o surgimento de vários programas de pesquisa sobre temas como fadiga, vigilância e detecção de alvos (Koonce, 1984). Edwards (1988, p. 7) aponta que, liderados pelo Professor Sir Frederic Bartlett, da Universidade de Cambridge, em 1939, os membros do Laboratório de Psicologia desenvolveram pesquisas direcionadas à compreensão das habilidades humanas no adverso ambiente aéreo, que forneceram contribuições importantes para as áreas de seleção e treinamento, além de estudos sobre os efeitos da perda de sono e fadiga e de vários aspectos da percepção visual e de design dos displays.

Durante a Segunda Guerra, foram utilizadas de maneira efetiva, nos campos de batalha, as primeiras intervenções psicológicas a vítimas expostas a vivências traumáticas por meio de sessões catárticas de “desabafo”, um dos precursores do debriefing psicológico, técnica utilizada em diversas situações como após a ocorrência de acidente aéreo (Toledo et al, 2015, p. 164-8). Após a Segunda Guerra Mundial, com o crescimento da aviação civil, os estudos e a prática das(os) psicólogas(os) ampliaram-se e a experiência das(os) psicólogas(os) com a aviação militar foi levada para as universidades e para a indústria aeronáutica.

Koonce (1984, p. 503) destaca que os esforços durante os anos de guerra, realizados pelo Programa de Psicologia da Aviação das Forças Aéreas do Exército dos EUA, foram amplamente documentados em uma série de 19 livros, lançados em 1947, que mais tarde se tornaram conhecidos como os “livros azuis” (Blue Books). O volume 1, de autoria de John Flanagan, forneceu uma visão geral de todo o programa de Psicologia da aviação desenvolvido.

Várias disciplinas do campo da Psicologia contribuíram para a segurança da aviação. Historicamente, de 1940 até meados de 1970, os conhecimentos advindos da Psicologia clínica, comportamental e cognitiva, foram aplicados na elaboração de procedimentos seletivos, design de equipamentos e métodos de treinamento (Mauriño, 1994, p. xvi).

Com a evolução tecnológica das aeronaves, principalmente no que diz respeito às questões de automação de tarefas, tanto pela conseqüente inserção dos computadores de bordo quanto pela utilização de sistemas automatizados nos demais postos de trabalho da aviação, como na manutenção e no controle de tráfego aéreo, os estudos envolvendo a compreensão dos processos cognitivos necessários ao processamento da informação e à tomada de decisão foram evidenciados.

Segundo Ribeiro (2019), ao final da década de 1970 e início da de 1980, com a ocorrência de acidentes em que a coordenação entre os membros da tripulação se mostrou contribuinte, o foco da atuação dos psicólogos ampliou-se para além dos aspectos individuais da performance humana e passou a incluir as interações que se estabelecem entre indivíduos e grupos no ambiente operacional.

Neste sentido, os conhecimentos advindos dos estudos relacionados à dinâmica de pequenos grupos trouxeram a contribuição da Psicologia Social para metodologias específicas nos treinamentos inicialmente denominados *Cockpit Resource Management* (CRM), com o objetivo de melhorar o processo de comunicação e de tomada de decisão, a gestão da carga de trabalho, a cooperação e a liderança no ambiente operacional.

Inicialmente focado no cockpit, o treinamento em CRM passou a incluir outros membros da comunidade da aviação, como tripulações de cabine, despachantes de voo e pessoal de manutenção, refletindo os avanços nas pesquisas da área de fatores humanos e os ensinamentos obtidos com a investigação de acidentes (Helmreich, & Foushee, 2010, p. 4).

Complementar à instrução técnica, o treinamento em CRM (denominado, no Brasil, como Treinamento em Gerenciamento de Recursos de Equipes) constitui-se na aplicação sistemática do conhecimento em fatores humanos, que objetiva aperfeiçoar a coordenação e a comunicação de equipes, promovendo operações seguras decorrentes do uso eficiente de todos os recursos disponíveis: humanos, materiais, tecnológicos e

da informação (Agência Nacional de Aviação Civil [ANAC], 2020, p. 2). A contribuição significativa da Psicologia Organizacional e Social se fez presente ao final da década de 1980, quando um acidente ocorrido na cidade de Dryden – Ontário / Canadá – abriu outra perspectiva para a investigação de acidentes aeronáuticos, trazendo um olhar para as influências organizacionais sobre eventos dessa natureza (Mauriño et al., 1995, p. 59).

A perspectiva do acidente organizacional, desenvolvida pelo psicólogo inglês James T. Reason, contribuiu para deslocar a análise do acidente aeronáutico para além das ações e omissões cometidas pelo profissional no local de trabalho e incluir dimensões mais amplas, relacionadas a fatores organizacionais e a políticas e práticas de gestão (Reason, 2011, p. 163-4).

As décadas de 1980 e 1990 foram altamente produtivas do ponto de vista da pesquisa de segurança e fator humano. Neste período, muitos estudos e várias propostas de abordagens incluíam a compreensão mais detalhada da influência da cultura corporativa sobre o comportamento de indivíduos e grupos e sobre o desenvolvimento das chamadas “culturas seguras e inseguras”, que influenciaram, significativamente, a visão sobre a segurança operacional na aviação.

Ribeiro (2019, p. 28-9) aponta que a contribuição dos Profs. Robert Helmreich, Ashleigh C. Merritt e James T. Reason e seus colaboradores ofereceu bases teóricas importantes para o trabalho dos psicólogos atuantes na aviação e formaram os pilares dos programas de segurança promovidos pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI)¹, como o de Gerenciamento da Segurança Operacional (Safety Management System – SMS).

A aviação é um sistema sociotécnico complexo e dinâmico, uma rede de pessoas, tecnologias e ambientes interconectados, e sujeito a eventos aleatórios e imprevisíveis devido às múltiplas interações. Nesse sistema, é a contribuição humana que muitas vezes fornece importantes barreiras de segurança e fontes de recuperação para situações inesperadas, variações não especificadas, projetadas ou treinadas.

A partir da primeira década do século 21, a abordagem da engenharia de resiliência, inspirada em uma variedade de disciplinas como as ciências físicas, organizacionais, psicológicas e ecológicas, buscou identificar as possibilidades de criar segurança em

1 Organização de Aviação Civil Internacional (OACI): também conhecida por sua sigla em inglês, ICAO (International Civil Aviation Organization), é uma agência especializada das Nações Unidas criada em 1944, na Convenção de Chicago, com 193 países membros. Sua sede permanente fica na cidade de Montreal, Canadá. Tem como principais objetivos o desenvolvimento dos princípios e técnicas de navegação aérea internacional, de forma diplomática e agregadora entre seus membros, e a organização e o progresso dos transportes aéreos, de modo a favorecer a segurança, a eficiência, a economia e o desenvolvimento dos serviços aéreos (ICAO, 2022).

sistemas complexos pela compreensão de como as próprias pessoas constroem, ou projetam, capacidades adaptativas em seu sistema, para que eles continuem funcionando sob várias circunstâncias e condições incertas e imprevistas, que as ajudam a antecipar e absorver pressões, variações e interrupções (Dekker, 2019, p. 8).

De acordo com esta abordagem, as pesquisas na área de segurança devem focar o trabalho cotidiano, os acidentes que não ocorreram e compreender como o desempenho bem-sucedido é obtido, como as pessoas aprendem, adaptam e constroem a segurança em um ambiente de falhas, perigos, conflitos de escolha e múltiplos objetivos (Hollnagel, Woods, & Levenson, 2006, p. 5).

Além dos muitos estudos desenvolvidos, iniciativas mundiais no sentido de organizar o pensamento e a prática dos psicólogos atuantes no setor aeronáutico surgiram. Entre elas, destaca-se a criação da European Association for Aviation Psychology (EAAP), em 1956, tornando-se assim o primeiro grupo formal desses profissionais, que vem, desde então, promovendo e incentivando a Psicologia no ambiente da aviação (EAAP, 2022).

Atualmente, a Psicologia da Aviação é reconhecida em diferentes partes do mundo, contando com cerca de catorze associações com representantes em países de quase todos os continentes. A importância da saúde mental da tripulação para a segurança da atividade aérea tornou-se mais evidente após o evento ocorrido em 2015, quando uma aeronave da companhia aérea Germanwings foi precipitada contra os Alpes franceses pelo seu copiloto, ocasionando 150 vítimas fatais.

Após esta trágica ocorrência, a *European Union Aviation Safety Agency* (EASA) criou um grupo de trabalho, formado por médicas(os) e psicólogas(os) de aviação, para avaliar o relatório da investigação e fazer recomendações práticas.

Como resultado, em 23 julho de 2018, a EASA (2018) publicou as novas regras de segurança (Regulamento EU 2018/1042) e deu um período de transição de dois anos para que as companhias aéreas se preparassem para sua implementação, que entraram em vigor no início de 2021.

Este regulamento estabeleceu os requisitos técnicos e procedimentos administrativos relacionados à introdução de programas de apoio de pares, avaliação psicológica da tripulação de voo, bem como testes sistemáticos e aleatórios de substâncias psicoativas para assegurar a aptidão médica dos membros da tripulação de voo e de cabine.

De acordo com a nova legislação, as companhias aéreas europeias devem realizar uma avaliação psicológica de seus pilotos, antes de iniciar o voo de linha, a fim de identificar atributos psicológicos e adequação da tripulação de voo em relação

ao ambiente de trabalho e reduzir a probabilidade de interferência negativa com a operação segura da aeronave.

Esta avaliação psicológica não substitui a realizada nos exames periciais para concessão da certificação médica de tripulantes. Seu foco é a adequação do profissional às particularidades, complexidade, cultura e desafios do ambiente operacional da companhia aérea empregadora, conforme definido por uma análise de trabalho e identificação das dimensões críticas de segurança relacionadas à função e ao papel da tripulação de voo. Deverá ser validada e realizada, diretamente ou supervisionada, por psicólogo(a) com conhecimento de aviação e do ambiente operacional da tripulação de voo e com experiência em avaliação psicológica.

Estabeleceu-se, também, que as empresas devem permitir, facilitar e garantir o acesso a um programa de apoio de pares, que auxiliará e apoiará os membros da tripulação de voo no reconhecimento, enfrentamento e superação de qualquer problema que possa afetar negativamente sua capacidade de exercer com segurança os privilégios de sua licença.

Com a recente ocorrência e disseminação da pandemia da COVID-19, a indústria aeronáutica, assim como outras áreas de atividades econômicas, foi fortemente afetada, não somente nas suas programações de voo, mas também nas questões que envolveram todo o pessoal aeronáutico, em função das restrições decorrentes, além das mudanças significativas em suas rotinas domésticas e profissionais. O tema saúde e saúde mental dos profissionais da área foi fortemente debatido, dando origem a vários documentos orientadores sobre o impacto da pandemia no pessoal aeronáutico e a preparação para o retorno às atividades (EASA, 2020, 2021; Flight Safety Foundation [FSF], 2020; International Air Transport Association [IATA], 2021a, 2021b).

A Psicologia da Aviação no Brasil

A participação da Psicologia no ambiente da aviação, no Brasil, remonta a um período anterior à sua regularização como profissão e teve início no ambiente militar.

Historicamente, nas décadas que antecederam a Segunda Guerra Mundial, a aviação militar brasileira esteve vinculada à Marinha do Brasil (criada em 1916) e ao Exército Brasileiro (criada em 1918). Em 1941, foi criado o Ministério da Aeronáutica, que reuniu as aviações da Marinha e do Exército, além do Departamento de Aeronáutica Civil (DAC) (Brasil, 1941).

Os primeiros trabalhos relacionados à aviação de que se tem conhecimento foram desenvolvidos pelo psicólogo polonês Waclaw Radecki (1887-1953). Segundo

Prado et al. (2016), ele desenvolveu pesquisas no campo da psicologia experimental, coordenando o Laboratório de Psicologia da Colônia do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, posteriormente transformado em Instituto de Psicologia, em 1932.

De acordo com Centofanti (1982, p. 13), por solicitação da Diretoria de Aviação do Exército, Radecki ministrou um curso de Psicologia para um grupo de médicos e, ao seu final, três deles, responsáveis pela inspeção de saúde nos candidatos a piloto militar, permanecerem no laboratório de Psicologia para realizar pesquisas relacionadas à seleção de aviadores. Esses estudos deram origem ao trabalho “Estudo da atenção nos aviadores” (Rocha, 1929a citado por Centofanti, 1982, p. 14) e ao relatório “Parte psicológica do relatório dos trabalhos referentes a seleção de candidatos à aviação militar: Bases teóricas e descrição dos métodos” (Rocha, 1929b citado por Centofanti, 1982, p. 14).

Em 1933, foram criados os Serviços de Aviação do Exército, entre eles o Departamento Médico de Aviação, unidade em que eram realizadas as inspeções de saúde dos candidatos à carreira da aviação militar. Neste Departamento foi instalado um Gabinete de Psicologia, primeiro laboratório de psicologia dentro das Forças Armadas no Brasil (Jacó-Vilela et al, 2019).

Em 1949, foi publicado o livro *Psicologia Militar*, de Emilio Mira y López, pela Editora Biblioteca do Exército. Este livro trata de temas pertinentes à psicotécnica, além de alguns outros mais vinculados a uma perspectiva psicossocial e apresenta o Psicodiagnóstico Miocinético (P.M.K.), teste desenvolvido pelo autor inicialmente para a avaliação de aviadores (Jacó-Vilela et al., 2019).

Com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, as atividades de Psicologia aplicada à aviação se concentraram no atual Instituto de Psicologia da Aeronáutica. Até o ano de 1967, as atividades ocorriam de forma isolada e descontínua, e tinham como foco a pesquisa e acompanhamento dos alunos das escolas militares. Em 1967, foi criado o Serviço de Seleção e Orientação (SESO) com o objetivo de levantar as bases técnicas e científicas para a seleção de candidatos aos diversos cursos oferecidos, incluindo o de aviadores. Em 1970, o SESO teve sua nomenclatura alterada para Núcleo do Instituto de Seleção e Orientação e posteriormente, 1981, para Instituto de Seleção e Orientação (ISO). Durante este período o foco da atuação dos psicólogos era a avaliação psicológica dos candidatos (Coelho, Barreto, & Fonseca, 2007).

A década de 1980 marcou o início da diversificação das atividades do psicólogo no contexto aeronáutico, as quais incluíam trabalhos de diagnóstico organizacional, avaliação de desempenho e participação na investigação de acidentes aeronáuticos. A criação do Sistema de Psicotécnica da Aeronáutica (1982), que mais tarde (1989) veio a constituir o Sistema de Psicologia da Aeronáutica (SISPA), bem como a mudança,

em 1988, da denominação de ISO para IPA (Instituto de Psicologia da Aeronáutica) refletem a ampliação das atividades e o crescimento da demanda pelos trabalhos na área de Psicologia (Coelho, Barreto, & Fonseca, 2007).

No ano de 1985, teve início a capacitação dos psicólogos para atuarem na área de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos. Com a finalidade de assessorar o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA), na elaboração do conteúdo específico de Psicologia no Curso de Segurança de Voo – Fator Humano, que credenciava médicos e psicólogos para integrarem as comissões de investigação de acidentes aeronáuticos, três psicólogos do Comando da Aeronáutica realizaram o curso *Human Factors na University of Southern California*. A esta primeira formação agregaram-se os referenciais teóricos e metodológicos oriundos da Psicologia Organizacional e da Ergonomia, os quais consolidaram a atuação da Psicologia no âmbito da Segurança de Voo (Coelho, Barreto, & Fonseca, 2007).

As autoras apontam ainda que, a partir de meados da década de 1990, ocorreu uma ampliação das atividades dos psicólogos nesta área, para além da participação em comissões de investigação. Neste sentido, alguns marcos significativos são: apoio à implantação do programa de Gerenciamento de Recursos de Tripulação (CRM) na Força Aérea Brasileira (FAB); realização da primeira pesquisa brasileira sobre a influência do aspecto psicológico na ocorrência de acidentes aeronáuticos na aviação civil e militar; a realização de pesquisas de levantamento de estressores em algumas Unidades Aéreas e em Centros de Controle de Tráfego Aéreo da FAB; a participação na comissão de investigação do acidente aeroespacial envolvendo o Veículo Lançador de Satélite VLS-IV03; e, ainda, a realização do I Curso de Extensão em Psicologia Aplicada à Aviação, no ano de 2004, destinado a psicólogas(os) atuantes ou com a intenção de atuar em organizações militares ou civis de aviação (Coelho, Barreto, & Fonseca, 2007).

Este curso teve como finalidade compartilhar os conhecimentos e a experiência adquiridos e difundir as bases teóricas e as possibilidades de atuação na área de Psicologia de Aviação. Dividido em três módulos, abordou a prevenção de acidentes aeronáuticos, o processo de investigação do Fator Humano – Aspecto Psicológico e as possibilidades de intervenção psicológica após ocorrência de acidente (Coelho, Barreto, & Fonseca, 2007 citados por Ribeiro, 2019, p. 36).

Outra referência relacionada à contribuição da Psicologia para a aviação é a aprovação do Teste de Aptidão para Pilotagem Militar (TAPMIL), no ano de 2009, pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos, do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2009). Uma bateria informatizada, de testes psicológicos, é realizada, que tem por objetivo avaliar o potencial de aprendizagem à pilotagem militar do candidato.

Inicialmente desenvolvido com vistas ao aproveitamento com sucesso na instrução de voo realizada na Academia da Força Aérea, atualmente também é utilizado para a verificação da pilotagem no Exército Brasileiro – EB (Centro de Instrução de Aviação do Exército [Ciavex], 2016) e na Marinha do Brasil – MB (Defesanet, 2014).

A inserção da Psicologia no meio aeronáutico também pode ser observada em iniciativas da Marinha do Brasil (MB) e do Exército Brasileiro (EB).

No ano de 2005, a Marinha do Brasil criou o Curso Especial de Psicologia de Aviação para Oficiais (C-Esp-PAVO), cuja primeira turma ocorreu em 2006, concebido com o intuito de qualificar oficiais psicólogos a servirem em Unidades Aéreas e capacitando-os a realizar o acompanhamento psicológico dos aeronavegantes e o assessoramento ao Comando nos assuntos relativos à incidência do Fator Humano nas operações aéreas (Ferraz, & Ferreira, 2017).

Em 2007, em um acordo de cooperação técnica entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)², por meio do Laboratório de Psicologia da Gerência de Estudos de Ergonomia da Aviação Civil (GEEA), e o Comando de Aviação do Exército (CAVEX), foi conduzido o projeto de desenvolvimento e implantação do Treinamento em Gerenciamento de Recursos de Equipes (CRM) para as unidades aéreas daquele Comando (Cabral, Scigliano, & Ribeiro, 2019).

Desde 1967, são 55 anos de Psicologia aplicada no ambiente da aviação no Brasil. Publicações, pesquisas e a promoção de eventos técnico-científicos, ocorridos ao longo desse período, evidenciam o crescimento e a consolidação desta área de atuação para os psicólogos.

Inicialmente concentrada no ambiente militar, atualmente é possível encontrar psicólogos atuando em diferentes setores da indústria aeronáutica, tais como: empresas aéreas, cursos de ciências aeronáuticas, escolas de aviação, órgão regulador, controle de tráfego aéreo, infraestrutura aeroportuária, entre outras.

Entretanto, segundo Ribeiro (2019, p. 37; 45), esta área de atuação ainda é pouco conhecida pelos psicólogos e a inserção deste profissional no contexto aeronáutico se dá quase que acidentalmente, quando ele presta algum concurso para os quadros militares ou entidades do setor público, ou, ainda, quando vai trabalhar em departamento de recursos humanos de empresas ligadas ao meio aeronáutico.

2 Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC): uma das agências reguladoras federais do País, foi criada para regular e fiscalizar as atividades da aviação civil e a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária no Brasil. Instituída em 2005, começou a atuar em 2006 substituindo o Departamento de Aviação Civil (DAC). É uma autarquia federal de regime especial e está vinculada ao Ministério da Infraestrutura. As ações da ANAC se enquadram nos macroprocessos de certificação, fiscalização, normatização e representação institucional. (ANAC, 2022)

Não existem, até o momento no país, cursos de pós-graduação na área que especializem formalmente os psicólogos que desejam se dedicar a este setor. Os profissionais que já atuam na aviação, realizaram sua capacitação por meio da participação em cursos e eventos científicos promovidos por organizações ligadas à atividade aeronáutica ou associações de Psicologia da Aviação, no Brasil e no exterior. Por vezes, se especializaram em outras áreas, como, por exemplo, ergonomia e saúde e segurança no trabalho e trazem o conhecimento para a aviação.

O surgimento da Associação Brasileira de Psicologia da Aviação (ABRAPAV), em colaboração com todas as iniciativas até aqui desenvolvidas, traz expectativas concretas para a construção de um referencial técnico e ético para a formação e qualificação profissional das psicólogas e psicólogos que atuam na aviação, com base no estabelecimento de competências, o que contribuiria para o reconhecimento formal da área e seu crescimento frente aos desafios e demandas do complexo e dinâmico ambiente da aviação.

A Associação Brasileira de Psicologia da Aviação (ABRAPAV)

Algumas tentativas isoladas de se criar uma entidade que pudesse unificar as atividades dos psicólogos na área da aviação, tanto no meio civil como no militar, foram trabalhadas ao longo do tempo. Em 2012, houve o V Encontro Brasileiro de Psicologia Aplicada à Aviação, organizado pelo Centro de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA), em que participaram psicólogos da Força Aérea, Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e instituições civis em trabalho conjunto. Este evento rendeu excelentes resultados, como a aprovação de uma Carta de Intenções que definiu estratégias e ações concretas a serem desenvolvidas para a consolidação da Psicologia Aplicada à Aviação no Brasil (Lourenço, 2012, p. 3).

Entre as propostas, destaca-se a de fundação da Associação Brasileira de Psicologia Aplicada à Aviação, para a qual foi estabelecido, na ocasião, um grupo de trabalho para a elaboração das ações administrativas preliminares para a sua concretização (Da Silva, Rangel, & Dias, 2012, p. 10).

Assim sendo, em 27 de agosto do ano seguinte, surgia a Associação Brasileira de Psicologia da Aviação (ABRAPAV), fruto do trabalho incansável desse grupo, que tornou real um sonho acalentado por muitos psicólogos atuantes na área já há muito

tempo. Seu grupo de fundadores é composto por 19 psicólogos com ampla experiência e atuação na área, contemplando representantes tanto do meio civil como militar.

AABRAPAV é uma entidade de direito privado, de fins sociais e não econômicos, propósitos científicos e educacionais, cuja finalidade é reunir psicólogos que se interessam pelo desenvolvimento, no Brasil, da Psicologia aplicada ao ambiente aeronáutico, em prol do incremento da segurança do transporte aéreo e do bem-estar das pessoas que, direta ou indiretamente, estão vinculadas a esta atividade (ABRAPAV, 2017, p. 1).

“Psicologia da Aviação” é definida, pela ABRAPAV (2021), como a aplicação dos princípios, métodos e instrumentos das diversas áreas da Psicologia ao ambiente aeronáutico, com o objetivo de promover eficiência, eficácia e segurança operacional, bem como saúde e bem-estar de todos os que, direta ou indiretamente, estão a ele vinculados.

A ABRAPAV pretende ser identificada como a entidade de referência no Brasil para a Psicologia aplicada ao ambiente aeronáutico, buscando integrar e contribuir para a capacitação dos psicólogos que atuam ou pretendem atuar neste contexto; e, ainda, promover o fortalecimento da segurança do transporte aéreo e o incentivo à saúde e ao bem-estar humanos (ABRAPAV, 2021).

Entre suas principais atribuições, destaca-se a de buscar o reconhecimento formal do profissional que atua na área da Psicologia da Aviação. Para tal, tem investido em divulgar, participar de diferentes fóruns, nacionais e internacionais, além de promover a capacitação dos profissionais que atuam ou pretendem atuar no setor aéreo, por meio da realização de eventos e da promoção de três minicursos de Introdução à Psicologia da Aviação (SP – 2017; RJ – 2018; on-line 2020).

Em 2016, foi realizado o I Congresso Nacional da ABRAPAV, em São Paulo, com o tema “Papel do psicólogo na aviação; atualidades e perspectivas”, as palestras e mesas redondas apresentaram a prática profissional do psicólogo em diferentes setores da aviação, além de ser desenvolvida uma atividade de Discussão em Grupos, com os objetivos de mapear demandas relevantes à área, planejar estratégias para auxiliar psicólogos a minimizarem dificuldades encontradas e dar suporte a melhorias nas organizações (Cabral et al., 2019).

Já em 2019, ocorreram simultaneamente o II Congresso Nacional da ABRAPAV e o I Congresso Internacional de Psicologia da Aviação. O principal objetivo do Congresso foi abrir um fórum de discussão para psicólogos e demais profissionais da aviação, bem como atualizá-los sobre as questões que envolvem a prática psicológica no setor, tanto nacional como internacional, trocar e compartilhar experiências, fortalecendo cada vez mais a atuação do psicólogo nesse ambiente.

Com o tema “Psicologia em Saúde e Segurança da Aviação”, as apresentações dos palestrantes certamente proporcionaram riqueza e atualização de conteúdos fundamentais e oportunidades de reflexão sobre nossas trajetórias profissionais.

Destacam-se a realização de dois minicursos ministrados por representantes de associações internacionais. A representante da Associação Espanhola de Psicologia da Aviação (AEPA), desenvolveu o tema “Atreva-se a voar um programa para superar o medo de voar”, no qual foram apresentadas ferramentas para gerenciar a intervenção psicológica sobre o medo de voar com tecnologias e integração de modelos, facilitando a compreensão do medo de voar, suas características especiais e as estratégias de intervenção individual e em grupo (Ribeiro, 2020a).

O outro minicurso ofertado foi “Saúde mental e bem-estar psicológico de pilotos: a implementação de programas de apoio de pares pós-Germanwings”, ministrado pela representante da Associação Europeia de Psicologia da Aviação (EAAP), que apresentou o programa desenvolvido na Europa e seus benefícios (Ribeiro, 2020a). Ainda como forma de consolidação e valorização dos conteúdos trabalhados pelos psicólogos em suas práticas profissionais, neste evento foi lançado o livro “Os Voos da Psicologia no Brasil: estudos e práticas na aviação” (Ribeiro et al., 2019) com uma coletânea de textos técnicos e resultados de estudos e pesquisas realizadas em diferentes setores da aviação.

Entre as atribuições previstas em seu Estatuto, a ABRAPAV pretende reunir as publicações técnico-científicas produzidas no Brasil por psicólogos que reproduzam o conhecimento desenvolvido no campo da aviação, para ser disponibilizada em repositório a ser criado em seu site oficial, fornecendo assim uma base de consulta para todos o que se interessam pela área (ABRAPAV, 2017).

Em um primeiro levantamento realizado até janeiro de 2020, foram identificadas 300 publicações, entre trabalhos de conclusão de curso (graduação e pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*), livros, capítulos, artigos em revistas e periódicos e publicações de resumos e trabalhos completos em anais de eventos (Ribeiro, 2020b).

Ainda, de acordo com Ribeiro (2020b), os trabalhos publicados apontaram para diferentes temas estudados pelo psicólogo no ambiente aeronáutico, demonstrando uma gama variada de possibilidades para esse profissional. Entre eles, pode-se citar questões relacionadas à participação humana no sistema da aviação, à investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos, às condições de estresse, à fadiga e à carga de trabalho, à Ergonomia/Fatores Humanos, aos aspectos psicológicos na atividade, entre outros.

O levantamento dos referidos materiais ainda está em andamento, mas, até o momento (janeiro/2022), já foram identificados cerca de 345 publicações e oito livros relacionados ao campo da Psicologia aplicada ao ambiente aeronáutico.

A ABRAPAV tem procurado ampliar suas fronteiras para tornar-se mais visível tanto nacional como internacionalmente, firmando parcerias nas quais o intercâmbio de experiências e conhecimento tem auxiliado não somente seus associados como também outros grupos profissionais relacionados ao ambiente da aviação.

Em 2019, a ABRAPAV foi aceita como membro corporativo da *European Association for Aviation Psychology*, tendo uma participação ativa em algumas das atividades daquela entidade. No âmbito latino-americano, a ABRAPAV participou, em 2021, na condição de membro fundador, da criação da *Unión Latinoamericana de Asociaciones de Psicología Aeronáutica* (ULAPA), cujo objetivo é a maior articulação e cooperação entre as associações da América Latina, a fim de contribuir para o desenvolvimento científico e prática aplicada da Psicologia Aeronáutica na região.

Estas iniciativas, bem como a sua inserção no Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), têm demonstrado a importância e o envolvimento da ABRAPAV na ampliação do diálogo com entidades científicas, reguladoras e educacionais de Psicologia para a promoção e o fortalecimento da atuação dos psicólogos no ambiente da aviação.

Tendências e Considerações Finais

O setor da aviação está em constante evolução, não apenas em função do desenvolvimento crescente da tecnologia, níveis mais altos de automação e complexidade dos sistemas, como também das demandas da sociedade relacionadas à mobilidade aérea urbana e às viagens espaciais, por exemplo.

Veículos aéreos não tripulados, conhecidos como “drones”, inicialmente aplicados em contextos militares, estão se tornando cada vez mais presentes nos cenários urbanos com aplicações variadas que incluem, por exemplo, entrega de encomendas, produção de imagens ao vivo de grandes eventos e fiscalização de instalações industriais.

Os avanços tecnológicos são acompanhados por mudanças em funções e responsabilidades humanas, na forma como o trabalho é realizado e nas restrições que são impostas aos operadores em diferentes níveis. A pilotagem de veículos aéreos evoluiu passando do uso de instrumentos e controles manuais para pilotar a aeronave, para posteriormente monitorar os instrumentos que voam a aeronave quase

automaticamente, chegando à utilização de instrumentos de estação terrestre para pilotar aeronaves remotamente (Spravka, Moisiso, & Payton, 2005).

Neste cenário operacional, novas questões se impõem à(ao) psicóloga(o) relacionadas: à análise de trabalho e da tarefa para a identificação de habilidades relevantes e diferenciadas; ao desenvolvimento de perfis de requisitos específicos para uma seleção de pessoal válida e eficiente; ao treinamento de equipes e profissionais, com seus conhecimentos e capacidade de adaptação, mas também com vulnerabilidades, para operar aeronaves e sistemas a partir de salas de controle e na identificação de fatores que podem aumentar a probabilidade de erro humano, como condições de trabalho e estressores exclusivos desse ambiente operacional.

Há décadas a Psicologia consolidou-se como um campo de atuação diversificado no contexto da aviação, compatibilizando as demandas do setor aeronáutico com os avanços da ciência psicológica e a realização de estudos e pesquisas que contribuíram para a compreensão dos fatores que afetam a segurança, o bem-estar e o desempenho dos trabalhadores da aviação e de passageiros.

Caracterizada por abundantes inovações tecnológicas, a aviação continua sendo um domínio desafiador para a Psicologia, impulsionando pesquisas e sua aplicação no complexo ambiente de trabalho aeronáutico.

Neste sentido, é essencial que os psicólogos que trabalham na aviação ou que tenham interesse de nela ingressarem, tenham conhecimento das especificidades do complexo sistema da indústria aeronáutica, tendo em vista o impacto do ambiente operacional sobre o desempenho dos profissionais, tanto individual quanto coletivamente, e desenvolvam as habilidades necessárias para responder com competência as demandas em seu exercício profissional.

A ABRAPAV em suas iniciativas tem reforçado a importância da adequada qualificação do psicólogo e a necessidade de um curso formal de pós-graduação especializado em Psicologia da aviação, que favoreceria o desenvolvimento científico, técnico e profissional neste ambiente.

Referências

Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). (2020). **Treinamento em gerenciamento de recursos de equipes: Corporate Resource Management (CRM) – IS 00-010A**. Rio de Janeiro: ANAC. Recuperado de: https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/iac-e-is/is/is-00-010a/@@display-file/arquivo_norma/IS00-010A.pdf

Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). (2022). Institucional [Postagem]. Recuperado de <https://www.gov.br/anac/pt-br/acao-a-informacao/institucional>

Associação Brasileira de Psicologia da Aviação (ABRAPAV). (2017). **Estatuto**. Rio de Janeiro: ABRAPAV.

Associação Brasileira de Psicologia da Aviação (ABRAPAV). (2021). A ABRAPAV [Site Oficial]. Recuperado de: <https://www.abrapav.com.br/index>.

Brasil. Presidência da República. (1941). **Decreto-Lei n. 2.961, de 20 de janeiro de 1941**. Cria o Ministério da Aeronáutica. Brasília, DF.

Cabral, L. M. E. S. P., Ribeiro, S. L. O., Barreto, M. R. M., Fajer, M., Pereira, M. C. C., & Santos, C. S. (2019). Papel de psicólogos na aviação brasileira: Presente e perspectivas. Em S. L. O. Ribeiro, C. S. Santos, L. M. E. S. P. Cabral, M. Fajer, M. R. M. Barreto, & M. C. C. Pereira. **Os voos da Psicologia no Brasil: Estudos e práticas na aviação**. (pp. 241-52). Rio de Janeiro: Pod.

Cabral, L. M. E. S. P., Scigliano, A. D. G., & Ribeiro, S. L. O. (2019). Parcerias CAVEX-ANAC na implementação do treinamento em CRM: Diagnóstico de cultura e clima organizacional para subsidiar a 1ª fase/conceitual do CRM e metodologia de jogos computacionais para subsidiar a 2ª fase/prática do CRM. In S. L. O. Ribeiro, C. S. Santos, L. M. E. S. P. Cabral, M. Fajer, M. R. M. Barreto, & M. C. C. Pereira. **Os voos da psicologia no Brasil: Estudos e práticas na aviação** (pp. 65-76). Rio de Janeiro: Pod.

Centofanti, R. (1982). Radecki e a psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 3(1), 2-50. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931982000100001>

Coelho, E. C., Barreto, M. R. M., & Fonseca, C. S. (2007). Contribuições da psicologia à segurança de voo. Em J. P. Borges et al. (Orgs.), **Coletânea de artigos científicos** (pp. 49-54). Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da Aeronáutica / Sumauma Ed. e Gráfica.

Centro de Instrução de Aviação do Exército (Ciavex). (2016). CPA realiza o Teste de Aptidão para Pilotagem Militar (TAPMIL) [Postagem]. Recuperado de <http://www.ciavex.eb.mil.br/index.php/noticias-antecedentes>.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2009). Teste de Aptidão para Pilotagem Militar: TAPMIL. Sistema de avaliação de testes psicológicos [Postagem]. Recuperado de https://satepsi.cfp.org.br/Lista_Testes_Completa.cfm

Da Silva, L. S. C., Rangel, T. L. S., & Dias, V. V. (2012). Carta de Intenções do V Encontro Brasileiro de Psicologia Aplicada à Aviação. *Revista Conexão SIPAER*, 3(3). Recuperado de <http://conexaosipaer.com.br/index.php/sipaer/article/view/203/227>

Defesanet. (2014). CIAAN começa a utilizar Teste de Aptidão para Pilotagem Militar em processos seletivos [Postagem]. Recuperado de <https://www.defesanet.com.br/naval/noticia/15346/CIAAN-comeca-a-utilizar-Teste-de-Aptidao-para-Pilotagem-Militar-em-processos-seletivos/>

Dekker, S. (2019). Global concept: Safety. *Core body of knowledge for the generalist OHS professional*, 2nd ed. Retrieved from <https://www.ohsbok.org.au/wp-content/uploads/2019/10/5-Global-Safety-2019.pdf>

Edwards, E. (1988). Introductory overview. In E. L. Wiener, & D. C. Nagel. *Human factors in aviation*. San Diego: Academic Press.

European Association for Aviation Psychology (EAAP). (2022). Site official [Post]. Retrieved from <https://www.eaap.net/about.html>.

European Pilot Peer Support Initiative (EPPSI). (2020). *EPPSI Guide to Pilot Peer Support Programmes*, 1(2). Retrieved from <http://eppsi.eu/wp-content/uploads/2020/10/EPPSI-Guide-2nd-Edition-October-2020.pdf>.

European Union Aviation Safety Agency (EASA). (2018). Explanatory note to decision 2018/012/R. European Aviation Safety Agency. Retrieved from <https://www.easa.europa.eu/en/downloads/66822/en>

European Union Aviation Safety Agency (EASA). (2020). Guidance on the management of crew members in relation to the COVID-19 pandemic. Issue 2. Retrieved from <https://www.easa.europa.eu/downloads/111913/en>

European Union Aviation Safety Agency (EASA). (2021). Return to service of aircraft after storage: Guidelines in relation to the COVID-19 pandemic. Issue 3. Retrieved from <https://www.easa.europa.eu/downloads/116573/en>

Ferraz, M. M. R., & Ferreira, S. A. M. (2017). Psicologia de aviação. *Revista Naval Psicologia em Destaque*, 5, 62-4. Recuperado de <http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/psicologiamilitar/article/view/735/725>

Flight Safety Foundation (FSF). (2020). An aviation professional's guide to wellbeing [PDF]. Retrieved from <https://flightsafety.org/wp-content/uploads/2020/04/Guide-to-Wellbeing.pdf>

Helmreich, R. L. & Foushee, H. C. (2010). Why CRM? Empirical and theoretical bases of human factors training. In B. Kanki, J. Anca, & R. Helmreich (Eds.), **Crew resource management** (2nd ed., pp. 3-57). San Diego, CA: Academic Press Elsevier.

Hollnagel, E., Woods, D. D., & Leveson, N. (2006). **Resilience engineering: Concepts and precepts**. Boca Raton, FL: Taylor, & Francis Group.

International Air Transport Association (IATA). (2021a). **Safety issue review bulletin: Special COVID-19 bulletin** (2. ed.). Retrieved from <https://www.iata.org/contentassets/b1398419a96142a4b128a19dce8a6ba1/sir-m-special-covid-19-bulletin-ed2.pdf>

International Air Transport Association (IATA). (2021b). Guidance for Crew Health Precautions During Pandemic (2nd ed.) [PDF]. Retrieved from <https://www.iata.org/contentassets/df216feeb8bb4d52a3e16befe9671033/iata-guidance-crew-health-precautions-during-post-pandemic.pdf>

International Civil Aviation Organization (ICAO). (2022). About ICAO [Post]. Retrieved from <https://www.icao.int/about-icao/Pages/default.aspx>

Jacó-Vilela, A. M., Oliveira, D. de M., Lins, T. L., & Anjos, M. de S. C. dos. (2019). Alguns usos da psicologia no exército brasileiro de 1930 a 1960: Os cursos. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, 36, pp. 1-20. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6896/12114>

Koonce, J. M. (1984). A brief history of aviation psychology. **Human Factors**, 26(5), pp. 499-508. doi: <https://doi.org/10.1177/001872088402600502>

Lourenço, L. R. C. (2012). Editorial. V Encontro Brasileiro de Psicologia Aplicada à Aviação. **Revista Conexão SIPAER**, 3(3). Recuperado de <http://conexaosipaer.com.br/index.php/sipaer/article/view/203/227>

Martinussen, M., & Hunter, D. R. (2018). **Aviation psychology and human factors**. Boca Raton, FL: Taylor, & Francis Group.

Mauriño, D. E. (1994). Foreword. In N. Johnston, N. McDonald, & R. Fuller (Eds.), **Aviation psychology in practice**. Aldershot: Ashgate Publishing Limited.

Mauriño, D. E., Reason, J. T., Johnston, N., & Lee, R. B. (1995). **Beyond aviation human factors**. Aldershot (England): Ashgate Publishing Limited.

Prado da Fonseca, L. E., Rocha, H. L., & Arruda, A. (2016). Yes, nós temos Wundt: Radecki e a história da psicologia no Brasil. *Revista Tesis Psicológica*, 11(1), pp. 18-35. Recuperado de <https://revistas.libertadores.edu.co/index.php/TesisPsicologica/article/view/689/665>

Reason, J. T. (2011). *La contribución humana, actos peligrosos y acciones ejemplares*. Madrid: Editorial Modus Laborandi.

Ribeiro, S. L. O., Santos, C. S., Cabral, L. M. E. S. P., Fajer, M., Barreto, M. R. M., & Pereira, M. C. C. (2019). *Os voos da psicologia no Brasil: Estudos e práticas na aviação*. Rio de Janeiro: Pod.

Ribeiro, S. L. O. (2019). Breve retrospectiva histórica sobre a participação da psicologia no contexto da aviação. Em S. L. O. Ribeiro, C. S. Santos, L. M. E. S. P. Cabral, M. Fajer, M. R. M. Barreto, & M. C. C. Pereira. *Os voos da Psicologia no Brasil: Estudos e práticas na aviação: Livro 2* (pp. 21-50). Rio de Janeiro: PoD.

Ribeiro, S. L. O. (2020a). Meeting Report: 2nd ABRAPAV National Congress and 1st International Congress on Aviation Psychology, 2019. *Aviation Psychology and Applied Human Factors*, 10(1), pp. 41-3. Retrieved from <https://doi.org/10.1027/2192-0923/a000174>

Ribeiro, S. L. O. (2020b). Aviation psychology in Brazil. In J. Eaglestone, & M. Causse (Eds.), *2020 Proceedings EAAP* (pp. 64-72). The Netherlands: European Association for Aviation Psychology.

Spravka, J. J., Moisió, D. A., & Payton, M. G. (2005). Unmanned air vehicles: A new age in human factors evaluations. In *Flight test: Sharing knowledge and experience* (pp. 5-16). France: RTO. Retrieved from <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.214.7660&rep=rep1&type=pdf>

Toledo, A. L., Prizanteli, C. C., Polido, K. K., Franco, M. H. P., & Dos Santos, S. R. B. (2015). A Saúde emocional do psicólogo que atua em situações de emergência. Em M. H. P. Franco, *A intervenção psicológica em emergências: Fundamentos para a prática* (pp. 147-88). São Paulo: Summus.v

Unión Latinoamericana de Asociaciones de Psicología Aeronáutica (ULAPA). (2022). Site oficial Facebook. Recuperado de <https://www.facebook.com/Uni%C3%B3n-Latinoamericana-De-Asociaciones-De-Psicolog%C3%ADa-Aeron%C3%A1utica-ULAPA-106996011569512>

Historiografia da Psicologia no Brasil

Regina Helena de Freitas Campos
Ana Maria Jacó-Vilela
Marina Massimi

Observa-se hoje no Brasil um grande interesse pelo estudo da evolução e institucionalização da psicologia como disciplina científica e como profissão no Brasil. Esse interesse pode ser atribuído à expansão dos programas universitários para a formação de psicólogos e ao grande número de psicólogos agora atuantes de forma independente ou nos sistemas públicos de educação, saúde, trabalho e assistência social no país.

A profissão foi regulamentada por meio da Lei nº 4.119, em 1962, e em 1971 havia 4.248 profissionais no Brasil. O número de profissionais no país cresceu exponencialmente desde então e atualmente há 423.107 psicólogos atuantes no Brasil, segundo o Conselho Federal de Psicologia (<https://site.cfp.org.br/>). Outra fonte de interesse pelos estudos sobre a história da psicologia advém do fato de que os conceitos e teorias psicológicas já fazem parte da cultura urbana brasileira, tendência observada desde o estabelecimento do campo nas instituições públicas brasileiras de educação e saúde mental no início do século XX (Duarte et al., 2005). O Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico registra a presença de 32 grupos de pesquisa no Brasil, que indicam a história da psicologia entre suas linhas e focos de pesquisa (CNPq, 2022).

Neste capítulo, fazemos um levantamento da evolução da historiografia da psicologia no Brasil, com o objetivo de responder à questão de como esse campo evoluiu desde os trabalhos seminais de nossos psicólogos pioneiros, em sua maioria autodidatas, até os atuais historiadores profissionais, que abordam a história da psicologia como área de reflexão, ciência e profissão a partir de diversos pontos de vista, métodos de pesquisa e modelos teóricos.

Seguindo a historiografia tradicional da psicologia, inaugurada por Boring (1957), consideramos o desenvolvimento desse campo em dois grandes períodos: o pré-científico (ou filosófico); e o atual, que dá continuidade às reflexões do período

anterior e inaugura a abordagem científica aos fenômenos psicológicos, embora pesquisas recentes mostrem maior continuidade entre esses períodos do que se pensava anteriormente (Gundlach, 2006; Vidal, 2006). Durante o primeiro período, a presença de ideias psicológicas deve ser buscada nas obras de pensadores de diferentes disciplinas, como filosofia ou teologia. No período moderno e contemporâneo, a psicologia apresenta um significado mais preciso como ciência e como profissão.

No Brasil, o primeiro período começou em 1500 com a descoberta, estabelecimento e colonização pelos portugueses e continuou até 1822, quando o país foi declarado independente de Portugal. O segundo grande período começou com a fundação das primeiras escolas médicas e escolas normais durante o século XIX e também pode ser dividido em fases. De 1822 a 1889 (ano da queda do império e início do período republicano), as teorias psicológicas estiveram presentes na obra de filósofos, médicos, padres e políticos, com vistas a civilizar o país e construir uma crescente consciência e identidade de nação independente. A partir de 1889, com o estabelecimento da República e a busca pela expansão das instituições democráticas na educação e na saúde pública, a psicologia tornou-se um campo autônomo do conhecimento, ensinado como disciplina independente nas escolas médicas e nas escolas normais. Foi nesse período que foram fundados os primeiros laboratórios de psicologia em escolas de formação de educadores e instituições psiquiátricas (Campos, 2021).

Antunes (2004a) propôs uma periodização para o desenvolvimento do campo da psicologia no século XX que inclui uma fase de autonomização (1890-1930), em que a psicologia científica tornou-se um campo específico de conhecimento, buscando comprovação científica de suas afirmações, e uma disciplina autônoma; a partir de então, com a fase de consolidação (1930-1962), estabeleceu-se definitivamente a organização da psicologia como disciplina e como campo de atuação profissional, principalmente por meio da atuação prática de psicólogos dedicados às questões educacionais, ao cuidado com os aspectos psicológicos nas áreas da saúde mental, nas organizações de trabalho e assistência social. Finalmente, a partir de 1962, pode ser identificada uma fase caracterizada pelo reconhecimento legal da profissão, associada à expansão dos programas universitários para a formação de psicólogos profissionais e pesquisadores da área.

Durante o período de profissionalização, quando foi instituído o Conselho Federal de Psicologia (1972) e um código de ética para a profissão, a maioria dos psicólogos trabalhou na clínica particular, focalizando as questões psicológicas em uma perspectiva individual. A abordagem individualista foi fortemente criticada a partir de meados da década de 1970, quando psicólogos encontravam dificuldades

em lidar com questões socioculturais e institucionais em ambientes educacionais, de saúde mental e de trabalho, em que sua contribuição era esperada (Bock, 1999).

Esses estudos críticos mostraram que a psicologia no Brasil tem uma história própria, inserida no contexto institucional, cultural e social da qual derivam suas práticas profissionais, teorias e pesquisas. Neste capítulo, levantamos os primeiros relatos sobre o desenvolvimento da psicologia no Brasil da primeira metade do século XX e as transformações no campo entre 1960 e 1980, e comparamos com os estudos atuais sobre a história da psicologia em nosso país. Isso nos permite falar de uma história da psicologia em sentido pleno, ou seja, é possível rastrear contribuições originais de pensadores e estudos empíricos que não devem ser entendidos como aplicações mecânicas de ideias desenvolvidas em outros lugares, mas como respostas à dinâmica sociocultural local em diálogo com as perspectivas internacionais.

Na nossa opinião, o que inspira historiadores contemporâneos da psicologia no Brasil é compreender o processo de produção do conhecimento que deriva de práticas sociais e institucionais locais e das sensibilidades criativas desses autores inseridos nessas dinâmicas nativas. Uma característica da historiografia atual da psicologia brasileira é o esforço em compreender ideias, conceitos e práticas como expressões de uma lógica que surge de seu contexto sociocultural e intelectual específico. Trata-se de um esforço para evitar o presentismo, definido como a avaliação do passado a partir de categorias e intencionalidades que caracterizam a organização atual da área, ou a compreensão do passado como preparação para um futuro mais desenvolvido (Brozek, & Guerra, 1996; Wertheimer, 1980). Ao contrário, a tendência dominante é estudar o passado buscando entender a dinâmica entre a construção intelectual e suas aplicações em relação ao seu próprio tempo e espaço e a lógica que inspirou homens e mulheres que trabalham pelo desenvolvimento de conceitos e tecnologias em seu próprio contexto (Castelo Branco, & Cirino, 2017).

Para essa abordagem, é importante compreender a história da psicologia como parte da história maior da ciência, sobretudo tomando como referência as propostas para superar a dicotomia internalismo / externalismo (Hacking, 2001; Latour, 2001). Para Hacking e Latour, a divisão dos estudos históricos em uma história interna e externa, como proposta por Lakatos (1989), deve ser complementada com essa visão contextual, pois a produção de conhecimento científico implica uma releitura do mundo real a partir de um conjunto de conceitos produzidos no contexto das práticas sociais e culturais e da dinâmica das instituições que possibilitam essa releitura. Em outras palavras, o desenvolvimento de um conjunto de conceitos científicos pressu-

põe a existência de uma cultura que promova esses conceitos e de uma linguagem que os acolha e os transmita (Carroy, 1991).

A contribuição de Latour para esse debate concentra-se no desenvolvimento de uma metodologia para o estudo da construção de conceitos científicos por meio de práticas laboratoriais e estudos de campo, e a partir do estabelecimento de instituições que promovam a existência contínua dos conceitos então construídos por meio da criação e recuperação de demonstrações empíricas dos fenômenos descritos. No caso das ciências humanas, é importante considerar também que a descrição científica da realidade empírica tende a se reproduzir à medida que os próprios sujeitos da experiência tendem a se identificar e se descrever usando conceitos desenvolvidos por pesquisadores (Hacking, 2001). Isso ocorre quando os conceitos psicológicos invadem e transformam as percepções dos saberes do cotidiano, como observado por Moscovici, no caso da psicanálise (Moscovici, 1998) ou por Gergen no caso da psicologia social (Gergen, 1973; Pickren, & Rutherford, 2010).

Inspirado por essas ideias, é apresentada a evolução da historiografia da psicologia no Brasil.

A Primeira Historiografia da Psicologia no Brasil

No começo do século XX, o olhar estadunidense se debruçou para entender o desenvolvimento da Psicologia no mundo. Assim, três publicações desta época propiciaram um ponto de vista externo sobre a psicologia que aqui se fazia. O primeiro, de Murchison (1932), procurava trazer informações básicas sobre diferentes países, como Índia, Japão, Nova Zelândia, China, Egito, África do Sul, dentre os quais se destacam três países latinos: Argentina, Brasil e Uruguai.

O texto seguinte, de Beebe-Center e McFarland (1941), avaliou a situação da psicologia na Argentina, Brasil, Chile, Peru e outros países latino-americanos. Os autores observaram que a psicologia na América Latina era muito mais dependente de outras disciplinas do que nos Estados Unidos. O terceiro texto é de Margaret Hall (1946), escrito a partir de sua visita a dez países da América do Sul, entre eles o Brasil, entre 1944-1945, quando entrevistou pessoas sobre o ensino e a prática da psicologia.

Demonstrando que a Psicologia já estava se institucionalizando entre nós neste período, observa-se que, a partir da década de 1940, foram produzidos os primeiros trabalhos feitos no Brasil sobre a evolução dos estudos psicológicos no país. Os mais importantes destes trabalhos foram reeditados em livro organizado pela historiadora Mitsuko Antunes (2004b), no âmbito do Projeto Memória da Psicologia Brasileira, do

Conselho Federal de Psicologia. Três artigos, publicados anteriormente em diferentes suportes científicos, são considerados centrais para a narrativa que então se constituía.

A primeira é a obra seminal intitulada “Psicologia experimental no Brasil” (Olinto, 1944/2004). Plínio Olinto (1886-1956) foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou em 1910 com uma tese intitulada “Contribuição ao estudo da associação de ideias”. A segunda obra é o artigo “Psicologia no Brasil”, de Annita de Castilho Marcondes Cabral (1911-1991) (Cabral, 1950/2004). Cabral estudou nos Estados Unidos no início da década de 1940 com Kurt Koffka (no Smith College) e com Max Wertheimer (na New School for Social Research) e foi uma das primeiras professoras de Psicologia da Universidade de São Paulo. O terceiro artigo, também intitulado “Psicologia no Brasil”, foi escrito por Manoel Bergström Lourenço Filho (Lourenço Filho, 1955/2004). Lourenço Filho conhecia os recentes desenvolvimentos em psicologia e educação nos Estados Unidos e na Europa. A primeira observação sobre os três autores é que nenhum deles era historiador. Eram memorialistas e tinham uma visão otimista da psicologia no Brasil. Eles personificavam a psicologia brasileira da época e seus textos estavam em sintonia com seu tempo.

Olinto descreve as origens e os trabalhos dos primeiros laboratórios de psicologia estabelecidos no país, oito no Rio de Janeiro, três em São Paulo, um em Belo Horizonte, Minas Gerais, e um em Recife, Pernambuco, nas primeiras décadas do século XX. Aponta que estavam vinculados a escolas normais ou a hospitais de saúde mental e, além de realizar pesquisas, faziam exames psicológicos buscando estabelecer padrões acerca das características psicológicas das populações urbanas brasileiras. Isso sugere que os estudos e serviços psicológicos eram valorizados e procurados por grupos de áreas urbanas maiores, enquanto as universidades estabeleciam suas escolas de filosofia e letras e se iniciava a oferta das primeiras disciplinas de psicologia no nível superior.

Olinto argumentava que a psicologia experimental já existia no Brasil desde 1900 graças aos esforços de um grupo de pioneiros que tiveram contato com laboratórios europeus, como os estabelecidos em Paris por Alfred Binet e George Dumas e em Genebra por Théodore Flournoy. A imagem da pesquisa europeia sendo reproduzida no Brasil foi expressa em uma metáfora usada por Olinto para descrever o trabalho de Helena Antipoff (1892-1974), aluna de Claparède, que foi contratada para dirigir o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte: Antipoff era a “jardineira” que semeava as teorias de seu mestre.

Annita Cabral (1950/2004) ofereceu uma perspectiva histórica mais contextualizada. O artigo começa apresentando o “Brasil para estrangeiros”, explicando as

características do país como tamanho, idioma, regime político, geografia, história econômica, e enfatizando a mistura das três raças que formaram a população brasileira, o branco, o negro e o índio: “embora predominantemente branca, a população apresenta todas as faixas de pigmentação, do branco albino ao preto retinto” (Cabral, 2004, p. 35-6). O artigo de Cabral é o único de autoria de uma mulher no livro de Antunes. É também o único artigo do volume a observar o grande número de mulheres trabalhando em escolas normais e de psicólogas que já atuavam na década de 1940. Cabral observou ainda que, apesar desse número elevado de mulheres, “a média dos manuais de psicologia existentes no país e escritos por brasileiros são de autoria masculina” (Cabral, 2004, p. 59). Esse padrão de pirâmide invertida é confirmado por nossos dados estatísticos atuais: o número de mulheres que atuam como psicólogas supera o de homens, mas as publicações e cargos de maior prestígio são ocupados por homens, indicando a continuidade das relações de gênero dentro da profissão ao longo do tempo (Jacó-Vilela, & Barbosa, 2009).

Annita Cabral utilizou como dispositivo narrativo a apresentação de personalidades marcantes da história da psicologia no Brasil, seus cargos institucionais na Universidade de São Paulo (USP) ou na Academia Brasileira de Psicólogos, importantes instituições da época e influências estrangeiras em seu trabalho. Já a partir da década de 1930, substituiu a narrativa da história de profissionais que se destacaram pela história do ensino de psicologia nas instituições, predominantemente teórico. Cabral também considerava que o Brasil era consumidor de conhecimentos produzidos no exterior. O artigo conclui apontando as condições necessárias para que a psicologia se tornasse independente da filosofia: o estabelecimento de associações e periódicos próprios e o reconhecimento legal como profissão. Este foi o caminho pelo qual ela travou suas batalhas pessoais, com a parceria de Lourenço Filho (1897-1970), o terceiro autor que usamos como referência.

O texto de Lourenço Filho (1955/2004), publicado originalmente em uma coleção sobre o desenvolvimento das ciências no Brasil, descreve como a psicologia se constituiu como ciência e profissão no país, a partir do final do século XIX. Ele afirma que, para o estabelecimento da psicologia científica, dois processos foram fundamentais: a integração do conhecimento produzido em áreas afins, como a biologia e as ciências sociais, e a necessidade de utilizar conceitos e práticas de soluções para problemas de ajustamento decorrentes das crescentes tensões vividas em sociedades modernas. O autor adota, então, uma abordagem que combina visões internalistas e externalistas e oferece avaliação positiva da área com uma definição mais precisa de seus objetivos e métodos.

Em seu relato, durante o período colonial (1500-1822), a contribuição das congregações religiosas estabelecidas no Brasil para a catequização dos índios e para a educação da população local teve papel importante. Já o século XIX foi o período em que professores e alunos das primeiras escolas de medicina, interessados em psiquiatria, produziram estudos científicos, relatados em trabalhos de conclusão de curso (as “teses”) nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. No início do século XX, surgiu o movimento de higiene mental no país e foram estabelecidos os primeiros laboratórios de psicologia em hospitais para doentes mentais e em escolas normais. Os resultados desses trabalhos foram publicados em periódicos recém-criados nas áreas de Psiquiatria, de Educação ou, mesmo, de Higiene Mental. Dessa forma, o autor estabeleceu uma história da psicologia a partir de apoios institucionais, com as contribuições mais importantes provenientes dos campos da saúde mental, educação, engenharia e administração (as duas últimas praticamente esquecidas em outras histórias), e das obras de religiosos das Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas. Ele destacou também o papel dos psicólogos estrangeiros no Brasil, tanto aqueles que estiveram temporariamente no país quanto os que se tornaram residentes permanentes.

Lourenço Filho destaca o papel decisivo das universidades, a partir da década de 1930, no desenvolvimento de estudos e práticas psicológicas e para o estabelecimento da profissão de psicólogo. Ele observou, no entanto, que a maioria das investigações foi realizada fora das universidades, como aquelas referentes à psicologia aplicada às relações de trabalho, à organização escolar e aos problemas de adaptação de crianças e adolescentes. Outra característica da psicologia brasileira destacada pelo autor foi sua criatividade, observada na criação, desenvolvimento ou adaptação de instrumentos de medida do desenvolvimento mental e das aptidões, de avaliação da personalidade, relações humanas e dinâmicas de grupo.

Um ponto importante observado pelo autor foi que, até a década de 1930, as principais fontes de influência sobre os psicólogos brasileiros eram europeias, principalmente francesas. Durante as décadas de 1940 e 1950, influências norte-americanas tornaram-se mais fortes. Aponta-se que, da extensa bibliografia da coletânea organizada por Otto Klineberg (1953), com diferentes autores brasileiros, 70% dos autores são norte-americanos ou ingleses, 10% alemães, 10% franceses, 7% brasileiros e 3% espanhóis, latino-americanos ou italianos.

Lourenço Filho afirma que o conhecimento em psicologia produzido no Brasil havia alcançado alta qualidade e que vários periódicos com distribuição nacional já estavam estabelecidos. Ele citou 10 periódicos nas áreas de psicologia, educação, hi-

giene mental e psiquiatria, e a existência de duas associações nacionais, a Sociedade Brasileira de Psicologia e a Associação Brasileira de Psicotécnica, ambas filiadas a parceiros internacionais. O autor citou também, orgulhosamente, a circulação internacional de pesquisas em psicologia produzidas no Brasil, entre as quais seus próprios estudos sobre um teste para avaliação da maturidade infantil para aprender a ler e escrever e sobre o estudo experimental de hábitos.

Concluindo, percebe-se que nessa historiografia inicial, Annita Cabral enfatizou as influências estrangeiras no desenvolvimento da psicologia no Brasil, enquanto Olinto e Lourenço Filho se concentraram na produção local e na circulação do conhecimento. Apesar das diferenças, os três autores responderam a um projeto que estava em andamento na década de 1950 – a regulamentação da profissão de psicólogo. Seus textos ajudaram a psicologia como área de conhecimento e profissão a ganhar reconhecimento e legitimação por parte do Estado, o que ocorreu em 1962 com a Lei n. 4.119 (de 28/08/1962).

Entre os anos de 1960 e 1970, poucos trabalhos historiográficos foram publicados no Brasil, alguns dos quais incluídos no citado livro de Antunes (2004b). A situação muda bastante a partir da década de 1980. Artigo de Isaías Pessotti, publicado em 1988, celebrando os 25 anos da regulamentação da profissão no Brasil, indica a necessidade de desenvolvimento de uma consciência ampliada sobre as tendências da psicologia brasileira por meio da realização de estudos históricos e relaciona uma rica série de fontes originais produzidas no país que poderiam alimentar esses estudos (Pessotti, 2004/1988).

Historiografia Atual

Os estudos da história da psicologia efetivamente se ampliaram no Brasil, despertando grande interesse e motivando um bom número de pesquisadores a se dedicarem a essa área. Este é o fator-chave que diferencia o modelo atual do anterior. Partimos aqui não de pesquisadores isolados que, por motivos específicos, principalmente seu prestígio no campo, são chamados a fazer uma “história”. Em vez disso, trabalhamos principalmente com a perspectiva de pesquisadores atuantes na área, pessoas que se dedicam ao trabalho de levantamento historiográfico das principais tendências da psicologia brasileira em diálogo com a produção internacional.

Assim, são estudadas as obras de certas personalidades, não mais pela perspectiva mítica dos grandes nomes e seus feitos, mas pelo significado de suas contribuições, em termos de produção teórica ou de propostas de formas de atuação no

âmbito de seu momento histórico, ou as condições institucionais que prevaleceram, e assim por diante. Nesse processo, descobrimos que às vezes contribuições importantes foram esquecidas e abandonadas por causa do viés colonial, subalterno, que considera “de melhor qualidade” o que vem de fora. É o caso, sem dúvida, das novas interpretações das obras de Manoel Bomfim (Antunes, 1999), Lourenço Filho (Campos, Assis, & Lourenço, 2002), ou Helena Antipoff (Campos, 2012). Tais narrativas, portanto, raramente são anacrônicas, internalistas, lineares ou contínuas. Costumam ser externalistas ou mesmo construcionistas, e mais disruptivas e descontínuas do que lineares. São narrativas históricas contextualizadas que confirmam a descontinuidade, mas com frequência retêm elementos do passado. Uma marca, no entanto, está se tornando muito forte – uma perspectiva construcionista que enfatiza a linguagem e a discursividade (Campos, 2021; Jacó-Vilela et al., 2007; Massimi, 2021; Massimi, & Brozek, 1998).

A constituição de um campo disciplinar é visível, em parte, por sua presença institucional. A história da psicologia no Brasil alcançou esse status principalmente por meio da institucionalização de núcleos e grupos de pesquisa em programas de pós-graduação existentes em universidades. O primeiro desses grupos, o Núcleo de Estudos em História da Psicologia, foi instituído em 1982 junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo pela professora Maria do Carmo Guedes. O Núcleo tinha por objetivos contribuir para o melhor conhecimento da área da psicologia por mestrandos e doutorandos ligados ao Programa, muitos deles com formação em outras áreas científicas, e ajudar na contextualização das pesquisas com vistas à realização de dissertações de Mestrado ou teses de Doutorado no campo da psicologia social em construção no Brasil.

A partir do grupo inicial, por iniciativa da coordenadora, pesquisadores que atuavam em levantamentos historiográficos sobre a psicologia brasileira em outros programas de pós-graduação na própria PUC-SP (Psicologia Educacional e Psicologia Experimental) e em outras universidades se aproximaram: a professora Marina Massimi, da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto, que pesquisava a história do pensamento em psicologia nos períodos colonial e imperial no Brasil para sua tese de Doutorado, sob a direção do professor Isaías Pessotti (Massimi, 1989); a professora Mitsuko Antunes, que defendeu tese de doutorado sobre o processo de autonomização da psicologia no Brasil, sob a direção de Guedes (Antunes, 1991); a professora Regina Helena F. Campos, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais, que defendeu em 1989 tese sobre o pensamento de dois iniciadores da psicologia educacional no Brasil,

Helena Antipoff e Lourenço Filho, na Stanford University, nos Estados Unidos da América, sob a orientação de Elizabeth Cohen (ex-aluna de Gordon Allport) e do historiador David Tyack (Campos, 1989).

Em 1996, o historiador da psicologia Josef Brozek, um dos fundadores da Divisão de História da Psicologia da American Psychological Association, visitou o Brasil a convite de Massimi para ministrar curso sobre métodos de estudo da história da psicologia, e ficou conhecendo o trabalho do Núcleo da PUC-SP e seus grupos agregados. O coletivo então formado por Antunes, Brozek, Campos, Guedes e Massimi propôs em 1996 a criação de um Grupo de Trabalho (GT) em História da Psicologia por ocasião do VI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), realizado em Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro (Campos, 1996).

A partir dessa iniciativa, o grupo se expandiu e outros pesquisadores vieram a ele se associar, como as/os pesquisadoras/os: Ana Maria Jacó-Vilela e Heliana Conde, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Arno Engelmann, da Universidade de São Paulo; Nádia Maria Dourado Rocha, da Universidade Federal da Bahia; e William Barbosa Gomes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre outros, agregando pesquisas sobre a história de conceitos e práticas da psicologia no Brasil e em outros países nas áreas da pesquisa experimental, da medicina, da educação, da psicologia social, da clínica psicológica, da organização institucional e profissional do campo de estudos e reflexões em psicologia.

O GT ANPEPP incorporou novos membros, alunos de pós-graduação e jovens professores universitários e em 2014 se dividiu em dois. O Grupo de Trabalho já existente continuou sua trajetória. O novo coletivo então instituído – o Grupo de Trabalho em História Social da Psicologia – voltou-se para o estudo da história da psicologia com ênfase nas condições de emergência dos saberes psi e sua articulação com questões sociais (ANPEPP, 2014; Guedes, & Campos, 1999).

Em paralelo ao avanço e progressiva institucionalização da área de pesquisa em história da psicologia no país, em 1998 foi estabelecido o Projeto Memória da Psicologia Brasileira pelo XI Plenário do CFP, sob a responsabilidade da professora Ana Maria Jacó-Vilela. No âmbito do projeto Memória, foi realizada extensa pesquisa sobre a formação da psicologia brasileira com o apoio do CFP e editados o Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil (Campos et al., 2001), com 200 personagens relevantes nessa formação, e o Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil (Jacó-Vilela et al., 2011). Visando reunir e consolidar a documentação disponível sobre a história da psicologia no Brasil, foram realizados vários vídeos biográficos e

também as seguintes coleções de livros: *Pioneiros da Psicologia Brasileira* (biografias de personagens relevantes), *Clássicos da Psicologia no Brasil* (trabalhos selecionados considerados clássicos na construção do campo de pesquisa da psicologia brasileira) e *Histórias da Psicologia no Brasil* (teses selecionadas sobre aspectos específicos da evolução da área da psicologia no país).

O trabalho desses grupos foca no caráter local das contribuições teóricas e práticas para o desenvolvimento do campo da psicologia no Brasil. Buscam compreender como o processo de constituição e circulação do saber e da prática na psicologia brasileira se apropria de conceitos, ferramentas ou métodos originados em outros lugares ou criados no país. A riqueza do campo decorre dos debates entre diferentes visões das questões psicológicas, de formas de pensar, e de modos de vida, que podem gerar uma nova compreensão da problemática psicológica e psicossocial. A presente historiografia visa a revelar o quanto a produção do conhecimento psicológico se tornou local, ou seja, está relacionada a condições particulares de nosso país.

Outros importantes centros de pesquisa em história da psicologia no Brasil foram criados durante a década de 1980 e nos anos seguintes, como:

- Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA). Esse centro foi criado em 1980 com o objetivo de preservar a memória e divulgar a obra da professora Helena Antipoff, educadora russa que emigrou para o Brasil e radicou-se no Brasil a partir dessa época, tendo desenvolvido relevante trabalho de pesquisa e atuação nas áreas da psicologia educacional, psicologia do excepcional e avaliação psicológica. Um grupo de pesquisadores trabalha atualmente em pesquisas sobre o seu legado na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a liderança da professora Regina Helena F. Campos. Mais informações sobre o Centro estão disponíveis em: <http://www.fae.ufmg.br/biblio/cdpha/>.
- Arquivos UFMG de História da Psicologia. Localizados na Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte (MG), esses arquivos incluem manuscritos inéditos pertencentes ao CDPHA e outras coleções doadas pelo professor Josef Brozek, pelo psiquiatra Helio Alkimin e pelos psicólogos Daniel e Ottilia Antipoff e uma coleção pessoal de publicações em história da psicologia (Campos, & Lourenço, 2016). Na atualidade duas novas coleções de interesse para a história da psicologia estão sendo integradas aos Arquivos, doadas pela Professora Marina Massimi, da Universidade de São Paulo, e pela família do professor Célio Garcia, da Universidade Federal de Minas Gerais. Os Arquivos estão vinculados aos programas de pós-graduação em Educação e em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

- Laboratório de História e Memória da Psicologia – Clio-Psyché, do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenado pela professora Ana Maria Jacó-Vilela, as atividades do programa podem ser conhecidas por meio do site www.cliopsyche.uerj.br. O nome do programa liga os dois personagens que na Grécia antiga protegiam a história e a mente: Clio e Psyché. Este grupo de pesquisa desenvolve atividades de ensino nos níveis de pós-graduação e graduação e promove encontros anuais com pesquisadores brasileiros e internacionais da história da psicologia. Além de pesquisa, ensino e extensão, o programa tem um vasto acervo à disposição dos pesquisadores e organizou diversos livros, entre os quais publicação comemorativa dos 45 anos do curso de Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Jacó-Vilela, 2009). Os principais temas de pesquisa atualmente desenvolvidos pelo grupo são a participação das mulheres na constituição do campo da psicologia científica – para o qual publicou perfis de importantes nomes da Psicologia brasileira no projeto do CNPq “Pioneiras da Ciência”; a história das crianças e do movimento negro no Brasil; Psicologia e religião; Psicologia nas Forças Armadas; Psicologia no meio médico do começo do século XX, entre outras (Jacó-Vilela, & Barbosa, 2009; Jacó-Vilela, 2009; Jacó-Vilela, & Portugal, 2012; Araújo, & Jacó-Vilela, 2020; Jacó-Vilela, 2021; Facchinetti, & Jacó-Vilela, 2019).
- Núcleo de Pesquisas em História e Filosofia da Psicologia Wilhelm Wundt (NUHFIP), fundado em 2010, ligado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. É coordenado pelo Prof. Dr. Saulo de Freitas Araujo e tem por objetivo desenvolver pesquisas e promover debates sobre temas relacionados à História e à Filosofia da Psicologia. Conta com a colaboração de professores, pesquisadores e estudantes de Psicologia, Filosofia e áreas afins. O NUPHEP estrutura-se em três linhas de pesquisa: 1) Fundamentos Filosóficos da Psicologia Contemporânea; 2) Fundamentos Teórico-Conceituais da Psicanálise; 3) Surgimento e Desenvolvimento do Projeto de uma Psicologia Científica. Promove seminários de pesquisa e palestras com pesquisadores nacionais e internacionais. Mais informações sobre o grupo estão disponíveis no sítio eletrônico: <https://www.ufjf.br/psicologia/programas-e-nucleos/nuhfp>.
- Laboratório de Pesquisa e Ensino em História da Psicologia, fundado em 2013, coordenado pelos professores Érika Lourenço e Sérgio Dias Cirino, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Os participantes do Laboratório estão inseridos em diferentes organizações relacionadas à história da psicologia, entre elas: Sociedade Brasileira de História da Psicologia, GT em História da Psicologia da ANPEPP, Rede Ibero-americana

de Pesquisadores em História da Psicologia, e Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff. O trabalho do Laboratório tem impacto nos cursos de graduação e pós-graduação em psicologia da UFMG, à medida que incentiva a produção de conhecimento por meio do desenvolvimento de projetos de iniciação científica, de extensão e de orientações de alunos de mestrado e doutorado na área da história da psicologia. Contribuí, com suas publicações e com os eventos que promove, para a historiografia da psicologia no Brasil, com destaque para a historiografia da psicologia da educação.

- Grupo de pesquisa “Tempo, memória e pertencimento”, coordenado pela pesquisadora Marina Massimi no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. O Grupo tem por objetivos promover a valorização e preservação de documentos e monumentos ligados à história cultural do Brasil e a divulgação de pesquisas sobre essa memória, inclusive nos currículos escolares. Os principais temas de pesquisa do grupo são: 1) as ações e os atores inerentes aos campos da memória e da preservação do patrimônio cultural, artístico e científico do país; 2) os processos de apropriação e transmissão dos saberes e das práticas no Brasil ao longo do tempo, na perspectiva da história cultural (especialmente no que diz respeito à vertente da psicologia e das ciências humanas) e da história política e do direito; 3) os processos de apropriação e transmissão das ciências no Brasil ao longo do tempo, na perspectiva da história cultural e política do país; 4) as relações entre experiências de pertencimento e a constituição do tecido social brasileiro. Publicações e eventos promovidos pela equipe podem ser consultados no sítio eletrônico: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-pesquisa/grupo-de-pesquisa-tempo-memoria-e-pertencimento>.

Publicações relevantes sobre história da psicologia no Brasil podem ser encontradas no periódico editado pela Academia Paulista de Psicologia (Boletim da Academia Paulista de Psicologia), na revista *Mnemosine*, editada pelo Instituto de Psicologia da Universidade do estado do Rio de Janeiro, e na revista *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, publicação conjunta da USP e da UFMG iniciada em 2001 e editada por Marina Massimi e Raquel Martins de Assis. Uma seção sobre a história da psicologia – Seção *Clio-Psyché*¹ – foi instituída no periódico do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (ver: www.revispsi.uerj.br). Uma linha do tempo relatando o desenvolvi-

1 A coleção *Clio-Psyché* inclui 154 livros sobre a história da psicologia no Brasil; coleções completas dos periódicos *Boletim de Psicologia* (UFRJ), *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica e Rádice*; teses e dissertações sobre a história do conhecimento psicológico no Brasil; DVDs sobre personalidades e instituições da psicologia no Brasil.

mento da psicologia no Brasil foi organizada pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e está disponível em: <http://www.crpssp.org.br/linha/>.

Os pesquisadores interinstitucionais em história da psicologia se reúnem todos os anos nas conferências científicas promovidas pelo Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, pelo Clio-Psyché, ou pela Sociedade Brasileira de Psicologia. Em 18 de outubro de 2013, foi fundada a Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP), como associação de caráter científico-cultural sem fins lucrativos, com as finalidades de congregar pesquisadores e docentes na área da história da psicologia, fomentando a cooperação e intercâmbio entre eles e seus congêneres em outros países. A SBHP tem promovido congressos anuais, com vistas à difusão e discussão de estudos e pesquisas em história da psicologia. Os congressos e outras atividades são divulgados no site da Sociedade: <https://sbhpsi.com.br>.

Temas que vêm crescendo na literatura são: as novas interpretações da história dos conceitos e teorias psicológicas (Araújo, 2018; Araújo, 2021; Araújo, & Marcellos, 2022; Bastos, & Gomes, 2012; Engelmann, 2002; Castro et al., 2006; Oliveira, & Pires, 2007; Vasconcellos, & Vasconcellos, 2007); a história da psicologia social no Brasil, área que experimentou importante expansão na contemporaneidade com contribuições originais advindas da perspectiva crítica da professora Silvia Lane e seu grupo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Associação Brasileira de Psicologia Social (Bock et al., 2007; Bomfim, 2003; Bomfim, 2006; Ferreira, 2006; Guedes, 2007; Jacó-Vilela, 2018; Sawaia, & Purin, 2018); a história do ensino de psicologia no Brasil (Gauer, & Gomes, 2002; Gomes, & Frandkin, 2015; Branco et al., 2022); a história dos laboratórios de psicologia e da análise do comportamento no Brasil (Alves et al., 2019; Melo et al., 2016; Miranda, & Cirino, 2016; Souza Júnior et al., 2018); a história da profissão do psicólogo no Brasil (Yamamoto, & Costa, 2010); e a história da psicologia na educação e na educação especial (Assis et al., 2020).

Nos últimos anos, novas áreas e períodos históricos estão sendo analisados, criando uma visão renovada e mais completa do desenvolvimento histórico da psicologia no Brasil, bem como de sua relação com a sociedade e a cultura brasileiras. Esta pesquisa vem ajudando a descobrir novos métodos e formas de compreender nossa própria história, como será visto na próxima seção.

A Originalidade da Contribuição Brasileira à Luz da História da Cultura

A perspectiva historiográfica permite colher a originalidade da contribuição brasileira à psicologia. Buscaremos a seguir explicar os motivos dessa afirmação.

Ignácio Martin-Baró (1998) afirmou um pouco antes de sua morte que a tarefa mais urgente de uma psicologia latino-americana efetivamente envolvida com o processo de transformação sociocultural seria a recuperação da memória histórica, da vivência cotidiana de pessoas e comunidades não reduzida pelas ideologias dominantes e a retomada do potencial característico de seus povos. Ele escreveu que tais processos estimulariam as pessoas a aprender pela experiência vivida e a encontrar as raízes de sua identidade para interpretar a realidade presente e discernir possibilidades alternativas em relação ao seu futuro.

De fato, ao abordar o processo de constituição da história da psicologia e do conhecimento psicológico no Brasil, é possível reconhecer características de modos de pensar específicos e originais e lidar com os processos psicológicos inerentes a esse universo cultural e social profundamente enraizado na tradição popular. O sentido de tradição é sugerido por Arendt (2003). Segundo a filósofa, quando existe uma tradição que “selecione e nomeie, transmita e preserve, indique em que se encontram os tesouros e qual o seu valor” (Arendt, 2003, p. 31), é possível estabelecer uma ligação entre a herança do passado e o futuro, ou seja, a continuidade do tempo. De outro modo, prevaleceriam o sentido da “sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico”; haveria um “tesouro perdido (...) por nenhum testamento o haver ligado ao futuro” (Arendt, 2003, p. 31). Já em 1940, o intelectual brasileiro Alceu Amoroso Lima recomendava a importância de cuidar da preservação e transmissão da “tradição cultural de nossa terra” (Lima, 1940, p. 465), para não incorrer no risco de “o Brasil deixar de ser Brasil, para voltar a ser colônia” (Lima, 1940, p. 466).

Retomando a terminologia usada por Arendt, integra esse “tesouro” também aquela bagagem de conhecimentos científicos, de saberes e práticas psicológicos, constituída, ao longo da história da cultura brasileira, pelos aportes de povos, grupos, comunidades e pessoas, fios de um tecido social multifacetado. Se tomarmos o tecido da sociedade brasileira nessa perspectiva, tanto no passado quanto no presente, podemos ver que nela coexistem sujeitos culturais distintos vivendo diferentes regimes de historicidade (Hartog, 2003), construindo diversas visões de mundo (Chartier, 1990) e possuindo diversos modos de experiência psicológica que podem ser aprendidos de forma diacrônica e sincrônica (Massimi, 2021). Como consequência, ao contrário

da limitação positivista já mencionada, a existência e desenvolvimento da psicologia científica, neste contexto, não exclui a presença e eficácia de outros saberes psicológicos.

Todavia, no universo sociocultural e político brasileiro, cuidar da tradição não é nem tem sido fácil. Ao longo do tempo, inúmeras circunstâncias históricas favoreceram a “perda” desse “tesouro”: dentre elas, o processo colonial, as iníquas relações de trabalho escravo; a deportação forçada dos africanos; os genocídios das populações indígenas praticados pelas incursões dos bandeirantes e pelas guerras, ocupações e expropriações ocorridas no período colonial mas também na fase de constituição da nação brasileira moderna; a repressão dos movimentos populares comunitários ao longo do século XIX e as primeiras décadas do XX. Além do mais, concorreu para apagar esses saberes e práticas o ocultamento cultural sistematicamente praticado.

No caso específico da psicologia, a epistemologia positivista (dominante no Brasil do século XIX e das primeiras décadas do século XX), no processo de transição entre os saberes psicológicos tradicionais e a nova ciência da mente e/ou do comportamento, foi responsável por uma ruptura (injustificada) entre tais saberes e a nova psicologia. As consequências dessa ruptura foram a perda da memória e o esquecimento da história como processo de construção do conhecimento. Em períodos mais recentes, a prevalência nas ciências humanas de novas epistemologias, por um lado abriram o campo ao reconhecimento do valor do processo histórico e à consciência do necessário resgate da história, mas por outro lado, ao tematizar o processo histórico como dialética entre vencedores e vencidos, levaram a interpretações dualistas e polarizadas do referido processo, que impediram de enxergar a existência de apropriações criativas, resistências culturais, adaptações, mesclas e intercâmbios, fenômenos esses que revelam um cenário complexo dificilmente redutível e compreensível por uma interpretação dialética (Wilde, 2014; Couchonnal & Wilde, 2014).

A mais recente tendência “decolonial”, hoje afirmada na psicologia e demais ciências humanas é inspirada nos aportes dos estudos da antropologia e busca uma superação dos estigmas do colonialismo, em prol de uma “indigenização” da psicologia (Pickren, & Rutherford, 2010). Todavia, quando a abordagem decolonial se valer de um enfoque marcadamente estruturalista, este, se for usado em âmbito histórico, leva ao anacronismo e a uma interpretação dos fatos do passado à luz dos estudos do presente. A função crítica da história se realiza à medida que houver o distanciamento entre o nosso presente e a alteridade do passado. É diante e por meio dos vestígios dessa alteridade que se realiza “a operação histórica” (De Certeau, 2000).

Além do mais, a história imprime suas marcas nas vivências humanas, de modo indelével, não podendo elas serem apagadas por meio de um processo artificial de

desconstrução. Tal desconstrução, sinalizada atualmente pela destruição material de monumentos tidos por sinais dos processos coloniais, leva a negar o que ocorreu na história, ou seja, a irrevocabilidade dos fatos, impossibilitando às novas gerações aquele percurso da memória restauradora de justiça cabalmente descrito por Paul Ricoeur (2007). Ricoeur sintetiza em algumas palavras-chave o acontecer do processo de autoconsciência histórica em pessoas, comunidades e povos: lembrança, luto, pedido de perdão e restauração da justiça. Para o realizar-se desse processo de memória que desemboca na restauração da justiça, o trabalho de reconstrução histórica, o resgate e a preservação de fontes e monumentos são tarefas imprescindíveis.

Nessa perspectiva, buscando apontar caminhos historiográficos inovadores e pluralistas que permitam apreender o valor e a originalidade da psicologia científica e dos saberes psicológicos elaborados no seio da história sociocultural brasileira, estruturou-se e articulou-se, desde os anos 1980, o trabalho do grupo dos pesquisadores do campo da história da psicologia no Brasil.

As investigações históricas que foram conduzidas para reconstruir o processo de constituição de conhecimentos e ciências psicológicas no Brasil ao longo do tempo revelaram a existência de uma presença consistente de elementos que, oriundos de várias tradições, especialmente do Ocidente, foram aqui assimilados e reinterpretados de forma peculiar e original.

No Brasil, a historiografia da psicologia é hoje um campo amplo e promissor para pesquisas futuras. Este caminho pode contribuir de modo mais amplo para que haja no País maior valorização da memória histórica, consciência renovada do valor do rico e multifacetado patrimônio cultural e a construção de redes de pertencimentos e da consciência plena da cidadania. Desse modo, a historiografia da psicologia pode fornecer instrumentos significativos para o trabalho de “desideologização” da experiência cotidiana recomendado por Ignacio Martín Baró.

Referências

- Alves, R. G., Torres, J. A., Cirino, S. D., & Miranda, R. L. (2019). Enseñanza de análisis de la conducta con recursos limitados en Brasil: Una historia con palomas, cartón y creatividad. *Revista de Psicología (Santiago)*, *28*, 1-5.
- Anpepp (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia). (2014). Simpósio. **XV Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP** apresentado no Dall'Onder Grande Hotel, Bento Gonçalves, RS. Recuperado de http://www.antigo2014.anpepp.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=437
- Antunes, M. A. M. (1991). **O processo de autonomização da psicologia no Brasil – 1890/1930: Uma contribuição aos estudos em História da Psicologia** (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil).
- Antunes, M. A. M. (Org.). (1999). **A psicologia no Brasil: Leitura histórica sobre sua constituição**. Unimarco Editora/EDUC.
- Antunes, M. A. M. (2004a). A psicologia no Brasil no século XX: Desenvolvimento científico e profissional. Em M. Massimi, & M. C. Guedes (Orgs.), **História da psicologia no Brasil: Novos estudos** (109-52). EDUC/Cortez.
- Antunes, M. A. M. (Org.). (2004b). **História da psicologia no Brasil: Primeiros ensaios**. EdUERJ.
- Antunes, M. A. M. (1991). **O processo de autonomização da psicologia no Brasil – 1890/1930: Uma contribuição aos estudos em História da Psicologia** (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil).
- Araújo S. F. (Org.). (2018). **Wilhelm Wundt: A fundamentação da psicologia científica** (1. ed.). Hogrefe.
- Araújo, S. F. (2021). O nome e a coisa: Sobre as origens da psicologia como ciência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *21*(3), 1.220-48. doi: <https://doi.org/10.12957/epp.2021.62739>
- Araújo, J. H. Q., & Jacó-Vilela, A. M. (2020). Heitor Péres e a praxiterapia integral na Colônia Juliano Moreira. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *20*(1), 373-92. doi: <https://doi.org/10.12957/epp.2020.50840>
- Araújo, S. F., & Marcellos, C. F. (Orgs.). (2022). **Edward B. Titchener: Psicologia, ciência e tecnologia**. Hogrefe.

- Arendt, H. (Org.). (2003). *Entre o passado e o futuro*. Perspectiva.
- Assis, R. M., & Martins, J. S. (2012). Faculdades da alma e suas implicações para a educação: Saberes divulgados no século XIX. *Educação e Pesquisa*, 38(1), 97-113. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012000100007>
- Assis, R. M., Oliveira, C. R., & Lourenço, E. (2020). A criança anormal e as propostas de educação escolar na imprensa mineira (1930-1940). *Revista Brasileira de Educação*, 25, e250011. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250011>
- Bastos, A. V., & Gomes, W. B. (2012). Polaridades conceituais e tensões teóricas no campo da Psicologia: O falso paradoxo indivíduo/coletividade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(3), 662-73. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000300011>
- Beebe-Center, J. G., & McFarland, R. A. (1941). Psychology in South América. *Psychological Bulletin* 38(8), 627-67.
- Bock, A. M. B. (Org.). (1999). *Aventuras do Barão de Münchhausen na psicologia*. EDUC/FAPESP/Cortez Editora.
- Bock, A. M. B., Ferreira, M. R., Gonçalves, M. G. M., & Furtado, O. (2007). Sílvia Lane e o projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. *Psicologia e Sociedade*, 19(spe2), 46-56. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500018>
- Bomfim, E. (Org.). (2003). *Psicologia Social no Brasil*. Edições do Campo Social.
- Bomfim, E. M. (2006). O homem no Vale do São Francisco: um legado de Donald Pierson às ciências humanas e sociais no Brasil. *Psicologia e Sociedade*, 18(1), 81-5. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100011>
- Boring, E. G. (Org.). (1957). *A history of experimental psychology*. (1. ed. 1929). Appleton-Century-Crofts..
- Brasil. (1962). **Lei nº 4.119, de 28/08/1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão do psicólogo**. Belo Horizonte, MG: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais.
- Branco, P. C. C., Santiago, A. B. A., Pinheiro, R. F., & Cirino, S. D. (2022). Os censos do INEP como critério para entender a formação em Psicologia. **Memorandum: Memória e história em Psicologia**, 39, 1-23. Recuperado de <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2022.34930>

Brozek, J., & Guerra, E. L. (1996). Que fazem os histori6grafos? Uma leitura de Josef Brozek. In R. H. F. Campos (Org.), **Hist6ria da psicologia: Pesquisa, forma7ao, ensino** (pp. 11-28). EDUC.

Cabral, A. C. M. (2004). **A psicologia no Brasil. (1950)**. Em M. A. M. Antunes, (Org.), **Hist6ria da psicologia no Brasil: Primeiros ensaios**. EdUERJ. Conselho Federal de Psicologia.

Campos, R. H. F. (1989). **Conflicting interpretations of intellectual abilities among Brazilian psychologists and their impact on primary schooling** (Doctorate Thesis, Stanford University, Stanford, CA).

Campos, R. H. F. (Org.). (1996). **Hist6ria da psicologia: Pesquisa, forma7ao, ensino. Coletânea Anpepp, 15**.

Campos, R. H. F. (Org.). (2001). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil: Pioneiros**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

Campos, R. H. F. (Org.). (2012). **Helena Antipoff: Uma biografia intelectual**. Funda7ao Miguel de Cervantes.

Campos, R. H. F., & Louren7o, E. (2016). Arquivos UFMG de hist6ria da psicologia no Brasil. Em R. M. Assis, & S. P. Peres (Orgs.), **Hist6ria da psicologia: Tendências contemporâneas** (1-12). Belo Horizonte, MG: Artesa.

Campos, R. H. F., Assis, R. M., & Louren7o, E. (2002). Louren7o Filho e a psicologia no Brasil. Em M. B. Louren7o Filho (Org.), **Introdu7ao ao estudo da escola nova** (14. ed., pp. 15-53). EDUERJ; Conselho Federal de Psicologia.

Campos, R. H. F. (2021). The history of psychology in Brazil. **Oxford Research Encyclopedia of Psychology, 23**. Retrieved from <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190236557.013.753>

Carroy, J. (Org.). (1991). **Hypnose, suggestion et psychologie: L'invention des sujets**. PUF.

Castelo Branco, P. C., & Cirino, S. D. (2017). Hist6ria da psicologia em contexto: Teoria, conceitos e implica7oes metodol6gicas. **Revista Sul-Americana de Psicologia, 5(2)**, 172-94.

Castro, M. G., Andrade, T. M. R., & Muller, M. C. (2006). Conceito mente e corpo através da hist6ria. **Psicologia em Estudo, 11(1)**, 39-43. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000100005>

Chartier, R. (Org.). (1990). **A história cultural: Entre práticas e representações** (M. M. Galhardo. Trad.). Difel.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). (s.d.). Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil [Censo]. Recuperado de <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

Couchonnal, A., & Wilde, G. (2014). De la política de la lengua a la lengua de la política. Cartas guaraníes en la transición de la colonia a la era independiente. **Corpus**, 4(1), 1-31. Recuperado de <https://doi.org/10.4000/corpusarchivos.774>

De Certeau, M. (Org.). (2000). **A escrita da história** (M. L. Menezes. Trad.). Forense Universitária.

Duarte, L. F. D., Russo, J., & Venâncio, A. T. A. (Orgs.). (2005). **Psicologização no Brasil: Atores e autores**. Contra-capas Livraria.

Engelmann, A. (2002). A psicologia da Gestalt e a ciência empírica contemporânea. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, 18(1), 1-16. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100002>

Facchinetti, C., & Jacó-Vilela, A. M. (2019). Psychology in Brazilian assistance to the insane: First half of the 20th century. **Universitas Psychologica**, 18(5), 1-15. Retrieved from <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsyl8-5.pbai>

Ferreira, A. A. L. (2006). A psicologia como saber mestiço: o cruzamento múltiplo entre práticas sociais e conceitos científicos. **História, ciências, saúde**, 13(2), 227-38. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0104-59702006000200002>

Gauer, G., & Gomes, W. B. (2002). O curso da reforma: Ensino de psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971-1979). **Psicologia: Reflexão e crítica**, 15(3), 497-513. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000300005>

Gergen, K. J. (1976). Social psychology as history. In L. H. Strickland, F. E. Aboud, & K. J. Gergen (Orgs.), **Social Psychology in Transition** (pp. 15-32). Springer. Retrieved from https://doi.org/10.1007/978-1-4615-8765-1_2

Gomes, W. B., & Fradkin, C. (2015). Historical notes on psychology in Brazil: The creation, Growth and sustenance of postgraduate education. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 28(suppl 1), 2-13. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1678-7153.2015284002>

Guedes, M. C., & Campos, R. H. F. (Orgs.). (1999). **Estudos em história da psicologia**. EDUC.

- Guedes, M. C. (2007). A viagem histórica pela América Latina. *Psicologia e Sociedade*, 19(spe2), 39-45. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500017>
- Gundlach, H. (2006). Psychology as science and as discipline. In G. Cimino, & R. Plas (Orgs.), *Physis: Rivista Internazionale di Storia della Scienza XLIII* (pp. 61-90). Nuova Serie.
- Hacking, I. (Org.). (2001). *Entre science et réalité: La construction sociale de quoi? La Découverte*.
- Hall, M. (1946). The present status of psychology in South America. *Psychological Bulletin*, 43(5), 441-76. Retrieved from <https://doi.org/10.1037/h0060264>
- Hartog, F. (Org.). (2003). *Régimes d'historicité. présentisme et expériences du temps*. Seuil.
- Jacó-Vilela, A. M., Oliveira, F. M., Espírito-Santo, A. A., Degani-Carneiro, F., Messias, M. C. N., Valente, N. F. (2007). Uma gestação silenciosa: a presença feminina nas instituições de Psicologia no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. In Bernardes, J. S., Lang, C. E., & Ribeiro, M. A. T. (Orgs.), *A produção na diversidade – compromissos éticos e políticos em Psicologia*. (pp. 231-266). Casa do Psicólogo.
- Jacó-Vilela, A. M., & Barbosa, C. F. (2009). Mulheres da psicologia brasileira: Uma história ainda desconhecida. Simpósio e Encontro. **I Simpósio de História da Formação em Psicologia e VIII Encontro Interinstitucional de Pesquisadores em História da Psicologia** apresentado na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- Jacó-Vilela, A. M. (Org.). (2009). *Psicologia na UERJ: 45 anos de história*. EdUERJ.
- Jacó-Vilela, A. M. (Org.). (2011). *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil*. Imago.
- Jacó-Vilela, A. M., & Portugal, F. (Orgs.). (2012). *Clio psyché: Gênero, psicologia, história*. NAU.
- Jacó-Vilela, A. M. (2021). O discurso psicológico na revista A Ordem. *A Ordem*, 101, 244-66.
- Klineberg, O. (Org.). (1953). *A psicologia moderna*. Agir.
- Lakatos, I. (Org.). (1989). *La metodología de los programas de investigación científica*. Alianza Ed.

Latour, B. (Org.). (2001). **L'espoir de Pandore: Pour une version réaliste de l'activité scientifique**. La Découverte.

Lima, A. A., (1940). Notas sobre o humanismo no Brasil. **A Ordem**, 462-66.

Lourenço Filho, M. B. (2004). A Psicologia no Brasil (1955). Em M. A. M. Antunes (Org.), **História da psicologia no Brasil: Primeiros ensaios** (109-20). EdUERJ; Conselho Federal de Psicologia.

Martin-Baró, I. (1998). Hacia una psicología de la liberación. En I. Martín-Baró, **Psicología de la liberación** (pp. 283-302). Editorial Trotta.

Massimi, M. (1989). **O ensino da Psicologia em instituições escolares brasileiras no século XIX** (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil).

Massimi, M., & Brozek, J. (Orgs.). (1998). **Historiografia da psicologia moderna: Versão brasileira**. Ed. Loyola.

Massimi, M. (Org.). (2005). **Palavras, almas e corpos no Brasil colonial**. Edições Loyola.

Massimi, M. (Org.). (2021). **Psychological knowledge and practices in Brazilian colonial culture**. Springer.

Melo, C. S. B., Gutierrez, L., & Campos, R. H. F. (2016). Théodore Simon: Promoteur des tests psychologiques dans la formation des maîtres brésiliens (Belo Horizonte, 1929). **Penser l'éducation**, 39, 9-22.

Miranda, R. L., & Cirino, S. D. (2016). O que os laboratórios podem nos dizer sobre a história da psicologia? **Memorandum: Memória e história em Psicologia**, 30, 104-19.

Moscovici, S. (1998). Social consciousness and its history. **Culture and Psychology**, 4, 411-29.

Murchison, C. (Org.). (1932). **The psychological register** (Vol. 3). Clark University Press.

Olinto, P. (2004). A psicologia experimental no Brasil (1944). Em M. A. M. Antunes, (Org.), **História da psicologia no Brasil: Primeiros ensaios** (pp. 25-31). EdUERJ; Conselho Federal de Psicologia.

Oliveira, C. I., & Pires, A. C. (2007). O pensamento em Watson: Rompendo com o legado metafísico e buscando uma referência materializante. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 23(4), 457-65.

- Pessotti, I. (2004). Dados para uma história da psicologia no Brasil (1988). Em M. A. M. Antunes (Org.), **História da psicologia no Brasil: Primeiros ensaios** (pp. 209-26). EdUERJ; Conselho Federal de Psicologia.
- Pickren, W., & Rutherford, A. (Orgs.). (2010). **A history of modern psychology in context**. John Wiley, & Sons.
- Ricoeur, P. (Org.). (2007). **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp.
- Sawaia, B., & Purin, G. T. (Orgs.). (2018). **Sílvia Lane: Uma obra em movimento**. EDUC.
- Souza Júnior, E. J., Miranda, R. L., & Cirino, S. D. (2018). A recepção da Instrução Programada como abordagem da Análise do Comportamento no Brasil nos anos 1960 e 1970. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, 25(2), 449-67. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000200009>
- Vasconcellos, S. J. L., & Vasconcellos, C. T. D. V. (2007). Uma análise das duas revoluções cognitivas. **Psicologia em Estudo**, 12(2), 385-91. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000200020>
- Vidal, F. (2006). The “pré-history” of psychology: Thoughts on a historiographical illusion. In G. Cimino, & R. Plas (Orgs.), **Physis: Rivista Internazionale di Storia della Scienza XLIII** (pp. 131-60). Nuova Serie.
- Wertheimer, M. (1980). Historical research: Why? In J. Brozek, & L. Pongratz (Orgs.), **Historiography of Modern Psychology** (pp. 3-23). C. J. Hogrefe, Inc.
- Wilde, G. (2014). “Fuentes indígenas” en la Sudamérica colonial y republicana: Escritura, poder y memoria. Parte 2. *Corpus*, 4(1), 1-10. Recuperado de <https://doi.org/10.4000/corpusarchivos.641>
- Yamamoto, O. H., & Costa, A. L. (Orgs.). (2010). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Editora UFRGN.

Contribuições da Associação Brasileira de Psicologia do Tráfego (ABRAPSIT) na Construção da Psicologia Brasileira

Juliana de Barros Guimarães
Renan Soares Junior
Fábio de Cristo
Andrea dos Santos Nascimento

Introdução

O protagonismo social da psicologia do trânsito tem sido reconhecido e ampliado de várias formas no contexto brasileiro ao longo da história, tanto na esfera pública quanto privada, seja fora ou dentro da própria psicologia. Uma das formas de reconhecimento, fora da psicologia, pode ser por meio de legislação, como é o caso do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Desde o primeiro código, de 1941, a avaliação psicológica, uma das atribuições do psicólogo do trânsito, é parte dos requisitos para obter-se a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para dirigir veículo automotor. A psicologia do trânsito, portanto, tem uma longa e entrelaçada história que se desenvolve com o próprio sistema de trânsito e vai ampliando suas esferas de ação à medida que a sociedade e o trânsito que a reflete tornam-se mais complexos. No seio da psicologia, por sua vez, a área de trânsito possibilitou vários espaços para a institucionalização e a expansão da profissão, como, por exemplo, a partir dos Detrans entre outras entidades, conforme abordaremos.

Ao estudar cientificamente o comportamento no trânsito e os processos psicológicos associados, assim como as influências recíprocas deste espaço socioambiental em todos que dele participa (Cristo, 2019), o psicólogo fundamenta suas práticas, sendo

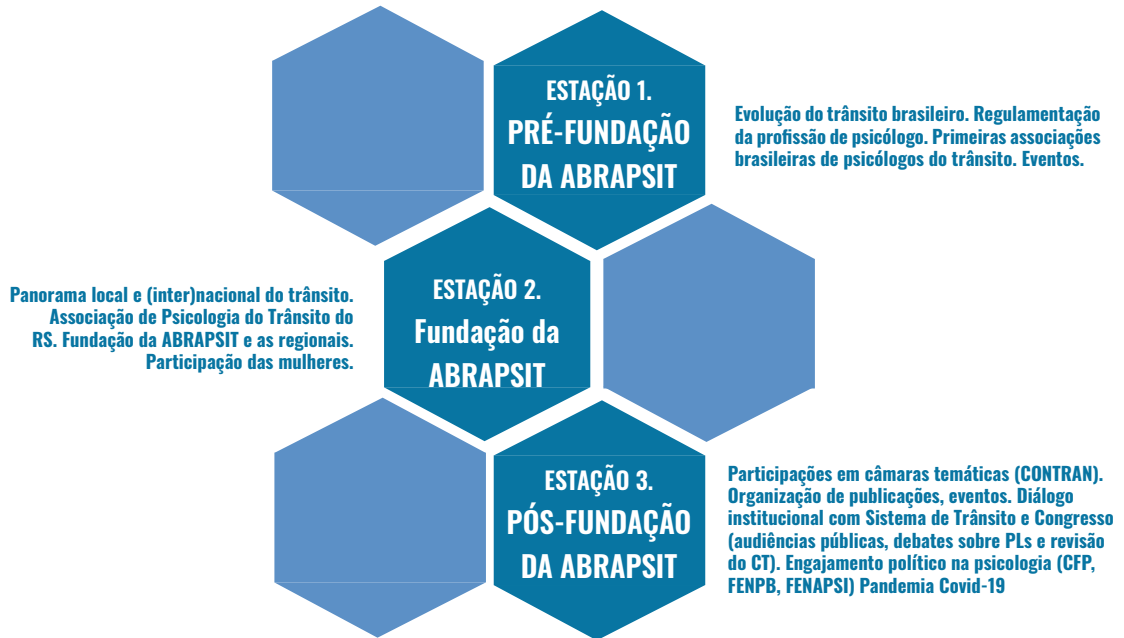
algumas delas também transpostas em lei e em legislações específicas. Em 2020, por exemplo, após a última grande reforma do CTB, ficou estabelecido por lei que a realização da avaliação psicológica no processo de habilitação deverá ser feita por psicólogos peritos com titulação de especialista em psicologia do trânsito. Reconheceu-se que um profissional com formação própria para essa finalidade, devidamente credenciado e fiscalizado, tende a estar mais qualificado e a prestar um melhor serviço à população. Isso não ocorreu por acaso. Do ponto de vista institucional, houve muita organização da categoria, trabalho incessante, tendo sido, em grande parte, articulado, coordenado e encampado pela Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego (ABRAPSIT). Esta foi apenas uma ocasião que mostra como essa entidade, paulatinamente, vem colaborando com o trânsito brasileiro e com a psicologia. Outro exemplo tem sido a participação da ABRAPSIT no processo de expansão do rol efetivo de práticas do psicólogo do trânsito adotando a denominação “psicologia de tráfego”, na perspectiva de incluir todos os modais, seja terrestre, aéreo ou aquaviário.

Neste capítulo abordaremos a trajetória histórica desta importante área da psicologia, a psicologia do trânsito, considerando a ABRAPSIT como ponto de referência. Serão apresentados o contexto de formação da entidade e o seu papel na própria constituição e desenvolvimento do campo, como também na construção dos rumos da psicologia no Brasil. Nós nos ateremos mais ao período após a regulamentação da nossa profissão, a partir de agosto de 1962, destacando especialmente os recentes fatos históricos do contexto do trânsito e transporte rodoviário e suas repercussões no campo da psicologia, assim como as ações da nossa profissão com repercussões no referido contexto (veja Silva [2012] para conhecer mais sobre as raízes da psicologia do trânsito no país no período pré-regulamentação da profissão).

Antes, porém, de abordarmos sobre a construção dos rumos da psicologia a partir das contribuições da ABRAPSIT, será preciso voltar um pouco no tempo, uma vez que a necessidade da criação de uma associação de psicólogos do trânsito em nosso país começa bem antes de 2015, ano de sua fundação. Se, do ponto de vista formal, a ABRAPSIT nasce da reunião de psicólogas e psicólogos profissionais e acadêmicos que decidem empreender uma associação nacional, do ponto de vista histórico, as bases foram lançadas décadas antes, conforme veremos a seguir, destacando especialmente a regulamentação da nossa profissão e as primeiras associações de psicólogos do trânsito em nosso país. Nosso itinerário (exposição) percorrerá (está organizada) três estações (seções): Estação 1, período pré-fundação da ABRAPSIT; estação 2, fundação da ABRAPSIT; e estação 3, período pós-fundação da ABRAPSIT (Veja a Figura 1). Finalizaremos com perspectivas e desafios futuros para a associação. Embarquem

conosco e acomodem-se à vontade em nossa locomotiva, porque já iremos partir. Nesse trajeto, seremos seus guias.

Figura 1. Mosaico histórico da psicologia do trânsito, no qual a ABRAPSIT tem o seu lugar. Apresentam-se alguns dos principais eventos dos períodos pré-fundação, da fundação e pós-fundação da ABRAPSIT



Estação 1. Período Pré-Fundação da Abrapsit

No âmbito da psicologia, a década de 1960 caracterizou-se pela organização político administrativa de categoria dos psicólogos, e também pela institucionalização e expansão da Psicologia nos diferentes espaços de atuação, entre eles, no trânsito. A regulamentação da profissão, em 27 de agosto de 1962, por meio da Lei n. 4.119/1962, reconheceu a atuação profissional que já se realizavam naquele momento, impulsionadas por suas importantes aplicações da psicologia às necessidades nos diversos setores da vida social, como educação, saúde, trabalho e transporte (Antunes, 2001; Hoffman & Cruz, 2003; Silva, 2012).

No contexto da evolução do sistema de trânsito brasileiro, por exemplo, o segundo Código Nacional de Trânsito (Lei n. 5.108, 1966) estabeleceu os Departamentos de Trânsito (DETRANs) como parte desse sistema, na função de órgãos executivos

das políticas de trânsito nos estados (Cristo, 2011). Segundo o autor, dentro de sua estrutura, deveriam ser instituídos obrigatoriamente os “serviços psicotécnicos”, fruto da aplicação de técnicas psicológicas por outros profissionais, como engenheiros e administradores (identificados por “psicopráticos” em muitos Detrans do Brasil, nas décadas de 1980/90), uma vez que a profissão de psicologia havia sido recém-criada. Portanto, além das organizações de trabalho do setor transportador (empresas de ônibus e de trem), os psicólogos se inseriram também no Sistema Nacional de Trânsito (SNT) (Silva, 2012), sendo uma das portas de entrada a atuação relacionada ao condutor de veículo, que começava a ser considerada principal causa dos sinistros viários, dentro do que consideramos atualmente de abordagem tradicional da segurança viária. Isto é, o comportamento humano como causa das mortes e de lesões graves no trânsito.

Nessa perspectiva, portanto, o que parecia ser o lugar mais óbvio para a psicologia prestar sua colaboração seria em alguma atividade mais próxima ao fator humano, como o processo de habilitação de motoristas dentro dos DETRANs, realizando o exame psicotécnico em candidatos à habilitação, como ainda hoje são chamados esses exames, embora hoje denominada avaliação psicológica, mais especificamente perícia psicológica. Aqui faremos um importante destaque para incentivar o uso de uma nomenclatura. Optamos ao longo do capítulo pela terminologia “sinistro” de trânsito, que significa todo evento que resulte em dano e/ou em lesões, em vez de “acidente” de trânsito, que seria mais associado à um acontecimento aleatório ou coisa do destino que não se pode evitar (ABNT, 2020).

Além dos Detrans, os CETRANs (Conselho Estadual de Trânsito) também são espaços de inserção da psicologia. Não apenas para o julgamento de recursos de multas de trânsito, mas também para reflexões em relação aos comportamentos seguros nas vias públicas, espaços públicos, à qualidade do transporte público, à fiscalização, monitoramento e acompanhamento dos acidentes de trânsito e também à sugestão de melhorias em relação às políticas públicas. Estas devem ser pensadas, implementadas e executadas na interseccionalidade e no diálogo entre a saúde, a segurança pública e a educação.

Desde o início do movimento de criação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) nos anos de 1960 e 1970, a Psicologia do Trânsito configurou-se como uma das primeiras áreas de atuação do psicólogo, auxiliando no reconhecimento da Psicologia no País. Embora entre as Associações do Brasil que auxiliaram na conformação do CFP entre 1971 e 1973 não houvesse ainda alguma que trabalhasse especificamente com a área, um dos temas discutidos foi da psicologia no trânsito (Rozestraten et al., 2008; Soares, 2010; Soares Jr. et al.,

2022). Já na primeira gestão do CFP houve a preocupação específica com a Psicologia do Trânsito com a publicação das Resoluções CFP n. 19/1976 e CFP n. 20/1976 (CFP, 1976a, 1976b) que versavam sobre a atuação na área e sobre uma pesquisa que tratasse do que deveria ser avaliado pelos psicólogos credenciados aos DETRANs (Soares, 2010; Soares Jr. et al., 2022).

Em 1980, na 10^a Reunião Anual da SPRP, na reunião da Divisão de Psicologia do Trânsito, houve a constatação da necessidade de uma organização maior da Psicologia do Trânsito (Pereira, 1999; Soares Jr. et al., 2022) que pareceu resultar, conforme presente em SPRP (1981), numa divisão de Psicologia do Trânsito na SPRP, coordenada pelo Prof. Reinier Rozestraten e em atuação com o CFP, com a constituição no segundo semestre de 1981, de uma comissão ad hoc do CFP para trabalhar com o CONTRAN do qual fizeram parte representando os psicólogos da área Reinier Rozestraten, Efraim Rojas Boccalandro e José Augusto Della Coleta (Rozestraten, 1983; Rozestraten et al., 2008). Trabalharam com questões ligadas à Resolução n° 584/1981, do CONTRAN, que foram depois amplamente debatidas no primeiro Congresso Brasileiro de Psicologia (CONPSITRAN), em 1982 (Rozestraten, 1983).

A partir de 1982, foram realizados vários Congressos Brasileiros de Psicologia do Trânsito (CONPSITRAN), o primeiro foi em Porto Alegre, que teve como ponto de maior destaque a fundação da Associação Brasileira de Psicologia do Trânsito (ABRAPT), cujo primeiro presidente foi o Dr. Enis Rey Gil, eleito por aclamação (Rozestraten, 1983). Por meio da ABRAPT, a Psicologia do Trânsito colaborou na elaboração de documentos que influenciaram futuras políticas nacionais de segurança no trânsito (Silva, 2012). Conforme esse autor, destaca-se a participação nas reuniões de trabalho em prol da segurança de tráfego, que foram promovidas pelo Ministério dos Transportes em 1985. Vários representantes de entidades participaram dessas reuniões, resultando também em publicações de livros que reuniram o conhecimento disponível e as formas de o Brasil enfrentar os sinistros (Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, 1987). Os eventos seguiram com o segundo CONPSITRAN em Uberlândia (MG) em 1983, o terceiro em São Paulo (SP) em 1985, o quarto no Rio de Janeiro (RJ) em 1987 e o quinto em Goiânia (GO), em 1989 (Rozestraten et al., 2008).

Já no terceiro Congresso, Lima (1985) expressou na cerimônia de abertura a dificuldade de financiamento e realização dos congressos, com comentários que diziam que a área era incipiente e que não se justificava a iniciativa. Os CONPSITRANs foram pensados para serem anuais como as reuniões da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto – SPRP (atual SBP que já contava com uma divisão de Psicologia do Trânsito

desde a década de 1970), e o ocorrido em SP deveria ter acontecido em 1984, mas precisou ser adiado para 1985, pela mesma dificuldade experienciada nos anos seguintes.

No início da década de 1990, mais precisamente em 1992, conforme explicou Pereira (1999), que fez parte da diretoria científica da entidade, ocorreu a fundação da Associação Nacional dos Psicólogos de Trânsito (ANPSITRAN). Araújo-Silva (2022) informa que a entidade foi fundada em 23 de outubro de 1992, na cidade de São Paulo, com representantes de vários estados do Brasil, reunindo em torno de 500 profissionais. A presidência da ANPSITRAN ficou com uma representação paulista, pois São Paulo já tinha a Associação Paulista de Psicólogos de Trânsito desde 1986, conforme explicitam Pereira (1999) e Port Brasil (1986).

Araújo-Silva (2022) esclarece que a entidade contribuiu com proposições para o Código de Trânsito Brasileiro que entrou em vigor em 1997. Desde 1993, a ANPSITRAN já trabalhava com o CRP-06 confeccionando propostas para o trânsito brasileiro (CRP-06, 1993), oferecendo proposições para a composição do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), com participação de um representante da Psicologia. Também entre as propostas figurava uma sobre a divisão equitativa de credenciamento para realização de exames nos estados e a necessidade da existência de avaliação por junta psicológica composta por psicólogos do trânsito para os casos de interposição de recurso de avaliação realizada.

A ANPSITRAN também realizou eventos com a categoria, como o I Simpósio Brasileiro de Psicologia do Trânsito, nos dias 1 a 3 de setembro de 1994, no Teatro Procópio Ferreira, Guarujá (SP). O evento reuniu psicólogos e estudantes de psicologia interessados na área, para discussões e troca de experiências, com palestras de diversas temáticas relativas a área do trânsito, como as proferidas pelo Professor Reinier Rozestraten, intituladas de “Formas de atuação do psicólogo junto ao Sistema de Trânsito Brasileiro” e “Psicologia do trânsito: abrindo novos horizontes”, além de formulação de propostas de encaminhamento para as questões relativas ao trabalho e à formação do psicólogo do trânsito, conforme relatado pelo CRP 06 (1994) e Rozestraten, Maciel e Vasconcellos (2008). A atuação junto ao CONTRAN também tem registros, conforme sinalizam Rozestraten, Maciel e Vasconcellos (2008) em atividade realizada junto ao CONTRAN em 29/11/1994 com conferência proferida por Rozestraten intitulada “Novas perspectivas para o psicólogo do trânsito”.

Araújo-Silva (2022) explica ainda que, quando houve o veto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 23 de setembro de 1997, aos exames psicológicos para motoristas, a ANPSITRAN, a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) e o CFP, juntamente com os diversos profissionais credenciados aos DETRANs, se mobi-

lizaram para demonstrar a importância dos trabalhos dos profissionais da psicologia, encontrando apoio para essas ações de sensibilização dos parlamentares do Congresso Nacional. Foram mobilizados mais de 600 profissionais de todo o Brasil, que visitaram parlamentares na Câmara Federal e no Senado, dialogando pela volta do trabalho da Psicologia no Trânsito e, por fim, realizaram uma passeata em Brasília. Como resultado destes esforços, no dia 22 de janeiro de 1998, conseguiram a publicação da Lei n. 9.602/1998, que incluiu a Avaliação Psicológica no processo de obtenção da CNH, conforme pode-se ver também no Jornal do Povo (1998). A ANPSITRAN esteve em atividade até por volta do ano 2000, segundo Araújo-Silva (2022).

Percebe-se que, desde aproximadamente o ano 2000, com a publicação da Resolução CFP n. 12/2000 (CFP, 2000b), do Caderno de Psicologia do Trânsito e Compromisso Social pelo CFP (2000a), as questões de relevância na Psicologia do Trânsito passaram a ser protagonizadas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, sem um diálogo direto com entidades da categoria (CREPOP, 2018). No mesmo ano, a Psicologia do Trânsito constou entre as nove especialidades da Psicologia, sendo regulamentada pela Resolução CFP n. 14/2000, uma das primeiras especialidades definidas pelo CFP para efeito de concessão e registro do título profissional de Especialista em Psicologia (CFP, 2000c).

Os Congressos Brasileiros de Psicologia do Trânsito foram retomados em 2004 em parceria realizada pelo CRP-14 (MS), pelo CFP e pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), tendo sido realizado o VI Congresso Brasileiro de Psicologia do Trânsito, na Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Em 2007, em Curitiba, na UFPR, foi realizado o VII e último Congresso Brasileiro de Psicologia do Trânsito numa correalização da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com o CRP-08 (PR) e ambos os CONPSITRAN, tanto de Campo Grande quanto o de Curitiba já ocorreram sem a participação de associações específicas da área, pois a ABRAPT e a ANPSITRAN já se encontravam inativas.

A psicologia de trânsito brasileira buscava caminhos para seu fortalecimento enquanto ciência e profissão, enfrentando desafios na fundação e na interrupção de associações nacionais. A existência e a importância dessas entidades nas conquistas em prol da psicologia e do nosso trânsito estavam demonstradas, aguardando novo momento para florescer. A psicologia do trânsito agora tinha modelos para inspirar novamente uma participação ativa na formulação de políticas públicas que trabalhassem a saúde mental, a segurança pública e a educação para um tráfego seguro e de responsabilidade de todos durante os trajetos cotidianos de mobilidade humana. Quinze anos depois do final das atividades da ANPSITRAN, nascia a ABRAPSIT, em

meio a uma série de acontecimentos relevantes tanto no panorama local, quanto nacional e internacional, como abordaremos na estação 2.

Estação 2. a Fundação da ABRAPSIT

A Associação de Psicologia do Trânsito do Rio Grande do Sul (RS) foi criada em 17 de maio de 2015. O fator causal disso foi a ausência de uma entidade que dialogasse com uma categoria de profissionais vasta e que atuasse na interface entre as normas regulamentares de uma ciência e profissão e o órgão executivo estadual de trânsito.

O cenário do trânsito estava novamente vivenciando ebulições no contexto legislativo e inquietações ocorriam em todo o país, onde a psicologia do trânsito sentia, ao mesmo tempo, receio de impactos negativos em seu campo de atuação, restringindo-o do ponto de vista legal, e também encarava esse cenário como oportunidade de ampliar sua colaboração no sistema de trânsito. Nesta época, tramitava no Congresso Nacional o PL n° 8.085/2014, que alterava a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997. Em meio a discussões, projetos pensados e debates, foi criada, então, uma Comissão Especial para rever o CTB em setembro de 2015.

Foi também entre 9 e 13 de setembro de 2015 que ocorria o XI Congresso de Medicina de Tráfego da ABRAMET, em que a psicologia foi convidada para debater questões das avaliações psicológicas no contexto do trânsito, contando com a participação de psicólogos de todo o país. Este encontro propiciou um diálogo ampliado com vários estados, gestando uma ideia de uma entidade nacional que pudesse congrega psicólogos, voltar a produzir pesquisas e debates construtivos por uma psicologia do trânsito ética, científica e valorizada.

No panorama nacional naquele ano vivenciávamos um momento de grande mobilização no campo da política. O povo brasileiro estava constantemente manifestando sua insatisfação por variadas razões, seja nas ruas, em casa, por meio dos painéis, ou nas redes sociais. Por exemplo, exigindo reformas, o fim da corrupção na política a partir dos desdobramentos da Operação Lava-Jato (de 17 de março de 2014 a 1° de fevereiro de 2021), com manifestações a favor e contra o governo, algumas delas advogando o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, iniciando seu segundo mandato, e a cassação do presidente da Câmara dos Deputados.

No plano das conquistas de direitos, em setembro de 2015 foi promulgada a Emenda Constitucional n° 90/2015, que garantiu o transporte como um direito social, entre outros direitos como a educação e a saúde. Ainda em setembro do mesmo ano, na Semana Nacional de Trânsito de 2015, o CONTRAN defende o tema: “Década

Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito – 2011/2020: Seja você a mudança no trânsito”, focando na mudança de comportamento e atitudes como ação fundamental para reduzir os sinistros de trânsito.

Em novembro de 2015, o Brasil estava no centro dos debates sobre a segurança viária, sediando a 2ª Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito, realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), e teve a participação de governos de mais de 120 países em Brasília. O evento ocorreu, significativamente, na semana após o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trânsito, mais conhecido como “WDR, World Day of Remembrance”, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1995. Com vistas a demarcar o objetivo da primeira Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2011 a 2020) de salvar milhões de vidas, em uma resposta direta ao grave problema de saúde pública que vinha (e ainda continua) comprometendo social e economicamente todos os países e, mais especificamente aqueles de baixa e média renda.

O resultado foi a assinatura da Declaração de Brasília, aclamada pelos governos presentes e com o apoio de representantes da academia, da sociedade civil e do setor privado, apontando caminhos para implementar os compromissos de redução de mortes e lesões no trânsito em sincronia com a primeira Década de Ação das Nações Unidas para a Segurança no Trânsito 2011-2020 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O documento traz uma inovação ao promover a mobilidade e modos de transportes sustentáveis, além de dar prioridade para a segurança dos usuários de transporte público, dos motociclistas, dos ciclistas e dos pedestres, aqueles que respondem pela maioria das vítimas de sinistros no trânsito no mundo (Pavarino, 2016). A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, articulada pela Organização das Nações Unidas, atende ao propósito de articular e colocar em prática uma agenda global mais ampla e universal. Ela estabelece um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, buscando fortalecer a paz universal com mais liberdade (<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>). São 17 objetivos que se desdobram em 169 metas que orientam os planos de desenvolvimento nacionais dos países por meio de acordos internacionais que incluem diversos temas, entre eles o trânsito e o transporte.

É neste cenário, num período de efervescência, que em 20 de dezembro de 2015 foi fundada a Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego (ABRAPSIT), sendo um importante marco para a categoria. A ABRAPSIT é uma entidade científica, sem fins lucrativos, com objetivo de congregar psicólogos, pesquisadores, alunos de psicologia e especialistas de nível superior para promover o desenvolvimento técnico

científico do exercício profissional na área de tráfego e circulação humana em todos os modais: terrestre, aéreo e aquaviário (Abrapsit, 2017). Esta tem entre suas principais diretrizes a promoção da saúde no tráfego com o desenvolvimento científico, técnico e ético da área, atuando também com o poder público para contribuir com a gestão das políticas públicas para o tráfego de forma saudável, inclusiva, democrática, humanizada e eficiente (Rueda & Guimarães, 2021).

A ABRAPSIT surge, portanto, num momento de grande complexidade não só do ponto de vista social, político e econômico do país, mas também do ponto de vista dos avanços tecnológicos, do adensamento das cidades e da necessidade de promover a mobilidade humana, urbana e sustentável na diversificação e integração dos diversos modais. Tal complexidade também envolve a tarefa do motorista, do pedestre, do ciclista, dos agentes de trânsito, tais como a polícia militar e, nos municípios que são municipalizados, os departamentos de trânsito municipais, e tudo isso vai impactar o trabalho do psicólogo do tráfego. Nesse contexto de maior complexidade, a ABRAPSIT surge com importante missão de fortalecer a psicologia, de modo geral, e a psicologia de tráfego em seus vários modais de maneira específica, algo que tem se expandido aos poucos e, notadamente, neste período de existência, no contexto do trânsito rodoviário.

A ABRAPSIT tem visado também a incrementar, defender, aprimorar e mobilizar a psicologia para que a psicologia do tráfego haja de uma forma comprometida com o Código de Ética Psicológica, bem como com as resoluções, portarias e normas técnicas do CFP que vierem a surgir, de maneira específica, mas não isolada, tendo em vista estar atenta às diversas questões, por exemplo: raça, gênero, classe social, idosos, criança, mobilidade da gestante, psicologia ambiental, pessoas com deficiência, desengajamento moral, comportamento de risco, a relação do consumo abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas com os sinistros automotivos, e como isso reflete no espaço urbano de maneiras e formas diferenciadas, de modo a pensar soluções com a sociedade brasileira, seja civil ou política. Devemos lembrar, ainda, que a avaliação psicológica e seu instrumental, que é um dos fortes pilares de atuação da Psicologia do Tráfego, vem sendo atualizada constantemente com entidades parceiras, por exemplo pelo Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) (<https://www.ibapnet.org.br/>) e a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo) (<https://www.asbro.org.br/>).

O aperfeiçoamento constante e a integração entre a psicologia e as diversas outras áreas do conhecimento que envolvem a mobilidade humana e urbana fazem com que a ABRAPSIT concentre esforços em estudos e pesquisas para a saúde e a

segurança no trânsito, além de promover a atualização, reciclagem e qualificação dos psicólogos de trânsito no intuito de preparar adequadamente esses profissionais. Dessa forma, podemos atingir um nível de excelência que será traduzido em ações concretas de redução da sinistralidade e de suas nefastas consequências de morbimortalidade, sofrimento para familiares amigos, agentes da segurança, agentes da saúde e mesmo para sociedade que é afetada direta ou indiretamente pelos sinistros de trânsito.

Atualmente com representação em todas as regiões e com associados em quase todo o país, a entidade está presente em dezenove estados brasileiros, como: Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe. Cabe destacar a extensa participação de mulheres na ABRAPSIT, ocupando a presidência e a vice-presidência, desde sua formação até hoje, como também na direção científica e na representação da ABRAPSIT nas instâncias do trânsito brasileiro (e.g., câmaras temáticas do Contran). Adicionalmente, a ampla participação de mulheres ocorre intensamente nas regionais da ABRAPSIT, seja nas presidências ou em outras funções, participando, elaborando e implementando as políticas nacionais e regionais da associação.

Como vimos, a ABRAPSIT vem testemunhando e participando diretamente de momentos decisivos para a saúde e a educação no trânsito, e da própria psicologia do trânsito enquanto ciência e profissão. Mas quais têm sido as suas inserções práticas, suas lutas e desafios, as suas vitórias pós-fundação desde 2015 até meados de 2022? Agora, senhoras e senhores passageiros, retornem aos seus assentos na locomotiva, pois iremos até a última estação deste itinerário.

Estação 3. Pós-Fundação da ABRAPSIT

Logo após a fundação, as ações para o campo da psicologia do trânsito, da mobilidade humana e da segurança viária se intensificaram. Em 2016, a ABRAPSIT passou a integrar duas Câmaras Temáticas do CONTRAN: a de “Educação para o Trânsito, Formação e Habilitação de Condutores” e a de “Saúde e Meio Ambiente no Trânsito” (CTSMA), com representantes atuando na defesa de um trânsito mais seguro. O Contran é o coordenador do SNT e órgão máximo normativo e consultivo. As Câmaras Temáticas, por sua vez, são órgãos técnicos vinculados ao Contran, integradas por especialistas e têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões daquele colegiado. Essa participação

ativa em câmaras temáticas continua até hoje em 2022 (<https://site.cfp.org.br/cfp-e-selecionado-para-compor-camaras-tematicas-do-conselho-nacional-de-transito/>).

No mesmo ano, fruto do Seminário “Proposição de indicadores comportamentais de segurança e os seus impactos na avaliação psicológica para o trânsito”, promovido pelo CFP, foi lançada a publicação: “Psicologia do Tráfego: Características e desafios no contexto do MERCOSUL” (CFP, 2016). Profissionais da entidade participaram desse livro eletrônico que foi resultado de debates com o Sistema Conselhos de Psicologia, entidades acadêmicas e de pesquisa latino-americanas (Argentina, Uruguai e Brasil), pesquisadores e professores que atuavam no contexto, além de membros de Instituições de trânsito do país. Debates sobre segurança viária, tráfego, mobilidade e estratégias políticas para este contexto no Mercosul trouxeram grandes reflexões que contribuíram para o diálogo institucional e profissional da psicologia com o SNT (CFP, 2016).

Os anos de 2016 e 2017 seguem marcados por audiências públicas e inúmeros debates em torno do PL n° 8.085/2014, que almejava alterar o Código de Trânsito Brasileiro, em que novamente a psicologia se viu ameaçada, seja pelo não entendimento público de nossa ciência e profissão, seja pelos enormes embates de forças políticas dentro do cenário do trânsito, com o objetivo de desobrigar a avaliação psicológica no processo de habilitação de condutores. Considerando esse PL também como oportunidade para nossa profissão, foram sugeridas alterações significativas que ampliavam a importância da psicologia e da atuação dos psicólogos de trânsito no processo de formação de condutores e na prevenção de sinistros. Todavia, o cenário político brasileiro, com impeachment, escândalos, processos políticos-judiciais, esmoreceu a tramitação do referido Projeto de lei.

Foi em 2017 que a ABRAPSIT realizou o I Congresso Brasileiro de Psicologia de Tráfego, de 14 a 17 de setembro, na Costa do Sauípe, na Bahia, com o objetivo de ser bienal. Em parceria com a ABRAMET, o evento retoma a tradição de debates e de produções científicas que haviam parado no início dos anos 2000. O evento contou com centenas de participantes com cursos pré-congresso, conferências, mesas-redondas e pôsteres, para um público-alvo de psicólogos, educadores, médicos, engenheiros, legisladores, técnicos da área de trânsito, profissionais da área de planejamento urbano e segurança viária.

No Congresso também foi lançado o primeiro livro da entidade, “Psicologia no Tráfego: Questões e atualidade” (ABRAPSIT, 2017) e estabelecidos diálogos com outras áreas do tráfego, por exemplo, com palestras da Associação Brasileira de Psicologia da Aviação (ABRAPAV). Além disso, instituiu o prêmio Reinier Rozestraten,

atribuído aos profissionais e às instituições que contribuíram significativamente com a psicologia de tráfego. Um reconhecimento tanto pelas justas contribuições à área pelo eminente professor quanto aos seus ganhadores. Neste mesmo ano, a ABRAPSIT firmou convênio como entidade parceira da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), retornando o diálogo da psicologia do trânsito às origens institucionais estabelecidas por Rozestraten, conforme já mencionamos.

O objetivo de desenvolvimento científico e técnico da área da psicologia do trânsito levou a ABRAPSIT a integrar, em 2018, o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) (<https://site.cfp.org.br/fenpb/>). Isso propiciou um diálogo com outras áreas de atuação e continua revelando e ampliando as interfaces da mobilidade humana e da psicologia do tráfego com nossa ciência e profissão nas diversas áreas. É preciso destacar a importância do ingresso e permanência da ABRAPSIT no FENPB que representa um locus de debates para organização, construção democrática e coletiva da Psicologia brasileira, sendo responsável inclusive por diversas atividades, entre elas destacamos Congresso Brasileiro de Psicologia, Ciência e Profissão que acontece a cada quatro anos.

Na perspectiva de contribuir com a qualificação e atualização dos psicólogos de tráfego, foi feita uma parceria da entidade com o CFP, o Sistema Conselhos e os DETRANs em que foram realizados nos anos de 2018 e 2019 palestras e treinamentos em mais de 12 estados, para cerca de dois mil e quinhentos profissionais. Nesta caminhada pelo Brasil, dialogando com as particularidades de cada estado e região, foi possível escutar e entender melhor os anseios e dificuldades da categoria, mediada pela realidade das políticas públicas locais. Nessas ocasiões, também foram lançadas sementes para incentivar a criação de regionais da ABRAPSIT, uma vez que os profissionais se sentiam estimulados.

Seguindo sua trajetória de recolocar a psicologia do trânsito nos diálogos científicos, a ABRAPSIT fez parte da comissão organizadora do V Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão (CBP), com o tema “Psicologia, Direitos Sociais e Políticas Públicas: Avanços e Desafios”, de 14 a 18 de novembro de 2018 em São Paulo.

Assim, os diálogos com a categoria, os debates no seio da CTSMA na revisão das normas para saúde no trânsito e com o SNT, trouxeram para dentro do sistema conselhos a revisão e atualização de normas que afetavam diretamente a categoria, trazendo a publicação das resoluções CFP n° 9/2018, CFP n° 1/2019 e CFP n° 6/2019 (CFP, 2018, 2019a, 2019b), que versam sobre a avaliação psicológica, a perícia psicológica no contexto do trânsito e a elaboração de documentos psicológicos, respectivamente. Tudo isso fruto de Grupos de Trabalhos, da contribuição de todo o sistema conse-

lhos, de especialistas e ratificado na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), que é a instância deliberativa do Sistema Conselhos de Psicologia.

Seguindo a iniciativa de trazer para o foco público o debate e as produções científicas, foi realizada a I Jornada Pernambucana de Psicologia e Medicina de Tráfego, em 1º de dezembro de 2018, que contou com a presença de profissionais de todo o nordeste, com representantes de todas as regiões do país, com a presença do CFP e do Sistema Conselhos. Na ocasião foi firmada uma parceria técnico-científica com a Associação Nacional dos DETRANs (AND), o CFP, a ABRAPSIT e a ABRAMET para um trabalho extenso de saúde, mobilidade e prevenção de sinistros, em que foram apresentados projetos de atualização, capacitação e desenvolvimento científico dos profissionais de saúde que atuam no trânsito, além de um encontro sobre Educação e Saúde que foi realizado no II Congresso Brasileiro de Psicologia de Tráfego e XIII Congresso Brasileiro de Medicina de Tráfego, em setembro de 2019, em Brasília.

Ao longo das batalhas recentes naqueles últimos anos do ponto de vista legislativo, normativo e das políticas públicas aplicadas ao trânsito, a reunião de Associados e Representantes das diversas federadas na referida Jornada Pernambucana de Psicologia de Tráfego levou à elaboração de propostas em defesa da psicologia de trânsito. Estas proposições foram apresentadas pelos nossos representantes nos diversos Pré-Coreps e Coreps (Congressos Regionais de Psicologia) pelo Brasil, com intuito de retomar a discussão da área de tráfego, trânsito e mobilidade humana no seio do Sistema Conselhos. Esses eventos antecedem o Congresso Nacional da Psicologia (CNP).

O CNP é considerado uma das instâncias mais importantes no processo democrático e participativo pelo qual a categoria de psicólogas e psicólogos decide e delibera sobre os rumos da profissão e conta com a participação de profissionais da Psicologia de todo o território nacional, não apenas de conselheiros e conselheiras das gestões dos 24 conselhos regionais. Também é composto por entidades nacionais, sejam elas científicas, profissionais e estudantes ou sindicais (<https://cnp.cfp.org.br/11/>).

O planejamento teve efeito de produzir um grande número de propostas para o 10º CNP, que se realizou em Brasília, entre 30 de maio e 2 de junho de 2019, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com o tema: “O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais”. A maior parte das propostas produzidas foram aprovadas para integrar a agenda política da Psicologia Brasileira da gestão vindoura (CFP, 2019c). Semelhantemente, a ABRAPSIT também estimulou junto à categoria a formulação de propostas e participou em 2022 do 11º CNP, com o tema: “O Impacto Psicossocial da Pandemia: Desafios e Compromissos para a Psicologia Brasileira Frente às Desigualdades

Sociais”. Na ocasião, representantes da área de trânsito estiveram presentes, continuando o trabalho de manter a ciência e profissão diversa e atualizada, com foco em uma psicologia de tráfego cada vez mais científica, ética e valorizada.

O ano de 2019 tinha se iniciado com o anúncio de um novo embate sobre o trânsito brasileiro. Várias reuniões sobre a importância da promoção da saúde e prevenção de sinistros de trânsito realizaram-se regularmente e, em 4 de junho de 2019, foi apresentado um Projeto de Lei que defendia mudanças no CTB que poderiam implicar verdadeiros retrocessos à segurança viária e, inclusive, uma possível exclusão da especialidade em psicologia do trânsito do processo de habilitação. O PL nº 3.267/2019 iniciou uma grande batalha para que a revisão do CTB, após mais de 20 anos, fosse embasada na preservação da vida no trânsito.

Com a apresentação do projeto de lei na Câmara dos Deputados, a ABRAPSIT e o CFP intensificaram os contatos com os parlamentares e partidos, elaborando notas técnicas e debatendo a temática com os diversos parlamentares e assessores. Com a instituição de uma Comissão Especial com 68 membros para analisar o PL de forma conclusiva no dia 12 de junho de 2019. Em razão disso, a atuação no Congresso Nacional se tornou semanal. Foram visitados todos os integrantes da Comissão, todos os presidentes e líderes dos partidos políticos e, individualmente, mais de 500 parlamentares ao longo de 2 anos de interlocuções para a promulgação e entrada em vigor do novo CTB.

Nesta caminhada, a psicologia se mostrou unida com o apoio efetivo, não apenas da ABRAPSIT, mas também do CFP, da FENAPSI, além das outras 23 entidades nacionais da psicologia integrantes do FENPB. A psicologia se fez representar em audiências públicas a convite da Comissão e trouxe à Brasília associados de quase todos os estados do país em defesa da perícia psicológica no trânsito. A mobilização, ao longo dos meses, inovou na organização de uma rede nacional que realizou o contato virtual com todos os parlamentares e, sobretudo, com os psicólogos eleitores em cada estado.

Ao longo de quase dois anos de intenso trabalho em defesa da importância da psicologia para um trânsito seguro, inclusivo, saudável e respeitoso, em 12 de abril de 2021 entrou em vigor o CTB com as alterações trazidas pela Lei nº 14.071/2020, decorrente do projeto de lei original. O PL, após todas as explicações técnico-científicas apresentados e o trabalho de advocacy desempenhado no Congresso Nacional, havia produzido uma lei que temperava os riscos apresentados nas questões iniciais. Embora longe de uma proposta de vanguarda, com foco na promoção da saúde e na defesa da vida, a Lei nº 14.071/2020 salvaguardava os conceitos básicos para manutenção de uma atuação profissional que pudesse contribuir na prevenção de sinistros

de trânsito. Contudo, ocorre um novo veto presidencial, incidindo sobre todas as alterações que defendiam o campo da saúde no trânsito.

A ABRAPSIT segue novos meses de batalha, em plena pandemia, com o apoio irrestrito do CFP, do FENPB, das entidades médicas como a ABRAMET, do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira. Em mais uma conquista histórica para a psicologia, a medicina e o trânsito como um todo, conquistou-se a derubada de todos os vetos à saúde com ampla maioria dos votos dos parlamentares do Congresso Nacional, faltando menos de um mês para a entrada em vigor da nova lei.

Em meio a este turbilhão de reuniões e encontros estaduais, regionais e federais, a psicologia do trânsito cresce no diálogo com o SNT e demais entidades do setor. A ABRAPSIT é nomeada para integrar a nova Câmara Temática de Educação e Saúde para o Trânsito (CTES) do CONTRAN pela gestão 2019–2021, continuando os trabalhos iniciados em 2016.

O II Congresso Brasileiro de Psicologia do Tráfego, com apoio do CFP, realizado em Brasília em setembro de 2019, trouxe ao centro do debate: a prevenção de sinistros, a educação para o trânsito, as discussões a respeito das mudanças propostas pelo Governo Federal no Código de Trânsito Brasileiro, e o desenvolvimento necessário para a conquista de um trânsito que promove a saúde e a preservação da vida. O congresso também debateu mais uma vez a participação da psicologia de tráfego no contexto aéreo por meio de palestra, evidenciando a busca de diálogo da ABRAPSIT com outras áreas de transporte. O referido congresso foi realizado em parceria com o XIII Congresso Brasileiro de Medicina de Tráfego da ABRAMET, 66º Encontro Nacional dos Detrans da AND, XII Encontro Nacional dos Conselhos de Trânsito, num encontro que mobilizou as autoridades e técnicos da área de trânsito de todos os órgãos, setores e estados.

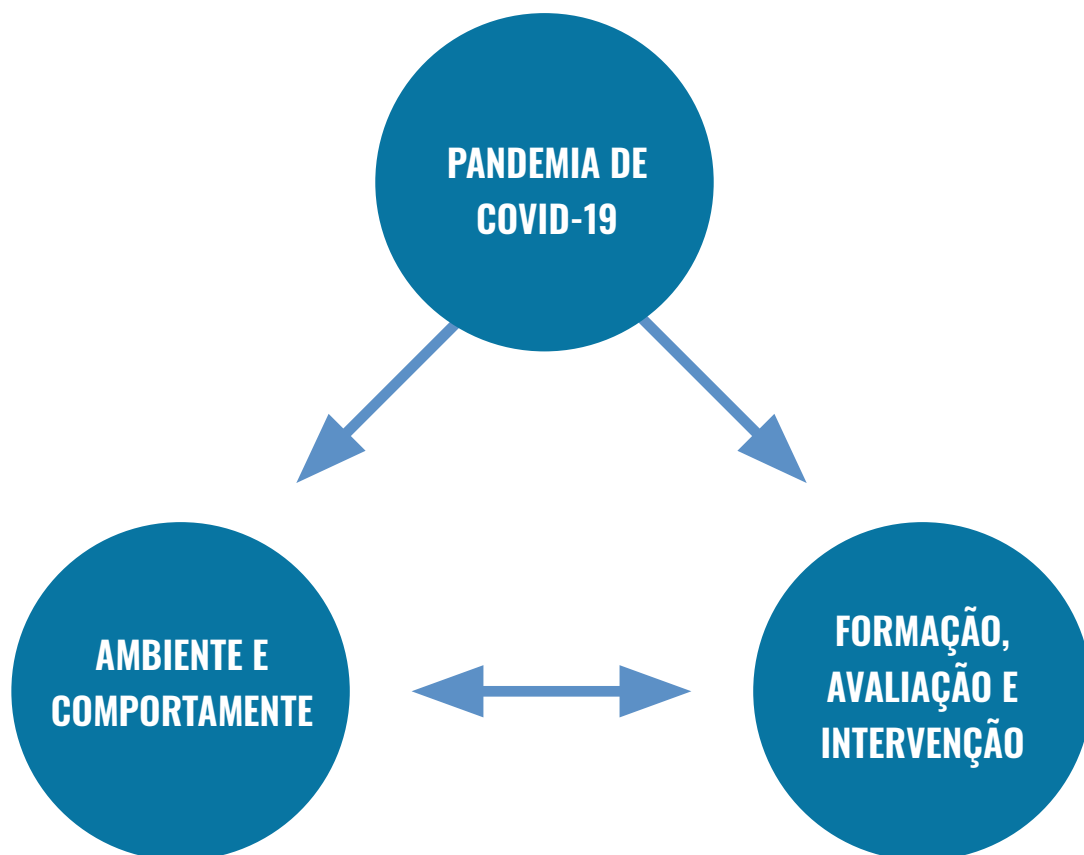
Neste II congresso, além das trocas e interlocuções técnicas e científicas, a ABRAPSIT lança seu segundo livro “Transitando pela Psicologia do Trânsito no Brasil: Ontem, Hoje e Amanhã” (Guimarães, Sandri & Hegele, 2019). Abordou a história da atuação da psicologia do trânsito em alguns estados, o cenário atual desta área no Brasil, além de temáticas fundamentais e atuais a serem trabalhadas pelos psicólogos do trânsito em todo o país. Até esse momento, a pandemia de COVID-19 ainda não havia sido decretada, mas logo estaríamos iniciando um período estarrecedor na história recente da humanidade.

A ABRAPSIT no Contexto da Pandemia de Covid-19

No final de 2019 e início de 2020, o mundo começa a viver uma mudança de paradigmas da saúde física e mental, das relações interpessoais, da mobilidade e da vida. Um acentuado problema de saúde pública mundial começa a ameaçar todos nós. O novo coronavírus assola o planeta e a OMS declara, em 11 de março, a pandemia de COVID-19. Algumas medidas implementadas de proteção implicaram distanciamento social e restrições de mobilidade e de relações interpessoais para conter a disseminação da enfermidade. O espaço de trânsito, como local de convivência e circulação, sofre um profundo impacto. A psicologia do trânsito também teve que ampliar seu olhar e atuação por conta dos impactos da COVID-19 na mobilidade, na acessibilidade e no trabalho do psicólogo do trânsito (Cristo, Soares Jr., Luiz & Nascimento, 2020). Após pouco mais de dois anos, no mundo, seriam mais de 539 milhões de casos confirmados, incluindo mais de 6 milhões de mortes reportadas à OMS em 23 de junho de 2022 (<https://covid19.who>). No Brasil, são mais de 32 milhões de casos diagnosticados e mais de 670 mil pessoas mortas, conforme dados do ministério da saúde em 24 de julho de 2022 (<https://covid.saude.gov.br/>). Felizmente, hoje contamos com vacinas e a vacinação em massa dos brasileiros, mas a pandemia ainda persiste.

Este novo cenário pandêmico também tem sido um grande e intenso catalisador de mudanças pelos impactos que provoca no ambiente de trânsito e no comportamento das pessoas e nos processos de trabalho dos psicólogos do trânsito (veja Figura 2). Isso nos exige, então, (re)pensar condutas e práticas muito rapidamente, incluindo nossos processos formativos, avaliativos e interventivos que deverão ajustar-se reciprocamente. Por exemplo, no caso das pessoas, têm-se as repercussões emocionais negativas da pandemia e a mudança de comportamento com a diminuição do uso dos transportes públicos pelo medo da enfermidade. No caso do trabalho do psicólogo, tem-se a adoção dos protocolos de biossegurança nos processos avaliativos, a investigação dos impactos psicológicos da COVID-19 nas pessoas que adoeceram; pois, mesmo curadas, ainda podem estar com sequelas que poderão afetar seus desempenhos nas avaliações psicológicas.

Figura 2. Impactos da pandemia no ambiente e no comportamento de viagem e nos processos de formação, avaliação e intervenção do psicólogo do trânsito



Neste contexto, a ABRAPSIT trabalhou para atualizar a atuação do profissional da Psicologia do Trânsito na COVID-19 e suas possíveis contribuições no cuidar do sofrimento humano em prol de um futuro com mobilidade humana inclusiva, democrática, sustentável, saudável e feliz. Entre as ações, podemos citar: a elaboração de nota de recomendações e orientações para os psicólogos de trânsito e para os órgãos executivos de trânsito dos estados; o debate promovido pelo CFP sobre as orientações recomendadas para atuação da categoria concernente à situação de distanciamento social e aos recursos tecnológicos; e o desenvolvimento de ações em prol da saúde mental dos condutores profissionais.

Foi em plena pandemia que a associação desenvolveu os Projetos “Rotas da Saúde – seu bem-estar passa por aqui” e os “Anjos da Boleia”, em parceria com o Ministério da Infraestrutura, o DENATRAN (atual SENATRAN), a Confederação Nacional de

Transportadores Autônomos (CNTA) e com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Objetivou prestar um serviço de acolhimento aos condutores profissionais que apresentavam dificuldades do desempenho laboral em trânsito, fornecendo um apoio para cuidar da saúde mental e estimular a conexão social e as relações interpessoais em período tão inseguro (Perrelli, Telles, Guimarães & Cristo, 2020).

Mesmo em meio ao contexto pandêmico, em que pese as demandas a ele relacionadas conforme mencionamos, também existem as demandas do trânsito que não são decorrentes da pandemia propriamente e demandas que afetam a psicologia como um todo, incluindo a área de trânsito. Nesse sentido, 2021 foi um ano bastante movimentado, conforme os eventos que discutiremos a seguir.

Nesse ano, no panorama internacional, a OMS, com a ONU e outros parceiros lançaram a “Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2021-2030)”, com o desenvolvimento de um plano global, que estabelece as ações necessárias para atingir a meta de reduzir mortes e lesões no trânsito em 50%. Esse plano se destina não apenas aos gestores públicos mas também à sociedade civil, às universidades, ao setor privado e à comunidade que estejam interessados na promoção da segurança viária (OMS, 2021), incluindo os psicólogos do trânsito. Por isso, a ABRAPSIT aderiu a esta missão, com o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans (Contran, 2021), com vistas a salvar vidas, promover a saúde e tornar as cidades mais inclusivas, seguras, democráticas, resilientes e sustentáveis. Nesse alinhamento da ABRAPSIT ao cenário internacional e nacional, ela passa a reconhecer e a adotar um novo paradigma em detrimento da abordagem tradicional: a abordagem do sistema seguro (Contran, 2021).

Nessa nova abordagem, a responsabilidade pelas mortes e lesões graves no trânsito é compartilhada por todos (i.e., os que desenham as vias, a operação de tráfego, a fiscalização, os governantes, as empresas de transporte e as pessoas que transitam), e não mais é uma responsabilidade exclusivamente individual das pessoas, cuja causa seria o comportamento. Na abordagem do sistema seguro, reconhece-se que nós, seres humanos, cometemos falhas e somos vulneráveis, e que todo o sistema deve levar isso em consideração, de modo que esteja preparado para nos proteger quando esses erros acontecerem, uma vez que nenhuma morte ou lesão grave é aceitável, posto que são evitáveis (sobre essa abordagem veja também <https://visionzerochallenge.org/vision-zero?locale=pt>).

No plano dos eventos, a ABRAPSIT realizou o III Congresso Brasileiro de Psicologia do Tráfego, de 16 a 18 de setembro de 2021 no Rio de Janeiro, inovando na forma híbrida (presencial e online). Foi o primeiro grande evento da psicologia desde o início da pandemia. O evento abordou as novidades da ciência e da

legislação voltadas para a preservação da vida no trânsito e promoveu a formação continuada para psicólogos, agregando outros profissionais que atuam na área de trânsito, como médicos, advogados, gestores e entidades do setor de trânsito. Na ocasião, foi anunciado o IV Congresso Brasileiro de Psicologia de Tráfego, que ocorrerá em setembro de 2023 em Santa Catarina, além de serem anunciadas as Jornadas Estaduais e Regionais que já estão ocorrendo neste ano de 2022. A cada ano que intercala o congresso bianual, a entidade foca seus debates nos estados e regiões para atualizar as questões técnicas dentro das diversas realidades específicas. Em 2022, o projeto estabelece ao menos 10 Jornadas de Psicologia de Tráfego, inicialmente em: Goiás, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Pernambuco, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

No que concerne ao diálogo da ABRAPSIT com outras áreas de transporte, a entidade participou em 2021, com outras entidades, do Grupo Brasileiro de Segurança Operacional da Aviação de Helicópteros (BHEST), com o objetivo de melhorar continuamente a segurança operacional no setor. Como fruto desse comitê, foi publicado um manual de boas práticas “Fator humano na aviação: Seleção, instrução e cultura de segurança” (BHEST, 2021), por meio de discussões de temas relevantes, proposição de ações e adoção das melhores práticas estudadas e praticadas por seus membros participantes.

No plano jurídico, a psicologia brasileira começava a entrever severo impacto de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), com implicações para as diversas áreas, incluindo a área de tráfego. Há anos em tramitação, finalmente o STF decidia pela inconstitucionalidade de incisos da Resolução CFP nº 2/2003 (CFP, 2003), que definia e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.481 questionava as restrições impostas a pessoas não psicólogas para o acesso a alguns livros e materiais científicos relacionados à psicologia, como os testes psicológicos, e o STF julgou como procedente (veja Rueda e Guimarães [2021] e acesse o histórico do caso em: <https://site.cfp.org.br/testes-psicologicos/linha-do-tempo/>). A ABRAPSIT, outras entidades do FENPB e o CFP se pronunciaram coletivamente sobre as consequências dessa decisão e defenderam a importância da restrição do acesso aos testes psicológicos (<https://www.youtube.com/watch?v=xDQs6DJ9gmY&t=176s>).

Como se pôde perceber, essa estação 3 foi repleta de informações, decorrentes de diversos acontecimentos no panorama nacional e internacional do trânsito, de diálogos da ABRAPSIT com diversas entidades, a participação em iniciativas e eventos que ocorreram, notadamente on-line, por conta da pandemia da COVID-19. Diante

desses fatos, evidencia-se que os sete anos de existência da ABRAPSIT é caracterizado por uma intensa articulação, participação, expansão pelo país deste jovem e vigorosa entidade, cuja participação feminina tem sido decisiva. Ao chegarmos ao fim do itinerário, o que podemos juntar de experiências ao percorrermos as três estações? Quais as perspectivas e desafios futuros para a associação?

Fim da Linha? Conclusões e Perspectivas

Neste capítulo abordamos aspectos históricos da psicologia do trânsito, evidenciando a ABRAPSIT e seu papel na própria constituição e desenvolvimento da psicologia. A ABRAPSIT, embora seja recente, está associada à manutenção, à qualificação e à expansão da própria psicologia brasileira no tocante ao tráfego ao incluir e dialogar com o fazer psicológico em outras formas de transporte, além do rodoviário. Destacamos alguns eventos que consideramos importantes nesse momento para ilustrar essa história, porém sem pretensões de esgotar tal análise, sem desconsiderar outros acontecimentos, sejam individuais, locais, regionais, nacionais ou internacionais, que merecem ser futuramente destrinchados, ampliando nossa compreensão histórica. Ao chegarmos até aqui, esperamos ter colaborado enriquecendo a bagagem de nossos passageiros (leitores e leitoras) com conhecimentos e boas reflexões, na expectativa de que se motivem a colaborar conosco na construção de outros itinerários tão estimulantes quanto o que acabamos de percorrer (Figura 1).

Na estação 1, período pré-fundação da ABRAPSIT, vimos que, com a recém-criada profissão de psicólogo nos anos de 1960, a psicologia brasileira, de modo geral, e a psicologia de trânsito, de modo específico, buscavam caminhos para seu fortalecimento enquanto ciência e profissão. Associações de psicólogos do trânsito foram fundadas a partir dos anos 1980, demonstrando o crescimento da profissão. Tais associações, embora não tenham resistido ao tempo, foram importantes na colocação de novos trilhos, para que outra locomotiva pudesse passar (i.e., outra associação fosse fundada).

Na estação 2, fundação da ABRAPSIT, discorreremos sobre seu nascimento, que começou localmente, no Rio Grande do Sul, a partir das necessidades profissionais da perícia de trânsito, para logo expandir-se para os estados brasileiros por meio dos regionais, ampliando seu escopo para outras áreas do transporte.

Na estação 3, período pós-fundação da ABRAPSIT, abordamos suas inserções práticas, lutas e vitórias nestes sete anos de existência, dentro de um cenário nacional e internacional desafiador e complexo para o trânsito. Entre os acontecimentos, desta-

camos particularmente as suas participações em câmaras temáticas do CONTRAN, sua participação e organização de publicações e eventos, como também de qualificações profissionais por meio de cursos, palestras e lives. Destacamos o diálogo institucional e profissional dentro e fora da psicologia, como também abordamos o seu contexto de surgimento e as repercussões da pandemia.

Como vimos, a ABRAPSIT tem uma curta, porém ativa história no trânsito brasileiro. Ela vem testemunhando e participando diretamente de momentos decisivos para a saúde e a educação no trânsito, assim como da própria psicologia enquanto ciência e profissão. E continua propondo-se a continuar a fazer de forma democrática e coletiva.

Como perspectivas, vislumbramos muitos desafios para a jovem ABRAPSIT, entre os quais destacamos cinco:

1. Longevidade. Se o desafio da fundação foi superado, existe agora o da manutenção e da expansão sustentada, pautada num projeto e num planejamento para os próximos anos da associação. Indo além de agir em resposta às demandas urgentes que aparecem.
2. Adaptação. A pandemia está sendo um catalisador de mudanças pelos impactos que provoca no ambiente de trânsito e no comportamento das pessoas e também nos processos de trabalho dos psicólogos do trânsito. Isso exige, então, (re) pensar condutas e práticas muito rapidamente, uma vez que o ambiente e os comportamentos mudaram e, portanto, os processos formativos, avaliativos e interventivos deverão ajustar-se reciprocamente. A ABRAPSIT deverá acompanhar e capitanear algum movimento nesses processos. Especificamente, relativos aos ambientes virtuais para atuar/estudar ambientes de trânsito, à prática profissional (remota, híbrida, presencial) e à formação (e.g., reformulação dos processos de trabalho considerando protocolos sanitários e as tecnologias de informação e comunicação).
3. Prospecção. Ao olhar para o futuro, isto é, ao observar e analisar cenários e tendências, a ABRAPSIT deve construir o hoje. Nesse sentido, o cenário internacional aponta para uma visão global de desenvolvimento sustentável, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, em que o trânsito e transporte estão incluídos, e a visão sistêmica da segurança, como o movimento visão zero, que surgiu na Suécia, onde nenhuma morte ou lesão grave é aceitável (<https://visionzerochallenge.org/vision-zero?locale=pt>). Disseminar tais objetivos e essa abordagem entre os psicólogos e a sociedade é um desafio importante para os próximos anos para a ABRAPSIT. Desenvolver estudos sobre

as práticas profissionais para orientar a formação e a prática também devem estar no horizonte.

4. Interlocução. Para os próximos anos, ABRAPSIT deverá continuar avançando nesse diálogo com outras áreas de transporte, uma vez que faz parte dos seus objetivos “promover o desenvolvimento técnico científico do exercício profissional na área de tráfego e circulação humana em todos os modais: terrestre, aéreo e aquaviário” (<https://www.abrapsit.org.br/aabrapsit>). Inclusive pretende fomentar o diálogo com associações internacionais da psicologia do trânsito.
5. Engajamento. Continuar e ampliar o engajamento político da ABRAPSIT e de seus membros dentro da psicologia (e.g., produzindo e conseguindo aprovar propostas no CNP e articulando ações com diversas entidades, como sociedades de psicologia, CFP, FENPB e FENAPSI), dando visibilidade à área e participando das decisões dos rumos da psicologia brasileira. Tal engajamento deve continuar fora da psicologia, por exemplo, por meio de advocacy em prol das causas da psicologia e da segurança no trânsito com outras associações profissionais, com o Sistema Nacional de Trânsito (e.g., câmaras temáticas) e com o Congresso Nacional (e.g., parlamentares, audiências e grupos de trabalho).

Senhoras e senhores passageiros, com isso, chegamos ao fim deste itinerário, mas não ao fim da linha. Nossa locomotiva (a ABRAPSIT) seguirá trilhando vigorosamente novos caminhos que serão construídos gradativamente em prol de um futuro melhor para a mobilidade das pessoas e para o tráfego brasileiro. Esperamos que tenham apreciado o percurso. Agora, podem desembarcar e até breve! Piuí... tchique... tchique... Piuí...

Referências

- Antunes, M. A. M. (2001). **A psicologia no Brasil: Leitura histórica de sua constituição**. São Paulo: EDUC/UNIMARCO.
- Araújo-Silva, V. N. (2022). **Comunicação pessoal**. Campo Grande, MS: Universidade Católica Dom Bosco.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). (2020). **NBR 10.697: Pesquisa de sinistros de trânsito: Terminologia. Norma Brasileira**. ABNT.
- Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego (ABRAPSIT). (2017). **Psicologia no tráfego: Questões e atualidade. Volume I. Coleção Psicologia no Tráfego**. Curitiba, PR: Editora CRV.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). (2018). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de mobilidade humana e trânsito**. Brasília, DF: CFP. Recuperado de http://crepop.pol.org.br/6213_Referências-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-em-politicas-publicas-de-mobilidade-humana-e-transito
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). (1976a). **Resolução CFP n. 19/1976. Cria comissão especial de pesquisa do exame psicotécnico para motoristas, e dá outras providências**. Brasília, DF: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). (1976b). **Resolução CFP n. 20/1976. Estabelece princípios gerais de fiscalização do exame psicotécnico para motoristas, e dá outras providências**. Brasília, DF: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2000a). **Caderno de psicologia do trânsito e compromisso social**. Brasília, DF: CFP. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Caderno-de-Psicologia-do-Tr%C3%A2nsito-e-Compromisso-Social.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2000b). **Resolução CFP n. 12/2000. Institui o Manual para Avaliação Psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores**. Brasília, DF: CFP
- Conselho Federal de Psicologia. (2000c). **Resolução CFP n. 14/2000. Institui o título profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro**. Brasília, DF: CFP

Conselho Federal de Psicologia. (2003). **Resolução CFP n. 002/2003. Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP n° 025/2001.** Brasília, DF: CFP

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2016). **Psicologia do tráfego: Características e desafios no contexto do MERCOSUL.** Brasília, DF: CFP.

Conselho Federal de Psicologia. (2018). **Resolução CFP n. 009/2018. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI e revoga as Resoluções n. 002/2003, n. 006/2004 e n. 005/2012 e Notas Técnicas n. 01/2017 e 02/2017.** Brasília, DF: CFP

Conselho Federal de Psicologia. (2019a). **Resolução CFP n. 01/2019. Institui normas e procedimentos para a perícia psicológica no contexto do trânsito e revoga as Resoluções CFP n. 007/2009 e 009/2011.** Brasília, DF: CFP

Conselho Federal de Psicologia. (2019b). **Resolução CFP n. 06/2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP n. 15/1996, a Resolução CFP n. 07/2003 e a Resolução CFP n. 04/2019.** Brasília, DF: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2019c). **Caderno de deliberações do 10º CNP: O (im)pertinente compromisso social da psicologia na resistência ao estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais.** Brasília, DF: CFP

Conselho Federal de Psicologia. (2022). **11º CNP. O impacto psicossocial da pandemia: Desafios e compromissos para a psicologia brasileira frente às desigualdades sociais.** Brasília, DF: CFP. Recuperado de <https://cnp.cfp.org.br/11>

Conselho Nacional de Trânsito. (1981). **Resolução 584 de 16 de setembro de 1981. Altera os anexos da Resolução n. 564/80.** Contran.

Conselho Nacional de Trânsito. (2021). **Resolução CONTRAN n. 870, de 13 de setembro de 2021.** Recuperado de <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/resolucao8702021.pdf>

Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região. (1994). **CRP-06 assume propostas dos psicólogos de trânsito ao CONTRAN. Jornal do CRP, 6(84), 5.**

Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região. (1994). **Notas: Psicologia do trânsito. Jornal do CRP, 6(88), 12.**

Cristo, F. (2011). Departamento de trânsito (DETRAN). Em A. M. Jacó-Vilela (Org.), **Dicionário histórico de instituições da psicologia no Brasil** (pp. 177-9). Rio de Janeiro: Imago.

Cristo, F. (2019). Modelo de atuação em psicologia do trânsito e transporte. Em F. Cristo (Org.), **Psicologia do trânsito e transporte: Manual do especialista** (pp. 15-48). São Paulo: Vetor.

Cristo, F., Soares Jr., R. C., Luiz, K. G., & Nascimento, A. S. (2020). Impactos da Covid-19 na mobilidade, na acessibilidade e no trabalho do Psicólogo do Trânsito. **Psicologia: Ciência e Profissão**, **40**, e242863, pp. 1-13. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242863>

Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. (1987). **O acidente de trânsito: Fator humano evitável**. Brasília, DF.

Grupo Brasileiro de Segurança Operacional da Aviação de Helicópteros (BHEST). (2021). **Fator Humano na Aviação: Seleção, Instrução e Cultura de Segurança**. Rio de Janeiro: Grupo Brasileiro de Segurança Operacional de Helicópteros. Recuperado de https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/seguranca-operacional/gerenciamento-da-seguranca-operacional/arquivos/Manualboas_praticascomcurriculoOrganizadorespags4e5v_Final.pdf. BHEST.

Guimarães, J., Sandri, P., & Hegele, R. (Org.). (2019). **Transitando pela psicologia do trânsito no Brasil: Ontem, hoje e amanhã**. Porto Alegre, RS: Evangraf.

Hoffman, M. H., & Cruz, R. M. (2003). Síntese histórica da psicologia no trânsito no Brasil. Em M. H. Hoffman, R. M. Cruz, & J. C. Alchieri (Orgs.), **Comportamento humano no trânsito** (pp. 15-29). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Jornal do Povo. (1998, Janeiro 31). Exigência de exame psicotécnico é ampliada. Três Lagoas: Jornal do Povo.

Brasil. (1962). **Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo**. Brasília, DF: Congresso Nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14119.htm

Brasil. (1966). **Lei n. 5.108, de 21 de setembro de 1966. Código Nacional de Trânsito**. Brasília, DF: Congresso Nacional. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15108.htm

Brasil. (1997). **Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.** Brasília, DF: Congresso Nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm

Brasil. (1998). **Lei n. 9.602, de 21 de janeiro de 1998. Dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências.** Brasília, DF: Congresso Nacional. Recuperado de maio, 2022, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19602.htm

Brasil. (2020). **Lei n. 14.071, de 13 de outubro de 2020. Altera a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, para modificar a composição do Conselho Nacional de Trânsito e ampliar o prazo de validade das habilitações; e dá outras providências.** Brasília, DF: Congresso Nacional. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.071-de-13-de-outubro-de-2020-282461197>

Lima, N. A. (1985). **Sessão solene de abertura.** Congresso. III Congresso Brasileiro de Psicologia do Trânsito, São Paulo, SP, Brasil.

Moura, R. M., Sartori, C., Brandt, R. (2021, Março 13). Lava-jato, 7 anos, 80 fases: ascensão, auge e declínio de uma operação. **O Estado de S. Paulo.** Recuperado de <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lava-jato-7-anos-80-fases-ascensao-auge-e-declinio-de-uma-operacao,70003646754>.

Organização Mundial da Saúde (OMS). (2021). Plano global: Década de ação pela segurança no trânsito 2021-2030 [Portagem]. Recuperado de <https://www.who.int/pt/publications/m/item/global-plan-for-the-decade-of-action-for-road-safety-2021-2030>

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (2018). **Salvar VIDAS: Pacote de medidas técnicas para a segurança no trânsito.** Brasília, DF: OPAS.

Pavarino, R. V. (2016). As declarações de Moscou e Brasília sobre a segurança no trânsito: Um paralelo entre dois momentos no tema da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21(12), 3.649-60. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1413-812320152112.15942016>

Pereira. M. S. F. (1999). **A psicologia do trânsito no Brasil: Caminhos da produção do conhecimento e da ação profissional.** Campo Grande, MS: Editora UCDB.

Perrelli, M. T., Telles, T. C. B., Guimarães, J. B., & Cristo, F. (2020). Contribuição da psicologia na gestão integral de riscos e desastres, no esporte, no trânsito e nas relações pessoa-ambiente em um cenário de pandemia. Em D. R. C. Bentivi (Org.), **Retrato da psicologia brasileira no cenário da Covid-19** (Vol. 3, pp. 51-66). Artmed. Recuperado de <https://www.sbpot.org.br/noticias/retrato-da-psicologia-brasileira-no-cenario-da-covid-19-ebook-do-volume-3/>

Port Brasil, Z. (1986). **Manifesto de criação da Associação Paulista de Psicologia do Trânsito**. São Paulo: APPSITRAN, 1986.

Rozestraten, R. J. A. (1983). Notícias do I Congresso Brasileiro de Psicologia do trânsito. **Psicologia & Trânsito**, 1(1), 96.

Rozestraten, R. J. A., Maciel, J. C., & Vasconcellos, D. F. (2008). Reinier Rozestraten em Ribeirão Preto: Memórias e enraizamento da psicologia no Brasil. **Revista da Abordagem Gestáltica**, 14(1), pp. 51-61. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672008000100008&lng=pt&nrm=iso

Rueda, F. J. M., & Guimarães, J. B. (2021). Psicologia do trânsito: Conquistas históricas, ADI 3481 e perspectivas para a área. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 41, 1-13. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1982-3703003252541>

Soares, A. R. (2010). A psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 30(núm. esp.), 8-41.

Soares Júnior, R. da C., Marcelo, A. C., França, J. de S., Pereira, L. F., Rohden, R. F. de S., Freire, H. B. G., & Miranda, R. L. (2022). Historicizando a trajetória de um pioneiro: Reinier Johannes Antonius Rozestraten (1924-2008). Memorandum: **Memória e História em Psicologia**, 39. Recuperado de <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2022.33093>

Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto. SPRP. (1981). **Anais da XI Reunião Anual de Psicologia**. Ribeirão Preto: SPRP.

Silva, F. H. V. C. (2012). A psicologia do trânsito e os 50 anos de profissão no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 32(n. esp.), pp. 176-93.

Notas para uma história da institucionalização científico-profissional da Psicologia no Brasil

Filipe Degani-Carneiro
Rodrigo Lopes Miranda
Rodolfo Luís Leite Batista
Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos
Jaqueline de Andrade Torres
Fernando Tavares Saraiva

Diversos trabalhos historiográficos da Psicologia no Brasil têm indicado o desenvolvimento da Psicologia em nosso território pelo menos desde os processos de negociação e dominação do período colonial, ou seja, desde o século XVI (Massimi, 2016, 2021). Se, por um lado, observa-se no século XIX o fortalecimento da Psicologia como disciplina auxiliar a outros campos (e.g., a Medicina, a Educação, o Direito etc.) e sua produção como Psicologia Filosófica no século XIX, por outro lado, foi apenas no século XX que se conformaram as condições propícias para seu estabelecimento científico-profissional no Brasil. Ao adotar a construção “disciplina auxiliar”, tomamos por referência a definição de Gundlach (2012) sobre uma história da disciplina Psicologia, ou seja, um grupo de professores que se articula a partir de um conjunto de conhecimento e prática relativamente canônicas, mas que ainda se sustenta como auxiliar a outros campos. Por exemplo, a Psicologia como disciplina em cursos de Filosofia, Medicina etc.

Deste modo, foi a partir da Primeira República e, posteriormente, com os discursos e práticas de modernização nacional alavancados pelo Estado, que o saber psicológico encontrou terreno fértil para seu estabelecimento como campo científico-profissional autônomo. Apropriamo-nos do conceito de “campo científico” (Bourdieu, 2004) para utilização do termo “campo” ao longo deste texto, i.e., um conjunto de

pessoas (psicólogos-cientistas e psicólogos-profissionais) que se relacionam em comunidades científico-profissionais a partir de léxicos e práticas comuns. Esses, por sua vez, negociam com outras comunidades e esferas de influência (tais como o Estado, as instituições privadas, a opinião pública etc.) para conformarem seus campos de atuação e de ingerência. Assim, foi a partir do século XX que a Psicologia brasileira produziu fortemente sua disciplinarização, i.e., conformou um quadro organizado em uma estrutura administrativa de ensino superior, programado para perpassar e ensinar conteúdos relacionados a um conhecimento, a partir de leituras, reflexões e discussões que afetam os planos de ações dos membros de uma classe profissional.

Nesse cenário, os saberes da Psicologia — principalmente da então denominada Psicologia Aplicada — foram convidados a refletir e a produzir mudanças que permitissem a modernização brasileira, i.e., o rompimento com um “passado atrasado” e que vinculava o progresso social ao progresso econômico e, conseqüentemente, ao cenário urbano-industrial (Antunes, 1998/2007; Coimbra, 1999; Jacó-Vilela, 2021). Esse movimento observado no Brasil coaduna com aquele que a Psicologia fez no mesmo período em outros países, sobretudo latino-americanos, como nos lembra Ardila (2020, p.11 – tradução nossa):

Tais aplicações surgem às vezes da ocorrência de descobertas científicas e outras vezes devido a necessidades sociais. Os problemas de educação, trabalho, organização social, o normal e o anormal, família, desenvolvimento humano, sexualidade e as relações de algumas pessoas com outras e alguns grupos levaram a psicologia a se tornar preocupada em contribuir para a solução dessas necessidades. Uma interação entre o trabalho dos cientistas, necessidades sociais e um *Zeitgeist* favorável levaram ao surgimento das aplicações práticas da psicologia.

Assim, como veremos, a Psicologia brasileira se desenvolveu, no campo científico-profissional, a partir da produção de respostas para esses problemas da “modernização”.

O papel desempenhado pelas associações e sociedades científico-profissionais já é um objeto de estudo no campo da História das Ciências no geral (Castro, 2015; Müller & Birman, 2016) e, especificamente, na História da Psicologia no Brasil (Gorayeb, 1990; Jacó-Vilela, 2011a) e alhures (Pickren & Rutherford, 2017). Esses estudos brasileiros vêm mostrando como a organização prévia daquelas pessoas envolvidas com discursos e práticas psicológicas foi indispensável para a regulamentação da profissão no país. Nas últimas décadas, inclusive, há estudos indicando que a promulgação da Lei nº 4.119 em 27 de agosto de 1962 que ora celebramos se fez possível pelo fato

de que aquelas pessoas criaram campos de atuação, cursos de formação, periódicos e, também, sociedades científico-profissionais que foram vitais nos agenciamentos envolvidos com aquela legislação (Baptista, 2009, 2010; Santos & Miranda, 2022).

Nessa perspectiva, à guisa de conclusão do presente livro acerca das entidades nacionais da Psicologia brasileira, com este texto, propusemo-nos a historicizar a institucionalização de determinadas associações e sociedades científico-profissionais da Psicologia. Para tanto, examinamos a criação dessas primeiras associações e seu papel decisivo na regulamentação da profissão pela Lei nº 4.119/1962. Então, observamos a influência das transformações que a Psicologia viveu durante o período de redemocratização, na década de 1980, neste processo de institucionalização. Por fim, pontuamos como a criação do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) foi, concomitantemente, fator de expressão e de fomento da pluralidade e diversidade institucional do campo psicológico no Brasil.

As primeiras associações científico-profissionais em Psicologia no Brasil

No cenário brasileiro, vozes da década de 1930 já sinalizavam a necessidade do desenvolvimento da Psicologia porque “as técnicas psicológicas [vinham] apresentando, dia a dia, novas e importantes aplicações, na organização racional do trabalho, na orientação e seleção profissionais, na medicina, no direito e na educação” (Decreto nº 21.173, de 1932, s.p.). A partir de tal Decreto, o laboratório de Psicologia Experimental da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro (Rio de Janeiro), sob responsabilidade de Waclaw Radecki (1887-1953), foi transformado em Instituto de Psicologia cujo objetivo era, entre outros, “formar psicólogos profissionais” (Decreto nº 21.173, de 1932, s.p.). Tratava-se da primeira proposta de formação profissional de psicólogos no Brasil. Todavia, por ordem presidencial, o Instituto foi fechado em outubro do mesmo ano por meio do Decreto No. 21.999. (Centofanti, 1982).

Dentre as primeiras entidades científico-profissionais do campo, com o objetivo de fortalecer e divulgar a Psicologia enquanto ciência e suas aplicações, foi fundada em novembro de 1945 a Sociedade de Psicologia de São Paulo (SPSP), por iniciativa de Annita de Castilho e Marcondes Cabral (1911-1991), professora que assumiria em 1947 a cátedra de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP). De orientação pluralista quanto ao alinhamento teórico de

suas associadas e associados, a SPSP buscou congregar diferentes agrupamentos de profissionais cujas atividades estavam relacionadas à Psicologia e que se encontravam dispersos à época. Em 1949, sob uma das gestões de Annita Cabral, foi publicada a primeira edição do *Boletim de Psicologia*, importante publicação da SPSP para veiculação de diversos tipos de materiais (artigos, resenhas, notícias etc.) sobre psicologia neste período (Angelini, 2011; Sá, 2012).

Ainda na referida década, mais precisamente em setembro de 1949, foi criada no Rio de Janeiro a Associação Brasileira de Psicotécnica (ABP) – que viria a se chamar Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABPA) a partir de 1959 –, cuja atenção voltava-se para as contribuições e a relevância do papel que a Psicologia poderia exercer no contexto de industrialização do país. Seu planejamento e organização foram liderados por Emilio Mira y López (1896-1964), psiquiatra que, à época, dirigia o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e que foi também o primeiro secretário-geral da nascente ABP.

A atuação de Mira y López foi central nos movimentos e articulações que levaram à regulamentação da profissionalização da profissão de psicólogo no Brasil. Entre as décadas de 1940 a 1960, Mira y López agregou em torno do ISOP um grande número de profissionais interessados no estudo e no treinamento profissional em Psicologia (Silva et al., 2021). Uma vez que somente a partir dos anos 1950 foram iniciados os primeiros cursos de graduação em Psicologia no país (e que estes se disseminaram a partir da regulamentação da profissão, em 1962), tais profissionais aglutinados em torno do ISOP se originavam de distintas profissões, com claro predomínio da formação em Educação oferecida à época pelas Escolas Normais e pelas Faculdades de Filosofia. Os cursos ministrados pelo ISOP fomentaram a constituição de uma nova classe profissional, os então chamados “psicologistas” ou “psicotécnicos”. Ainda que a atuação do ISOP estivesse voltada de modo mais direito às práticas de seleção e orientação profissional no contexto das organizações de trabalho (função precípua daquele Instituto), neste Instituto foram desenvolvidos cursos de formação, pesquisas, estágios profissionais e prestações de serviços em uma diversidade de campos da então denominada “psicologia aplicada”, como: psicologia educacional, avaliação psicológica, psicologia do trânsito, psicologia do esporte e psicoterapia.

Não somente por meio dos cursos e estágios oferecidos pelo ISOP, mas especialmente a divulgação do saber psicológico que Mira y López realizava por meio da instituição trouxe grande visibilidade à Psicologia como novo campo de conhecimento e campo profissional emergente (Martins, 2014). Assim, a criação da ABP esteve diretamente vinculada às atividades fomentadas pelo ISOP enquanto

núcleo divulgador e articulador nos interessados pelas práticas profissionais em Psicologia então emergentes.

Devido a esta relação estreita entre entidades, a divulgação dos trabalhos científicos associados à ABP ocorria no periódico instituído pelo ISOP em 1949, os *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* – que posteriormente viria a se chamar *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada* (1969) e *Arquivos Brasileiros de Psicologia* (1979). Também em decorrência desta influência do ISOP, a ABP se associou ao processo de regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil (Castro & Alcântara, 2011). Foi da autoria de filiados da ABP o primeiro anteprojeto de lei sobre regulamentação da profissão e da formação em Psicologia apresentado ao MEC em novembro de 1953. Este primeiro anteprojeto previa uma formação em duas etapas: uma básica de cunho teórico, a ser cumprida em uma faculdade de Filosofia; e outra técnica, que seria realizada em instituições cujas atividades estivessem voltadas a contextos de aplicação da Psicologia (Baptista, 2010).

Estas primeiras sociedades civis acadêmico-profissionais fundadas nos anos 1940 (tanto a SPSP em São Paulo, quanto a ABP no Rio de Janeiro) viriam a contribuir diretamente com a discussão deste anteprojeto que conduziu a regulamentação da profissão (Angelini, 2011; Castro & Alcântara, 2011; Sá, 2012). Observa-se que o objetivo prioritário de tais associações – o desenvolvimento e expansão do campo científico e profissional psicológico – conduziu ao envolvimento de tais atores pessoais e institucionais no *lobby* político pela regulamentação da profissão.

Concomitantemente, no contexto da Psicologia paulista, foi criada em 1954, também com destacada participação de Annita Cabral, a Associação Brasileira de Psicólogos, a qual reuniu um restrito grupo de psicólogos que já possuíam formação acadêmica e interesse em tomar parte no processo de regulamentação da profissão – tais como Arrigo Angelini (1924), Carolina Bori (1924-2004), Dante Moreira Leite (1927-1976) e Oswaldo de Barros Santos (1918-1998) (Castro & Ghiringhello, 2011). Observa-se neste processo a incidência de tensões regionais entre os grupos do Rio de Janeiro e de São Paulo, as quais também expressavam posições distintas. Enquanto o grupo vinculado ao ISOP e à ABP no Rio de Janeiro, proveniente dos espaços de prática profissional existentes, buscava imprimir uma ênfase mais prática à profissão, tal visão era criticada pelo grupo de São Paulo – que contava, entretanto, com um importante apoio carioca: Nilton Campos (1898-1963), catedrático de Psicologia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UB). Tal crítica proveniente de personagens ligados às cátedras universitárias de Psicologia (USP e UB) se sustentava numa visão pejorativa acerca da ênfase prática do ISOP – preocupada especialmente com a realização da psicoterapia por profissionais não médicos. Postulava assim o

desejo por uma formação em Psicologia com maior base teórica na chamada “ciência pura”, tanto de viés filosófico quanto experimental.

Tais tensões se configuraram no Projeto Substitutivo de Lei elaborado em 1958 pela Associação Brasileira de Psicólogos, conjuntamente à SPSP e aos professores da USP. Apresentado ao Congresso Nacional, tal projeto assinalava a necessidade de legislar a formação e atuação profissional do psicólogo no Brasil. No corpo de tal documento, lemos:

Atendendo às exigências do desenvolvimento econômico, rapidamente está o ensino superior do país assumindo um novo espírito, mediante a organização e reorganização de numerosos cursos de preparação tecnológica. Ocorre, no entanto, que as transformações da vida social resultantes da industrialização vêm, por igual, impondo a criação de novos ramos de atividades, inclusive dos que demandam estudos de aplicação das ciências humanas. Entre esses, destacam-se os de aplicação da psicologia (...). A preparação especializada nesses setores vem-se impondo como imperativo das mudanças nas técnicas de organização das empresas, como o comprova a existência de numerosos serviços da espécie, mantidos por organizações privadas, e aí destinadas a atender questões particulares; ou abertos ao público, para a solução de problemas gerais de desajustamento individual, em nossa época agravados por múltiplos fatores. A essa situação, de par com a da extensão dos serviços educacionais em geral, vem reclamando a preparação de pessoal com elevado status científico e ético, em relação à qual os poderes públicos não podem manter-se indiferentes (Projeto de Lei nº 3.825, de 1958, s.p.).

No excerto do Projeto, vemos que o contexto de “transformações da vida social resultantes da industrialização” demandava a atenção da Psicologia para lidar com a “solução de problemas gerais de desajustamento individual”. Para atender a tais demandas, fazia-se necessária uma formação “científica e ética”. A proposição de tais documentos guarda íntima relação tanto com os primeiros cursos de graduação de Psicologia criados nos anos 1950 (a partir de 1953, com o curso de graduação da PUC-Rio) quanto da atuação e organização de entidades científico-profissionais. Acerca destas últimas, cabe ainda ressaltar a criação de outras entidades regionais, anteriormente à regulamentação: a Sociedade Mineira de Psicologia, em 1957 e a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul (SPRGS), em 1959.

O Projeto Substitutivo redundou na Lei nº 4.119, promulgada em 27 de Agosto de 1962, que dispôs sobre os cursos de graduação em Psicologia e sobre a regulamentação da profissão de psicólogo. Como vimos, evidentemente, a regulamentação não criou ou inaugurou o exercício profissional em Psicologia – justamente pois só faz sentido em uma regulamentação legal de uma atividade que já alcançou uma percepção social de existência, utilidade, relevância e que já tenha demonstrado capacidade de organização e articulação em torno dos direitos e responsabilidades de seu fazer profissional.

Nesse sentido, observa-se como estas primeiras entidades acadêmico-profissionais em Psicologia foram atores centrais não somente na luta pela regulamentação da profissão, como também nos esforços de organização das diretrizes e instituições de regulação do exercício profissional, notadamente na década de 1960 e no início dos anos 1970. A esse respeito, destacam-se os anteprojetos do Código de Ética Profissional e da criação do Conselho Federal e Regionais de Psicologia (Castro & Ghiringhello, 2011).

A expansão da institucionalização da Psicologia

Os primeiros anos após a regulamentação da profissão e da formação em Psicologia, estabelecida pela Lei nº 4.119/1962, foram marcados por uma movimentação ainda no campo legal e, também, dos profissionais para ocupação dos espaços profissionais a partir dos deveres e direitos previstos pela legislação. Paralelamente, houve um aumento no número de cursos de graduação em Psicologia e, conseqüentemente, de pessoas formadas em tal área. Em 1962 havia apenas três cursos de graduação em todo país e, em 1984, esse número subiu para 73 (Hutz, Gauer & Gomes, 2012).

Todavia, entre 1964 e 1985, o Brasil foi governado por uma ditadura civil-militar que impactou o cenário político, econômico e social nacional que, por sua vez, impactaria a conformação do currículo do psicólogo brasileiro. Os 21 anos de duração do regime ditatorial constituíram-se por fases diversas, mas que podem ser caracterizadas pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, fortalecimento da censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o governo militar (Codato, 2005). Em 1964, quando da instalação da ditadura, foram tomadas medidas de controle social: a cassação de mandatos de parlamentares, a suspensão de direitos políticos, a aposentadoria e demissão de funcionários públicos etc. Para combater qualquer tipo de iniciativa que tentasse se contrapor a esse governo, foram promulgadas leis que tinham como finalidade neutralizar quaisquer atividades contra-governistas.

Tais atos de repressão política impactaram sensivelmente a universidade brasileira com controle e censura sobre as atividades docentes e de pesquisa, além de diversas demissões e aposentadorias compulsórias. Isso impactou, também, a organização científico-profissional da Psicologia no país.

À revelia da categoria profissional, o governo militar instituiu o Sistema Conselhos, i.e., o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), a partir da Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971. A criação deste Sistema impactou a definição do que seria um psicólogo e de quais seriam suas atribuições. Em 20 de dezembro de 1973, foi instalado o CFP, com a eleição de seus primeiros conselheiros. No ano seguinte, em 27 de agosto de 1974, foram instalados os primeiros sete Conselhos Regionais de Psicologia, cujas jurisdições abarcavam todo o território nacional, a saber: CRP-01 (com sede no Distrito Federal), CRP-02 (com sede em Pernambuco), CRP-03 (com sede na Bahia), CRP-04 (com sede em Minas Gerais), CRP-05 (com sede no Rio de Janeiro), CRP-06 (com sede em São Paulo) e CRP-07 (com sede no Rio Grande do Sul). Apesar da maneira como o Sistema Conselhos de Psicologia foi estabelecido, faz-se mister destacar que: “as sociedades de Psicologia se dedicaram às tarefas de organização da categoria profissional, das diretrizes de atuação do profissional de Psicologia e da formação do primeiro plenário do Conselho Federal de Psicologia” (Silva, 2011, p. 437). Ou seja, uma vez criado o Sistema, a categoria se apropriou do mesmo para refletir sobre sua atividade profissional e trajetória formativa.

Concomitantemente, as associações de psicólogos já em atividade participaram da conformação da Resolução CFP 008/1975 que aprovava aquele que ficou conhecido como o primeiro Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP). A partir de um documento produzido por Pierre Weil (1924-2008), Amendola (2014) indica que

Cópias do referido anteprojeto foram distribuídas à Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul, à Sociedade Mineira de Psicologia e a diversos serviços de aplicação da Psicologia, e Faculdades de Filosofia. Em seguida, foi o anteprojeto submetido a uma ampla discussão que teve lugar em Ribeirão Preto, em julho de 1964, quando da realização de uma assembleia geral da ABP, por ocasião da XVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência [SBPC] ... Em julho de 1965, na Assembleia Geral de ABP, realizada em Belo Horizonte, por ocasião da XVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, voltou-se a discutir o novo anteprojeto, cujos pontos principais foram apresentados e aprovados nessa Assembleia Geral da Associação Brasileira de Psicólogos (Weil, 1967, p. 258-259 citado por Amendola, 2014, p. 665).

Como o trecho destaca, houve participação de entidades vinculadas à Psicologia e, também, de departamentos de Psicologia que já haviam sido instalados em IES brasileiras. Outrossim, nos parece que, com o estabelecimento de princípios éticos e a conformação do Sistema Conselhos, findaram os últimos aspectos necessários para a profissionalização da Psicologia no país. Com aqueles documentos, haveriam princípios norteadores de um grupo profissional que serviriam como diretriz para avaliação e julgamento das ações da categoria profissional em relação à sociedade. Paralelamente, instituiu expectativas de padrões éticos, com a previsão de potenciais penalidades para a infração de tais princípios.

No campo acadêmico, neste período, observa-se o surgimento e fortalecimento dos primeiros cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Psicologia. Parte das condições deste fortalecimento se vinculam ao mote de que a ciência era considerada imprescindível para redenção dos atrasos sociais do Brasil, pois ela permitia o progresso industrial, urbano e social (Schwartzman, 2002). Os métodos de ensino e o desenvolvimento de pesquisas tornaram-se uma tônica frequente nos discursos sobre a universidade brasileira (Cunha, 2007). Isso implicava na promoção e no fortalecimento da comunidade científica brasileira – e.g., em 1948, havia sido criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); em 1951, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e, em 1960, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Essas agências investiam na formação de cientistas e na promoção da ciência nacional que coincidiam com as demandas dos cientistas brasileiros.

Assim, particularmente vinculado à Psicologia, vemos a criação de um Mestrado em Psicologia Clínica na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1966. Em 1970, criou-se um Mestrado em Psicologia Experimental na Universidade de São Paulo (USP) e, na mesma instituição, em 1974, estabeleceu-se o doutorado na mesma área. Assim, essa expansão da Psicologia na graduação e na pós-graduação é um exemplo do desenvolvimento das universidades no Brasil, impulsionadas exatamente a partir de 1950. (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2013).

De igual modo, outro marco institucional do desenvolvimento da pesquisa científica em Psicologia nesse período foi a criação da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SPRP) em 1970, por docentes e estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de Ribeirão Preto (Gorayeb, 2011). No entanto, sua abrangência logo se tornou nacional, notadamente por conta do êxito das Reuniões Anuais de Psicologia, congresso realizado anualmente a partir de 1971. Assim, em 1991 a

SPRP deu lugar à Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), uma das mais longevas entidades científicas em Psicologia no país.

Esse período também marcou o desenvolvimento mais acentuado de diferentes perspectivas teóricas na Psicologia brasileira, assumindo compromisso com o ensino e a pesquisa, bem como com o retorno à sociedade civil. Nesse último quesito, chama atenção os ecos entre nós da chamada crise de relevância da Psicologia Social, cuja emergência enfocava fundamentalmente a dependência dos modelos de atuação vigentes da Psicologia brasileira de teorias estadunidenses e europeias, questionando o seu descolamento com a realidade local. No entanto, os efeitos desta “crise” se fizeram sentir por todo o campo da Psicologia, a partir de uma autocrítica dos psicólogos em relação ao que identificavam como um fazer *psi* de natureza elitista, privatista e conservadora, centrado na clínica privada individual e consumido hegemonicamente pelas classes médias urbanas (Jacó-Vilela et al., 2016). Tal questionamento foi bem sintetizado em célebre texto do final da década de 1970 do psicólogo Silvio Paulo Botomé “A quem nós, psicólogos, estamos servindo de fato?” Naturalmente, tais discussões estavam influenciadas e entremeadas pela luta em curso para a redemocratização da sociedade brasileira.

Na década de 1980, em meio ao processo de aproximação da categoria dos psicólogos ao processo de redemocratização, novas sociedades científicas foram criadas, com especial destaque para a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Vale lembrar que neste período havia um profundo descontentamento em relação à Psicologia Social estabelecida na América Latina. Dessa forma, Silvia Lane (1933-2006) liderou no Brasil o movimento que levou à fundação da ABRAPSO. A proposta feita por Lane e uma comissão de pesquisadores foi efetivada na 32ª Reunião Anual da SBPC, ocorrida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1980. A criação da ABRAPSO visava não só uma Psicologia contextualizada à realidade latino-americana, mas também levava em conta os processos históricos, culturais, materiais, econômicos e políticos do nosso país. Sua proposta basilar tinha como objetivo intervir sobre os “aspectos psicossociais da população brasileira, em uma perspectiva crítica e transformadora, e levariam ao aprofundamento de métodos de intervenção psicossocial comprometidos com a emancipação e autonomia das camadas sociais menos favorecidas” (Jacó-Vilela, 2011b, p. 48).

É também no contexto do processo de redemocratização do Brasil na década de 1980 e de expansão na quantidade e variedade de programas de pós-graduação em Psicologia que se funda a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em

Psicologia (ANPEPP), especificamente no ano de 1983. Esta entidade surge a partir de uma proposição do CNPq de reunir sob associações nacionais as representações de programas de pós-graduação das diversas áreas do conhecimento. No caso da Psicologia, esta ideia foi gestada a partir de 1981 por Carolina Martuscelli Bori (1924-2004), que à época era responsável pela área de Ciências Humanas e Sociais no CNPq. Inicialmente, a ANPEPP foi indispensável para coletar dados sobre a produção e o funcionamento de programas de pós-graduação em Psicologia, já que, dada a pluralidade deste campo de estudo, havia um entendimento de que o conhecimento gerado poderia estar descentrado ao ponto de dificultar a compreensão de sua relevância social para o desenvolvimento da área no país. Desta forma, a partir de dados coletados sobre as pesquisas desenvolvidas nos programas e em seus variados grupos e linhas de pesquisa, foi possível pensar em uma melhor forma de organizar e discutir a produção de conhecimento em Psicologia visando o seu fortalecimento (Macedo, 2011).

Ainda na década de 1980, observa-se ainda um movimento mais intenso de articulação, a nível nacional, entre as entidades sindicais de psicólogos e associações profissionais visando a defesa dos direitos trabalhistas da classe, notadamente no enfrentamento diante de projetos que ameaçavam a atividade profissional dos psicólogos, como o Projeto Julianelli (PL n° 2.726/1980), de autoria do então deputado federal José Salvador Julianelli (1917-1990). Este projeto buscava legislar sobre as profissões do campo da saúde, retirando autonomia e colocando sob a égide médica a supervisão das práticas de várias áreas, inclusive da Psicologia. Porém, depois de repercussões e reivindicações o próprio Julianelli retirou a proposta (Scarpato & Ozorio, 2009).

Após discussões realizadas em Encontros Nacionais das Entidades Sindicais de Psicólogos, que ocorreram entre os anos de 1981 a 1984, foi lançada a necessidade de se engajarem também com o movimento sindical nacional. Assim, em 1985 foi fundada a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) que, desde seu início, se filiou à Central Única dos Trabalhadores (CUT), possibilitando o reconhecimento dos psicólogos não só como liberais, mas também como uma classe de trabalhadores que deveria ter condições melhores de vida e trabalho. A FENAPSI então organiza e representa os sindicatos filiados da categoria, assegurando seus direitos e fortalecendo a organização coletiva da categoria (Federação Nacional dos Psicólogos, 2009, s.d.).

FENPB: Institucionalização e articulação da Psicologia brasileira

A criação do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) ocorreu em 1997. O contexto de sua constituição nos anos 1990 é marcado por um período de intensas transformações na Psicologia brasileira, tanto no que se refere à sua expansão institucional quanto por transformações na identidade profissional e no imaginário da categoria dos psicólogos acerca dos sentidos éticos e políticos inerentes ao exercício profissional.

No campo da formação e da pesquisa em Psicologia, nos anos 1990 ocorreu um processo de crescimento quantitativo dos cursos e programas de pós-graduação, bem como maior qualificação da pesquisa desenvolvida nos mesmos e das publicações científicas dela decorrentes (Borges-Andrade et. al., 2015; Costa & Yamamoto, 2008, 2016). Como vimos anteriormente, a articulação entre pesquisadores proporcionada pela criação da ANPEPP e seus grupos de trabalho, bem como pelo desenvolvimento dos programas e suas respectivas linhas de pesquisas, fez surgir núcleos e redes de produção de conhecimento, que foram (em diversos casos) base para a consolidação de coletivos em campos e áreas de atuação/investigação específicas.

Se, por um lado, a agência do CFP foi central na indução, apoio político e suporte operacional para a criação de um fórum de reunião e articulação das entidades científico-profissionais da Psicologia, por outro lado, decerto as condições de desenvolvimento institucional já estavam em curso. Assim – conforme explicitado nos dois primeiros capítulos desta obra – a criação do FENPB se demonstrou uma proposta ambiciosa para uma área caracterizada pela dispersão do saber e pela pluralidade.

Destaca-se ainda o recorte de inclusão para ingresso e composição do Fórum – entidades nacionais da Psicologia –, abrangendo não somente as entidades de natureza científica, como também as entidades profissionais e aquelas vinculadas à formação, de âmbito nacional. Um significativo desafio vivenciado nos anos 1990 para expansão da Psicologia – notadamente no campo da pesquisa e da pós-graduação – era a interiorização e desconcentração do eixo Sudeste-Sul; deste modo, a articulação pretendida com o FENPB também visava a um alcance efetivamente nacional das entidades e suas atividades.

Conforme já mencionado – e conforme o *FENPB e suas histórias* narradas neste livro apontam – a caminhada da institucionalização da Psicologia não começou com a criação deste Fórum, ainda que essa tenha fomentado maciçamente esta expansão

institucional. A Tabela 1 apresenta a distribuição das 27 entidades que atualmente compõem o FENPB por período de criação.

Tabela 1. Entidades do FENPB por período de criação

Período	Número
1970-1979	1
1980-1989	3
1990-1999	8
2000-2009	11
2010-2019	4
Total	27

Fonte: Elaboração própria (2022)

Enquanto a primeira delas – o CFP – foi criada nos anos 1970 e outras três mais longevas foram criadas nos anos 1980 – a saber, a ABRAPSO (1980), a ANPEPP (1983) e a FENAPSI (1985) –, observa-se que nas duas décadas seguintes este número sofre marcado incremento: oito, nos anos 1990, e dez, nos anos 2000.

Por sua vez, a Tabela 2 distingue cada uma destas 27 entidades por ordem crescente de ano de criação.

Tabela 2. Entidades do FENPB por ordem crescente de ano de criação

Ano de criação	Entidade (Sigla)	Entidade (Nome por extenso)
1973	CFP	Conselho Federal de Psicologia
1980	ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
1983	ANPEPP	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia
1985	FENAPSI	Federação Nacional dos Psicólogos
1990	ABRAPEE	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
1993	ASBRo	Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos
1993	ABRAOPC	Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira
1997	ABPJ	Associação Brasileira de Psicologia Jurídica
1997	IBAP	Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica
1997	SBPH	Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar
1998	ABPD	Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento
1999	ABEP	Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
2000	ABPP	Associação Brasileira de Psicologia Política
2001	SBPOT	Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho
2002	ABRANEP	Associação Brasileira de Neuropsicologia
2002	SOBRAPA	Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura
2002	FLAAB	Federação Latinoamericana de Análise Bioenergética
2003	CONEP	Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia
2004	ABRAP	Associação Brasileira de Psicoterapia
2006	ABECiPsi	Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia
2006	ABRAPESP	Associação Brasileira de Psicologia do Esporte
2006	ABPSA	Associação Brasileira de Psicologia da Saúde
2009	IBNeC	Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento
2013	ABP+	Associação Brasileira de Psicologia Positiva
2013	ABRAPAV	Associação Brasileira de Psicologia da Aviação
2013	SBHP	Sociedade Brasileira de História da Psicologia
2015	ABRAPSiT	Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego

Fonte: Elaboração própria (2022)

Dentre aquelas entidades criadas nos anos 1990, destaca-se a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) – uma das áreas mais tradicionais e de marcada importância para a profissionalização da Psicologia do Brasil. O mesmo se verifica com a área da Avaliação Psicológica, com a criação de três entidades associa-

das a este campo, a saber: a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo), a Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira (ABRAOPC) e o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP). Destacam-se ainda outros campos profissionais em que se verifica a demanda de inserção da Psicologia nestes espaços, anteriormente à própria regulamentação: caso da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ), da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH), da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD).

Completa a relação a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), que se trata, peculiarmente, de uma entidade cuja criação foi iniciativa do próprio FENPB, em seus anos iniciais. Tal iniciativa partiu da percepção de necessidade de uma instituição que se dedicasse ao tema da formação em Psicologia, considerando não somente a importância fundamental que a formação possui para a atuação profissional e científica em Psicologia, como sobretudo da complexidade de interfaces que a formação mantém com múltiplos atores: as instituições de ensino superior, o Sistema Conselhos de Psicologia e demais entidades científicas de nosso campo.

No primeiro decênio dos anos 2000, observa-se não somente um aumento na criação de entidades, como também é possível perceber a institucionalização de áreas emergentes da Psicologia, cuja consolidação ocorreu em períodos históricos mais recentes. É o caso da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP), da Associação Brasileira de Neuropsicologia (ABRANEP), da Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (SOBRAPA), da Federação Latinoamericana de Análise Bioenergética (FLAAB) e do Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento (IBNEC). No entanto, áreas clássicas de atuação também passam a contar com sua entidade representativa, tais como a Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT), a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP), a Associação Brasileira de Psicologia da Saúde (ABPSA) e a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP). Ainda no mesmo período, ocorre a criação e organização da Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia (CONEP), entidade do movimento estudantil, assim como da Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECIPSI), em um contexto de maciça criação de novos periódicos científicos e maior profissionalização da gestão nos mesmos.

Por fim, na década de 2010, observamos também um menor número de entidades criadas e sua vinculação a temáticas mais emergentes, como a Associação Brasileira de Psicologia Positiva (ABP+), a Associação Brasileira de Psicologia da Aviação (ABRAPAV) e a Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP). Exceção feita à Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego (ABRAPSIT), uma

vez que a inserção profissional da Psicologia nas questões do trânsito/tráfego tem precedentes históricos mais antigos, tendo este campo sido já representado anteriormente por outra associação extinta (como visto no capítulo correspondente).

Percebe-se assim como a criação do FENPB não somente foi expressão da pluralidade e diversidade institucional do campo psicológico no Brasil, como ela própria também fomentou a criação de entidades representativas de mais áreas e atuações da Psicologia no Brasil e, especialmente, a sua articulação em torno de agendas conjuntas que atravessam tanto a formação, a pesquisa e a atuação profissional em Psicologia quanto processos sociopolíticos maiores na sociedade brasileira, quais sejam aqueles relacionados à defesa dos sistemas públicos de educação, saúde e assistência social e à ampla efetivação e garantia dos direitos humanos e da democracia.

Considerações Finais

Como vimos, a conformação científico-profissional da Psicologia brasileira foi produtora e produto do cenário de “modernização” brasileira, que vinha articulada com mudanças no ensino superior, na organização das escolas, na formação “qualificada” para o mercado de trabalho em mudança, dentre outros. Parte dessa conformação se deu, como vimos ao longo das páginas deste livro, pela organização daquelas pessoas envolvidas com Psicologia em associações e sociedades científico-profissionais, inauguradas a partir dos anos 1940.

Chama especial atenção o papel fundamental destas primeiras entidades na articulação da nascente categoria em todo o processo político e organizativo da regulamentação da profissão e da própria construção do CFP – instituição que adquiriria, pelo seu caráter de autarquia federal, uma importância central para os caminhos da profissão. Ainda que a criação dos Conselhos de Psicologia tenha ocorrido em meio ao regime de exceção da ditadura civil-militar, observa-se a presença de um envolvimento ativo de setores da categoria tanto na política da profissão, quanto na luta pela redemocratização – no país e, internamente, na Psicologia. De igual modo, observa-se o envolvimento maciço da categoria no fazer ciência e na construção de políticas científicas para a nossa área. Aqui se insere a quase totalidade dos mecanismos que nos levaram às entidades de que fazemos parte. Dessa diversidade conceitual, teórica, metodológica e profissional deriva o caleidoscópio institucional que compõe o nosso campo.

Nesses 60 anos de nossa profissão regulamentada, acreditamos ser importante saudar o FENPB como a grande representação concreta do esforço de unidade das Psicologia brasileira, em meio à pluralidade e à diversidade institucional, bem como da aliança de distintos atores pessoais e institucionais para o intercâmbio cada vez mais profícuo, ética, técnica e politicamente, entre nossa ciência e nossa profissão.

Referências

- Amendola, M. F. (2014). História da construção do Código de Ética Profissional do Psicólogo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 660-685. <https://doi.org/10.12957/epp.2014.12559>
- Angelini, A. (2011). Associação de Psicologia de São Paulo (APSP). In A. M. Jacó-Vilela (Org.), **Dicionário histórico de instituições de Psicologia no Brasil** (pp. 57-59). Imago/CFP.
- Antunes, M. A. M. (2007). **A Psicologia no Brasil: Leitura histórica sobre sua constituição** (5ª ed.). Unimarco Editora e EDUC. (Trabalho original publicado em 1998)
- Ardila, R. (2020). The roots of Applied Psychology in today's world. In H. Carpintero, R. Ardila, & A. M. Jacó-Vilela (Orgs.), **International Association of Applied Psychology: A centennial history, 1920-2020** (pp. 11-18). John Wiley & Sons, Inc.
- Baptista, M. T. D. S. (2009). Ideias divulgadas em São Paulo durante o processo histórico da regulamentação da profissão de psicólogo. **Temas em Psicologia**, 17(1), 119-134. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000100011
- Baptista, M. T. D. S. (2010). A regulamentação da profissão Psicologia: Documentos que explicitam o processo histórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 30(spe), 170-191. <http://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500008>
- Borges-Andrade, J. E., Bastos, A. V. B., Andery, M. A. P. A., Guzzo, R. S. L., & Trindade, Z. A. (2015). Psicologia brasileira: Uma análise de seu desenvolvimento. *Univeristas Psychologica*, 14(3), 865-880. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsyl4-3.pbua>
- Botomé, S. P. (2010). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? In O. H. Yamamoto & A. L. F. Costa (Orgs.), **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil** (pp. 171-203). EDUFRN. (Trabalho original publicado em 1979).
- Bourdieu, P. (2004). Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico. UNESP.
- Castro, A. C., & Alcântara, E. S. (2011). Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABRAPA). In A. M. Jacó-Vilela (Org.), **Dicionário histórico de instituições de Psicologia no Brasil** (pp. 45-47). Imago/CFP.

Castro, A. C. & Ghiringhello, L. (2011). Associação Brasileira de Psicologia (ABP). In A. M. Jacó-Vilela (Org.), **Dicionário histórico de instituições de Psicologia no Brasil** (pp. 41-43). Imago/CFP.

Castro, R. D. (2015). Correspondência de Júlio Porto-Carrero a Arthur Ramos: A Sociedade Brasileira de Psicanálise e a preocupação com a tradução dos termos psicanalíticos, décadas de 1920 e 1930. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, **22**(4), 1451-1465. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000400014>

Centofanti, R. (1982). Radecki e a Psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, **3**(1), 2-50. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931982000100001>

Codato, A. N. (2005). Uma história política da transição brasileira: Da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia Política**, **25**, 83-106. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>

Coimbra, C. M. B. (1999). Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: Algumas de suas produções. In A. M. Jacó-Vilela, F. Jabur, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), **Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil** (pp. 75-91). UERJ/NAPE.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2013). **Documento de Área, Psicologia**, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Psicologia_doc_area_e_comisso_21out.pdf

Costa, A. L. F., & Yamamoto, O. H. (2008). Publicação e avaliação de periódicos científicos: Paradoxos da avaliação Qualis de Psicologia. **Psicologia em Estudo**, **13**(1), 13-24. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000100003>

Costa, A. L. F., & Yamamoto, O. H. (2016). 50 anos de pós-graduação stricto sensu de psicologia no Brasil: Notas sobre seu processo de constituição (1966-2015). Memorandum: **Memória e História em Psicologia**, **31**, 133-160. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6432>

Cunha, L. A. (2007). Ensino Superior e universidade no Brasil. In E. M. T. Lopes, L. M. Faria Filho, & C. G. Veiga (Orgs.), **500 anos de educação no Brasil** (3ª ed., pp. 151-204). Autêntica.

Decreto Federal nº 21.173, de 19 de março de 1932. Converte o atual Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, em Instituto de Psicologia. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21173-19-marco-1932-515745-publicacaooriginal-1-pe.html>

Federação Nacional dos Psicólogos. (s.d.). **História da FENAPSI**. <https://www.fenapsi.org.br/institucional/historia>

Federação Nacional dos Psicólogos. (2009). **Estatuto social da Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI**. <https://www.fenapsi.org.br/attachments/article/122/estatuto.pdf>

Gorayeb, R. (1990). Sociedade Brasileira de Psicologia. Em **XVIII Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto, SP: SBRP. Recuperado de <http://www.sbponline.org.br/conheca-o-historico-da-sbp-relatado-por-ricardo-gorayeb-e-reinier-rozestraten>.

Gorayeb, R. (2011). Associação Brasileira de Psicologia (SBP). In A. M. Jacó-Vilela (Org.), **Dicionário histórico de instituições de Psicologia no Brasil** (pp. 43-45). Imago/CFP.

Gundlach, H. (2012). A Psicologia como ciência e como disciplina: O caso da Alemanha (S. F. Araújo, Trad.). In S. F. Araújo (Org.), **História e Filosofia da Psicologia: Perspectivas contemporâneas** (pp. 133-165). UFJF.

Hutz, C., Gauer, G., & Gomes, W. B. (2012). Brazil. In David B. Baker (Ed.), **The Oxford handbook of the History of Psychology: Global perspectives** (pp. 34-50). Oxford University Press.

Jacó-Vilela, A. M. (Org.). (2011a). **Dicionário histórico de instituições de Psicologia no Brasil**. Imago/CFP.

Jacó-Vilela, A. M. (2011b). Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). In A. M. Jacó-Vilela (Org.), **Dicionário histórico de instituições de Psicologia no Brasil** (pp. 47-49). Imago/CFP.

Jacó-Vilela, A. M., Degani-Carneiro, F., & Oliveira, D. M. (2016). A formação da Psicologia Social como campo científico no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, **28**(3), 526-536. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p526>

Jacó-Vilela, A. M. (2021). Psychology in Brazil: The trajectory of a science and a profession. In J. C. Ossa, G. Salas, & H. Scholten (Orgs.), **History of Psychology in Latin America: A cultural approach** (pp. 141-162). Springer Nature Switzerland.

Müller, R. F., & Birman, J. (2016). Negociando saberes e poderes: A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem e a Sociedade Brasileira de Urologia. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, **22**(3), 703-717. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016005000011>

Macedo, R. M. S. (2011). Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). In A. M. Jacó-Vilela (Org.), **Dicionário histórico de instituições de Psicologia no Brasil** (pp. 63-65). Imago/CFP.

Martins, H. V. (2014). Uma história da psicologia em revista: Retomando Mira y López. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 66(3), 5-19. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000300002&lng=pt&tlng=pt.

Massimi, M. (2016). Saberes psicológicos no Brasil: História, Psicologia e cultura. Juruá.

Massimi, M. (2021). The Jesuits in the History of Latin American Psychology. In J. C. Ossa, G. Salas, & H. Scholten (Orgs.), **History of Psychology in Latin America: A cultural approach** (pp. 15-42). Springer Nature Switzerland.

Pickren, W. E., & Rutherford, A. (Eds.). (2017). **125 years of the American Psychological Association**. APA Books.

Projeto de Lei nº 3.825, de 1958. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicologista. Transformado na Lei Ordinária nº 4.119, de 1962. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/216279>

Sá, M. A. (2012). A participação dos psicólogos de São Paulo na regulamentação da profissão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 32(spe), 86-103. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500007>

Scarparo, H., & Ozorio, J. C. (2009). Registros históricos do Conselho de Psicologia da sétima região (CRP-07) no período da ditadura no Brasil. **Temas em Psicologia**, 17(1), 93-104.

Schwartzman, S. (2002). **Um espaço para a ciência: A formação da comunidade científica no Brasil**. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm>

Silva, M. V. (2011). Sociedade Mineira de Psicologia (SMP). In A. M. Jacó-Vilela (Org.), **Dicionário histórico de instituições de Psicologia no Brasil** (pp. 437-438). Imago/CFP.

Silva, L. O., Moura, S. S., Degani-Carneiro, F., & Jacó-Vilela, A. M. (2021). Arquivos pessoais em História da Psicologia: Os Arquivos Alice e Emilio Mira y López. In A. M. Jacó-Vilela, F. Degani-Carneiro, & M. A. G. N. T. Vasconcellos (Orgs.), **Clio-Psyché: História da Psicologia e suas críticas** (pp. 349-357). CRV.

Souza, L. R. S., & Miranda, R. L. (2022). História e memória da profissão de psicólogo no Brasil: Legislações e contexto sócio-histórico (1940-1950). **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, 39. <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2022.35360>

Sobre os autores

Acácia Aparecida Angeli dos Santos

Graduação em Psicologia e mestrado em Psicologia Clínica pela PUC-Campinas. Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Professora titular da Universidade São Francisco na graduação e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia (1982-2021). Fundadora da Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiPsi).

Alexandra Ayach Anche

Pós-doutorado em Educação Especial na UFSCar, Pós Doutorado em Educação na UnB, com ênfase em educação especial, Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP, Mestrado em Educação pela UFMS, Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Católica Dom Bosco. Licenciatura em Psicologia e Graduação em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco. É professora titular da UFMS. Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Gestão 2018 a 2020).

Ana Cristina Garcia Dias

Graduação, licenciatura e mestrado em Psicologia pela UFRGS. Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP-SP. Pós-Doutorado em Psicologia pela UFRGS. Atualmente é Professora Associada IV da UFRGS, presidente da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (gestão 2018-2020).

Ana Cristina Resende

Pós-Doutorado em Psicologia Médica (UNIFESP), Doutora em Psicologia Clínica (PUC-RS), Mestre e Psicóloga pela PUC Goiás. Professora Adjunta da Pós-Graduação Stricto Sensu e Graduação da PUC Goiás. Presidiu a ASBRo de 2018-2022.

Ana Lúcia Faria

Psicóloga Especialista Clínica - Colaboradora e atuante das diretorias FLAAB desde 2005, Trainer Internacional SOBAB.

Ana Maria Jacó-Vilela

Doutora em Psicologia (USP). É professora titular da UERJ, onde coordena o Clio-Psyché - Laboratório de História e Memória da Psicologia. Foi membro titular da diretoria regional – região sudeste – da Sociedade Brasileira de História da Psicologia – SBHP.

Ana Mercês Bahia Bock

Psicóloga, professora titular na PUC-SP; presidiu o Conselho Federal de Psicologia por três gestões entre 1997 e 2007; esteve à frente da iniciativa de construir o FENPB em 1997 e das iniciativas do CFP naquele período.

Ana Silvia Paula

Psicóloga Especialista Clínica - Diretora Social FLAAB na gestão atual, Local Trainer - IABSP.

Andrea dos Santos Nascimento

Psicóloga. Doutora em Psicologia (UFES). Professora adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo. Diretora Nacional de Ética da ABRAPSIT.

Ângela Fatima Soligo

Licenciada, Mestre e Doutora em Psicologia pela PUC Campinas. Docente/pesquisadora da Faculdade de Educação da Unicamp, Departamento de Psicologia Educacional; Ex-presidente da ABEP.

Antônio Alexandre Lório Ferreira

Graduado, Mestre e Doutor em Psicologia - Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Docente/pesquisador do Centro Universitário 7 de Setembro - UNI7 e Centro Universitário Christus. Atual Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP.

Antônio Virgílio Bittencourt Bastos

Doutor em Psicologia (UnB). Professor Titular do Instituto de Psicologia da UFBA. Foi membro do CA de Psicologia do CNPq, da Comissão de Psicologia do INEP e Coordenador da Área de Psicologia da CAPES. Membro do IV, V e XVIII Plenários do Conselho Federal de Psicologia.

Cândida Helena Lopes Alves

Psicóloga Clínica (Instituto Piaget), Mestre em Neuropsicologia Clínica (Universidade de Salamanca), Mestre em Psicologia da Saúde (Universidade do Algarve), Doutora em Neuropsicologia (Universidade de Salamanca), Pós-Doutorado em Saúde Mental (Universidade Católica de Brasília). Membro da Diretoria da ABPJ (desde 2017). Professora Substituta da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Candida Maria Bezerra Dantas

Doutora em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Vice-Presidenta – Regional Nordeste da Associação Brasileira de Psicologia Política (Gestão 2021-2022).

Caroline Tozzi Reppold

Professora associada IV da UFCSPA. Possui graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado em Psicologia pela UFRGS, pós-doutorado pela Universidade São Francisco e pós-doutorado em Ciências da Educação pela Universidade do Minho/Portugal. Na UFCSPA, é docente na graduação e pós-graduação. Membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Psicologia Positiva/ABP+ (2019-2021).

Christina Ribeiro Neder Cerezetti

Psicóloga. Psicanalista e Terapeuta Familiar. Mestre e Doutora em Psicologia Clínica pela USP. Vice Presidente da ABRAP. Professora em cursos de Pós Graduação.

Claudia Hofheinz Giacomoni

Graduada em Psicologia, mestra em Psicologia do Desenvolvimento e doutorado em Psicologia pela UFRGS. É professora Titular do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRGS. Fundadora, Primeira Secretária e atual Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Positiva (ABP+) (2021-2023).

Cristiane Faiad

Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pelo Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília. Professora do Departamento de Psicologia Clínica da Unb. Membro da diretoria do IBAP.

Cristiano Roque Barreira

Psicólogo, Professor Titular da USP na Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EEFERP), orientador nos PPG's em Psicologia (FFCLRP) e Educação Física (EEFERP). Presidiu a ABRAPESP (2017-2019), atuando como Professor Visitante nas Universidades de Bordeaux e Paris Cité.

Cristina Piauhy

Psicóloga Especialista Clínica colaboradora e atuante das diretorias FLAAB desde 2005, Local Trainer Libertas.

Cyntia Mendes de Oliveira

Mestra e Doutora em Psicologia pela UFRGS. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Primeira Secretária da Associação Brasileira de Psicologia Positiva (ABP+ - Gestão 2021/2023).

Daiane Rose Cunha Bentivi

Psicóloga Organizacional e do Trabalho, com mestrado em Psicologia pela PUC - SP e doutorado em Sociologia pela Universidade do Porto. Estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro da diretoria da SBPOT nas gestões 2018-2020 e 2020-2022.

Daniela Boucinha

Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Psicologia (PUCRS). Consultora de carreiras e Professora de Pós-Graduação Lato Sensu. Presidente da Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira (2022-2023).

Daniela Sacramento Zanini

Psicóloga. Doutora em Psicologia pela Universidad de Barcelona (Espanha) com pós-doutorado na mesma instituição e na Universidade do Porto. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, vice-coordenadora do Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUC Goiás. Presidente do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), bolsista produtividade CNPq.

Edna Ferreira Lopes

Psicóloga Especialista Clínica - Presidente da FLAAB na gestão atual, Local Trainer, LIBERTAS.

Elisa Maria Barbosa Amorim-Ribeiro

Doutora em Psicologia, mestre e psicóloga pela UFBA. Estágio pós-doutoral em andamento no Programa de Psicologia Social e do Trabalho da UNB. Especialista em Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde pela UFRN. Membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho Gestão 2020-2022. Professora da Pós Graduação em Psicologia Social da Universo.

Emília Afrange

Psicóloga Clínica. Professora e supervisora do Instituto Sede Sapientiae (1996-2019). Coordena o Serviço de Psicologia no Ambulatório de Prematuros na UNIFESP. Fundadora da Associação Brasileira de Psicoterapia em 2004 e sua atual presidente.

Erika Tiemi Kato Okino

Psicóloga do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo. Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo).

Fabián Javier Rueda

Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco. Bolsista Produtividade IC do CNPq. Membro da diretoria do IBAP.

Fabiana Queiroga

Psicóloga, Doutora em Psicologia (UnB). Atualmente é pesquisadora da Université de Lorraine. Atuou na Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho/SBPOT como tesoureira (2014-2016), vice-presidente (2016-2018) e presidente (2018-2020).

Fábio de Cristo

Psicólogo. Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (UnB). Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi. Diretor Científico da ABRAPSIT-RN.

Fábíola Rodrigues Matos

Psicóloga (UFU), mestre em processos cognitivos (UFU) e doutora em processos psicossociais (UFES). Docente do curso de psicologia na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Membro da diretoria da Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira, gestão 2022-2023.

Fauston Negreiros

Psicólogo, Mestre e Doutor em Educação pela UFC. Pós-Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pela USP. Professor Associado II do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília/UnB. Compõe a diretoria da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional/ABRAPEE (Gestões 2020-2022).

Fernanda Aguiar Pizeta

Psicóloga Judiciária do Fórum da Comarca de Ribeirão Preto, Docente de pós-graduação da Faculdade Volpe Miele, Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos - ASBRo, Pós-doutorado pela FFCLRP-USP, Doutora pela FMRP-USP e Mestre pela FFCLRP-USP.

Fernanda Andrade Lima

Psicóloga Especialista Clínica - Vice-Presidente da FLAAB na gestão atual, Local Trainer, LIBERTAS.

Fernando Tavares Saraiva

Graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestre e Doutor em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro da diretoria da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP) (2019-2023).

Filipe Degani-Carneiro

Doutor em Psicologia Social (UERJ). Professor do Instituto de Psicologia da UERJ, onde é coordenador adjunto do Clio-Psyché - Laboratório de História e Memória da Psicologia. Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP) (2019-2021, 2021-2023). Conselheiro do XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Flávia de Lima Osório

Psicóloga, docente do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP. Membro da diretoria da Associação Brasileira de Rorschach e métodos projetivos (ASBRo).

Frederico Alves Costa

Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Professor nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas e da Universidade Federal de Minas Gerais. Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Política (Gestões 2019-2020/2021-2022).

Gardênia da Silva Abbad

Possui graduação, mestrado e doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília. É professora Titular da Universidade de Brasília. Integra a diretoria da ANPEPP como vice-presidente (gestão 2021-2022).

Gustavo Henrique Martins

Psicólogo, Mestre e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade São Francisco. Professor de Psicologia na Faculdade de Extrema. Membro da diretoria executiva da Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira, gestão 2022-2023.

Hugo Ferrari Cardoso

Psicólogo; mestre, doutor e pós-doutorado pela Universidade São Francisco. Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Universidade Estadual Paulista. Bolsista produtividade CNPq. Membro da diretoria do IBAP.

Irani Tomiatto de Oliveira

Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia. Psicoterapeuta. Coordenadora de cursos de Psicologia e de serviços-escola, professora e supervisora de estágios. Diretora da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia

Izabel Hazin

Graduada em Psicologia pela PUC-SP, Especialista em Neuropsicologia, Mestre e Doutora em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco e Pós-Doutorado pela Université René Descartes - Paris V. Docente do Programa em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Foi membro da diretoria do Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento – IBNeC.

Jáder Ferreira Leite

Graduado em Psicologia pela UEPB, mestrado em Psicologia pela UFRN, doutorado em Psicologia Social pela UFRN e estágio pós-doutoral junto ao Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da UFC e ao Grupo de Estudos Gênero e Masculinidades (GEMA) da UFPE. É professor associado II na UFRN. Membro da diretoria da ANPEPP no biênio 2021/2022 (tesoureiro).

Jaqueline de Andrade Torres

Psicóloga (CRP 14/06193-6) na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Especialista em Avaliação e Perícia Psicológica, Mestre e Doutoranda em Psicologia (Universidade Católica Dom Bosco – UCDB). 2ª Tesoureira da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP) (2021-2023).

Jesus Landeira-Fernandez

Psicólogo pela PUC-Rio, mestre em Psicologia experimental pela USP e PhD pela UCLA. Professor Titular do Departamento de Psicologia da PUC-Rio. Foi um dos fundadores do IBNeC.

João Carlos Alchieri

Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia e Inovação, Pós-doutorado (UnB; UFPB; IBNEURO; UNMDP). Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ).

Jonas Marssaro

Estudante de Psicologia na UNIVILLE. Diretor da CONEP (gestão 2018-2022). Diretor Nacional da UNALGBT. Presidente da UNALGBT Joinville e região.

Juliana de Barros Guimarães

Psicóloga. Mestranda em Saúde Mental (UFRGS). Diretora Nacional Científica da ABRAPSIT. Presidente da ABRAPSIT-PE. Especialista em Psicologia do trânsito e em avaliação psicológica. Professora de Pós-Graduação em Psicologia. Diretora da área médica e psicológica do DETRAN-PE.

Karina da Silva Oliveira

Psicóloga, mestre e doutora pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Pós-doutorado em Psicologia pela Universidade São Francisco. Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Cognição e Comportamento da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro da diretoria do IBAP.

Kátia Osternack-Pinto

Graduada em Psicologia (USP-RP), é Doutora em Ciências-Neurologia (FMUSP), com especialização em Neuropsicologia. Diretora Presidente fundadora e Benemérita da ABRANEP - Associação Brasileira de Neuropsicologia.

Katia Rubio

Psicóloga, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, membro da Academia Olímpica Brasileira e presidente fundadora da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte.

Katya Luciane de Oliveira

Psicóloga, mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco. Doutora em Psicologia e Desenvolvimento Humano pela Unicamp. Professora Associada do Programa de Mestrado em Psicologia e do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Londrina. Membro da diretoria do IBAP.

Latife Yazigi

Psicóloga, Mestre e Doutora (USP); Visiting Scholar (Universidade de Chicago); Estágio Psicofisiologia (Universidade de Liége); Livre-docência e Professora Titular (Unifesp). Membro do Comitê de Psicologia Fapesp. Aposentada da Unifesp. Membro do Conselho Consultivo da ASBRo.

Leonardo de Oliveira Barros

Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia com ênfase em Avaliação Psicológica. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Membro da diretoria executiva da Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira (2022-2023).

Lorene Gonçalves Soares

Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Clínica pela PUC - São Paulo. Diretora Científica da FLAAB na gestão atual, Local Trainer SOBAB.

Lucila Moraes Cardoso

Psicóloga, professora adjunta do curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGe) na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC); membro da diretoria da ASBRo (Gestão 2020-2022).

Lucilene Tofoli

Doutorado em Psicologia /USF e Especialização em Terapia Comportamental e Cognitiva/USP e Gestão Estratégica/Unicamp. Professora para programas de Pós-Graduação Lato Sensu e Graduação em Psicologia e Consultora em programas de gestão. Membro da diretoria executiva da Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira desde 2017.

Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos

Doutora em Psicologia Social (UERJ). Professora do curso de Psicologia da PUC-Minas, campus Poços de Caldas. Responsável Técnica da Clínica Escola de Psicologia do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino (UNIFAE). 1ª Tesoureira da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP).

Makilim Nunes Baptista

Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e doutorado pelo Departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica da Universidade Federal de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco - Campinas; bolsista produtividade pelo CNPq. Membro da diretoria do IBAP.

Manoela Ziebell de Oliveira

Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia (UFRGS). Docente nos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia da PUC-RS. Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira desde 2018.

Manuel Morgado Rezende

Psicólogo (PUC-SP); mestrado em Psicologia (PUC-Campinas); doutorado em Saúde Mental (UNICAMP); Pós-Doutorado em Psicologia da Saúde pela Universidade do Algarve (UALG), Portugal; Professor Titular da UMESP; Professor aposentado da UNITAU; Fundador da Associação Brasileira de Psicologia da Saúde.

Marcelo Henklain

Psicólogo e Especialista em RH pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduando em Sistemas de Informação. Professor efetivo do curso de Ciência da Computação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Membro da diretoria do IBAP.

Márcia Regina Molinari Barreto

Psicóloga (UERJ). Mestre em Segurança de Aviação e Aeronavegabilidade Continuada (ITA). Especialista em Desenvolvimento de Recursos Humanos (FGV). Fundadora e Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Psicologia da Aviação (ABRAPAV).

Marco Aurélio Máximo Prado

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com experiência pós-Doutoral na Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Massachusetts/Amherst pela Fundação Fulbright. É professor associado IV da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro da diretoria da ANPEPP.

Marcos Ribeiro Ferreira

Psicólogo, professor aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina. Compôs a plenária do CFP por duas gestões de 1997-2001 e participou na construção do FENPB e no planejamento e criação da BVS-PSI, além de outras iniciativas do CFP no período.

Maria Geralda Viana Heleno

Psicóloga pelo Instituto de Ensino Superior Senador Fláquer; mestrado em Psicologia da Saúde (UMESP); doutorado em Psicologia Clínica (USP). Atual presidente da Associação Brasileira de Psicologia da Saúde (2021-2023); Pós-doutorado (UNIFESP).

Maria Imaculada Cardoso Sampaio

Curadora Acadêmica, é Doutora em Psicologia Experimental pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, possui mestrado em Ciência da Informação e Documentação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, na qual concluiu a graduação em Biblioteconomia. Fundadora da Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiPsi).

Marilda Gonçalves Dias Facci

Doutora em Educação Escolar pela UNESP; Pós-doutorado pelo Instituto de Psicologia da USP e da UFMS. É professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá e professora sênior da UFMS. Presidente eleita da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (2022-2024).

Marilene Proença Rebello de Souza

Psicóloga, Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Membro da Diretoria da ABRAPEE (2002 a 2022).

Marina Massimi

Psicóloga pela Universidade dos Estudos de Padova (Itália), especialista em História da Ciência pela mesma Universidade, mestre e doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Universidade de Coimbra. Professora Titular da Universidade de São Paulo. Foi suplente do Conselho Fiscal da Sociedade Brasileira de História da Psicologia – SBHP.

Mary Sandra Carlotto

Graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Luterana do Brasil e doutorado em Psicologia Social pela Universidade de Santiago de Compostela/Espanha. Pós-doutorado pela Universidade de Valencia/Espanha. Membro da Diretoria da ANPEPP.

Mathilde Neder

Graduação em Pedagogia, mestrado em Psicologia Clínica e doutorado em Psicologia Clínica pela USP. Atualmente é diretora científica da Associação Brasileira de Psicoterapia, membro e 02º Presidente da Academia Paulista de Psicologia e professora emérita da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Diretora Científica da ABRAP.

Miria Benincasa

Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (USP); Mestra em Psicologia da Saúde (UMESP); psicóloga pela UNIUBE; Especializada em Psicologia Clínica (CFP); docente do PPG Psicologia da Saúde (UMESP). Membro da diretoria da Associação Brasileira de Psicologia da Saúde.

Nelson Hauck Filho

Professor no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco - Campinas. cursou a graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria e o mestrado e o doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Presidente da Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiPsi).

Patrícia Izar

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo (1990), mestrado e doutorado em Psicologia Experimental pela USP. Atualmente é bolsista de produtividade 1B do CNPq e Professora Associada da USP. É secretária da Diretoria eleita para o mandato 2020-2022 da ANPEPP.

Regina Helena de Freitas Campos

Psicóloga e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, PhD em Educação pela Universidade de Stanford (EUA), professora de Psicologia & Educação na Universidade Federal de Minas Gerais e presidente do Centro de Documentação

e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA). Foi suplente do Conselho Fiscal da Sociedade Brasileira de História da Psicologia – SBHP.

Renan Soares Junior

Psicólogo. Doutor em Psicologia da Saúde (UCDB). Professor da Universidade Católica Dom Bosco. Diretor Nacional de Comunicação da ABRAPSIT.

Ricardo Silva dos Santos Durães

Doutor em Psicologia da Saúde (UMESP); Mestre em Psicologia da Saúde (UMESP); graduado em Psicologia e Teologia (UMESP); especializado em Neuropsicologia e Saúde Mental (IPq-HCFMUSP); Vice-Presidente da Associação Brasileira de Psicologia da Saúde (2021-2023); Coordenador do PPG em Psicologia da Saúde (UMESP).

Rodolfo Luís Leite Batista

Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2º Secretário da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP). Editor da revista Memorandum: memória e história em Psicologia.

Rodrigo Lopes Miranda

Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Presidente da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nível 2.

Rogério Giannini

Psicólogo. Atual presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SinPsi) e Secretário-Geral da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME). Também é Conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), coordenando a Subcomissão de Políticas de Drogas e Saúde Mental. Presidiu o Conselho Federal de Psicologia (CFP) no XVII Plenário (2016-2019).

Roseli Fernandes Lins Caldas

Graduada em Psicologia, especialista em Psicologia Escolar, Mestre em Educação, Arte e História da Cultura, pela UPM e Doutora em Psicologia Escolar pelo Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da USP. Docente do curso de

Psicologia da UPM. Presidente atual da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE – gestão 2021 – 2023.

Sabrina Barros

Psicóloga. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e Universidad Complutense de Madrid (regime de cotutela). Professora do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro da diretoria da SBPOT (gestão 2020-2022).

Selma Leal de Oliveira Ribeiro

Psicóloga (UFRJ). Mestre em Educação (UFRJ). Doutora em Engenharia de Produção (COPPE/UFRJ). Fundadora e Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Psicologia da Aviação (ABRAPAV). Ergonomista certificada pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO).

Sérgio Fukusima

Professor Doutor do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Graduado em Psicologia; Mestre e Doutor em Ciências (Psicobiologia) pela Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Presidente do Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento - IBNeC, (2020-2022).

Silvana Alba Scortegagna

Psicóloga. Doutorado em Psicologia e Pós-doutorado na Universidade São Francisco. Professora Titular III do Curso de Psicologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano da Universidade de Passo Fundo. Vice-Presidente da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos.

Silvia Maria Cintra da Silva

Psicóloga pela PUC Campinas, Mestre e Doutora em Educação pela Unicamp. Pós-doutorado pelo Instituto de Psicologia da USP e pelo Programa de Psicologia da Educação da PUC - SP. Professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Primeira Secretária da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) – gestão 2020-2022.

Sonia Liane Reichert Rovinski

Psicóloga, Pós-doutorado em avaliação psicológica forense (GEAPAP-UFRGS), Doutora em Psicologia Clínica e da Saúde (Santiago de Compostela-ES), Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade (PUC-RS), Especialista em Psicologia Jurídica (CFP). Vice-presidente da ASBRo (2018-2022).

Sonia Maria Guedes Gondim

Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Professora Titular aposentada da Universidade Federal da Bahia. Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia. Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia Nível ID. Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT).

Sonia Regina Pasian

Psicóloga, Professora Titular da Universidade de São Paulo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Membro fundador da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo) e membro do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP).

Tatiana Platzer do Amaral

Psicóloga e pedagoga, doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano com pós-doutorado pelo Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar- LIEPPE, IP- USP. Membro da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE).

Thaís Cristina Marques dos Reis

Psicóloga pela USP Ribeirão Preto, especialista em Psicologia da Saúde pela UNIFESP, mestre pela UNIFESP e doutoranda na USP. Atualmente é docente na PUC-SP e membro da diretoria da ASBRo.

Thatiana Helena de Lima

Possui graduação em psicologia, mestrado e doutorado em psicologia, com área de concentração em avaliação psicológica pela Universidade São Francisco. Professora Adjunta do Instituto de Psicologia na Universidade Federal da Bahia. Presidente futura, da Associação Brasileira dos Editores Científicos de Psicologia (ABECiPsi).

ISBN 978-65-89369-28-8

